



---

# Trilhos

MEMÓRIAS.  
POR VEZES,  
QUASE UM DIÁRIO.

**Luís Valente de Oliveira**

VOLUME

8

---

12



ÍNDICE

---

VOLUME

8

**CAPÍTULO XXVII**

A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

– 5 –

**CAPÍTULO XXVIII**

NA SUA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

– 191 –

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– 488 –

PLANO GERAL DA OBRA

– 490 –



## CAPÍTULO XXVII

### A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

Como ainda não havia Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, no dia 7 de Novembro fui eu que desempenhei as suas funções num despacho com o Presidente da JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica). Começámos por fazer o ponto da situação do programa CIENCIA.

Nessa ocasião, a contrapartida das próprias instituições beneficiárias dos financiamentos comunitários era de 13,5%. Deveríamos clarificar os nossos procedimentos para que os fundos “percolassem” sem dificuldade entre os financiadores e os beneficiários. Eu gostaria de fazer publicar um despacho com um resumo das formas de actuar, mas pretendia que ele reflectisse a experiência já adquirida. Por isso decidimos constituir um grupo de cientistas criativos e com traquejo administrativo que nos propusessem um esboço desse regulamento. Percorremos uma lista de nomes e escolhemos sete, tendo fixado um período de 3 meses para a sua elaboração. Depois, fomos percorrendo a situação em todos os sub-programas: No sub-programa 1 já estavam comprometidos mais de 20 milhões de contos; no sub-programa 2 (Parques de Ciência e Tecnologia) dever-se-ia definir quem assinaria os contratos de compra e venda dos terrenos que seriam adquiridos; no sub-programa 3 (infra-estruturas de uso comum) já estavam 6,6 milhões de contos aprovados e 1,8 milhões executados), mas subsistiam problemas relativamente à avaliação numa das medidas. Em relação aos museus havia 23 propostas, o que era demasiado para as nossas possibilidades e intenções; teria que se fazer uma selecção com base no enunciado de prioridades. Havia outro problema na medida que respeitava aos computadores, em relação à qual nós favorecíamos a instalação de uma rede compatível para todas as universidades e outras instituições. Tinham sido apresentadas bastantes propostas para a constituição de bibliotecas, biotérios e oficinas. Defini-

mos um tecto para afectar às bibliotecas; em relação aos biotérios recomendei a maior selectividade possível; e quanto às oficinas, elas deveriam ser incorporadas nos próprios projectos de investigação, para não gastar em equipamentos mais do que o necessário. Não se deveria estar a aplicar o dinheiro das ajudas externas na compra de revistas e livros; estas tinham de ser adquiridas com meios internos. Deveriam ser extraídas todas as virtualidades da Fundação de Cálculo Científico; o sistema informático a instalar deveria ser compatibilizável, explorando o existente; ele teria, naturalmente, de ser susceptível de descentralização.

Relativamente às bolsas de estudo, estavam atribuídas, naquele momento (29/10), 1912. Em apreciação permaneciam 447 bolsas para mestrados. A distribuição privilegiava, naturalmente, as que apoiavam a realização de Ph.D. Havia zonas menos preferidas e isso preocupava-nos; era o caso das tecnologias de produção e dos novos materiais. Nós pagávamos as bolsas em Outubro. Tive expressões de elogio em relação ao trabalho do DAFSE (Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu) que adiantava o dinheiro e procurava olear todo o processo; não me lembro de ter havido qualquer queixa em relação ao pagamento das bolsas aos bolseiros. Outra coisa era a burocracia relativa ao processamento das verbas das bolsas. Recomendei que se contactasse com a Direcção-geral do Desenvolvimento Regional que possuía uma larga experiência disso em relação ao FEDER.

O CIENCIA só poderia executar despesas até 1994. Mas um doutoramento levava 3 anos a concluir; corríamos o risco de vermos alguns deles sem verbas para acabar. Tinha de haver “chevauchement” do programa com o que viesse a seguir. Eu precisava de abordar o assunto com o Comissário Millan para evitar sobresaltos de última hora. Como tal, recomendei que houvesse um aperto do crivo na selecção dos bolseiros; havia que assegurar que o dinheiro investido não o era em pura perda. E como nessa ocasião havia alguma inflação, para evitar exposições e reclamações, tinha sido já tomada a decisão de as actualizar ao fim de doze meses. Em relação ao sub-programa 4 (gestão) havia que contratar os serviços de alguém com muita experiência no sector. Alvitrei nomes. Por outro lado, também deveria sujeitar-se a concurso de firmas especializadas o acompanhamento da execução das infra-estruturas pesadas (construções e equipamentos), para não

ficarmos dependentes unicamente da informação dos beneficiários; essa informação deveria ser-nos dada todos os meses.

Como já referi, eu tinha solicitado à OCDE uma avaliação do nosso sistema científico. Fui informado, nesse despacho, que a primeira sessão de “confrontação” teria lugar nos dias 17 e 18 de Dezembro seguinte com duas reuniões: uma com os responsáveis ministeriais, outra com todos os investigadores. Já havia um primeiro relatório que nos chegaria no dia 8 de Novembro, devendo nós comentá-lo até ao dia 18 do mesmo mês. Como se vê, o processo era muito dinâmico.

Finalmente, havia um novo programa comunitário BIOMED, desenvolvido no seio do próprio Programa-Quadro da Comissão. Tínhamos de indicar uma lista de 20 peritos portugueses que, depois de seleccionados, pertenceriam aos painéis de avaliação dos respectivos projectos. Foi logo feito ali um esboço, a completar “à tête reposée”.

Como se pode ver, o despacho de um Director-geral com um Secretário de Estado é muito mais específico e próximo dos casos concretos do que uma sessão de trabalho entre um Secretário de Estado e um Ministro que, naturalmente, tratam mais de orientações gerais.

\*

Em 8 de Novembro recebi o Dr. Rui Vilar, comissário da exposição Europália que iria ter lugar em Bruxelas daí a uns meses. Era preciso assegurar que nela tivessem lugar alguns acontecimentos relativos à Ciência. Trocámos impressões sobre isso. Eu próprio vim a participar em realizações sobre o sector, uma delas na Academia de Ciências Belga.

\*

Como já referi, algumas vezes, eu atribuía muita importância à realização de um exame à nossa Política de Ciência e Tecnologia pela OCDE. Este tipo de exercício é corrente: um país-membro sujeita uma sua política sectorial à análise de uma série de peritos, internos e externos da Organização que a escarpeliza e discute com os responsáveis nacionais. Nesses exames é vertida toda uma grande acumulação de competências: as dos que, na própria casa, foram tratando dos secto-

res em causa ao longo de muitos anos e as de especialistas que eles conhecem nos países-membros e que vêm trazer o fruto da sua experiência nos seus países ou noutros nos quais trabalharam. O exercício não é para enaltecere a política examinada. E Portugal sabe bem disso, porque o exame anterior tinha corrido mal para nós. Por isso eu queria fazer apagar, o mais rapidamente possível, essa má impressão, até porque estava certo de que desta vez, sairíamos bem do exame e isso espalhar-se-ia pelos meios que nos interessava cultivar: a Comissão Europeia e, especialmente, as suas Direcções-gerais ligadas à Ciência, Tecnologia e Indústria, as comunidades científicas dos diversos países da OCDE, as comunidades empresariais correspondentes e, naturalmente, o público em geral.

No dia 12 de Novembro tive um contacto com o Embaixador de Portugal junto da OCDE, o Eng.º Fernando dos Santos Martins, meu antigo colega no X Governo para acertar datas. Os relatórios já haviam sido enviados aos examinadores e à JNICT. Teriam de ser comentários remetidos ao secretariado da OCDE até daí a uma semana. Depois, eles precisariam de uns dois meses para digerir todos os dados e observações até estarem prontos para discutir o relatório final. Assim foi feito.

\*

No dia 12 de Novembro voltei a despachar com o presidente do JNICT, Prof. Carlos Salema, para continuar o trabalho anterior. No âmbito do programa COST (European Cooperation in Science and Technology) era preciso definir acções para nos integrarmos nas redes de investigadores que já estavam em operação. O programa havia começado em 1971; portanto, já tinha vinte anos de operação nessa altura. Ele permitia a cooperação entre investigadores da Comunidade ou de fora dela. Deveríamos aproveitar o trabalho já consolidado e integrar uma ou outra rede que nos fizesse andar mais depressa. Não havia dinheiros envolvidos. Era uma malha semelhante ao EUREKA, tão cara ao Presidente Mitterrand. Visava, fundamentalmente, a fase pré-normativa da acção e acabavam, as suas acções, por desembocar em projectos do programa-quadro. Era uma boa maneira de nele entrar e parecia-me que os sectores em que ele poderia ser mais rapidamente operacionalizado entre nós seriam os seguintes: telecomunicações; transportes; materiais; meteorologia e ambiente. Deveríamos começar por estruturar as nos-



sas próprias “mini-redes” que depois iriam beneficiar de um encaixe em redes mais alargadas e com mais experiência.

Decidimos declarar o Instituto do Coração como instituição relevante para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Tínhamos sido solicitados a colaborar na formação de técnicos na área da informação ao abrigo da cooperação com Cabo-Verde. Decidimos aguardar propostas concretas, porque de “protocolos-chapéu” estávamos nós servidos e era preciso começar a ser mais objectivo.

Pedi-lhe para ele sugerir algumas competências do Secretário de Estado da Ciência que pudessem ser delegadas no presidente da JNICT e, assim, facilitassem a sua acção, particularmente no que respeitava a decisões relativas aos projectos com apoio comunitário.

Eu tinha proposto ao meu colega da Indústria que lançássemos uma Agência de Inovação para valorizar os resultados da investigação e para estimular as empresas a recorrer mais à investigação. Começámos, então, a ver quem poderia integrar a sua comissão instaladora. A ideia era constituir uma empresa com 3 milhões de contos de capital para poder actuar; 71% do capital viria do STRIDE; 29% seriam completados pelo Orçamento do Estado, por bancos, pelo IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais.); etc. As decisões do STRIDE (community initiative for research, technology and innovation) teriam de ser sempre homologadas por dois Secretários de Estado (o da Ciência e o da Indústria); era uma obrigação pesada que convinha agilizar. Fizemos, também, a avaliação da COCEDE (Comissão Permanente para a Cooperação Científica e Técnica com as Comunidades Europeias e com a OCDE – 1971). Finalmente, pedi elementos para começar a preparar o meu discurso em Bruxelas, a proferir no quadro da Europália 91, no dia 10 de Dezembro, sob o título “A Ciência em Portugal”, o qual está publicado (Discursos VII).

\*

Em 21 de Novembro participei em Viena numa reunião do programa COST que, como se sabe, é uma rede de cooperação entre centros de investigação europeus. O anfitrião sublinhou a importância da cooperação como motor da evolução e,

depois, insistiu na importância da nossa abertura aos países do leste da Europa. Todos os países falaram e não somente os Doze da Comunidade. Participaram, ainda e activamente: a Islândia, a Polónia, a Hungria, a Checoslováquia (ainda era assim) a Suíça, a Suécia, a Noruega, a Turquia e o Parlamento Europeu.

O ministro holandês, Andriessen, representava o Conselho de Ministros da Comunidade (era a Holanda que estava de turno). Estabeleceu relações entre o COST, o EUREKA e o programa-quadro de investigação da Comunidade. No âmbito do COST, a investigação era financiada pelos governos e havia um apreciável grau de desburocratização; tinha-se assegurado sempre a qualidade e esse era um atributo que se deveria manter. A reunião que agora se celebrava deveria fazer-se com uma periodicidade de cinco anos para podermos apreciar os progressos feitos e fortalecer a rede.

O Vice-presidente Pandolfi homenageou a instituição que levou à fundação do COST e aos programas MACE, BRITE e EURAM. Referiu, também, como havia surgido o 1.º Programa-quadro da Ciência e Tecnologia da Comunidade e as sinergias estabelecidas entre ele e o programa EUREKA (rede pan-europeia de organizações industriais de investigação e desenvolvimento). Referiu-se ao sucesso da cooperação COST, sem estruturas institucionais próprias, mas apoiada na vontade de todos, à integração dos países da EFTA e à necessidade de nos abriremos aos países da Europa de Leste.

Falaram, naturalmente, todos os países que integravam a rede, os quais referiram: A importância da partilha de conhecimentos e da troca de informação e de resultados. O encorajamento à pesquisa. A necessidade de convencer os investigadores de que a cooperação era um instrumento importante. A nova fase em que a Ciência não era dirigida pela Política, mas antes pelos seus próprios intérpretes. Saudaram o apoio da Comunidade Europeia aos países de Leste. A necessidade de colaboração entre os industriais e os investigadores, nomeadamente na fase de grande transformação da economia que se estava a atravessar. A conveniência de se outorgar mais autonomia às universidades e aos centros de investigação. A formação dos jovens investigadores deveria merecer a maior atenção. As ligações directas entre universidades dos diversos países deveriam ser estimuladas. O COST tinha aberto as portas a outras formas de cooperação na Europa. A importância

dos centros de excelência. A Europa alargada já não era uma utopia. A mobilidade dos investigadores era fundamental.

Como se vê, pelas referências feitas aos temas, a reunião foi muito dominada pela quase euforia que se verificava após a queda do muro de Berlim. Muitos países participavam num encontro do COST pela primeira vez e depositavam na rede muitas esperanças. As referências à autonomia dos centros de investigação em relação ao poder político reflectiam um misto de alívio e de esperança. Viviam-se, na Europa, um clima de grande expectativa.

\*

Eu ainda despachei directamente com a JNICT até o novo Secretário de Estado, que tinha já tomado posse, estar dentro das matérias em curso. Foi o que fiz em 22 e em 26 de Novembro. Époça em que já estava em curso o trabalho preparatório do novo exame à nossa Política de Ciência e Tecnologia pela OCDE; mas não se encontrava nos arquivos nenhuma cópia do relatório do primeiro exame. Tivemos de a obter, particularmente, junto de um investigador mais organizado que havia participado no exercício e guardado um exemplar na estante. Devo dizer que passei a minha vida, nos locais onde trabalhei, a recomendar a preservação dos arquivos e a sua organização. Há sempre um momento em que é preciso ter a memória do que foi feito; sem arquivos não é possível. Nós só sabíamos que o exame não tinha corrido bem, por tradição oral. É evidente que deveria haver muitas cópias “sepultadas” em muitos lados. Mas não estavam acessíveis, porque ninguém havia curado de organizar arquivos. Irão um dia aparecer quando as pessoas já não souberem para que é que aquilo serviu e, nessa ocasião, irão mandar queimar tudo, perdendo-se a recordação de uma operação que, no seu tempo, foi importante.

As transferências bancárias para os bolsiros tinham sido todas efectivadas de maneira a que a sua vida pudesse concentrar-se nas investigações que estavam a fazer. É das coisas que mais pode perturbar a sua vida, particularmente se estão fora e não dispõem de recursos pessoais. Por isso, não se pode descurar este aspecto administrativo.

As pequenas universidades recém-fundadas tinham dificuldades na preparação das candidaturas. Por exemplo, a da Madeira não dispunha de quadros devidamente preparados, mas queria criar um centro multidisciplinar com quatro valências: ciências agrárias, ciências da saúde, ciências do mar e tecnologia de informação. Mas a Comissão Instaladora da Universidade lutava contra a falta de quem preparasse o processo. O Governo Regional não a deixou desamparada e fez tudo o que era preciso, mas com uma dotação pelo menos o dobro da necessária!... Foi tudo reduzido às proporções certas com a exigência adicional de se encontrar alguém que gerisse os dinheiros e assegurasse que o dito centro ia mesmo ser instalado!... A vontade de estar em todos os programas era grande e eu compreendia a intenção. Mas não podia deixar de assegurar que tudo fosse feito com o maior rigor.

O CERN, em Genève, é uma grande instituição de investigação, onde nós temos investigadores a colaborar e a adquirir formação do mais alto nível. Mas é um “club” caro!... Todos os anos tínhamos problemas para completar a nossa quota; em 1991 não se fugiu ao costume; pelo que, em Novembro, estavam 165.000 contos a descoberto, mas não havia dinheiro para despesas correntes, só para despesas de investimento. Tinha que se encontrar uma solução sem ferir as regras... Ainda por cima, no dia 16 de Dezembro seguinte, começava a reunião do próprio conselho do CERN e eu havia convidado o respectivo presidente, Sir William Mitchell e o Prof. Carlo Rubia para nos visitarem no princípio de 1992, porque queria que fossem muitos mais jovens investigadores a adquirir a sua formação na instituição; não poderíamos estar lá sem ter pago inteiramente a quota nem nos vinha primar pela ausência... Estava em construção o novo acelerador de partículas (LHC) que não parava de aumentar os custos; o nosso delegado deveria votar contra novos aumentos orçamentais e justificar porque é que nós insistíamos na celebração de novos contratos de serviços em Portugal; estes foram efectuados na ocasião, abrindo o caminho para uma colaboração que se tornou quase rotina. Nesse dia soube que organizações como o CERN, o ESO, a ESA e o EMBO iriam participar na EXPO'92. Era preciso estabelecer ou reforçar laços com os quatro.

\*

Eu conhecia o Prof. Simões Lopes há muitos anos. Ele era, em 1991, o Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (1087-1991) mas as nossas relações vinham de interesses comuns: ele ensinava Economia Regional no Instituto Superior de Economia e Gestão e escrevia sobre as relações entre o desenvolvimento e o espaço; eu era professor de Planeamento Territorial na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Encontrávamo-nos com alguma regularidade em realizações académicas ou de natureza técnico-política em que ambos éramos convidados para intervir. Mantivemos sempre relações de simpatia mútua e de boa cooperação.

Em 2 de Dezembro ele veio apresentar-me o 3.º Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa que teria lugar na Escola de Turismo, no Estoril, de 13 a 15 de Abril de 1992. Seria uma reunião de cerca de 90 associados, professores e investigadores. Viriam alguns representantes de universidades brasileiras.

Mantinha-se como axial a temática do Português. Mas ele queria abordar o tema da Ciência e Tecnologia e das suas infraestruturas; pretendia incluir os estudos de viabilidade dessas infraestruturas. Quais deveriam ser construídas e qual a sua dimensão? Achava que se tomavam decisões, neste domínio, sem grandes estudos de viabilidade prévios e que isso era negativo.

Este era o introito para abordar o verdadeiro motivo da audiência: o Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa. As escolas mais envolvidas no Parque pertenciam à Universidade Técnica de que era exemplo mais evidente o INESC. Mas havia outras a que era preciso dar audiência e que estavam a concertar-se em relação à sua participação no Parque. Por outro lado, ele sabia do interesse da Universidade Clássica de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa de também se envolverem na realização. Perguntava-me se não seria aquele o momento adequado para elas terem a sua representação própria? Era para mim evidente que as duas universidades poderiam entrar quando quisessem; só teriam que mostrar o seu interesse em participar. Recomendava-me que além da investigação, houvesse no Parque a função de formação e não somente de investigadores ou “post-doc” mas também intermédia porque os trabalhos de investigação não poderiam passar sem a colaboração de numerosos técnicos. Eu estava, natural-

mente, de acordo com ele. Ele veria como muito adequada a presença no parque de uma unidade de formação na área da Engenharia e Gestão Industrial. Como se sabe, o Instituto Superior Técnico acabou por lá localizar uma grande instalação interdepartamental.

Considerava que o Parque representava uma grande perspectiva de expansão da Universidade. Eu estava de acordo.

Nunca compreendi, todavia, que, para me falar do Parque de Ciência e Tecnologia tivesse de começar por me falar do 3.º encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa...

\*

Continuei a despachar com a JNICT directamente. No dia 2 de Dezembro os temas foram variados:

A respeito do exame solicitado à nossa política de Ciência e Tecnologia, a OCDE informou-nos de que tinha analisado os nossos comentários ao seu “draft” e que iria incluí-los no relatório final.

Durante a presidência portuguesa da Comunidade Europeia iria decorrer, em Paris, uma reunião dos Ministros da Ciência da organização. Deveríamos concertar-nos entre nós, os ministros comunitários, uma hora antes da reunião alargada.

Depois das iniciativas de vários de nós, com relevo para a do ministro alemão, Riesenhuber, prosseguia o interesse na discussão do tema da Bioética. O ministro holandês propôs que ela se fizesse em Lisboa. O mais natural é que não fosse possível realizá-la no âmbito da presidência portuguesa, então já completamente preenchida com conselhos e outros encontros.

A reunião do CREST seria em Maio, em Lisboa e nos Açores; eu teria de presidir aos trabalhos.

As negociações com o Fundo CERN continuavam, procurando chegar a melhores condições financeiras para a nossa participação.

Ficou decidido destacar uma técnica do gabinete da Secretária de Estado do Planeamento para a JNICT para acompanhar a elaboração das candidaturas aos fundos europeus, de modo a não haver atrasos; durante essa permanência ela própria formaria dois elementos da casa.

No dossier “Mar” tinha havido numerosas candidaturas. Tantas que perturbaram os peritos reunidos sob a presidência do meu estimado amigo. Prof. Luís Saldaña. Ora, como este tinha de partir para uma missão no Ártico na manhã seguinte, teve o presidente da JNICT de assegurar a continuação da reunião. Mas como esta pôs em primeiro lugar a aquisição de uma sonda multifeixes para uma determinada instituição e isso esgotaria a maior parte dos meios disponíveis, não deixando quase nada para todos os outros, o Ministro do Mar não havia homologado a proposta e ter-se-ia de voltar ao princípio da discussão... já com os ânimos pouco serenos. Havia que esperar!

Uma coisa que me preocupava justificadamente era a omissão de informação obrigatória sobre um ou outro dos blocos dos contratos definidos nos regulamentos. À portuguesa, como não dispunham dela, em vez de a procurar com mais afincio, enviavam os contratos assinados mas sem preencherem os quadros com a informação requerida. Era evidente que eles voltaram para trás, perdendo-se tempo e paciência. Mas não se poderia facilitar uma só vez; se o fizéssemos não conseguiríamos mais fazer cumprir o preceituado.

Em relação aos museus de Ciência havia propostas interessantes. Eram 26 as candidaturas apresentadas. As que sobressaíam respeitavam: à Faculdade de Ciências do Porto (Museu de História Natural, Museu da Ciência e Centro de Divulgação da Astronomia); ao museu de Coimbra, onde estava o acervo que se exibira na Europália (Charleroi) e que tanto sucesso despertara e ao Museu da Faculdade de Ciências de Lisboa. Conseguimos melhorar muito o alojamento dessas colecções. Tanto o Governo da China como a Academia das Ciências da Rússia haviam manifestado o seu interesse em celebrar acordos com Portugal no domínio da Ciência e Tecnologia. Havia que analisar os termos em que eles propunham celebrá-los. Muitas vezes há dificuldades de relacionamento entre as Direcções-gerais em Lisboa e os representantes dos sectores correspondentes na REPER (Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia) , em Bruxelas. O pretexto invocado é sempre a falta de tempo. Mas, algumas vezes, surpreendi situações em que havia falta de vontade. São sempre arrelhadoras estas manifestações de resistência, especialmente quando há poucos quadros para assegurar as relações, tanto num lado como no outro. A solução é... ter muita paciência...

\*

Eu guardo uma grande recordação do Eng.<sup>o</sup> Rui Gonçalves Henriques do SNIG (Sistema Nacional de Informação Geográfica), primeiro como projecto de investigação e depois como serviço de linha. Como já disse, nesta condição ele passou para a tutela do Secretário de Estado da Administração Local. Mas, em 4 de Dezembro de 1991 eu ainda o recebi a despacho na sua condição anterior.

Tínhamos recebido uma proposta da ACER (Associação das Empresas Produtoras de Pasta de Celulose) a oferecer a cobertura integral do território contra uma retribuição constituída por uma cópia da base de dados digitalizada. Era preciso reflectir.

Dever-se-ia fazer uma pequena exposição, no nosso centro no Terreiro do Paço, a explicar o que era o SNIG e o CNIG, seu órgão de coordenação (Centro Nacional de Informação Geográfica). Tinha havido uma reunião entre o CNIG e o Serviço Cartográfico do Exército, instituição da maior qualidade técnica e prestígio, com a qual deveríamos colaborar de perto. Manter-se-ia no Serviço Geográfico-Cadastral a cartografia juntamente com o cadastro. Havia receitas importantes estimadas que era preciso assegurar.

A cooperação, neste campo, com os PALOP era sempre muito estimada. Mas havia que escolher com critério quem a iria realizar. Este campo é muito propenso à celebração de trabalhos “por fora”...

O ano de 1992 era o Ano Internacional do Espaço. Era preciso fazer alguma coisa, para o comemorar em colaboração com os PALOP. Para me tranquilizar, havia já financiamento previsto no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da Cooperação. Talvez se pudesse fazer um Seminário sobre geodesia em colaboração com o Instituto de Investigação Científica Tropical e com o Instituto Geográfico-Cadastral, envolvendo também a JNICT e a Sociedade de Geografia. O local alvitado foi o Centro Cultural de Belém, ainda em acabamento. Talvez isso pudesse figurar também no âmbito das Comemorações dos Descobrimentos.

1992 era o ano do centenário da fixação definitiva das fronteiras de Moçambique. Era preciso assinalar o facto, envolvendo o IICT e, em particular, o seu Arquivo Histórico Ultramarino (Centro de Estudos de Cartografia Antiga) e um especialista em Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, além de outros peritos.



Soube que, no âmbito das comemorações do Ano Europeu do Espaço, a França, através do Centro Pompidou, tinha preparado uma colecção chamada “Cartes et Figures de la Terre”. Custava cerca de 4 contos cada conjunto. Além das cartas propriamente ditas havia uma publicação referindo a evolução da mentalidade acerca da representação da Terra.

Havia uma proposta para construir um satélite português – o PSAT 1. Nessa época existiam dezenas de projectos de satélite. Mas o lançamento de um deles só se justificaria se ele contribuísse para alguma coisa de muito prático para o nosso desenvolvimento. Não se poderia estar a despende dinheiro em projectos inconsequentes mesmo que fossem científica ou tecnologicamente interessantes. Já havia uma proposta de candidatura ao programa “Science for Stability”. Era preciso ver se isso não esgotaria as nossas verbas, quem seriam os nossos parceiros e que benefícios viríamos a colher de uma eventual participação.

Um indicador que merecia sempre grandes reparos, na ocasião da distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro, era o chamado Índice de Relevância que, quanto mais elevado fosse mais beneficiaria os Municípios. Por isso os Concelhos mais montanhosos insistiam sempre em ver aumentado o valor desse indicador, criticando muito a forma de o calcular. Na essência ele era constituído pelo quociente da área “enrugada” pela projecção plana da mesma. Esta não oferecia grandes dúvidas quanto ao seu cálculo mas aquela não era fácil de aferir. O CNIG tinha-o feito com base na escala 1:250.000. Só havia para o Continente. Eu esperava que a precisão contentasse os Autarcas dos Municípios mais acidentados. Não se justificava estar a despende muito dinheiro num parâmetro que tinha uma influência pouco expressiva naquela distribuição.

Foi-me proposta a assinatura de um protocolo entre os maiores utilizadores de cartografia de grande escala com vista à coordenação das bases de referência a nível de cada Município. Dei indicações para averiguarem a receptividade que isso teria.

Nessa ocasião, Macau ainda estava sob administração portuguesa. Havia a hipótese de colaborarmos com o seu Governo, tendo em vista o fornecimento de toda a informação que haveria de ser colocada em cima da base cartográfica que já estava digitalizada. Dei indicações para que se fizesse uma proposta que eu próprio entregaria ao Governador.

O programa CORINE (CORINE – LAND COVER – Coordenação de Informação sobre Ambiente) estava a ser estendido para a bacia mediterrânica. A França estava já a apoiar a Tunísia e a Espanha Marrocos. Havia a hipótese de nós transferirmos a nossa experiência, apoiando a Argélia. Era preciso comunicar isso ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Era bom ver como seria possível apoiar o CNIG através do CIENCIA, no seu programa de infra-estruturas de uso comum. O problema era que já se tinha passado a fase intensiva de investigação; estava-se em plena aplicação do que havia sido apreendido.

\*

O novo Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Prof. Doutor Manuel Fernandes Thomaz, tomou posse no dia 19 de Dezembro, a meio da tarde.

\*

Já referi as boas relações que mantive com o vice-presidente Filippo Pandolfi, que exercia as funções de comissário responsável pela Ciência e Tecnologia. Ele viria a Lisboa para combinarmos a forma como nos deveríamos articular para dar um grande impulso ao sector, durante a presidência portuguesa.

Na manhã do dia 20 de Dezembro registei, no meu caderno de notas, as coisas que não me deveria esquecer de lhe dizer. Tinha de começar pelo enunciado das prioridades da nossa presidência, para ele ter uma visão de conjunto da nossa posição. Depois deveria lembrar que tinha havido mais países a manifestar-se pela elaboração de um 4.º Programa-quadro do que os que pretendiam uma mera revisão do terceiro. Mas, no âmbito do novo programa, haveria partes que reclamavam a sua aprovação por unanimidade e em co-decisão com o Parlamento Europeu; já me referi às pressões pouco discretas que o presidente da Comissão Parlamentar respectiva, o Signor La Pergola (posteriormente foi Ministro da Ciência do seu país), tinha vindo a desenvolver para que não fosse de outra forma. O período do novo Programa-quadro deveria ser de cinco anos que é um prazo razoável para tomar decisões e lançar os programas respectivos; mas seria sensato prever a costumada “mid-term review” para poder corrigir a trajectória em um ou outro



FIG. Com o director da Escola Alemã do Porto.

programa. Os programas específicos deveriam ser aprovados por maioria qualificada mas em consulta com o Parlamento Europeu; fazê-lo sem essa associação conduziria a grandes perdas de tempo para “remendar” processos que, com um pouco mais de esforço, entrariam em operação facilmente. Voltava a aparecer com insistência a ideia dos programas “sobrepostos” em parte do seu período de programação; não eram “planos deslizantes”, com um dado período mas revisitados todos os anos; eram mesmo sobrepostos durante alguns anos. E, como não haviam sido concluídos, ainda tinha que se entrar em linha de conta com os “restos” dos 2.º e 3.º Programas-quadro. Assim o 2.º Programa-quadro de 5 anos e que durara de 1987 a 1991 teria os anos de 90 e 91 em sobreposição com o 3.º Programa-quadro que duraria desde 91 a 94; o 4.º Programa-quadro que se tratava agora de lançar duraria de 93 a 97, tendo os anos de 93 e 94 em sobreposição com o terceiro. Eu estava seguro de que não se conseguiria a unanimidade dos países para uma revisão do programa-quadro já em curso; por isso, numa atitude pragmática deveria logo partir-se para a feitura de um novo que, aliás, levaria cerca de dois anos a elaborar; quer dizer, durante o ano de 1993, nós estaríamos a aprovar o 4.º Programa-quadro, se andássemos a boa velocidade. A questão da forma a adoptar para a sua aprovação gerava grandes discussões com os juristas da Comissão. Eram eles que achavam um erro a fórmula da unanimidade acompanhada de co-decisão com o Parlamento. Consideravam-na como paralisadora do processo de decisão. Aceitavam como menos má a maioria qualificada com co-decisão. Mesmo assim, era o máximo que eles admitiam. Isso passava-se porque não havia, ainda, grande experiência em matéria de co-decisão e eles queriam garantir a fluidez dos processos.

Dos 5,7 milhões de MECU, do 3.º Programa-quadro, havia um entendimento que 2,5 milhões respeitavam aos anos 90, 91 e 92 e que a maior parte (3,2 milhões de MECU) se destinariam aos anos de 93 e 94, quando já estivessem aprovados e lançados os programas específicos. Havia uma hipótese de reforço do 3.º Programa-quadro, com 2,0 milhares de MECU, especialmente orientados para os anos de 93 e 94; mas ainda não era certo que viéssemos a dispor deles.

De qualquer forma, para se ser realista, o 4.º Programa-quadro só começaria em pleno durante 1994 porque para isso era preciso ter aprovados os programas es-

pecíficos que representavam os instrumentos para transferência dos dinheiros. O programa-quadro era só um quadro geral de referência... a parte operacional tinha de ser garantida pelos programas específicos que reclamavam mais alguns meses para serem avaliados e aprovados. Era por isso que eu dizia que, para se ser realista, se deveria contar com o arranque do novo Programa-quadro só no princípio de 1994. E, mesmo assim, ele começaria “aos soluços”... porque não seria natural que todos os programas específicos fossem aprovados ao longo de 1993, nomeadamente porque se tinha de considerar que, ao longo dos anos de 93 e 94, ainda estariam em curso alguns programas específicos do 3.º Programa-quadro. Com o Vice-presidente Pandolfi a conversa decorria sempre em francês. Ele era da velha guarda, originário de Bérghamo e muito frequentador da Suíça francófona.

Ocupámos toda a tarde na nossa reunião. Não havia diferenças de fundo nas nossas posições e reinava, de facto, um clima de grande confiança mútua.

Tinha havido uma comunicação da Comissão ao Conselho, dizendo que fora do Programa-quadro não se deveria contar com mais nenhuns apoios; isso significava que tínhamos de proceder à integração de numerosas coisas que “andavam por fora” porque tinham ido surgindo e sendo adoptadas. Mas eu compreendia muito bem que a Comissão, por meras razões de boa-gestão, quisesse concentrar tudo no Programa-quadro.

A avaliação pretendida do 3.º Programa-quadro não era só relativamente ao seu conteúdo; a preocupação dirigia-se especialmente aos procedimentos que haviam sido definidos ao longo do tempo e não contribuíam para uma avaliação fácil dos esforços em curso. A Comissão tinha pressa em chegar a conclusões relativamente ao grau de consecução dos 2.º e 3.º Programas-quadro e à avaliação dos resultados obtidos.

Haveria uma avaliação preliminar da situação logo no dia 5 de Fevereiro seguinte em ligação com o “Paquet Delors II”. Tratava-se, especialmente, de ver com quanto dinheiro se deveria contar dos dois programas-quadro anteriores para se poder estimar com realismo o que o deveria complementar.

Este tipo de coisas sucede quando uma nova área começa a ser objecto de preocupação. Não se sabe muito bem o que será adequado prever; e depois surgem muitas ideias novas, habitualmente relevantes, para as quais se vai

buscar apoio de muitos lados. O resultado é um “patchwork” que convém ordenar; era nessa fase que se estava.

Uma primeira proposta do 4.º Programa-quadro deveria estar disponível para ser apreciada no nosso Conselho do dia 29 de Abril. A partir daí eu deveria contar com a participação num “trílogo” entre o Conselho, a Comissão e a Comissão de Ciência do Parlamento Europeu. Mas, em fins de Abril, além de uma proposta do Programa-quadro deveria haver já as grandes linhas dos programas específicos e uma proposta de decisão do Conselho (nos termos do parágrafo 2 do artigo 130-I do Tratado), conforme nos era exigido formalmente. Era evidente que o programa-quadro tinha de possuir alguma elasticidade para ser adaptado ou completado em função da avaliação “in itinere” a que teríamos de proceder.

O trílogo deveria realizar-se em duas sessões, o mais tardar em Maio, de maneira a que pudesse haver, durante Junho, um encontro formal entre os presidentes da Comissão e do Parlamento com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português a representar o Conselho.

Estava em causa definir os procedimentos legislativos e orçamentais, tanto do programa-quadro como dos programas específicos. O primeiro deveria ter como foco a investigação pré-competitiva mas atendendo a todos os elos, desde a investigação fundamental até às tecnologias-chave. (Não apoiando a investigação “curiosity-oriented” mas olhando para a investigação de base que fosse, realmente, necessária). Impunha-se observar uma preocupação de excelência e aumentar a coesão entre as instituições europeias e, afinal, também, entre os países.

Deveríamos dar continuidade às nossas discussões sobre bioética, chegando à formulação de regras orientadoras para a investigação no domínio das ciências da vida. O próprio Presidente Delors interessava-se por este domínio.

Eu, na minha visita ao CERT (Parlamento), deveria mencionar a vontade de trocar impressões com eles a respeito do programa-quadro e dos programas específicos. Falámos ainda de outros temas. A dissolução da comunidade científica da ex-URSS estava a causar muitas apreensões. Nós já tínhamos contactos com alguns representantes dos países da Europa de Leste mas não com a União Soviética. Soubemos que havia um risco de dispersão e que os países detectados como destino dos investigadores eram, particularmente, o Paquistão, o Iraque e

a Líbia. Isso não augurava nada de bom. Já estava combinada para Janeiro uma reunião em Bruxelas com representantes da Polónia, da Hungria e da Checoslováquia. Por outro lado, estavam em preparação acordos com a Austrália e com a América Latina. Queríamos muito estabelecer acordos de cooperação com os países do Mediterrâneo; mas não era fácil encontrar os interlocutores de instituições de excelência que pudessem associar-se a outras europeias.

Falámos ainda da pesquisa oceanográfica. Tinha havido uma diligência para cooperar com a Royal Navy no desenvolvimento do projecto de uma embarcação apetrechada para salvar submarinos avariados pousados no fundo do mar. Mas havia outras ideias... E eu voltei a falar-lhe na criação de um Instituto das Ciências do Atlântico que ele logo contrapropôs que fosse do Mar...

Finalmente, eu falei-lhe na minha ambição de fazer conhecidos no resto da Europa, alguns membros distintos da nossa comunidade científica e de organizar a apresentação em Portugal dos diversos programas específicos que, entretanto, haveriam de ser definidos. Ele sugeriu que, durante a minha próxima ida a Bruxelas, falássemos com o Prof. Fasella para estabelecermos as formas práticas de proceder. Entretanto, os investigadores portugueses descobriram os caminhos para chegar aos seus colegas europeus; hoje já não é necessário apresentá-los; eles conhecem-se todos uns aos outros, através da realização de trabalhos em comum; é a melhor maneira de estabelecer relações duradouras.

Por esta descrição, pode-se avaliar o grau de confiança que existia entre o ministro português e o comissário europeu que tinham a responsabilidade pelo sector da Ciência.

\*

No dia 30 de Dezembro recebi o Eng.<sup>o</sup> Fernando Belo que nos representava no conselho de administração do CERN (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire). Já me referi a este como um clube caro, mas ao qual é importante pertencer, porque constitui uma instituição de investigação de ponta e porque quem é seu fornecedor adquire automaticamente projecção mundial porque os seus responsáveis são exigentíssimos em matéria de qualidade.

Eu mantinha conversas aplicadas com o Ministro das Finanças acerca do pagamento da respectiva quota. Ele tentava dissuadir-me de frequentar locais tão “chics”... Quando eu abordava o assunto com o Primeiro-Ministro ele recambiava-me para o Ministro das Finanças... e este queria que eu cortasse noutra rubrica qualquer!... Enfim, um exercício de perseverança.

Seguramente que, para nós, seria mau sair do CERN e muito complicado propor renegociar outra vez a nossa quota. A resposta certa era procurar retirar os maiores benefícios possíveis da nossa pertença ao Centro. Por outro lado, eu tinha pressa em também aderir à ESA (European Space Agency), junto de quem eu próprio tinha entregue a nossa candidatura, estando nessa altura a decorrer as respectivas negociações. Ainda não havia apresentado a candidatura ao EMBO, por razões estritamente financeiras. E, todavia, nós dispúnhamos de um plêiade de bons cientistas nas áreas da biologia e da química que poderiam aproveitar as oportunidades que uma pertença à organização permitiria.

Por outro lado, o facto de estarmos no CERN autorizava-nos a ter acesso ao maior acelerador de partículas do mundo o LHC (Large Hadron Collider), nomeadamente em termos industriais. Mas era preciso saber em que domínios o poderíamos fazer; decidi, nesse dia, encomendar um estudo que nos apontasse o elenco dessas possibilidades para o divulgar, tanto junto dos industriais como dos investigadores.

Viriam, brevemente, a Lisboa os Professores Mithcell e Rubia, responsáveis pelo CERN (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire). Era preciso organizar uma visita que os deixasse bem impressionados.

Não éramos só nós a ter dificuldades com a quota do CERN. Em Espanha tinham o mesmo problema, com a agravante de quererem fazer uma unidade de partículas em Sevilha que não iria longe se não fosse construída em parceria com o CERN; era o que eles também queriam, mas achavam caro!... Eu entendia que se deveria dar tudo por tudo e fixarmo-nos um prazo de cinco anos para fazer uma avaliação desapaixonada da nossa adesão ao CERN: o que havíamos feito? o que tínhamos ganho? Quais os objectivos novos ao nosso alcance?... Para isso, deveríamos constituir um comité de avaliadores independentes nacionais e estrangeiros, do mundo da ciência e do da indústria. Feito isso, poderíamos tomar uma decisão fundamentada. E, entretanto, deveríamos fazer o máximo para mandar para lá



investigadores e estagiários e apresentarmo-nos a todos os concursos de provimento que eles abrissem. Mas havia, ainda, o problema do fundo de pensões do CERN. O representante português que eu havia designado era o próprio Eng.<sup>o</sup> Fernando Belo. Folgo por o ter feito, porque ele esteve nesse posto mais de vinte anos, chegando a ser o seu presidente e tendo prestado serviços inestimáveis nessa posição. É muito importante garantir os lugares a que temos direito com pessoas competentes e empenhadas.

\*

No dia 31 de Dezembro tive o meu primeiro despacho com o novo Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia. Já tinha o seu gabinete completo e havia entrado nas matérias com facilidade. Falava como se estivesse no seu posto há meses; porém, só lá estava há dez dias!

Começámos pelo exame, pela OCDE, à nossa política científica ao qual eu já me referi, atribuindo a maior importância à sua boa realização. Tínhamos enviado a nossa resposta aos quesitos que apresentaram. Eu gostaria de saber quantos elementos formariam a delegação. Seria o nosso Embaixador, o Eng.<sup>o</sup> Fernando Santos Martins a informar-nos disso, logo que soubesse.

Face à decisão de extinguir o INIC (Ministério da Educação), o seu presidente demitiu-se, como forma de protesto. Decidi receber os membros da sua comissão executiva e os presidentes dos seus diferentes conselhos científicos. Do passado, havia delegação de algumas competências do Secretário de Estado da Ciência, no próprio presidente do INIC, apesar da tutela do Instituto ser de outro Ministro. Face à sua demissão decidi que elas fossem avocadas; respeitavam à concessão de bolsas em situações devidamente caracterizadas. Mas havia um problema arrelviador: em 1991, o orçamento do INIC era de 2.880.000 contos; quando me foi passado, em 1992, havia sido reduzido para 2.500.000... Era um número mais redondo, mas eu tinha que arranjar em qualquer parte 380.000 contos para poder fazer o mesmo!... Contava-se, seguramente, com uma racionalização das despesas...

O INIC, na ocasião da extinção, com passagem das suas obrigações para o Ministério do Planeamento dispunha de 308 funcionários, em quadro próprio. Os serviços centrais tinham cerca de 60 funcionários. Investigadores eram somente

uma centena. Os cerca de duzentos restantes eram administrativos técnicos. Não poderia continuar assim!

O Instituto de Investigação Científica Tropical exibia um rol de realizações invejável. Parecia-nos, aos dois, que se poderia fazer ainda melhor, se ele estivesse integrado numa universidade que assegurasse a formação em alguns dos domínios em que ele tinha actividade, nomeadamente na cooperação com países tropicais. Era preciso fazer algumas nomeações de representantes do Secretário de Estado em vários programas europeus. Quis ouvir a minha opinião acerca dos que tinha em mente.

\*

Já o referi a respeito de outros temas: detesto ser encarregado da extinção de instituições enraizadas. Dá muito mais trabalho e arrelias do que constituir uma nova. Mas tive que extinguir algumas, tendo sempre aceite o encargo com disciplina militar. Uma delas foi o Instituto Nacional de Investigação Científica ao qual já me referi algumas vezes. Eu pretendia fazer os menores estragos possíveis; por isso ouvia o parecer de quem tinha estado dentro das instituições a extinguir e poderia facultar informações úteis. Foi o que aconteceu no dia 7 de Janeiro quando recebi o Prof. Portugal Ferreira.

Tinha uma perspectiva favorável da instituição. Recomendou a extinção de três centros que operavam no seu âmbito. Mas considerava que, por exemplo, o Conselho das Ciências Naturais trabalhava com muita seriedade e utilidade. Achava que a melhor coisa que o INIC havia feito era a introdução da avaliação anual da actividade dos centros. Em certos sectores, o INIC havia contribuído para manter actualizados muitos académicos e isso tinha um valor inestimável para se poder arrancar com um novo impulso que ele sabia ser minha intenção. Sugeria que os centros tivessem tutela dupla: a das universidades, onde estavam sediados, e o MPAT, naturalmente através da JNICT. Recomendou que “em vez de pôr a árvore abaixo se fizessem uma boa poda e uma boa enxertia”... e que tudo se processasse com dignidade, como era prova, aliás, a auscultação que eu estava a fazer. A falta de capacidade financeira do INIC era muito arreliadora; no seu domínio, que era o das ciências naturais, era comum haver 400 candidaturas para se acabar por dar

20 a 30 bolsas. Isto é, havia candidatos com média de 16 valores que ficavam sem nenhuma; o sistema era outorgar bolsas sem projecto quando eu pretendia que se conjugassem as duas coisas: a relevância da ideia com a capacidade do candidato. Mas essa não era a tradição. De qualquer modo, ele avaliava positivamente os gastos que tinham sido feitos. E elogiava o plano editorial do INIC, o qual eu também considerava excelente, embora sem reflectir muita da investigação realizada.

Tinha visto o documento de reestruturação e entendia que o estatuto de “centro associado” representava uma figura interessante, porque permitia a ligação a uma entidade financiadora e, simultaneamente, a avaliação da actividade desenvolvida. Não acreditava na avaliação interna (Nem eu!...); achava que a avaliação externa era indispensável. Entendia que a forma como se fazia a avaliação havia avançado muito. O plano editorial revelava-se importante para as áreas das ciências humanas, mas a publicação das revistas de sociedades científicas e dos próprios centros deveria continuar a ser apoiada. Entre a publicação de uma revista única ou de várias, ele pronunciava-se pela segunda alternativa para tornar cada publicação mais homogénea, pois achava que a nossa comunidade científica estava a crescer muito e a publicar abundantemente, algo que deveria ser apoiado. Recomendava que se reduzisse o número de tipos de bolsas que eram concedidas e achava que três anos era um período suficiente para fazer um doutoramento e levar uma ideia de pesquisa a bom termo; era preciso tê-la clara desde o início (Por tal motivo, eu queria associar o tema do projecto com a capacidade do bolseiro...).

No seu entender, os projectos deveriam ser duramente negociados para se ter a segurança de que se estava a investir adequadamente. Mas os investigadores não deveriam passar o seu tempo a elaborar projectos de candidaturas e relatórios de avaliação... Tinham, preferencialmente, de investigar. Por isso os relatórios intermédios deveriam ser simplificados, sendo o final, naturalmente, mais nutrido. Havia, sobretudo, durante o período da bolsa, que evitar a insegurança e a intranquilidade que traziam grandes angústias e comprometiam o progresso da investigação. Não poderia haver projectos parados a meio da reestruturação a que se iria proceder; não se deveria cortar o financiamento a meio de um projecto. Havia instalações vazias; era importante fazer o inventário dos espaços disponíveis para não estar a investir na construção de outros novos. E também era pre-

ciso recuperar as pessoas. Recomendou-me que eu analisasse a composição dos conselhos científicos; constataria que estavam neles nomes grandes da Universidade Portuguesa. Disse que eu deveria curar de assegurar a continuação da vinda de professores estrangeiros, porque isso ajudava a criar e a reforçar redes de cooperação internacional (Eu estava, naturalmente, de acordo.). Entendia como muito importante o apoio à publicação das teses. Era uma maneira de difundir o que se investigava; por outro lado, raras vezes os bolsiros poderiam arcar com os custos de publicar qualquer coisa que fosse mais do que mimeografada.

Para o mesmo efeito recebi o Prof. Sérgio Machado dos Santos, da Universidade do Minho. Ele havia sido meu aluno e muito estimado. Na época, os bolsiros estavam preocupados com a hipótese de perderem as bolsas e os restantes apoios. Eu deveria fazer um despacho esclarecedor que teria o papel de uma declaração política. Entendia que, no campo das ciências de engenharia, a reformulação a fazer deveria ser muito profunda. A integração dos centros nas universidades poderia ter efeitos positivos, mas ele conhecia alguns centros que estavam em oposição aos seus próprios conselhos científicos. Mas recomendava que o estatuto de “centro associado” assegurasse a flexibilização da gestão das suas próprias verbas; não poderia ser sujeita à rigidez das regras da universidade. As Humanidades iriam sentir a reforma muito mais do que as Ciências, porque não dispunham de outras fontes de recursos que não fossem os subsídios do INIC; tinha, pelo menos, de se salvaguardar a função editorial para os trabalhos produzidos no âmbito daquele sector. Recomendou-me que esclarecesse que debaixo da designação JNICT se entendia que as Ciências Humanas também estavam incluídas. Concordava que, ao longo dos últimos anos, o INIC tinha estado muito parado; há mais de dez anos que não era criado nenhum novo centro. Entendia que o estatuto de “centro associado” poderia ser conferido a centros existentes e a outros novos mediante concurso e após uma definição clara do que se entendia por tal. A entidade proponente deveria ser uma universidade, mas o centro teria de ter uma dimensão mínima e apresentar um plano de acção, com projectos bem identificados. Os contratos deveriam ser celebrados por 4 a 5 anos, eventualmente renováveis. A avaliação dos projectos deveria ser anual e a avaliação geral do centro, além da final, conviria ser feita também a meio (“mid-term”). Os centros de menor dimen-

são poderiam ficar na responsabilidade das próprias universidades, às quais se deveria reconhecer a função de serem os “viveiros” dos núcleos de investigação. Lamentou que houvesse uma concentração exagerada de pessoal afecto à investigação e, também, de todo o outro (administrativo, oficial, etc.) nos chamados Complexos I e II – o primeiro da Universidade Técnica de Lisboa e o segundo da Universidade de Lisboa, onde deveriam ser integrados. Também lamentava que no seio do Ministério da Educação não houvesse nenhuma estrutura de representação da investigação universitária. Talvez o CRUP (Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas) pudesse desempenhar essa função (Eu achava que não.). Criticou a sua experiência com a JNICT por achar que havia grandes desequilíbrios de apoio dentro das instituições; deveria ter-se uma perspectiva de conjunto para não deixar cavar grandes desigualdades (Não tenho a certeza de estar de acordo com esta preocupação...). De qualquer forma, pediu-me para passar os olhos pelas propostas apresentadas e não contempladas. Achava que eu iria lá encontrar projectos que se revelariam susceptíveis de ser “refrescados”. Ouvi, ainda, o Prof. Moreira de Araújo, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Havia sido meu professor de Física durante um trimestre, o qual começou por lamentar a minha posição: Receber o INIC para o extinguir! Recomendou-me que desse muitas explicações, nomeadamente, ao pessoal dos serviços centrais sobre o que se iria passar. Achou que a decisão de extinção da instituição havia sido “desastrada”. Invocou o anterior exame da OCDE à nossa política científica para dizer que estávamos a actuar ao arrepio das recomendações feitas. Disse-me que os avaliadores da JNICT deveriam ser conhecidos através do Diário da República “porque os do INIC lá estavam”! Achava que o meu discurso estava a ser muito orientado para a ciência aplicada e para as tecnologias, negligenciando a importância da investigação fundamental. Ora esta precisava de dispor de uma agência financiadora autónoma, dado que prosseguia fins de mais longo alcance e importância. O sistema de avaliação deveria gozar da máxima confiança e do máximo rigor na prestação de contas; não haveria lugar para a devolução das contas, porque haveria grande rigor. Aliás, o dinheiro a investir nesta área seria pouco, em comparação com o que teria de ser orientado para todos os outros domínios. No documento que eu lhe havia enviado preconizava-se a criação de “centros as-

sociados” dentro das universidades, Ora poderia dar-se o caso de haver universidades que não quisessem a inserção dos centros e também poderia suceder que alguns investigadores não quisessem ser inseridos nas universidades. Achava, no entanto, que se fosse viável a criação dos centros associados poderia ser um bom ponto de partida. Mas eu deveria estar preparado para as potenciais recusas de integração. Os centros associados deveriam gozar de grande flexibilidade de gestão e ser objecto de avaliação científica e administrativa muito rigorosas.

As bolsas a conceder deveriam distinguir-se em bolsas de iniciação e bolsas de especialização. A triagem dos bolseiros deveria ser feita com a maior transparência. Por outro lado, eu teria de curar de reduzir imediatamente o diferencial dos valores das bolsas entre as do INIC e as da JNICT, tendo estas valores maiores (Os valores iriam, obviamente, ser os mesmos). O essencial do trabalho do INIC era o apoio à investigação feita dentro das universidades; ele tinha de prosseguir.

Havia um problema que lhe parecia complicado para resolver: antes de Portugal ser membro do CERN, havia já um acordo celebrado entre o INIC e o próprio CERN; o que entendia eu fazer com ele? Não era complicado.

Deveria eu zelar para que se mantivesse a autonomia científica e administrativa dos centros do INIC (Eles teriam seguramente ambas, mas no quadro da JNICT). Preocupavam-no os convénios internacionais que estavam dotados de algumas verbas (Mas era minha preocupação internacionalizar o mais possível a comunidade científica portuguesa...).

Havia bolsas financiadas a meias com empresas que eram consideradas como mecenas. Manter-se-iam as deduções tributárias para elas?

Percebi que, pelo tom implicante com que todas as perguntas e as recomendações eram feitas que eu iria ter nele um opositor tenaz à integração. Foi o que aconteceu.

\*

No dia 10 de Janeiro recebi em Lisboa o Michel Carpentier, Director-geral da DG XIII (Telecommunications, Information Market and Exploitation of Research at the European Commission), o qual era um prestigiado membro da Administração comunitária que trabalhava, especialmente, nas relações entre a investigação científica e as empresas. Conhecia todos os centros de ciência europeus e todas

as principais empresas. A sua opinião tinha muito peso junto do Vice-presidente Pandolfi. Ficou muitos anos no seu posto, sendo respeitado pela forma como o exercia. Começámos por falar na preparação do 4.º Programa-quadro da Ciência e tecnologia e nos adiantamentos que ainda deveríamos introduzir no 3.º. Tratava-se, como ele insistia em dizer, de aditamentos e não de correcções. Verificámos que nos programas ESPIRIT e TELÉMATIQUE havia não só grandes empresas industriais a participar, mas, também muitas pequenas e médias empresas, o que era bom debaixo do ponto de vista da criação de emprego e da difusão da capacidade de iniciativa.

Como seria de esperar, discutimos as formas praticáveis de fortalecer as ligações entre as empresas e os centros de investigação. Tal era, então, um problema sério; evoluiu-se muito, mas as relações ainda hoje não estão bem lubrificadas. Foram-se perdendo muitos preconceitos existentes nos dois grupos, porém, tratava-se de uma área na qual não se podia abrandar a atenção. Eu propus que, mesmo dentro da Comissão houvesse, a este respeito, uma relação mais fluída entre os Vice-presidentes Bangeman, Brittan e Pandolfi e o Comissário Millan, na definição das grandes linhas e entre os Directores-gerais Landaburu e Carpentier, no plano operacional. Era importante ver os resultados traduzidos em aplicações práticas, valorizando e difundindo os resultados. Estávamos ambos de acordo quanto à importância da constituição de redes entre centros de investigação dos países-membros; havia bastantes colaborações pessoais, mas poucos protocolos firmados entre instituições. O objectivo era chegar a sistemas integrados, primeiro sectoriais e depois mais gerais. O propósito era reforçar o papel do sistema científico europeu. A valorização dos resultados da investigação era um imperativo. Ele também queria que a burocracia fosse reduzida. Nas negociações do GATT também tínhamos problemas em relação às subvenções às pesquisas; havia a intenção de as reduzir. Isto tudo proposto no âmbito do famoso relatório Dunkell que, realmente, não concitava grande entusiasmo. Nele se propunha que os subsídios à investigação fossem de 25%; era evidente que para um laboratório conseguir 75% de contrapartida seria muito complicado. A proposta havia sido feita por alguém com um conhecimento limitado acerca da realidade.

Falei-lhe na nossa intenção de construir Parques de Ciência e Tecnologia e do avanço com que já ia o de Lisboa. Dispôs-se a ajudar-nos a inseri-lo numa rede europeia. Disse-lhe da minha ideia de que seria bom dispor de uma lista de “Qui fait quoi dans la Communauté”; de modo a ser mais fácil ir descobrindo parceiros. Hoje, com a “net” e com o estabelecimento fácil de relações que ela permite, a situação é totalmente diversa da de então.

Passámos em revista algumas redes e programas: a COSINE (do EUREKA), a base de dados CORDIS, o programa SPRINT, os ESPRIT Clubs, etc.

O meu principal objectivo, na conversa com ele, era transmitir-lhe informação sobre alguns centros de excelência portugueses e pedir o seu envolvimento na sua inserção em redes europeias. Por outro lado, era sempre importante demonstrar-lhe que o dinheiro investido em Portugal estava a contribuir para o robustecimento e avanço das instituições portuguesas. Eu lembrava-me bem das visitas que, em 1986, havia feito a exposições em Bruxelas sobre os projectos ESPRIT nos quais colaboravam investigadores portugueses e, durante as quais, os líderes respectivos enalteciam sistematicamente a qualidade das contribuições portuguesas.

\*

Em 14 de Janeiro recebi o Reitor da Universidade de Coimbra que me vinha falar da extinção do INIC. Recebi-o acompanhado do Secretário de Estado da Ciência e começou por dizer que a extinção não era coisa de agora; de vez em quando falava-se nisso por se sentir que ele precisava de uma grande reforma que teria de conter medidas de fundo e não de cosmética pontual. Achava que “não se tratava de salvar alguma coisa que fosse maravilhosa”. Ele já era muito criticado, mesmo antes da autonomia universitária. Mas, debaixo do ponto de vista processual, entendia que não se deveria proceder “ex-abrupto”. Para isso teria de se ouvir os interessados e, de acordo com as informações de que dispunha, eu estava a fazê-lo de forma civilizada. Relativamente ao futuro achava que a parte da investigação nas universidades deveria ter uma instância de representação junto do Ministro da Educação e que essa função poderia competir ao CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas). Para ele, era importante que a Universidade conservasse um comando sobre a investigação. Estava convencido de



que nada faria retornar a anunciada extinção do INIC, porque sabia haver razões antigas que justificavam a decisão. Mas entendia que a falta de confiança da comunidade científica poderia ser recuperada, no plano material, dando garantias de que os projectos de cada um não deixariam de ser apoiados. Isso assegurado, para a comunidade seria indiferente estar sob a tutela do Ministro da Educação ou do Ministro da Ciência (que, na circunstância, era o Ministro do Planeamento). Entendia que se deveria usar a palavra liquidação, em vez de extinção, para caracterizar o processo naturalmente moroso e complexo que se estava a desenvolver. Desde que fossem garantidas melhores condições humanas e financeiras, estava certo de que não haveria oposições renitentes. O Ministério da Educação sofria de “gigantismo”, não possuindo condições para atender a mais coisas que fossem relativamente laterais à linha principal das suas preocupações. Achava impensável a criação de um Ministério das Universidades num quadro de autonomia das universidades. Portanto, não o chocava a passagem das competências do INIC para a JNICT. Mas era preciso que fossem apercebidas pelos investigadores as vantagens materiais da mudança que, para ele, eram a existência de verbas e a flexibilidade da sua gestão.

Havia, contudo, uma área crítica: a das Humanidades. Estávamos a evoluir para uma sociedade de cultura em que as Humanidades teriam um peso crescente. Portanto, elas deveriam ter um lugar explícito nas preocupações do Ministro da Ciência. As Humanidades e a investigação fundamental deveriam ser referidas como sendo particularmente acarinhadas. Estava atento aos riscos de uma civilização meramente tecnológica que considerava terríveis.

Tínhamos depois que atender à parte editorial do INIC que era, para muitos domínios, o único local disponível para publicar coisas importantes para a cultura do país. Eu deveria, por isso, olhar com cautela para essa vertente humanística e cultural do INIC que deveria ser salvaguardada.

Entendia que a investigação aplicada e contratual não precisava de protecção especial, pois toda a gente a entendia. E estava de acordo comigo a respeito da avaliação em que eu insistia, porque ninguém se poderia escusar a ela, se estivessem em causa dinheiros públicos. Voltou ao papel do CRUP que, logicamente, queria ver reforçado.

Falámos depois dos projectos da sua universidade. Estava satisfeito com a evolução do Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia e do Museu da Ciência de Coimbra, o qual deveria juntar diversas componentes: a Física, a Química, a Geologia, a Mineralogia, a Botânica, a Zoologia e a Matemática. Em vez de Museu preferia a designação de Complexo Museológico para ultrapassar algumas dificuldades que sentia em relação aos “mandarinatos” existentes. Quando se vê, hoje (2016), o que está a ser conseguido, pode-se criticar o tempo que tudo levou, mas temos de nos felicitar todos pela correcção da estratégia então traçada, neste particular. Havia, ainda, um Museu Nacional de Ciência e Técnica que tinha sido criado na Região e que fazia o maior sentido que fosse integrado no tal Complexo; eu achava que ele tinha razão.

A conversa foi muito fluída e tranquila. E eu fiquei a saber que na Universidade de Coimbra tinham sido entendidas as razões que haviam levado à “liquidação” do INIC e que, pragmaticamente, queriam assegurar que os projectos da investigação em curso não seriam prejudicados e que os futuros seriam analisados com cuidado. Nunca me arrependi de ser directo e firme, fazendo-o todavia com respeito pela sensibilidade das pessoas. Ali estava a prova. Ainda hoje, fico satisfeito quando vejo o caminho percorrido por instituições como o Instituto Pedro Nunes ou o AIBILI (Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem) que se impuseram na comunidade científica e junto dos utilizadores dos seus serviços.

\*

No dia 14 de Janeiro fui, com o Secretário de Estado da Ciência, visitar a Academia de Ciências que havia passado para a minha tutela. Tinham estado ligados à Secretaria de Estado da Cultura mas queixaram-se ao Primeiro-Ministro de que se sentiam fora do foco das preocupações dos respectivos titulares e, por isso, estimariam passar para a esfera do Ministério da Ciência. O Primeiro-Ministro auscultou-me e eu aceitei.

Fui lá para tomar contacto físico com os principais problemas. Depois falaria com o Presidente da Academia. Começaram logo por me dizer que estavam a dever 6.000 contos de electricidade à EDP, arriscando-se todos os dias a ver a sua ligação à rede cortada. Passámos, depois, a analisar a sua actividade. Fiquei

surpreendido por haver 4.000 termos novos que têm de entrar, por ano, numa qualquer língua, para fazer face às necessidades de evolução científica. Era uma das competências da Academia das Ciências tratar do vocabulário das Ciências. Nessa indispensável tarefa estavam envolvidos muitos académicos.

Prosseguia a preparação do Dicionário de Português da Academia das Ciências. A primeira tentativa não havia passado da letra A, mas esta prosseguia com base no destacamento de professores que, debaixo da orientação do Prof. Malaca Cas-teleiro, prosseguiam a sua tarefa. Esta era exigente; estavam destacados nove elementos, mas precisavam de mais, porque havia numerosas actividades complementares que não deveriam ser descuradas. A actividade orçava em 30.000 contos por ano; tinham conseguido subsídios da Secretaria de Estado da Cultura (17.000 contos para 1991; 25.000 contos para 1992 e 17.000 contos para 1993). Mas isso não chegava, apesar do destacamento dos professores; ainda por cima, quando havia pressões para publicar o Dicionário em breve.

Eu observei que a construção propriamente dita – o velho Convento de Jesus – não estava bem. Verifiquei que não se encontrava assegurado o acesso a um auto-tanque dos bombeiros e que a protecção contra incêndios não era a última palavra, para ser eufemístico. As obras estavam confiadas à Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, mas ficavam sempre para o fim da lista. Eu fiquei preocupado; ninguém nos perdoaria se ali houvesse um fogo e não se pudesse lá chegar para o combater. É que o acervo bibliográfico que lá se encontra alojado é precioso, sem falar nas próprias instalações e no Museu de Geologia que está no último andar. A Academia das Ciências é uma instituição de depósito obrigatório; por isso recebe livros todos os dias, não dispondo de meios para os tratar nem de espaço para os alojar.

Eu já havia verificado que a grande sala das sessões – um belíssimo espaço barroco – não tinha uma dúzia de cadeiras iguais! Estavam todas desirmanadas e não havia uma decente; muitas tinham fundos de contraplacado postos depois de se ter rompido a palhinha! Se fosse uma casa rica fariam o que faziam os fidalgos arruinados em Portugal: punham as cadeiras fora! Mas se o fizessem ficariam sem lugar para se sentarem. Pus-me logo em campo para guarnecer a sala de cadeiras decentes; como não havia verba cabimentada para o efeito, foi o meu gabinete

que custeou a operação. Solicitei à Dra. Simoneta Luz Afonso a vinda de um bufete que estava em Mafra e assim se montou uma nova instalação sonora para não se ter de alugar o serviço todas as vezes que houvesse uma palestra, correndo riscos absolutamente insensatos. O salão nobre passou a poder acolher sessões com a maior dignidade.

Nas prateleiras estão livros preciosos com encadernações de época verdadeiramente excepcionais. Mas dos tempos mais recentes (séculos XIX e XX), há numerosas primeiras edições desprotegidas. Ocorreu-me a ideia de fazer uma escola de encadernação (com fundos do FSE) que, a exemplo do que se passava na fundação Ricardo Espírito Santo, começasse a recuperar todo o acervo e permitisse formar encadernadores que é uma profissão que não atrai muitos jovens, mas de que há uma grande escassez de profissionais competentes. Ainda fomos ver um local no piso térreo, voltado para trás, mas o projecto não conseguiu arrancar.

O grande portão foi desenhado e construído. Parece que nascia, então, uma nova confiança no futuro da instituição. Mas ela tem de ser instilada uma vez e outra. Eu fiquei particularmente surpreendido com a importância da componente do vocabulário técnico. Sugeri que fosse alargado o âmbito da cooperação às universidades, permanecendo a Academia, obviamente, com a responsabilidade da coordenação. Foi discutida a hipótese de se criar um Centro de Terminologia, no quadro do Instituto de Lexicologia e Lexicografia e que poderia começar com três pessoas (lembrava-me de que, numa conversa de natureza semelhante com o Prof. José Matoso e a respeito de arquivos municipais, ele me dizer que precisava só de três pessoas “inteligentes”... era este o atributo fundamental e mais difícil...). Havia redes nacionais e internacionais de que faziam ou queriam fazer parte. Mas não dispunham de meios; era o caso da International Academic Union, com sede em Bruxelas; ou do International Council of Scientific Unions do qual faziam parte, mas deviam as quotas; e este último era importantíssimo para o domínio das Ciências.

Eu não me conformava com o estado de penúria a que tinham chegado algumas das nossas mais prestigiadas instituições. Talvez se pudesse viver com menos folga noutros sectores, mas preservar o essencial nestes marcos das Ciências e das Letras que tanto podem contribuir para a formação de uma imagem diferente do nosso país.

Talvez se devesse começar por guarnecer estas instituições com funcionários gestores competentes e imaginativos que soubessem onde ir buscar os meios e como os aplicar. Pouca gente, mas muito profissional!... É uma outra formulação da ambição do Prof. José Matoso!...

\*

Para efeitos de auscultação relativamente à “liquidação” do INIC, ouvi no dia 14 de Janeiro os Professores Luís Oliveira Ramos e Francisco Gama Caeiro. Eu conhecia o primeiro por pertencer à minha Universidade e ter sido seu Reitor, todavia, foi nessa ocasião que estabeleci contacto com o segundo cuja obra é admirável, mas cuja personalidade ainda o era mais; um modelo de académico e de cavalheiro; fiquei muito pesaroso quando me comunicaram a sua morte, poucos anos depois. Fui ao seu funeral para exprimir o pesar do ministro pelo académico, mas também porque, nessa ocasião, já tínhamos estabelecido relações pessoais que, da minha parte, assentavam numa admiração enorme. Mas naquele dia era só o INIC que estava em causa e, para tal, eu havia designado uma comissão de investigadores para me assessorar. Lamentaram que nela não tivesse sido incluído nenhum representante das ciências sociais e humanas. Corrigi, posteriormente, a lacuna.

A sua preocupação fundamental respeitava à actividade editorial do INIC. Tratava-se de publicações com qualidade; achavam que, fora do Ministério da Educação, seria difícil de fazer uma avaliação cuidada da actividade dos centros. O INIC não havia conseguido afirmar-se, porque tinha sempre escassez de verbas. Mas, apesar disso, a avaliação que faziam do trabalho dos centros permanecia rigorosa. Não concordavam com a transferência dos centros para as universidades (Já vimos que outros concordavam muito... porque a entrada na contabilidade destas só conduziria a maior complexidade, se não mesmo à confusão. Reclamavam privilégio para a investigação fundamental. Achavam que as ciências humanas estavam a atravessar um bom momento, nas universidades antigas. Entendiam que, nas universidades mais modernas, nem se sentiria a transferência de responsabilidades do INIC para a JNICT. Deveríamos dar muita atenção aos acordos e convénios internacionais do INIC que tão importantes se haviam revelado para a inserção internacional das nossas instituições de investigação.

Concordavam em que havia “mandarinatos” (a palavra era repetida por pessoas que não tinham contacto entre si...). Não gostavam da transferência dos centros para as universidades, porque achavam que estas tinham maus gestores. Preocupavam-se com as “fendas” que essa transferência poderia abrir na solidariedade universitária. Preconizavam que fossem mantidos os centros e criada uma cúpula integradora sem entrar na orgânica universitária. Recomendavam-me, particularmente, que não interrompesse a publicação do cartulário que estava em curso. Referiram a existência de “turmas ideológicas” que estavam a ser nocivas para a universidade e para a qualidade da investigação.

Fiquei com a impressão de que, apesar de temerem o futuro, não podiam concordar mais com a necessidade de reformular profundamente o INIC, eventualmente liquidá-lo. Não iam tão longe nas suas afirmações, porque não sabiam muito acerca da JNICT e não tinham confiança nas universidades.

No mesmo dia, mas em audiência separada, recebi o Prof. Esperança Pina professor e reitor da Universidade Nova de Lisboa, um médico distintíssimo e de grande afabilidade. Disse que estava no INIC há quinze anos e que, por isso, tinha visto muito e recomendava uma reformulação profunda no INIC, da JNICT e do Instituto Ricardo Jorge que conhecia bem. Tudo isto deveria ser feito no quadro da redefinição da política de investigação científica. Havia centros que deixaram de produzir; deviam ser extintos. Os centros de medicina eram bastante bons; por isso mereciam apoio. Havia uma arrelhadora falta de dinheiro para as despesas correntes; e isso causava muitos embaraços. No centro em que trabalhava faltavam 2.000 contos por mês e isso causava as maiores dificuldades; o próprio material não funcionava, porque não existiam meios de apoio à exploração corrente (reagentes, papel, etc.). As universidades, nessa ocasião, gastavam 90 a 92% dos seus recursos em pessoal. Por isso, tudo o resto estava como que congelado. Aconselhou a que não se transferissem os centros de investigação para as universidades, dado que elas dariam sempre prioridade ao pagamento do pessoal e isso só complicaria o trabalho daqueles. Achava que a função principal do INIC ou do que lhe sucedesse era providenciar os meios para atender às despesas que não fossem de pessoal porque este teria de ir, mais cedo ou mais tarde, para dentro das universidades. Acrescentou, todavia, que os centros deveriam ser financiados

por projectos com um período padrão de 3 anos; eram esses que deveriam ser avaliados “ex-ante” para serem financiados.

Estava convencido de que todas as universidades iriam propor a criação de novos centros e que estes deveriam ser sustentados com duplo financiamento em associação com as universidades.

Recomendou a criação de um instituto universitário coordenador da investigação em curso dentro das universidades. Tudo o resto deveria ser mantido: bolseiros, reconhecimento de diplomas estrangeiros, avaliação das universidades recipiendárias de bolseiros portugueses, vinda de cientistas estrangeiros, etc.

A actividade editorial do INIC voltou a ser referida. Recomendou que fosse criado um Centro de Documentação Científica e Técnica que se encarregasse também da tradução para inglês de muitos “papers” produzidos em língua portuguesa; entendia, mesmo, que algumas vezes havia comunicações portuguesas recusadas, porque as traduções eram paupérrimas, não se chegando a apreender o seu conteúdo. Daria bom resultado a criação de alguns institutos inter-universitários; mas havia muita gente a abominá-los... Recentemente (2015) foi criada uma associação de três universidades (Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto-Douro). Quando foi anunciada, muita gente disse: “Até que enfim!”... Mas o seu avanço está a dever-se mais ao empenhamento pessoal dos reitores do que à vontade espontânea dos investigadores para colaborarem entre si.

Dever-se-ia distinguir as bolsas destinadas a jovens investigadores das que apoiariam os professores e investigadores seniores.

Entendia que eu deveria fazer rapidamente um discurso de apaziguamento, para sossegar os investigadores que estavam ansiosos por não saberem que continuaria a haver meios para apoiar projectos válidos. Concordava que o INIC tinha de ser profundamente reformulado, mas não queria que fosse extinto... Na realidade as funções de apoio à investigação continuavam, mas sê-lo-iam noutra forma. Recomendou-me que a análise das candidaturas não fosse feita dentro das universidades. Na realidade ela sê-lo-ia por júris independentes. Encorajava-me a estimular a publicação de revistas robustas com carácter temático e não respeitante a cada centro ou serviço; estas seriam dinheiro posto à rua; as outras, dispondo de conselhos editoriais que fizessem uma triagem rigorosa do que valeria a pena publicar ou não, seriam fundamentais.

Para finalizar, disse que os centros deveriam dispor de um órgão coordenador, mas que este, tendo assento no CRUP, não deveria ser o próprio CRUP. Como eu já disse anteriormente assistiríamos, neste caso, a uma nova instância de distribuição dos recursos feita por universidades e não por projectos devidamente validados através de uma análise rigorosa.

\*

No dia 17 de Janeiro teve lugar a assinatura do protocolo de colaboração entre o Ministério do Planeamento e da Administração do Território e os Municípios de Oeiras, Cascais e Sintra, com vista à concretização do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, posteriormente designado como Taguspark. O meu discurso está publicado (Discursos VII); por isso não o reproduzo.

\*

Havia uma grande preocupação em assegurar a competitividade das nossas empresas em todos os domínios, nomeadamente no campo das agro-indústrias. Estas precisavam de inovar; muitas das inovações tecnológicas já estavam disponíveis e, por isso, tratava-se de mera transferência do já existente noutros lados; mas havia muitos novos conhecimentos, especificamente ligados às nossas condições de clima, de solos e de espécies cultivadas que reclamavam um aprofundamento do saber que nos garantisse vantagens comparativas em toda a cadeia desde o campo até às prateleiras do supermercado e mesmo depois, porque era preciso acompanhar os produtos na sua fase pós-venda, Hoje estamos bem situados em muitos sectores das agro-indústrias, mas não era assim em 1992. Sobre isso me reuni com o Ministro da Indústria no dia 20 de Janeiro. Estiveram presentes os Secretários de Estado da Ciência e da Indústria. Queria ele ver se o CTQB (de Oeiras) poderia vir a responder a muitas das carências que estavam enunciadas. A Escola de Biotecnologia da Universidade Católica, no Porto, tinha já assinado alguns projectos apoiados pelo PEDIP, porém, as necessidades eram muitas e ele pretendia diversificar as instituições de apoio. Havia um Departamento de Biotecnologia no LNETI, mas ele estava insatisfeito; dizia que, nele, a investigação se havia burocratizado e, portanto, não tinha capacidade de resposta. “Os institutos públicos de investigação



não ligados a universidades perdem a seiva”, dizia ele. Eu não podia estar mais de acordo. Ele achava que o modelo adequado era do tipo do INESC, instituições sem fins lucrativos, envolvendo investigadores universitários com numerosas ligações às empresas que conduzissem projectos de investigação na fase não-competitiva, mas sem afastar algumas aplicações, resolvendo problemas às empresas e, na outra ponta, prolongando a investigação na esfera fundamental quando não dispusessem dos conhecimentos necessários para avançar na primeira. Mas era isso que o CTQB era capaz de fazer. Ele queria um apoio muito avançado e com ligações à universidade para manter o fluxo de alunos tornados investigadores. Tanto quanto sabia as universidades não olhavam com bons olhos as instituições do tipo do INESC; disse-lhe que isso não correspondia à realidade. Prova disso é-nos dada hoje pela sua evolução e pelas multiplicações do modelo em outros domínios. Para mim era determinante a inserção dessas organizações em redes internacionais que as estimulassem e assegurassem que elas estariam sempre em posição de vanguarda em matéria de conhecimentos, de técnicas que aplicavam e de técnicas que difundiam, nos laços que as ligavam às empresas e às universidades e na dinâmica dos sistemas em que se integravam.

Tanto ele como eu acreditávamos na importância da inovação e abominávamos a investigação “funcionalizada”, em cujas instituições não havia dinamismo nem emulação. Queria a colaboração com organismos garantidos por responsáveis que tivessem visto mundo e entendessem a linguagem dos que dependiam da aquisição de novos conhecimentos para fazerem prosperar as suas actividades. Hoje (2016), pode-se ver bem o caminho percorrido. Mas não se pode parar!...

\*

As instituições novas gostam sempre de apresentar candidaturas ambiciosas, sem fazer grandes considerações sobre os meios de que dispõem para as concretizar. Em 22 de Janeiro soube que a Universidade da Madeira tinha apresentado uma proposta para uma acção orientada de investigação com quatro linhas específicas de investigação: agricultura, biologia marinha, informática e gestão. O pior é que não dispunham de investigadores em número suficiente para levar a cabo todas elas. Pedi-lhes para se concentrarem nas duas últimas e para definir melhor

o contorno dos projectos que estavam em posição de concretizar. No mesmo dia informaram-me que a China gostaria de instalar em Macau um instituto de “software”. Isso seria feito no âmbito da Universidade das Nações Unidas. Gostariam também de celebrar um convénio entre a NFS (National Foundation for Science) e a JNICT. Consultado o Ministério dos Negócios Estrangeiros e uma vez que se tratava essencialmente de um acordo técnico, dei luz verde para avançarem.

\*

A Dra. Simoneta Luz Afonso foi uma Directora-geral dos Museus que deixou marca! É uma técnica muito bem preparada, com larga experiência e com uma personalidade muito vincada; não gosta de posições dúbias (“wishy-washy”) e imprime grande dinamismo às funções que desempenha. Eu não podia se não entender-me bem com a sua maneira de actuar. Assim aconteceu!

Ela havia desempenhado um papel crucial na organização da Europália; isso deveu-se à sua preparação e ao seu modo de organizar as coisas. Veio falar comigo no dia 27 de Janeiro e também assistiu o Secretário de Estado da Ciência. Em causa estava o complexo museológico de Coimbra, com museus de física, química, mineralogia e zoologia, pelo menos. Haveria, ainda, eventualmente a botânica e a etnologia. Como já referi noutro lado, manter-se-ia a individualidade de cada núcleo, assegurada a sua coordenação geral. Era nessa base que se estava a trabalhar. Ela propunha a existência de três grandes salas para exposições temporárias, As colecções manter-se-iam no seu “habitat”, mas davam para se realizar inúmeras exposições temáticas que encontrariam alojamento nessas salas. Haveria uma “holding” dos museus que geriria a “ilha dos museus”. Todos os edifícios constituíam, aliás, verdadeiros museus. Era necessário assegurar a preservação de tudo porque (como diria Carlos V) ninguém mais tinha nada igual... Assim, ficou combinado que ela assinaria, em conjunto com a Reitoria, a elaboração de um relatório sobre o que deveria ser o Museu das Ciências de Coimbra. Tinha de se convidar um certo número de grandes empresas para mecenas (fizemos uma lista provisória) e convidar uma pessoa com mundo que actuasse como crítico e apresentasse sugestões; decidimos que seria o Prof. Jorge Calado, do Instituto Superior Técnico (tinha de ser de fora da Casa...). Em duas semanas teríamos um

pequeno enunciado com a filosofia da organização do museu e em seis meses o respectivo relatório que deveria conter os termos de referência para a elaboração dos projectos de obras e de museologia.

Dessa vez, ainda falámos de um museu que eu não tive tempo para impulsionar, mas que seria uma grande coisa. No alto do Jardim-Museu Agrícola Tropical, em Belém, existe o Palácio dos Condes da Calheta. Ele aloja a xiloteca mais deslumbrante que eu algum dia vi. Nem o Brasil nem nenhum país da Europa dispõe de uma tal colecção. O Palácio possui, aliás, um conjunto notável de painéis de azulejos que merecem visita. A minha ideia era dispor nas salas móveis feitos com as madeiras cujas amostras existem na xiloteca. O conjunto representaria um instrumento de estudo inestimável para estudantes e especialistas de artes decorativas, para marceneiros, para botânicos, para negociantes de madeiras e... também, para o público em geral. Os móveis viriam das colecções nacionais, tendo de se adquirir, eventualmente, um ou outro feito de essências nelas não representadas.

\*

No dia 31 de Janeiro fui falar com o Ministro da Defesa a respeito da colaboração com as instituições militares no domínio da investigação científica. Eu queria, particularmente, insistir na nossa intervenção no âmbito dos acordos complementares ao grande acordo sobre as Lages, a celebrar com os Estados Unidos. A mim parecia-me que a cooperação no domínio da investigação poderia constituir para nós um grande estímulo: passaríamos a integrar redes com muitas virtualidades. Ficou combinado que os Secretários de Estado da Defesa e da Ciência trabalhariam nesse sentido. Eu recomendei que não se contentassem com os “best efforts”... Deveria haver mesmo compromissos firmes... Resolvemos constituir um grupo interministerial para tirar o maior proveito da nossa entrada na ESA. Deveria haver reuniões exploratórias de reflexão sobre a melhor forma de tirar proveito dessa nova potencialidade. Acordámos em que o coordenador seria o Almirante Cruz Júnior que já tinha larga experiência nesse campo. A nossa participação deveria envolver, particularmente, as OGMA e o Instituto Superior Técnico, com os quais já colaboravam em torno de um curso de engenharia aero-espacial. Mas era evidente que as oportunidades não se limitavam a esse campo. Os campos de

investigação são numerosos na ESA. Por outro lado, as OGMA também tinham outras valências e dispunham de capacidade de coordenação que é sempre indispensável. Em suma, era preciso justificar rapidamente uma quota que alguns achavam elevada, mas que eu insistia que nos abria muitas portas...

\*

No dia 3 de Fevereiro veio a Lisboa o Ministro Riesenhuber, a quem já me referi várias vezes. Eu estava particularmente interessado em reforçar as ligações entre as universidades e as empresas e queria saber como eles tinham feito as coisas. Confirmou-me que, efectivamente, mais de dez anos antes, isso tinha também representado um problema na Alemanha. Passámos em revista o que havia dado bom resultado, para nos concentrarmos na questão das patentes, do seu registo e manutenção e do seu pagamento.

Eu pretendia reforçar os laços de colaboração com instituições de investigação alemãs. Ainda havia o problema da língua, mas eles disponibilizavam “language crash programs” que ajudavam a inserir os bolseiros. Hoje (2016), passados quase vinte e cinco anos, ninguém liga a isso; o inglês afirmou-se, definitivamente, como “língua franca” no meio universitário. Acertámos em dar instruções à comissão bilateral para conferir importância crescente à colaboração no domínio da investigação científica. A verdade era que o número de estudantes e de investigadores portugueses na Alemanha era surpreendentemente baixo. Pela minha parte, fiquei de divulgar as oportunidades existentes, procurando forçar um caminho no qual eu já me vinha aplicando com alguns resultados. Hoje dispomos de um acordo formal com o Fraunhofer Institute (Fraunhofer Portugal) que promove a realização de linhas de investigação comuns. Foi nessa ocasião que se começou a falar no tema.

Combinámos fazer uma análise dos projectos EUREKA em que ambos os países participavam, no sentido de lhes conferir maior visibilidade para servirem de exemplo a outros.

Passámos em revista as nossas posições comuns no Conselho de Ciência. E como ambos estimávamos o Vice-presidente Filippo Pandolfi e as suas iniciativas, combinámos a forma de lhe mostrar o nosso apoio. Estávamos interessados em definir o que chamámos os “flagship programs” de que o EUREKA era um exemplo. Que-



FIG. Com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

ríamos que a Comunidade Europeia estivesse mais presente do que estava nesses programas emblemáticos que visavam simultaneamente a coesão e a competitividade. Ambos achávamos que deveriam ser definidos objectivos precisos à administração bruxelense. Era aí que o vice-presidente mais precisava do nosso consenso. Voltámos à Bioética que nos era muito cara aos dois. Havia, em Bruxelas, dois grupos de trabalho que estavam a elaborar sobre a matéria. Mas nós – Alemanha e Portugal – prosseguíamos com mais determinação, nos grupos que a ambos nos assessoravam. Queríamos transmitir à Comissão a necessidade de andar depressa. Havia numerosos temas sensíveis em relação aos quais seria bom definir doutrina.

\*

No dia 7 de Fevereiro fui em missão ao Parlamento Europeu, na minha qualidade de Presidente do Conselho dos Ministros da Ciência. O objectivo era visitar o presidente do CERT (Committee on Energy, Research and Technology), o Senhor Claude Desama, para lhe comunicar o que estávamos a fazer no Conselho e na Comissão; tratava-se de ensaiar os primeiros passos da co-decisão. Tudo decorreu de forma muito civilizada.

Aproveitei para falar com o Dr. António Capucho e com o Eng.<sup>o</sup> João Cravinho, ambos parlamentares europeus, sendo o segundo membro daquela comissão. Preocupava-o a situação do apoio, em matéria de inovação, das Pequenas e Médias Empresas Tradicionais. Também a mim! E ainda não vi forma de o fazer de modo sistemático e eficaz. Coisa diferente é a situação das PME (Pequenas e Médias Empresas) que nascem em torno de uma ideia muito inovadora promovida por quem não precisa de apoio nenhum para a desenvolver; aí, o apoio tem de ser no campo da gestão. Disse-me que havia no Parlamento um grupo de trabalho ligado ao programa FAST que se interessava pelo tema “Coesão e Ciência”; prometeu enviar-me o relatório respectivo logo que ele estivesse concluído. Também se interessou pelas ligações à Ciência do “Paquet Delors II”; o apoio viria, naturalmente, como tinha vindo antes, através do FEDER; nós já tínhamos a experiência bem-sucedida do nosso programa CIENCIA.

\*

Em 10 de Fevereiro recebi os três responsáveis principais do INESC: os professores José Tribolet, Lourenço Fernandes e Luís Vidigal. Assistiu o Secretário de Estado da Ciência e começámos pelo orçamento corrente. Ele montava, então, a 7,5 milhões de contos (2,5 para o FUNDETEC; 2,5 para o INESC e 2,5 para o AITEC). Para eles não era importante a questão das patentes; importava mais a fixação de tecnologias que poderia vir através de projectos como o da FORD-VOLKSWAGEN ou da SAMSUNG. Havia um projecto de escritório electrónico que os entusiasmava muito. Gostariam de ver reforçada a ligação já existente entre o PEDIP e o CIENCIA, que permitisse aumentar a escala das operações e favorecer as ligações bilaterais. E gostariam, também, de saber quais eram as empresas que estavam a montante da produção, na FORD-VOLKSWAGEN e que poderiam ser incentivadas a vir para Portugal. Propunham que fosse feita uma “pesca à linha”, através de uma “task-force” seleccionadora. Em relação aos programas ESPRIT e RACE disseram que neles se continham os produtos que haveriam de aparecer e generalizar até ao fim do século.

Quando lhes falei em ir para o Parque de Ciência e Tecnologia de Oeiras, responderam que preferiam ficar junto do Instituto Superior Técnico de Lisboa. (depois foi uma boa parte do IST – a informática – que se deslocalizou para Oeiras; mas não era a parte deles...).

Achavam que a mão-de-obra portuguesa estava a ser paga “ao preço da chuva”, quando comparada com a dos seus equivalentes europeus ... (Mas era no sentido de a fazer subir que se estava a apostar no conhecimento e na elevação do nível dos nossos investigadores). Exageraram quando disseram que os cientistas alemães ganhavam dez vezes o que os seus equivalentes portugueses auferiam.

Queriam que eu promovesse reuniões entre eles e os nossos representantes nos diversos programas comunitários, para tentarem descobrir em quais deles poderiam encontrar melhores apoios para os seus projectos. Tinham as suas simpatias e as suas antipatias por alguns representantes.

Propunham que os bolseiros fossem chamados a dar aulas, a exemplo do que se fazia nas universidades norte-americanas. Sugeriram que as bolsas fossem de dois tipos: individuais e outras atribuídas em conjunto a uma unidade de investi-

gação que apresentasse um projecto coerente que deles necessitasse. (Esta segunda modalidade parecia-me difícil de gerir; eu sou partidário da responsabilização individual do bolseiro e não me agradava a ideia de “bolsas de grupos”, embora entendesse o propósito da proposta; a sua concretização é que me parecia difícil). Achavam que iria ser difícil construir o edifício do IST apoiado pelo PEDIP. Tomei nota do aviso.

Deve ter ficado no leitor a ideia de que estas conversas eram vivas e, algumas vezes, mesmo abrasivas. Todavia, separávamo-nos sempre em bons termos, porque nenhuma das partes punha em dúvida as intenções da outra. Mas eles não “mastigavam” o que tinham para dizer!... Fizeram uma grande obra! Há poucos meses participei em algumas das cerimónias que marcaram a comemoração dos trinta anos do INESC-TEC (o INESC do Porto), a cujos primeiros passos assisti de perto. Andou-se muito, em muitas frentes: nos projectos, na inserção em redes internacionais, nas relações com os empresários, na formação, na forma de gerir... Fiquei fascinado!

\*

Em 11 de Fevereiro reuni-me com os Ministros da Justiça e da Saúde e com os Secretários de Estado da Justiça, da Saúde e da Ciência para tratarmos das iniciativas legislativas relativamente à Bioética. O Conselho Nacional de Ética havia recomendado que se legislasse sobre a manipulação de cadáveres; o Provedor da Justiça queria que se tratasse da recolha de órgãos para transplante; no Ministério da Justiça havia propostas para definir regras sobre medicamentos, sobre experiências feitas com doentes e sobre ensaios clínicos de uso humano e a própria Assembleia da República havia apresentado um projecto relativo à utilização de cadáveres para experiências. Viu-se o que se havia de fazer para dar seguimento concertado em relação a todos.

O Secretário de Estado da Saúde disse que, em relação à reprodução humana, a legislação europeia era pouco sensível: os “germânicos” pensavam de uma maneira e os “mediterrânicos” de outra. O problema principal respeitava aos embriões excedentários e ao que fazer com eles; a questão da inseminação homóloga ou heteróloga também dividia os dois campos. No norte da Europa pretendia-se que os filhos soubessem o nome do pai; no sul não o deixavam



fazer. Opunha-se à clonagem, como todos nós. E entendia que o diagnóstico sobre a infertilidade e seu tratamento deveria ser colegial e não de um só médico. Não deveria haver, consagrado em lei, o direito a ter um filho; o direito à saúde era outra coisa e já estava estabelecido. Elaborou sobre as condições em que poderia tratar-se a infertilidade; lembro-me de que pôs em primeiro lugar a estabilidade afectiva do casal. Em relação aos embriões excedentários manifestou a sua opinião de que o casal deveria ser prevenido acerca do destino a dar-lhes; mas não era nada a favor da conservação de embriões excedentários. Como se estava a tratar da elaboração de uma proposta de diploma sobre este tema recomendou que ela fosse acompanhada de uma outra sobre a adopção. No final, tomámos nota – eu e o Secretário de Estado da Ciência – das opiniões expendidas, para as termos em linha de conta na elaboração dos diplomas de cuja feitura tínhamos encarregado um especialista.

\*

Em 18 de Fevereiro soube que se movimentavam algumas forças em Bruxelas para constituir a European Environmental Research Organization (EERO). Quem comandava o processo era a Universidade de Wageningen; ou seja, era o Governo holandês a querer ficar com alguma coisa no domínio do Ambiente. A Dinamarca, que via a sua candidatura para ficar com a sede da Agência Europeia do Ambiente a andar muito bem, estava hesitante; seguramente por temer que isso pudessem comprometer, de alguma forma, o completo desenvolvimento das funções da Agência. A Alemanha, a França e o Reino Unido ainda não se haviam pronunciado. Nós não tínhamos nada a ganhar se nos precipitássemos e déssemos o nosso apoio a troco de nada. Recomendei que se aguardasse, embora se pudesse avançar que olhávamos o projecto com simpatia... Decidiríamos depois!...

\*

Havíamos já decidido constituir a Agência de Inovação. Eu tinha acertado com o meu Colega da Indústria os termos em que ela iria avançar. Mas ainda havia muito que fazer antes de ela ser aberta. Por proposta do Secretário de Estado, foi convidado para seu primeiro presidente o Prof. Jorge Alves, da Universidade de

Aveiro. Acertei, previamente, o convite com o Ministro da Indústria. Queríamos que ela começasse a produzir resultados a breve trecho. Ora a parte do país onde isso se tornava mais urgente era na sua metade norte. Mas a Agência deveria ser nacional. Por isso ficou estabelecido que ela teria a sua sede em Lisboa mas que se deveria abrir, logo no começo, uma delegação no Porto. Assim foi feito.

No dia 20 de Fevereiro, o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e eu trabalhamos com o Secretário de Estado da Indústria para precisar a vocação da Agência e definir alguns aspectos do seu funcionamento. Ela deveria fazer com que as empresas assinalassem as inovações entretanto produzidas. Deveria ter uma atitude agressiva (funcionando como “broker”, sem esperar que lhe batessem à porta). Não deveria ter laboratórios nem fazer investigação. Conviria que fosse guarnecida com pessoas que tivessem, simultaneamente, um conhecimento genérico das indústrias e do mundo da investigação científica e tecnológica. Fundamental seria a organização de um banco de dados; mas era indispensável que tivesse uma boa visão financeira para poder construir soluções financeiras para as inovações tecnológicas que patrocinasse. Ela não se deveria sobrepor a nenhuma das entidades já existentes. Não era conveniente delimitar as áreas prioritárias de inovação; sabíamos que algumas organizações internacionais o faziam; mas nós achávamos que todas as inovações seriam boas desde que ultrapassassem as avaliações financeiras que insistíamos que representassem o instrumento de selecção e de definição de prioridades. A Agência não deveria ser gestora de nenhum instrumento financeiro de apoio às empresas; tinha, naturalmente, de possuir um conhecimento profundo dos instrumentos financeiros disponíveis mas não seria conveniente que decidisse os apoios às inovações que recomendava. Ela deveria criar um ambiente de confiança que as empresas sentissem como “amigável” e as levasse a aproximarem-se da Agência; mas, nos primeiros tempos, seria ela que deveria “partir ao ataque” Não seria mau se ela desenvolvesse relações especiais com as sociedades de capital de risco que, em muitos casos, seriam as instituições mais vocacionadas para financiar as inovações. Dever-se-ia procurar a associação com empresas que fossem conhecidas como grandes promotoras de inovação, quer fossem internacionais (IBM, SIEMENS, VOLKSWAGEN, NESTLÉ,...) quer nacionais (SONAE, PORTUCEL/SOPORCEL, MARCONI, SOMINCOR...) Estas grandes unidades teriam o papel de

“empresas-âncora”, ajudando a definir as acções mais interessantes para a Agência desenvolver e a conferir-lhe sensibilidade empresarial. O Ministério da Indústria estaria representado pelo IAPMEI, pela Direcção-geral da Indústria e pelo INESC (Foi entendido não envolver o LNETI, nessa altura considerado como demasiadamente “rígido”...). Para dinamizar os primeiros planos de acção, seria bom que a Agência tivesse um subsídio ao seu funcionamento, durante cinco anos, como se fazia já em relação aos centros tecnológicos.

Com estas orientações gerais partiu-se para a redacção dos estatutos da Agência de Inovação e dos diplomas que consagrariam a sua criação e estabeleceriam o seu modo de funcionamento.

\*

A Biblioteca Popular de Lisboa ia ser extinta dentro de poucas semanas. O mais tardar durante Março de 1992. Dei indicações para que a Biblioteca Nacional fosse escolher o que interessasse para si própria e que o restante fosse distribuído pelas bibliotecas municipais que se candidatassem a uma parte do acervo.

\*

Há, algumas vezes, a ideia de que um grande investigador ou um grande artista plástico pode ser polivalente, encarregando-se da administração do dia-a-dia de uma instituição com peso. Nada mais errado! Foram treinados para outras funções e a gestão diária aborrece-os imensamente, não lhe dando, por isso e por via de regra, a devida atenção. Por isso, em 18 de Fevereiro, recomendei ao Secretário de Estado que, na Academia de Ciências, houvesse um pequeno núcleo de três pessoas que ficassem encarregados daquelas funções; o presidente deveria ser um académico, mas os outros dois teriam de assegurar uma presença permanente e atender a todos os pormenores da vida da instituição.

\*

Como se sabe, o EUREKA era um programa interessante para promover a investigação pré-competitiva, mas não dispunha de meios próprios. Era uma rede apoiada pelos governos e especialmente querida do Presidente Mitterrand. Os alemães

queriam pôr o Programa-Quadro a financiar o EUREKA. Os franceses queriam ver fortalecida a sua acção. Os nossos industriais não estavam particularmente envolvidos no EUREKA, nem a grande maioria dos nossos investigadores. Como tal, em 26 de Fevereiro recomendei que se adoptasse uma posição discreta. Eu compreendia as posições assumidas pelos três mais “pesados”. Dever-se-ia esperar para ver para onde se inclinavam os outros países e ir falando com eles. Não havia vantagem nenhuma em optarmos por um dos campos, a correr.

\*

O que viria a ser o TAGUSPARK ia avançando em muitas frentes. O Prof. Sucena Pava, antigo Secretário de Estado, a quem havia sido cometida a tarefa da condução da operação, e o Dr. Fernando Durão, da Fundação Luso-Americana, para o Desenvolvimento (FLAD), vieram trabalhar comigo no dia 18 de Fevereiro. Nessa ocasião já haviam adquirido directamente 30 hectares de terreno mais 40 ha comprados pela Câmara Municipal de Oeiras. Estavam, ainda, “apalavrados” mais 26 ha. Dispúnhamos, assim, de uma área razoável para começar a desenvolver as outras componentes do projecto. Era indispensável dispor, o mais urgentemente possível, de um plano geral de urbanização que fosse devidamente aprovado, seguindo toda a cadeia formal de consultas obrigatórias por lei. Do plano de negócios já tinha sido encarregada uma empresa para o elaborar. Para tornar a construção mais barata, seria conveniente assegurar a colaboração da Engenharia Militar em trabalhos de terraplanagem que fossem simultaneamente de instrução dos recrutas.

Havia já a manifestação de intenções de algumas empresas privadas que na zona gostariam de construir ou as suas sedes ou alguns departamentos que reclamassem muito espaço. A prioridade era, então, a da constituição da sociedade do próprio parque. Deram-me conta de uma série de reuniões com alguns bancos mais importantes, com empresas de telecomunicações e de energia e, também, com o IAPMEI que já havia decidido participar.

Quando se percorrem todos os passos que foi preciso dar para chegar a bom termo, não podemos deixar de pensar em como é difícil em Portugal, fazer seja o que for!... Especialmente quando não temos os meios para fazer tudo e que queremos que outros se associem connosco e tragam algum dinheiro...

\*

Eu tenho uma grande estima pelo Prof. João Caraça. Cientista competente, homem culto, sabe sempre pôr o interesse do país à frente das quezílias de grupos. Sempre o ouvi com proveito e foi o que aconteceu no dia 5 de Março, quando me veio falar da sua recente viagem a Bruxelas e do que se tinha tratado num encontro de prospectiva em que havia participado. Estava em causa a definição do que se designava como Big Science I e Big Science II. O primeiro respeitava à realização de grandes equipamentos científicos e à sua localização. A participação de todos seria estimada, mas não eram favoráveis à construção de “miniaturas” de equipamentos; admitiam a formação de parcelas integráveis desde que isso não afectasse a produção de resultados e a sua qualidade. Fiquei com a sensação de que teríamos de fazer, primeiro, um esforço interno para robustecer alguns dos nossos centros, antes de nos abalancharmos a uma participação no Big Science. Era evidente que, na ocasião em que ocorresse, ela deveria ser estimada e apetecida e não somente tolerada. Isso dependia, fundamentalmente, da qualidade dos investigadores. O Big Science II focava-se na criação de redes e visava os grandes programas dispersos e procurava assegurar a eficácia das inter-relações que deveriam ser estabelecidas. Estava muito orientado para o apoio a projectos que tratassem do ambiente, do clima, da “global change” e dos genomas. Focar-se-ia na estruturação de redes que ligassem os diversos centros e assegurassem a sua colaboração mútua. Para nós este assunto interessava-nos muito, dado que, em primeiro lugar, se estava a assistir a mutações cognitivas muito rápidas e era preciso estar dentro delas, em segundo, porque era indispensável assegurar a integração do maior número e quem se deixasse ficar para trás, dificilmente recuperaria caminho.

Também abordámos a situação no sector da Ciência e Tecnologia, nos países da Europa de Leste. Na minha qualidade de presidente do Conselho de Ministros da Ciência, durante esse semestre, eu sabia que iria ter de moderar reuniões em que se discutiria o assunto e que teria, mesmo, de fazer encontros formais com representantes das comunidades científicas desses países ou com membros dos seus governos. A “evaporação” do potencial científico desses países estava a ser um verdadeiro desastre; os seus membros não sabiam o que fazer; alguns ainda tinham energia para emigrar, mas a maior parte sentia-se muito insegura e

apreensiva em relação ao seu futuro. A nós parecia-nos que se deveria dar prioridade aos sectores mais directamente ligados ao seu desenvolvimento e, particularmente, ao ambiente, à biotecnologia, à tecnologia alimentar, à energia e às tecnologias de informação. Para a Comunidade Europeia a forma mais eficaz de tratar do assunto seria fazer um exercício de apoio, sob a forma de programa-quadro específico, não hesitando em definir as áreas prioritárias.

As mudanças iriam ser muito rápidas. Para tirar proveito das redes do Big Science II era preciso que os “nós” fossem cientificamente robustos e, por isso, era preciso ter capacidade própria e ver a sua contribuição apetecida pelos outros parceiros. Impunha-se, por isso, a construção de um clima de confiança, mas esta só surge através de um trabalho em comum, prosseguido segundo regras que todos adoptem. Por isso eu queria tanto que os nossos investigadores integrassem as grandes redes já existentes. Internamente, eu tinha que lutar contra aqueles que insistiam em afirmar que elas constituíam redes caras a que seria pouco ajustado pertencer, face aos custos que isso implicaria. Eu achava que se deveria pertencer e ser exigente em matéria de produção de resultados. Para mim não viria a ser difícil integrar universidades, laboratórios e outros centros de investigação e grandes empresas. O grande problema parecia-me ser o das pequenas e médias empresas das quais tanto dependíamos e que não dispunham de dimensão suficiente para integrarem redes. O Prof. João Caraça entendia que a única forma de lhes chegar com inovação e novos conhecimentos, envolvendo-as na sua produção seria através da Banca. Mas esta devia adaptar-se a essa função, conhecendo também o que estava a ocorrer no mundo da ciência para poder exercer uma espécie de “apostolado”. Ele tinha razão, porque o que surpreende mais em relação às PME é o seu isolamento em relação às redes, onde “circula” a inovação; além do seu mercado específico, o contacto mais generalizado é o das instituições de crédito que as apoiam. Mas para fazerem o seu papel, neste domínio, teria de haver uma formação especial que habilitasse os seus agentes a desempenhá-lo, quase sem se dar por isso, ao mesmo tempo que realizassem outras funções. Era evidente que o processo de inovação tecnológica não terminava na fase de produção; ele seria eficaz somente quando assegurasse que iria até ao consumo da própria inovação pelos inúmeros agentes que

tirariam disso bom proveito. Trata-se de uma nova banca, aquela que há-de um dia vir a desempenhar, também, essa função.

\*

Nos dias 10 e 11 de Março de 1992 iria ter lugar na OCDE, em Paris, a Conferência dos Ministros da Ciência da Organização. Como eu tinha outros assuntos a tratar em Paris fui de ante-véspera para falar com o meu amigo Fernando Santos Martins, Embaixador de Portugal junto da OCDE, especialmente a respeito do exame à nossa política de Ciência que iria decorrer nesse ano. Também queria estar com o Ministro Hubert Curien (em capacidade bilateral) e com o Embaixador José Augusto Seabra que nos representava junto da UNESCO e que organizou um encontro com colegas seus que queria que estivessem informados acerca do que se estava a fazer, em Portugal, neste domínio.

Eu não gosto nada de pequenos-almoços de trabalho, os quais agora (2016) estão na moda. Para mim, que me levanto cedo, a primeira refeição do dia é um assunto sério, porque, como dizem os escoceses, não se sabe quando podemos alimentar-nos outra vez. E como as circunstâncias me levaram a posições em que, nessas refeições, ou tenho de falar ou tenho de ouvir com muita atenção, não me sobra tempo nem espaço para fazer mais qualquer coisa que não seja beber o café... o que, para quebrar o fastio é pouco. Mas foi para um pequeno-almoço de trabalho que o Ministro Curien me convidou. Como sucede sempre, nessas circunstâncias, eu faço uma refeição a sério bem cedo, podendo depois fingir que me alimento com um cafezinho simples. Verifiquei que ele fazia o mesmo. Concluí, por isso, que ambos estávamos a usar estratagema idêntico. Os outros lá foram, pondo compota nos “croissants”, ouvindo a nossa conversa...

Ambos queríamos muito que o “Paquet Delors II” fosse aprovado. Não iríamos reclamar, obviamente, que houvesse uma distribuição proporcional dos meios de acordo com a chave de distribuição geral, de modo a poder o sector da Ciência beneficiar muito, porque sabíamos que a vocação da nova ajuda era dirigida, especialmente, à resolução de estrangulamentos antigos. Mas insistíamos para que ela fosse contemplada com um reforço expressivo. Os dois púnhamos algumas dúvidas relativamente à capacidade dos serviços administrativos comunitários

do sector para lidar com um grande acréscimo de solicitações. Era um problema de gestão; recorriam a processos longos com resultados relativamente imprevisíveis que deixavam os investigadores ou as instituições proponentes de projectos num estado de ansiedade inconveniente. Por isso, ambos recomendávamos que se olhasse, com urgência, para esse aspecto. Em relação à estrutura do 4.º Programa-quadro, as novas regras de Maastricht implicavam a tomada de decisões por unanimidade, no Conselho; ora a nossa experiência, de alguns anos, aconselhava-nos a recomendar um procedimento mais célere. Ambos apoiávamos a adopção da figura de plano deslizante porque tínhamos atrasos que deveriam ir sendo cobertos; nessa perspectiva, olhávamos com alguma apreensão para o final de 1994, altura em que era possível que o 4.º Programa-quadro ainda não estivesse totalmente operacional e as verbas do 3.º Programa-quadro se encontrassem já esgotadas ou próximo disso. Por isso defendíamos “la programmation glissante”. O que queríamos evitar era chegar a uma situação em que tivéssemos de discutir e tomar decisões sob a pressão do tempo.

O Reino Unido favorecia o apoio prioritário às chamadas tecnologias verticais; mas o Comissário e alguns de nós preferíamos dar prioridade a tecnologias específicas que já se sabia que seriam mobilizadas por alguns sectores em progresso acelerado. Talvez pudéssemos, nesse domínio, articular o Programa-Quadro com o programa EUREKA, deixando as tecnologias específicas expressamente para o segundo. De qualquer forma, a articulação entre os dois programas impunha-se porque os seus propósitos se complementariam.

Dever-se-ia seguir de perto as negociações do GATT, porque havia no seu seio quem quisesse proibir as ajudas ao desenvolvimento; quem o fazia eram os que não queriam investir em C&T, tirando benefício das vantagens competitivas já adquiridas. Mas nós éramos a favor da investigação em tecnologias “cibléés” que visassem resolver determinados problemas já detectados e que se adivinhavam próximos de um novo salto (ou saltinho...) tecnológico. Nas muito grandes organizações, como o GATT, pesa sempre o grande número e este é, frequentemente, de tendência conservadora.

Combinámos que, em relação ao 4.º Programa-quadro, deveríamos definir as grandes linhas horizontais para a cooperação científica internacional que tradu-



zissessem os eixos a apoiar pela Comunidade. Não poderíamos deixar de fazer uma referência às relações de cooperação e assistência, particularmente com os países da EFTA, com os quais teríamos benefícios óbvios em colaborar. Deveríamos ser muito claros em relação aos chamados “programas específicos” que tinham de ser particularmente justificados. E não poderíamos esquecer o grande problema que todos enfrentávamos de ter a maioria do emprego criado pelas PME e verificar que elas eram o alvo mais difícil de alcançar, em matéria de inovação, ciência e tecnologia; alguma coisa tinha que ser feita neste particular.

\*

No dia 10 de Março fui cedo para a OCDE. O meu colega dinamarquês tinha solicitado uma conversa comigo a respeito do nosso próximo Conselho de Ministros Europeus; a única forma de nos encontrarmos seria antes dos trabalhos da 8.<sup>a</sup> Conferência de Ciência e Tecnologia arrancarem. A grande vantagem com os Nórdicos é que eles trazem um guião com os assuntos que querem tratar e vão directos aos temas sem circunlóquios introdutórios. Disse-me, de rajada, o que queria tratar:

Era uma boa ideia que começássemos os trabalhos por uma discussão geral e não nos enfiássemos, directamente na abordagem de temas específicos que, no fim do dia, nos fariam ter perdido a visão de conjunto que era necessária. O tema das PME e da forma de as envolver num processo de inovação permanente era da maior importância. Estava de acordo com a prioridade conferida à indústria, à qualidade de vida e à avaliação e protecção contra os diversos tipos de riscos. Estava de acordo em que a coesão também se manifestasse no campo da C&T. Favorecia a mobilidade dos cientistas e o primado da qualidade. Para ele, a nossa função primordial seria desenvolver talentos. Recomendou que não se fizesse da subsidiariedade um caso de disputa; deveríamos, ao nível comunitário, ocupar-nos com os grandes programas, não nos sobrepondo às iniciativas dos países-membros; estas, por seu lado, também deveriam procurar fazer coisas que já não estivessem a ser feitas pelas instâncias comunitárias. Era a favor da iniciativa que já tínhamos tomado de reclamar mais fundos para a Ciência; recomendou que houvesse sempre articulação entre os fundos nacionais e os comunitários. Recomendava um envolvimento forte com os países da OCDE, particularmente com

a Suécia (esta ainda não era, em 1992, membro da Comunidade Europeia). Não morria de amores por um reforço das ligações entre a Comunidade e o EUREKA; tinham tido uma má experiência com o JESSI (Joint European Submicron Silicon Initiative – Projecto Eureka sobre microships) ... Queria fomentar a investigação marinha e, para isso, iria escrever-me uma carta formal para eu propor a sua discussão em Conselho. Insistia particularmente na coordenação do esforço de investigação europeu; havia muitas instituições, muitas actividades, muitos investigadores... Era preciso uma “umbrela” onde, pelo menos, fossem definidas as prioridades. Falámos, naturalmente, da Big Science; recomendou que as discussões prosseguissem mas parecia-lhe conveniente que cada ministro da Comunidade designasse um seu representante especial e pessoal para participar nas discussões que estavam a decorrer em Bruxelas, um tanto à margem da intervenção dos próprios ministros que iam tomando conhecimento das coisas de modo desligado e a partir de várias fontes e isso não iria contribuir, seguramente, para a robustez das decisões.

\*

A Oitava Conferência de Ciência e Tecnologia da OCDE foi aberta pelo Secretário-geral, Jean-Claude Paye, a quem já me referi várias vezes. Entre nós foi-se consolidando, ao longo do tempo, mais do que uma relação de trabalho, uma verdadeira estima mútua. Ele exerceu aquelas funções de 1984 a 1996 (!); foram 12 anos de afirmação competente e serena da Organização. A sua intervenção inicial centrou-se nas relações entre tecnologia e economia, na importância da qualidade dos recursos humanos e na necessidade de melhorar a coordenação das políticas públicas nos domínios da educação, da ciência e do ambiente. Sublinhou a importância da cooperação intergovernamental para se chegar aos objectivos mais depressa. Referiu-se à importância crescente da biotecnologia mas também da mega-ciência (Big Science) que estava, então, muito na moda. Mencionou a importância da cooperação com os países da Europa de Leste, a braços com problemas complexos. Também intervieram todos os ministros presentes a começar pelo dos Estados-Unidos que insistiu em ser o primeiro. Não direi quem disse o quê, mas apontarei os principais tópicos abordados:

O mundo tinha mudado muito no que respeitava à Ciência e à Tecnologia; estava a experimentar-se uma crescente internacionalização e um progresso muito rápido. O investimento estava a ter lugar tanto em infraestruturas como em recursos humanos. Os mega-projectos estavam a tornar-se a norma; por isso se impunha uma análise cuidadosa dos custos. Observava-se uma grande preocupação com a qualidade da investigação feita. Dever-se-ia desenvolver um corpo de regras para a cooperação internacional em relação aos mega-projectos; essas regras seriam diferentes da definição de prioridades; eram, especialmente, instrumentos que assegurariam a qualidade e evitariam faltas de entendimento. Dever-se-ia proceder a “mutual consultation”, numa fase preliminar da colaboração, quer entre instituições de investigação quer entre governos. A procura da excelência é que deveria orientar toda a colaboração. Mas tinha de se ser realista, porque os recursos não eram inesgotáveis. O CSTP (Committee for Scientific and Technological Policy) da OCDE estava a desenvolver uma série de instrumentos de análise dos mega-projectos que se impunha aplicar. A OCDE dispunha de funcionários de alto nível cuja experiência se deveria aproveitar através de discussões com os especialistas. Os estudos de “fazibilidade” (viabilidade?) dos projectos estavam a revelar-se particularmente úteis. Deveria haver cooperação logo ao nível da concepção e criar-se, desde o princípio, um quadro que assegurasse a cada projecto um desenvolvimento estável. A troca de informações era de importância primordial para o avanço dos projectos. Os projectos situados na área militar tinham “spin-offs” de natureza geral que deveriam ser utilizados. Particularmente promissoras eram as áreas da biotecnologia e dos novos materiais. O ambiente e as mudanças climáticas apresentavam-se como prioritárias. As ambições de pesquisa na área militar deveriam transformar-se em ambições na área civil. A qualificação dos recursos humanos era imperiosa. A cooperação impunha-se e a transparência de processos era uma palavra-chave. O presidente da sessão esclareceu que a designação de “fórum” para o que propunha constituir visava exactamente aquilo em que se estava a insistir: reflexão, decisão, financiamento, exploração e aplicação. Os mega-projectos reclamavam um esforço de consulta entre os grandes grupos. Dever-se-ia articular grandes e pequenos projectos de forma a mobilizar todos os recursos disponíveis, insistindo sempre na qualidade

de investigação realizada. Teria de se assegurar estabilidade e continuidade aos esforços de investigação desenvolvidos; para isso os planos pluri- anuais eram essenciais. Para o desenvolvimento da “big science” a preparação dos recursos humanos era fundamental. As instalações usadas para fins de “big science” deveriam sê-lo também para fins educativos. A investigação sobre o genoma humano reclamava um grande esforço de cooperação internacional. Dever-se-ia evitar a duplicação de esforços. A interferência governamental na investigação deveria ser reduzida e pouco ambiciosa. A prática de estudos de “cost-effectiveness” dos esforços feitos deveria ser generalizada. Os custos de participação dos pequenos países deveriam ser explicitados e discutidos; dever-se-ia evitar atribuir-lhes encargos a que não estavam em posição de corresponder. Estavam todos de acordo que à “big science” estava associado “big money” e que, por isso, cedo ou tarde ter-se-ia de discutir a questão dos recursos a afectar-lhe. A OCDE representa um bom enquadramento para a acção. Mas deveria ser dada muita atenção à formação de redes de colaboração entre as instituições de investigação. A distribuição dos “benefícios científicos e tecnológicos” representava um problema que tinha de ser abordado. Havia quem preferisse os “programas genéricos” aos “programas orientados”, mas também se observava o contrário. A continuidade dos esforços feitos preocupava muitos (Era uma outra maneira de repudiar o financiamento “en accordéon”). As dificuldades experimentadas pelas pequenas e médias empresas no campo da investigação tinham de merecer atenção.

A Rússia estava presente, pela primeira vez, neste tipo de conferências da OCDE. O ministro russo disse que o seu país conservava um grande potencial científico e que a sua preocupação era “desideologizar” e “desmilitarizar” o mais possível. A Rússia queria ajuda, mas também estava em posição de a dar em alguns domínios. Estava preocupado com a fuga de cérebros. Relembrou que, agora, a Federação era constituída por quinze países em vez do único que existia anteriormente.

O ministro norte-americano referiu-se ao escalonamento da actividade que estávamos a discutir: (a) Primeiro a dos cientistas e engenheiros; (b) seguida da dos economistas e financeiros; (c) que forneceria as bases para o trabalho dos altos funcionários que (d) poriam as escolhas à consideração das instâncias políticas. Manifestou-se a favor de uma distribuição equitativa das instalações de investi-

gação ao longo do mundo (Coisa em relação à qual eu tenho as maiores dúvidas...). Havia quem preferisse a constituição de um observatório, em vez da de um fórum; tanto o tamanho como a forma do fórum merecia, a muitos de nós, alguma reserva; queríamos discuti-lo; de qualquer forma, se a maioria se inclinasse para a criação de um fórum permanente, aconselhávamos, alguns de nós, que a sua estrutura fosse muito leve para não paralisar a sua actividade.

A cooperação com os países da Europa de Leste teve intervenções vivas dos mais interessados: a Alemanha, a Áustria, a Hungria e a Polónia. A Ciência fazia parte do património comum da Humanidade. A cooperação constituía obrigação comum dos dois lados; quem desse depressa estava a dar a dobrar; o isolacionismo deveria ser desencorajado e os nacionalismos prevenidos. A acção bilateral era essencial, antecipando a multilateral que punha naturalmente, maiores dificuldades de concretização. O “brain-drain” preocupava-os a todos.

Os sistemas de inovação mereceram discussão. Havia mesmo quem defendesse a constituição de um ITTTI (Integral Technology Training Trade and Innovation), mas a sugestão não teve sequência. Quando se quer avançar com coisas muito ambiciosas, muito abrangentes e muito partilhadas, é certo que não se irá muito longe; as instituições só devem ser propostas quando se tornar patente a sua utilidade e, em todos os casos, será sempre bom começar por estruturas mínimas e elásticas que poderão avançar se se revelarem úteis, mas que não haverá inconveniente em anular se o não forem.

Foram abordados muitos outros temas: a actualização do manual de Frascati; a educação contínua; os inconvenientes do “tecno-proteccionismo”; a protecção da propriedade intelectual; a formação para a investigação e pela investigação, etc. Os dois dias passaram depressa. E ficou-se com a sensação de que as questões que se punham não tinham limite e que havia problemas de natureza muito diversa conforme os países presentes. Alguns estavam em posições muito particulares da sua história, como era o caso da Rússia e dos países da Europa de Leste. As “grandes missas” internacionais muito ambiciosas correm o risco de desapontar muita gente. Embora nelas se adquira muita informação e se fique a conhecer os problemas de muita gente, raramente se chega a posições comuns que possam constituir a base de uma acção futura. Esta, para ter sucesso, reclama alguma ho-

mogeneidade na situação de partida e objectivos moderados para a acção comum. E, mostra a experiência, necessita de muito trabalho prévio. Na grande reunião não se deve fazer senão sancionar o que já foi pacientemente conseguido através de reuniões bilaterais prévias.

\*

Em despacho com o Secretário de Estado em 25 de Março tomámos nota do parecer do jurista que nos assessorava em relação aos Parques de Ciência e Tecnologia: a sociedade gestora deveria ter a forma de uma sociedade de economia mista e não de sociedade imobiliária; assim prosseguimos. O projecto de Decreto-Lei para extinção do INIC estava pronto. Mas, depois de estar a evoluir bem a situação na maior parte das universidades, tínhamos agora de tentar apaziguar os próprios órgãos do INIC que estavam muito activos no protesto.

As coisas estavam a correr bem em relação à Agência de Inovação. O designado presidente, Prof. Jorge Alves, estava muito satisfeito com a actividade desenvolvida pela sua comissão instaladora. O projecto prosseguia em bons termos.

\*

No dia 30 de Março fui a Oeiras para ter uma reunião sobre o Parque de Ciência e Tecnologia. Assentámos numa definição: era um empreendimento de base imobiliária, com ligação formal a uma universidade ou instituição de investigação, alojando empresas que operacionalizassem conhecimentos avançados e dispondendo de gestão própria. Admitia-se que levasse um tempo da ordem dos cinco anos a lançar e de mais de dez para ocupar todo o espaço a ele devotado. Este era o resultado da observação de muitos parques que já haviam sido lançados na Europa e no resto do Mundo. Dever-se-ia contar com a construção de um local digno para a instalação dos promotores.

E tinha de se fazer um esforço especial para atrair as chamadas “instituições-âncora”. Deveria contar-se com uma vertente de negócios, constituindo essa parte o chamado “business park”. Estava excluída a construção de habitação dentro do parque.

A fórmula jurídica a adoptar era objecto de discussão. Pendia-se para a sociedade anónima com a universidade a entrar, de forma muito expressiva. Deveriam também entrar a JNICT, o IAPMEI, e as Autarquias. Admitia-se que estes, em conjunto, constituíssem cerca de 50% do capital social, a outra metade sendo subscrita por cerca de cinco empresas, três ou quatro bancos e a FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento).

Tinham sido analisadas três alternativas de localização, optando-se pela de Porto Salvo. Já dispúnhamos, nessa ocasião, de cerca de 200 hectares de terreno. Era evidente que parte dele iria ser vendido.

Estava em curso a elaboração de um estudo prévio, susceptível de ser transformado rapidamente em plano de urbanização, encaixável tanto no PDM de Oeiras como no PROT da Área Metropolitana de Lisboa. O relatório da empresa consultora SEGAL estava a funcionar como programa-base. Já havia uma “maquette” em estado avançado de elaboração. A iteração não se prolongaria muito mais tempo. Havia abertura para só mais uma versão, após o que se consideraria o projecto consolidado (rede viária e outras infraestruturas). Queriam definir corredores com alguma segurança para se poder avançar com os projectos de infraestruturas. De qualquer forma estavam já em posição de indicar as localizações mais urgentes, porque havia clientes “apressados”. Estavam a querer quantificar os fluxos de tráfego potencial.

Os aspectos jurídicos ocuparam uma boa parte da reunião, na sua discussão. Foi lembrado que a assinatura do protocolo ocorrera no dia 12 de Novembro de 1990 e que isso tinha sido indispensável para a aquisição do terreno. A vontade societária estava concretizada e já havia uma comissão instaladora da entidade gestora do parque. Estava, assim, demonstrada a convergência de pontos de vista entre os “actores”; o consenso não havia sido rápido mas tinha-se conseguido. Estavam prontos o Acordo da Sociedade (Pacto Social) e o Acordo Parassocial. Havia um Conselho Científico e Tecnológico, em que eu tinha insistido; mas ele não poderia funcionar como contra-poder; era um órgão de aconselhamento e fiscalização.

O Parque não era um “campus” universitário, nem um empreendimento imobiliário corrente. Tinha outros propósitos. O Acordo Parassocial era uma espécie

de convenção pré-nupcial. A distribuição do capital social ainda era apresentada sob uma “forma-tentativa”, embora a arquitectura jurídica já estivesse traçada. O Conselho de Administração tinha que ser particularmente coeso, especialmente na fase de arranque do Parque. Nós queríamos muito atrair a Universidade; por isso ela teria um acesso privilegiado aos terrenos, mas deveria fazer as suas infraestruturas. Considerámos que seria sensato atribuir à Universidade 20% dos terrenos e 30% das acções, para assegurar que se mantinha a sua influência sobre o conjunto; a fruição pela Universidade dos terrenos poderia ser feita sob a modalidade de direito de superfície. A definição da personalidade jurídica do Parque era urgente, porque queríamos começar com movimentos de terras em Junho de 1992. Para isso a constituição da sociedade deveria ter lugar em Abril,

A primeira instituição a localizar-se no Parque foi o Instituto de Soldadura e Qualidade que tinha uma imagem excelente junto das empresas. A partir de Junho estar-se-ia em posição de indicar aos restantes parceiros as localizações para as suas instituições. O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras queria reservar uma faixa para habitação. Eu gostaria de saber, hoje (2016), se há muitos trabalhadores do Parque a viver nessa área adjacente que ficou reservada para o efeito... A modalidade dos direitos de superfície era boa para a Universidade, mas estava prevista a alienação de parcelas para quem quisesse comprá-las para seu uso.

O nosso Parque começava já grande: cerca de 200 hectares: A maior parte dos parques europeus havia arrancado com cerca de 60. Mas haviam crescido muito; havia alguns que dispunham, nessa altura, de algumas centenas de hectares. O regulamento de ocupação do Parque tinha que competir, legalmente, às Câmaras Municipais. O Conselho Científico zelaria pela correcção da ocupação do espaço mas a decisão tinha que caber às Câmaras. Experimentávamos pressões para definir rapidamente a localização do chamado “bloco académico”, leia-se Instituto Superior Técnico.

Eu prolongava a discussão para ter a certeza de que eram levantados os pontos sobre os quais havia que tomar decisões, na certeza de que iria ter muitas mais ocasiões para me pronunciar. De qualquer forma, os principais agentes presentes na reunião saíram com um quadro claro relativamente à evolução do processo.

\*



No dia 7 de Abril, em despacho com o Secretário de Estado, soube que na sequência da nossa reunião em Oeiras, ele já tinha tido encontros separados com os bancos, com as empresas e com a Universidade Técnica de Lisboa, o INESC e o IAPMEI com vista à concretização do Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa. Todas haviam corrido bem, esperando ele ter uma versão acabada dos instrumentos legais até ao fim de semana.

Eu continuava a querer reforçar os laços de cooperação com alguns governos dos “Länder” alemães. As coisas corriam bem com o Baden-Württemberg e com a Baviera, mas eu via algumas virtualidades nas parcerias com estados mais pequenos. Eu havia proposto uma abordagem ao Sachsen-Anhalt; curiosamente os Alemães estavam a querer termos de negociação muito exigentes para nós. Mas havia alguns académicos portugueses a incitar-me a prosseguir com as negociações porque viam nas instalações daquela parte do país grandes oportunidades de colaboração. Pedi que eles elaborassem uma pequena memória justificativa para eu próprio avaliar até onde seria conveniente ceder às exigências dos nossos promitentes parceiros.

No mesmo espírito, eu havia solicitado ao representante da Hoechst, em Portugal, para ver se o seu laboratório central se interessaria pela colaboração com instituições de investigação portuguesas. Tive, então, a notícia de que já estava combinada a vinda de uma missão de investigadores e de dirigentes de investigação daquele grupo para ver da possibilidade de encomendarem trabalho de pesquisa a instituições portuguesas.

O INESC mexia-se bem! Queria comprar um prédio no Porto, na proximidade das instalações da Faculdade de Engenharia de então. Fizeram-no com alguma ajuda nossa. Aproveitaram bem o “empurrão”.

No âmbito do trabalho do CNIG (Centro Nacional de Informação Geográfica) estava a circular uma exposição sobre “ A Geodesia e os Portugueses em África “ que tão interessante era. Mas, nessa ocasião, estava fora de questão levá-la a Angola ou a Moçambique!...

\*

No dia 8 de Abril fui a Bruxelas de manhã e vim à noite para ter duas reuniões: uma com o Ministro Belga da Ciência, Jean-Maurice Dehousse e outra com o Vice-presidente Filippo Pandolfi, no âmbito das minhas funções de Presidente do Conselho de Ministros da Ciência. O ministro belga era uma grande personalidade política no seu país. Havia sido Ministro-presidente da Região da Valónia, onde tinha feito um papel de relevo que o projectou para a cena política federal. Nessa ocasião, vaticinava-se-lhe uma grande carreira, admitindo-se que ele pudesse vir a ser primeiro-ministro; mas estas coisas da política dão muitas voltas e ele não o foi. Isso não aconteceu, todavia, por falta de qualidades. Era um prazer conversar com ele. Um dos seus filhos havia estado a fazer um estágio em Lisboa onde aprendera a falar português. Pois ele levou a sua cortesia ao ponto de encarregar o rapaz de me acolher à porta do ministério e conduzir-me até ao gabinete do pai, onde tomou café connosco antes de nos deixar aos dois a trabalhar.

Ele estava recentemente no seu posto, onde tudo era novo, uma vez que além de ministro-presidente a sua área política era a política interna belga. Entendia que nos deveríamos aplicar na constituição de redes que envolvessem as principais instituições de investigação europeias. Na tradicional discussão acerca da divisão de meios para a investigação fundamental e aplicada, ele aconselhava uma repartição equilibrada, entre as duas, muito assente nos méritos dos projectos apresentados. Queria, também, equilíbrio na convergência; Maastricht tinha dado um grande empurrão nesse sentido mas ele entendia que isso não poderia ser realizado à custa de fazer “périclitar” os centros mais avançados; estes é que eram os motores do progresso. Por isso, era a favor da constituição de redes. Mas insistia num equilíbrio entre as ciências humanas e as ciências exactas, entre as ciências do passado e as do futuro. Atribuía muita importância à formação de investigadores. Mas não gostaria de assistir à construção de uma fortaleza europeia, neste domínio. Recomendava muito a cooperação com os Estados-Unidos e com o Japão. (Como se sabe, havia alguns dos meus colegas que não gostavam nada de franquear as portas a estes últimos, tidos como “copiadores” exímios de tudo o que vissem e que lhes interessasse, em termos económicos...). Era a favor da constituição de bancos de dados europeus e da cooperação internacional.

Deu-me a informação de que a Hungria tinha decidido solicitar a sua integração no EUREKA. Avançava como prioridades para o seu país: a Saúde, a Energia, o Ambiente e o Espaço. Nisso não diferia muito dos outros colegas nossos. Falámos do Centre Commun de Recherche e do seu papel; queria saber a minha opinião acerca do trabalho que ele desenvolvia.

O seu Chefe de Gabinete que participava na reunião pôs mais questões. Queria saber como é que eu propunha estimular as inovações e como olhava para a aplicação do princípio da subsidiariedade. Não havia contradição entre manter excelência na qualidade da investigação fundamental e dos projectos orientados, com o que eu concordava. Queria saber a minha opinião relativamente à formação de investigadores: em domínios genéricos ou específicos? Em princípio nos primeiros mas, se houvesse necessidade de aprofundar a preparação em áreas que experimentassem a necessidade de dispor de quadros que não existissem, deveríamos conservar a abertura para contemplar a sua formação. Lamentava o desinteresse do mundo académico, em geral, pela investigação em novas áreas das ciências humanas, como, por exemplo, os problemas sentidos pelas democracias emergentes, ou pelo envelhecimento da população ou experimentado pelas autoridades locais, nacionais e federais nas suas relações mútuas. Interessava-se, especialmente, pela política de investigação no quadro das diferentes políticas; logo confessou um conflito de interesses: o centro onde trabalhava tinha concorrido a um projecto, sobre esta matéria, que estava em apreciação nos serviços da Comissão. Para ele era muito importante a existência de um grupo de trabalho que reflectisse sobre a cooperação e da articulação entre as diferentes políticas. Eu pensava que iria encontrar com frequência no Conselho de Ministros, o Ministro Dehousse. Isso não aconteceu! As regras belgas impunham que o ministro federal alternasse com os ministros flamengos e valões, de modo que eu só voltei a vê-lo daí a três Conselhos, o que não era uma grande coisa para fortalecer laços de entendimento e cooperação pessoal. Na Alemanha que é muito maior e também um estado federal, a representação do país está sempre confiada ao ministro federal da área em causa, o que me parece mais ajustado. Sucedeu, também, que o facto de, nessa ocasião, os governos durarem pouco tempo, na Bélgica, fez-me perder de vista o meu colega que tão auspiciosas entradas havia tido.

Fui depois encontrar-me com o Vice-presidente Pandolfi. Tinha um texto para me entregar, com o título “La Recherche après Maastricht”. Queria que eu o comentasse antes do nosso Conselho de Ministros seguinte. O texto elaborava muito sobre o equilíbrio entre os países. O grande problema que tínhamos de enfrentar era a selecção de projectos dentro dos diferentes programas. Entendia a preocupação de coesão que tinha passado a haver; ele próprio insistia em redigir um texto sobre o tema; trocámos impressões sobre as formas possíveis de a alcançar. A começar pela formulação de políticas comuns. Ambos atribuíamos muita importância ao “capital humano” e, conseqüentemente, à sua formação. Ligada a este estava a questão da mobilidade dos investigadores que punha problemas mais difíceis de resolver. Queríamos inventariar as medidas possíveis para fazer as instituições de todos os países participarem nos programas comunitários que eram, por natureza, comuns... Era preciso alargar a fatia devotada à ciência, nos fundos estruturais; eu referi-lhe a experiência portuguesa nesse domínio. Falei-lhe do caso das relações entre as PME e a Ciência; propôs-se desenvolver a ideia de criação de um instrumento ligado ao “venture-capital” a que poderiam concorrer; seria uma forma de preencher o vazio entre a pesquisa e a aplicação; sugeriu que se começasse com 100 MECU para alimentar uma bonificação de juros dos empréstimos que elas celebrassem para desenvolver novos conhecimentos e suas aplicações; não criaria nenhuma instituição nova para o efeito; confiaria a gestão desse fundo ao BEI e à rede de bancos nacionais com os quais ele trabalhava. Criaria um “guichet R & D” para as PME, com a DG XII.<sup>o</sup> (Directorate-General XII.<sup>o</sup> of the Commission of the European Communities) a dar informações sobre as listas dos projectos apoiados e a DG XIII a fornecer os dados necessários à tomada de decisões. Era preciso que, num próximo Conselho este desse mandato à Comissão para tratar desse fundo. Falámos, obviamente, acerca da preparação do IV Programa-quadro que deveria regular a cooperação entre os diferentes Estados-membros.

A efectivação dos “trílogos” (Conselho-Comissão-Parlamento) punha problemas de método. Fazê-lo somente depois de os dois primeiros aprovarem um projecto de Programa-quadro? Ou ir mantendo conversas? Eu era a favor da segunda via, mas o ambiente não era para “muita conversa” porque se tinha esticado demasiado a corda; voltar para trás era, para alguns, perder a face; mas eu defendia a

posição que mais depressa conduzisse à aprovação do Programa-quadro. Necesitávamos dele com carácter urgente.

Abordámos, ainda, as relações com os países de Leste. O nosso amigo Hubert Curien tinha proposto à OCDE criar uma fundação para o efeito. Não sabíamos qual o acolhimento que havia tido. Eu acabei por ir fazer uma reunião em Budapeste com o Vice-presidente da Comissão; a ela me referirei mais tarde.

O Parlamento Europeu havia apresentado à Comissão uma proposta para a realização de um estudo intitulado “Science et Technologie pour la Méditerranée”. Para isso necessitava de 60 MECU. Não era muito, mas não se sabia quais eram os termos de referência do trabalho. Por isso estávamos cautelosos na resposta a dar.

\*

No dia 14 de Abril houve, na Exponor, em Leça do Balio, um Colóquio Luso-Francês sobre investigação científica e valorização industrial. O meu colega francês Hubert Curien veio expressamente para o encerrar. Eu também estive presente. O meu discurso está publicado (Discurso VII); por isso não o reproduzo.

\*

No dia 28 de Abril reuni-me com os principais responsáveis da Academia das Ciências para definir as prioridades no domínio das obras a fazer e de outras acções de recuperação que se impunha realizar. Vieram académicos ilustres: os Professores Pina Martins, Pinto Peixoto, Gama Caeiro e Dias Agudo. O Secretário de Estado esteve, naturalmente, presente. Eu já havia visitado longamente as instalações e sabia o estado em que se encontravam. A nossa reunião era para decidir.

O edifício estava confiado, naturalmente, aos cuidados da Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que elaborou um projecto de recuperação. Havia um problema que não é incomum nos nossos palácios e monumentos: numa dependência vivia uma família; ninguém sabia como ela tinha ido para lá, a verdade era que estava a ocupar o espaço, obviamente sem nenhum título para o fazer, mas não poderia ser despejada, de súbito; isso iria criar um enorme problema à família e transformar-se-ia em escândalo público imediatamente. A prioridade, antes das obras, era, assim, o realojamento dos moradores. Por sua vez, o edifício,

contendo livros e colecções inestimáveis, não estava preparado para se combater um incêndio que, por qualquer circunstância deflagrasse. Foi decidido alargar o portão junto ao Convento de Jesus, de modo a que pudesse entrar um carro de bombeiros. Além disso decidiu-se instalar um sistema de alarme e de luta contra incêndios. A situação mais urgente, tendo em vista a projecção pública da Academia, tinha a ver com o salão-nobre. Precisava de cadeiras, de instalação sonora e de um ou dois móveis antigos para delimitar espaços. O modelo das cadeiras foi escolhido por um arquitecto muito conhecido e já estava decidido onde se encomendariam e como seria feito o pagamento.

Preocupava-me o facto de a Academia não ter recursos de nenhuma espécie e de ter despesas certas. A Academia das Ciências é uma instituição de depósito obrigatório das publicações que se fazem em Portugal. Isso significa que, literalmente todos os dias, desabam nas suas instalações quantidades enormes de livros que se vão acumulando. Há de tudo, bons, maus e péssimos... Mas há também antigos e modernos; e entre os primeiros, já se pode distinguir os que vale a pena preservar daqueles que um dia acabarão de morte radical. Ora, aqueles merecem seguramente uma encadernação protectora. Sucede que não há encadernadores para responder à procura existente; é preciso formá-los. Eu propus ao Instituto de Emprego e Formação Profissional instalar na Academia uma escola de formação. O objecto da formação estava disponível em quantidades inesgotáveis. O Instituto acedeu a montar o projecto. Logo me disseram que o pessoal ao serviço da Academia não reunia condições nem para ser formando nem formador. Também não era essa a minha intenção. Os formandos deveriam vir de fora e, uma vez instruídos, ir procurar emprego ou, melhor, criar o seu próprio emprego. Encontrar o local de formação também não estava a ser fácil; a Academia não via onde pudesse ser; o IEFP propôs as suas instalações na Venda Nova; mas eu achava que isso não se encaixava no ambiente que eu achava que se deveria criar. Chegámos a definir as valências do curso: parte técnica de encadernação, douração e restauro. Para isso tinha de se recorrer a uma bolsa de formadores, embora tudo se devesse passar sob o comando do Secretário da Academia ou de um alto-quadro designado para o efeito. Os custos seriam suportados pelo IEFP. Recomendei que a Academia fosse constituindo a sua própria colecção de “ferros”, a exemplo do que aconteceu na Fundação Ricardo

Espírito Santo, onde existe o melhor acervo português desses artefactos. Haveria também lugar para cursos livres porque há amadores e amadoras muito dotados e que gostam de aprender. Posteriormente, poder-se-ia ver da possibilidade de abrir cursos de arquivo e tratamento de documentação.

Eu vi pela reacção dos meus convidados que a minha proposta não tinha despertado grande entusiasmo. Daria algum trabalho, mas seria o embrião de um serviço de manutenção do espólio existente que não está a ser tratado. O projecto não avançou! Por quê? Suspeito que pela mais comum das razões. Os Ingleses costumam designá-la pela sigla NIH (“Not invented here”)!... ou por incapacidade para lidar com as coisas práticas da vida...

\*

No dia 29 de Abril, presidi, no Luxemburgo, ao Conselho dos Ministros da Ciência. Havia muita coisa a decidir, porque a agenda era vasta. Alongar-me-ei, por isso, um pouco em relação às diferentes intervenções. Como eu os tinha visitado a todos, comecei por lhes agradecer os contributos que haviam dado. Como o Leitor se deve recordar, estava especialmente em causa a preparação do 4.<sup>o</sup> Programa-quadro e a definição das linhas gerais da política europeia de Ciência e Tecnologia.

O Vice-presidente Filippo Pandolfi chamou a atenção para o carácter pragmático, mas também flexível do texto que havia distribuído. Tinha dificuldades no plano institucional (referia-se às relações com o Parlamento) e no da competitividade (dos diferentes países), mas a Comissão tinha sabido interpretar as recomendações dos ministros e os desafios que se punham. A observância do princípio da subsidiariedade era constante. A recomendação para se dar impulso à “Big Science” arrastava como corolário o apoio preferencial aos grandes projectos. Mas estes poderiam ser articulados com outros mais ao alcance de todos. Era importante a coordenação da política de Ciência com as outras políticas, o que, até então, não havia sido muito praticado. Isso acarretava um reforço de coordenação. Aliás, a Dinamarca havia recomendado um maior esforço de articulação entre a subsidiariedade e a coordenação com vista a otimizar os resultados. Assim, os objectivos principais da política de Ciência seriam a competitividade das unidades europeias e a satisfação das necessidades da sociedade. Nesse sentido, tinha-se

individualizado a referência à indústria e elaborado sobre a maneira de adaptar a investigação aos objectivos da competitividade. Surgiam dois problemas a que deveríamos estar atentos: a “transnacionalidade” da investigação e a importância das PME, com as suas dificuldades de envolvimento nessa investigação. Deveríamos dar atenção às tecnologias que poderíamos chamar de genéricos, porque serviam a todos; essas seriam as tecnologias-chave. Elas teriam as maiores repercussões práticas. Eram evidentes as ligações entre a política de ciência e a coesão, mas a preocupação de assegurar a segunda não poderia fazer comprometer a excelência da investigação. As PME punham, neste campo, muitas dificuldades que ainda não sabíamos como vencer, generalizadamente. Havia obviamente uma ligação a explorar com os instrumentos financeiros, nomeadamente com o capital de risco. O Programa-quadro, com os seus programas específicos, deveria representar o enquadramento de referência de tudo quanto viéssemos a fazer. Essa ligação ao Programa-quadro reduziria muito o grau de arbitrariedade das decisões de que muitos se queixavam. As “procédures” eram um quebra-cabeças, porque se haviam tornado demasiadamente complexas. Como solução, para evitar entrar em contencioso, preconizou um maior recurso à consulta prévia. Todas estas reflexões juntas ao texto que tinha enviado uns dias antes constituíam a base da discussão dessa manhã. O primeiro a intervir foi o Ministro holandês, anterior presidente daquele Conselho. Sublinhou a importância da coordenação e simplificação dos procedimentos, aos quais estavam ligados aspectos financeiros do maior relevo. Em relação à política recomendou que não tivéssemos um espírito estreito; disse que a sua prioridade era a investigação industrial que deveria ser reforçada; particularmente as tecnologias de largo campo de aplicação. O programa EUREKA poderia servir-nos de modelo, mas seria conveniente alargarmos a novas áreas de investigação o nosso apoio; referia-se, especialmente, ao ambiente, às tecnologias de transporte e à logística. Considerava que deveríamos atender às dimensões ética, social e cultural das actividades que iríamos apoiar. Mas insistia, particularmente, na importância da coordenação. O novo Programa-quadro deveria permitir aferir melhor as prioridades, mas teria de se assegurar a continuidade do que havia sido feito no Programa-quadro anterior (o 3.<sup>o</sup>); não deveria haver lacunas nem hiatos. Preconizava a elaboração de um documento sobre a



estratégia a seguir no sector, uma vez que o Conselho Europeu de Maastricht teria repercussões no que viéssemos a fazer. Estava de acordo com a proposta de dar prioridade às necessidades da indústria e da sociedade.

O Ministro Steichen, do Luxemburgo, manifestou-se de acordo com a acentuação da importância da investigação pré-competitiva. Recomendou a pesquisa que beneficiasse várias indústrias; partilhava a preocupação com as PME e a forma de a elas chegar; queria, para elas, a adopção de procedimentos simplificados. Para assegurar a coesão propunha a criação do que chamava “centres-relais” para a distribuição (acesso) de novos conhecimentos. Deveríamos insistir na criação de redes de centros de investigação, articulando grandes e pequenas unidades de investigação. Sublinhou a importância da coordenação e da interligação com outras políticas. Queria que se evitasse a duplicação de esforços que acontecia todos os dias e em todos os sectores. Reflectiu sobre as dificuldades que encontravam muitos candidatos para formar contrapartidas exigidas pelos projectos; todavia, não via forma de as evitar. Disse que as iniciativas comunitárias deveriam ser muito profundamente analisadas antes de serem lançadas. Esperava que houvesse um reforço de meios financeiros para a Ciência e Tecnologia, porque esta era parte de um esforço geral para o desenvolvimento da Comunidade. O 4.º Programa-quadro deveria assegurar a continuidade do 3.º, mantendo a sua orientação geral, mas não excluindo os novos desafios que, entretanto, foram surgindo. Admitia que o 3.º Programa-quadro fosse revisto para se adequar melhor às novas circunstâncias em que o 4.º Programa-quadro estava a ser elaborado e face aos atrasos em que tinha incorrido.

O Ministro Ruberti, da Itália, começou por chamar a atenção de que parecia estarmos todos de acordo em relação à prioridade a conceder à investigação pré-competitiva. O Programa-quadro deveria integrar todas as acções que eram apoiadas, para se poder ter uma perspectiva geral do que se estava a fazer; ele seria um programa mais “empenhado” e facilitaria as discussões porque tudo se passaria por referência ao seu conteúdo. Era a favor dos programas com prioridade tecnológica e mais próximos da competitividade industrial. Considerava que o “mecanismo” EUREKA constituía um bom modelo que poderia ser replicado para organizar o conjunto dos projectos direccionados. Sublinhou a importância das

tecnologias horizontais e recomendou que se estabelecesse um modo orgânico de cooperação entre o Programa-quadro e o Programa EUREKA. Achava que, para tomarmos decisões, se levava muito tempo; por isso queria que fosse constituído um fundo para responder às situações de emergência. Para assegurar a coesão, tinha de se actuar prioritariamente sobre o capital humano; era a preparação deste que ditava a possibilidade de a conseguirmos. Sabia bem das dificuldades da prática da coordenação, porque via como era difícil fazê-la em relação às políticas nacionais. Por isso recomendava que não fossemos muito ambiciosos e começássemos por coordenar as políticas das instituições europeias: CERN, ESA, ESO, EMBO e outros organismos intergovernamentais. Achava chegado o momento de apoiarmos novos sectores como a agricultura, a saúde e a biotecnologia; deveríamos estar disponíveis para um aumento gradual desse apoio. Atribuía muita importância à cooperação internacional, com os países da EFTA, com os Estados- Unidos e com o Japão. Considerava muito urgente o apoio a assegurar às comunidades científicas dos países da Europa Central e de Leste. Não queria que ocupássemos tempo a rever o 3.º programa-quadro; se ele tinha sido defeituosamente concebido deveríamos deixá-lo acabar sem grandes esforços de correcção; no que nos teríamos de aplicar era na elaboração de um bom 4.º Programa-quadro. Sobretudo, não queria que houvesse atrasos no arranque deste último.

O Ministro Ahern, da Irlanda, começou por recomendar que não houvesse interrupção no fluxo de fundos; a prática do “stop and go” era muito inconveniente; perdia-se ânimo nas fases de “stop” e custava a arrancar nas do “go”. Deveríamos aplicar-nos na definição do 4.º Programa-quadro de modo a que ele estivesse pronto a arrancar em 1994. Por isso, queria começar a sua discussão o mais rapidamente possível. Não defendia a redefinição do 3.º Programa-quadro, porque isso tomaria muito tempo e atrasaria o arranque do 4.º Programa-quadro. Mas recomendava que este fosse construído sobre a experiência do anterior, introduzindo todavia novas áreas, como a agricultura e o ambiente. A coesão deveria ser patentemente traduzida no 4.º Programa-quadro; ela não deveria ser limitada a poucas áreas, pois isso induziria outras formas de disparidade. Entendia que não poderia haver confusão entre as políticas estruturais e o novo Programa-quadro. Recomendava que se continuasse a garantir a continuidade de fundos para a Ciência e a Tecnologia.

O Ministro francês, Hubert Curien, começou por fazer uma reflexão acerca da importância, mas também da dificuldade da avaliação; não havia um tamanho adequado para os documentos de avaliação; dever-se-ia retomar a prática da avaliação com consulta ao avaliado, antes de se proceder à produção da apreciação final. Deveríamos definir novas regras para o relacionamento entre a Comissão e o Parlamento; este iria querer envolver-se, cada vez mais, na definição das políticas. Entendia que o sector dos transportes merecia uma atenção particular, em todas as tecnologias que mobilizava. Estava de acordo quanto à prioridade a conceder à competitividade industrial; mas dever-se-ia acrescentar-lhe outras áreas de interesse, nomeadamente os problemas sociais, culturais e ambientais que pesariam cada vez mais sobre as nossas sociedades. Preconizava, tal como outros já haviam feito, uma ligação mais forte entre o EUREKA e o Programa-quadro e entre este e as instituições intergovernamentais europeias. As novas regras poderiam ir sendo admitidas a título provisório; nós sabíamos que as “procédures” demoravam muito tempo a ser aprovadas; por isso deveríamos esperar; impunha-se começarmos a actuar o mais cedo possível. Devíamos ter a preocupação de estar próximo do terreno e, portanto, das PME; isso implicava a descentralização das decisões; mas esta teria de ser acompanhada de mecanismos de coordenação eficazes. Não fazia muito sentido estarmos a discutir a prioridade a conferir aos programas horizontais ou aos programas direccionados (“ciblés”), porque isso era, em larga extensão, uma questão semântica. Não o era, de todo, o problema de chegar às PME! No que respeitava à cooperação com os países da Europa Central e de Leste recomendava que o dinheiro fosse directamente para os utilizadores; de outra forma, poderia ir-se perdendo... As discussões sobre o 4.º Programa-quadro seriam longas e, por isso, deveríamos começar o mais cedo possível. Não atribuía grande importância à eventual revisão do 3.º Programa-quadro.

O representante de Espanha era o Secretário de Estado Rojo, sobre quem eu já falei. Sublinhou a importância da competitividade industrial europeia, mas disse que se deveria também atender a outras políticas europeias que contribuíam para o desenvolvimento. Avaliava positivamente o que se havia feito até então. Recomendava apoio aos programas de tecnologias horizontais de que era exemplo a TV de alta

definição, que citou expressamente. Em matéria de coesão sugeriu a criação de um fundo especial para apoiar a investigação feita e usada pelas PME. Também preconizou a intensificação das relações entre o EUREKA e o Programa-quadro. Chamou muito a atenção para os problemas de gestão que tanto haviam comprometido a execução do 3.º Programa-quadro; os atrasos deviam-se especialmente às dificuldades postas pela gestão; esta tinha de ser profundamente revista. Entendia que os programas deviam iniciar-se todos à mesma velocidade; as discrepâncias observadas tinham também a ver com um diferencial no arranque e no desenrolar dos diferentes programas. Não queria falar de finanças antes de ver aprovado o “Paquet Delors II”... tinha muita confiança no que daí haveria de vir...

O Ministro Andrianopoulos, da Grécia, disse que eram a competitividade e a qualidade de vida que haveriam de orientar as nossas decisões. Achava que se deveria prosseguir com as orientações do 3.º Programa-quadro e sublinhou a importância das tecnologias genéricas. Estava de acordo com a sugestão feita para a criação de um fundo especial para as PME. E sublinhou a importância da coordenação das diferentes políticas. Defendeu a aplicação do princípio da subsidiariedade mas disse que deveria haver um alinhamento entre as políticas comunitárias e nacionais. Em matéria de descentralização preconizou a instalação de uma agência de informação em todas as capitais (Já havia umas, mas com propósitos gerais e não somente para a Ciência e Tecnologia). A coordenação a nível comunitário era de importância vital; citou o exemplo do Comité CREST para ilustrar o que tinha em mente. Estava de acordo com a intensificação da cooperação internacional, nomeadamente com os países da EFTA; em relação aos países da Europa Central e de Leste gostaria que houvesse uma mais aprofundada discussão sobre os sectores que apoiaríamos; como já me tinha referido, voltou a recomendar cooperação com os Balcãs; temia, particularmente, o que se poderia passar em matéria de segurança nuclear e protecção ambiental. Queria que se desse maior atenção aos transportes, às matérias-primas, às energias renováveis e à luta contra o cancro. Entendia que o EUREKA e o 4.º Programa-quadro poderiam ser complementares, mas, venceu, que eles eram diferentes! Insistiu para que o 4.º Programa-quadro começasse em pleno em 1994.

Falou, de seguida, o Ministro Riesenhuber, da República Federal da Alemanha, sempre escutado por todos com uma deferência especial, não só por ser alemão, mas por ser uma personalidade invulgar; dava muita importância às questões formais; sabia rodear as suas intervenções de alguma solenidade. Achava que a Comissão nos tinha inundado a todos com documentação demasiadamente volumosa. Mas queria maior desagregação de informação a respeito dos destinatários dos subsídios concedidos e uma avaliação feita em relação aos objectivos que haviam sido definidos. Estava de acordo com a atenção preconizada em relação às PME. Mas, em matéria de prioridades para o 4.º Programa-quadro, entendia que não se deveriam perpetuar as escolhas do passado; tínhamos que olhar para o futuro. Mas não dispúnhamos de muito tempo para o fazer e, por isso, recomendava que a Comissão começasse, informalmente, a fazer os contactos necessários; assim se pouparia tempo. Dentro dessas prioridades deveria constar um afastamento firme das formas de energia fóssil, ainda tão utilizadas; daí o privilégio a conceder às energias renováveis. A articulação entre as áreas de investigação e as do desenvolvimento industrial era um imperativo. Em matéria de novas áreas a merecer atenção, mencionou os transportes, a agricultura e o clima. Em relação a este último, sublinhou a importância da integração do programa comunitário com os programas nacionais. Recomendou que se utilizassem os fundos estruturais para a investigação (Nós, em Portugal, já o vínhamos fazendo, há muito...) O facto de os projectos do EUREKA não serem definidos pela Administração é que lhes dava força; deveríamos lançar um processo rápido e desburocratizado na propositura de candidaturas, ouvindo bem o que tinha a indústria a dizer quanto às prioridades de descoberta de novos conhecimentos. Em caso nenhum deveríamos criar novas instituições; O CREST era um exemplo de como tirar vantagens do que já existia. A cooperação externa não deveria ser feita “aos saltos”, porque isso fragilizava os nossos parceiros. Estava seguro de que o 4.º Programa-quadro representava um grande desafio a que todos responderíamos com empenhamento.

O Ministro Haarder, da Dinamarca, começou por dizer que a investigação deveria ser um instrumento estratégico para assegurar a competitividade na Europa. A qualidade de tudo quanto fizessemos era fundamental; não ganharíamos nada se propuséssemos programas medíocres. Os processos de selecção a adoptar teriam

de ser muito transparentes. Não estava de acordo em que se considerassem as PME à parte; deveriam ser tratadas em pé de igualdade com outros operadores; não queria ver adoptadas quaisquer formas de “respiração artificial”; o importante era abrir-lhes oportunidades. A política de investigação era o nosso instrumento de coesão; deveríamos, antes de tudo, encorajar os talentos. Naturalmente, gostaria de ver reforçada a cooperação com os restantes países escandinavos (Nessa ocasião, nem a Suécia nem a Finlândia eram membros da Comunidade). Recomendou a continuidade da nossa acção e a importância da coordenação para ser possível encorajar ao máximo os recursos de que dispúnhamos.

O Ministro Dehousse, da Bélgica, manifestou-se a favor da investigação orientada particularmente para melhorar a produtividade industrial da Europa. O Tratado de Maastricht tinha vindo para nos auxiliar; era preciso tirar desse facto todas as virtualidades. Disse que não estava provado que à investigação estivesse sistematicamente associada a inovação; deveríamos assegurar que isso acontecesse. Mas devia-se atender à formação “pour la recherche et par la recherche”, como factor fundamental (Era o que vínhamos fazendo em Portugal). A Comunidade Europeia deveria pôr o capital humano em primeiro lugar. Estava de acordo com o apoio a conceder aos países da Europa Central e de Leste. Queria que houvesse uma especificação clara de conceitos aquando da preparação do 4.º Programa-quadro; isso evitaria muitas ambiguidades nocivas. Não se opunha à ideia da investigação pré-competitiva, mas convinha precisar o que isso era, nomeadamente quanto aos conteúdos das “tecnologias genéricas”. Recomendou que nos ocupássemos na definição de uma hierarquia das necessidades para poder definir as prioridades sectoriais com fundamento. Enumerou alguns campos que, em seu entender, deveriam ser privilegiados: as ciências da educação, a saúde, as tecnologias limpas, as energias renováveis, a gestão dos sistemas energéticos e a biotecnologia. Insistiu em que considerássemos as universidades como parceiros obrigatórios dos nossos programas (Na maior parte nem se poderia proceder de outra forma...). A avaliação deveria ser clara e rigorosa. Considerava a revisão do 3.º Programa-quadro como eventual; para ele os anos-charneira eram os de 1993/1994. Devia-se evitar desmantelar equipas de investigação que já estivessem rodadas porque reclamava muito

esforço e tempo a sua formação. Era favorável à intensificação do diálogo com o Parlamento ou, mais precisamente, do trílogo, porque as partes eram três. Importava-lhes muito a valorização dos resultados obtidos na investigação. O Programa-quadro não deveria alhear-se dessa fase. Para ele, o processo de avaliação dos programas era permanente.

O Ministro Waldegrave, do Reino Unido, começou por dizer que, no seu entender, o que estávamos a fazer era traçar uma orientação geral para o futuro do sector. Deveríamos procurar um equilíbrio entre a investigação para a indústria e para a qualidade de vida. Interessava que se visse como é que a competitividade poderia ser mais eficientemente promovida. Pronunciou-se a favor da concentração da atenção em certas tecnologias que poderiam ser úteis a muitas indústrias, em vez de o fazer em relação a certos ramos muito específicos. Achava bem a articulação com o EUREKA, mas julgava errado pôr muito dinheiro próximo do mercado. A avaliação era central na programação que tínhamos de fazer e a disseminação dos resultados da investigação fundamental. Apoiava a preferência pela investigação em tecnologias genéricas. Recomendou que fossem analisadas as dificuldades por que estava a passar o 3.º Programa-quadro, sector por sector, para podermos ajuizar se, de facto, havia necessidade de o rever.

Por eu estar a assegurar a Presidência, quem se sentava no lugar de Portugal era o Secretário de Estado que interveio, em último lugar, para referir que a nossa posição era a que constava da nota da presidência que havia sido distribuída.

O Vice-presidente Pandolfi disse do seu entendimento sobre a reunião; havia uma base conceptual suficientemente alargada; o progresso tecnológico tinha de ser promovido; deveríamos conservar a lucidez quanto aos instrumentos usados, tornando-os verdadeiramente operacionais; deveria procurar assegurar-se equilíbrio entre os futuros programas e os programas em curso; era muito conveniente fazer contactos preliminares com as instituições para evitar os atrasos que nos estavam a penalizar.

Eu devo acrescentar que, desta vez, referi resumos das intervenções de cada ministro porque se tratou de um Conselho muito importante e porque me pareceu interessante mostrar como havia convergência mas também “nuances” nas diferentes posições. De qualquer forma, tanto a Comissão como a sua Administração

viram perfeitamente traçado e balizado o caminho que haveriam de prosseguir. Durante o almoço que se seguiu, a conversa foi mais distendida. Tratámos: da constituição de um Centro Internacional de Ciência e Tecnologia, do apoio a dar aos países da Europa Central e de Leste, distinguindo-os da Rússia cujo apoio deveria ser analisado caso a caso; da criação de uma fundação para promover bolsas; do auxílio directo aos cientistas russos que tivessem mérito comprovado; dos resultados da reunião da OCDE em Paris; das virtualidades mas também das dificuldades de trabalho com o G7; da necessidade de encontrar bons projectos de investigação; das ligações entre a investigação e a indústria; das dificuldades legais que a Comissão tinha de enfrentar; da conversão dos “investigadores da guerra para os investigadores da paz” na antiga União Soviética; e dos acordos bilaterais. A primeira parte da nossa conversa foi muito dominada pela cooperação com o Leste. Coube-me tirar algumas conclusões. Resumi-as dizendo que era preciso actuar com cautela, privilegiando a assistência técnica. Era importante assegurar que os subsídios concedidos chegassem às instituições e aos investigadores.

Abordámos, também, o tema da Bioética que, depois da nossa reunião de Krönberg, tinha passado a figurar permanentemente na agenda. A Comissão tinha dois grupos a trabalhar: um para o genoma humano cujos resultados haviam sido objecto de uma publicação recente e outro para o embrião. Este último estava particularmente ocupado na revisão da legislação existente nos diversos países-membros que havia considerado como divergente; não havia, na Comunidade, consenso suficiente nesta matéria; tinha, seguramente, que haver razões culturais que justificassem as diferenças, mas a verdade é que estas existiam; ainda não era oportuna uma reunião formal do Conselho sobre este tema; deveria prosseguir-se com a prática dos encontros informais com vista ao alcance de uma convergência razoável. Era evidente que os casos do genoma e do embrião eram muito diferentes e como tal teriam de ser tratados. Mas, em relação ao segundo, era impossível fazer mudar a lei a partir de fora; formou-se um consenso para discutirmos o tema. Foi pedido à Comissão que elaborasse uma pequena nota fazendo o ponto de situação em matéria de investigação sobre o embrião e os problemas que ela levantava. Também aqui, tive que propor umas conclusões:



tinha que se distinguir o caso do genoma do embrião; o primeiro estava muito mais atrasado; cada país deveria conduzir a reflexão que entendesse oportuna (Chamei-lhe o “trabalho de casa”); faríamos uma nova avaliação no Conselho seguinte; deveríamos ir pensando na realização de uma conferência informal sobre o assunto para daí a não muito tempo.

Houve quem levantasse a questão dos ecossistemas florestais tropicais cujo conhecimento era de interesse universal. Muitos apoiaram a ideia de uma acção sustentada; entre eles estávamos nós. Também tirei conclusões: em princípio deveríamos prosseguir com a acção; seria importante envolver as instâncias locais; tornava-se útil dispor de um inventário dos estudos já realizados e das eventuais fontes de fundos, especialmente da América Latina que, eventualmente, ajudassem a suportar os projectos a desenvolver.

Da parte da tarde, ativemo-nos à agenda. Havia um ponto sobre a política de investigação e a coesão económica e social cuja proposta da Comissão foi decidido avaliar quando se comesse a discutir a proposta do 4.º Programa-quadro com a recomendação de explicitar os programas que maior ligação tinham à coesão; a política marinha, a agricultura, a informática das telecomunicações e o programa relativo ao capital humano e mobilidade. Alguns ministros insistiram em que a introdução da coesão como objectivo não poderia significar, em caso nenhum, uma cedência em termos de excelência; todos concordaram. Também neste âmbito foi recomendado o esforço de coordenação e a divulgação dos conhecimentos; para mim, o mais importante seria a formação e manutenção de redes entre instituições de investigação.

Um outro ponto foi a cooperação em Ciência e Tecnologia com os países em vias de desenvolvimento. As disparidades estavam a aumentar e isso não poderia ter senão más consequências. Mas era preciso escolher os campos a que deveríamos dar prioridade; foram enunciados os seguintes: i) as mudanças climáticas globais; ii) a sida; iii) os problemas específicos dos países sub-desenvolvidos (utilização sustentável dos recursos naturais, agricultura e alimentação) e iv) os problemas de âmbito local ligados às escolhas por eles efectuadas.

Houve algumas votações relativas a decisões de menor importância.

Assim era um Conselho de Ministros da Ciência, em 1992, coordenado pelo representante português.

\*

No dia 4 de Maio fui a Budapeste onde, ao longo do dia 5, iríamos ter uma reunião com representantes das comunidades científicas dos países da Europa Central e de Leste. Esta havia sido uma iniciativa de Filippo Pandolfi, Vice-presidente da Comissão e Comissário encarregado da Ciência e Tecnologia. Deveriam aparecer o Conselho e a Comissão em conjunto.

Fomos acolhidos no dia da chegada pelo Ministro húngaro, Ernő Pungor que, logo no primeiro contacto, me impressionou muito. Ele tinha, no governo do seu país, a responsabilidade do sector da Ciência; mas conseguia conciliar a sua função com a de professor de química analítica da Universidade, porque não havia quem o substituísse; pelo que começava o seu dia de trabalho às 6 horas da manhã. Era uma figura impressionante: alto, ossudo, com uma vasta cabeleira toda branca e desalinhada e vestido de escuro transmitia uma imagem de quem estava sempre ligado profundamente ao que se encontrava a fazer. Via com muita preocupação o que se poderia passar em todos os centros de investigação dos países recentemente saídos do bloco soviético, pela falta de fundos que seria absoluta; além disso, muitos investigadores já haviam partido dos seus países para os Estados-  
-Unidos, para a Comunidade Europeia e para outras partes do mundo, desguarnecendo completamente os seus centros. A situação era, de facto, preocupante e ele não o escondia.

Falámos longamente, nessa noite e na manhã do dia seguinte, preparando o encontro com mais de cem investigadores que tinham vindo de todos aqueles países. Preparei-me para uma sessão dura. Mas não pensei que ela fosse tão desesperada. Tudo se passou em inglês; fiquei surpreendido por o falarem tão fluentemente. Cada um contou a história do seu departamento, do seu centro ou da sua universidade. Foram horas a ouvi-los. Queriam apoio. Tanto eu como o Filippo Pandolfi dissemos o que tínhamos já combinado, em matéria de apoio. Impressionou-me muito o pedido de um dos últimos intervenientes: “Se não houver dinheiro para mais, ao menos paguem-nos as revistas científicas, de modo a não perdermos o

contacto com o resto do mundo!”... Tinham a consciência plena do momento gravíssimo que atravessavam.

Encontrei-me, depois disso, várias vezes com o Prof. Pungor, sempre empenhado em missões em prol do bem geral! Merece bem a deferência que, pela sua memória, têm os seus compatriotas.

\*

No dia 7 de Maio dei posse à Comissão Instaladora da Agência de Inovação. O meu discurso está publicado (Discursos VII), por isso não o transcrevo. Tomaram posse o Prof. Jorge Alves (Universidade de Aveiro), o Prof. Rui Guimarães (Universidade do Porto) e o Eng.<sup>o</sup> João Machado.

\*

Em 7 de Maio veio falar comigo a Prof. Barata Marques que tinha o encargo de coordenar o BRITE-EURAM, em Portugal. Começou por me falar das dificuldades no estabelecimento do diálogo entre as universidades e as empresas, o que não era novidade para mim. O programa que coordenava visava o desenvolvimento das capacidades tecnológicas das empresas europeias. Ele actuava, obviamente, numa fase pré-competitiva. Havia um programa “parceiro”, o CRAFT, que estava particularmente orientado para as Pequenas e Médias Empresas; estávamos todos convencidos que estas poderiam ter um papel importante no desenvolvimento da indústria europeia, desde que lhes chegassem os novos conhecimentos necessários. Ele distinguia a investigação em industrial e fundamental, considerando como equilibrada uma distribuição de fundos que atribuísse 90% do montante disponível à primeira e 10% à segunda; a primeira criaria riqueza de forma mais directa, permitindo estimular a economia e, por via disso, obter mais meios para suportar a segunda. Considerava que as PME dos diferentes países da Europa não eram distintas entre si como o eram as grandes empresas dos países mais e menos desenvolvidos. Por isso entendia que elas todas poderiam ser objecto de uma actuação estratégica comum. Falei-lhe das últimas conversas que tinham tido lugar nas reuniões do Conselho de Ministros da Ciência e do sentimento generalizado, de todos os seus membros relativamente à bondade de uma acção es-

pecífica junto das PME, incluindo a criação de um fundo, razoavelmente expedito, para atacar mais depressa os seus problemas. Falámos do papel da nova Agência de Inovação que estava prestas a arrancar (Eu havia empossado naquele dia a respectiva comissão instaladora). Era preciso estar atento às necessidades, porque muitas vezes são estas que obrigam as empresas a inovar e a definir a sua própria estratégia. Falámos ainda de um eventual apoio à compra de computadores para as PME (Isto hoje soa de forma estranha... mas naquela ocasião havia que as incentivar a guarnecerem-se com meios informáticos modernos...). Falámos da sua proposta para apoiar a mobilidade dos investigadores na sua ida para as empresas; este é um domínio complexo, porque eles não querem ficar isolados numa unidade que muito dificilmente justificará mais do que um. Voltámos, assim, de novo, à necessidade de se constituírem muitos “centros de encontro” e redes de ligação entre instituições e entre pessoas, de modo a assegurar que todos estejam integrados num sistema. O problema complicado era, sempre, saber como fazer chegar as novas tecnologias às Pequenas e Médias Empresas.

\*

Como se sabe, eu era (E sou...) adepto de que Portugal pertença a todas as organizações intergovernamentais europeias com responsabilidades na Ciência e Tecnologia e participe activamente nos seus trabalhos. É uma maneira de integrarmos redes que geram conhecimentos e de podermos associar algumas instituições portuguesas à linha da frente da sua descoberta. Um desses grandes centros era o CERN (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire) onde havia um grupo de cientistas portugueses a trabalhar. Para reforçar os laços que já nos uniam convidei o presidente e o director-executivo para virem a Lisboa. O primeiro era Sir William Mitchell e o segundo Carlo Rubia.

Recebi o professor britânico no dia 11 de Maio, o qual começou logo por me convidar para visitar as instalações do CERN, em Genève, algo que eu, oportunamente, fiz. Sabia das diligências que eu tinha feito para se regularizar a situação das nossas quotas e agradeceu. Mantinha, como seria de esperar, um contacto próximo com o Vice-presidente Pandolfi, sabendo, por isso, das orientações do Conselho de Ministros da Ciência para dar privilégio à investi-

gação pré-competitiva (Ele usava a designação “industrial return”): Referiu-se à elevada competência do CERN nos domínios da Física e da Engenharia e, por isso, a sua capacidade de atracção de muitos jovens investigadores ansiosos por darem seguimento às suas ideias inovadoras. Eu sabia que lá trabalhavam investigadores portugueses, a maior parte já madura, mas também alguns que eram pouco mais do que recém-doutorados ou mesmo recém-licenciados. O CERN também tinha funções de formação, querendo eu que lá fossem estagiar, ou mesmo realizar as suas teses de doutoramento, alguns candidatos oriundos, especialmente, das nossas Faculdades de Ciências; as portas estavam abertas, afirmou. Deu-me uma cópia da acta do último Conselho, para eu estar inteirado acerca das preocupações que tinham e das soluções que propunham. Falámos do envolvimento do CERN em projectos EUREKA, o que ele estimava, porque isso assegurava uma operacionalização dos conhecimentos muito rápida. Estavam a dar os primeiros passos na cooperação com os japoneses na qual ele depositava muitas esperanças, dada a facilidade com que eles costumavam materializar os conhecimentos que lhes eram facultados; mencionou, nomeadamente, a capacidade que tinham para a “miniaturização” de máquinas e suas componentes; lamentou que, no Japão, não houvesse nenhum ministro responsável pela investigação; eles, no CERN, tinham que falar com o MITI, o célebre Ministério da Indústria do Japão.

Eu solicitei que eles organizassem uma exposição e um seminário em Portugal, para difundir as virtualidades da instituição e dos seus imensos laboratórios. Os Portugueses já estavam envolvidos em experiências, no quadro do LHC (Large Hadron Collider), acelerador de partículas, do CERN; sendo que em 1992, já havia três casos. As actividades de divulgação eram correntes em Genebra, mas não se mostrava muito prático organizar excursões para lá irem com o objectivo de colher informações. Propus-lhe que se fizessem apresentações em Lisboa, ao que ele acedeu; isso serviria, também, para mobilizar algumas empresas portuguesas prestadoras de serviços ou fabricantes de material.

Ele queria que o CERN tivesse uma representação em Bruxelas a nível político. Não me parecia natural que fosse um delegado do próprio CERN. Sugeri que confiassem a representação ao ministro presidente de turno que deveria começar por

ir a Genève e manter-se informado acerca dos seus problemas e potencialidades. A actividade do CERN era particularmente interessante no campo da energia; era aí que deveríamos concentrar a nossa participação. A construção do novo “túnel” do acelerador estimava-se que demorasse cerca de seis anos; havia empresas portuguesas interessadas em participar em algumas componentes. Depois de uma frutuosa manhã acompanhei o presidente numa visita ao Primeiro-Ministro que se inteirou sobre o conteúdo das nossas conversas e apoiou o reforço dos laços de que eu já lhe havia falado.

\*

O Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia esteve comigo, antes, durante e depois das conversas com Sir William Mitchell. No final, estabelecemos o programa de acção para difundir as facilidades que nos haviam sido concedidas e para aproveitar a instituição nas muitas valências que ela tinha. Mas prosseguimos o nosso trabalho, tratando de outras coisas.

Já estava em marcha a organização de um encontro sobre Bioética em que, além dos nossos convidados habituais (Prof. Luís Archer, Prof. Walter Osswald, Prof. Daniel Serrão e Dr. Paulo Mendo) estivessem, também, representantes a nível apropriado dos Ministérios da Justiça e da Saúde. Iria haver uma sessão de apresentação do programa sobre “Capital Humano e Mobilidade”, na qual participariam os seus gestores, da DG XII. Decidi que ela teria lugar em Coimbra, antes de acabar o período da “call for tenders” em curso.

\*

Em reunião com o Secretário de Estado, em 14 de Maio, decidimos que a nossa adesão à EMBO só tivesse lugar a partir de 1993. Eram muitas as quotas a pagar. Tínhamos de ter alguma folga...

\*

No dia 19 de Maio fui ao Parlamento Europeu para uma reunião com o CERT (Committee on Energy, Research and Technology) cujo presidente era o Senhor Claude Desama. Era uma diligência no âmbito das relações entre Conselho, a

Comissão e o Parlamento. A minha função era transmitir o que estava a passar-se no âmbito da Ciência e Tecnologia, nomeadamente no que respeitava às conclusões do nosso Conselho de Ministros realizado, recentemente, no Luxemburgo. Nesta fiz uma larga exposição, referindo especialmente a preparação do IV Programa-quadro e a avaliação do II que havia sido decidida. As relações do Parlamento com as outras duas instâncias estavam longe de poder ser consideradas como distendidas.

O Deputado Adam agradeceu a visão ampla do tema que eu lhes tinha proporcionado. Corríamos o risco de gastar muito dinheiro com os programas de investigação. Renovava o sinal de alerta acerca dos gastos em que estávamos a incorrer. No seu entender, o único programa que estava actualizado era o da fusão nuclear. Queixou-se relativamente ao longo tempo que se esperava pelas decisões da Comissão; os procedimentos administrativos estavam a fazer parar o nosso programa de investigação; ora, nós não podíamos esperar. Estava a haver uma confusão crescente entre a política de investigação e a política industrial. Perguntava-me até que ponto é que o Conselho estava preparado para cortar o montante dos recursos atribuídos.

O Deputado alemão Salzer começou por referir que o Parlamento estava a organizar, naquele dia, uma sessão em Dresden, para explicar o que era a Comunidade Europeia. Na Rússia estavam a surgir problemas na sua comunidade científica que estava a ficar sem recursos, apesar de possuir enormes capacidades. Perguntava-me se a Comunidade Europeia teria interesse em fazer vir para o Ocidente esses cientistas ou se preferiria mantê-los *in loco*; neste último caso era preciso estar ciente de que eles só permaneceriam nos seus lugares se as suas actividades fossem interessantes.

O Deputado Bettini queria mais esclarecimentos sobre as principais linhas de força do IV Programa-quadro. Uma delas seria a coesão, ou os lucros das empresas? Haveria possibilidade de conciliação entre as duas? Por que insistia a Comunidade em desperdiçar dinheiro com o ESPRIT? Seria mais útil apoiar a aquisição de computadores para ajudar os cegos do que dispor de mais telefones móveis. Quais eram os projectos que nós estávamos a apoiar para ajudar à resolução dos problemas das áreas urbanas e do ambiente? No Tratado de Maas-

tricht não se falava em energia? Por quê um esquecimento tão grave numa Comunidade que começou pelo carvão e o aço (CECA) e pela energia nuclear (EURATOM)? Em meu entender, deveria o Programa-quadro ser reduzido ou não? O TERMI (350 MECU) seria acrescido ao Programa-quadro ou incluído nas suas verbas? Levantou depois questões relativas à bioética e às florestas tropicais; recomendou que a Comissão e o Conselho não levassem para a Conferência do Rio nenhum acordo, pois ainda não o havia em relação às emissões do CO<sub>2</sub>. Digamos que esta era uma intervenção típica de um Membro do Parlamento, cheio de informação e muito exaltado, mas com pouco sentido crítico e serenidade.

O Deputado Pompidou (filho adoptivo do Presidente e autor de algumas publicações sobre Investigação Científica) queria saber dos elos que existiam já entre o próximo Programa-quadro, o programa EUREKA e o trabalho corrente das Direcções-gerais XII e XIII.

O Deputado Dinguirard recomendou que se criasse, na Europa, uma indústria informática ou de “micro-ships”. Queria saber que lugar tinham as energias renováveis no âmbito do Programa-quadro. E a cooperação com os países do Terceiro Mundo? E as transferências de tecnologia para esses países? A investigação sobre o genoma humano seria re-introduzida?

O Deputado Sanz interessava-se pelo capital humano. Disse que o Programa-quadro em vigor tinha sido um monumento ao desinteresse; estávamos com dois anos e meio de atraso e muitas distorções nos diferentes programas; atribuía isso ao facto de o capital humano não dispor de “lobistas”. O Parlamento exigia que a Comissão cumprisse o calendário apresentado; mas parecia que ela não estava muito interessada em fazê-lo. Dever-se-ia introduzir acções-piloto no Programa-quadro. Haveria meios para todos os programas dentro do Programa-quadro? Queria que eu lhe fornecesse o texto da minha intervenção. Defendia a cooperação com países terceiros, nomeadamente, os da Europa Central e de Leste, porque eles tinham potencialidades. Impunha-se estabelecer laços com os países africanos e não deixar ampliar o fosso que deles nos separava; este era devido, sobretudo, à falta de comunicação humana. Em relação à coesão e qualidade científica, em sua opinião era compatível a excelência com a inclusão de cientistas das regiões menos desenvolvidas.



O Deputado Regge começou por afirmar que havia uma osmose profunda entre investigação aplicada e investigação fundamental; por isso, não deveria subsistir nenhuma divisão entre filosofias adeptas de uma ou de outra mas antes uma única visão integrada. Em relação ao capital humano, o investimento deveria ser feito através das instituições académicas existentes ou a criar e sempre através de programas temporários. Deu o exemplo do CCR (Centre Commun de Recherche) para ilustrar os malefícios da cristalização por envelhecimento do pessoal. Afirmou que a inovação na Europa se levava a cabo em 12 centros, todos localizados na “banana azul”; deveria haver uma distribuição mais justa e equilibrada e sem cortes (Teria de ser um movimento adiabático: lento e decisivo mas sem grandes abalos...). Deveria ser dado apoio aos países da Europa de Leste não por caridade, mas no nosso próprio interesse, mantendo os investigadores nos seus próprios institutos; queria que houvesse geminação entre centros de investigação do Leste e da própria Comunidade Europeia. Teceu, depois, considerações acerca da “pirataria norte-americana” e da necessidade de se dispor de instituições com capacidade de reacção rápida. Referiu-se, ainda, às florestas tropicais e às devastações naturais que não eram nada desejáveis. Em relação aos atrasos na formação do capital humano, recomendou que fossem cortados os acordos que não mostrassem ser capazes de se manter. Preconizava construções mais ecológicas.

O Deputado Hervé começou por perguntar se a investigação era mesmo pré-competitiva ou pré-concorrencial? E em relação a quem? Aos Estados-Unidos ou ao Japão? Nós propúnhamos aumentar a eficiência; mas a eficiência conseguia-se através de relações de cooperação e não através da concorrência.

Finalmente, o presidente da sessão, que não era o presidente do CERT, queria saber o que entendia eu por colaboração inter-institucional. Lá elaborei sobre a comunicação entre as três instâncias. Quis saber se a carta que eu tinha enviado, a havia subscrito como ministro português ou como presidente do Conselho dos Ministros da Ciência da Comunidade Europeia; isto estava bem claro, tanto no papel timbrado como no título invocado por baixo da assinatura.

Esta descrição pode parecer um tanto caótica e sincopada. Mas foi assim! À divisão por partidos somava-se a divisão por nacionalidades e a maior diversidade de personalidades. Ficava-se um tanto perplexo por atirarem em tantas direcções

e com tão pouco trabalho de preparação. Fui verificando que isto não se passava em todas as comissões parlamentares, mas confirmei a minha suspeita: na maior parte das comissões, há pouco “trabalho de casa”; cada um diz o que acha oportuno, naquele momento. Isso não é bom!

\*

De Bruxelas fui com o meu Colega da Indústria a Tampere, na Finlândia, onde se reuniram, em 22 de Maio, os ministros que tinham a ver com o programa EUREKA: os da Ciência e os da Indústria. Tratava-se, como se costuma designar, de uma “grande missa” com discursos feitos pelos governantes nacionais e por mais dois ou três convidados que elaboraram, sabiamente, sobre o tema. Dos restantes convidados só se esperava que, por via da sua presença, mostrassem o aval que davam ao programa.

Aproveitei o tempo para fazer numerosos contactos bilaterais com outros Ministros da Ciência e para colher informações várias que nos poderiam ser úteis. Neste caso estava a possibilidade de dispor de meios financeiros do STRIDE para formar a contrapartida nacional do EUREKA. E, também, para estabelecer com o meu colega Mira Amaral o nosso programa de reuniões para envolver as associações empresariais e algumas instituições universitárias num programa europeu que, manifestamente, estava a ser bem aproveitado por alguns países, como era o caso do nosso anfitrião, que aproveitou a ocasião para fazer uma grande exposição com alguns exemplos de que tinham resultado inovações interessantes que se haviam repercutido positivamente no tecido industrial finlandês.

\*

No meu regresso de Tampere fui para uma reunião do BRIDE-EURAM que tinha lugar em Sevilha no âmbito da Exposição Mundial de Sevilha – EXPO’ 92. Alojéi-me no andar onde residia, quando lá estava, o Vasco Graça Moura que era o delegado português para a grande mostra. Beneficiei do seu conhecimento exaustivo acerca de tudo quanto lá tinha lugar. Ele representou Portugal sempre da maneira mais elevada, sobressaindo no meio dos delegados pela sua profunda e multímoda cultura. Numa das noites, às quatro da manhã, vi luz na sala;

pensando que alguém se tinha esquecido de a apagar levantei-me para o fazer; afinal, era ele que a essa hora escrevia aplicadamente um texto de ficção que iria publicar no início do verão!...

\*

No dia 27 de Maio recebi o Ministro-Adjunto, Luís Marques Mendes e o Secretário de Estado da Juventude, Nuno Ribeiro da Silva, que me vieram expor o problema seguinte:

As novas gerações não estavam minimamente informadas relativamente ao que se estava a fazer em matéria de Investigação Científica e Tecnológica. E, todavia, achavam que isso era importante para elas. Disseram-me que havia sido criada (no papel...) uma Fundação para as Novas Tecnologias que era o suporte institucional para um programa chamado Inforjovem. Os fundadores eram o Instituto da Juventude e o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Pretendiam abrir o capital da Fundação a instituições de investigação, a associações empresariais e às próprias empresas. No final, assegurei-lhes todo o apoio de que necessitassem, quer da minha parte quer da JNICT.

\*

No dia 28 de Maio recebi, em Lisboa, o Vice-chanceler da Áustria, Erhard Busek, que era simultaneamente o Ministro da Ciência. Vinha a Lisboa para estreitar laços de cooperação. A Áustria iria aderir à Comunidade Europeia no final do ano e, por isso, era importante que ele fosse conhecendo os seus parceiros. Devo dizer que o contacto não poderia ter sido mais cordial. Busek era (E é, ainda, felizmente.) uma personalidade extrovertida, com interesses variados e um sentido de humor extraordinário. Logo combinámos realizar um encontro entre representantes das comunidades científicas dos dois países em Viena. A seu tempo, referir-me-ei ao mesmo. Por sua vez, as combinações práticas foram muito facilitadas pelo seu Director-geral que era um homem muito prático e que gostava de ver resultados. Descobri que ele era um melómano distinto. Quando eu lhe disse os “lugares altos” da Música onde tinha estado, tanto em Viena como em Salzburgo, foi como se se abrissem várias portas para a cooperação. Logo vi que o seminário dos investigadores dos dois países iria correr bem, como, de facto, aconteceu.

\*

Em 28 de Maio soube que, tal como combinado com o Secretário de Estado, este já havia designado um grupo de trabalho formado por cientistas que haveriam de acompanhar a nossa candidatura ao EMBO (European Molecular Biology Organisation). A ideia era fazê-lo durante o ano de 1993. Havia sempre presente a questão das quotas que eu sabia que eram elevadas, mas que poderiam ter um retorno muito expressivo sobre a qualidade da investigação que se fazia em Portugal.

\*

No dia 1 de Junho os reitores das Universidades do Porto e do Minho, os diretores-regionais da Agricultura de Entre-o-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes-e-Alto-Douro e o presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte, entre outros, foram apresentar-me o IDARN (Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região do Norte). Nessa ocasião, ainda não queriam uma instalação física. Mais tarde vieram a tê-la e enorme! Mas, naquela ocasião, a ideia era, somente uma rede, ligando instituições já existentes com funções ligadas ou potencialmente interessantes para o sector agrícola. O seu objectivo era fomentar a produção agrícola, nomeadamente nos sectores do vinho e do leite. Não se reviam nas perspectivas nacionais para o sector. Queriam concretizar o que achavam ser melhor, mobilizando os conhecimentos existentes e outros novos que alguns dos associados poderiam explorar. A extensão desses conhecimentos também fazia parte dos seus propósitos.

Nós dispúnhamos de muitas estruturas que poderiam carrear contribuições interessantes. Avançar, para eles, significava trabalhar em projectos concretos nos quais todos os intervenientes se revissem. Eram realizações que queriam ver apoiadas e não mais estruturas. Pretendiam instituir uma forma diferente de trabalhar em investigação. Por isso mo vinham comunicar.

Queriam produzir um programa integrado regional para o sector, plurianual, com propostas consensualizadas entre todos e com prioridades definidas em conjunto. Começariam por analisar os projectos que cada instituição tinha e definir, depois, projectos gerais que pudessem ser decompostos em parcelas assumidas por cada instituição participante.

Pretendiam ver consagrada uma nova fórmula de organização com estatuto jurídico que estruturasse a colaboração entre as diversas instituições. Dariam prioridade à agricultura e ao sector agro-alimentar. E pretendiam, naturalmente, ver-se encaixados no Quadro Comunitário de Apoio.

Agradeciam que eu me pronunciasse.

Felicitei-os, naturalmente! Havia já muitas instituições; precisávamos mais de uma estrutura que as articulasse do que um novo organismo com todo o aparato comum. Encorajei-os a prosseguir. Contudo, apesar da proposta ser muito inovadora, acabou por ser orientada para o habitual: um edifício com espaço a mais e projectos a menos. Mas a ideia inicial era muito atraente e moderna!

\*

O Eng.<sup>o</sup> José Viana Baptista, que tinha sido o Ministro das Obras Públicas de Francisco Sá Carneiro, era um gestor público muito competente e, por isso, respeitado. Eu lucrava sempre em conversar com ele, porque estava no mundo das grandes empresas e era arguto e conhecedor do meio. Eu convidava-o, de vez em quando, para almoçar comigo, para trocarmos impressões acerca de temas que, sabia, lhe interessavam. Assim aconteceu no dia 1 de Junho, em que falámos de muitas coisas. Retive duas recomendações que me pareceram de explorar: i) Em relação ao registo das patentes, que tão dispendioso era e, por isso, pouco praticado, a sua opinião era de que o caminho a seguir deveria ser o da certificação e homologação no quadro europeu. Dever-se-ia tentar o estabelecimento de uma rede de acreditação mútua. Para tal, teriam de ser accionados mecanismos europeus, nomeadamente o recurso aos sistemas de incentivos para pagar as despesas de homologação. ii) Em relação ao LNETI, que ele conhecia bem e cuja tendência para o “gigantismo” era muito nociva, a sua recomendação ia no sentido da constituição de um “board of trustees”, representando todas as unidades e coordenado por uma figura de prestígio, sabedora e sensata que desse orientações praticáveis nos campos da investigação e desenvolvimento. O segundo merecia-lhe mais cuidados do que a primeira que, apesar de tudo, seria possível impulsionar. O domínio mais difícil era o das Pequenas e Médias Empresas, como eu já tenho referido algumas vezes.

\*

Em despacho com o Secretário de Estado, em 12 de Junho, decidimos que o exame à política científica de Portugal, realizado pela OCDE a nosso pedido, teria lugar no Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP) que dispunha de um auditório confortável, capaz de sentar um número apreciável de intervenientes. Eu não queria que fosse uma multidão, mas também não me parecia conveniente que o fizéssemos em ambiente restrito. Tomámos a decisão de que no primeiro dia, o mais importante, estivessem presentes todos os membros do Conselho Nacional da Ciência e Tecnologia, todos os reitores das universidades portuguesas e mais duas dúzias de académicos e empresários com peso no meio ao qual o relatório interessava. Assim se asseguraria a divulgação em primeira mão do que, para nós, era mais do que um acto de “humildade democrática”... Estávamos genuinamente interessados em saber o que poderia ser melhorado no nosso sistema.

\*

O Taguspark esteve para se chamar Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa, porque o nome da capital identificava o País e quem nele trabalhava. Mas, à última hora, tivemos um contratempo: o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, onde se localizava, não aceitava que o parque fosse... de Lisboa. Todavia, como Oeiras também não o identificava bem no estrangeiro, ele aceitava que fosse Tejo ou Tagus, dado que o rio também banhava o seu Concelho. E assim ficou Tagus...

\*

Em 16 de Junho fui a Bruxelas para, na minha qualidade de presidente do Conselho de Ministros da Ciência da Comunidade Europeia, ter uma reunião com os meus colegas dos países da EFTA. Estiveram presentes os ministros da Islândia, do Liechtenstein, da Noruega, da Áustria, da Suíça, da Finlândia e da Suécia. Faço-lhes referência pela ordem em que intervieram. Resumirei o que disseram na sequência da minha introdução:

A pertença ao CREST (Centre for Renewable Energy and Sustainable Technology) era muito importante para todos eles, especialmente para as comunidades científicas mais pequenas e periféricas; tratava-se de uma forma de quebrar o

seu isolamento. As questões ecológicas e climatéricas preocupavam-nos a todos. Insistiam no reforço da coesão entre a então Comunidade Europeia e os países da EFTA. Estavam de acordo com a ênfase dada à investigação pré-competitiva, mas recomendavam que não nos esquecêssemos das ciências sociais. Entendiam o intercâmbio de investigadores como muito importante. Sublinharam a importância, para o tecido produtivo europeu, das pequenas e médias empresas que punham dificuldades específicas quanto à inovação e ao seu envolvimento em acções de investigação e desenvolvimento. Queriam cooperar no âmbito do IV Programa-quadro. Consideravam isso como importante para a inovação e criação de riqueza. Recomendavam que fosse feita uma avaliação acerca da forma como tinham decorrido os diversos programas apoiados pela Comunidade, nomeadamente aqueles a que tinham tido acesso instituições privadas. As PME não eram grandes empresas em miniatura; tinham as suas especificidades próprias. Para a Noruega era muito importante a investigação nos domínios das pescas e da agricultura. Deveria haver uma pré-qualificação dos programas em matéria ambiental. Dever-se-ia aproveitar a experiência do programa EUREKA para criar um grupo de alto-nível que acompanhasse os programas que interligassem a Comunidade Europeia e a EFTA. A cooperação bilateral era importante, mas também se deveria atender à cooperação multilateral (ESA, ESO, EUREKA, etc.). Conviria dar atenção aos projectos sobre o clima, os transportes e o ambiente. Viam com bons olhos a cooperação, neste domínio, com os países da Europa Central e de Leste; não deveriam beneficiar somente de informação; seria importante que participassem. Era importante que se atendesse, com prioridade, ao desenvolvimento das tecnologias genéricas. O sector da nanotecnologia deveria ser muito apoiado por estar a revelar-se com enorme impacto em muitos domínios; da mesma forma o chamado “protein design” e o processo biológico; a combinação da bioquímica com a engenharia genética e com a ciência dos computadores estava a mostrar-se muito promissora. Os novos materiais tinham de merecer muita atenção. A segurança biotécnica deveria ser tratada nos seus aspectos jurídicos. Insistiram na difusão dos resultados da investigação apoiada por dinheiros comunitários. O representante sueco evocou a minha visita ao seu país em Agosto de 1991, para sublinhar a importância da cooperação bilateral.

Sublinharam o papel da European Science Foundation como instrumento de uma cooperação mais vigorosa entre todos os países ali representados.

\*

Eu atribuí sempre muita importância à investigação feita no sector agrário. Nós precisamos de saber mais sobre os nossos próprios recursos e, especialmente, de montar serviços de extensão eficazes. Havia centros em que se investigava com grande competência, como era o caso da Estação de Elvas e de Alcobaça, onde se desenvolveu uma acção do maior mérito. Mas tratava-se de “fogachos” isolados que não conseguiam dar um impulso geral à “máquina”. Por isso me reuni, em 19 de Junho, com o Ministro da Agricultura e com os Secretários de Estado da Agricultura e da Ciência e Tecnologia.

Disse-lhes da minha vontade de fazer uma acção especial orientada para o revigoramento do sector. Eles não podiam estar mais de acordo com a análise que eu havia feito. Não havia correspondência entre os meios que o Estado investia no INIA e a sua reprodutividade social. O INIA funcionava como uma espécie de “holding” das diversas estações onde se desenvolvia investigação e experimentação. Estavam de acordo com a classificação de excelente que eu havia atribuído à Estação de Elvas, mas referiram que havia muitas outras que não produziam resultados visíveis, limitando-se a realizar “dias abertos” para justificar a sua utilidade. O sector tinha atravessado tempos muito difíceis no pós-25 de Abril; as empresas haviam sido muito polarizadas pela reforma agrária e havia alguns serviços cuja coordenação era difícil; um deles era o INIA! Algumas estações consideravam-se autónomas, prestando poucas contas daquilo que realizavam (ou não ...). Combinámos que diligenciaríamos no sentido de dotar cada instituição com um conselho consultivo composto por profissionais competentes e com capacidade crítica e por representantes dos próprios utilizadores que tivessem uma palavra de peso em relação ao programa de trabalho de cada Estação. Havia um problema complicado relativo às despesas correntes que pesavam sobre o Ministério e que era difícil de controlar; a solução preconizada era passá-las para os utilizadores; se os funcionários das Estações produzissem trabalho de valia seriam pagos; de outra forma teriam de ser dispensados. Havia muitas queixas em relação ao absentismo



de funcionários que pretextavam estar a realizar “trabalho de campo” para não aparecerem nas Estações; mas também não estavam no campo...

Analisámos o que deveria permanecer no Estado e o que deveria ser objecto de contratos com os utilizadores. Estava a ser preparado um documento de estratégia que consagrava a existência de um “núcleo duro” de investigação agrária no próprio Ministério, sendo o resto autonomizado, mas com um sistema de prestação de contas rigoroso que identificasse o que era contribuição do Estado e o que resultava dos serviços prestados aos agricultores. O documento estaria pronto no fim do verão. Reunir-nos-íamos, de novo, nessa ocasião.

\*

Em despacho com o Secretário de Estado, em 24 de Junho, fixámos a constituição da delegação nacional ao exame da nossa Política Científica que iria ter lugar brevemente. A minha preocupação era de que ela não fosse muito grande (só os países subdesenvolvidos põem multidões nessas delegações...), mas que não ficasse ninguém de fora que pudesse ter um papel útil, durante ou depois da avaliação.

Soube que da OCDE viria a Prof.<sup>a</sup> Paloma Sanchez a chefiar a sua equipa. Guardo dela uma grande recordação; firme, objectiva, apercebendo-se rapidamente das situações... teve uma actuação exemplar; ela representava o “Directorate for Science” da Organização.

Percorremos a linha dos comentários que eu deveria fazer aos dois relatórios apresentados: o geral e o chamado “examiners’report” que continha as observações mais específicas. Eu decidi não ler nenhum texto, mas falar sobre notas que preparámos em conjunto. E, como havia uma delegação que só entendia o inglês, também resolvi não fazer nenhum finca-pé no uso do Português, privilegiando desse modo a comunicação directa.

\*

No dia 24 de Junho soube o resultado das candidaturas apresentadas ao Prémio Boa-Esperança. Tinha havido 32 candidatos, todos com trabalhos de alta qualidade. O júri experimentou o embaraço da escolha. O primeiro prémio tinha sido ex-  
-aquo para os professores Fraústio da Silva e Tiago de Oliveira; a primeira menção

honrosa para o Prof.<sup>o</sup> Aires de Barros e a segunda para um trabalho de caracterização da juventude em Portugal.

\*

O Secretário de Estado propôs-me a realização de uma acção de informação ou de formação para jornalistas de ciência. Dei-lhe todo o meu apoio.

\*

As relações entre o mundo dos investigadores e o dos empresários não eram muito fluídas em 1992. Andou-se muito neste domínio. Um dia destes (2016) fui visitar uma fábrica onde encontrei a trabalhar investigadores da minha Faculdade que estavam ocupados a afinar um programa de “software”, para o que as informações de quem o usava eram essenciais. Em matéria de traje não se distinguiam uns dos outros. Ora, foi com vista a detectar as melhores formas de promover este tipo de colaboração que eu me reuni algumas vezes com o Ministro da Indústria e com os Secretários de Estado da Ciência e da Indústria; algo que aconteceu no dia 25 de Junho.

Era preciso fortalecer a charneira entre os dois ministérios no que respeitava ao EUREKA e ao BRITE-EURAM. Mas para ser sistemáticos percorremos uma lista com referência a todos eles. Deveríamos, também, criar programas comuns em que a almejada ligação estivesse directamente explicitada.

Havia alguns centros tecnológicos com trabalho desenvolvido interessante: do vidro, do têxtil, do calçado, da cortiça, da metalo-mecânica, dos moldes, do couro, das rochas ornamentais (CEVALOR) e da madeira e mobiliário. Eles encontravam-se uns com os outros e todos com o Ministro da Indústria num Conselho de Administração dos centros onde também se sentavam o LNETI, o IAPMEI e o IPQ. Esse conselho era, assim, maioritariamente privado. Em nosso entender ele poderia ser um fórum importante para fazer passar as nossas preocupações de inovação e de operacionalização dos novos conhecimentos. Decidimos apostar nele para fazer esse papel. Havia, também, o Centro Português de Design que, para o gosto do Ministro da Indústria, pendia mais para as artes do que para a produção industrial. Tinha que lhe ser inculcada uma nova filosofia de acção.

Era preciso criar redes de laboratórios metrológicos a que as empresas industriais pudessem recorrer. Tornava-se evidente que a densidade da sua malha tinha de ser maior onde houvesse mais unidades produtivas.

Havia insatisfação relativamente ao próprio LNETI, no que respeitava à sua ligação com as empresas. A instituição tinha-se burocratizado de mais. O que nós mais queríamos era que ele se aplicasse na difusão das novas tecnologias junto das indústrias. Ora, a ajuizar pelos resultados, ele havia adoptado rapidamente o comportamento de uma repartição pública... com toda a inércia que elas costumam ter. Em relação aos contactos com as instituições internacionais de que fazíamos parte ou estávamos prestes a fazer (CERN, ESA e EMBO) decidimos que a charneira deveria ficar na Agência de Inovação que ambos tutelávamos.

Os meus dois visitantes reagiram bem à proposta do Secretário de Estado da Ciência, relativamente à criação de uma acção de formação para jornalistas de Ciência e Tecnologia. Decidimos “encomendar” o curso ao Instituto Nacional de Administração que era, aliás, dirigido por um cientista ilustre, o Prof. Fraústo da Silva.

Por outro lado, verificava-se que as empresas não conheciam os programas comunitários que os poderiam apoiar. Decidimos intensificar mais a sua publicitação. Esta foi seguramente uma acção bem-sucedida, porque hoje não há ninguém que não saiba onde há-de ir buscar o dinheiro...

\*

Dando sequência às reuniões sobre Bioética que, por minha iniciativa, haviam sido lançadas, teve lugar no Palácio dos Condes de Óbidos, onde estava instalada a Cruz Vermelha, uma reunião sem hora de termo prevista, no dia 26 de Junho. Além de mim e do Secretário de Estado da Ciência participaram os Ministros da Justiça e da Saúde e os Secretários de Estado da Saúde e Adjunto da Justiça. Como nossos convidados estavam alguns que já haviam participado em reuniões anteriores e outros que vinham pela primeira vez. Estiveram presentes: O Prof. Luís Archer, o Prof. Pereira Coelho, o Prof. Daniel Serrão, o Prof. Guilherme de Oliveira, o Prof. Amândio Tavares, o Prof. Almeida Santos, a Dr.<sup>a</sup> Rita Amaral Cabral, o Dr. Silva Carvalho e o Dr. Álvaro Dias.

Como havia já um texto com o resultado das discussões anteriores, os participantes puderam ver, assim, que já se estava a construir qualquer coisa. Assim, depois de eu ter feito o resumo do nosso trabalho passado, o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Martins Nunes, passou em revista os temas que já haviam sido enunciados e discutidos: as técnicas de procriação medicamente assistida; o diagnóstico; a influência da estabilidade do casal; a informação aos dadores e receptores; o consentimento dos cônjuges; a confidencialidade e a “solução mediterrânica”; o registo de dados; a gratuidade da operação; os locais onde ela poderia ter lugar; as finalidades proibidas (clonagem, escolha de sexo), mas também as permitidas (correção de anomalias genéticas); os direitos e deveres dos dadores; a inseminação artificial; a proibição dessa inseminação “post-mortem”; a destruição do material genético desde que não tivesse havido a formação do embrião; a fixação dos limites de idade para a doação do sêmen; a proibição de utilização de sêmen fresco (era necessária a sua análise e preparação); a constituição de bancos de esperma; a fecundação “in vitro”; a fecundação homóloga e heteróloga; os cuidados a ter com a criação de embriões; os embriões excedentários e o seu destino; a proibição da existência de embriões para investigação. Todos estes pontos haviam sido abordados em reuniões anteriores, tendo-se sedimentado já muitas ideias acerca deles. E todos eles constavam do “papel” que havia sido distribuído com antecedência. Não referirei quem disse o quê, mas registarei uma boa parte dos comentários e das recomendações feitas: Havia preocupações em relação à fecundação heteróloga. Alguns países desenvolvidos não a aceitavam, tendo em vista a fertilização “in vitro”. Parecia haver boas razões para o fazer; a vida que um casal transmitia era a vida de dois. Em Portugal, nessa altura, não havia dadores de esperma; este era importado. Subsistiam contradições de base entre os diferentes sectores que estavam envolvidos nesta problemática, as quais eram de natureza religiosa e jurídica, mas o interesse das pessoas determinava uma grande pressão. Talvez houvesse alguma diferença entre a realidade portuguesa e o quadro centro-europeu; todavia, nós devíamos, sobretudo, atender à maneira de reagir da sociedade portuguesa. Tínhamos que discutir mais a existência ou não de dadores, relacionando isso com a dação e com a proibição da fecundação heteróloga. A questão de haver

elementos estranhos ao casal a participar nas novas tecnologias de fertilização *in vitro* punha problemas.

Em relação à existência de embriões excedentários punha-se o problema da sua confidencialidade ou anonimato. As pessoas tendiam a querer preservar a sua privacidade. Mas até onde deveria ser exigida essa confidencialidade? Os bancos de esperma haviam sido concebidos para assegurar o anonimato. Estava a verificar-se uma maior abertura para a dactação de esperma e de ovócitos. Mas havia, de facto, uma colisão entre a sensibilidade e a prática. Havia necessidade de fixar o assunto: a dactação seria autorizada ou não? Esta era uma matéria muito sensível. Não se teria nada a ganhar com um tratamento ligeiro do tema, na praça pública. A imprescindível discussão pública deveria ser precedida da elaboração de um documento que tratasse de todas as implicações que o assunto tinha.

As técnicas usadas para a fertilização heteróloga eram muito dispendiosas. Deveria, por isso, ser apropriada a justificação social da sua aplicação, sem limites. Deveria contudo, reconhecer-se aos casais o direito de recurso à ajuda médica para procriarem; a infertilidade deveria ser considerada como uma doença susceptível de tratamento.

Havia quem pensasse que a inseminação heteróloga e a dactação já não eram problemas para serem tratados em comissões. Eram questões para ser abordadas numa ampla discussão pública, naturalmente acompanhada de informação abundante sobre as várias posições a adoptar.

Em relação à dactação e à sua confidencialidade, esta confrontava-se com o culto universal pela verdade e pelo direito a conhecer tudo sobre si próprio. Era cada vez mais difícil manter o anonimato dos dadores. A ambição das pessoas conhecerem as suas raízes genéticas faria generalizar a necessidade de conhecimento dos dadores, aliás como já acontecia em alguns países (Suécia, Alemanha, Estados- Unidos e Dinamarca).

Havia quem não acreditasse que os dadores tivessem desaparecido em Portugal. Como é frequente acontecer, haviam-se adoptado caminhos paralelos e secretos!... Um dos presentes não concordava que, no mesmo documento, se tratasse, em pé de igualdade, o gâmeta e o ovo. Eles tinham naturezas diferentes. A junção só confundia. O embrião depende muito do genoma, mas também da mãe onde iria

ser alojado. A introdução de um gâmeta diferente do casal introduzia, potencialmente, enormes problemas psicológicos. Considerava que um gâmeta estranho era uma “bomba-relógio” introduzida no seio da vida do casal.

Foi referida como positiva a experiência galega. Em dez anos haviam evoluído cem! Disse-se que um homem estéril costuma querer ter um filho, seja de que forma for. Por isso se deveria passar a discussão para o público e usar muito as sondagens para ir vendo como se haveria de prosseguir.

Como se esperava, voltou-se à discussão sobre o início da vida. O ovo é já um ser humano?

Houve quem aconselhasse prosseguir por fases; começar por abordar a fertilização *in vitro* homóloga antes de passar a discutir a heteróloga. Mas, em tudo isto tinha de se atender à parte financeira, porque haviam sido muito enfatizados os custos da operação.

Houve quem se interrogasse acerca da vantagem de se legislar sobre a matéria. E, em caso de o fazer, deveria optar-se por um quadro jurídico muito simples ou por uma legislação muito aprofundada? Ou deveríamos remeter-nos a uma lei-quadro, que só referisse os princípios gerais?

Havia muitos a defender a discussão pública, para que se desfizessem os tabus e não se deixasse o campo livre para interesses inconfessados ou de certos grupos. Um dos presentes chamou a atenção para o facto de se estar a centrar a discussão muito na prática médica vigente e não na investigação como transparecia do texto distribuído e decorria das recomendações da reunião de Kronberg (Que eu havia amplamente divulgado).

Um dos perigos da Lei-quadro era que ela não seria operacional para casos específicos. Portanto, teríamos de ir mais além. Não havia conveniência em furtar-nos à discussão pública sobre temas tão sensíveis.

Para ter uma ideia relativamente à forma de avançar, alguém perguntou qual era a percentagem estimada de resolução dos problemas de infertilidade por inseminação homóloga e por inseminação heteróloga?

Um dos participantes disse que não adiantava estarmos a querer prosseguir por etapas muito bem discutidas, porque, em Portugal, quem quisesse recorrer à inseminação heteróloga e tivesse dinheiro só tinha que atravessar a fronteira,

porque no país vizinho tudo se fazia sem grandes estados de alma. Isto complicava mais o problema, dado que lhe adicionaria uma dimensão segregacionista assente no dinheiro.

A confidencialidade e anonimato do dador deveria ser analisada a partir da posição da criança, no aspecto psicológico; porém, a legislação, na maior parte dos países europeus, ia no sentido do não-anonimato, pelo menos em relação ao conhecimento das características genéticas do dador. Manifestamente, não havia consenso. E era muito difícil legislar nessas circunstâncias. Não havia consenso em torno da fertilização heteróloga; mas, não havendo legislação sobre a matéria, não se deveria ficar com a ideia de que havia um vazio. Este era um campo em que estava a haver muita evolução. Estávamos a ser confrontados com escolher entre uma verdade biológica e uma verdade social. A verdade era que a procriação heteróloga não curava a infertilidade. Mas resolvia um problema social. Mas a questão dos custos vinha uma e outra vez à baila. Eles eram muito elevados. Justificavam a mobilização de meios públicos? A questão estava muito pendente de um juízo de valor em que a tradição social e cultural pesava. Mesmo diante das dificuldades do tema, o sentimento geral ia no sentido de se legislar, precedendo o acto por um debate público generalizado. Ninguém defendeu a mecânica de apresentar ao Parlamento uma proposta de lei e deixar seguir os seus trâmites. Tinha-se a consciência de que o tema era um assunto sensível, mas para ir para uma discussão pública deveríamos ter ideias assentes, nós próprios, e facultar alternativas ao julgamento público. Havia um acordo generalizado em que o quadro legal a definir fosse simples e claro; as leis ambíguas acabam, sempre, por não ser leis nenhuma. A nossa perspectiva deveria ser a de resolver o problema de um casal infértil e não de produzir crianças indiscriminadamente. Para complicar a resposta, nessa ocasião não havia nenhum método seguro para seleccionar os embriões (não sei se hoje há); era só o aspecto macroscópico do embrião que permitia seleccionar e a ideia de promover uma selecção genética repugnava-nos.

A inseminação artificial era, nesse tempo (1992), um acto de insucesso muito provável (90%). Na realidade, trata-se de um acto médico com muitos riscos e alta probabilidade de falhar e houve alguém que se referiu a custos concretos:

60.000 dólares era um valor corrente, para o equipamento necessário. Admitia-se, por isso, que por cada bebé nascido vivo se tivesse de despende entre 4.000 contos e 10.000 contos, algo que tornava a assunção de encargos pela sociedade para obviar à infertilidade de um casal merecedora de uma análise a outra luz, que não apenas a da bioética Aborrecia-nos qualquer solução que pudesse ser suspeita de hipocrisia.

Havia quem não quisesse legislar naquela ocasião, dizendo que só se legisla sobre o que se conhece e, pelos vistos, ainda havia muitas hesitações sobre a matéria. Eu não pensava assim; eu preferia que se fosse legislando transitoriamente e de forma gradual, vendo como a população reagia. A legislação espanhola, dessa ocasião, era considerada como demasiadamente permissiva. A mais antiga era a norueguesa, país que costuma fazer as coisas metodicamente e sem sobressaltos. Eu defendia, assim, a adopção de um processo dinâmico para legislar à medida que as perguntas que se fizessem fossem tendo respostas mais fundamentadas. Para mim, fazia sentido que se distinguissem duas áreas: aquela em torno da qual já houvesse consenso e que seria objecto de legislação; e aquela que ainda estava sujeita a evolução e que, por isso, deveria esperar.

A nossa Lei dos Transplantes era considerada como uma boa lei. Deveríamos tentar seguir um processo idêntico. Nessa ocasião, o que atrapalhava tudo era a inseminação heteróloga e o anonimato; eram estas, portanto, que reclamavam mais debate. A ausência de legislação repugnava a muitos. Era matéria séria de mais para se adoptar uma atitude de “laissez-faire”. E parecia responsabilidade a mais para ser deixada ao arbítrio das comissões de ética dos hospitais ou, mesmo, do Conselho Nacional de Ética. O Estado não deveria abdicar de uma responsabilidade que era, manifestamente, sua.

Eu achava que se deveria contar muito com os resultados da investigação que mostrava ser muito dinâmica nesta área. Alguém referiu que, dentro de uma década, era mais do que provável que se estivesse em posição de introduzir o gene que curaria a hemofilia. Por isso, nesta área, os avanços seriam muitos; e, alguns deles, reclamariam a inseminação heteróloga cujas contra-indicações psicológicas havia que minimizar; os casais que a ela se sujeitavam eram estáveis; o indicador conhecido de divórcio em casais que tivessem feito uma inseminação heteróloga era de 1%.



A opinião ia no sentido de legislar sobre o que se admitia ser relativamente pacífico, mas com a certeza de que passaria a deixar de o ser...

As informações que foram sendo dadas eram insuspeitadas. Naquela ocasião, sabia-se bem seleccionar os espermatozoides, mas mal os ovócitos. Considerava-se a esterilidade como uma doença que estava cada vez mais estendida. Mas entendia-se que se deveria limitar o número de tentativas para a resolver; três era considerado como suficiente para ajuizar do sucesso potencial. E insistia-se muito em relação à fiscalização da qualidade dos centros em que ela poderia vir a ser feita.

O Secretário de Estado da Saúde tirou conclusões ajustadas: havia consenso em relação a um grupo amplo de questões; havia necessidade de produzir legislação; a fertilização homóloga não punha problemas; deveria insistir-se num diagnóstico rigoroso antes de recorrer ao uso de técnicas de fertilização assistida; a informação dos interessados e do público em geral teria de ser objecto da maior atenção; tinha de haver a creditação das unidades qualificadas para a fazer; a cedência do material genético deveria ser gratuita; a clonagem e a escolha do sexo deveriam ser proibidas; não se poderia autorizar o recurso a técnicas que implicassem a produção de embriões excedentários; a discussão pública sobre esta matéria era fundamental.

Na mesma sessão também tratámos do problema do genoma humano. Já havia um documento produzido sob a égide da Comissão Europeia sobre a “Análise do Genoma Humano” (W-G-ESLA). Propúnhamo-nos, assim, ver os problemas associados à sequência do genoma, ao mapa genético, ao DNA e aos marcadores das doenças hereditárias. A parte científica que estava a tratar destes temas encontrava-se organizada, havendo redes nas quais nós já participávamos. Debatiam-se os aspectos éticos, sociais e legais da questão. Cada vez mais era possível dispor de sondas de DNA que detectassem doenças; nessa ocasião existiam mais de cem; tornava-se, assim, cada vez mais provável a detecção de doenças ou predisposições. Havia áreas em que o diagnóstico era possível, mas a terapia não. Uma área sensível era a detecção de doenças em empregados ou candidatos a sê-lo e o comportamento a isso associado, por parte de empregadores ou de companhias de seguros. Discutia-se a possibilidade de alguém exigir a realização de exames genéticos a candidatos a qualquer coisa; a isso estava ligada a

autonomia do candidato a empregado e, de uma maneira geral, o direito de cada um à sua privacidade. Quais eram as implicações de se saber, antes do tempo, as predisposições de cada um? O segundo seria obrigado a dizer se tinha ou não doenças ou predisposições especiais? E para isso ser ou não submetido a testes especiais? Para ajustar os prémios dos seguros conforme os riscos? Seria isso lícito? Nos Estados-Unidos já se impunha a predictibilidade de todas as doenças e predisposições. Estavam associados a tudo isso interesses económicos evidentes. Havia materiais, como as próprias sondas, que já eram um bocado de DNA; mas as sondas eram parte de uma grande indústria; a quem pertenciam os bocados de DNA? Eram do indivíduo a quem foram extraídos ou do cientista que o tratou? Ou era parte do património da Humanidade? A tendência era para a patente ser propriedade da equipa científica que tinha descoberto a sonda. O problema da patente estava-se a pôr, neste domínio que lidava com materiais especiais. Mas a verdade é que o registo das patentes estava a restringir a investigação; só os grandes países tinham meios para pagar as patentes, impondo assim limites ao seu uso. Havia, depois, o problema da terapia genética; em vez de só analisar, tratava-se de mudar um gene que funcionasse mal, que não existisse ou que estivesse muito alterado. Algumas curas implicavam mesmo a introdução de um gene. Naquela altura (1992) era possível adicionar, mas ainda não substituir, um gene. Foi referida a data de 14 de Setembro de 1990 como aquela na qual se tinha iniciado a primeira terapia génica. Já havia, nessa altura, em todo o mundo onze pessoas que tinham sido tratadas por essa terapia génica. Mas admitia-se que, daí a um ano, houvesse duzentas ou mais. As terapias ensaiadas usavam células somáticas; o indivíduo tratado ficava são, mas continuava a transmitir a doença; não havia, ainda, a actuação sobre as células génicas. Em relação ao uso de células somáticas não havia problemas éticos em aceitá-lo; o mesmo não se passava em relação à terapia das células da linha germinal. Devia-se proibir fazê-lo enquanto não tivesse havido uma discussão? Nesse momento isso não era urgente, porque tecnicamente ainda não se tornava possível fazê-lo com os humanos. As células da linha germinal estavam em estudo somente com os animais; mas antecipava-se o dia em que isso se fizesse com os humanos. A terapia com genes visava curar uma doença; mas punha-se

a pergunta: Por que não adicionar um gene para “melhorar “uma pessoa? Por exemplo nos esquizofrênicos? A isto se chamava a engenharia genética de melhoramento; era ético ou não fazê-lo? Nessa ocasião, nos Estados Unidos já era autorizada a terapia, mas não o melhoramento. Punha-se, também, a questão de se saber quem seriam os candidatos a essa melhoria. Todos? E quem pagava? A sociedade ainda não sabia responder a estas perguntas.

Portugal é dos países da Europa que mais diversidade genética tem. As populações geneticamente mais ricas são as mais heterogêneas. O Brasil é o mais rico e Portugal contribuiu muito para isso. Admitia-se, nessa ocasião (1992), que por volta de 2015 o genoma humano estaria conhecido na sua integralidade. Mas uma coisa era saber quais eram as “componentes da máquina”; outra era conhecer as “leis da termodinâmica” do mecanismo.

A ligação entre análise genética e seguros preocupava todos os participantes. Quando fossem aplicados os “kits” de todas as doenças, dizia um deles, 90% das pessoas seriam rejeitadas! Mas concordavam que, na ocasião em que as análises genéticas estivessem mais desenvolvidas, ver-nos-íamos em posição de fazer muito melhor medicina preventiva. Em relação ao tratamento somático, constata-se que a maior parte das doenças hereditárias sérias eram infertilizantes. Ao tornar bons os pacientes estávamos, potencialmente, a criar mais doentes. Por todas as razões, deveria ser feito o registo genético e dispor de um banco de genes. Mas punha-se a questão de saber onde é que ele ficaria? E quem teria acesso aos dados? Corria-se o risco de ser possível aprofundar, numa povoação, as “famílias malditas”! Ora, ao fazê-lo, estaríamos a excluí-las e a fazer manipulação genética. Mas abrir-se-nos-ia a possibilidade de eliminar as doenças hereditárias. Punha-se, então, uma nova questão, aliás, paradoxal: que doenças seria tolerável manter e quais as que deveriam ser erradicadas? Mas nenhuma destas perguntas e mais outras, também numerosas, deveriam impedir a investigação sobre o genoma humano de prosseguir.

Todavia, em Portugal, nós não dispúnhamos de nenhuma regra sobre o genoma. E havia investigadores e médicos a pesquisar ou a aplicar conhecimentos já descobertos. Tudo se passava em nome duma liberdade não definida e dos grandes princípios, mas sem estabelecer regras específicas. Tinha de se considerar

a prática do aborto eugénico se se verificasse que o feto sofria de uma doença grave e incurável. Isso não havia sido discutido e muito menos definido. O diagnóstico poderia ser pré-natal, pós-natal ou, mesmo, pré-nupcial. Este último já havia sido realizado em Chipre para uma doença muito especial. Nós ainda não havíamos discutido nada! Hesitava-se muito em relação à venda de “kits” para detectar doenças incuráveis; quem poderia usá-los? Aqueles três tipos de diagnóstico punham, cada um, uma séria de questões. Em primeiro lugar, a obrigatoriedade ou não de os fazer. De novo vinham à baila as relações com os seguros; os contratos seriam nulos se houvesse falta de comunicação sobre uma doença que já se sabia existir? (Uma ampliação das regras do Código Comercial?). Parecia não haver problemas em relação à utilização dos testes em investigação criminal e em investigação de paternidade; mas aí houve alertas em relação às chamadas “descobertas inesperadas”. Em resumo, em torno da investigação científica e da aplicação prática dos novos conhecimentos havia problemas de informação, de reserva de informação, de armazenamento de dados e de acesso a esses dados. Estas eram matérias em relação às quais importava discutir, antes de definir regras aceites pela Sociedade.

Quase a finalizar a reunião, houve um conjunto de intervenções ou informações que resumo. Em relação ao aborto eugénico havia uma proposta para aumentar o número de semanas em que seria permitido praticá-lo; era preciso dar muita atenção ao rastreio obrigatório; punha problemas sérios. Havia muitas das propostas feitas que já tinham tido acolhimento em recomendações do Conselho da Europa (onde nós estávamos representados...). Não se deveria aceitar a realização de testes obrigatórios. Ligaram-se as matérias das duas partes do nosso encontro, para abordar a questão do diagnóstico genético pré-implantatório dos embriões; isso implicava uma selecção das gerações e também envolveria a produção de embriões excedentários... As técnicas precoces de diagnóstico tinham riscos. Por serem feitas através de biópsias, a punção fazia correr riscos, nomeadamente de aborto. Não se tratava de métodos anódinos; deveriam, por isso, ser rodeados de restrições que limitassem o modo de operar com justificação. Tinha de haver definição de padrões mínimos para a aplicação destas técnicas e para a definição dos parâmetros a que deveriam obedecer os centros que as poderiam praticar.

Havia sido eu que, uns tempos antes, tinha resolvido lançar a discussão sobre estes temas. Impacientava-me a ideia de que tudo se fosse fazendo sem rigor e sem explicitar os problemas que estavam em causa. Eu sabia que a propensão dos Portugueses é para o imprevisto e para não complicar as coisas com perguntas difíceis. Mas, por isso mesmo, é que eu achava que deveria contribuir para tornar a nossa sociedade mais responsável.

Devo manifestar o meu reconhecimento aos que me auxiliaram a analisar estes temas complexos. Eram a nata da nossa classe científica que não dava um passo sem tentar avaliar as repercussões do que faziam sobre a sociedade e o seu comportamento. Mas também não posso deixar de referir a minha pouca consideração pelos “pragmáticos” que não queriam envolver-se em sarilhos antes do tempo, preferindo não discutir nem definir regras, porque a nossa plasticidade comportamental aguentava tudo. Não aguenta!

\*

Um dos problemas que me levantavam frequentemente era o do diferencial de vencimentos entre investigadores portugueses e de outros países europeus que participavam em programas comunitários. Os primeiros eram remunerados com montantes muito inferiores aos segundos. Mas se fossem iguais o diferencial passaria a existir entre os investigadores que participavam naqueles programas e os que não o faziam. Uma alternativa seria pagar aos portugueses o mesmo que os estrangeiros recebiam, mas o diferencial em relação aos seus colegas portugueses reverter para a sua instituição, permitindo melhorar a situação de todos os que nela trabalhassem. Não me parecia ser uma resposta sem ataques. Mas era a menos má até haver convergência das remunerações de uns e de outros.

\*

No dia 2 de Julho de 1992 começou o exame à Política da Ciência e Tecnologia do Governo Português, conduzido pela OCDE, cujas razões já apontei. A chefe da missão era a Prof.<sup>a</sup> Paloma Sanchez. Comecei por agradecer o trabalho que tinham desenvolvido e por justificar por que razão entendíamos útil a nossa avaliação por pares, sob a coordenação de uma organização que havia acumulado

muita informação e prática no sector, podendo, assim, não só fazer um trabalho fundamentado como dar sugestões consistentes.

A Prof.<sup>a</sup> Paloma Sanchez sublinhou os benefícios deste tipo de exame que disse serem uma das mais activas funções do “Committee for Scientific and Technological Policies” da OCDE. Para Portugal, a última havia tido lugar em 1983/84, portanto há oito anos atrás. Não era muito tempo, mas, tendo ocorrido tantas mudanças no sector, justificava-se que ela se realizasse, além do mais, como as modificações iriam continuar, a revisão das políticas poderiam ser de utilidade na definição do caminho a prosseguir. Ela dispunha de três documentos: a agenda, o relatório geral e o relatório dos examinadores. Eram eles que iriam ser apreciados. O Senhor Osborne referiu-se às origens da OCDE, no âmbito do Plano Marshall e ao alargamento das suas funções no final da década de 60 para englobar actividades de cooperação e desenvolvimento. Nessa ocasião (1992) éramos 24 Estados-membros; a Comunidade Europeia era membro-observador. A organização funcionava como uma conferência permanente dos governos dos seus países-membros. Só não abrangia funções relativas à Defesa e à Cultura; mesmo a Saúde estava a entrar através do Ambiente. O Comité para as Políticas Científica e Tecnológica não tinha funções operacionais nem promovia a celebração de tratados. Mas recolhia dados relativamente a todos os Estados-membros e fazia comparações. E era bem conhecida a sua função de realização de previsões em assuntos económicos. Procurava identificar lacunas nos conhecimentos dos governos. Nessa ocasião, produzia cerca de 350 publicações por ano. Era apoiada, na sua acção, por um secretariado permanente de cerca de duzentas pessoas; havia, além disso, especialistas contratados e representantes dos governos para a realização de estudos específicos. Eu havia desempenhado as duas funções, especialmente em domínios ligados ao desenvolvimento, ao ordenamento do território, à demografia e aos transportes. Devo acrescentar, sempre com grande apazimento da minha parte.

O Prof. Maurel, um dos examinadores, foi quem começou a analisar a situação. Disse que o relatório dos examinadores poderia ser crítico, mas deveria ser entendido à luz da preocupação da utilidade que os havia norteado; se só sublinhassem o que tinha sido feito de bom, nós não extrairíamos orientações apro-

priadas para melhorar a situação. Felicitou Portugal por haver consagrado na lei a Ciência e Tecnologia como prioridade nacional. A comunidade científica deveria sentir-se como pertencendo a uma comunidade única; não somente agregada em comunidades sectoriais, mas antes, com sentido largo, como integrando uma grande comunidade específica nacional. Encorajava-nos a prosseguir, com a intenção de dispormos do chamado “envelope-recherche” que indicaria sinteticamente a dimensão do esforço que estávamos a fazer para impulsionar o sector. Folgava que a tutela estivesse confiada a um ministro. E, tendo verificado a coexistência da JNICT e do INIC, perguntava se isso seria conveniente (a extinção do segundo ainda não havia sido consumada quando eles fizeram o trabalho de campo). Recomendava que o sector não dependesse de uma só fonte de financiamento (Eu estava muito de acordo, mas ainda não era minimamente expressiva a contribuição das empresas; a diversidade de fontes, além do Orçamento de Estado, era assegurada por fundos comunitários e de uma ou outra fundação que apoiava a investigação). O orçamento para a Ciência havia aumentado muito, desde o último exame da OCDE; além do mais, começava, então, a beneficiar, de ajudas comunitárias. Mas deveria insistir-se no aumento da parcela nacional, para não se ficar dependente das orientações impostas por terceiros. Deveríamos ocupar-nos a definir as nossas próprias prioridades e a estratégia adequada para lhes responder. Para isso, era preciso dispormos de massa crítica suficiente em cada um dos sectores que considerássemos como prioritários. Apontava o tamanho reduzido de alguns grupos como inconveniente. Encorajava-nos, por isso, a enunciar claramente os domínios que, realmente nos interessavam e a reforçá-los com os investigadores necessários para compor as tais massas críticas sectoriais. Recomendou que déssemos grande atenção às relações entre as actividades científicas e as empresas industriais. As “lourdeurs administratives” não eram exclusivas de Portugal, todos as experimentavam; mas era preciso atenuá-las.

O Prof. Bugliarello, outro dos examinadores, começou por se definir como o sobrevivente de 84 estudos de avaliação e similares. Achava que o que havia sido feito em oito anos era “a tremendous work”. O panorama da Ciência em Portugal tinha mudado radicalmente. Estimava ver que nos estávamos a aproximar do

que faziam os outros países europeus e que participávamos activamente na formulação da política europeia do sector (Ele sabia que Portugal exercera, até dois dias antes, a presidência do Conselho de Ministros da Comunidade). Apontava como inconveniente o que chamava de “over-emphasis” da investigação académica; os países tinham necessidades e era para elas que se deveria olhar com prioridade. Teceu considerações acerca da chamada “peer review” que achava muito difícil, se fosse bem feita e não se limitasse a uma “paper review”. Por isso concordava com a apreciação feita por “pares-juizes” estrangeiros que se pudessem debruçar sobre as instituições e o trabalho realizado num dado país. O Senhor Ruffo, da OCDE, referiu-se ao relatório geral, pedindo desculpas por ele ainda não incluir, nas suas apreciações nem o LNEC, nem o sector da Veterinária, por não ter havido tempo para os apreciar. Quis saber como tratávamos, em termos contabilísticos, os fundos comunitários. Eu próprio dei as respostas às perguntas e aos comentários feitos. E passámos à intervenção dos participantes portugueses.

Começou o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia que esclareceu alguns aspectos dos dados referidos. Justificou porque era uma prioridade o reforço do nosso sistema de C&T; a “cientifização” das actividades produtivas e dos serviços representava um imperativo. Mas teria de se procurar uma coerência interna do sistema com grande facilidade de comunicação entre todas as suas componentes. O sistema deveria ser colocado ao serviço do desenvolvimento e da resolução dos grandes problemas transversais (saúde, ambiente, etc.). Nós procurávamos, deliberadamente, a internacionalização do nosso sistema.

O Secretário de Estado da Indústria referiu-se aos problemas postos pela disseminação dos nossos conhecimentos junto das empresas. Em Portugal, no período 1988/92, tinha havido um grande salto qualitativo no recurso, pelas empresas, a actividades de I&D. O instrumento de política tinha sido o SINPEDIP. E estava já a notar-se uma visível convergência de interesses, com manifesta inovação dentro das empresas. Descreveu o funcionamento do SINPEDIP. Tinham-se reforçado as infra-estruturas tecnológicas e formado jovens investigadores para a indústria, através de programas específicos.



Estava presente um representante da DG XII, o Senhor Michel Paillon que criticou o relatório por lhe faltar um capítulo cujo título seria “O lugar de Portugal na Comunidade Europeia e o papel da Comunidade em Portugal”. O impacto, nos dois sentidos, era real e o relatório inculcava que havia uma dependência de Portugal em relação às instâncias comunitárias, o que não correspondia à realidade, A Comunidade Europeia não se limitava a ser uma fonte de recursos adicionais, ela representava um quadro em que se formavam redes de cooperação de importância inestimável. Havia em Portugal muitas iniciativas comunitárias; por outro lado, Portugal participava activamente no Programa-quadro, nomeadamente na definição da sua própria forma. Voltou à questão das massas críticas sectoriais e sublinhou a importância da definição de uma estratégia interna e de uma estratégia de encaixe nos programas-quadro europeus.

Os examinadores voltaram a falar para esclarecer que a integração no sistema de C&T (Ciência e Tecnologia) europeu tinha grandes virtualidades e para reforçar a importância das massas críticas sectoriais. A discussão generalizou-se e falaram os Professores Daniel Serrão, Renato de Araújo, Rothwell e, novamente, o Prof. Maurel e o Senhor Osborne. Esclareceram a importância do papel das Instituições Sem Fins Lucrativos (ISBL, em francês) que não se destinavam a fugir ao fisco, mas antes a agilizar a sua actividade, cobrando as suas receitas e pagando as suas despesas sem a intervenção da burocracia pública que reclamava dezenas de assinaturas; a sua contabilidade era rigorosa e mantida em dia. O problema maior com o qual estávamos confrontados era de natureza comercial: a passagem dos novos conhecimentos para a esfera das empresas. O trabalho de grupos e de redes era muito importante. Foi enaltecido o papel da biotecnologia em Portugal, tanto na oportunidade que representava como quanto à potencialidade que já constituía.

Uma parte da agenda estava devotada, especificamente, à análise da formação superior e da investigação universitária.

Começou o Prof. Bugliarello, olhando para a C&T como um instrumento para o desenvolvimento. Ele entendia que se deveria esperar muito do lado da oferta; a procura contribuía, obviamente, mas a disponibilidade de novos conhecimentos e o facto de ela ser conhecida ajudava muito à modernização que se pre-

tendia. Importante era a qualidade da formação científica; lamentava que, um pouco por toda a Europa, a qualidade da formação tecnológica tivesse declinado nos últimos tempos; mas isso não se passava na formação universitária e dos investigadores científicos. Referiu-se ao equilíbrio que deveria existir entre a investigação aplicada e a fundamental, assunto sempre difícil de dirimir, porque necessitávamos de ambas; não era uma *versus* a outra; o que importava era conseguir um equilíbrio entre as duas. O número de teses de doutoramento estava em crescimento por toda a parte; havia que saber aproveitar o seu conteúdo. Para isso era preciso saber coordenar instituições e programas de actividade. A coordenação era fundamental e particularmente difícil no campo da interdisciplinaridade. Tornava-se muito importante saber quais as áreas de necessidade, por assunto. Citou, como exemplo, o domínio do ambiente onde havia tantos novos materiais e tecnologias a reclamar atenção. Os gestores da produção mereciam uma atenção especial na sua preparação, porque esta tinha de ser muito exigente (vê-se, hoje, a importância dos cursos de gestão industrial que têm médias de entrada altíssimas e não apresentam qualquer dificuldade de colocação dos seus diplomados; é evidente que as duas coisas estão interligadas ...). A política industrial deveria ser explicitada. Ele tinha ficado com a impressão de que, em Portugal e em matéria de investigação, o “supply side” funcionava bem; o “demand side” nem tanto; ora, os dois lados deveriam ser equilibrados.

O Prof. Maurel disse que a avaliação tinha que ser feita longe dos interesses próximos. Por isso recomendava que ela fosse realizada a nível nacional. A autonomia das universidades não contribuía para tornar digna de confiança uma avaliação interna. Tinha que haver distância e envolver avaliadores independentes, se fosse preciso mesmo estrangeiros. Eu estava de acordo com esta recomendação.

O Secretário de Estado da Ciência relatou o que estávamos a fazer no campo da formação de técnicos intermédios, que não envolvia a outorga de bolsas. Era um facto que as nossas universidades estavam a experimentar uma grande transformação, abrindo-se ao exterior.

O Secretário de Estado da Indústria encadeou e justificou a passagem de recursos das universidades para as empresas e dos benefícios destas para a sociedade. Elaborou sobre a especialização dos quadros superiores das empresas e disse

como, no âmbito do PEDIP, se apoiava a inovação das empresas. Justificou por que motivo era importante a explicitação de uma política industrial.

O Senhor Paillon (DG XII) referiu-se ao grande futuro que teriam os doutores em ciências em particular e os diplomados de alto nível em geral. Se não tivessem emprego em Portugal, tê-lo-iam, seguramente, na Europa, o que também não seria mau para Portugal (É a isso que assistimos hoje – 2016; eu não estou tão seguro como ele acerca da extensão do benefício desta segunda hipótese...).

O Prof. Bugliarello, examinador, insistiu muito na necessidade de fazer escolhas, recomendando que se definissem as áreas prioritárias e nelas se concentrasse o investimento. Também achava que era importante aplicar recursos na formação avançada (tal como vínhamos fazendo, desde 1985).

Também entrevistaram numerosos participantes:

As universidades tinham uma missão mais ampla do que servir as necessidades de I&D. A área dos novos materiais era prioritária. A mobilidade nas carreiras era uma barreira muito grande nas universidades e nas instituições de investigação; havia compartimentações exageradas; a formação, nas universidades reclamava muito tempo e dinheiro. Deveria haver maior elaboração na estratégia definida pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, de modo a facilitar a elaboração das estratégias das próprias universidades. O sistema científico português pendia muito para o “supply side”; era preciso temperar essa inclinação; para isso era preciso alargar o financiamento pelo sector privado. Era importante criar redes, as quais seriam melhores se surgissem do “demand side”; para isso teriam de ser criadas estruturas institucionais específicas. O propósito principal das universidades não era a inovação, mas sim o avanço dos conhecimentos. Verificava-se da parte de muitos professores uma grande indiferença em relação à importância prática da investigação; isso tinha de ser contrariado. A definição das relações entre a investigação e a indústria reclamava interlocutores industriais muito especiais. Os universitários e investigadores portugueses deveriam ter uma atitude muito agressiva em relação à indústria; não deveriam ficar à espera de que os empresários os abordassem; tinham de tomar a iniciativa (Hoje – 2016 – as coisas são muito diversas; assisti, recentemente, à festa de aniversário do INESC-TEC; a familiaridade entre investigadores e em-

presários denuncia uma grande cumplicidade). As Instituições sem Fins Lucrativos representavam uma interface útil, por causa da complexidade das regras da contabilidade pública que não se via que abrandasse. Uma das condições para acesso ao PEDIP era a criação de instituições privadas sem fins lucrativos em parceria com as associações empresariais e isso, aparentemente, estava a dar bons resultados. Impunha-se rentabilizar as infra-estruturas tecnológicas que haviam sido construídas; o País começava a estar razoavelmente equipado neste campo. A avaliação dos projectos que era recomendada não se fazia contra as universidades; pelo contrário, era para seu bem. Essa era, aliás, a forma mais eficaz de justificar que fossem orientados mais recursos para as universidades. Alguns professores viviam ainda em “torres de marfim”; o seu tempo estava a acabar; os novos seriam mais descontraídos e acessíveis e menos vaidosos. Não havia fórmulas mágicas para encetar as relações entre a universidade e a indústria; era tentar fazê-lo na prática e sempre que surgissem oportunidades. Os estudantes da maior parte dos cursos lucrariam numa imersão, por algum tempo, no meio das empresas. A “imagem” da Ciência não era famosa; deveria procurar obter-se a colaboração das associações científicas para a promover. A educação em cooperação com as empresas era muito recomendada; o ensino da Engenharia, um pouco por todo o mundo, mostrava-se um tanto conservador; era preciso “abana-lo”, introduzindo formação em produção, em “marketing”, em finanças e em ambiente, forçando as ligações entre as empresas e as universidades (Este aspecto melhorou muito; hoje – 2016 – tudo é mais permeável). Se introduzíssemos aquelas quatro componentes nos cursos de Engenharia, os engenheiros portugueses seriam os melhores do mundo... (Os indicadores internacionais recentes mostravam que, em numerosas especialidades, eles são, de facto, dos melhores...). A comercialização da investigação académica reclamava conhecimentos dos dois mundos; era preciso vencer “the gap”. Dever-se-ia encorajar os jovens investigadores a lançar os seus próprios negócios (Mas é isso que vemos hoje, todos os dias...). A JNICT deveria ter uma forma mais pragmática de se aproximar das empresas; a publicidade da investigação teria de ser estimulada e apoiada. Seria bom que dispuséssemos de mais instituições de capital de risco e mais activas. As pequenas e médias empresas reclamam mais do que

injecções de tecnologia; precisam de aconselhamento na gestão e no financiamento, pelo menos. Dever-se-ia encorajar a aceleração do desenvolvimento endógeno das empresas. Para isso, seria muito conveniente formar “Doutores para a Indústria” (O processo tem sido lento mas a verdade é que, hoje, a situação é totalmente diversa do que era, há trinta anos atrás). A informação só é eficaz quando for super-abundante (Isto é verdade para este fim e para todos os outros...). Dever-se-ia praticar mais a investigação programada e por contrato. Os grandes utilizadores tradicionais dos Laboratórios do Estado eram os próprios Ministérios, mas estes já não encomendavam projectos de investigação e, por isso, eles tinham de ir à procura de quem os financiasse. O “non-profit” só significava que não havia dividendos distribuídos aos sócios; era importante fazer este esclarecimento, porque os examinadores mais enfiados na cultura norte-americana diziam que, em Silicon Valley tudo era “profit” e daí não vinha nenhum mal ao mundo... Mas as instituições eram todas privadas; nenhuma tinham acesso a financiamento público; o nosso recurso à fórmula “non-profit” visava exclusivamente fugir à “tirania” da contabilidade pública... Em Portugal, a inovação tem de passar também por estas regras que não experimentaram mudanças ao longo de décadas de evolução. As actividades de transferência de tecnologia eram muito importantes; impunha-se que não se deixasse entrar no país tecnologia obsoleta.

Muitos dos presentes, representantes das instituições que haviam sido examinadas curaram – e muito bem – de precisar melhor um ponto ou outro ou uma expressão de avaliação com a qual não concordavam. Os examinadores tomaram nota do que eles disseram. E, para encerrar os trabalhos do primeiro dia, falou o Embaixador Fernando Santos Martins, acreditado junto da OCDE, meu antigo colega e um estimado amigo. Manifestou o seu apreço pelo trabalho exaustivo feito pelos examinadores e em tão pouco tempo! Sublinhou a importância da pressão exercida pelos pares, especialmente em comunidades científicas pouco extensas, como era a nossa. Recordou que praticamente a totalidade das recomendações feitas aquando do exame de 1984 tinham sido seguidas, sendo certo que as resultantes do que estava em curso ainda teriam maior impacto. Concluiu, constatando que Portugal estava, de facto, a modernizar-se.

No dia seguinte, ao abrir os trabalhos a chefe de missão exclamou “How similar Portugal is to other OECD countries!”. Estava dado o tom para a parte final do exame. Éramos parecidos, esclareceu, nas preocupações do Governo com o sector e nas dificuldades que haviam sido enunciadas no relatório e nas sessões da véspera. Via a cooperação com a organização como uma forma de melhorar a situação. Sublinhava a importância da informação e da disponibilidade de bases de dados, da harmonização das políticas em relação às dos outros países da OCDE e da vontade que havíamos manifestado de nos inserirmos em redes e de desenvolver actividades nesse quadro. Os examinadores começaram a fazer as suas declarações finais:

O Prof. Maurel disse da impressão favorável com que ficava. Muitas coisas haviam mudado nos últimos tempos; Portugal tinha feito progressos notáveis, desde o exame de 1984. Mas não poderíamos esmorecer: era preciso aumentar mais o orçamento dedicado à C&T, recordando que ele havia crescido graças aos fundos comunitários e não por contribuição quer do Estado português, quer das empresas portuguesas. As contribuições comunitárias deveriam ser entendidas como “soutiens incitatifs et pas répétitifs”. A parte de origem portuguesa não tinha crescido suficientemente. Dever-se-iam definir prioridades e uma estratégia para a investigação. Era importante assegurar a criação de equipas de tamanho superior a um determinado tamanho crítico. E era preciso estar continuamente a fazer escolhas, não procurando contentar toda a gente, o que era uma ambição excessiva. Não deveríamos tentar entrar em competição com os grandes países, mas procurar formar redes entre as nossas e as suas instituições. Sobretudo não se deveria “atomizar” os recursos (Eu costumava dizer, a este respeito, que pouco óleo a untar muita engrenagem, não dá para fazer mover a máquina!...); era, novamente, a questão das escolhas.

O Prof. Bugliarello salientou os grandes progressos feitos. A formação de técnicos estava-se a revelar crucial. Era importante integrar as universidades no nosso sistema de C&T, procurando envolvê-las no esforço geral de modernização que estávamos a fazer; as universidades têm, tradicionalmente, dificuldades em fazer escolhas: Quem decide dentro da universidade? Os reitores têm poder limitado e são obrigados a promover muitos equilíbrios. Tanto a inves-

tigação fundamental como a aplicada eram importantes, mas não havia meios para impulsionar as duas simultaneamente ao nível que os seus intérpretes queriam; a primeira tinha que viver, em grande parte, dos resultados obtidos com a segunda. Encorajava-me a fundir o INIC com a JNICT, porque a duplicação de instituições era negativa (Esclareci-o que essa era decisão já tomada e em processo de execução). Criticou o carácter predominantemente teórico das teses de doutoramento que se faziam; não ficaria mal que elas tivessem uma dimensão experimental mais patente. A avaliação de tudo quanto se fizesse era um imperativo e a coordenação de problemas e de instituições numa prática que deveria ser generalizada. Impunha-se criar “massas críticas” em muito sectores; se não o fizéssemos, avançaríamos pouco. As ligações interdisciplinares eram difíceis, mas nós não poderíamos passar sem elas. Era importante definir as áreas em que a investigação era necessária; o ambiente representava uma delas. Insistia muito no desenvolvimento da gestão da produção (Sabemos hoje que estava certíssimo). Outro campo que merecia atenção eram as necessidades tecnológicas das cidades. Tornava-se importante reduzir a burocracia que parecia impregnar todos os sectores.

O terceiro avaliador, o Prof. Rothwell, começou por afirmar que Portugal tinha sido bem-sucedido em relação ao desenvolvimento de uma política de C. & T., mas que ela era pouco influenciada pelo “demand side”; logo, deveríamos fazer esforços por estimulá-lo. Nós estávamos numa corrida para a inovação e esta precisava de mais conhecimentos e da dispersão destes; mas isso não deveria ser feito de graça. Os mecanismos de inovação destinados às PME eram difíceis; só poderiam resultar através de um esforço vigoroso da publicidade; o processo de inovação assentava essencialmente num processo de criação de redes. Achava que as redes informais eram mais eficazes do que as formais. Era preciso estimular a procura de novos conhecimentos. Manifestava dúvidas acerca da investigação demasiado académica; precisávamos de um sentido de aplicação mais generalizado. E de muita informação! O PEDIP manifestava-se com grande potencial, mas havia uma visível falta de capacidade de investigação dentro das próprias empresas. As coisas haviam mudado muito e rapidamente, mas nós não tínhamos capacidade para alterar comportamentos ao mesmo ritmo. A mudança cultural só se produz

a longo prazo. É preciso ser paciente em relação às mesmas, nomeadamente as que respeitam ao desenvolvimento tecnológico.

Depois destas três longas exposições falaram muitos dos presentes; Professores João Caraça, Moreira de Araújo, António Xavier, Abílio Ferreira da Silva, Miguel Mota, Mariano Gago, Alexandre Quintanilha e Eng.<sup>o</sup> João Bau. Já haviam falado na véspera os Professores Cruz e Silva, Arantes e Oliveira, Manuel Carrondo e Eng.<sup>o</sup> Fernando Belo. Todos contribuíram para o esclarecimento da situação portuguesa e para os resultados do exame feito pela OCDE. Resumirei o que disseram:

A dualidade do financiamento através da JNICT e do INIC era inconveniente; já nos chegava uma dualidade entre a JNICT e os programas comunitários que teria de se manter. O financiamento nacional deveria ser articulado com o da Comunidade. Seria muito conveniente que se modificasse a natureza anual do financiamento da Investigação; por um lado deveria ser pluri-anual; por outro, muito mais pormenorizado. Mas a política de C&T. não deveria ser centralizada no Governo; o sistema lucraria se a JNICT tivesse mais autonomia. Deveria recorrer-se a avaliadores internacionais para assegurar a independência e a transparência da avaliação das candidaturas; com uma comunidade científica tão pequena como a portuguesa, todos os investigadores se conheciam uns aos outros, sabendo-se o que cada um estava a fazer; nessas condições era quase impossível assegurar uma independência de julgamento (Eu devo dizer que vinha a encorajar muito essa nova prática). A componente da educação científica no ensino secundário estava em estado “calamitoso”; deveria atender-se à mesma com urgência. A investigação industrial estava muito ligada à cultura científica e tecnológica nacional; esta não era elevada e, por isso, não se valorizava muito a primeira. O recurso a instituições privadas sem fins lucrativos para facilitar a gestão das instituições de investigação já havia sido recomendado no exame de 1984; deveria prosseguir, pelas razões invocadas. Achava-se que o “standing” dos professores portugueses era elevado de mais, em comparação, por exemplo, com o dos alemães (Eu não pensava isso, talvez por conhecer razoavelmente o meio académico alemão). Não tínhamos nenhum aferidor que nos dissesse se estávamos a formar investigadores a mais ou a menos para as necessidades do sistema; sabia-se, contudo, que era baixa a proporção de doutorandos e de doutores em relação ao número



de licenciados; achava-se que a Comunidade deveria produzir um estudo tendo em vista a definição de um patamar aconselhável. Deveria haver formação pós-doutoral; era ela que forneceria uma das chaves para a resolução do exercício de transferência tecnológica dos centros de investigação para as empresas; e seria, naturalmente, muito conveniente que se estimulasse a formação de novos doutores. Houve quem quisesse saber a opinião dos examinadores acerca do papel dos Laboratórios do Estado no nosso sistema de C&T.

Seguiu-se a última ronda de intervenções pelos examinadores, a qual começou com o Prof. Rotwell, que disse que deveria haver um apoio expressivo à formação de técnicos e mais apoio para mais instalações e equipamentos. A formação de doutores não era uma má solução, mas deveria haver equilíbrio em relação ao seu número e ao que se gastaria com isso. Por outro lado, as empresas não tinham conhecimento de que eles existiam e que poderiam contratá-los. Surpreendia-o, no entanto, que se insistisse tanto nisso, porque lhe parecia que o nível tecnológico das nossas empresas era, quando muito, médio e essas talvez necessitassem de outros apoios, mas não seguramente de investigadores de ponta (A experiência veio a mostrar que a ida de um só investigador para uma empresa pequena ou média era praticamente inconsequente; o próprio cientista, sentindo-se isolado, abandonaria a empresa a curto-prazo; tem de haver, também aqui, uma massa crítica mínima para que o contratado se sinta útil e quem contrata se veja compensado pelo que recebe em troca).

O Prof. Bugliarello esclareceu que o “supply side” também deveria ser cuidado; por isso estava de acordo com a formação de doutores; mas eles deveriam ter o sentido do que é uma empresa industrial. De qualquer forma, a necessidade de massas críticas em todos os domínios era crucial. Conviria ver explicitada uma política industrial que todos conhecessem. Havia alguns doutores portugueses a trabalhar no estrangeiro e mesmo “pós-docs”; a Grécia tinha tido um grande sucesso a levá-los de volta para o seu país; talvez isso também se viesse a passar no nosso caso. As bases de dados, as bibliotecas, as oficinas e outros meios de apoio à investigação deveriam ser, naturalmente, atendidas; nomeadamente as novas bibliotecas electrónicas.

O Prof. Maurel sublinhou a importância de fazermos escolhas, porque elas impu-  
nam-se em todos os domínios. O estado de espírito das empresas industriais de-  
veria ser mudado; de outro modo, iria haver desemprego (ou emigração) de douto-  
res. Mas esta era uma tarefa para todos, empresários, investigadores e governantes.  
Tinha que se escolher os domínios a que se daria preferência na formação avan-  
çada; não era, seguramente, promovendo a formação de arqueólogos que se mo-  
dificaria a indústria portuguesa. Mas as decisões deveriam ser tomadas numa  
perspectiva de longo prazo. Era preciso atender ao crédito para funcionamento  
das instituições já criadas ou a criar; pouco adiantava dispor de equipamento sem  
orçamento para ele funcionar. A diversificação dos sistemas de financiamento era  
aconselhável. Manifestou-se a favor da existência de soluções matriciais, nomea-  
damente para o julgamento das propostas de financiamento e também para o  
próprio financiamento.

Foram dois dias densos! Os resultados foram positivos, em relação ao caminho  
que vínhamos trilhando desde 1985, mas eu sabia que, na plateia, havia repre-  
sentantes de alguns interesses feridos e, por isso, não poderia contar com uma  
unanimidade de aplausos. Aliás, não tenho a certeza de que esta seja salutar. O  
que ficou claro foi que estávamos a trabalhar com seriedade, procurando genui-  
namente as melhores soluções num quadro muito condicionado que se reflectia  
numa dificuldade grande em dispor de mais meios num orçamento a que muitos  
concorriam com necessidades de curto-prazo muito evidentes. A partir desse  
dia, ficou-se a saber que a situação no sector da Ciência e Tecnologia, em Portu-  
gal, havia mudado. E quem o dizia era a OCDE, uma organização prestigiada que  
oito anos antes (1984) não tinha hesitado em classificar-nos mal. Afirmando-o a  
OCDE, todas as outras redes e instituições internacionais teriam conhecimento  
dos resultados da avaliação e passariam a encarar-nos como parceiros diferen-  
tes. Tinha-se dado um passo importante para a mudança da imagem. E esta con-  
ta muito, nomeadamente nos meios em que a reputação é importante para fazer  
parcerias e para integrar redes. Por isso eu atribuía tanta importância à realiza-  
ção desse exame.

\*

Havia uma directiva comunitária (86/609/CEE) sobre a criação e manutenção de animais para experiência. De repente, esse assunto passou a ter uma sensibilidade política enorme. Havia grupos de defesa da vida e bem-estar dos animais que se opunham tenazmente à prática de quaisquer ensaios ou experiências que os envolvessem. Mas, por outro lado, os investigadores em ciências médicas em particular e, de modo geral, os das bio-ciências não dispensavam esse estádio da experimentação antes de a fazerem com humanos.

Em 6 de Julho, o Reitor Meira Soares, da Universidade de Lisboa, veio comunicar-me que as três universidades de Lisboa se tinham juntado para gizar um plano de acção, neste domínio, do qual fazia parte a construção de um biotério. Haviam-se candidatado a um apoio do Programa CIENCIA. Queria sensibilizar-me para a importância e para a urgência da resolução do problema que tantas implicações teria em relação a projectos de investigação que corriam em vários laboratórios.

\*

Em 9 de Julho tive uma reunião sobre o projecto EUREKA. Tratava-se de envolver empresas e instituições de investigação numa rede europeia que havia sido constituída exactamente para assegurar a transferência de novos conhecimentos para o tecido produtivo, com o propósito de afirmar a competitividade europeia, especialmente face aos Estados-Unidos e ao Japão. Era preciso fazer com que a Europa fosse “leader” nas tecnologias de ponta, para assegurar a prosperidade das suas empresas. O Presidente François Mitterand depositava muita confiança nesta rede, nomeadamente para fins civis. Do outro lado do Atlântico, o Presidente Ronald Reagan dava o seu apoio à chamada “guerra das estrelas” que tinha o seu motor nas tecnologias militares. A organização tinha-se constituído em Paris em 1985; mas foi em Hannover que foi aprovada a sua declaração de princípios. Nela era sublinhada a importância do relançamento da investigação para estimular a competitividade; isso deveria ser feito através da cooperação entre os seus membros, mediante trocas de informação e trabalho conjunto. Haviam sido enunciadas nove áreas de atenção: biotecnologia, ambiente, “lasers”, novos mate-

riais, robótica, transportes, tecnologias da informação, tecnologias da energia e comunicações. A colaboração entre países era assegurada por coordenadores nacionais que eram apoiados por um grupo de representantes de alto nível com carácter político e ligados aos Ministérios da Ciência, da Educação, do Planeamento, da Indústria e de outras áreas que tivessem a ver com a investigação, a formação e as empresas. A rede atribuía a chancela EUREKA que distinguia a cooperação; mas não distribuía fundos; estes tinham de ser procurados noutros lados (públicos ou privados). Havia, anualmente, uma conferência dos ministros; eu assisti a várias, nomeadamente uma em Paris em que o Presidente Mitterand nos concedeu uma audiência no Eliseu onde nos expôs as suas ideias e fez recomendações várias, no sentido de todos darmos o maior apoio à iniciativa.

O EUREKA dispunha de um secretariado sediado em Bruxelas. A chancela concedida visava uma maior facilidade na concessão de apoios financeiros, por se ver reconhecida a valia da proposta. Era, assim, uma espécie de garantia que se patenteava diante dos financiadores. A rede pretendia actuar como força inovadora da indústria e da investigação europeia. A forma de participação era “bottom-up”, conservando os aderentes a responsabilidade integral do que era feito. O encadeamento lógico era: mais ideias conduzem a mais experiência, que levava a maior capacidade de produção, que abria mercados mais vastos ... Aplicava-se, particularmente, a recolher e a difundir informações sobre parceiros potenciais, procurando a formação de equipas de grandes projectos europeus.

Numa reunião em Madrid haviam sido definidas as regras a que deveria obedecer a cooperação com outros países e numa outra realizada na Haia, atendeu-se, particularmente, às relações com os países da Europa Central e Oriental; em relação a estes últimos as regras eram mais favoráveis do que as de Madrid. Para nós, o objectivo sendo o de aumentar a competitividade das nossas empresas industriais, as vantagens residiam na partilha de custos e de riscos, na associação de recursos técnicos, formando massas críticas operacionais e, especialmente, o estabelecimento de uma rede de contactos; mas obviamente, era preciso ir procurá-los para depois os mobilizar. As propostas de projecto tinham que obter a aprovação pelo secretariado.

Em princípios de Julho de 1992, havia 623 projectos anunciados, 47 concluídos, 37 retirados e 539 em curso. Estava a verificar-se, então, um crescimento no número de iniciativas. Como seria de esperar, os países que estavam envolvidos em mais projectos eram a França, a Alemanha, a Itália e o Reino Unido. Mas a Espanha figurava, nessa altura, em 29% dos projectos, o que correspondia ao que nós sabíamos, por outras vias, da aposta que estavam a fazer na internacionalização da sua indústria que os tinha levado a fazerem uma campanha “porta-a-porta” com todas as empresas que estivessem em posição de integrar a rede. Portugal participava em 7% dos projectos; havia, em 1992, 41 projectos em curso, tendo um sido já concluído; os nossos sectores preferidos eram a biotecnologia e a medicina. Os nossos parceiros, por ordem decrescente de importância eram a Espanha, a Alemanha, a França e o Reino Unido. Os apoios públicos a todos os nossos projectos haviam sido concedidos pelo Governo.

Eu insisti numa difusão de informação acerca do programa, especialmente junto das empresas; estas lideravam somente três projectos, o que eu considerava pouco; os restantes eram todos capitaneados por instituições de investigação. O Ministério da Indústria apoiava o programa. E, através do PEDIP, fomentava a investigação industrialmente orientada. Mas a estrutura da procura estava muito atomizada, imperando as empresas de pequena dimensão que, manifestamente, tinham pouca capacidade para dar sequência a projectos com alguma escala. Observava-se aqui e lá fora que os projectos liderados por pequenas empresas ficavam, muitas vezes, pelo caminho, por falta de financiamento. Era este que eu havia sido solicitado para arranjar.

As dificuldades com o EUREKA não eram muito diferentes das que eu experimentava com outros programas; o nosso tecido produtivo é formado por empresas débeis e pouco sensíveis a uma aposta na aquisição de novos conhecimentos. Em matéria de mentalidades nós hoje (2016) estamos melhor. Mas subsiste a dificuldade em concretizar a formação de redes.

\*

No dia 27 de Julho reuni o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia. Tinha havido o exame à nossa Política de Ciência feita pela OCDE, no qual quase todos os

membros do Conselho haviam participado. Mas eu queria ouvi-los mais numa perspectiva interna com vista à acção. Estavam comigo o Secretário de Estado e o Presidente da JNICT. Falaram os Professores Daniel Serrão, Luís Saldanha, Cunha Vaz, Manuel Carrondo, Renato Araújo, Borges Gouveia, João Bessa Menezes, José Augusto Seabra, João Caraça, Manuel Bravo, Manuel Collares Pereira, Diamantino Pires de Matos e os Engenheiros Braga da Cruz e José Manuel Fernandes. Referirei a linha geral do que disseram:

Os últimos dois anos haviam sido de grande “desarrumação” nas nossas universidades. Os jovens investigadores estavam apreensivos em relação à estrutura de acolhimento, quando regressassem depois do doutoramento (sempre a perspectiva garantista). Dever-se-ia tentar um esforço de normalização da investigação dentro das universidades.

Havia uma grande inquietação dentro delas acerca da passagem, para o seu seio, dos antigos centros do INIC, por causa das verbas cuja distribuição seria, então, responsabilidade da JNICT. Como é que iriam viver esses investigadores? Era preciso criar estruturas de acolhimento com um quadro de funcionamento claro. Tinha de se sossegar os investigadores.

Deveriam concentrar-se os meios somente em áreas de excelência e dar preferência a áreas economicamente competitivas, assumindo claramente a sua designação. Conviria que houvesse, em Bruxelas, uma “antena” permanente que informasse a comunidade científica sobre as oportunidades que se lhe abriam. A informação era fulcral. Havia, visivelmente, uma incapacidade de coordenação entre as nossas instituições; elas não dispunham de gestores da ciência, devidamente profissionalizados e em número suficiente (Já me referi ao depoimento da Prof.<sup>a</sup> Carmo Fonseca, vinte anos depois: no seu instituto, o papel da gestora era determinante!). Estavam de acordo com a estratégia acertada com o Ministério, mas ela não era escrupulosamente seguida em todas as instituições; havia muitos “bonzos”... Era imperativa a internacionalização das nossas universidades; a maior parte dos doutores ficava nas suas próprias universidades de licenciatura e isso não era bom, porque não “arejava” as mentes. Deveríamos atrair para trabalhar nas nossas instituições cientistas estrangeiros bons (“como quem compra futebolistas”...). Não se pode ter, em Portugal, cinquenta centros de investigação;

têm de ser muito menos! E eles devem aprender a contactar com o tecido produtivo. Alguns temiam a “invasão” do mundo académico pelos 2.600 bolseiros que estavam em formação (Mas essa havia sido uma das intenções: formá-los em abundância e deixar que se processasse a selecção). O CIENCIA II, que iria começar em breve, deveria fomentar um aumento da procura de actividades de I & D; a documentação que chegava aos empresários não estava adaptada às condições das empresas; deveriam ser reforçadas as tecnologias da produção, porque não chegava ao país crescer somente no terciário, como se estava a assistir; era preciso dar muita atenção às actividades produtivas em geral e ao secundário, em particular. Seria bom que muitos dos investigadores fizessem estágios dentro das empresas para tomarem contacto com o ambiente que nelas se vivia. Apoiavam a decisão de formar pessoas em planeamento e gestão de C.& T.. Mas era preciso começar cedo na construção de um espírito científico nos jovens. Dever-se-ia, especialmente, estimular o desenvolvimento de um espírito pró-activo. A documentação distribuída no âmbito dos programas CIENCIA e STRIDE estava muito orientada para as universidades; dever-se-ia alargar o seu escopo, para abranger as empresas. As instituições universitárias estavam a prosseguir uma política fechada; havia, de facto, uma barreira psicológica entre a Universidade e a Indústria (O mundo está hoje – 2016 – muito mais descontraído; já fiz referência, nestas memórias, à facilidade de movimento que tenho testemunhado, dentro de algumas empresas, de investigadores que lá vão resolver problemas e buscar inspiração para os trabalhos dos seus formandos). Havia quem não acreditasse na possibilidade de se vir a promover a internacionalização das nossas instituições de investigação por via da colaboração com empresas multinacionais; deveria começar-se por dentro. Não se podia generalizar uma só opinião sobre o funcionamento do CIENCIA em todos os seus programas; havia uns que funcionavam bem, outros mal e outros “assim-assim”; era preciso fazer uma crítica um por um, com as consequentes adaptações. Teria de se dar atenção à criação de oficinas, biotérios, bibliotecas e a todos os meios auxiliares de investigação e, naturalmente, ao pessoal que havia de guarnecer todas essas unidades; de outro modo, o equipamento recentemente adquirido, não seria adequadamente mantido e perder-se-ia uma boa parte do investimento feito. A vinda dos pós-graduados, investigadores

já feitos, só poderia dar bons resultados. Deveria ocupar-se algum tempo a pensar no modelo dos centros que iriam ser transferidos ou criados; havia quem dissesse que não seria bom deixar isso à autonomia das universidades; elas não tinham meios para o fazer de modo coordenado; havia centros do INIC que deveriam ser extintos, sem hesitação; mas também havia outros que mereciam ser preservados e apoiados; era preciso fazer uma análise para os distinguir, agindo em conformidade com os resultados da observação. Impunha-se, por isso, que houvesse uma avaliação geral desses centros; a sua integração não poderia ser feita por via administrativa; pressupunha uma avaliação rigorosa. Havia-se instalado na comunidade científica alguma dispersão, tendo alguns dos seus membros perdido a serenidade, passando o seu tempo correndo de uma candidatura para outra aos programas comunitários e nacionais que haviam sido abertos; deveria haver, no seio do JNICT, uma unidade de informação que fizesse a triagem daquilo que seria mais adequado e que orientasse os investigadores; talvez, também, a nova Agência de Inovação pudesse gerir essa informação e orientá-la para onde ela pudesse ser mais útil; mas deveria haver “agências intermédias” que, seleccionando a informação e orientando a sua difusão, pudessem poupar tempo aos potenciais candidatos, evitando o frenesim em que, visivelmente, andavam à procura de apoios para a concretização dos seus projectos.

Havia um apoio generalizado em relação à formação de gestores de ciência; mas isso foi complementado com sugestões para as universidades criarem serviços próprios nessa área. Um dos presentes queixou-se de que, em Portugal, não havia um espírito de comunidade científica; mais cedo ou mais tarde seríamos confrontados com problemas humanos quando o principal residia na organização, na estruturação e no planeamento da actividade dessa própria comunidade. Era preciso dar mais relevo à investigação nas ciências humanas e sociais; nomeadamente através de uma “fertilização cruzada” entre as ciências e as tecnologias e a informação. A internacionalização representava um imperativo. Mas o mais importante respeitava à mudança de mentalidades que era preciso operar na comunidade científica, vencendo a sua propensão para o pessimismo, sem cair num “optimismo beato” que também não conduzia a nada. No fundo o que se pretendia era ver emergir uma comunidade científica com auto-confiança no papel que de-



sempenhava ou podia desempenhar. A mobilização para a acção era uma tarefa que deveria ser desenvolvida no âmbito do CIENCIA II; mas este era unicamente um instrumento de natureza financeira que teria de ser complementado por acções de outra natureza para se poder extrair dele todas as virtualidades. O mais difícil eram os aspectos institucionais; nessa ocasião haveria 12.000 a 14.000 pessoas a trabalhar em I & D; teria de se duplicar esse número para poder dar o “salto” que se impunha; em quanto tempo? Onde colocá-las? (A minha dúvida era que devesse ser o Ministério a assumir esse encargo. Eu preferia deixar a “procura” funcionar ou, então, a “oferta” impor-se. Mas eu considerava arriscado que o ministro e os seus assessores, no “alto-entender” que teriam da situação, pudessem orientar, a partir de cima, os investigadores e a investigação para um lado ou para o outro. Parecia-me isso demasiadamente dirigista...). Punha-se a pergunta: Quantas novas instituições deveríamos criar? E em que domínios? Considerava-se que não seriam as “velhas instituições” a responder a todas as nossas necessidades. Aconselharam-me a criar dispositivos para valorizar economicamente os resultados obtidos nos projectos apoiados no âmbito do CIENCIA I. Dever-se-ia definir um conjunto de condições para contratar equipas estrangeiras para trabalhar connosco. Recomendaram-me que se fizesse uma avaliação independente do trabalho desenvolvido pelos 120 (!) centros do INIC ainda existentes; se alguns deles estavam numa “modorra” improdutiva, havia bastantes que eram susceptíveis de uma activação potencialmente bem-sucedida; mas isso deveria ser apreciado por juízes imparciais, eventualmente estrangeiros. Compreendiam a minha insistência na avaliação sistemática do que se fazia, mas alertaram-me para a impreparação das universidades para o fazerem; eu deveria curar, antes disso, de assegurar que elas tivessem meios para compreender o que isso significava e para proporcionar os instrumentos de formação necessários a que tal passasse a constituir uma tarefa normal, quase uma rotina. Não adiantava deixar perdurar o clima de acusações mútuas que trocavam as universidades e as empresas (Eu estava de acordo). As Ciências e Tecnologias do Mar deveriam merecer a maior atenção, nomeadamente por ele ser o nosso recurso mais visível e, presumivelmente, com mais futuro; dispúnhamos de meios navais escassos para levar a cabo um grande esforço nesse campo; era aconselhável a construção ou a com-

pra de um novo navio oceanográfico, dotado com o equipamento mais moderno. A colaboração com os PALOP representava um vector estratégico que não poderia ser negligenciado. Havia um acordo generalizado em relação à formação de técnicos que assegurassem a operação e a manutenção do equipamento que estava a ser adquirido no âmbito dos projectos apoiados. A realização de numerosos actos de divulgação da Ciência daria, seguramente, bons resultados; entre eles estavam as semanas de C&T das diversas instituições, os programas adequados na televisão, a criação de exposições permanentes, etc. Nós estávamos a falar em criar novas instituições, mas deveríamos, também, contemplar o encerramento daquelas que estavam desvitalizadas por quaisquer razões e que já não fossem capazes de reencontrar um novo caminho produtivo.

Depositavam esperanças no trabalho das instituições privadas sem fins lucrativos que, por não estarem presas às regras da contabilidade pública, poderiam ser muito ágeis na gestão dos recursos de que dispunham. De um modo geral, entendiam que os sectores escolhidos para beneficiarem de apoio, no âmbito do CIENCIA I, haviam sido correctos. Deveríamos atender, particularmente, aos meios de cálculo de que dispunham as diversas unidades de investigação; algumas não eram suficientemente robustas, neste particular. As chamadas “instituições de interface” estavam muito atomizadas; era preciso avaliá-las e robustecê-las. Deveria haver observatórios regionais das actividades de C&T porque não havia um conhecimento generalizado nem das necessidades, nem das potencialidades existentes.

Na mesma reunião aproveitou-se estarem juntos tantos conhecedores do sistema para pôr à discussão uma primeira versão do Plano Pluri-anual das Actividades de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico. O Secretário de Estado havia coordenado com a JNICT a elaboração de um documento que tinha sido previamente enviado a todos os membros do Conselho. Ele já havia sido objecto de acertos internos; era, agora, ocasião para recolher alguns pareceres externos. Intervieram os Eng.ºs Oliveira Pedro, Manuel Barradas e Gonçalves Henriques, o Comandante Pires de Matos, o Dr. Mário de Abreu, o Almirante Cruz Júnior, os Profs. Renato Araújo, Aloísio Coelho, Cruz e Silva, Manuel Carrondo, Daniel Serão, José Augusto Seabra e Cunha Vaz. O tom geral foi de aprazimento com o documento apresentado, mas houve, também, alguns reparos:

Não se falava no domínio da Engenharia Civil e ele era um dos que mais potencialidades apresentava para Portugal. Deveria desenvolver-se mais a estratégia de internacionalização; era um campo no qual os instrumentos se mostravam variados; conviria discutir mais os que nos convinham para estar em posição de definir uma estratégia. Seria bom que conseguíssemos atrair, para se fixarem em Portugal, laboratórios de algumas empresas multinacionais; isso traria bons investidores de fora e faria contratar alguns cá dentro. A Defesa Nacional representava, também, um domínio de investigação importante. Deveria dar-se mais atenção ao programa “Science for Stability” da NATO que já ia na sua III edição; os anteriores haviam-se concentrado em poucos projectos e isso era bom; deveria evitar-se a tendência para a pulverização que era capaz de contentar mais investigadores, mas não conduzia a resultados práticos consistentes. Deveria dar-se mais atenção à divulgação do EUREKA, nomeadamente na informação acerca das suas regras; as entidades portuguesas estavam a experimentar dificuldades no acesso aos seus arranjos e parcerias. Era preciso aproveitar a experiência existente no Ministério da Defesa Nacional, no domínio da investigação realizada no quadro de redes internacionais, porque ele havia sido pioneiro no sector, não nos convindo desaproveitar os numerosos contactos que tinham sido estabelecidos, através de muitos projectos; a internacionalização dos sistemas no âmbito da Defesa representava um abrir-de-portas para o exterior que seria bom para muitos sectores. A participação de Portugal na ESA tinha de ser tornada efectiva (Para isso havíamos entrado e por isso eu insistia tanto na nossa inserção em redes internacionais). Todos os esforços para assegurar maior coordenação em relação aos programas comunitários seriam bem-vindos, porque eles eram muitos e a tendência mostrava-se sempre para funcionar isoladamente quando o mais acertado é procurar sinergias. Deveríamos dar mais atenção aos Laboratórios do Estado; entre eles havia alguns que eram, de facto, bons; deveriam ser chamados a envolver-se mais. Na investigação agrária, era certo que seriam os fundos públicos a suportar o maior esforço; a contribuição das empresas seria insignificante; por isso se punha o caso do desbloqueamento dos quadros do pessoal das estações agrárias e dos Laboratórios do Estado; queriam, para isso, o meu empenhamento pessoal. A difusão dos conhecimentos deveria merecer uma

atenção especial. A internacionalização era tida como a pedra-de-toque do nosso desenvolvimento científico; sem ela, ficaríamos anos a marcar passo. Para isso poderíamos aceitar a contratação por outros de cientistas portugueses ou ambicionar a liderança de projectos para os quais nos sentíssemos preparados para assumir; tudo dependia das circunstâncias; o importante é que nos inseríssemos em redes internacionais. A difusão dos programas comunitários deveria merecer a maior atenção; não deveríamos retransmitir somente o que nos chegava de Bruxelas; conviria que acrescentássemos algo mais que tornasse a informação mais clara e, especialmente, mais apelativa. Tudo isso contribuiria para a almejada mudança de mentalidades.

Todas estas notas eram objecto de sessões de trabalho posteriores entre mim e o Secretário de Estado, algumas vezes em reuniões alargadas a alguns membros da Administração do sector.

\*

Em 28 de Julho recebi o Prof.<sup>o</sup> Luís Saldanha, um modelo de investigador e de homem de ciência, culto e sempre disponível. Morreu muito cedo! O País perdeu muito com o seu desaparecimento quase repentino. Eu tinha por ele grande estima. Veio para me falar da criação do IMAR no qual estavam envolvidos o Instituto do Mar e o Institute of Marine Research nela participando, ainda: a Universidade do Porto (Faculdade de Ciências e Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar); a Universidade de Coimbra (Faculdade de Ciências e Tecnologia); a Universidade de Lisboa (Faculdade de Ciências e Instituto Superior Técnico) e a Universidade Nova de Lisboa; as Universidades de Évora, Algarve, Açores e Madeira (neste caso com o Museu Municipal do Funchal); o Instituto de Psicologia Aplicada (na sua vertente de Etologia Animal) e o Parque das Berlengas. A rede era impressionante e ele tinha capacidade manifesta para a coordenar. Já tinham um projecto apoiado pelo programa comunitário MAST (Marine Science & Technology). As coisas não haviam corrido tão bem no âmbito do CIENCIA I; só viram aprovado metade do montante a que se tinham candidatado (Dei-lhe os parabéns, mas ele respondeu-me com um sorriso triste...).

Vinha ver-me na sequência da reunião que tivéramos na véspera. Queria sensibilizar-me para a importância absoluta de dispormos de um novo navio oceanográfico. O navio de que dispúnhamos, do Instituto Hidrográfico, estava velho e desactualizado; passava mais tempo em reparação do que no mar; mas dispunha de tripulação e de algum equipamento bom. Mas não desempenhava as suas funções cabalmente... Perguntei-lhe de quanto estaríamos a falar. Se fosse construído em Portugal e respondesse aos mínimos exigidos seriam 350.000 contos; mas para ser bom de verdade orçaria pelo milhão de contos. Fiquei surpreendido quando soube que não se deveria contar com mais de quinze anos para a vida útil de uma tal embarcação.

Prometi ser defensor da causa junto do Ministro da Defesa Nacional, sabendo muito bem que a resposta me seria devolvida. Teria de ser eu a encontrar o dinheiro; as prioridades da Defesa eram outras... As minhas suspeitas confirmaram-se.

\*

O Primeiro-Ministro havia-me indicado que gostaria que eu fizesse uma circunstanciada exposição sobre as actividades de C&T em Portugal. Ele tinha acompanhado, por meu intermédio, o exame feito ao sector pela OCDE e queria que todos soubessem como se ia avançando. Não sei se a escolha do dia 3 de Julho foi feita ao acaso ou se visou compensar-me pela contrariedade que eu iria ter nesse mesmo Conselho, no qual se decidira a localização da segunda travessia do Tejo em Lisboa que, já se sabia, não seria a solução que eu propunha. Refiro-me a isto noutra local destas memórias. O sentido de disciplina obrigou-me a fazer tudo como se não tivesse tido nenhum desagrado em relação ao ponto anterior da agenda. A verdade é que este representou um sapo duro de engolir, sobretudo pela maneira como decorreu o processo da tomada de decisão. Quando alguém estudar o tema com a perspectiva histórica a apaziguar as posições de então, verificará que, realmente, se perdeu uma grande oportunidade para construir uma cidade nova e coesa e atenuar as diferenças existentes entre as duas partes do aglomerado metropolitano. Havia ali uma barreira de qualquer natureza que o Primeiro-Ministro não quis ou não pôde vencer.

Na sequência do que eu expus, o Ministro da Indústria sublinhou a importância do papel potencial das instituições privadas sem fins lucrativos por ser a procura de C&T, muito atomizada em Portugal. Defendeu a prioridade que se deveria conceder às tecnologias do Ambiente e informou que, a partir de 1987, o seu ministério só financiava as empresas; eram estas que contratavam com as instituições de C&T o apoio de que precisavam. Referiu-se à boa colaboração existente entre os dois ministérios no âmbito do BRITE/EURAM e do ESPRIT. Nessa altura (1992) já havia algumas PME dentro do sistema de C&T, mas, acrescentou, é preciso levá-las a trabalhar em rede. O papel dos centros tecnológicos estava a revelar-se muito útil; sublinhou, particularmente, o caso do CATIM (Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica). O impulso dado pelos fundos estruturais já se estava a notar. Mas subsistia a questão dos Laboratórios do Estado que tinham um “comportamento” demasiado sectorial ou não sabiam, ainda, estabelecer pontes com outras instituições científicas.

O Ministro da Educação reclamou mais apoio para as Universidades. O Primeiro-Ministro constatou que se havia feito, ao longo dos últimos anos um grande esforço de modernização no sector da Ciência e Tecnologia. Concordava que os Laboratórios do Estado reclamavam uma revisão profunda. Recomendou que os centros tecnológicos fossem muito acompanhados, nomeadamente na sua gestão. Compreendia a importância do papel das ISSFL e a necessidade de autonomia na gestão das instituições de investigação. Concluiu dizendo que havíamos avançado muito em matéria de coordenação do sector e quanto à rentabilização dos meios aplicados; via grandes benefícios nas reuniões que eu coordenava, envolvendo os Ministros da Indústria, da Educação, da Agricultura e do Mar, a respeito da Ciência e Tecnologia. Noutras circunstâncias eu teria saído do Conselho de Ministros muito satisfeito. Todavia, o ponto anterior da agenda tinha representado o epílogo de um processo que me havia desgostado profundamente. Nunca mais falei desse assunto com os protagonistas do caso. Mas não esqueci!

\*

Em 30 de Julho teve lugar a assinatura da constituição da Taguspark – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa. O



FIG. Evento de lançamento das Infraestruturas do Taguspark, 1993.

discurso que então proferi está publicado (Discursos VII); por isso não o reproduzo. Foi um momento importante para o sector da Ciência e, também, para o do Ordenamento do Território.

\*

O caso das pegadas de dinossauros na CREL continuava a despertar grandes paixões na opinião pública. Hoje, ninguém lhes liga!... O Secretário de Estado já havia recebido o Prof. Galopim de Carvalho, grande lutador pela preservação. Decidimos formar uma pequena comissão para a definição do caminho a seguir. Ela faziam parte o próprio Secretário de Estado, o Presidente da BRISA (o Eng. Frederico Monteiro da Silva, um homem muito construtivo e de trato impecável) e um “wise man” escolhido por mútuo acordo entre os dois. Assim foi conduzido o processo de decisão que, como se sabe, culminou com a construção de um túnel e de um pequeno espaço museológico. O Prof. Galopim de Carvalho não desfalecia na exposição das suas razões!...

\*

Uma das instituições que era importante lançar, com vista ao apoio dos trabalhos de investigação era o que chamámos, na ocasião, o Centro Nacional de Difusão de Informação e Documentação Científica e Técnica. O modelo europeu, neste campo, tinha sido desenvolvido no seio da British Library e dava pelo nome de National Lending Library. Era evidente que fazia muito mais do que o que estava no seu título. Dei indicações para se prosseguir com os contactos que já haviam sido estabelecidos com os seus responsáveis e para atribuir os custos ao programa STRIDE, a cujos propósitos gerais respondia. Estabelecemos que deveria haver lugar ao pagamento de taxas moderadoras; se as não houvesse os utentes não seriam moderados... e passar-se-ia a gastar sem freio...

\*

A questão dos biotérios voltou à baila. Se não os construíssemos ou modernizássemos, de acordo com a legislação comunitária vigente, todos eles seriam encerrados. Havia já uma directiva comunitária que deveria ser escrupulosamente aplicada. Havia três valências nos biotérios: i) para os pequenos animais (ratos e



similares); ii) para os médios animais (cães e gatos) e iii) para os grandes animais (ovelhas, porcos, bois e cavalos). Deveríamos adoptar a directiva comunitária através de uma portaria de execução. Isso implicava o registo nacional dos cientistas que trabalhavam com animais e dos próprios animais.

Havia um biotério na Ajuda, para apoio das universidades de Lisboa. As suas condições de operação eram menos do que sofríveis. Reclamava mais de 750.000 contos para ser reabilitado. Era importante que as obras fossem realizadas rapidamente; pois se o não fossem haveria algumas linhas de investigação que teriam de ser encerradas. Para complicar as coisas, havia biotérios de produção e biotérios de manutenção. Pedi para o Secretário de Estado consultar o Prof. Alexandre Ribeiro, Presidente da Sociedade Portuguesa de Farmacologia, considerado um perito na matéria. Como tínhamos mesmo de produzir legislação e de realizar obras, o melhor era que tudo fosse bem feito!

Eu conhecia de perto o canil da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, onde um amigo meu tinha os animais que lhe permitiam investigar para a sua tese de douramento. Como ele estava completamente obcecado pelo que fazia, não descansava enquanto não levava os amigos a visitar os cães que ele tratava pelo nome, com o maior respeito e com quem “conversava”. Por isso, eu compreendia bem as questões levantadas pela realização de biotérios e sua regulamentação.

\*

A minha preocupação para a criação de redes não respeitava apenas às ligações com o exterior. Internamente nós deveríamos, também, procurar aproveitar todas as competências de que dispúnhamos para nos robustecermos. Era o caso de um projecto da Universidade dos Açores, no campo das mudanças climáticas, onde havia somente um investigador que, além da pesquisa, tinha de assegurar as aulas de algumas disciplinas. Recomendei que fizessem uma proposta conjunta com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, onde havia alguns especialistas e que procurassem a colaboração do Prof. Pinto Peixoto, da Faculdade de Ciências de Lisboa e que dava aulas, nessa matéria, numa universidade norte-americana. Aquilo que hoje se designa, correntemente, por “networking” não é uma actividade que, em Portugal, se faça sem esforço. Somos muito individualistas!

\*

Em Conselho de Ministros do dia 1 de Outubro e no âmbito da preparação do Orçamento de Estado para 1993 ficou decidido que as quotas pagas aos diferentes organismos internacionais a que Portugal pertencia seriam suportadas pelos ministérios de tutela respectivos. Ao Ministério do Planeamento e Administração do Território caberiam todas aquelas que respeitavam às instituições de Ciência e Tecnologia. Era uma grande fatia do nosso orçamento que eu não “chorava”. O que me importava era aproveitar bem as oportunidades que isso nos poderia abrir. Tinha de ser aí que nos deveríamos aplicar, através da realização de estágios, da participação em projectos comuns, da frequência de seminários e simpósios, enfim, da inserção no grande mundo da produção científica europeia.

\*

Em 7 de Outubro soube que o Conselho dos Ministros da Ciência a realizar brevemente no Luxemburgo iria proceder a uma avaliação dos resultados do 2.º Programa-quadro, procurar reduzir os desfasamentos do 3.º Programa-quadro e ouvir uma apresentação, pela Comissão, da proposta do 4.º Programa-quadro. Isso significava que o Reino Unido se havia entendido com a Alemanha para “limpar” o passado e fazer face ao futuro com determinação. Eram boas notícias. Mas a presidência (UK) queria que a atenção se focasse na investigação sobre tecnologias genéricas. Não tínhamos nada a opor. A bioética voltaria a ser discutida. E a cooperação com os países da Europa de Leste teria de levar um novo impulso; não seria com os meios até então disponíveis que se poderia fazer alguma coisa com expressão.

\*

No dia 12 de Outubro teve lugar no Luxemburgo um Conselho de Ministros da Ciência. Eu estava interessado em instalar nos Açores, uma estação que permitisse inserir a região na rede do “Global Change” que investigava as mudanças climáticas e suas causas. Tinha-me assegurado, antes, que a Universidade se disponibilizava para colaborar. Mas antes de pôr o problema ao Comissário verifiquei, ao nível dos funcionários responsáveis, que isso não punha nenhuma espécie de obstáculos. Eu mantinha relações cordiais com o Prof. Fasella e, especialmente, com o Dr. Contzen, um belga com uma larga experiência e muito competente;

logo ficou aprazado que isso seria apresentado numa reunião que haveria, para o efeito, no dia 2 de Dezembro seguinte.

\*

O Conselho ocupou-se muito da avaliação e das re-avaliações do 2.º Programa-quadro e, especialmente, do Terceiro, o qual não tinha sido, realmente, um modelo de execução. Talvez pudesse haver um complemento de meios para assegurar a continuidade de alguns projectos. Mas tinha que se proceder a uma simplificação dos procedimentos. O montante em causa deveria ser negociado; havia uma proposta de 1.600 MECU feita pelo Vice-presidente Pandolfi; em princípio aceitaríamos a proposta, inclinando-nos por uma distribuição proporcional à que havia nos diversos programas que integravam o Programa-quadro; isto era muito mais para evitar reacender uma discussão sobre a distribuição das verbas do que por outra razão qualquer... Já toda a gente estava focada no 4.º Programa-quadro. Queríamos pôr um remate aos anteriores, o mais cedo possível; por isso não púnhamos em causa o equilíbrio que havia sido conseguido. Numa coisa insistíamos, porém: ninguém queria hipotecar, com esse fecho, as perspectivas financeiras do 4.º Programa-quadro.

As únicas resistências levantadas vieram do Reino Unido, invocando restrições orçamentais. Contudo, o que queriam todos os outros era pôr um ponto final num Programa que não deixava grandes saudades.

O Vice-presidente disse que a Comissão não tinha dificuldade em aderir à proporcionalidade da distribuição; pedia, no entanto, abertura para conceder um apoio um pouco maior do que o proporcional ao sector das energias renováveis. Ninguém se opôs.

\*

No dia 30 de Outubro fui com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia à Comissão Parlamentar da Educação para discutir a parte deste sector contida nas Grandes Opções do Plano. Como era hábito comecei eu por fazer uma exposição de enquadramento. Dei particular atenção ao que se estava a passar no âmbito do programa CIENCIA e à preocupação que tínhamos em consolidar todos os investimen-

tos que haviam sido feitos. Enumerei as vantagens da criação de redes e da formação de instituições multi-polares que iam um tanto ao arrepio da nossa tendência natural que preferia rivalizar em vez de cooperar. Disse-lhes da minha preocupação quanto à rentabilização dos investimentos feitos e da minha aversão à duplicação de equipamentos. Antevendo observações a esse respeito referi que procurava evitar que fossem criadas situações de ruptura, nomeadamente por falta de meios. Mas as coisas estavam a correr normalmente; tinha sido lançado um novo concurso para bolsas de doutoramento, cuja vigência se iria estender para além do I Quadro Comunitário de Apoio. Reafirmei a minha convicção de que a nossa prioridade deveria continuar a ir para a formação de investigadores, tendo em vista robustecer a nossa comunidade científica; sem recursos humanos altamente preparados não iríamos a nenhum lugar. Referi-me aos programas comunitários a que tínhamos acesso e disse-lhes que a Agência de Inovação seria constituída, em sociedade, até ao final do ano. E, como tinha distribuído alguns quadros com informação quantitativa, comentei as tendências gerais da evolução que deles se poderia extrair.

Falaram, sucessivamente, os Deputados Pedro Roseta, Carlos Lélis, Fernando de Sousa, Aristides Teixeira, Marques da Silva, Pereira Marques e Carlos Coelho. Alguns bisaram e um deles manifestou-se a favor da internacionalização do nosso sistema científico e da vantagem em estabelecer relações bilaterais, além das comunitárias. As ligações com os PALOP também eram importantes.

Um outro chamou a atenção para uma certa agitação em que vivia a nossa comunidade científica, nomeadamente por causa da concessão das bolsas a que eu me havia referido; como encarava eu essa intranquilidade? O decreto da extinção do INIC iria ser objecto de um pedido de ratificação pela Assembleia; como reagia eu a isso (Com tranquilidade, naturalmente). Tinha que se estabelecer uma ligação entre o ordenamento do território e a malha das instituições científicas; se o não fizéssemos, iria haver mais disparidades espaciais. Recomendou-me que procurasse sistematicamente que as nossas instituições entrassem em programas europeus. Houve quem achasse que a Assembleia não dispunha de informação suficiente... Eu deveria mandar mais dados! Eu havia dito que os programas CIENCIA e STRIDE estavam a correr bem; mas quão bem? Queria números. Estávamos a dar muitas bolsas; garantiríamos a integração de todos os bolseiros nas institui-

ções existentes? (Era evidente que não, mas, nessa ocasião, ainda havia a ideia de que isso deveria acontecer!). Estavam em curso avaliações àqueles programas? Quando é que eu comunicaria os seus resultados à Assembleia? Todos os centros do extinto INIC iriam passar para as universidades; onde é que estavam indicadas as verbas que assegurariam a sua continuidade? (Não estavam, porque a sua continuidade não seria assegurada...). Estava eu a acompanhar a execução dos programas comunitários deste sector em outros países, nomeadamente em Espanha? E que conclusões tinha tirado desses estudos comparados? A despesa não estava a crescer! O valor de 7,2% que havia sido indicado não significava nenhum crescimento expressivo; tinha que ser muito mais!... E no âmbito da JNICT, quanto é que estava destinado para apoiar as ciências humanas?

Um Deputado quis saber se o número de projectos, no Programa EUREKA tinha crescido. E o dos contratos-programa com as universidades? E com os institutos politécnicos? O que pensava eu fazer para aumentar a participação destes últimos? E a área da investigação da Defesa? Interessávamo-nos por ela ou não? Recomendou que fossem feitas visitas aos PALOP. Eu havia enviado um relatório sobre as nossas acções com Cabo-Verde; tinham elas tido sequência?

Para um outro, a preocupação ia para a falta de descontos para a Segurança Social dos bolseiros, como os “demais” funcionários. (Tive de lhe lembrar que a maior parte dos bolseiros não eram funcionários públicos!).

O INIC vinha à baila, uma vez e outra. A comunidade científica continuava a manifestar-se a esse respeito. O que é que eu tinha a dizer para a tranquilizar? (Nada, obviamente). E que balanço fazia eu acerca da extinção do INIC? A investigação na área das ciências sociais e humanas era muito importante; o que estava eu a prever para garantir que havia meios suficientes para a dinamizar?

Havia necessidade de atender mais à investigação feita por iniciativa ou no seio das empresas. O que é que eu estava a fazer nesse sentido? Um outro discordou que ela devesse ser apoiada por fundos públicos. Como já disse algumas vezes: os Deputados não se articulam suficientemente uns com os outros, dentro do mesmo partido, para estas discussões serem úteis. Elas tendem a reduzir-se ao cumprimento de um ritual sem grandes consequências. Ou, de outra forma, são oportunidades perdidas!...

\*

No dia 4 de Novembro veio a Portugal o novo Ministro-Presidente do Baden-Württemberg, Erwin Teufel, que prolongava, desse modo, as boas relações que tinham sido estabelecidas com o seu antecessor. Falámos sobre os domínios que eu queria ver reforçados na nossa cooperação com o seu Lãnder. Eu gostaria de ver fortalecida a presença de cientistas alemães nos nossos parques de Ciência e Tecnologia. Ficou combinada a ida de uma pequena delegação organizada e chefiada pela Agência de Inovação, com o propósito de procurar parceiros e entabular contactos com eles. Também nos interessava a vinda de empresas; ficou combinado que ele faria um contacto exploratório com a Câmara de Comércio em Stuttgart.

A investigação tropical interessava-lhes e eles sabiam das nossas possibilidades de cooperação nesse campo que, então, ainda podiam mobilizar agentes com experiência de campo muito relevante. Os interlocutores seriam a Universidade de Hohenheim que tinha experiência na Índia e o Hospital de Doenças Tropicais de Tübingen. Iria uma missão à Alemanha, formada por representantes do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Hospital Egas Moniz.

O objectivo era sempre o mesmo: quebrar o isolamento dos investigadores portugueses e estimular as relações de trabalho com centros de excelência europeus com os quais pudessem estabelecer relações profícuas, valorizando-se, ao mesmo tempo que projectassem as competências que eles próprios haviam adquirido.

\*

O Ministro da Ciência da Suécia veio retribuir a visita que eu tinha feito ao seu país nos dias 9 e 10 de Novembro. Antes de nos sentarmos para trocar impressões levei-o ao INESC, ao Instituto Gulbenkian de Ciência e ao CTQB para ele ter uma ideia de como trabalhavam as instituições de investigação científica em Portugal. Devo dizer que ficou muito bem impressionado, como era minha intenção que ficasse.

No segundo dia comecei por lhe fazer uma exposição genérica sobre o nosso sistema científico e sobre os objectivos que queríamos alcançar. No caso especial da Suécia, o que me interessava era fortalecer as relações entre as instituições portuguesas e as suecas; nessa ocasião, o seu país ainda não era membro da Comunidade Europeia, mas viria a sê-lo, a breve trecho. Eu pretendia que, para além

da participação em acções do Programa-quadro, nós reforçássemos as nossas relações bilaterais com universidades, centros de investigação e empresas suecas para saltar alguns passos na nossa evolução. Eu conhecia alguns dos centros de ciência e universidades suecas e sabia do alto nível em que trabalhavam. Ora, nós só aprendemos com quem está mais avançado do que nós; por isso eu queria tanto a celebração de parcerias com as instituições suecas.

Na resposta à minha apresentação, o ministro disse que já tínhamos passado a fase dos protocolos. Sabíamos ambos quem o outro era e o que representava. Tinha chegado o tempo do “business” celebrado entre instituições. Daria instruções à National Swedish Research Society para identificar os organismos suecos que poderiam ser nossos parceiros. Na sequência do que havíamos conversado na véspera, um dos “pares” poderia ser constituído pelo Instituto Gulbenkian de Ciência e pelo Karolinska Institute que, além do mais, dispunham de um alto quadro que havia sido ou era investigador em ambas. No campo da biologia e da biotecnologia deveríamos dar sequência à nossa combinação antiga. No domínio das tecnologias de informação havia um University College com uma experiência interessante em matéria de “software”; seria bom que déssemos sequência através dele. As universidades suecas que lhe pareciam mais adequadas para se ligarem com as nossas seriam a de Estocolmo e a de Gotemburgo, ambas com departamentos técnicos muito desenvolvidos.

Falámos, naturalmente, da sua próxima adesão à Comunidade Europeia. Ele estava informado relativamente a tudo o que o esperava, nomeadamente acerca do 4.º Programa-quadro, porque tinham em Bruxelas um “attaché” encarregado do domínio da “higher education and research”; por isso, a sua entrada no grupo não lhe traria novidades que já não soubesse.

Eu mantinha o interesse numa colaboração no campo da arqueologia. Havia ficado com a ideia de que o anterior monarca (avô do actual) tinha como “hobby” a arqueologia, sendo muito respeitado pelos conhecimentos que possuía na matéria; passava férias no Mediterrâneo a escavar sítios antigos e a contribuir para o avanço dos conhecimentos. Ora a nós não nos faltam “sítios” das mais diversas épocas. É preciso estudá-los a todos com rigor. Eu sabia que a arqueologia era um ramo do saber estimado entre os Suecos. Ele ficou de pensar no que haveria de me propor nesta matéria.

No campo dos conhecimentos úteis para as zonas tropicais – saúde, agricultura e outros domínios – ele falou-me nas relações de colaboração que mantinham com Moçambique. Eu falei-lhe nas potencialidades do nosso Instituto de Investigação Científica Tropical e do Hospital Egas Moniz. Eles estavam em fase de avaliação dos projectos. Agradeceu a nossa disponibilidade.

Disse-lhe das minhas dificuldades em chegar a um tecido produtivo absolutamente dominado por pequenas e médias empresas. Isso não era novo para ele. Referiu-se a uma associação de PME na Suécia que tinha assento na sua Federação das Indústrias mas esta não era a área dele.

Ele partiu com a certeza de que em Portugal havia parceiros interessantes para os seus investigadores e que existia a vontade do ministro português de estreitar laços entre as duas comunidades científicas. Mas nós os dois só poderíamos abrir portas; quem teria de as franquear seriam os próprios investigadores.

\*

Em 11 de Outubro tive um longo despacho com o Secretário de Estado da Ciência. Iríamos começar com a Agência de Inovação, adoptando a fórmula jurídica de sociedade provisória; era urgente encontrar para ela umas instalações. Havíamos trabalhado com os investigadores do ramo no tema da inseminação artificial. Tínhamos tido a boa colaboração do Secretário de Estado da Saúde que me parecia simultaneamente, sabedor e empenhado. Decidimos ultrapassar as posições dos vacilantes, fazendo avançar uma proposta de legislação.

O Governador de Macau solicitava-nos apoio para montar uma exposição de material que havia reunido no território e que ele gostaria de ver exibido em Lisboa. Encontrámos umas instalações na Junqueira que pertenciam ao Instituto de Investigação Científica Tropical; para lá foi, constituindo hoje um acervo excelente das artes daquela parte do mundo, especialmente da cerâmica.

Das minhas conversas com o Ministro Hubert Curien tinha resultado a possibilidade de estabelecimento de uma relação de colaboração com o chamado “sincrotrão europeu” em Grenoble/ESRF – European Synchrotron Radiation Facility. Era preciso mandar lá uma pequena delegação de especialistas para ajuizar de que modo se materializaria a ideia. Escolhemos os seus componentes.



Em Nancy havia uma instituição com enorme fama: a “Usine du Savoir” muito ligada à informação e sua disponibilização. A sua cooperação estava assegurada, mas era preciso ver se ela nos conviria mais ou menos do que a que também estava garantida com a British Library. Era necessário elaborar um estudo comparativo de modo a poder incluir-se a sua concretização no próximo programa CIENCIA.

Fizemos a avaliação da visita do Ministro francês. E cotejámos os seus comentários a propósito do encerramento do 3.º Programa-quadro e da elaboração do 4.º com aquilo que eram os interesses de Portugal. Em relação ao primeiro parecemos realista lutarmos por um mínimo de 900 MECU; não era muito, mas parecia ser certo. Quanto ao segundo entendíamos que a proposta da Comissão era positiva; abria eixos de investigação com programas específicos mais interdisciplinares, o que nos convinha; só criticávamos haver muitas linhas; era a Comissão a querer agradecer a todos...

Decidimos dar apoio à constituição de uma associação para a cooperação com os países da CEI (Comunidade de Estados Independentes – Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão- 1991). Eu insistia em manter cooperação bilateral privilegiada com países que nos interessavam, por disporem de instalações e investigadores excelentes e estarem já abertos à cooperação com a Alemanha, a França e o Reino-Unido. Era importante assegurar a coordenação do que viéssemos a fazer.

Interessava-nos muito a divulgação da Ciência. O modelo que nos parecia ser mais interessante para nós era o da “Agence Jules Verne”. Teríamos, aliás, toda a cooperação assegurada. Decidimos montar primeiro uma “antena” que funcionasse como núcleo de absorção das melhores práticas. Resolvemos encarregar disso um professor do Instituto Superior Técnico que, além de investigador ilustre, era um homem de horizontes largos. Deveríamos ensaiar uma espécie de “co-produção” com os Franceses.

Era preciso incentivar o nosso acesso às “grandes instalações” como as do CERN, em Genève e a nossa adesão à ESA e ao EMBO. As coisas estavam a mexer.

\*

Em 27 de Novembro recebi o Prof. Cunha Vaz, da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, que me vinha dar novas acerca da construção do AIBILL, a que já me referi nestas memórias. A unidade estava já em estado avançado; combinámos que eu visitaria a obra, em toscos, numa próxima ocasião. Foi nessa conversa que ele me disse que a sua ambição era generalizar o conceito de “ir a Coimbra, ao médico!”... por se conseguir fazer à volta da sua universidade uma concentração de instituições de excelência. Eu não podia senão felicitá-lo e apoiá-lo.

\*

Em 3 de Dezembro reuni-me com o Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário e com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, com o fito de ver como se haveria de despertar o interesse dos jovens pela Ciência. Uma das possibilidades era actuar sobre a formação de professores nesse sentido, definindo “curricula”, livros e outro material didáctico. Poderia pensar-se, também, na reintrodução de uma disciplina de introdução à C&T no ciclo preparatório. No ensino secundário, havia já uma área opcional de formação técnica, mas não era isso o que eu pretendia. O que eu tinha em vista era a sensibilização para a Ciência! O PRODEP II iria ter uma componente laboratorial muito reforçada; isso era melhor! Vimos a possibilidade de criação de uma “Rede Didáctica das Ciências”; o seu funcionamento teria de assentar, fundamentalmente no recurso à contratação de docentes especiais. O meu interlocutor queria envolver o Instituto de Inovação Educacional (IIE); por isso ficou com o encargo de nos apresentar um projecto de decreto-lei, antes de avançar com qualquer iniciativa. Mas estava evidente que era preciso meios para a formação do pessoal; ficou assente que se celebraria um protocolo entre a JNICT e o IIE, num capítulo relativo às Ciências da Educação. Recomendai que fosse prevista a avaliação da acção para evitar que ela se resumisse a ensinar sem saber se se aprendia...

\*

No dia 4 de Dezembro fui com o Ministro da Indústria e Energia ao Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (ICEN) em Sacavém. Acompanhavam-nos os

Secretários de Estado da Ciência e Tecnologia e da Indústria. O ICEN tinha uma excelente reputação científica e era gerido por um académico muito competente. Tornara-se particularmente conhecido pelo trabalho que desenvolvia no campo dos isótopos no seu Departamento de Protecção e Segurança Radiológica. Nessa ocasião tinha 277 funcionários dos quais 84 eram investigadores. O seu orçamento de funcionamento era, então, de 1,2 milhões de contos, estava envolvido em vários programas apoiados pelo CIENCIA (74.000 contos) tendo de receitas cerca de 230 mil contos; o seu PIDDAC era pequeno, porque não se estava a investir no sector. Queriam encerrar o reactor; muitos já o haviam feito, na Europa nos últimos vinte anos; propunham-se fazê-lo, porque ele estava ultrapassado tecnologicamente; o que tinham era de urânio enriquecido e os novos eram todos de plutónio. Pretendiam realizar uma grande transformação; só queriam manter uma unidade de metrologia que consideravam actualizada e uma outra de caracterização de materiais. Tinham um plano para reduzir muito o pessoal. A reconversão que pretendiam fazer consistia numa reorientação para o que chamavam ser uma investigação mais útil. A proposta era de criação de um novo instituto à parte; o problema maior respeitava aos investigadores e ao restante pessoal que teriam de ir para Quadro de Excedentes Interdepartamentais. A grande decisão era fechar ou não fechar o reactor; pedi mais elementos para poder tomar uma decisão ajustada.

\*

No dia 9 de Dezembro iria ter lugar, em Bruxelas, o Conselho de Ministros da Ciência da Comunidade Europeia. Iria ser uma reunião de grandes decisões em que era preciso estar a par dos últimos desenvolvimentos; por isso fui cedo, na véspera, para ter a possibilidade de preparar, com os técnicos da REPER, aquilo que iria dizer. Começámos pelo tema do 3.º Programa-quadro. Ele reclamava um complemento para ser levado até ao fim; eu abominava as quebras de financiamento ou mesmo as suas flutuações; ficou entendido que eu apoiaria a concessão dessa verba. Deveria, contudo, manter-se o equilíbrio entre as diversas componentes, só nos desviando dessa linha em casos muito excepcionais e devidamente justificados. Apoiaríamos as ajudas destinadas às energias renováveis e à fusão nuclear con-

trolada; havia, nesse aspecto, um assentimento generalizado. O Parlamento Europeu tinha feito uma recomendação de verba que, embora sendo inferior à proposta da Comissão, asseguraria o prosseguimento das actividades de investigação em 1993 e 1994 ao mesmo nível dos anos anteriores, embora não garantisse um crescimento paralelo. Era o que me importava. Manter-nos-íamos num patamar a que os investigadores já estavam habituados; o que não haveria era nenhum corte que fosse danoso. Essa manutenção era tanto mais importante quanto se sabia que os Estados-Unidos e o Japão já haviam anunciado aumentos significativos no domínio da C&T. Essa aproximação aos valores propostos pelo Parlamento era uma medida sensata. Apoiávamos a difusão e valorização dos resultados da investigação; a maior preocupação de todos era assegurar a competitividade das indústrias europeias e, para isso, verificava-se ser necessária muita inovação; elas, aliás, tinham sido recomendadas no relatório do CREST respeitante à avaliação do 2.º Programa-quadro.

Em relação ao 4.º Programa-quadro estávamos de acordo com a proposta da Comissão que repartira o apoio em quatro categorias de acções. Recomendaríamos que o número destas não fosse muito grande pelas dificuldades de coordenação que isso determinaria. A sua formulação não deveria ser muito específica para permitir alguma flexibilidade na concretização dos programas. Éramos, assim, favoráveis à concentração de alguns temas, formando agregados que permitissem uma gestão flexível. Deveríamos procurar assegurar alguma continuidade em relação às áreas apoiadas anteriormente, embora fosse bom que déssemos um sinal em relação ao apoio a conceder a acções no campo da qualidade de vida e da coesão, como havia sido anunciado pela própria Comissão. Daí a eleição como áreas prioritárias dos sectores do ambiente, da saúde, da desertificação e recursos hídricos, das mudanças climáticas, da alimentação e tecnologias alimentares, dos problemas de ocupação do território, das consequências da nova Política Agrícola Comum. Sabíamos que todos estes campos eram importantes para os países do Norte e para os do Sul. Favorecíamos a maior integração da política de Ciência e Tecnologia com todas as outras políticas e objectivos comunitários; do mesmo modo reforçávamos o nosso apoio à investigação pré-competitiva e à eleição de projectos das chamadas tecnologias prioritárias. Continuaríamos nes-

te P.Q. a dar importância à difusão de conhecimentos, à inovação e às transferências de tecnologia. Havia que fixar uma duração para o novo programa-quadro; a nossa opinião é que não deveria ser de menos de cinco anos (1994/99); se não fosse assim, teria de ser mais; neste domínio é preciso dar tempo ao tempo; não se obtêm resultados no curto-prazo; por isso éramos a favor dos planos deslizantes. Não podia haver rupturas na nossa acção, nomeadamente para atender à complexidade e à morosidade do processo de decisão estipulado no Tratado da União Europeia; qualquer interrupção seria danosa. Eu deveria chamar a atenção para a complexidade das funções de integração e de coordenação; por isso, elas deveriam ser objecto de uma atenção especial. Os recentes acontecimentos na Europa Central e de Leste aconselhavam a que se explicitasse uma estratégia de acção em relação à cooperação com países terceiros; eu deveria recomendar que a Comissão a desenvolvesse e apresentasse. Mas a cooperação não deveria ser só com aqueles países; eu tinha em mente os países tropicais que tanto necessitavam do nosso apoio no domínio da saúde e os mediterrânicos nossos vizinhos. Deveríamos reforçar e aprofundar as nossas ligações com o COST e com o EUREKA sem, no entanto, modificar a sua natureza (Ela veio a ser muito alterada, por exemplo, em matéria de apoio financeiro). A difusão de conhecimentos junto das pequenas e médias empresas deveria ser objecto de uma atenção especial; isso implicaria, naturalmente, uma simplificação das “procédures”. A formação dos recursos humanos deveria merecer uma atenção especial; eles não poderiam ser descurados. A investigação em cooperação já tinha demonstrado as suas virtualidades; deveria, por isso, ser incentivada e a formação de redes era muito importante para esse efeito. Dentro de cada programa específico deveria manter-se a possibilidade de fomentar a formação e a mobilidade dos investigadores. Mas teríamos de acautelar a “drenagem” da matéria cinzenta das áreas menos guarnecidas para as que já o estavam. A gestão dos programas deveria ser melhorada continuamente, nomeadamente por via da descentralização de funções; isso implicava que os comités de gestão dos diferentes programas específicos fossem responsabilizados pelos resultados obtidos, pelo acompanhamento da sua execução e pela articulação das suas diversas componentes, incluindo as que vinham de países diferentes. Para alcançar esse objectivo eu deveria sugerir que se pedisse à Comissão uma

comunicação onde fossem articuladas as vantagens da descentralização da gestão com a coordenação das diferentes acções e objectivos da política científica comunitária. Assim, ficaria a estrutura de administração mais clara.

Havia um ponto sobre a Comunidade Europeia e o Espaço, objecto, aliás, de uma boa comunicação da Comissão. Portugal tinha interesse em muitas das matérias nela abordadas. Eu iria recomendar uma colaboração mais chegada entre a Comissão e a ESA; deveria, ainda, dizer que, nesse domínio, a prioridade à investigação pré-competitiva também se aplicava. Nós estávamos interessados e tínhamos capacidade para colaborar em muitos dos domínios enunciados. E, como estava prevista a constituição de um Comité Consultivo “ad hoc”, eu iria comunicar a nossa disponibilidade para o integrar; não faltariam académicos competentes para o fazer.

Numa carta do Ministro Waldegrave, ele salientava a importância da avaliação e a necessidade de melhorar a forma de a fazer. Nós estávamos de acordo. A própria maneira de definir e enunciar os programas tinha muito a ver com o sucesso da sua gestão. Nós não éramos a favor de um enunciado vago dos programas; ele deveria especificar os objectivos a alcançar e os modos de o fazer; isso eliminaria muito “ruído” à partida.

Entendíamos que deveria ser dado mais relevo à consulta aos comités dos programas específicos e, sobretudo, ao CREST, pela integração acrescida que isso permitiria em relação à política científica de cada Estado-membro.

Finalmente, em relação à agenda da reunião do dia seguinte, eu iria apoiar a proposta da Presidência para dar mais ênfase aos resultados da investigação: os “out-comes” científicos, tecnológicos e de potenciais aplicações no mercado.

Assim, parti para a reunião do Conselho e, como sempre, intervim em todos os pontos. O que disse nessas ocasiões foi o que está reproduzido nas páginas anteriores; como fazia, habitualmente, eu falava sempre nas primeiras intervenções; porque às últimas, por já tudo ter sido dito, as pessoas ligam pouco.

A reunião começou pela atribuição de um complemento para a finalização da execução do 3.<sup>o</sup> Programa-quadro. Seria mau que não tomássemos uma decisão; eram necessárias mais verbas, mas era também preciso que os cientistas beneficiários soubessem do esforço feito. O Vice-presidente Pandolfi sublinhou a ne-

cessidade de procedermos como o Presidente tinha indicado, tanto mais que o Conselho Europeu de Edimburgo estava prestes a realizar-se. Havia que decidir acerca da verba global, da sua repartição pelos diversos programas e dos critérios de aplicação. Elogiou o trabalho feito pelo COREPER e apresentou a proposta da Comissão referindo-se à contra-proposta do Parlamento, menos exigente. O importante era decidirmos quanto ao montante global.

Intervieram todos os ministros, tendo começado eu, como era corrente. Tinha de ser tomada uma decisão rápida tanto quanto ao conteúdo como à dotação financeira. Deveria dar-se atenção à difusão dos resultados. Alguns propendiam para o montante máximo possível. O sector da energia deveria merecer-nos uma atenção especial. Mas alguns achavam mais prudente fixar a verba apenas depois do Conselho de Edimburgo, porque os resultados da Cimeira poderiam infirmar a nossa decisão; fixá-la naquela altura poderia ser uma lotaria. As energias não-nucleares mereciam ser destacadas. De qualquer forma, o nosso Conselho deveria emitir sinais políticos de continuidade.

Passou-se a discutir o 4.º Programa-quadro. Novamente fui eu a lançar a discussão na linha do que vimos atrás. Houve quem quisesse uma descrição mais aprofundada dos programas. O apoio à formação de redes foi generalizado. Seria bom definir as modalidades de intervenção dos industriais na constituição e operação dessas redes. A excelência deveria ser uma nova preocupação constante. Devíamos procurar assegurar uma dispersão geográfica dos apoios à investigação. A prioridade deveria ser dada à investigação pré-competitiva. A avaliação dos resultados teria de ser uma prática corrente. O “Centre Commun de Recherche” conviria que tivesse mais protagonismo. A formação dos recursos humanos tinha de ser estimulada. A cooperação com países terceiros deveria ser reforçada; distinguia-se cooperação de ajuda, sendo a primeira a que se queria ver mais desenvolvida. A I&D deveria ser um instrumento da coesão. Os objectivos a alcançar deveriam ser bem definidos. Não poderíamos negligenciar as ciências sociais e humanas, nem o sector agro-alimentar. O número de actividades a desenvolver deveria agrupar-se em torno de 15 temas, para ser possível coordená-los sem dificuldade. A criação de um comité de alto nível para assegurar o acompanhamento do programa-quadro era indispensável. Dever-se-ia atender melhor às relações

entre as PME e as instituições de investigação. O Vice-presidente da Comissão prometeu fazer o exercício de reduzir os 35 programas apresentados para muito menos; seriam os quinze que se haviam aconselhado?

Estava-se num momento crítico do sector, porque se tinha de tomar decisões que respeitariam aos cinco anos futuros. Mas era arrelhiador não podermos fixar o tecto dos nossos compromissos e daí deduzir o que seria atribuído a cada programa. Tinha que se esperar pelos resultados do Conselho de Edimburgo. O principal foi remetido para a nossa reunião seguinte, em Março, já sob orientação da presidência dinamarquesa.

\*

O despacho do dia 18 de Dezembro com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia foi dominado pela Agência de Inovação. Dei o meu acordo em relação ao texto que seguiria para Conselho de Ministros. E tratámos das instalações. Eu inclinava-me mais para o arrendamento, mas, nessa altura, havia uma grande escassez de espaços para o efeito. Aconselharam-me a comprar, tanto em Lisboa como no Porto, em áreas que estivessem em valorização e fossem susceptíveis de ser vendidas se se provasse a necessidade de expansão em breve. A Agência assumiria a forma de uma sociedade por acções, com capitais públicos e privados. Com a intervenção de ajudas comunitárias, a fundo perdido, parecia não haver lugar para grandes receios. Os serviços que prestaria teriam de ser de alta qualidade e prestados por pessoal muito bem preparado; por isso as instalações teriam de ser a condizer. A sociedade assumiria a forma de provisória, em termos jurídicos, mas não em termos funcionais; neste aspecto ela tinha de assumir, em pleno, as suas funções. A minuta do contrato com o Estado havia sido preparada por um jurista muito competente, em quem eu depositava a maior confiança. Já se estava na fase de escolher logótipo e de preparar uma brochura de apresentação. Havia começado a selecção do pessoal sénior e júnior; mas algum precisava de uma formação específica que seria dada em regime pós-laboral. Nessa ocasião a Agência de Inovação, SA, já tinha cartão de pessoa colectiva; a escritura teria lugar em Janeiro seguinte. A contrapartida nacional do programa STRIDE que apoiava a constituição da Agência seria assegurada pela JNICT.



\*

Em 4 de Janeiro, o Secretário de Estado da Ciência disse-me que a Comissão EUREKA, que coordenava a actividade em Portugal, estava “em crise” e, por isso, paralisada. Era preciso arranjar um nome e sugeri-lo sem fazer nenhuma proposta. Deveriam ser eles a convidá-lo.

Havia no LNETI, em Sacavém, um potencial muito grande de apoio às empresas industriais que não ligavam muito a essas virtualidades; preferiam comprar a maquinaria mais moderna do mercado a discutirem com os investigadores os problemas que tinham para resolver. Era preciso assegurar o estabelecimento de pontes. Aventámos a hipótese de formar uma associação entre empresas que geriria todo o equipamento disponível em regime de comodato, fazendo as encomendas de serviços que muito bem entendessem. Não estava a ser fácil...

Era preciso começar a elaborar a nossa proposta do CIENCIA II, com grande participação dos investigadores e, desejavelmente, também das empresas. Insisti, como sempre, na formação e na inserção em redes nacionais e internacionais. Foi-me prometido que a nossa parte estaria concluída em Julho para começar a discuti-la logo de seguida. A sua estrutura seria definida em sub-programas e medidas.

Eu tinha a grande ambição de dotar o País com um novo navio oceanográfico sediado no Instituto Hidrográfico; já fiz referência, noutro lado, à surpreendentemente curta vida de um tal equipamento; era preciso substituir o que tínhamos; disso já me tinha avisado, há uns anos, o Prof. Luís Saldanha.

A adesão à ESA tinha mesmo de se efectivar e, para tal, já havia uns tempos que eu havia ido a Paris para entregar, pessoalmente, a candidatura de Portugal. Mas era preciso criar uma agência nacional para gerir o programa, a qual deveria ser administrada por nós. Ela deveria envolver universidades, empresas industriais, a TAP, o LNETI e mais umas tantas entidades e sectores. Pedi que fosse feito o rol respectivo para eu começar a formular os convites. A sua forma seria a de uma associação de direito privado.

Nesse dia tive a notícia de que em Espanha se havia tomado a decisão de construir um sincrotrão na área de Barcelona. Havia um outro em Grenoble. Nós não tínhamos meios para o fazer autonomamente; era preciso decidir com quem faríamos uma parceria de colaboração. Isso era fundamental para a investigação no domínio

das indústrias químicas e outras. Havia a proposta para dispormos de um acelerador de partículas para uso em Medicina (máquina de positrões); era uma proposta conjunta das Faculdades de Ciências e de Medicina de Lisboa. Custava menos de um milhão de contos; estava ao nosso alcance. Mas era preciso avaliar as vantagens de se começar por dotar a zona de Coimbra, onde, além do mais, estava fixado um Doutor em Física Médica, capaz de se responsabilizar pela exploração do novo equipamento. De qualquer forma, era indispensável assegurar o envolvimento do Ministério da Saúde, dado que ele seria útil, especialmente, à área da Saúde.

Eu interessava-me pelo avanço da formação de investigadores. Havia propostas da Fundação Calouste Gulbenkian para programas de “pós-doc” que pareciam muito eficazes. Mas havia, também, quem preferisse dar prioridade a uma outra modalidade; as chamadas “bolsas de treino” outorgadas a investigadores que quisessem prosseguir a sua investigação em instituições que eles escolhessem e, também, que os quisessem receber. Eu gostaria que se fizesse muitas destas coisas em articulação com os programas comunitários; afinal era também para isso que eles haviam sido concebidos e dotados.

\*

O Secretário de Estado veio, em 11 de Janeiro, dar-me notícias acerca da evolução dos dois parques de Ciência e Tecnologia: o de Oeiras estava a avançar bem; o do Porto tinha em curso um estudo económico e financeiro, havendo algumas dificuldades em relação aos fundos necessários.

A nossa comissão nacional para o programa EUREKA não estava a funcionar com grande dinamismo. Éramos nós que tínhamos de pagar ao nosso coordenador e isso punha dificuldades em relação ao nível de remuneração. Muitas vezes queremos o melhor e, depois, somos peados pelas regras da Administração Pública que não concorrem, em absoluto, com os níveis do sector privado, ou com os internacionais, particularmente quando se trata de cargos que, pela sua natureza, são sempre temporários.

A Agência de Inovação prosseguia o seu caminho. Havia dificuldades de instalação no Porto; tinham conseguido uma vivenda, o que não me agradava muito, mas aos responsáveis não lhes parecia bem o arrendamento. A mim, que havia

desempenhado alguns cargos públicos em instalações concebidas para habitações privadas, fazia-me sempre espécie encontrar um destino racional para casas de banho com banheira ou cozinhas com despensa! No caso da vivenda do Porto surpreendeu-me a dimensão da “caixa forte”... Deveria ter pertencido a gente com muitos valores para acautelar... Recomendei urgência na criação da chamada “sociedade provisória”. E, como sempre, insisti na austeridade com que tudo deveria ser feito; sem nenhuns sinais de opulência.

Era preciso nomear alguém para o Conselho Superior das Telecomunicações, em nome do Ministério. Insisti em que fosse uma pessoa de uma universidade que nos fizesse relatos das suas reuniões. Eu queria forçar as ligações entre instituições e empresas, de um lado e as universidades do outro. Não chegava pregar; era preciso praticar!...

Em discussão estava um projecto de Decreto-lei dos incentivos à investigação nas empresas; as bonificações seriam dadas pelo programa STRIDE.

Havia diversas Comissões Coordenadoras da Investigação em diferentes sectores. Era preciso explicar aos seus titulares que o lugar não era vitalício e que, para bem dos domínios em causa, até deveriam ter um grau de rotatividade elevado. Mas deveria ser premiada a iniciativa. Estava em causa escolher o presidente da CCI da Defesa; recordei-me da colaboração exemplar do Almirante Cruz Júnior no processo da nossa adesão à ESA. Pedi que fosse sondado, para eu poder iniciar o processo formal da sua nomeação. Isso era tanto mais importante quanto estava em preparação um Programa Nacional do Espaço que lucraria em manter laços estreitos com a ESA e outras organizações internacionais; era preciso, aliás, estabelecer o conteúdo desse programa e “desenhar” uma agência capaz de o conduzir a bom termo; tudo se desencadeava através de uma resolução do Conselho de Ministros, mas esta não faria mais do que consolidar o que fosse, entretanto, combinado com os sectores participantes.

A questão do navio oceanográfico voltou a ser falada; se o Ministério da Defesa assegurasse o pagamento do casco e restante estrutura, o programa CIENCIA pagaria todo o equipamento (Que era muito caro... diga-se). Decidimos pedir ao Prof. Luís Saldanha que elaborasse os termos de referência da encomenda do casco que seria, naturalmente, executado nos Estaleiros Navais de Viana de Castelo;

o equipamento ou já existia ou seria comprado no mercado internacional. Estas combinações, em Portugal, são sempre muito difíceis de executar; as pessoas não gostam muito de colaborar umas com as outras. O individualismo impera! O acelerador de partículas que tinha sido proposto instalar em Coimbra era o que, na gíria da profissão, se conhecia como um “medical accelerator”. O Doutor Pedroso de Lima, seu futuro dirigente, foi devidamente ouvido, assegurando que na sua universidade havia gente muito competente para assegurar a sua exploração. O problema das pegadas dos dinossauros, em Carenque, subia de “temperatura” e de custos todos os dias. Havia uma campanha na imprensa bem orquestrada por quem sabia de “agit-prop” e, em vez de 600.000 contos iniciais, já custava 1.200.000 contos. Nós é que assegurávamos o estabelecimento de compatibilizações entre a BRISA, a Câmara Municipal de Sintra, a Secretaria de Estado da Cultura e o grande animador do tema, o Prof. Galopim de Carvalho. Hoje (2016), passo algumas vezes no túnel que teve de ser cavado por baixo das pegadas; interrogo-me sempre sobre o número de visitantes que tem o museu que lá está em cima. Realmente, as notícias só duram enquanto justificarem a venda de papel... Depois disso, nem para a história passam!...

\*

No dia 21 de Janeiro tive uma longa conversa com o Secretário de Estado para definirmos as linhas gerais do CIENCIA II; ele deveria ser substancialmente diferente do primeiro. Este tinha tido como propósito fazer sentir ao maior número de investigadores a ideia de que o seu trabalho era importante e de que a sua actividade contribuiria para o desenvolvimento do país. Poderíamos, agora, ter maiores ambições estruturantes, escolhendo alguns sectores com maior capacidade para o fazer. Foi assim que chegámos a um Programa Nacional de Ciências e Tecnologias do Espaço, por este domínio ter repercussões em numerosos sectores e poder induzir linhas de investigação com muitas aplicações potenciais. O Programa de Medicina também deveria ser reforçado. Os investigadores da área tinham aderido às escolhas que havíamos feito. Era preciso “explorar o sucesso”... Uma das propostas feitas era a constituição de uma unidade de detecção de cancro através de positrões. O ciclotrão sugerido produzia as moléculas de

vida curta que eram necessárias, servindo ainda para o tratamento dos doentes. Já tinha sido escolhida a Universidade de Coimbra como entidade recipiendária. Começámos a aventar hipóteses de concentração de vocações; no Norte as tecnologias mecânicas, os novos materiais e as nanotecnologias; na Beira Interior, o papel; em Vila Real, a floresta; em Évora, os recursos hídricos; na Madeira, um observatório astronómico; nos Açores, as mudanças climáticas e a constituição de um polo, nesse domínio, da rede Europa-África e, em Lisboa, as ciências marinhas, a biotecnologia, a informática e a electrónica. Esta hipótese de “vocação” dos diversos centros assentava muito na disponibilidade de investigadores que a poderiam levar a cabo. Sem os recursos humanos, que vinham a ser preparados desde 1986, nada se poderia fazer. Era evidente que isto tudo teria de ser muito conversado com as autoridades académicas dos diversos núcleos. O que eu não queria era que alguém se sentisse excluído de um movimento que deveria chamar à participação todos aqueles que tivessem alguma coisa para dar.

Era evidente que o CIENCIA II teria de continuar a apoiar os centros de investigação que tinham sido criados ou reforçados durante o primeiro. Por outro lado, não se poderiam deixar sem qualquer suporte os projectos de ciências básicas que já se tinham afirmado e os projectos no âmbito das ciências sociais e humanas que se mostrassem válidos.

A formação teria de continuar a merecer os maiores cuidados, porque era a base de tudo quanto conseguíssemos vir a fazer. Até ali tínhamos deixado a formação ter um carácter “aberto”; julgámos que havia chegado o momento de começar a olhar para os sectores e ver onde faltavam investigadores ou onde seria interessante fortalecer a investigação; esses seriam objecto de projectos de formação fechados especificamente concebidos para revigorar essas áreas.

Era preciso arranjar programas de divulgação da Ciência. Mas eu não queria estar a afectar grandes meios a essa acção. Tínhamos lançado a formação para jornalistas de Ciência, com sucesso menos do que moderado; de maneira que eu propendia para coisas tangíveis. Pedi para se analisar a possibilidade de se organizar a semana ou o dia Nacional da Ciência e da Técnica e conjugar isso com os chamados Dias Abertos das instituições de investigação; foi por aí que fomos. Estas coisas da divulgação são sempre caríssimas e com resultados difíceis de agarrar...

Estávamos com acções diversas de aproximação a outras comunidades científicas: a França, a Áustria, a Suécia, a Alemanha..., todas haviam sido contactadas ao mais alto nível; eu mantinha relações cordiais com os seus Ministros da Ciência que percebiam por que razão é que eu forçava a cooperação.

Uma questão que me ocupava era a das patentes das invenções feitas. O custo do registo era elevado; a validade de um ano mostrava-se insuficiente; mas não podiam ser os dinheiros públicos a pagar uma aplicação expectante. Aliás, este problema não é só português, mas europeu. Muitas vezes propus que só houvesse uma autorização pedida e concedida em inglês, por todos os entendidos me dizerem que o que as tornava caras era a sua tradução em todas as línguas da Comunidade. Eu sou um grande defensor da Língua Portuguesa, mas não me parece que seja por obstinação em matérias deste tipo que nós haveremos de conseguir a sua afirmação.

\*

No dia 9 de Fevereiro, encontrei-me com alguns jornalistas que correntemente tratavam nos seus jornais ou revistas de temas de Ciência e Tecnologia. Disse-lhes o que estávamos a fazer e um deles sugeriu que houvesse sessões públicas de apresentação de projectos portugueses nos diversos domínios em que se verificasse produção científica nacional. Pareceu-me mais interessante que eles fossem entrevistar os próprios investigadores. Em primeiro lugar, porque as notícias poderiam ser mais aprofundadas; por outro lado, porque os protagonistas eram esses mesmos investigadores. Além disso, eu não queria que ficasse a ideia de que eu era o intérprete de tudo quanto se passava.

Surgiu, também, a ideia de que eu sugerisse aos Reitores das Universidades para convidarem jornalistas para visitarem os laboratórios onde estivessem a acontecer coisas dignas de menção. Assim foi feito.

\*

Todos os ministérios queriam assegurar verbas para levar a efeito projectos de investigação, quer nas suas instituições vocacionadas para a Ciência, quer em empresas públicas mais interessadas na aplicação de novos conhecimentos. Isso também acontecia no Ministério da Defesa Nacional. Por isso, no dia 16 de Feve-

reiro, lá fui fazer uma reunião com o Ministro e o Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias da Defesa, com o Ministro da Indústria e com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

Estavam interessados em fomentar a formação e investigação no domínio da indústria aero-espacial, onde aliás tínhamos boa reputação internacional. Queriam uma abordagem multi-sectorial de todo o domínio, fomentando as sinergias. Propunham-se constituir uma unidade de coordenação com vista a assegurar a eficácia dos esforços feitos. Não tínhamos dimensão para o fazer de modo autónomo, de forma que pretendiam assegurar a cooperação com projectos europeus ou norte-americanos. Em 1989, já tinha havido um contacto com o Director-geral da ESA; consideravam que havia chegado o momento. Agora que já havia sido formalizado o nosso pedido de adesão à Agência, para tirar alguns benefícios da pertença à rede que ela representava. Sabiam que a adesão implicava muito investimento; mas já haviam realizado um estudo acerca do retorno que estava ao nosso alcance. No quadro da UEO (União da Europa Ocidental) e no âmbito da cooperação com objectivos militares já sabiam quais as portas que estavam abertas e queriam franqueá-las. Havia um Centro Europeu de Satélites, localizado em Madrid, de que queriam tirar benefícios no domínio da formação de foto-intérpretes e de imagens feitas a partir de satélites; nessa ocasião e nesse domínio, a Europa estava muito dependente dos Estados-Unidos. Nada justificava que continuasse a estar. Também queriam assegurar a oferta de duas licenciaturas em Engenharia Aeronáutica, uma na Academia da Força Aérea e outra na Universidade da Beira Interior. Pode causar estranheza esta última, mas sucede que o seu reitor era, também, General da Força Aérea e quando definiu o elenco dos cursos que a sua Universidade ofereceria, não resistiu à tentação de incluir o seu “Violon d’Ingres”... No Instituto Superior Técnico havia, já com alguns anos, uma licenciatura em Engenharia Aero-Espacial que esgotava o seu “numerus clausus”, sempre com candidatos muito classificados; a razão para isso acontecer era por se tratar de um curso muito completo que abria numerosas oportunidades de emprego aos seus diplomados que por isso, se candidatavam em quantidade.

O Ministério dispunha de um programa – EUCLIDE – em articulação com o IST e com LNETI, vocacionado para a investigação e para a Defesa. Mas queria alar-

gar a sua actividade ao plano industrial, envolvendo as OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico) e as oficinas da TAP. Mas não estavam interessados somente em matérias ligadas à engenharia, também o sector da Saúde lhes merecia atenção. Na Força Aérea havia um “Centro da Performance Humana” que trabalhava com a intervenção de entidades privadas e desenvolvia programas considerados como bons e inovadores.

Por outro lado, na Base de Sintra havia um laboratório de ensaio de voos instalado a bordo de um avião, o qual permitia a realização de testes com os mais variados propósitos.

As OGMA estavam interessadas em desenvolver a produção de helicópteros ligeiros; isso seria mais interessante se elas o fizessem em articulação com instituições que desenvolvessem novos conhecimentos. No fundo, almejavam criar um centro ou um instituto de tecnologias aero-espaciais, porque tinham conhecimentos para isso, mas queriam assegurar que ele fosse inovador.

Disse-lhes que a quota para pertencer à ESA era de cerca de um milhão de contos por ano. Eu já havia entregue o nosso pedido de adesão. Mas a obrigação dos países membros era gastar outro tanto em actividades de Ciência e Tecnologia. Portanto, não se tratava exclusivamente de pagar a quota; era preciso envolvemo-nos em trabalho inserido nos objectivos da Agência. Parecia-me que muito do que haviam dito se encaixaria num programa que deveríamos discutir, por me parecer que as matérias em causa interessavam, seguramente, ao País, mas também à própria ESA. As nossas relações com o Ministro da Ciência e do Espaço francês eram boas. Deveríamos explorar a possibilidade de fazer parcerias de colaboração com as instituições francesas homólogas. Deveríamos, também, aproveitar o período de dois anos em que não se pagaria a totalidade da quota, mas, antes, o que se chamava o resultado da aplicação do “princípio do justo retorno”. Sabíamos que a Espanha estava contente com o que havia conseguido; já recebia 125% da sua quota; a nós poderia suceder o mesmo, desde que nos aplicássemos. Mas, para isso, era preciso definir um programa que articulasse a Defesa e a Investigação Científica, com a Indústria e com as Telecomunicações. Era com esse objectivo que ali estávamos nós. Como de costume, havia coisas que já estavam a ser feitas, mas de modo desgarrado; era preciso assegurar a integração de tudo,



definindo um programa nacional para o sector, que funcionaria como uma espécie de cimento, ligando todas as parcelas e que poderia ter um “chapéu” designado “Desenvolvimento de Tecnologias Espaciais”.

O Ministro da Indústria juntou mais elementos. Já havia um consórcio (SATCAT) para a detecção remota e um outro (POSAT) para a construção de um pequeno satélite português. Mesmo para nos encaixarmos no PRODEX (programa vestibular de adesão à ESA) era preciso fazer um grande esforço de organização porque ele era ambicioso; o PRODEX tinha um carácter quase propedêutico...

As nossas indústrias de componentes estavam a responder bem. A Renault tinha “puxado” por elas e era certo que a FORD-VW iria conseguir o mesmo.

Relembrou a cooperação com Israel (Israeli Aircraft Industry) que havia começado como uma actividade de ponta das OGMA e que corraera muito bem. Achava que nós tínhamos capacidade científica e tecnológica; faltava-nos exercitar a componente “business”. Era preciso juntarmo-nos a parceiros que a soubessem fazer.

O Ministro da Defesa concluiu que deveríamos ousar. Havíamos apresentado a candidatura à ESA, mas ainda não estávamos a praticar. Seria bom tentar saber como se tinham passado as coisas com a Irlanda e com a Grécia, os dois países que nos haviam antecedido.

Eu recomendei que se redigisse uma Resolução do Conselho de Ministros que a todos amarrasse e que fosse acompanhada de um anexo com um programa indicativo.

Debaixo do ponto de vista industrial, parecia-nos que a construção de helicópteros pequenos e inovadores, pelas OGMA, estaria perfeitamente ao nosso alcance. Era preciso explorar as cooperações que tinham sido invocadas, dando natural preferência às europeias. Debaixo do ponto de vista operacional, a próxima transformação das OGMA em sociedade anónima de capitais públicos, asseguraria maior flexibilidade à sua participação; seria bom que ela se juntasse, neste particular, com os serviços de manutenção da TAP.

Aproveitei para lembrar que o navio oceanográfico, que tão necessário era, também se poderia situar neste grande parceria, no que fui apoiado pelo Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa.

\*

No dia 18 de Fevereiro tive uma nova reunião com os meus Colegas da Justiça e da Saúde e com os Secretários de Estado da Ciência e da Saúde. Tratava-se de dar sequência ao trabalho já desenvolvido e preparar a intervenção de todos num encontro internacional que iria ter lugar sobre o tema da Bioética.

Em relação à reprodução medicamente assistida, o Ministro da Saúde tinha recebido um parecer do Conselho de Bioética cujas recomendações iam no sentido das conclusões a que havíamos chegado na nossa reunião no Palácio dos Condes de Óbidos (Cruz Vermelha). Havia, todavia, um problema: deveria estimular-se a utilização plena dos embriões criados nem que fosse numa segunda gravidez. Os embriões excedentários poderiam ir para a investigação, mas segundo preceitos rigorosos que ainda tínhamos de fixar; sendo que uma das soluções seria limitar o número de gâmetas a fecundar, o que acabaria por conduzir ao número de cinco embriões. Uma das condições previstas na orientação dos embriões para investigação era impor que não se mexesse nos seus genes.

As coisas iam avançando, lentamente, mas avançando.

\*

A extinção do INIC ia tendo as suas sequelas. Em 19 de Fevereiro recebi uma delegação chefiada pelo Prof. Jorge Gaspar que me vinha alertar para o facto de existir uma Comissão Nacional de Geografia há mais de 40 anos! Ninguém havia pensado o que fazer às diversas comissões que existiam naquele âmbito. Começou-se, então, a olhar para aqueles que protestaram. Os outros desvaneceram-se. Todavia, o problema maior era que a Comissão Nacional de Geografia tinha compromissos internacionais, nomeadamente representações em diversos organismos, estando ela, aliás, muito activa. Havia uma quota anual que precisava de ser paga à União Geográfica Internacional; era pouco (200 dólares), mas era preciso pagá-la! Surgia depois a participação da Comissão no Congresso Mundial da União Geográfica Internacional que iria ter lugar, em Haia, em 1996 e numa conferência regional a realizar em 1998. Havia, depois, um estudo cujo título era “O passado, o presente e o futuro do Atlântico” que se inseria no programa “Os Oceanos” a desenvolver no âmbito da EXPO’98.

Recorriam a mim, directamente, porque – como disseram – consideravam-me meio-geógrafo e, portanto, capaz de entender as suas angústias... Tudo foi, obviamente, acautelado, mas sob uma forma institucional que não era a que propunham.

\*

A investigação científica na área da Saúde tinha, em Portugal, alguns centros de excelência, muito devido à qualidade dos investigadores que os coordenavam. Sobre tal, em 25 de Fevereiro, o Ministro da Saúde e os seus dois Secretários de Estado vieram fazer, comigo e com o Secretário de Estado da Ciência, o ponto de situação. O objectivo deles era, naturalmente, conseguir mais meios para algumas das suas iniciativas.

A Universidade de Coimbra tinha bons investigadores, mas estava a precisar de equipamentos caros. Queria introduzir a chamada PET (Positron Emission Tomography) nas suas práticas e precisava de meios. Em Coimbra os médicos não estavam dispersos e isso assegurava uma boa exploração da aparelhagem a adquirir. Estavam asseguradas as conexões com Lisboa e com o Porto, mas, na opinião do Ministro, o maior potencial humano e técnico no domínio da Saúde estava concentrado em Coimbra. Este pretendia que, no CIENCIA II, houvesse algum privilégio concedido ao “medicamento” e à sua análise. Havia o Instituto da Farmácia e do Medicamento que, em colaboração com o Instituto Ricardo Jorge, poderia ter um papel de relevo que ele apoiaria. Sabendo da minha preocupação da ligação às aplicações, achava que esta área representava uma avenida promissora. Outra área seria um laboratório existente no Porto que se ocupava com a análise de materiais implantáveis (próteses, válvulas, etc.). Estas duas sugestões inseriam-se num domínio vasto da fármaco-vigilância que ele queria impulsionar. Por último, informou que tinha definido as seguintes quatro prioridades para o seu ministério: i) a mortalidade infantil; ii) o programa oncológico nacional (prevenção, educação, investigação, detecção e tratamento); iii) a SIDA e iv) a tóxico-dependência. Recomendavam-nos, assim, que tivéssemos em atenção estas grandes escolhas.

\*

A cooperação com Macau, no âmbito da Ciência ia bem. Era evidente que tanta receptividade estava apoiada pelas autoridades chinesas que acompanharam as negociações do “hand-over”.

No âmbito do EUREKA tivemos notícia de que o Ministro Hubert Curien havia mostrado interesse em que a Rússia aderisse à organização. Ficámos de pensar qual seria a nossa posição porque ela teria implicações muito mais vastas do que as relações científico-industriais.

O CTQB (Centro de Tecnologia Química e Biológica) avançava bem, mas tinha havido atrasos de verbas por parte do Ministério da Agricultura e pediram-me para interceder.

Eu atribuía, desde o princípio, muita importância ao Programa Gulbenkian de Doutoramento em Medicina e Biologia. Estava-se, em Março de 1993, a negociar a repartição de encargos entre o Ministério do Planeamento e o da Educação; a JNICT dava prioridade à fatia da biologia porque era o domínio que, na situação geral, estava menos apoiada.

Tomámos a decisão de realizar a nossa semana da Ciência em Junho. Haveria uma outra da iniciativa da Comissão Europeia, mas ainda não tinham fixada a data respectiva; pelo que achei melhor não esperar, porque Junho era o mês mais adequado para realizar a nossa. Foi aí que o Secretário de Estado me propôs alterar o nome do Programa CIENCIA II para PRAXIS XXI para pôr em relevo o lado da investigação competitiva que entendíamos como prioritário. Não vi nisso qualquer inconveniente.

Nós queríamos constituir um sistema de incentivos às empresas que contratassem investigadores. Em 10 de Março analisei o projecto do Decreto-lei que havia sido feito nesse sentido. Ele fora combinado com o Ministério da Indústria; o Ministro achava que o que se propunha já era possível fazer através do SIMPEDIP; mesmo assim, eu insisti em avançar para mostrar a importância que se estava a conferir ao assunto.

A colaboração com Israel prosseguia. Ir-se-ia realizar um “workshop” sobre novos materiais que, pelo nosso lado, teria como coordenador o Prof. Amaral Fortes. A Agência de Inovação avançava. O seu Conselho de Administração, presidido

pelo Prof. Jorge Alves tinha como representante da JNICT o Prof. Paulo Tavares de Castro, da Faculdade de Engenharia do Porto e um financeiro a representar o IAPMEI. A sua sede no Porto estava pronta para inaugurar.

Eu gostaria de estabelecer laços de cooperação mais fortes com a Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores. Como o Eng. Artur Ravara iria tomar posse em breve como seu presidente e nós tínhamos nele a maior confiança, decidimos esperar que isso acontecesse.

\*

No dia 12 de Março reuniu-se o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, nas instalações do Instituto de Investigação Científica Tropical, na Junqueira. Comecei por pedir ao Secretário de Estado que desse as informações que tínhamos combinado. Ele referiu-se ao estado de adiantamento da preparação dos documentos que estariam na base da negociação do 2.º QCA, no domínio da Ciência e Tecnologia; haveria um novo programa para substituir o CIENCIA e o STRIDE, nós queríamos evitar a dispersão dos meios por muitas acções; isso implicava que fossemos selectivos. Mas tinha de se dar sequência ao programa CIENCIA e completar coisas que haviam sido começadas; a grande base de acção seria, mesmo, o que havia sido criado através do CIENCIA; a formação de novos investigadores deveria ser continuada e reforçada; éramos a favor da existência de programas estruturantes, mas achávamos que deveria, também, haver lugar para alguns programas nacionais “abertos”. Preocupava-nos a situação das regiões menos garantidas com meios para fomentar o reforço da sua base de conhecimentos e o seu papel de Investigação e Desenvolvimento; elas seriam seis, a saber: os Açores, a Madeira, o Algarve, a Beira Interior, Trás-os-Montes e o Alentejo. Cada programa a lançar deveria destacar a sua parte de formação. A internacionalização continuava a ser um objectivo. Tinha de se insistir nas operações de planeamento, avaliação “ex-ante”, realização, acompanhamento e avaliação “ex-post”. Deveríamos lançar-nos numa fase de formação em regime de pós-doutoramento. As reuniões deste Conselho eram sempre muito vivas, graças aos que nelas participavam. Eram académicos sabedores e generosos; por isso o tempo passava a correr.

Nesse encontro participaram os Professores Daniel Serrão, Bessa Menezes, Cunha Vaz, Almirante Cruz Júnior, Professores Borges Gouveia e Luís Saldanha, Eng. Gonçalves Henriques, Dr. Mário de Abreu, Professores João Caraça, Magalhães Ramalho, Renato Araújo, Collares Pereira e Machado Pires e o Eng. Oliveira Pedro, comigo e com o Secretário de Estado a dar esclarecimentos pontuais. A ordem por que foram referidos é a das suas intervenções. Registrarei o que disseram sem mencionar quem disse o quê;

Havia acordo quanto à continuidade, aos programas com capacidade estruturante e à internacionalização. Deveria ser feita uma avaliação correcta do programa CIENCIA; a secção de avaliação do Conselho deveria funcionar e contribuir para um conhecimento aprofundado do que havia sido feito. A audição em termos de contabilidade tinha que constar da avaliação. Era preciso aferir o que havia sido realizado em 1992 e ver o que dera frutos. O lema deveria ser “avaliar para evoluir”. Tinha de se apreciar quem estava em condições de ter acesso ao segundo programa. A Comissão Nacional do CIENCIA deveria prestar contas relativamente à escolha dos melhores investigadores para os melhores projectos.

Os programas estruturantes deveriam ter uma nova maneira de agir, colmatando algumas das críticas que haviam sido feitas. Elas ajudariam a acabar com os “franco-atiradores”. Deveriam ser analisados os bloqueios encontrados à concretização dos grandes projectos, porque, de facto, tinha havido incapacidade para afectar “grandes dinheiros”. A internacionalização seria boa, mas deveria haver cuidado na selecção dos parceiros. Seria bom definir linhas gerais para o fazer.

Deveriam ser identificadas as áreas de excelência e insistir nelas, através de um acompanhamento, avaliação e responsabilização. A formação deveria ser gerida pelos centros e institutos e não segundo uma fórmula geral. As redes dos centros de excelência deveriam visar sempre constituir-se com instituições e países mais avançados; se se conseguisse assegurar complementaridade de papéis seria melhor.

Não era só nos Estados-Unidos que a investigação na área da Defesa dava resultados. A nossa segunda lei de programação militar previa que 1,25% de todos os programas fossem para a investigação. Era preciso aproveitar isso. A JNICT precisava de um novo “élan” para dar resposta aos novos desafios, na sua capacidade

de órgão coordenador e impulsionador e interface entre o sistema científico e o sistema produtivo. No sistema científico estávamos a fazer a revolução; no sistema produtivo só estava a acontecer a evolução; era preciso assegurar a ligação entre os dois sistemas através da criação de sistemas de interface. Deveríamos fomentar a competitividade, tanto no sistema científico como no sistema produtivo. Havia que fazer algo mais do que a inserção nas grandes redes de Ciência. Era preciso ter uma sensibilidade especial para o sector agrário que estava a necessitar de um grande impulso em termos de conhecimentos.

Tinha que se reforçar a capacidade de visão estratégica do sistema. Deveria articular-se a evolução do sistema com a pirâmide etária. Quais seriam os domínios a dar prioridade? Os que Michael Porter tinha enunciado? Deveria ser dada atenção à divulgação da Ciência e Tecnologia e às Ciências Sociais.

O mar e as ciências marinhas tinham de ter um lugar especial nas nossas preocupações. A avaliação não era só totalmente lícita como representava actividade pedagógica. Era chegada a ocasião de se fazer a concentração dos meios nas equipas que haviam demonstrado capacidade; isso representava a rentabilização dos aparelhos, dos equipamentos e, afinal, da investigação realizada. A qualidade científica dos projectos era indispensável. A constituição de redes e a obtenção de sinergias eram de interesse incontroverso. Não poderíamos gastar muito “em cimento”, mas a verdade era que havia muitos condicionamentos físicos em muitos lados e eles tinham de ser removidos. O navio oceanográfico representava uma necessidade óbvia. Seria bom que cultivássemos alguma agressividade, porque ela era necessária à nossa afirmação em alguns sectores. A Comunidade Científica portuguesa no domínio das ciências do mar estava bem inserida internacionalmente.

As áreas de interface deveriam ser privilegiadas (mar, papel, ...). A internacionalização resolveria uma grande parte das questões ligadas com a avaliação e com a isenção da nossa comunidade. Um programa para o espaço era muito conveniente pelas repercussões que poderia ter em alguns sectores, nomeadamente no campo da transmissão de imagens. Tratar-se-ia de um segmento terrestre do programa europeu do espaço, tendo em vista o fortalecimento de uma rede nacional de informações temáticas.

Era importante “alimentar” com novos projectos as infra-estruturas que já haviam sido criadas, no CIENCIA e antes dele. Deveria haver o “matching” dos programas estruturantes com a procura e medidas de apoio do lado da procura para estimular a oferta. Dever-se-ia aproveitar a realização de grandes projectos nacionais – EXPO’98, Alqueva, etc. – para destacar o papel que neles poderiam ter a Ciência e a Tecnologia. Era importante assegurar a articulação entre o nosso programa e os programas-quadro comunitários. A articulação dos programas de C&T com outras políticas nacionais era muito importante. Teria de haver melhorias nos sistemas de planeamento e de gestão da Ciência em Portugal.

Deveríamos falar mais da Ciência e menos da Investigação; esta era apenas uma parte da primeira; mas havia outras actividades que também eram importantes. A inovação era a novidade no nosso contexto. Dever-se-ia estar aberto à formulação de um grande programa nacional para as ciências fundamentais e para as ciências experimentais e realizar a cartografia das necessidades. A ligação ao sistema educativo revelava-se imperiosa: mais dinheiro para o sistema implicava melhor gestão. Deveríamos aplicar-nos na tarefa de formação de gestores da Ciência e na preparação de programas cada vez mais estruturados. A avaliação era uma actividade de importância determinante; a secção de avaliação do Conselho precisava de ser reforçada; a formação e treino dos avaliadores era muito importante. Havia que reflectir sobre a parte institucional; o que iríamos criar seriam institutos públicos ou instituições privadas? É que a sua gestão era muito diferente.

Revelava-se como muito importante aprofundar o conhecimento geológico do nosso território; eram muitas as suas dimensões: recursos mineiros, rochas ornamentais e industriais, águas subterrâneas, etc. Os riscos sísmicos deveriam ser avaliados com pormenor, porque representavam uma ameaça permanente. Os problemas do ambiente estavam em agravamento contínuo bem como os ligados à biodiversidade; era preciso saber mais sobre estas matérias.

Precisávamos de documentos referenciais relativamente às principais matérias que haviam sido enunciadas. As Ciências do Mar mereciam prioridade. Mas o Observatório da Madeira ou a água no Alentejo eram estruturantes em relação a quê? Reclamavam, por isso, documentos de referência bem elaborados.



A divulgação da Ciência e Tecnologia tinha que merecer uma atenção especial; os cientistas e os técnicos deveriam, mais do que a compreensão, ter a adesão entusiasta do público. Para isso, deveriam ser organizadas exposições itinerantes além de se dispor de exposições permanentes. A Ciência e a Tecnologia eram mais do que a investigação, como já havia sido dito.

Deveria ser dada prioridade à instalação do centro de excelência das mudanças climáticas nos Açores, porque este era um problema global. Mas o mar também reclamava um conhecimento mais profundo que estava longe de possuir-se. As dimensões humanistas não poderiam ser negligenciadas, especialmente a geografia e a história que tanto estavam a evoluir em termos metodológicos.

Era importante saber gerir programas a médio-prazo. O LNEC sabia fazê-lo, programando por objectivos; mas muitas outras instituições de Ciência não tinham prática nesse domínio. A Engenharia Civil também era uma área de excelência e Portugal havia-o demonstrado em muitos domínios. Deveria explorar-se, agora, o sector do planeamento, projectos e construções das intervenções do Homem no Ambiente. O CIENCIA havia sido importante; mas o programa que se lhe seguiria permitiria consolidar a nossa acção, tendo em vista o século XXI que haveria de ser o século das demolições e das reconstruções.

Se eu conseguisse transmitir para a Comunidade Científica o entusiasmo que se vivia no seio do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, a sua acção seria imparável! Todos estavam, realmente, convictos de que o nosso desenvolvimento passava por ambas e entregavam-se generosamente a descobrir os caminhos que nos permitiriam alcançar o sucesso.

\*

Em 16 de Março recebi o Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Prof. Pinto Peixoto, para tratar de assuntos correntes. Ele era um cientista com projecção internacional e muito respeitado pelos seus pares, que zelava, aplicadamente pelo prestígio da Academia e pelo seu próprio. Gostava de descer ao pormenor. Nesse dia comunicou-me que já estavam em andamento os dois portões que permitiriam o acesso dos bombeiros (Devo dizer que eles ficaram tão bem feitos que parece estarem ali desde o século XVIII!...); disse-me que eram necessárias 300

cadeiras novas para o salão nobre, mais 10 potes decorativos, mais um tapete e a instalação sonora permanente (até então, alugavam uma para cada palestra...). O protocolo com o IEFP (sobre a escola de encadernação) estava a andar (nunca foi celebrado...) e iria ter início a transferência temporária dos livros para poder fazer-se o restauro das estantes. Queria computadores para vários fins; para o arquivo, para a elaboração do dicionário, etc. Os gastos correntes da Academia com pessoal permanente oscilavam entre os 10.000 e os 12.000 contos; mas ele não tinha cobertura orçamental que chegasse.

As quotas a pagar a outras instituições como a Fundação Europeia da Ciência também estavam a descoberto. Havia celebrado um convénio com a Royal Society, respeitante ao intercâmbio de cientistas e a bolsas de estudo, mas não via como satisfazer os encargos. Nas Memórias da Academia havia saído a menção de que elas eram publicadas com o alto patrocínio da JNICT; isso tinha-os ofendido, porque eram uma instituição muito mais antiga do que a Junta; não poderia voltar a acontecer. Tinha que ser reforçada a base de rendimento dos prémios da Academia de Ciências, nomeadamente os prémios Ricardo Malheiros e Artur Malheiros que dispunham de uma expressão pecuniária insignificante.

Refiro tudo isto com pormenor para ilustrar mais um “problema de país pobre”... A Academia de Ciências quando foi criada gozava da protecção real e era, seguramente, bem apoiada em termos materiais. A situação foi-se degradando, ao longo do tempo e hoje é considerada como um instrumento dispendioso. Eu acho que ela tem um grande papel a desempenhar e deve fazê-lo com alguma folga de meios, não tendo de discutir com a tutela coisas tão insignificantes como as que antes referi. Obviamente que deve ter muito maior projecção sobre a Sociedade Portuguesa e beneficiar de uma instância de gestão que recorra a todas as formas de financiamento possível, entre as quais está o mecenato. O que não pode é assistir triste mas conformada à diminuição progressiva da sua dotação orçamental que tem de concorrer com muitas outras aplicações dos dinheiros públicos que, em termos políticos, são mais fáceis de explicar à opinião pública.

\*

Em Março de 1993 tínhamos em Portugal cerca de 3.000 doutorados, o que era pouquíssimo para as necessidades e nos punha em má posição nas comparações internacionais. Mas ainda não havia grandes consequências do que tinha sido a aposta na formação avançada de recursos humanos a que havíamos dado prioridade desde 1985.

O novo estatuto da carreira docente universitária e politécnica estava em negociação com os sindicatos e com os próprios professores. Eu tinha tido a responsabilidade de um processo semelhante quinze anos antes e sabia das dificuldades que isso apresentava. Havia, ainda, muitos pontos em aberto: a definição do regime de exclusividade, o chamado pessoal especialmente convidado, a colaboração de docentes sem ligação às escolas, o recrutamento por provas públicas, a transferência de docentes, o atendimento dos alunos, etc. Eram todos eles temas complicados.

Uma coisa totalmente nova para mim, tinha a ver com a acumulação dos docentes. Punha-se a hipótese de autorizar até duas escolas, o que me surpreendia e jogava mal com a insistência na exclusividade. Mas informaram-me que era indispensável impor limites nessa matéria. E deram-me exemplos de acumulação em cinco (!) escolas... de alguns docentes que eu conhecia... estimados ornamentos da nossa academia...

\*

Em 23 de Abril recebi o Prof. Dias Urbano, da Universidade de Coimbra, muito ligado à concretização das acções de fomento da Ciência e Tecnologia. Disse-me que a compra do equipamento estava a ser mais rápida do que a construção dos edifícios e que isso estava a causar-lhe enormes problemas, pois não sabia onde o guardar... A Universidade dispunha de material imenso para constituir museus únicos, no domínio das Ciências. Mas estava fora de causa fazer só um museu; havia enormes sensibilidades pessoais a apaziguar, de modo que haviam tomado a decisão de formar uma “holding” de três museus: o da Física, o da Química e o da História Natural (Mineralogia, Botânica, Zoologia e Antropologia). Recomendiei que fosse feito um programa muito exaustivo de cada um deles e que o elaborassem em colaboração com o Instituto Português de Museus que tinha à frente a

Dra. Simoneta Luz Afonso, pessoa com a maior capacidade de realização e com conhecimentos na matéria.

Simultaneamente, estava em construção a incubadora de empresas que se estimava viesse a estar pronta antes do fim do ano. Recomendei que começassem com as acções de “marketing” para assegurar que ela fosse ocupada logo que estivesse entregue.

\*

No dia 20 de Abril tive que ir a Bruxelas por questões relacionadas com os fundos estruturais. Mas, como há muito me havia sido solicitada uma conversa pelo Conselheiro Federal do Governo Suíço para a Ciência e Tecnologia, Prof. Heinrich Ursprung, combinámos encontrar-nos na REPER nesse dia. Na Suíça, os Conselheiros Federais são os ministros.

O objectivo era convencer-me, para eu depois ajudar a convencer os outros, de que a Suíça deveria participar na política científica da Comunidade Europeia, como de um Estado-membro se tratasse; ela teria muito a trazer, porque a comunidade científica suíça era muito avançada e as suas instituições científicas generalizadamente consideradas como excelentes. Mas a posição oficial da Comunidade era diferente; a Suíça seria muito bem-vinda se aceitasse todo o “acquis communautaire”, o que ela estava muito longe de aceitar. O maior problema residia na livre circulação dos trabalhadores, matéria em que ela era inflexível. A Comunidade Europeia não aceitava o que chamava de atitude de “pick and choose” que a Suíça queria fazer; “to pick” a Ciência e deixar tudo o resto...

O Prof. Heinrich Ursprung era uma grande personalidade académica do seu país; biólogo de formação ele havia sido reitor da famosa Escola Politécnica de Zurich, uma universidade e Centro de Ciência do mais alto nível internacional. Além disso era de um trato impecável. Relembrou todas as vezes que nos havíamos encontrado no passado. E disse quais os meus colegas com quem já tinha contactado, salientando a conversa que havia tido com o Prof. António Ruberti, Comissário da Ciência, a respeito da celebração de acordos nos domínios da Investigação Científica e da Educação. Era evidente que a minha posição já havia sido concertada quer com a Comissão quer com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português

que tinha de zelar pela nossa posição em todos os sectores. Sabia tudo o que havia para saber acerca dos nossos Programas-quadro da Ciência, sublinhando os domínios em que a participação da Suíça poderia trazer uma mais-valia apreciável. Tudo isso estava fora de causa! Nós estávamos convencidos de que a cooperação com a Suíça nesse sector seria muito vantajosa; o pior era o resto... E, no caso de Portugal, a questão dos trabalhadores ainda era mais importante, por haver muitos emigrantes portugueses na Suíça, com garantias a nosso ver insuficientes. Eu não fugi às palavras e referi mesmo a política do “pick and choose”... Mas ele veio com a celebração de um ou outro acordo em domínios que a ambas as partes interessassem; uma espécie de entrada “de pantufas”... Portanto, seria uma colaboração projecto a projecto. Habilmente, ele solicitou que uma atitude de abertura neste sector contribuiria para uma mudança de posição em relação a outros domínios. Eu não estava nada convencido disso, nem estou. A Suíça será sempre um caso à parte!

Depois da entrevista ainda fiquei mais uma meia-hora na REPER. Quando saí o Ministro Suíço e o seu chefe de gabinete ainda estavam na portaria. Perguntei por quê. Estavam à espera de um táxi que não havia meio de chegar... Impressionou-me o facto de um membro do Governo do riquíssimo país não ter contratado os serviços de um táxi para assegurar todas as suas deslocações, tendo recorrido à prestação aleatória do serviço dos veículos que estavam na praça... Essa frugalidade de comportamento pode não ser justificada em termos operacionais, mas é admirável como posição de princípio.

\*

No dia 27 de Abril tive um longo despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia. Estava preparado o protocolo a assinar entre a JNICT e a Comissão Nacional Especializada dos Fogos Florestais (CNEFF) sobre investigação a fazer em matéria de propagação do fogo. A investigação no sector aero-espacial estava enunciada, no que se poderia fazer; era necessária a aprovação de outros dois colegas nossos. O programa “Viva a Ciência”, destinado a sensibilizar os jovens para a C&T estava concluído; era preciso fixar a semana em que decorreria. O programa PRAXIS que haveria de fundir o CIENCIA e o STRIDE estava a avançar sem dificul-

dades; fixámos o respectivo montante em 130 milhões de contos a aplicar ao longo de seis anos. O Parque de Ciência e Tecnologia do Porto estava a custar a arrancar.

\*

No dia 29 de Abril fui ao Luxemburgo para participar no Conselho de Ministros da Ciência. Como de costume, tomei o avião para o aeroporto de Bruxelas, onde o Dr. Orlando Veiga, da REPER, me foi apanhar para seguirmos de automóvel para o nosso destino. A viagem era aproveitada para ele me pôr a par das últimas notícias relativamente à nossa reunião. Jantávamos num restaurante qualquer da Place d'Armes, onde a maior parte dos empregados era de origem portuguesa. À força de eu ir lá tantas vezes saudavam-me imediatamente na nossa língua, algumas vezes comentando o que eu havia dito na televisão; todos viam a RTP-Internacional e estavam a par do que se passava em Portugal; eram particularmente atenciosos.

O 4.º Programa-quadro havia sido objecto de um trílogo: o Comissário e o Presidente do Conselho tinham ido ao Parlamento para comunicar o seu conteúdo; teríamos uma versão actualizada em 15 de Maio.

A reunião começou por uma exposição do Comissário. Os resultados da Cimeira de Edimburgo tinham levado à elaboração de uma nova versão do Programa-quadro, especialmente para reforçar o papel da Comissão na promoção da competitividade da Comunidade Europeia. Após dez anos de Programa-quadro, havia acordado com o Vice-presidente Bangeman a avaliação do Programa-quadro; impunha-se utilizá-lo como instrumento para aumentar a cooperação entre os diversos países-membros; isso implicava uma concertação quanto aos objectivos e quanto aos mecanismos de trabalho. O papel das redes era fundamental; elas nasciam espontaneamente entre os diversos agentes; mas era melhor estimulá-las. Dever-se-ia sublinhar e dar espaço às transferências dos resultados da investigação e favorecer o acesso das PME aos mesmos. Ter-se-ia de fomentar uma coesão maior entre os Estados-membros, nomeadamente através de uma articulação aprofundada entre os Programas-quadro e os fundos estruturais. A Comissão estava a preparar um documento sobre a coesão. Era importante proceder a uma concentração dos temas; mas não chegava que isso só fosse feito nos títulos dos programas; deveria acontecer especialmente no conteúdo dos projectos. Re-

comendava que se preparassem os programas específicos ao mesmo tempo que se elaborava o Programa-quadro. Deveríamos recorrer mais ao Centre Commun de Recherche que tinha numerosas potencialidades. O Programa-quadro respeitaria a 1994/98, havendo por isso, em 1994, um "chevauchement", com o 3.º Programa-quadro, tal como nós havíamos recomendado.

O Vice-presidente Bangeman participava no nosso Conselho. A proposta havia sido elaborada em conjunto, no seio da Comissão. Era indispensável assegurar a melhoria da competitividade industrial. Recomendava uma atenção especial às telecomunicações e à geração de novos serviços nessa área. Iria haver, seguramente, até 1998, uma liberalização dos diversos serviços. A política industrial não se opunha aos mercados; pelo contrário, abria novas oportunidades nos mercados. A Europa tinha de recuperar a produtividade, nomeadamente no domínio dos novos materiais. A investigação tinha um carácter horizontal que assegurava um avanço progressivo dos conhecimentos em muitas áreas. Era importante dar prioridade às comunicações marítimas e fluviais e eliminar os obstáculos administrativos e burocráticos em todas as nossas actividades. A política de coesão tinha de ocorrer.

Todos os membros presentes falaram. Resumirei o que disseram sem destacar o que cada um recomendou:

O novo documento estava mais bem ordenado do que o anterior. A Europa continuava a ser a maior exportadora de tecnologia mas a inovação nas empresas industriais não estava a ocorrer sistematicamente. A ligação entre a investigação e as aplicações industriais tinha de ter lugar; deveria haver uma concentração maior da investigação nas tecnologias-chave e na melhoria da qualidade de vida. As PME deveriam merecer maior atenção. Era notório o atraso que se verificava em relação aos Estados-Unidos, ao Japão e a outros países asiáticos. Havia três pontos críticos: o conteúdo, a gestão e a utilização dos resultados do Programa-quadro; deveríamos debatê-los. Não poderíamos perder de vista a concentração dos nossos esforços e a difusão dos resultados. Havia acordo em relação à prioridade das tecnologias da informação, das comunicações e da telemática. Não deveríamos ter mais do que 15 a 20 áreas de investigação; a concentração impunha-se; isso exigia maior selecção das acções comunitárias. O 4.º Programa-quadro

deveria ser adoptado, rapidamente. A constituição de redes de cooperação deveria merecer a maior atenção. A nível nacional também tinha de haver coordenação das diferentes acções. Os jovens investigadores tinham de ser objecto de um estímulo especial. A valorização dos resultados da investigação era fundamental, bem como a formação, a todos os níveis. Deveríamos estimular as relações com o programa EUREKA. Seria bom mantermos os níveis de despesa vigentes e procurar investir o máximo durante a primeira fase do Programa-quadro. A concentração em tecnologias com repercussões gerais era aconselhável. A disseminação dos resultados deveria ser feita por cada programa individual. Os transportes representavam uma área prioritária; mas, tanto as tecnologias da fusão nuclear como as da cisão, deveriam prosseguir. Havia uma descoordenação que deveria ser corrigida entre os Conselhos da Investigação e da Indústria; estava-se a assistir ao “phasing-out” do tratado CECA e isso deveria provocar uma atenção acrescida às áreas dos metais e das ligas.

O Comissário António Ruberti fez os seus comentários. O programa era ambicioso e, portanto, reclamava a adesão dos Estados-membros. A cooperação e a coesão tinham de ter nexos. Era preciso encontrar instrumentos eficazes para assegurar as ligações às PME. A fusão nuclear era um programa de médio e longo prazo que envolvia os Estados- Unidos e o Japão.

Como eu já tive ocasião de referir a discussão durante o almoço era habitualmente importante, porque, sendo mais “solta”, permitia abordar os diferentes assuntos com menos compromisso. A cooperação com a Suíça tinha duas faces; também ela interessava à Comunidade, mas nós sabíamos bem que eles só queriam tirar o melhor dessa associação; a liberdade de circulação de pessoas, de bens e de capitais era, para eles, inegociável; mas a colaboração no campo da ciência apetecia às duas partes. Os Governos dos Estados-membros não abririam mão da excepção. Quando muito seria possível um acordo bilateral em que os Suíços pagassem todas as despesas em que incorressem. Era compreensível que fossem os países de emigração europeus os mais tenazes na necessidade de um acordo mais abrangente. Mas os restantes estavam todos muito atentos à cooperação “not giving any signal of penalty”... Invocou-se a grande tradição de abertura no campo da Ciência e Tecnologia. O próprio Comissário ia no sentido “d’amorcer une ouverture”...



Estávamos preocupados com o estado dos reactores nucleares da ex-União Soviética. Eles representavam uma verdadeira ameaça sobre a Europa. Era preciso cuidar da aplicação da “Convention on nuclear safety”; a data mais tardia para intervir seria Julho de 1994; como qualquer intervenção era naturalmente demorada; deveria desencadear-se o processo brevemente.

Houve recomendações variadas para assegurar que a administração e a gestão em Bruxelas fossem desburocratizadas. As queixas eram as maiores. Para facilitar as coisas, os objectivos dos diferentes programas deveriam ser muito bem definidos, os calendários rigorosos, os “appels d’offre” transparentes e atempados e os formulários simples. Os especialistas que assessoravam os serviços da comissão deveriam “rodar”; havia uns que já exerciam essa função há sete anos! Combinou-se substituir, de cada vez, um terço desses peritos; ao fim de três concursos já teriam sido todos substituídos, podendo voltar-se aos melhores, mas assegurando sempre a rotação. A Comissão não deveria tentar gerir tudo; definiria, naturalmente, o conteúdo dos Programas-quadro, mas a gestão conviria que fosse descentralizada; faria os concursos, mas não geriria. A Comissão deveria aplicar-se muito na clarificação dos propósitos dos programas que apoiava, de modo a assegurar a eficácia dos dinheiros investidos. A divulgação da Ciência preocupava-nos a todos; discutiu-se a possibilidade de realizar, ainda em 1993, um encontro europeu que contribuísse para aproximar os Cidadãos da Ciência.

\*

No dia 12 de Maio tive uma sessão de despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia. Havia cerca de 60 instituições que tinham aderido ao chamado “dia aberto” e que proporcionavam visitas às suas instalações, no âmbito do programa “Viva a Ciência”. O Parque de Ciência e Tecnologia do Porto apresentou sempre dificuldades; pois cruzavam-se nele muitas estratégias particulares. A Agência de Inovação ia seguindo: o protocolo JNICT/IAPMEI que regulava as verbas cedidas pelo STRIDE já havia sido assinado; os trabalhos para a constituição da Agência prosseguiram; a assinatura do Contrato-programa entre o Estado e a Agência estava prevista para breve. O IAPMEI disponibilizava, imediatamente,



FIG. Jornadas Luso-Austríacas da ciência.  
com o Diretor-Geral da Ciência da Áustria  
e o Vice-Chanceler Busek.

105.000 contos; a JNICT deveria pôr outro tanto; e o STRIDE entraria com 490.000 contos; tínhamos assim meios para começar.

Havia dificuldades em matéria de acerto de contas entre a JNICT e a Direcção-geral do Desenvolvimento Regional; o melhor era juntarem os Secretários de Estado com os Directores-gerais para resolverem o assunto em conjunto.

Na Agência de Inovação deveria funcionar um centro de produtividade e transferência de tecnologia.

\*

O Prof. Ricardo Bayão Horta era o indigitado presidente da mesa da Assembleia Geral da Agência de Inovação. Tive, no dia 1 de Junho, uma reunião com ele e com o presidente do Conselho de Administração. Estava, naturalmente, presente o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

A Agência representava uma boa ideia, mas era preciso rodear o seu arranque de alguns cuidados. A imagem que as empresas tinham, então, das universidades não era muito boa; por isso a cooperação não seria fácil de estabelecer. Tanto eu como o Ministro da Indústria deveríamos fazer discursos muito positivos, chamando à participação entre as duas. Quando eu vejo hoje circular dentro das empresas, investigadores e estagiários, medindo parâmetros diversos, ensaiando protótipos, falando com os encarregados e não se distinguindo deles na forma de vestir, constato que o desafio foi ganho. Deveríamos chamar à participação as Direcções-gerais da Indústria e da Energia, o Instituto Português da Qualidade e o IAPMEI. E, por outro lado, seria muito bom que conseguíssemos arranjar dois ou três casos de sucesso para o arranque, os quais pudéssemos exhibir como indutores de um movimento. Ajudaria se reservássemos algum dinheiro para distribuir um ou dois prémios a que déssemos visibilidade.

Recomendei ao Prof. Jorge Alves que tivesse uma conversa com o Prof. Michael Porter que, nessa ocasião, vinha a Lisboa com alguma frequência.

Havia a famigerada questão das patentes que tinha de ser ultrapassada. Por isso, em Bruxelas, sempre que se falava nisso eu insistia em que se caminhasse no sentido da definição de uma patente europeia, redigida e divulgada em inglês para minorar os custos e tornar mais rápida a sua publicitação.

Para nós era imperioso que houvesse muitas novas empresas e que as antigas se modernizassem. Quem não produzia estava a impor um imposto oculto sobre quem o fazia. Queríamos dinamizar o tecido empresarial.

\*

No dia 7 de Junho parti para Viena à frente de uma delegação de investigadores portugueses. O Secretário de Estado da Ciência, naturalmente, acompanhava-me. O objectivo era estimular a cooperação entre as duas comunidades científicas que, praticamente, não se conheciam. Do lado austríaco, quem nos recebia era o Ministro da Ciência Erhard Busek que, simultaneamente, exercia as funções de Vice-chanceler; ele era o chefe do Partido Popular Austríaco (ÖVP) que se tinha coligado com o principal partido e, por isso, havia assumido essas responsabilidades. Além de ser um político competente era uma pessoa de trato admirável e com enorme sentido de humor. Tive algumas reuniões com ele, tanto em Viena como em Lisboa; guardo dele uma excelente recordação. O seu Director-geral, o elemento permanente do sector, era de uma competência insuperável; além da área pela qual éramos responsáveis, ligava-nos o facto de ambos sermos melómanos; uma noite em que estávamos livres de compromissos oficiais levou-me à Opera de Viena ouvir a Elektra, de Richard Strauss: uma experiência inesquecível!

Os trabalhos começaram no dia 8, com uma intervenção do Vice-chanceler que excedeu o formalismo protocolar. Tínhamos que aproveitar o lado positivo da Europa e reforçar as ligações entre Portugal e a Áustria que não eram, então, muito intensas. Donde a importância do impulso político dos dois Governos. Não devíamos olhar somente para a importância da História, mas também para a actualidade. A nova ordem política exigia uma reflexão nova: i) Estavam reconhecidos pelo apoio que dávamos à entrada da Áustria na Comunidade Europeia; ii) Invocou a desordem que se havia seguido à queda do muro de Berlim e à ordem nova que era preciso construir; iii) Urgia encetarmos uma reflexão produtiva; iv) Disse que o Oeste da Europa tinha responsabilidades perante o Leste por ser mais desenvolvido e estar dotado de meios de reflexão robustos. Uma das áreas em que mais se podia fazer era na da Ciência. Não era o tamanho dos países que determinava a capacidade de cooperação; v) Sublinhou a importância dos recursos humanos

e do seu nível de formação. Tínhamos de criar um espaço livre para a “curiosidade”; quem a secasse não teria êxito. Por isso olhava com expectativa a cooperação com Portugal. Queria, no sector da Ciência, que houvesse na Áustria mais eficácia e maior pensamento crítico. Para isso contava com a cooperação internacional. Deveríamos ajudar a fixar o potencial científico dos países de Leste (Ele estava informado acerca das minhas diligências com o Vice-presidente Pandolfi, para o fazer). Queria fomentar o desenvolvimento de produtos de alta tecnologia e a inovação. Tínhamos de ser capazes de construir a Europa da Ciência; vi) Referiu-se à mobilidade dos estudantes austríacos na Europa que deveríamos estimular ainda mais (O Programa Erasmus ainda estava no princípio); vii) Queria ver aumentada a cooperação com investigadores internacionais, nomeadamente com os Portugueses; viii) Sublinhou os seguintes vectores: investigação; desenvolvimento regional; inovação; protecção do ambiente e avaliação. A Universidade Austríaca estava a ser objecto de uma grande reforma que previa, nomeadamente, a criação de centros de qualidade. O problema das relações da universidade com as empresas preocupava-o, particularmente com as pequenas e médias empresas.

Eu agradei o acolhimento, fiz reflexões genéricas sobre o que ele havia dito e apresentei a delegação portuguesa que realmente era composta pela “nata” da nossa comunidade científica. De seguida, houve uma troca de impressões com os dois ministros presentes. Deveria ser dada preferência a projectos de médio e longo prazos. As relações com as empresas industriais deveria merecer prioridade. A liberdade científica tinha de ser garantida. Talvez pudessemos fixar uma fonte de financiamento própria para apoiar a cooperação bilateral. Deveríamos começar por tentar que pudesse haver intercâmbio de investigadores.

As duas missões ficaram a expor uma à outra o que faziam as instituições que representavam, tentando descortinar áreas de cooperação. Durante esse tempo eu fui visitar uma meia dúzia de laboratórios, escolhidos pelo Vice-chanceler, onde me foram expostos alguns dos programas em que se ocupavam.

A cooperação com a Áustria foi seguindo o seu caminho. Apesar de todos os investigadores falarem bem inglês, a verdade é que se encontra sempre mais dificuldade em reforçar as ligações com o mundo germânico; é preciso alcançar um nível de especialização muito grande para os investigadores dos dois lados verem

utilidade na cooperação. De qualquer forma só tentando uma vez e outra é que se consegue alargar os horizontes para uma parte do mundo que culturalmente é, de facto, diversa; mas a construção da União Europeia tem de fazer-se a muitos níveis e o das elites científicas é, seguramente, uma das vias mais promissoras.

\*

O Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia tinha recebido um conselheiro da embaixada de França que vinha manifestar o seu grande interesse em ver Portugal aceitar a adesão da Rússia ao EUREKA. Eram instruções directas do Presidente Mitterand. Disse, também, que a França iria exigir um estudo muito pormenorizado das verbas do 4.º Programa-quadro da Ciência. Havia um convite para o Ministro François Fillon vir a Portugal à Faculdade de Gestão da Universidade Católica Portuguesa. Como se sabe, eu era muito a favor de uma “cumplicidade” com a França; é que ela dispõe de um sistema científico exemplar e nós temos, desde há muito, uma excelente relação com os seus investigadores.

Preocupava-nos o aproveitamento de técnicos altamente qualificados. Deveríamos começar a assegurar que o fazíamos, no âmbito do STRIDE. E deveríamos continuar a fazê-lo no novo Quadro Comunitário de Apoio.

A assinatura da escritura de constituição da Agência de Inovação estava para breve. Eu queria inaugurar a casa antes de férias!

Tratei com o Secretário de Estado, em 15 de Junho do conteúdo e apresentação das medidas do novo programa PRAXIS 2000.

\*

Preocupava-me o papel dos projectistas e consultores portugueses. Havia uma associação – APPC-Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores –, nessa ocasião presidida pelo Eng. Artur Ravara, que poderia desempenhar uma função importante. O conhecimento e a capacidade para o utilizar em tarefas de consultoria e projecto representavam um activo muito importante de que era preciso curar em permanência. Felizmente, o nosso país dispõe de bons profissionais em muitas áreas ligadas à engenharia; isso constitui um recurso inestimável de que há que tratar com desvelos de atenção.

Nessa ocasião (1993), a APPC tinha como associadas 80 empresas que faziam contractos de cerca de 50 milhões de contos por ano; estariam, então, em carteira, à volta de 100 milhões de contos no mercado da consultoria.

Nas suas deslocações externas eram, correntemente, apoiados pelo ICEP. Mas os apoios haviam sido dados “ad hoc”, sobre iniciativas esporádicas. Talvez houvesse vantagem em fixar uma orientação geral. Era por isso que eu havia solicitado a conversa com o Eng. Artur Ravara em que também participava o Secretário de Estado da Ciência.

Dever-se-ia tentar uma classificação legal da função de consultor; havia gente muito diversa a querer ser classificada como tal, o que não ajudava muito à afirmação do prestígio do grupo. Deveríamos associar ao trabalho o sector das Obras Públicas, pelo menos.

Importava encontrar critérios que ajudassem a ponderar o binómio qualidade/custo; já havia um ensaio, mas ele não estava a ser satisfatório. Tínhamos de o rever em colaboração com os ministérios mais interessados que eram o MPAT, o MOPTC e o MARN.

Tínhamos que atender à formação das pessoas da própria associação que, além de muita informação, deveriam saber mover-se no meio dela.

Eu continuo a pensar (2016) que o saber e o saber-fazer acumulados por muitos dos nossos profissionais têm de ser mantidos, transmitidos e ampliados em permanência, porque representam um recurso de grande valor para o País.

\*

Nos dias 23 e 24 de Junho houve em Paris uma grande reunião do EUREKA. Os trabalhos foram presididos por François Fillon. Decorreram nas novas instalações em *La Vilette* que nos foram facultadas para uma visita guiada, em determinado passo do encontro. O grande tema político respeitava à adesão da Rússia. Somente quando o decreto-presidencial russo sobre o regulamento da utilização e das transferências da tecnologia estivesse publicado é que nós nos deveríamos pronunciar.

O ministro francês apresentou o balanço da presidência francesa. Os objectivos da declaração de Hanover haviam sido atingidos. Tinha sido cumprida a orientação para o mercado e a escolha dos parceiros para cada projecto. Havia sido

observada uma grande heterogeneidade em relação às formas nacionais de ajuda das entidades participantes; mas os objectivos tinham sido alcançados. Observaram-se as regras estabelecidas para a concentração e formas de colaboração. O “label” EUREKA era procurado. Havia-se conseguido atrair a colaboração de PME... E estava-se a assistir à sensibilização de um cada vez maior número de industriais em relação às vantagens da rede EUREKA. E, curiosamente, a sensibilização dos países da Europa de Leste estava a verificar-se.

As conclusões formais da conferência inter-parlamentar do EUREKA que tinha tido lugar em Paris, em Maio, haviam-se mostrado muito encorajadoras. Aliás, todos os documentos de apoio constavam de uma publicação impecável sobre a avaliação do programa. Um esmero de conteúdo e de apresentação.

Houve intervenção de todos os presentes que focaram aspectos diversos da iniciativa. Deveria atender-se à necessidade de responder a “expertises” complementares a certos projectos que deveriam ser pagas. Sê-lo-iam no quadro do programa ou cada parceiro teria de as prever logo desde o início? Os projectos apresentados, na maior parte dos casos, representavam a formalização de ligações que já existiam. Era preciso apostar em novas parcerias. Impunha-se fazer elevar o nível de competitividade das empresas industriais europeias. Em 90% dos casos, as associações feitas no âmbito do EUREKA esperavam chegar a um novo produto ou a um novo processo. O financiamento público tinha revelado ser um factor crucial no âmbito do EUREKA. Os projectos apoiados pela Comunidade Europeia poderiam preceder ou seguir-se a projectos EUREKA. Seria bom clarificarmos os objectivos do Programa. Os mecanismos de financiamento deveriam ser desenvolvidos e trocadas impressões acerca dos que eram adoptados pelos diversos países. Havia necessidade de assegurar meios para certas despesas complementares; uma solução seria, por exemplo, encontrar os termos adequados para formular “projectos-umbrela” para ir em socorro de apoios recorrentes e comuns a vários projectos. A pesquisa e a inovação conduziram à criação de novas unidades de produção. Tínhamos de lutar contra o desemprego. Além das conexões entre investigação e indústria havia que assegurar uma íntima associação entre a indústria e o negócio (“business”) que, por vezes, também não era forte. As repercussões ambientais da actividade industrial deveriam merecer-nos a maior atenção. Alguns países insistiram ou em felicitar a



Rússia ou em dizer que apoiavam a sua adesão ao EUREKA. Esta tinha a vantagem de ser uma estrutura pouco burocrática. A presidência francesa havia sido um grande sucesso, porquanto tínhamos assistido ao investimento mais importante desde que havia a iniciativa. Recomendava-se muito a interligação entre o EUREKA e os programas comunitários. A presidência francesa não havia sido apenas um êxito em termos numéricos; também o havia sido em termos de qualidade. Os países que viviam uma situação de estabilidade de emprego deviam isso às pequenas e médias empresas. A entrada da Rússia tinha o mais alto significado político. A Eslovénia havia pedido a adesão ao EUREKA. O “label” tinha-se tornado bem conhecido. Mas devia dar-se atenção às fraquezas que se haviam detectado; era a estas, sobretudo, que se tornava importante atender. Houve recomendações no sentido de evitar que a expansão exagerada do EUREKA conduzisse à sua desagregação. Surgiram recomendações no sentido de assegurar que as formas de financiamento fossem mais transparentes. Ao mesmo tempo que o EUREKA deveria procurar continuar a ser pouco burocrático. Tinha de se conservar a focagem “bottom-up” do EUREKA. As PME deveriam merecer uma atenção particular em termos de informação, tendo em vista um seu maior envolvimento. O sector agro-alimentar merecia um apoio especial. Já havia cerca de 20% das iniciativas na área tecnológica do Ambiente; deveria estimular-se o seu crescimento. O EUREKA representava um instrumento-chave em matéria de inovação. Alguns países estavam a experimentar dificuldades orçamentais que não favoreciam a sua participação no programa EUREKA; seria conveniente encontrar uma forma de as ultrapassar. O EUREKA representava a chave de que precisávamos para resolver os nossos problemas de tecnologia. A Rússia dispunha já de uma organização-sombra do tipo do EUREKA. Era certo que iríamos ter, em breve, mais uma dúzia de novos candidatos a bater-nos à porta; era indispensável que nos organizássemos para os receber. Um dos representantes referiu que o seu país tinha constituído uma fundação especialmente para financiar projectos de investigação ligados à indústria; além disso tinham dobrado os fundos para apoio aos projectos EUREKA. Outro sublinhou a importância do programa para a estabilidade e a paz.

O Comissário Ruberti, no final, referiu-se ao apoio da Comunidade ao EUREKA e às relações com o programa-quadro. Era necessário criar uma rede de coope-

ração mais robustecida. Depois referiu-se a uma curiosidade. Todos falávamos em investigação pré-competitiva e até já havia uma “teoria” acerca do seu papel. Mas o termo havia sido criado numa conversa dele com o Visconde Davignon para qualificar a investigação comunitária destinada à indústria. Depois disso passou a ser usado com frequência... seguindo-se-lhe a “teoria”...

Nessa ocasião havia 816 projectos no EUREKA, dos quais 84 já estavam terminados, com consequências económicas visíveis sobre as empresas envolvidas. Existiam, ainda, novos 193 projectos à espera de decisão. Estes dados constavam de um relatório que, na ocasião, foi distribuído.

A França faz sempre as coisas com grande estilo. Os ministros e os embaixadores foram recebidos no Eliseu pelo Presidente Mitterand que nos dirigiu a todos palavras de congratulação e incitamento. Tive oportunidade de ver a funcionar em pleno o “protocolo francês” e a pompa com que tudo é feito. O Presidente Mitterand cultivava uma pose majestática. Anunciado por um “hussard” com voz sonora, entrou na sala com dignidade imperial. Cumprimentou os ministros um por um, fez uma ligeira curvatura de cabeça aos embaixadores e nem olhou para os directores-gerais franceses e comunitários presentes. Pronunciou com solenidade um breve discurso e retirou-se, com a maior solenidade. A encarnação de “La Grandeur de la France!”

O jantar oficial foi em Versailles, numa longuíssima mesa na Galerie des Batailles. Quando chegámos fomos recebido no jardim, num pôr-do-sol magnífico, ao som de um grupo de “cors-de-chasse” que tocava, num terraço inferior, música do tempo de Louis XIV. Nessa ocasião eu era o decano dos Ministros da Ciência. Por isso usufruí de distinções especiais, mas também tive obrigações suplementares: “L’élégance même!” ...

\*

Eu continuava a manter um contacto próximo com o Prof. Cunha Vaz, da Universidade de Coimbra que, em 30 de Junho, me veio falar do seu AIBILI cujas obras avançavam. Mas, como sucede muitas vezes em Portugal, as medições não estavam correctas ou tinha havido trabalhos a mais e era preciso encontrar algum dinheiro para apoiar o laboratório. “On time, on budget”, em Portugal, é raro!...

Aproveitei para falar com ele acerca dos trabalhos da Comissão Consultiva do CIENCIA a que ele pertencia. Referiu que existiam, no sector da Saúde, muitos outros projectos que não avançavam, por falta de apoio financeiro. Recomendou-me que eu olhasse para todos os sectores e visse se qualquer projecto “encalhado” não poderia transferir meios para o seu sector. Eu tomei boa nota e fiquei contente. Seis anos antes ninguém me poderia ter vindo dizer que havia muitas ideias novas que não avançavam, por falta de meios. A dinamização da investigação havia feito despertar o gosto por investigar.

Existia um grande projecto em Coimbra de recuperação do Colégio da Trindade; porém, só as suas obras custariam quase um milhão de contos. Logo, seria preciso saber qual seria a sua utilização.

Atribuía muita importância à questão da imagem, especialmente da sua Universidade e da sua Cidade, como Centro de Ciência. Pensava, muito justamente, que isso poderia ser conseguido através do sector da Saúde. Alguns anos antes e no quadro de uma versão do Plano de Desenvolvimento Regional, eu tinha proposto mesmo um “slogan” para o mesmo efeito: “Ir a Coimbra, ao Médico”. É o que muitos fazem hoje, em especialidades muito diversas.

O projecto dele avançou e tornou-se um grande marco na investigação oftalmológica, em Portugal.

\*

No dia 2 de Julho foi-me comunicado que deveria marcar a data para inauguração da Agência Nacional de Inovação. A escritura da sua constituição havia sido celebrada num notário no dia 29 de Junho.

\*

O Instituto de Investigação Científica Tropical era herdeiro de um património material e moral de importância inestimável. Mas, o facto de já não haver espaços onde ele aplicasse as inegáveis competências que ainda tinha determinou uma progressiva desmotivação dos seus quadros e uma dificuldade acrescida de revitalização do Instituto. Em 14 de Julho soube que tinha havido uma leva de 30 baixas que comprometiam a actividade da instituição; por outro lado, permaneciam

alguns investigadores sem grandes capacidades ou vontade. Contudo, havia duas unidades que me preocupavam particularmente: o Centro da Ferrugem do Café, que só podia estar instalado numa região não produtora, e o Arquivo Histórico Ultramarino, uma daquelas joias preciosas que está confiada à nossa guarda e que se impõe que preservemos a todo o custo.

Mas os outros centros não estavam a produzir grandes coisas. Combinei que se fizesse uma avaliação à sua produção, mas recorrendo a avaliadores independentes. Como não era fácil encontrá-los em Portugal, pedi para se fazer uma auscultação ao Ministério da Ciência francês que já devia ter passado por situação semelhante. Como tenho referido algumas vezes, as nossas relações com as autoridades francesas do sector não podiam ser mais cordiais. Assim se fez.

\*

Havia alguns Laboratórios do Estado cuja situação me preocupava. Um deles era o ICEN (Instituto de Ciência e Energia Nuclear). Tornava-se urgente ver o que fazer com ele. Tinha sido fundado durante o regime anterior e beneficiado da protecção de alguns Ministros da Indústria anteriores. Mas o meu Colega de então, o Eng. Mira Amaral, espírito muito positivo e que olhava atentamente para os resultados e para os custos, disse logo numa reunião que tivemos em 21 de Julho que não dispunha de meios para o sustentar, na tutela da Energia, como era tradicional. Ele também prestava serviços ao sector da Saúde, na área dos isótopos mas sempre havia estado inserido no Ministério da Indústria e Energia. O problema era que ele tinha 250 pessoas ao seu serviço, gastando por isso bastante e não gostando nada de prestar muitas contas.

O Secretário de Estado da Ciência bem deu o exemplo da Áustria, onde havíamos estado e que tinha sido confrontada com uma situação semelhante (Seisbersdorf). Em dez anos havia sido transformado numa instituição que fazia coisas totalmente diferentes, obedecendo a objectivos bem marcados que lhe haviam sido definidos. O que impacientava particularmente o meu Colega era a atitude dos seus responsáveis que respondiam a custo às perguntas da tutela. Isso não facilitava as coisas... Não havia muitas alternativas: ou era a extinção ou uma reconversão paciente, mas determinada, tal como propunha o Secretário de Estado da Indústria, Luís Alves

Monteiro, o qual havia estudado bem o assunto. A instituição tinha que gerar alguma receita. Talvez sob a forma de associação sem fins lucrativos, chamando algumas entidades interessadas à participação. Haveria um “núcleo duro” de dimensão mínima, porém, com a maior capacidade científica. Tinha que se rentabilizar as instalações e o equipamento por via da prestação de serviços (tal como os isótopos). Recorrer-se-ia à nova lei dos disponíveis para reduzir o pessoal para menos de 150 elementos. Dar-se-ia cinco anos para a nova associação se afirmar, particularmente através da celebração de contratos-programa. Aproveitar-se-ia o seu potencial para reforçar as ligações com as universidades que, aliás, eram já intensas. Havia sido auscultadas instituições universitárias de Lisboa que estavam interessadas em estabelecer laços de cooperação: a Faculdade de Ciências da Universidade (Clássica) de Lisboa, a Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Superior Técnico. A informação do Secretário de Estado do Ensino Superior era de que elas queriam, mas com garantia de financiamento sustentado... Mas no conjunto havia 64 investigadores considerados como de bom ou de muito bom nível. Não podíamos perder a sua colaboração! Começámos a falar em nomes para encabeçar a comissão de gestão a encarregar da transição. E falámos também em números.

Eu abomino as soluções radicais, nas quais vai tudo borda-fora. Mas os principais interessados tinham de mostrar vontade de colaborar em torno de uma solução praticável. Nestes casos, não chega repousar no convencimento das suas altas qualidades. É preciso olhar para os problemas com perspectivas mais abrangentes. A minha função era procurar uma solução.

\*

Em 22 de Julho tive a informação de que o Programa Gulbenkian de Doutoramento em Biologia e Medicina, coordenado pelo Prof. António Coutinho, estava finalmente a andar. O mérito era, especialmente, do coordenador. Havia sido assinado um convénio entre a Fundação Calouste Gulbenkian e as Secretarias de Estado da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior que formalizava as obrigações das três partes. As actividades iniciar-se-iam em Outubro de 1993.

Há pouco tempo tiveram a atenção de me convidar para o 25.º aniversário do programa, ocasião em que foi feito um balanço do mesmo. Fiquei muito impressionado e, naturalmente, muito satisfeito.



## CAPÍTULO XXVIII

NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

Quando regressámos de férias, ficámos preocupados com aquilo que víamos na Europa e no Mundo. Estávamos a viver a pior crise económica desde 1930!

Internamente, deveríamos preparar-nos para as eleições autárquicas de 12 de Dezembro seguinte, em relação às quais temíamos um desaire para o partido do Governo, como costuma acontecer quando se está a meio de um mandato em que se venceu nas legislativas por maioria absoluta. Os Portugueses detestam pôr os ovos todos no mesmo cesto...

Também estávamos preocupados com a vinda próxima de uma delegação da UNITA. O Governo privilegiava sempre as suas relações externas com os governos legítimos desses países; os contactos com as oposições era feito sempre com as maiores cautelas; nunca poderíamos ser atacados por nos imiscuirmos nos problemas dos outros.

Estávamos a constatar uma “corporativização” progressiva na sociedade portuguesa. Nessa ocasião, estavam a juntar-se e a oferecer uma frente comum os magistrados. Isso não augurava nada de bom.

Os trabalhos de preparação do Orçamento estavam adiantados. Mas não poderíamos facilitar nada. No que me tocava, o PIDDAC já estava pronto, mas havia sempre quem estivesse insatisfeito...

\*

Eu dava muita atenção à criação de um Museu dos Transportes e Comunicações no Porto, porque achava que ele poderia constituir um excelente instrumento de educação científica dos jovens. Tinha visitado o museu dos transportes de Lucerna num sábado de manhã e havia ficado fascinado com a actividade febril que encontrei em todas as secções. Havia monitores a explicar como é que tudo

funcionava e a miudagem não parava de fazer perguntas e de mexer. O museu era, verdadeiramente, “hands-on”.

No dia 17 de Setembro tive uma longa troca de impressões com a indigitada presidente do conselho de administração. Fomos assentando nas diversas valências do museu. Ele deveria constituir, simultaneamente, um espaço lúdico, científico e museológico. Teria de se começar por se elaborar um documento sintético a fixar os objectivos do museu, antes de se estabelecer a composição dos seus órgãos de administração. Deveria dar-se prioridade à elaboração do programa de actividades para o resto do ano de 1993 e, ainda, para 1994. A constituição do museu havia sido bem acolhida pela Área Metropolitana do Porto e, também, pela Universidade do Porto, algo que nos dava garantias acerca da ancoragem da nova instituição. Tinha que se prever a vinda de consultores especializados; mas, como sempre, o dinheiro era curto... O museu deveria acolher actividades mobilizadoras do interesse dos jovens e, para isso, tinha também de oferecer exposições temporárias e um programa de conferências ou de “charlas” explicativas do que se poderia ver. Soube, nessa ocasião, que já havia técnicos especializados na concepção de museus de transportes. Mas, naquela altura, a prioridade tinha de ir para a recuperação do edifício da Alfândega, onde o museu ficaria alojado. Como se sabe, o corpo principal e a ala nascente foram excelentemente recuperados pelo Arquitecto Souto de Moura, com uma intervenção minimalista que resultou muito bem.

Estabeleci, então, que se deveria elaborar um estudo sobre a organização do museu, um projecto de obras e melhoramentos, um estudo de viabilidade e a constituição de um gabinete de informações. Impunha-se, antes de mais, constituir a Associação para o Museu dos Transportes, porque não se tratava de “pendurar” mais um museu público no Orçamento do Estado. As furnas, tanto do lado nascente como do poente, representavam espaços com enorme procura, como se tem visto ao longo dos anos. Elas poderiam constituir uma boa fonte de receita, como sucedeu de facto.

Um dia há-de fazer-se uma análise acerca do que fez um projecto tão promissor ter vindo a arrastar-se ao longo dos anos (1993-2016...) com tantas dificuldades. Já fui presidente e vice-presidente do conselho geral da Associação... Mas não gosto



de ser avô e bisavô das instituições de que, um dia, impulsionei a criação... Elas têm de se emancipar dos seus criadores...

\*

Em Setembro de 1993 estávamos preocupados com o abrandamento da conjuntura económica geral. Ele iria ter repercussões óbvias sobre as empresas portuguesas. Impunha-se, por isso, gizar um conjunto de medidas anti-cíclicas que as ajudasse a passar o cavado da onda, nomeadamente nas suas consequências sobre o emprego. A solução clássica para este problema é o lançamento de obras públicas e de apoios à construção civil. Foram analisados os programas que já tínhamos em andamento, como eram os da construção de habitações económicas e de erradicação das barracas, a que já me referi, anteriormente. Não havia dificuldades em relação à sua execução material, uma vez que dispúnhamos de numerosas empresas habilitadas. Surgiam, todavia, algumas dificuldades por parte de certas Câmaras que não tinham tesouraria para realizar a sua contrapartida no programa estabelecido. Deveríamos mobilizar terrenos do Estado, no caso de não haver municipais. O programa era suficientemente atraente para ter chamado algumas empresas de construção estrangeiras (especialmente espanholas). Mas quem nós queríamos ver a ganhar os concursos eram as portuguesas; elas teriam de se desembaraçar, uma vez que nós não podíamos vedar o mercado às empresas europeias. Decidiu-se partir as grandes encomendas em lotes mais pequenos para as tornar acessíveis às médias empresas portuguesas. O programa de realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto era considerado como bom e as Câmaras estavam com vontade de o executar. Como já disse, a sua colaboração era indispensável para assegurar que, após demolição, uma barraca não seria reconstruída; se o fosse, estava descoberta a receita para ter acesso a uma nova habitação: era construir uma barraca, instalar-se e esperar... Os contratos que estavam prestes a ser assinados respeitavam às Câmaras de Sintra, de Mafra, de Vila Franca de Xira e de Azambuja. Só a primeira tinha mais de mil barracas!... Já se havia facilitado a celebração das escrituras, isentando o imposto para a transferência do crédito de um banco para o outro e outras medidas administrativas que poderiam criar qualquer atrito no processo, mesmo pequeno.

Queríamos que o sistema bancário agilizasse o processo de concessão de crédito, mas ele estava a demorar muito a definir as novas regras. Deveria tratar-se cuidadosamente da informação, porque nela residia parte do sucesso da operação. A legislação sobre loteamentos, licenciamentos e condomínios já tinha sido revista ou estava a sê-lo.

Por um lado, queríamos ver o programa executado e isso seria fácil, abrindo concursos internacionais. Por outro lado, se fossem empresas de fora a construir as casas, resolver-se-ia o problema da habitação, mas tínhamos que contar com que eles contratassem mão-de-obra portuguesa para minorar o problema do emprego. Preferíamos que elas se reorganizassem apresentando preços e outras condições que as tornassem muito competitivas em relação às estrangeiras. Era a oportunidade para se dar um grande impulso na modernização da nossa indústria da construção; faltava-lhe sobretudo organização, porque a mão-de-obra não era má. Eu insistia, particularmente, em que se aproveitasse o ensejo para reformular a indústria que bole com numerosos outros sectores, nomeadamente de componentes que deveriam começar por fazer um grande esforço de normalização da sua produção; era evidente que isto teria repercussões a montante junto dos projectistas. Mas o desenvolvimento implica modernização e esta tem de ser feita em cascata.

Em qualquer caso, a oportunidade era única, dado que o programa contemplava 46.000 novos fogos, ao longo do país e isso poderia induzir um movimento de modernização que habilitaria as empresas portuguesas a abordarem novos mercados (Não o espanhol... porque ninguém lá entra! Erguem barreiras com grande à vontade, para não dizer com grande descaramento...).

Todavia, as medidas contra-cíclicas não se limitavam ao sector da construção de habitações. Havia, também, o apoio à exportação. O próprio Primeiro-Ministro apresentou na Exponor (Matosinhos), no coração da região mais exportadora, um programa com dez medidas consideradas como muito atraentes. Como se tornou costume, as exportações para Angola funcionavam “en accordéon”!... Em 1992 haviam sido 115 milhões de contos; em 1993 esperava-se que fosse um terço! Isso deixava os empresários que apostavam naquele país muito perturbados. Havia, ainda neste domínio, a questão da imagem do nosso País que precisava de gran-

des melhorias. Só em alguns sectores e relativamente a poucos países ela era li-sonjeira; na maior parte dos casos, ela era má, quanto muito sofrível. Reclamava, por isso, grandes melhorias.

Voltámos a analisar os sistemas de incentivos de que dispúnhamos para apoio às PME. Não poderíamos ser mais generosos; mas talvez resultasse apoiar os inventores, aqueles que introduzissem no processo produtivo inovações práticas que se traduzissem no aumento de produtividade. Decidimos reforçar no QCA II (Quadro Comunitário de Apoio) as medidas que tinham dado bom resultado no primeiro.

O programa RETEX era uma iniciativa comunitária para o sector têxtil que, em nosso entender, estava insuficientemente dotada. De qualquer forma, com 46 milhões de contos, o nosso programa tinha sido o mais bem guarnecido; mais do dobro do segundo contemplado. Não nos poderíamos queixar e era importante aproveitá-lo bem para desbloquear os pontos que constituíssem verdadeiros estrangulamentos. A ajuizar pelos resultados, acertámos. Havia uma ideia peregrina generalizada: a de que o capital de risco constituía uma estatização disfarçada. Finalmente, essa impressão estava a começar a desvanecer-se, permitindo recorrer a esse instrumento com maior determinação.

O sector da Agricultura também insistia num apoio reforçado à comercialização dos seus produtos. Quando hoje (2016) eu ouço dizer que Portugal se impôs no mercado internacional no sector das frutas e hortícolas, não posso deixar de constatar que se deram, então, alguns passos na boa direcção.

Em resumo, havia numerosos programas dispersos. Era preciso dar-lhes coerência e, aspecto fundamental, assegurar a coordenação do conjunto. É nesta, particularmente, que os Portugueses não são tão bons como deviam ser.

\*

Em Portugal, quando um ministro quer ver feitas coisas fora do comum tem de “meter as mãos na massa” directamente. De outra forma, elas ficam enleadas em complicações e encaham na primeira repartição que suceder interpor-se.

Já referi que a tutela da Academia de Ciências me veio cair a mim, na sequência de uma falta de fluidez de entendimento entre o seu Presidente e a Secretária de Estado que antes a exercia. Como deve acontecer, visitei as instalações, constatando

que elas estavam num estado de degradação que não dignificava a instituição. E, também, de falta de segurança. Mande elaborar, no meu gabinete, um programa de emergência que eu sabia que teria de ser custeado por ele, porque o orçamento da própria Academia mal dava para as despesas correntes.

Em 21 de Dezembro fiz o ponto de situação: Os novos portões que permitiriam o acesso de carros de bombeiros já possuíam um projecto e arrancaria em breve a sua construção. As cadeiras do salão nobre teriam de ser reduzidas para 225 (em vez de 250), dado que precisávamos dos 1.500 contos do diferencial para outras coisas. O estrado custaria 672 contos. A mesa viria das arrecadações do Convento de Mafra, mas eu deveria formalizar o pedido numa carta para o Secretário de Estado da Cultura. Para uma estante que conviria ficar a condizer com as restantes era preciso fazer um desenho. A iluminação e o som da biblioteca custariam 3.180 contos e a limpeza e enceramento da sala 516 contos. Tudo somado, o meu gabinete deveria despende 67.000 contos! Mas tudo ficou a preceito.

Relatei isto com pormenor porque muita gente pensa que basta o ministro dar a ordem para que tudo surja. Todavia, o acompanhamento é indispensável. E quando se trata de “caprichos” do ministro ele tem de os seguir em todas as curvas. Se o não fizer, o assunto “despista-se”... Se o ministro não fosse engenheiro, o melhoramento não teria sido feito...

\*

Eu insistia muito para que se formassem “gestores da ciência” para guarnecer as diversas instituições que lidavam com dinheiros avultados. Os respectivos cursos tinham lugar no Instituto Nacional de Administração (INA), em Oeiras, e eram coordenados pela Secretária de Estado da Modernização Administrativa.

Havia sido feita uma edição que tinha completado as vagas previstas, mas, para o segundo curso, não apareceram candidatos em número suficiente. E ainda havia muitas instituições desguarnecidas. Por isso, pedi aos dois Secretários de Estado – a da Modernização Administrativa e o da Ciência e Tecnologia – para fazerem uma reunião com todos os que haviam frequentado o primeiro curso para colher impressões sobre os resultados que dele tiraram e das recomendações sobre o que haveria de se adaptar.

Também não havia interessados num curso para técnicos de desenvolvimento. O CEFA estava a experimentar grandes dificuldades de relação com a ANMP. Era preciso pensar em qualquer forma de compensação para os graduados, em função do seu nível de aproveitamento. Tratava-se de promover um curso geral que tanta falta fazia aos funcionários municipais!...

Sempre me impressionou a pouca importância que a maior parte dos Portugueses atribui à formação e, particularmente, à formação contínua. Como se ela não fosse necessária, durante toda a vida!...

\*

De vez em quando, somos surpreendidos com propostas oportunistas que só têm explicação pelo alívio que devem dar aos seus proponentes.

A Fundação de Serralves havia sido constituída com a participação de numerosos fundadores a quem se tinha proposto a construção de um museu. Mas o Secretário de Estado da Cultura estava confrontado com dois problemas no Porto: o da Orquestra Sinfónica, que tinha sido criada; e da Cadeia da Relação, para a qual não havia ideias claras de aproveitamento. Pois fui surpreendido, em 28 de Setembro, com a extraordinária sugestão de não se construir um museu, mas somente um auditório no qual actuaria a orquestra que, entretanto, ficaria alojada na Cadeia da Relação. Para isso teriam de ser alterados os estatutos da Fundação. Eu disse logo que não! Não se propõe uma coisa para fazer o que dá mais jeito, diante das dificuldades do momento. Algumas pessoas não entendem que a perda de confiança pode resultar de uma acumulação de propostas pouco sensatas, por muito “desembaraçadas” que elas possam parecer. Este problema de fundo só se veio a resolver com a criação da Casa da Música e da sua fundação.

\*

No dia 30 de Setembro foi-nos lembrado que o Tratado de Maastricht entraria em vigor no dia 1 de Novembro e os Tratados EEE e de Schengen no dia 1 de Dezembro. Estavam, assim, para acontecer coisas muito importantes para cuja consecução tínhamos investido muito tempo e esforço. Era preciso, agora, mostrar diligência na concretização do seu conteúdo.

O alargamento da Comunidade continuava a ocupar-nos. Estava-se a assistir a um reforço do poder dos grandes Estados e a uma diminuição do dos pequenos; isto, por entrarem mais destes e nenhum daqueles; o poder estava cada vez mais “pulverizado”. Teríamos de ser habilidosos para defender a posição dos pequenos Estados, arranjando formas não alarmistas de relançar o debate institucional. Isto deveria ser feito com grandes cautelas.

Na construção do Espaço Económico Europeu, tínhamos pela frente a repartição da quota de pescas da Noruega entre Espanha e Portugal.

Tinha havido, em Bruges, um Conselho Informal dos Ministros do Emprego e da Segurança Social no qual foi constatado o défice de todos os sistemas de segurança social europeus. Começou a ser aprofundado o tema. Os países estavam a abordá-lo de acordo com as dificuldades que mais sentiam. Mas procurava-se uma arquitectura da solução que conviesse ao maior número.

As negociações do GATT continuavam emperradas. Era evidente que elas interessavam pouco aos Estados Unidos. Mas na Comunidade Europeia também havia divergência de pontos de vista entre a França e a Alemanha. O pior era que isso fazia penar o nosso sector têxtil.

Em 1993 a situação das companhias de aviação europeias era de pânico. Nos dois anos anteriores haviam perdido o que tinham ganho antes. A que estava em pior situação era a Air France. Mas todas estavam mal. Por isso havia uma proposta para aplicação de verbas do fundo de coesão para resolver a situação. Quem ficou em pânico dessa vez fui eu, porque a magnitude da questão era de tal ordem que absorveria a totalidade do fundo e muito mais, comprometendo os comparativamente modestos empreendimentos nos sectores dos transportes e do ambiente dos quatro países da coesão (Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia). Felizmente a solução não foi por essa via. Mas era e é corrente, nos países-membros e na Comunidade, diante de um problema que surge propor lançar mão da primeira verba disponível. Acabou por não ser o caso dessa vez...

Soubemos que o nosso PDR estava, em Bruxelas, a ser analisado por consultores contratados para o efeito. E fizeram-nos saber que era preciso quantificar todos os objectivos que havíamos enunciado. Reclamavam “figures” para tudo! Em alguns sectores isso não seria difícil, mas, quando o número de agentes de

um dado programa fosse muito elevado, a precisão da definição do objectivo a alcançar revelar-se-ia algo aproximativa. Todavia, começámos logo a trabalhar nessa quantificação sistemática, ao mesmo tempo que dissemos ao Comissário e ao Director-geral que havíamos cumprido rigorosamente as regras estabelecidas. Mas era evidente que os consultores tinham de justificar os seus honorários; não poderiam dizer unicamente que tudo estava bem. Estou seguro de que nenhum deles havia feito, alguma vez, um projecto de PDR!... Isso era o resultado de a Administração Comunitária não dispor, nos seus quadros, dos peritos competentes, em número e em qualidade, para se abalançarem a analisar as orientações que eles próprios haviam estabelecido.

\*

Em 7 de Outubro estávamos a finalizar o Orçamento do Estado para 1994, a apresentar à Assembleia da República até daí a uma semana.

Havia uma situação dramática em relação ao financiamento da Segurança Social; tínhamos que contrair um empréstimo de 125 milhões de contos para lhe fazer face. Na minha área, o PIDDAC estava estabilizado. O que me preocupava mais eram as transferências para as Autarquias que montariam a 196,6 milhões de contos quando elas estavam a contar com qualquer coisa à volta de 204! Que conversa teria eu de fazer para justificar a redução? Mas o Ministro das Finanças mostrava-se irredutível (Como é hábito...). Ele justificava que nós estávamos a amortecer os efeitos da crise internacional, ao mesmo tempo que ela estava a acontecer; e isso era muito exigente!

Comparávamos os valores do crescimento do PIB, das transferências da Comunidade Europeia, do consumo privado, do consumo público, da formação bruta de capital fixo, das exportações e das importações para 1994 e os estimados para o biénio 1995/96. Estes é que seriam bons! Entretanto, deveríamos ser pacientes. Em particular, o valor da FBCF para 1994 e para 1995/96 passava de 3,2% para 6,5%, o que dava grande alento aos “ministros construtores”. Todavia, entretanto havia que moderar as ambições...

Um tema que nos preocupava era a evolução da cobrança do IVA. Tinha havido uma mudança da base de cálculo acompanhada de outra do método de cobrança

para contrariar a evasão que era enorme e com o abrandamento da actividade económica que era um facto. Tudo isso junto tinha feito diminuir a previsão da cobrança respectiva. Isso reflectir-se-ia directamente no valor do FEF o que me obrigaria a esforços de erudição, junto dos Autarcas e dos Deputados, condenados ao fracasso de antemão. Fiquei, naturalmente, em cuidados. Por tudo isso, o funcionamento da administração fiscal, tradicionalmente muito eficaz, passou a representar para todos nós uma inquietação que dispensávamos bem. Isso implicava a impossibilidade da estimativa de receita e um défice da ordem dos 6,7% do PIB (!), o maior de sempre desde que éramos governo. Mas optámos por manter o investimento que havíamos acordado em Julho, antes de férias. O PIDDAC ficaria, assim, inalterado, mas sujeito a um acompanhamento “quase diário”.

Haveria repercussões em todos os ministérios, cujos titulares manifestaram as suas apreensões. Todos tinham casos dramáticos, naturalmente, que eram devidamente enfatizados. Impressionou-me, particularmente, a situação na Justiça: o número de reclusos iria subir para cerca de 12.000 quando se estimava que fossem 8.500; o nível de contágio da sida e da hepatite B tinha subido, verificando-se que um quarto dos novos reclusos tinham sida, quando a média da população era de 10%; mas, do lado bom, tivemos a notícia de que Portugal dava sinais de já não ser uma porta de entrada de droga na Europa, graças à acção persistente da Polícia Judiciária.

Era imperiosa a reestruturação interna de todos os ministérios para tentar conseguir baixar a despesa o mais possível. Nessa ocasião éramos, dos países europeus, um dos que mais baixo investimento público apresentava. Em 1993 tinham-se aposentado 5% dos funcionários públicos! Era imenso!...

Eu fiquei particularmente apreensivo com a verba a incluir no Capítulo 60 para a constituição da empresa do Alqueva. Mas ela não foi tocada!

\*

No dia 9 de Outubro houve, em Viseu, a entronização de novos confrades da Confraria dos Enófilos do Dão. O número de recipiendários da distinção era grande mas, dadas as nossas funções, o Prof. António Barbosa de Melo, Presidente da Assembleia da República e eu, como Ministro do Planeamento, enca-





FIG. Com a fadista Amália Rodrigues  
na Entronização na Confraria dos Enófilos do Dão.

beçámos a lista ao lado de Amália Rodrigues em quem se centravam todas as atenções. A sala não era grande de modo que puseram três cadeiras na primeira fila, sentando-se a Amália na do centro, com um de nós de cada lado. Assim nos dispusemos até entrar o chanceler e os outros dignitários, ocasião em que todos nos levantámos. Quando me voltei a sentar verifiquei que uma senhora, nova “confreira”, já lá estava sentada ao lado da fadista. Eu não me podia sentar no seu colo e estava fora de causa tirá-la do seu lugar, até porque ela tinha posto um ar seráfico manifesto, olhando fixamente em frente para o chanceler. Toda a gente percebeu e sorriu, alguns piscando-me o olho quando me viram em pé à espera da cadeira que alguém se apressou a trazer-me. A verdade é que a senhora, de quem eu nunca soube o nome, ficou “imortalizada” nas fotografias ao lado da Amália, como era seu objectivo patente. E eu fui muito felicitado pela calma com que esperei que a cadeira chegasse...

\*

Em princípios de Outubro tivemos um alarme: em Espanha haviam sido detectados vários focos de peste suína africana. Fechou-se a fronteira à importação de animais. E conseguimos que Portugal fosse declarado indemne. O contrário, teria sido um desastre.

\*

Desde o dia 4 de Junho de 1993 que estava em curso um processo de concertação social. Podia dizer-se que havia uma atitude construtiva por parte das confederações patronais e sindicais. As partes haviam sido avisadas de que as notificações deveriam estar concluídas antes da entrega da proposta de Orçamento do Estado, o que teria de acontecer até ao dia 15 de Outubro. O objectivo principal do acordo era o combate ao desemprego que nessa ocasião era 5,6%, de longe o mais baixo da Europa.

Tinha-se trabalhado bem num programa de promoção do emprego, através da formação própria, da criação de emprego e de programas ocupacionais vários. Mas o clima político tinha-se adensado nos últimos tempos. As confederações patronais não queriam aumentos salariais (em %) maiores do que os vigentes nos

outros países europeus. Mas nós queríamos muito o acordo, porque tínhamos esperança de que ele apaziguasse o ambiente e isso seria bom para o País. As confederações patronais poderiam chegar a 4% de aumento, no caso do acordo ser firmado. A confederação que mais queria assiná-lo era a do comércio. Mas havia outras pretensões: os custos da energia eléctrica não aumentariam durante o ano de 1994; haveria crédito fiscal ao investimento, embora temporariamente; os que investissem mais cedo poderiam reduzir à colecta do imposto 8% de incentivo ao investimento. As confederações patronais queriam flexibilidade e polivalência de funções, além da extensão, para 1994, dos contratos a prazo.

Não havia grandes divergências de fundo! O programa de emprego abrangia cerca de 127.000 trabalhadores, o que custaria cerca de 50 milhões de contos; 70.000 pessoas estariam abrangidas pelos programas ocupacionais. Mas o Partido Socialista estava a fazer pressão para não haver acordo nenhum. Ela exercia-se sobre os sindicalistas, obviamente. As reuniões haviam decorrido muito bem, sem qualquer espécie de tensão. Mas ainda não estavam fechadas as negociações e isso era um motivo de preocupação para o Governo. O texto do acordo estava muito bem elaborado e era sensato e equilibrado. Havia quem aconselhasse convocar uma reunião formal do Conselho para apresentar o dito texto. Alguém lembrou que a autonomia dos sindicalistas em relação aos partidos políticos era constitucional... Outro sugeriu que se fizesse passar para a opinião pública a notícia de que o acordo era bom. Tratava-se de um exercício de paciência e de persuasão.

\*

No dia 14 de Outubro houve, no gabinete do Ministro-adjunto (Dr. Luís Marques Mendes), a habitual ronda pelos representantes dos partidos da Oposição sobre as Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado cujas propostas iriam, em breve, ser apresentadas ao Parlamento. O PS manifestou desgosto institucional por ser tão tardia a consulta feita ao abrigo do estatuto de Oposição. O PCP disse o mesmo. O CDS quis saber, no âmbito do orçamento complementar, que não estava em análise, qual era o alcance das medidas fiscais e se ele atingiria ou não os rendimentos gerados em 1993. A previsão para o IVA, em 1994, era certo que seria inferior à relativa ao ano de 1993; o Governo confirmava esse facto? Haveria ou

não impostos aplicados a rendimentos gerados em 1993? Afirmaram que a França iria fazer um desagravamento fiscal muito interessante; porque não fazíamos nós o mesmo? Os “Verdes” defenderam as verbas para as Autarquias Locais, “verdadeiro espaço para o desenvolvimento do País”.

Quanto às Grandes Opções nada disseram. Eu ficava sempre desconsolado quando isso acontecia.

\*

As eleições autárquicas aproximavam-se (elas seriam em 12 de Dezembro), de modo que tínhamos de estar preparados para o fogo de artilharia partidária nas semanas anteriores. Foi o que aconteceu no dia 21 de Outubro com duas interpelações, uma do PCP e outra do PS. Tratava-se de um debate de natureza exclusivamente política, embora o pretexto fosse a análise da situação económica. Decidiu-se que quem aguentaria a discussão fosse o Ministro-adjunto (Luís Marques Mendes) acompanhado de dois Secretários de Estado, um das Finanças e outro do Emprego.

\*

No dia 1 de Novembro entraria em vigor o Tratado de Maastricht. Para nós isso era importante, apesar de ter pontos mais e menos positivos.

Durante o segundo semestre de 1993 quem exercia a presidência era a Bélgica e esta estava a ser eficaz, apresentando resultados visíveis da sua acção. Quem seguia as coisas de perto em Bruxelas achava que os seus ministros resistiam mal às pressões alemãs e francesas, em detrimento de todos os outros e isso não era bom; seguramente, tornava-se difícil não o fazer, mas esperava-se a observância de uma grande imparcialidade. Ou, pelo menos, fingi-la...

O tratado tinha seis novos domínios: i) a defesa do consumidor; ii) a educação; iii) a saúde; iv) a cultura; v) as redes transeuropeias e vi) a indústria. Todos estes domínios eram importantes para nós. Mas os antigos também o eram; haviam sido aprofundadas as áreas de investigação científica e do ambiente, mas o Parlamento Europeu queria ter mais influência sobre a definição das políticas respectivas, como eu já mencionei, por diversas vezes, nestas memórias.

A maioria qualificada, agora alargada a muitas decisões, iria reclamar um grande trabalho bilateral, particularmente dos pequenos países como Portugal. Isso iria exigir muita atenção por parte da REPER (Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia) e a emissão de alertas para os ministros que participavam nos Conselhos. Com o reforço da co-decisão e da conciliação, a Comissão iria adquirir um peso crescente; o seu poder de iniciativa ir-se-ia revelar muito importante. Ela trabalhava com alguns comités consultivos que a ajudavam na formulação das suas iniciativas; nelas estavam presentes alguns peritos portugueses; não seria mal “cultivá-los” para saber o que é que estava no “pipe-line”; todos os outros o faziam!...

O Provedor de Justiça comunitário iria funcionar na órbita do Parlamento Europeu e em articulação com os Provedores dos Estados-membros.

O acordo de Schengen iria entrar em vigor no dia 1 de Fevereiro de 1994. Era preciso assegurar que nas fronteiras e, especialmente, nas fronteiras dos aeroportos tudo estivesse adaptado e treinado. Em todas as fronteiras haveria bifurcação de fluxos: os cidadãos EU e os non-EU. Era preciso fazer as adaptações que hoje nos parecem lá ter estado sempre. Mas aquela data havia sido alterada tantas vezes que era preciso esperar para ver...

As negociações do GATT preocupavam-nos justificadamente. Todos anunciavam grande vontade de as ver prosseguir, mas a verdade é que elas mexiam pouco. Já se sabia do arrastar de pés dos Estados- Unidos; mas nessa ocasião começou a ver-se que a França também queria compensações (no âmbito da Comunidade) para os seus produtos agrícolas e industriais... Nós estávamos interessados particularmente na evolução do sector têxtil, em relação à qual só nos restava esperar e no acesso aos mercados estrangeiros de que precisávamos imensamente para diversificar os nossos destinos de exportação. Nós bem insistíamos para que as negociações andassem para a frente; mas havia outros mais pesados e com interesses mais fortes...

Começava-se a falar muito no alargamento da Comunidade, em fins de 1993; não só dos países que já estavam com negociações avançadas, mas também dos da Europa Central e de Leste cujo interesse público era manifesto e recíproco.

Nessa ocasião, tínhamos a presidência grega que iria começar em 1 de Janeiro de 1994. A experiência anterior não havia sido muito tranquilizadora. Por isso sabíamos que uma grande parte do que não fosse resolvido durante o tempo remanescente da presidência belga teria de esperar até Julho para ser redinamizada.

\*

Em fins de Outubro de 1993 recebemos a notícia de que iria ser criado um Conselho do Ensino Superior, no qual estavam presentes o sector público e o privado. Este era, nessa ocasião, responsável por 35% a 40% dos alunos. Hoje (2016) é, seguramente, muito menos. Era fatal que o Conselho iria constituir um fórum de oposição ao Governo, reclamando mais verbas para tudo. Ele também teria funções de articulação com a parte da investigação científica e com a formação profissional e isso não seria mau se não se revelasse dominante a reclamação de mais dinheiros. Tratava-se, manifestamente, de uma “fuga para a frente”. Não me parecia que fosse a melhor maneira de resolver os problemas.

\*

No final de Outubro de 1993, ficou pronto para distribuir um livro intitulado “Mil Medidas de Desburocratização”. Todos havíamos dado achegas, mas ele era obra da Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Dra. Isabel Corte-Real, uma senhora com enorme capacidade de organização e com um empenhamento invulgar. Posteriormente era preciso designar o alto funcionário que, dentro de cada ministério, seria responsável pela concretização do seu conteúdo. Todos os que estivessem nessas funções deveriam ser sujeitos a um “crash course” para uniformizar a actividade que deveriam desenvolver.

\*

Em 28 de Outubro soube que havia em Bruxelas uma grande discussão acerca da elaboração de um mandato para negociar o QCA com as autoridades portuguesas. Os funcionários da DG XVI andavam muito ocupados com a sua discussão. Nessa altura já tinham feito cerca de trinta reuniões, para debater o tema. Isso, para eles, era importante, porque o nosso seria o primeiro e o que fosse adoptado vigoraria para todos os outros.

O Comissário Bruce Millan, um modelo de sensatez, insistia que não era preciso mandato nenhum e que a negociação se deveria limitar à análise da conformidade do proposto no PDR com as directivas comunitárias. Como era ele que teria de propor a existência de um mandato, se o não fizesse, este não existiria. Mas espalhou-se o boato de que o Presidente Delors era favorável à existência desse mandato. Tenho impressão de que ele nem sabia que a discussão estava a ter lugar e que se estava a invocar o nome do Presidente da Comissão em vão... A nós convinha-nos que não houvesse mandato, pois este teria de definir datas e nós não queríamos nenhuma rigidez a este respeito, tendo de esperar pelos outros que nós sabíamos estarem mais atrasados do que nós.

\*

Em 29 de Outubro, teve lugar em Lisboa um ciclo de palestras e discussões para “Debater com os Portugueses”, o qual também tratou dos problemas do mundo rural. A primeira intervenção foi proferida por mim e está publicada (Discursos VIII); por isso não lhe faço menção. Houve, a seguir, excelentes comunicações, sendo que a primeira foi proferida pela Prof<sup>a</sup> Carminda Cavaco, geógrafa ilustre, da Faculdade de Letras de Lisboa:

Começou por se referir à diversidade do mundo rural e à simbiose entre o espaço rural e o urbano. A difusão do progresso era sempre desigual no espaço, marginalizando algumas partes. Não havia cidades sem campo nem o inverso, a não ser em épocas muito recuadas no tempo. As relações cidade-campo eram sempre complexas, nalguns casos de parasitismo, mas noutros de interacção profunda; noutros, ainda, de indiferença. Por isso havia necessidade de integração das políticas definidas, devendo procurar estabelecer-se estratégias amplas para o mundo rural, alargadas aos centros urbanos. Nas fisionomias e dinâmicas rurais havia tipos de influência fundamentais entre os espaços urbanos, periféricos e intermédios. Cada um apresentava problemáticas de desenvolvimento próprias, a despeito de haver uma série de “continua” sobrepostos. A sub-ocupação, a pluri-actividade e o pluri-rendimento caracterizavam o mundo rural. A agricultura era cada vez mais complexa com vários propósitos. Um desses propósitos poderia ser a preservação da paisagem. Quatro quintos das explorações portuguesas

tinham menos de cinco hectares. Havia escassez de população agrícola familiar a trabalhar na sua exploração; apenas 22% trabalhavam na agricultura a tempo completo. Dispunham, por isso, de muito tempo para o exercício de outras actividades. Muitos produtores tinham mesmo pluri-actividade. Havia muitos tipos de horários, de actividades, de complementaridades, de idades e de alternativa homens/mulheres. Mas a população jovem pluri-activa estava no terciário. Apenas uma pequena parte das famílias agrícolas dispunha de rendimentos oriundos das suas explorações. Observavam-se contrastes regionais expressivos e diferenciação em relação à idade dos produtores. Havia numerosas actividades externas à exploração e manutenção da agricultura e do povoamento rural. Essa manutenção da agricultura dependia das actividades que pudessem ser exercidas fora da agricultura. A actividade externa funcionava, assim, como suporte do desenvolvimento rural; ela estava relacionada com as oportunidades de trabalho fora da agricultura. Mas havia insegurança de emprego e de rendimentos nos outros sectores económicos. Tinha de se procurar um desenvolvimento rural sustentável e integrado; um desenvolvimento que valorizasse os recursos e não comprometes-se o futuro. Deveríamos apostar nos recursos renováveis. A sustentabilidade não implicava o imobilismo. O que nos parecia imutável era o resultado da mobilidade de todas as coisas. Tinham de ser analisados os tipos de consumo de cada época para entender os tipos de agricultura praticados. Muitas áreas teriam de ser integradas em parques ou reservas naturais e, desse modo, preservadas. Conviria detectar as áreas onde se observava maior tendência para o desaparecimento das aldeias e procurar a sua causa. Tinha que se reinventar ou renovar actividades e modos de vida. Mas a modernização teria de ser selectiva. Havia, nomeadamente, um grande património construído e não aproveitado que poderia ser mobilizado. O Prof. Rosado Fernandes também interveio. O mundo rural não poderia experimentar melhorias através de uma modificação política e eleitoral. Todos gostavam de parecer cidadãos bem-falantes. A agricultura continuava a ser o esteio do desenvolvimento do mundo rural. Poderia haver outras actividades complementares da agricultura. Mas tinha de ser o sector primário o motor do desenvolvimento do mundo rural. Deveria insistir-se na formação profissional dos que trabalhavam na agricultura procurando conquistar a sua adesão ao sector. O



mundo rural não poderia ser tomado como uma “Disneylândia”; tinha que estar apoiado na produção da agricultura.

O Dr. Luís Palma Féria também deu o seu depoimento. Há uns anos pensava-se que o único instrumento do desenvolvimento era a industrialização. Mas os municípios rurais ocupavam 2/3 da área do País e tinham neles fixado 1/4 da população. Tinha que se ensaiar uma dispersão da industrialização como alavanca do desenvolvimento. Fez referência aos dois QCA e ao sistema de incentivos regionais. As externalidades no interior estavam a experimentar grandes mudanças, permitindo pensar-se na instalação de novas actividades. Mas as infra-estruturas tinham de preceder os incentivos. Em conjunto, elas provocavam sinergias inesperadas.

O Dr. Armando Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real olhava para o mundo rural com angústia, mas conseguia detectar, em algumas áreas, certos sinais de inversão da situação. Apostava no papel benéfico das cidades de média dimensão. Mas a estrutura e a vocação das comunidades rurais teria de experimentar uma transformação. Todavia, o mundo rural não era homogéneo; reclamava acções diferenciadas. As infra-estruturas construídas não haviam sido capazes de sustentar o êxodo das populações do mundo rural. Teria, por isso, de se investir mais nas cidades médias que assegurariam uma quadrícula de cobertura do território. Deveria haver uma atitude voluntarista do Governo cuja acção seria bom que tivesse a adesão dos intérpretes. Deveria olhar-se com atenção para a inserção dos emigrantes retornados que poderiam assegurar por mais uns tempos a ocupação do território. A Educação era um sector fundamental para actuação.

O Dr. Artur Torres Pereira, antigo presidente da ANMP recomendou o reforço da malha institucional e o guarnecimento do espaço com uma grande variedade de equipamentos. As condições de vida deveriam ser asseguradas com atenção. E procurado o reforço auto-sustentado da base económica. Elogiou o sector da caça como instrumento de acção privilegiado; lembrou que, em Espanha, havia um milhão de caçadores que geravam, todos os anos, uma receita de 400 milhões de contos, uma boa parte dela indo para o mundo rural. Queria a cooperação internacional neste sector. Ele era um caçador exímio (lembro-me de que fui ao casamento dele, cujo almoço teve lugar na pousada de Estremoz, só com caça abatida pelo noivo!... Foi uma ocasião única de que eu aprecio o privilégio, ao ponto de

o mencionar nestas memórias...), recomendava o aproveitamento dos recursos endógenos e a introdução das muitas novas tecnologias que começavam a estar à nossa disposição. O futuro deveria ganhar-se no âmbito dos nossos QCA. Tinha que se pensar em actividades complementares da agricultura que atraíssem forasteiros ao espaço rural.

O Eng. Correia da Cunha também estava presente. Era um agrónomo, desde sempre interessado nos problemas do mundo rural. Eu conhecia-o desde os princípios dos anos 70, sempre muito envolvido em organizações internacionais cujo fito fosse o desenvolvimento regional. Havia sido membro do Governo Regional dos Açores. Enalteceu o papel do poder local na concretização do desenvolvimento rural; deveria dar-se tempo ao tempo, porque o processo era naturalmente demorado. Por isso aconselhava a que se praticasse o planeamento a longo-prazo, porque no mundo rural os resultados viriam sempre muito depois de se ter iniciado a acção. E disse da importância da educação e da formação em todo o processo. O Eng. Santos Varela era um técnico do Ministério da Agricultura a quem Portugal deve muito. Foi ele que assegurou, de forma competente, a negociação da nossa adesão às Comunidades, no sector da agricultura; como se sabe, ela estendeu-se por mais de oito anos; pois ele aguentou, a pé firme, todas as vicissitudes de um processo que se arrastou tempo de mais por razões que pouco tinham a ver com a complexidade das negociações. Ele suportou tudo com “paciência patriótica”. Criticou a monocultura produtivista. Achava que havíamos aderido à Comunidade Europeia com mais de trinta anos de atraso!... Manifestou a opinião de que, sem agricultura, não haveria mundo rural; e, sem este, não haveria Portugal. Apostava no PDR que conhecia bem e que comportava muitas medidas adequadas. Deveriam entrelaçar-se a política para o sector agrícola com a política para o espaço rural.

Encerrou a volta à mesa o Sub-secretário Adjunto do Ministro da Agricultura, Eng. Costa e Oliveira. Começou por sublinhar o peso político do sector rural e do mundo agrícola. Era preciso aproveitar o potencial que o mundo rural ainda tinha. Não nos deveríamos contentar com travar o declínio do mundo rural, mas adoptar uma postura activa. O êxodo rural era um fenómeno mundial. Mas era preciso dar às pessoas que habitavam os meios rurais, condições para lá permanecerem. Uma dimensão a que era preciso atender respeitava à sinistralidade na

agricultura; era preciso contê-la. Voltou à questão da multi-actividade. Sublinhou a importância do “marketing”. Era preciso estancar a saída dos mais bem preparados; seriam estes a concretizar o movimento de fixação de que necessitávamos. Foi um dia estimulante! Olhadas as coisas, mais de vinte anos depois, vê-se que muitas das sugestões feitas tiveram sequência. Hoje (2016), o mundo agrícola está a ser volvido do avesso. E, por detrás das grandes mudanças (no Alentejo, no Douro, no Ribatejo...), está sempre a fixação de gente bem-preparada. São os novos agricultores que estão a dar a volta à agricultura e ao mundo rural. Mas há ainda muito para fazer, especialmente no sector florestal e nas zonas com poucos recursos.

\*

Nós deveríamos tomar decisões relativamente à nossa proposta de representação no Comité das Regiões. Mas havendo eleições autárquicas no dia 12 de Dezembro de 1993, a prudência aconselhava a que não se desse publicidade de nada até essa ocasião. Como a primeira reunião daquele novo órgão era só a 15 de Janeiro de 1994 tínhamos tempo de o comunicar até porque a decisão já estava tomada “in petore”. Das iniciativas comunitárias, uma das que mais nos interessava era a que respeitava às mutações industriais. Tínhamos o sector têxtil com grande necessidade de ser reconvertido e o RETEX não chegava para as necessidades. Era preciso um apoio mais expressivo.

\*

No dia 1 de Novembro de 1993 nasceu a União Europeia (UE), em virtude de ter entrado em vigor o Tratado de Maastricht. Começava, então a vigilância dos défices excessivos por parte do Instituto Monetário Europeu; havia a cláusula de convergência que impunha que aquele défice não fosse mais do que 3% do PIB; o assunto era considerado como matéria de interesse comum. Nascia, também, a Política Externa e de Segurança Comum.

Na distribuição das sedes dos organismos comunitários pelos diversos países-membros, coube à Holanda acolher a Europol (Agência da UE responsável por garantir o cumprimento da lei).

Havia uma iniciativa de crescimento e do emprego que havia tido obstáculos no ECOFIN, o que tinha suscitado queixas generalizadas contra os Ministros das Finanças. Os Transportes, a Energia e a renovação urbana iriam beneficiar da chamada “Facilidade de Edimburgo”. Preocupava-nos a criação de emprego que, como se sabe, só se faz de forma consistente através das PME; era, por isso, necessário arranjar meios mais robustos para apoiar a sua criação. O Presidente da Comissão, Jacques Delors, revelava-se muito sensível a esta matéria; isso representava para nós uma garantia para a nossa proposta de PDR que insistia, particularmente, no assunto.

Em fins de 1993, o tema do alargamento da União já não era susceptível de adiamento. As pressões políticas para o fazer eram muitas e grandes!

\*

Em princípios de Novembro de 1993 ficámos muito desapontados, porque, apesar de todos os esforços desenvolvidos e de alguns sinais positivos, por razões meramente político-partidárias, o almejado Acordo de Concertação Social não havia sido assinado. Não teve nada a ver com o texto apresentado que era até muito bom. Mas a UGT estava em articulação com o Partido Socialista para que o Acordo não fosse celebrado. Isso impunha, naturalmente, um maior aperto orçamental. Era evidente que o Governo tinha que fazer de tudo para que fosse mantido o emprego e impunha-se que o dissesse bem alto. Nenhum país europeu estava, nessa ocasião, a acordar aumentos salariais além de 1% ou 2%; tudo o que ultrapassasse os 2% ou 3%, em Portugal, colocaria o país em posição difícil; deveríamos, contudo, dar prioridade aos mais desfavorecidos (reformados, desempregados). Era preciso tranquilizar esses grupos. Por isso deveria haver uma declaração de prioridade na subida das pensões, assegurando aos beneficiários a manutenção ou, mesmo, o aumento do seu poder de compra. O emprego, a sua criação ou manutenção, preocupavam-nos, verdadeiramente.

Nessa ocasião, na Europa havia um excesso de oferta no sector do transporte aéreo. Não era somente a TAP que estava em apuros; eram todas as suas congéneres europeias e mundiais. Isso havia levado a uma queda repentina das tarifas. O ano de 1993 tinha sido negro para as companhias de aviação; os prejuízos desse ano

tinham “engolido” todos os lucros dos anos anteriores. Admitia-se que houvesse uma estratégia concertada entre as grandes companhias para acabar com as pequenas. Algumas destas acabaram, de facto, mas as grandes também levaram grandes rombos. Nessa ocasião, a companhia que exibia melhores resultados era a LUXAIR, uma companhia pequena. Mas punha-se, seriamente, a questão da viabilidade de algumas companhias de aviação, tal como o tempo haveria de confirmar. A situação era, verdadeiramente, complicada.

\*

No dia 5 de Novembro fui à Comissão Parlamentar do Poder Local para discutir as propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1994. Depois de uma curta introdução da minha parte entrevistaram os Deputados José Manuel Maia, Leonor Coutinho, Duarte Pacheco, Fialho Anastácio, Júlio Henriques, Jorge Lação e Nuno Ribeiro da Silva. Como se verá, discutiu-se muito outras coisas e pouco as propostas em apreço:

Qual era a minha opinião acerca do orçamento suplementar? E sobre a situação da LISNAVE? Iria nascer nos seus terrenos uma nova cidade ou uma nova freguesia de Lisboa... em Almada? Qual seria o valor da contribuição especial para a EXPO'98? Havia, manifestamente, uma diminuição das verbas para as Freguesias e para os Municípios; isso era mau. Para aproveitar bem o novo QCA eu deveria contar com a contribuição das Autarquias; se o não fizesse seria errado (Era sabido que eu havia contado, desde o princípio, com o envolvimento das Autarquias na concretização do QCA e todos os Autarcas e Deputados sabiam isso!). Em relação aos benefícios fiscais concedidos, como se fazia a compensação às Autarquias pelas isenções fiscais que bulissem com as suas receitas? Em que pé estavam as dívidas das Autarquias à EDP e qual o resultado da queixa apresentada ao Provedor de Justiça? A OID de Setúbal era para acabar? Com a crise na Siderurgia Nacional, na Setenave e na Quimigal a situação seria complicada, quanto era certo que a nova fábrica FORD-VOLKSWAGEN não iria conseguir dar a volta à situação, porque não conseguiria absorver os novos desempregados (Isso era verdade, mas tinha-se visto já que os trabalhadores que iriam para o desemprego tinham, em grande parte, mais de 50 anos, podendo beneficiar dos esquemas de apoio exis-

tentes; sabia-se bem que os novos postos de trabalho da FORD-VOLKSWAGEN reclamariam idades e formações totalmente diversas. A verdade é que se conseguiu dar a volta). A infra-estrutura ferroviária era muito importante! Deveria haver uma linha entre o Algarve e Vigo; ora ela não constava do PDR! A navegabilidade do Tejo deveria também constituir um empreendimento a reter até porque já havia sido apresentado um projecto; mas não o viam no PDR! A renovação urbana tinha que ser dotada de muitas mais verbas, uma vez que a explosão urbana se estava a acentuar. Porque é que a Comissão Europeia estava relutante no apoio ao sector da Habitação? Deveria haver mais verbas em programas do tipo do RE-CRIA. E que verbas havia para a exclusão social? As IPSS ligadas à Igreja Católica beneficiavam de ajudas fiscais que as outras não dispunham; estava pensada alguma forma de apoio para estas? Em relação ao PROT da Área Metropolitana de Lisboa, haviam sido apresentadas muitas propostas; quando viriam as respostas? O texto do PROTAML deveria ser publicado o mais rapidamente possível, antes de serem ratificados os PDM dos Concelhos da Área; seria mau que o não fosse (Era o eterno problema do “ovo e da galinha”; se houvesse um PDM já ratificado a precisar de uma actualização, em virtude das decisões tomadas no âmbito do PROTAML, o que se teria de fazer era rever os PDM em causa; não se tratava de nenhuma dificuldade transcendente!). Os Municípios da AML tinham sido dos que mais haviam sofrido no montante das suas receitas; o que tencionava eu fazer para as compensar? Depois desta torrente de perguntas com pouco a ver com a matéria em discussão, um Deputado pediu para se recentrar o debate em relação às GOP e ao OE. Disse logo que as GOP eram consensuais. Recomendou que apostássemos nas Operações Integradas; a oposição havia criticado esse instrumento, mas não tinha apresentado nenhuma outra solução. A contestação sobre o FEF era normal; acontecia todos os anos pela mesma época... Os contratos-programas pareciam constituir uma boa fórmula para promover muitos empreendimentos; conviria repeti-la. O parque habitacional não havia sido incluído nos anos transactos; e, todavia, ele tinha muito a ver com a cultura. Ao contrário de um outro Deputado, houve um que não estava de acordo com o recurso a contratos-programa; os valores respectivos deveriam ser incluídos no FEF! O que é que o Governo havia decidido sobre a participação portuguesa no Comité das Regiões? Que futuro é que eu

preconizava para os GAT? Seriam mantidos, substituídos ou transformados? Que tencionava eu propor em matéria da legislação sobre a caducidade das licenças de construção? Os Municípios pobres do Interior iriam ser asfixiados com aquele Orçamento do Estado! Eu não devia tê-lo aceitado. Qual era a parte do Plano Rodoviário Nacional que seria cometida às Regiões e aos Municípios? Como seria o quadro orgânico que iria gerir o novo QCA? Haveria parceria com os Municípios? Portugal estava a ser o último país da União Europeia a indicar a sua representação no Comité das Regiões; eu deveria preparar-me para uma batalha jurídica sobre esse assunto; a representação tinha de ser feita por lei da Assembleia da República. Deveriam ser injectados mais meios na OID da Península de Setúbal; os que lá haviam sido aplicados tinham dado bom resultado. Era preciso ter em atenção o risco de “fissuras sociais” que poderiam ocorrer. Em relação à EDP, a facturação não chegava para pagar o serviço da dívida; a negociação feita com as Autarquias estava muito longe de ter constituído um processo prepotente como a Oposição gostava de fazer crer. E como estava a correr a transferência de competências para as Autarquias? Haveria possibilidade de as Freguesias da Região de Lisboa e Vale do Tejo recorrerem a fundos comunitários? E a linhas de crédito? Quando se vê, assim em conjunto, a série de perguntas feitas, constata-se que não houve qualquer preparação dos diversos partidos para intervirem nos trabalhos da Comissão Parlamentar. Cada um comentou ou perguntou aquilo que lhe passou pela cabeça. Enquanto não houver preparação e coordenação das intervenções, cumprem-se as regras parlamentares, mas o País não beneficia em nada com tanta verbosidade. Tem de se dar mais atenção à eficácia dos esforços feitos.

\*

No dia 8 de Novembro houve, no Centro Cultural de Belém, uma reunião com empresários, nomeadamente os ligados ao sector da construção e aos gabinetes de projectos. Além de mim participaram os meus Colegas da Indústria, das Obras Públicas, da Saúde e do Ambiente. O objectivo era descrever, em linhas gerais, o projecto da Expo'98, sublinhando as oportunidades criadas para o sector e ouvindo as recomendações que tivessem para nos fazer. Também se mencionaram outras obras. Fiz eu a introdução geral acerca do projecto. O Ministro da Indústria referiu-



FIG. No Centro Cultural de Belém  
com o Presidente da Fundação das Descobertas, Carlos Antero Ferreira  
e o Primeiro Ministro, Professor Cavaco Silva.



-se à rede de gás natural e às centrais hidro-eléctricas em projecto. O Ministro das Obras Públicas mencionou os grandes projectos rodoviários, ferroviários e metropolitanos em curso. E o Ministro da Saúde anunciou a criação de 10.000 novas camas em hospitais, os 15 novos hospitais em construção, o novo centro materno-infantil do Norte, junto da Maternidade de Júlio Dinis (foi inaugurado em 2016!). Entrevieram, também, o Dr. Tavares Moreira, o Eng.<sup>o</sup> Artur Ravara, o Eng.<sup>o</sup> António Couto (ENSUL), o Dr. Ricardo de Oliveira (COBA) e o Eng.<sup>o</sup> Nogueira Simões (CIP).

A Expo'98 representava dois projectos: o da Exposição Mundial 96, última do século XX, e a Parque Expo-98, sociedade anónima de capitais públicos (que, no final do ano, haveria de estar dotada com 5 milhões de contos de capital). Quanto à primeira, haveria 100 pavilhões nacionais, representando outros tantos países, mas que resultariam numa utilização futura do espaço, para o centro de exposições da FIL; também seria construído um oceanário que, se estimava, viesse a ter 2 milhões de visitantes por ano (Veio a ser um grande sucesso!). Haveria o Pavilhão da Utopia devotado à ficção científica. Não iriam ter carácter efémero, nem os pavilhões, nem os projectos. Os projectos haviam sido justificados economicamente. O projecto de renovação urbana associado iria abarcar 310 hectares. E haveria uma importante estação intermodal que articularia as redes de grandes operadoras de transportes públicos. Além disso, também se instalaria uma complexa rede de telecomunicações. Estimava-se que em infra-estruturas, preparação de terrenos e projectos autónomos se gastassem, ao longo de 1993, cerca de 200 milhões de contos, sem inclusão dos juros dos empréstimos respectivos.

Havia duas potenciais formas de bloqueio do processo: i) o quadro legal de selecção e concurso, que precisava de ser agilizado e ii) o funcionamento da máquina administrativa do Estado que deveria agir a tempo e com respeito pelo tempo útil para a tomada de decisões. Seria, além disso, importante assegurar a prontidão dos pagamentos.

Como se iria resolver o problema do tráfego entre Lisboa e Almada durante as obras na Ponte de 25 de Abril? Almada constituía uma área de habitação social dispersa por uma vasta área. Era importante assegurar que as pessoas de cada Concelho fossem nele alojadas. Havia, além disso, questões relacionadas com o emprego e outras de natureza social, a que se impunha atender.

Existiam algumas empresas portuguesas a trabalhar no estrangeiro. Deveria observar-se a legislação vigente, nomeadamente em relação a empresas concorrentes estrangeiras que, nessa altura, “invadiam” Portugal. Seria bom apoiar as empresas portuguesas que estavam a trabalhar no estrangeiro. Os concursos concepção-construção esmagavam as empresas (Eu achava e acho que Portugal já não está num estágio de desenvolvimento que justifique o recurso a essa fórmula; sabemos o que queremos fazer, dispomos de gabinetes de projecto competentes e de empresas de construção muito capazes; não há razão nenhuma para recorrer a fórmulas que talvez sejam justificadas em países em posição de desenvolvimento muito mais modesta). O interveniente considerava que a modalidade reclamava esforços financeiros às empresas, para os quais elas não estavam preparadas. Aceitava a prática da pré-qualificação e entendia como indispensável a definição de termos de referência, o mais exaustivos possível, para não deixar margens de indefinição às propostas apresentadas. Os projectos deveriam ser pagos com remunerações decentes.

Houve quem aplaudisse a realização deste género de reuniões, recomendando que elas tivessem lugar mais frequentemente. As empresas de construção portuguesas estavam a trabalhar a 70% da sua capacidade. Saber-se o que estava para acontecer ajudava a dar-lhes alento e a prepararem-se para o futuro. Havia, em relação a cada concurso, um número de concorrentes muito elevado e preços abaixo 8% dos valores orçamentados, tal era a penúria das obras existente. Era urgente proceder à modernização das empresas de obras públicas e de construção civil. A concorrência estrangeira estava a representar uma força de respeito. Havia muitas dívidas aos empreiteiros; era preciso regularizá-las com urgência e pagar os juros, em caso de se verificarem atrasos de pagamentos.

\*

No dia 8 de Novembro fui à Comissão Parlamentar para os Assuntos Europeus para discussão das Grandes Opções do Plano para 1994 e, cumulativamente, do PIDDAC 1994. Intervieram os Deputados António Murteira, Carlos Luís, Luís Geraldes, Carlos Lélis, João Maria Oliveira Martins e Helena Torres Marques:

O primeiro começou por observar que me achava convicto do êxito, considerando que eu havia feito a minha apresentação “com uma naturalidade muito grande”. Parecia-lhe que estavam criados os pressupostos para o desenvolvimento, porque se tinha formulado um conjunto de objectivos bem explicitados. Achava que a participação, embora tivesse existido, havia sido insuficiente. Estávamos, manifestamente, a atravessar um período de conflitualidade social que se exprimia, nomeadamente pelo conflito patente entre a ANMP e o ministro por causa da proposta do FEF, no OE 94. Para quando a regionalização? Ela era fundamental para reforço da democratização da Sociedade. Aconselhava-me realismo; um quadro demasiadamente “cor-de-rosa” suscitava dúvidas; as GOP previam muitas coisas boas, como a retoma das exportações, a baixa das taxas de juro e o aumento da confiança... Achava muito! Lamentava que não houvesse reformas estruturais na agricultura e nas pescas. Queria a convergência real, mas o que via, na área social e no mundo do trabalho, era a divergência. A questão do emprego havia sido insuficientemente tratada. Onde é que estava a nossa contribuição para o Livro Branco comunitário neste domínio? Achava que o desemprego estava a crescer, não sendo o seu valor de 5,5%, como o INE havia publicado, mas maior, nunca inferior a 7% (Era só um palpite!...). Em relação ao desemprego preocupava-o a situação da juventude e dos desempregados de longa duração. Eram precisos 100.000 novos postos de trabalho e, para isso, havia que apoiar a criação de PME. Estranhava a verba atribuída ao empreendimento do Alqueva em 1994 e constatava a falta de envolvimento das empresas de Beja no mesmo!... (Elas quase não existiam, pura e simplesmente...). Para quando a rega da margem esquerda do Guadiana? Temia que houvesse benefícios das Autarquias do partido do Governo (Não sei com que fundamento...). Achava que a questão das cidades médias merecia uma boa discussão.

Em relação à área da investigação científica, um outro Deputado, lamentava a extinção dos centros do INIC e punha dúvidas em relação às ligações universidade-empresa. A verba atribuída ao sector estava longe dos 2% do PIB que lhe parecia mais ajustada (A Suécia, nessa ocasião, tinha 3%; nós havíamos partido quase do zero!...). Vivíamos com dois países distintos, o litoral e o interior; para quando a rede de gás natural no segundo? O IP2 ia, pelo menos, com três a quatro anos de atraso. O Governo não estava sensibilizado para os problemas do interior! O que é

que se estava a fazer pela fiação e têxteis em Gouveia, em Seia e nas imediações? A área também precisava de um plano integrado como o Vale do Ave. A solução, para os habitantes do Interior era emigrar! A barragem do Sabugal, sempre era para avançar? Deveria haver, pelo menos um parágrafo, para tratar dos problemas da emigração; nomeadamente com informação acerca das oportunidades de desenvolvimento no interior; os próprios emigrantes talvez estivessem interessados em investir nas suas próprias terras.

Um outro Deputado preocupava-se, particularmente, com o programa PRAXIS, no sector da Ciência. Recomendava contactos assíduos com a classe empresarial e a instituição de bolsas que fossem amortizadas pelos beneficiários, depois dos seus cursos (Os Americanos queixam-se, hoje – 2016 – de que os seus melhores quadros estão endividados até ao fim da vida se, por acaso, escolherem uma universidade famosa, mas cara para fazer a sua formação...). Por que não se estava a apoiar a cabotagem? Deveríamos fazer mais divulgação relativamente às oportunidades de desenvolvimento. Os emigrantes, em vez de terem as suas poupanças em depósitos a prazo, talvez participassem em sociedades de desenvolvimento regional se estas fossem criadas.

Um outro havia gostado do meu optimismo. Queria que houvesse uma aposta mais expressiva na construção de edifícios para o ensino secundário (10.º, 11.º e 12.º anos). Não haveria risco de sub-emprego de gente muito qualificada? Apoiava as chamadas “bolsas-empréstimo”. As regiões insulares tinham graves problemas relativos aos custos de transporte. Além disso, eram muito atreitas a desastres naturais; tinham, por isso, de ser mais protegidas., A exclusão social merecia mais atenção do FSE, embora pudesse haver actuações pontuais, apoiadas pelo FEDER.

Em que pé é que estava a desclassificação das estradas secundárias? E o PDM da área Metropolitana de Lisboa?

As verbas do FEF, definitivamente, não tinham conserto!... Quando é que decidíamos sobre a nomeação dos nossos representantes no Comité das Regiões? Iríamos ser os últimos a fazê-lo!... Deveria haver mais estudos em matéria de rega e de comercialização, para se dar o salto da produção agrícola.

Tomei boa nota de todas estas preocupações dos Deputados.

\*

Iria haver, nos dias 17 e 18 de Dezembro, uma “cumbre” com os nossos parceiros espanhóis. E o Primeiro-Ministro queria dar muito relevo ao tema dos recursos hídricos. Por isso, reuniu-se, uns dias antes, comigo e com os Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Ambiente, para definirmos a posição que mais nos conviria. Eu comecei por relembrar tudo quanto havia sido feito no passado e os pontos que tinham prioridade; para mim era o plano hidrológico espanhol e os compromissos em relação ao caudal do Guadiana que se inseria no convénio geral a celebrar, sobre o sector.

À Ministra do Ambiente também lhe interessava a protecção das áreas naturais comuns, a situação em Aldea d’Ávila (resíduos nucleares), a “arquitectura” do plano hidrológico espanhol. Concebido como se a foz dos rios comuns fosse na fronteira, o funcionamento das comissões de gestão e planeamento deveria assentar nas bacias hidrográficas. Ainda antes da cimeira iria ter lugar um encontro da comissão mista luso-espanhola, de maneira que deveria ser nele que conviria pôr todas as questões ligadas ao sector, para não sermos suspeitos de deslealdade por apresentar grandes temas sem dar tempo à sua análise.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha vindo a acompanhar o assunto e entregue já um comentário ao plano hidrológico espanhol. Deveríamos globalizar a negociação para podermos vencer neste sector tão sensível. De qualquer modo, havia já o compromisso do Ministro Javier Solana de que não seria tomada nenhuma decisão sobre aquele plano antes da consulta ao Governo Português.

Era importante que, do nosso lado, houvesse também um Plano Hidrológico Português, para não estarmos somente a reagir. Dispúnhamos de numerosas contribuições para o mesmo, mas elas não estavam concatenadas num documento-síntese que pudesse ser contraposto ao espanhol. Aliás, por estarmos a jusante nas quatro bacias internacionais (Minho, Douro, Tejo e Guadiana), a nossa posição dependia muito do que fosse combinado com os Espanhóis. Éramos favoráveis à constituição de conselhos de bacia para os rios comuns. Mas importava-nos muito, também, que fossem fixados parâmetros relativos à qualidade da água e à protecção ambiental.

\*

No dia 16 de Novembro começou, no plenário da Assembleia da República, a discussão do Orçamento de Estado para 1994 e das Grandes Opções do Plano. As intervenções estão todas nos Diários das Sessões do Parlamento; por isso não as reproduzo. Revejo, somente, as notas que tomei por se cruzarem com as minhas áreas de responsabilidade.

O Eng. António Guterres criticou as estatísticas e, especialmente, as do comércio externo. Como o Leitor sabe, tinha havido uma profunda reformulação do Sistema Estatístico Nacional. As estatísticas do comércio estavam, naturalmente, incluídas. Mas é sempre fácil dizer que não estão suficientemente desagregadas por países ou pelos capítulos de Classificação das Actividades Económicas (CAE). Lamentou, também, que as verbas para a Educação estivessem a diminuir; ainda não havia chegado o tempo de ele mostrar a sua “paixão” pelo sector.

O Deputado André Martins também queria mais minúcia nas estatísticas da mortalidade infantil que, aliás, havia descido de 21,4% em 1981 para 10,7% em 1991, exactamente metade do valor anterior (2,9% em 2015).

O valor do FEF tinha que vir à baila. Não havia justificações que aplacassem o protesto!

A Deputada Helena Torres Marques, minha velha amiga, criticou-me dizendo que eu embalava toda a gente com um discurso cheio de optimismo; mas as coisas na prática não eram assim porque a produção industrial estava em queda e era muito mau que o País produzisse cada vez menos.

O Deputado André Martins, em relação ao Relatório do Ambiente e Ordenamento do Território, concordou que estava a verificar-se convergência mas que o ritmo a que isso se passava era insuficiente.

O resto das críticas não me tocaram nessa discussão na generalidade.

\*

Eu continuava a dar atenção ao sector da Economia Social. Na 4ª Conferência Europeia sobre o sector, Portugal havia estado representado por cerca de quarenta participantes e ela havia corrido bem, muitos dos presentes se referindo à Conferência anterior que tinha tido lugar em Lisboa. Na sequência desta estava em cur-

so a constituição de um Comité Consultivo da Economia Social que a Comissão Europeia deveria ter na sua órbita; mas, apesar de nós termos apresentado a proposta logo a seguir à 3ª Conferência, a Comissão estava a tardar a responder; tive a informação de que o “escolho” estava na designação do presidente do Comité que os proponentes queriam que fosse feita por eleição entre os seus membros e, suspeitava-se, a Comissão queria que fosse apontado por ela... Daí o atraso... Era preciso que o Ministério dos Negócios Estrangeiros estivesse ao corrente disso. O estatuto das cooperativas, mutualidades e associações da sociedade cooperativa europeia estava a avançar; já havia o parecer do Conselho Económico e Social Europeu e o Parlamento Europeu já ia em segunda leitura sobre uma versão já revista. A discussão havia começado em 1992, durante a nossa presidência, mas estavam a levantar-se muitas reservas, apesar do empenhamento da presidência belga. O Ministério das Negóciois Estrangeiros também deveria ser informado desse facto. Estava para chegar uma grande missão de agricultores brasileiros que queriam ter informação aprofundada sobre a Política Agrícola Comum. Pediram ao INSCOOP (Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo) para organizar o encontro que teria como intervenientes principais os técnicos do Ministério da Agricultura que tratavam daquela matéria todos os dias. E os PALOP insistiam muito para que tivesse lugar em breve o seu 2.º Encontro Cooperativo. Sabíamos quais eram as propostas que estavam em causa: continuar a publicar o jornal do sector (éramos nós que o pagávamos, obviamente); criar um centro de formação cooperativa num país africano mas apoiado pelo INSCOOP (Angola queria fazê-lo em Lubango); e formar uma associação cooperativa lusófona, naturalmente animada também pelo INSCOOP.

Em relação ao novo Código Cooperativo já se estava a redigir o seu articulado, de modo que se estimava estar para breve a sua apresentação.

\*

Eu sempre atribuí muita importância à elaboração de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que fosse operacional e orientador de muitas decisões que, em numerosos domínios, se cruzavam com ele. Em 18 de Novembro tive a ocasião de recomendar que a geração de novos conhecimentos integrasse os propósitos

enunciados naquele conceito. Era, por isso, que eu atribuía tanta importância ao sector da Ciência e Tecnologia; ele poderia projectar-nos no futuro em moldes diferentes daqueles que vivemos ao longo dos últimos dois séculos.

\*

Em Bruxelas, antevia-se com alguma preocupação, o acréscimo de trabalho determinado pelo Comité das Regiões. Ainda ele não estava constituído e já os presidentes das regiões europeias andavam nessa azáfama, procurando protagonismo na resolução de todos os problemas que enfrentavam. Havia, em Novembro de 1993, um documento do Parlamento Europeu sobre o funcionamento do Comité. Por isso, as pressões para o lançar eram muitas e insistentes. Depois de ele estar a operar e em posições que não eram ministeriais fui lá algumas vezes. Os seus membros dividem-se em dois grupos; os que querem, efectivamente, dar nas vistas e os que se contentam em ir passear a Bruxelas. As suas reuniões nunca são monótonas.

\*

No dia 22 de Novembro, às 21,30 horas, fui à Comissão Parlamentar da Economia, Finanças e Plano para discutir na especialidade, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 1994. Esta hora tardia, depois do jantar, não era nada habitual; foi aquela que o Ministro-adjunto conseguiu negociar com os líderes parlamentares... Por outro lado, fui acompanhado pelos três Secretários de Estado que também intervieram.

Eu comecei por fazer uma apresentação genérica. A Secretária de Estado do Planeamento fez uma avaliação do QCA em vias de conclusão; tudo estava a decorrer conforme previsto, prevendo-se acabar o ano com tudo feito com excepção das iniciativas comunitárias que haviam começado mais tarde. Havia relatórios disponíveis para quase todos os programas, nomeadamente o STAR, o PEDIP e a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal; os outros estariam prontos até ao fim do ano. Em relação ao Fundo de Coesão, tudo estava preparado para absorver a quota que nos tinha sido atribuída, talvez antecipando mesmo uma parte da fatia relativa a 1994. Em relação ao QCA II estava em última-



ção a negociação, tanto do Quadro como dos programas operacionais; em relação às novas iniciativas comunitárias, estavam em curso as negociações; só ao longo de 1994 é que elas iriam ser concluídas.

O Secretário de Estado da Administração Local demonstrou que a verba atribuída ao FEF cumpria integralmente a Lei das Finanças Locais. Referiu-se às verbas para construção de sedes para as Juntas de Freguesia e à manutenção das outras verbas em linha com o que se havia passado no ano anterior.

O Secretário de Estado da Ciência mostrou que o investimento em C&T (Ciência e Tecnologia) tinha vindo a crescer a taxa superior à da evolução do PIB e que nos estávamos a aplicar em fazer crescer mais expressivamente a componente relativa às empresas. Havia um certo abrandamento da despesa da responsabilidade da JNICT correspondente à conclusão do CIENCIA e ao arranque do PRAXIS. O STRIDE iria ser fechado em 1994. Seriam construídas algumas novas infra-estruturas, mas a nossa prioridade respeitava à formação dos investigadores.

Feitas as introduções, passámos à discussão. Intervieram os Deputados Fernando de Sousa, José Manuel Maia, Nogueira de Brito, Duarte Pacheco, José Penedos, Lino de Carvalho, Gameiro dos Santos, Rui Rio, Corregedor da Fonseca, Paulo Casaca, José Calçada, Júlio Henriques, Luís Amado, Ana Bettencourt e Guilherme d'Oliveira Martins. Resumirei as suas intervenções:

A Ciência e Tecnologia deveria estar na esfera de um Ministério do Ensino Superior com a parte da Tecnologia distribuída pelos ministérios sectoriais pertinentes. Faltava a formulação de uma estratégia de longo-prazo para o sector. Achava que estava a haver uma “política de sigilo” em relação ao CIENCIA e ao PRAXIS (Eles estavam publicados). As verbas para o C&T deveriam figurar isoladas no Orçamento de Estado. Estava-se a desvalorizar a discussão no Parlamento sobre a política de C&T. Faltava a avaliação do CIENCIA, sendo certo que sabiam das altas taxas de execução, mas deveria ter havido coisas que não teriam corrido bem e ele não sabia. Haveria verbas para as ciências sociais e humanas? E por que é que o programa nacional de Ciências e Tecnologias do Espaço estava sediado no Ministério da Indústria? Para quando a adesão à ESA? (Eu já havia apresentado em Paris a nossa candidatura). Quais eram os projectos de investigação no domínio das energias renováveis? E o PRAXIS iria

dar-lhes prioridade? Por que não dávamos estímulos fiscais às empresas que apoiassem a investigação científica? O que se estava a fazer em matéria de “mecanato científico”? Tinha havido uma “chuva de bolseiros”, mas onde estavam os empregos que os deveriam absorver? Os Institutos Politécnicos estavam sem docentes; por que não iam eles para lá? Era preciso tratar da cultura científica de base; tinha eu combinado com o Ministro da Educação, a forma de o fazer? E a divulgação da Ciência no sistema educativo? Em relação ao Instituto Nacional de Estatística, o que é que estava a ser feito para o modernizar?

Em relação ao Poder Local, era evidente a “política de desprezo” a que o votávamos! Havia uma queda efectiva de meios que lhe eram atribuídos. Isso iria determinar dificuldades acrescidas para a absorção dos fundos comunitários. Em relação à transferência de competências para os Municípios, o Governo havia adoptado a política de os “encostar à parede”! Iria haver, de facto, uma redução da capacidade de investimento das Autarquias Locais. O FEF, em muitos Municípios, representava a maior receita e sem um acréscimo do seu valor não haveria crescimento. Nós tínhamos, nos nossos Municípios, mais competências do que em muitos outros países europeus (Isso não era verdade!). O PCP iria apresentar uma proposta para elevar o valor do FEF.

Tinha havido uma mudança radical de perspectiva política. Por quê? Havíamos abandonado a perspectiva de fortalecer a constituição de grandes grupos económicos e a consolidação dos grupos financeiros? E tínhamos desistido de promover a captação de poupanças? (Eu não sabia como se poderia ter feito esta leitura...). O Governo não tinha imaginação para fazer crescer o FEF? Apesar de haver um crescimento de 15% no PIDDAC da Administração Central? A Expo’98 era uma expressão visível da nossa propensão centralizadora. O orador preferia que se tivesse dado isenções do que atribuído ajudas financeiras.

A maioria não estava a assumir a sua obrigação de governar! Encontrava-me eu satisfeito com o modelo de desenvolvimento apresentado? Havia um confronto Norte/Sul, outro Porto/Lisboa, outro Litoral Interior, tudo com tensões crescentes entre eles. As actividades empresariais estavam a localizar-se no Litoral; o que estava o Governo a fazer para que elas fossem descobrir o Interior? Nas GOP havia uma grande ausência do Interior. E em relação ao Alqueva estava já caracteri-

zada a valia-eléctrica? Convinha distingui-la da valia-abastecimento de água, da valia-turística e de outras valias. Tratava-se de um mega-projecto, não lhe parecendo que as diversas componentes estivessem suficientemente decantadas. Em relação ao projecto de gás, afinal quais eram as componentes a incluir no mesmo? O relatório sobre o VALOREN ainda não tinha chegado à Assembleia.

Nos terrenos onde se localizou a Central do Pêgo tinha havido um processo de venda que foi isento de pagamento de sisa; os Municípios da zona seriam ressarcidos por essa “liberalidade”? Houve diferenças de verbas para o Alqueva no PDR e no PIDDAC; porquê? (Porque a segunda respeitava unicamente a 1994). Quais eram as compensações a dar a Mourão? Havia poucas verbas para o Alentejo. Nem o PEDIP nem o SIBR tinham exemplos de aplicação no Alentejo; por quê? (Porque não tinham sido apresentadas candidaturas).

Um Deputado queria que eu contasse “a verdadeira história do FEF...” Porque pretendia saber como conciliar a melhoria de vida dos locais com o dito FEF e com as contrapartidas dos fundos estruturais. As Autarquias Locais teriam de despedir pessoal e eu estava a revelar uma grande insensibilidade a esse respeito. E quais seriam as receitas a transferir para os Municípios com lotas para venda do pescado? Havia retenções indevidas para pagamento à EDP e para os vencimentos dos técnicos dos GAT; e os Municípios que não tinham GAT? As promessas dos meus Colegas que percorriam o País a fazer campanha para as eleições autárquicas montavam, seguramente, a muitos milhões de contos; já tinha eu feito essa avaliação? Como era feito o “overbooking” dos projectos apoiados pelos fundos estruturais? Os recursos dos fundos estruturais para as Autarquias iam duplicar ou não? (A verdade era que iam mesmo). Como seria feita a divisão do Fundo de Coesão entre transportes e ambiente? E quais seriam os próximos financiamentos do BEI? A linha de crédito seria reforçada ou não? E as prometidas bonificações seriam pagas a tempo ou diferidas? Estávamos a lançar uma rede de abastecimento de gás natural que iria beneficiar alguns empresários; e os outros, como seriam compensados? E o projecto de regularização e navegabilidade do Tejo ia para a frente ou não?

Houve quem alertasse para o efeito de tantas propostas quanto ao défice. Era o seu aumento que pretendíamos?

O FEF veio muitas vezes à baila. Como se iriam aguentar as Autarquias? E como é que eu garantia a formação de estatísticos que tanta falta faziam ao País? Estaria eu a pensar na contratação de técnicos de estatística no estrangeiro? Como é que eu queria mobilizar a capacidade científica do País ao mesmo tempo que encerrava instituições como o INIC? Como é que eu propunha restabelecer o clima de confiança dos agentes económicos com um crescimento do PIB tão baixo?

Um outro Deputado queria uma avaliação exaustiva do QCA II; a Secretária de Estado havia feito uma referência muito breve. Como é que iríamos avaliar PEDIP e o PEDAP, se a produção industrial havia decrescido e a agrícola também? Em seu entender o QCA I havia falhado (Em nossa opinião não havia ...); como me propunha eu detectar os factores negativos que haviam comprometido o sucesso? O PDR não tinha sido suficientemente discutido; como tencionava eu colmatar a situação?

Em matéria de C&T navegávamos ao sabor dos ventos da União Europeia. Não tínhamos definido uma estratégia própria! Os bolseiros existiam para quê? Poderiam ir para o estrangeiro e isso seria perder em dois sentidos. O que estava eu a fazer para apoiar o sector das florestas na Universidade de Trás-os-Montes? E o abastecimento de água a Évora? A comunidade científica parecia estar pacificada; que havia eu feito para isso? Queria ter acesso ao relatório de auditoria ao programa CIENCIA. Ele havia-se encontrado com alguns reitores de Universidades que lhe tinham manifestado preocupação com as verbas para apoio à investigação; eu não estava preocupado? O INETI havia apresentado uma verba de 8,6 milhões de contos como necessidade de financiamento; nos papéis distribuídos só estavam referidos 7,4 milhões; como tencionava eu colmatar a diferença? Queria uma explicação razoável e sensata. Por que não existia investimento público expressivo no Vale do Sousa? Estaria eu à espera que ele se transformasse num novo Vale do Ave para actuar? A dicotomia Litoral-Interior era mais do que geográfica; era também económica e social; o que tencionava eu fazer para a atenuar?

Novamente o FEF! As Autarquias Locais pobres do Interior dependiam em mais de 70% a 80% do dito fundo. Sem ele, seria a penúria! Como era possível não actuar?

E as regiões insulares, o que teriam de apoio para se desenvolverem? Os transportes eram essenciais.

O Ensino Superior Politécnico pretendia ter dignidade idêntica à do Universitário; com que verbas e com que instrumentos poderia ele contar? Manifestamente, faltava-lhe a componente de investigação; como tencionava eu apoiá-la? Não tinha havido estímulos à investigação nos politécnicos; o que me propunha eu fazer para inverter a situação? Havia planos para aumentar o ratio “professores/-alunos”; quanto mais aulas os professores dessem, menos investigação fariam; como sair deste impasse? A existência de tantos bolseiros iria fazer abrir vagas para docentes no ensino superior? Era uma ingenuidade pensar que as empresas portuguesas alguma vez investiriam na procura de novos conhecimentos. Elas estavam a transformar-se em oficinas das multinacionais que para cá vinham instalar-se. Porque é que eu insistia na formação de “doutores”?

Um outro Deputado queria que estivessem explicitadas as verbas universitárias para a investigação, sem estarem englobadas com as de laboratórios ou de instituições privadas sem fins lucrativos. Era para poder comparar com os efeitos da extinção do INIC. A aplicação dos fundos comunitários na consecução do PRO-DEP não haviam alcançado os seus objectivos por excesso de voluntarismo.

Com tantos comentários e perguntas o Leitor pode imaginar que saímos todos de S. Bento bem depois da meia-noite. Contudo, não faço comentários às intervenções porque eles não seriam diferentes de alguns outros já feitos anteriormente. Eu ficava com a sensação de que muitos Deputados aproveitavam a presença do ministro para o “folhearem”, para ver como ele respondia às questões que lhes tinham ocorrido. Poucos foram os contributos para uma melhoria dos documentos em apreciação ou de outros que viéssemos a fazer.

\*

Tendo em vista o estímulo da actividade económica nós não tratávamos só das estradas e de formação profissional. Dentre as chamadas “condições de contorno” estavam as telecomunicações, domínio em que se estava a processar uma evolução sem precedentes. Mas não eram só problemas técnicos e de financiamento que tínhamos que resolver. Havia instabilidade social no sector. Os sindicatos faziam-se ouvir frequentemente, porque, além do mais, existia desemprego no sector. E, todavia, este era vital para as pessoas, para as empresas, para a segu-

rança, para a defesa... A evolução tecnológica reclamava novos técnicos bem preparados; seria difícil reciclar os mais velhos, porque as mudanças eram radicais e as modernas tecnologias exigiam formações muito diversas.

As telecomunicações tinham entrado em Portugal, no século XIX, por concessão feita a firmas inglesas em Lisboa e Porto (“Anglo-Portuguese Telephone Company Ltd”). Fora destas duas cidades eram os Correios que asseguravam o serviço público, enquanto o serviço internacional estava atribuído por concessão à Marconi. Havia, assim, três operadores: os TLP – Telefones de Lisboa e Porto (herdeiros da Anglo-Portuguese), os CTT e a Marconi. Assim estávamos no princípio dos anos 90; a divisão dos serviços referida só tinha razões históricas, não havendo outra lógica na sua estruturação. Os ingleses haviam-se interessado só pelas duas concentrações urbanas onde ganhariam dinheiro. O resto foi-se fazendo. Tudo estava regulado através de concessões que eram sucessivamente renovadas. O serviço internacional havia começado na década de 20.

Em 1989 tinha sido publicada a Lei de Bases das Telecomunicações que estruturaria o sector em serviços básicos (telefones e telexes), serviços complementares (telemóvel) e serviços de valor acrescentado que se serviam das infra-estruturas já existentes. O sector público ocupava-se dos serviços básicos; os outros dois eram do sector privado. A rede básica é que representava o núcleo das telecomunicações. Havia um problema complexo relativo ao tarifário, que era considerado caro. A Marconi apresentava sistematicamente bons resultados, porque na partilha da factura saía sempre beneficiada. Mas, com os outros dois agentes isso não acontecia. A verdade é que não tinha muita lógica a estrutura “tri-partida”; e era débil no seu funcionamento, prestando-se a discussões contínuas. A elas escapava o serviço internacional, porque, sendo mais raro, era usado com parcimónia e o utente estava preparado para pagar mais por ele. Nos anos 70 já tinha havido uma tentativa de fusão entre os CTT e os TLP, através da nomeação de uma administração conjunta. Mas, dentro dos CTT havia a separação entre os correios e as telecomunicações. Verificava-se, no entanto, que os correios eram correntemente subsidiados pelas telecomunicações. Faziam-se grandes esforços para equilibrar as contas dentro de cada sector mas os primeiros raramente o conseguiam.

Além disso, havia ainda a transmissão do sinal da televisão (TDP – Teledifusora de Portugal).

Tinha-se constituído uma “holding” para as telecomunicações que fazia a gestão conjunta das três empresas. Os resultados não eram maus, mas o seu próprio funcionamento havia sugerido o aprofundamento da integração no sentido de haver a sua fusão.

O sector era, de facto, estratégico, a muitos títulos. E nós queríamos mantê-lo sob coordenação nacional. Era importante que adquiríssemos capacidade para prestar um serviço de qualidade que facilitasse a vida aos cidadãos e às empresas. Mas tínhamos a consciência de que o sector estava a experimentar uma evolução tecnológica acelerada. Por outro lado, verificava-se uma tendência muito expressiva para acabar com as fronteiras no sector das telecomunicações e caminhar no sentido da liberalização dos serviços. Na própria União Europeia se verificavam movimentos nesse sentido. E havia as multi-nacionais do sector que, como é hábito, se interessavam especialmente pelas partes mais rentáveis do negócio, deixando as “franjas” para os serviços públicos.

A verdade é que, nas reuniões com empresários ou com associações empresariais, era sistemática a queixa em relação às tarifas cobradas e à qualidade do serviço prestado. A racionalização do sector não beneficiava nada com a sua partição por três empresas, cujas razões históricas já foram apontadas. A empresa mais vulnerável, apesar dos seus bons resultados (Ou talvez por causa deles) era a Marconi. Seria cobiçada e facilmente absorvida por outros. Mas as empresas tinham muita gente a trabalhar para elas; os TLP e os CTT teriam, cada um, cerca de 10.000 trabalhadores; a Marconi muito menos. Mas o sector dos telefones estava em expansão contínua (Ainda se tratava dos telefones fixos!...), aproximando-nos da média comunitária.

Impunha-se uma reformulação empresarial das telecomunicações, no nosso País, devendo caminhar-se no sentido de vir a ter um operador único em Portugal. Nós éramos, na Europa, um país médio, a este respeito; quer dizer, poder-se-ia aspirar à autonomia do sector. Verificava-se que havia duas situações típicas: ou se comandava ou se era comandado; nós tínhamos dimensão para conservar autonomia. Para isso teríamos de proceder a um re-arranjo institucional profundo. Mesmo

que tivéssemos de arranjar um parceiro estrangeiro, o Estado português deveria ser sempre maioritário na nova instituição, porque o sector era estratégico para o nosso desenvolvimento. Por outro lado, havia a tradição de o sector das telecomunicações em Portugal ser predominantemente público. Era certo que tudo tinha começado com a Anglo-Portuguese Telephone Company, mas isso tinha sido no século XIX... Todavia, permanecia a impressão generalizada de que o sector lucraria em ser privatizado, dada a evolução tecnológica galopante a que se assistia e às correspondentes necessidades de financiamento para fazer face à modernização tecnológica que era continuamente reclamada. E o melhor seria fazê-lo enquanto existisse monopólio e não depois de o sector ter sido liberalizado.

Não nos agradava a ideia de integração numa multinacional, por muitas razões, mas, especialmente, porque tínhamos a convicção de que depois de uma fase de melhoria do serviço se entrasse em degradação a médio prazo como sempre sucede quando a actividade tem lugar num mercado marginal e periférico. Nós teríamos de nos assegurar de que havia, em Portugal, capacidade tecnológica e gente devidamente formada para garantir a exploração por técnicos portugueses; sabíamos que havia a primeira, mas não estávamos seguros de que houvesse a segunda em número suficiente. Afinal, tudo correu bem! Por outro lado, havia empresas industriais portuguesas e estrangeiras localizadas em Portugal que estavam em posição de fornecer todos os equipamentos necessários. E eu tomei boa nota de que, tanto no âmbito do CIENCIA (ou do PRAXIS) como no do PEDIP, teria de se dar prioridade à formação avançada no sector; havia já o INESC que constituía uma instituição de excelência exactamente nesse ramo e com um entendimento correcto do que era a prioridade a conceder à investigação pré-competitiva e à formação de alto-nível. Mas isso tinha que estar assegurado, antes de começarmos com exercícios formais da escolha da solução institucional. Entretanto, iria ser criado algum desemprego daqueles que não pudessem ser convertidos; era parte do preço a pagar.

Eu, como havia vivido na Holanda, tinha visto que nos correios respectivos se prestavam numerosas funções que os correspondentes serviços portugueses nem imaginavam que fosse possível. Aproveitei para recomendar que se fizesse o inventário dos mesmos para sugerir uma via complementar de viabilidade do



sector e, para isso, de absorção de algum desemprego potencial, de melhor apoio aos Cidadãos e de especialização dos serviços. Por outro lado, era certo que, tal como as coisas estavam no plano institucional e face à evolução tecnológica que se anunciava, o Estado teria capacidade para aguentar a expansão inevitável das três empresas, tanto em qualidade do serviço como nos meios financeiros que seriam necessários. Seria, por isso, muito conveniente que o sector mandasse elaborar uma estratégia para a privatização que assegurasse a prestação de todos os serviços em causa, nas melhores condições.

Dada a importância do sector, queríamos assegurar o controlo nacional das telecomunicações básicas. Deveríamos actuar de forma gradualista, para ir tacteando o terreno, admitindo a privatização mas talvez não indo directamente para ela. Por outro lado, a experiência mostrava que era sempre mais fácil partir empresas do que fundi-las. Queríamos que o sector das telecomunicações ficasse em mãos portuguesas.

\*

Em finais de Novembro de 1993, vivia-se uma fase muito activa na União Europeia, devido às perspectivas do seu alargamento que eram discutidas em todos os sectores. Estava-se já a pensar numa nova composição das instituições (número de comissários, número de parlamentares, etc.). Os Estados-membros grandes, que tinham dois comissários, reagiam mal à ideia. Nessa ocasião permanecia a regra da presidência do Conselho de Ministros ser rotativa, segundo uma ordem pré-estabelecida e transparente. Falava-se muito na definição da chamada “minoridade de bloqueio” que, nesse tempo, era de 27 votos.

Havia sectores que estavam a adquirir peso crescente; era o caso dos temas ambientais e da defesa do consumidor. Como já disse, eu tive a tutela destes dois domínios até 1990; nessa capacidade fui a todos os Conselhos de Ministros do Ambiente que foram adquirindo importância crescente. Mas nunca fui aos da protecção dos consumidores; para estes era, geralmente, apontado o representante na REPER que era responsável pela área; era assim que todos os Estados-membros faziam. Mas a verdade é que os assuntos respectivos iam adquirindo cada vez mais peso... E os países da antiga EFTA que iriam passar a integrar a

União Europeia eram defensores tenazes da elevação das exigências ambientais e da defesa do consumidor.

Por outro lado, esses novos membros dispunham de agricultura moderna e iriam questionar muito a secção “garantia” do FEOGA que beneficiava particularmente a França e os países do Benelux. As negociações adivinhavam-se difíceis.

No que me tocava mais de perto – a política regional – era evidente que ninguém iria ceder nada aos outros. A Suécia, a Finlândia e a Áustria descobriram que tinham regiões deprimidas... Com menos de 75% do PIB da média comunitária elas passariam a ser elegíveis para os apoios. No caso da Suécia e da Finlândia eram, especialmente, as “sparsely populated areas” que se encaixavam nessas condições. A Áustria não via dificuldades em aderir ao Acordo de Schengen, mas, mantendo-se fiel à sua tradição de neutralidade, não queria muito aceitar todo o “acquis” em matéria de segurança e defesa; as relações com a Rússia assim aconselhavam (E esta fazia as suas pressões...). Eu estava apreensivo com a ratificação pelos Estados-membros do Fundo de Coesão. Alguns estavam a demorar a fazê-lo e, para nós, era indispensável fechar o ano de 1993 com tudo aprovado. Já tínhamos as nossas candidaturas prontas (...ou quase...).

Havia problemas com o sector da siderurgia. Conosco as coisas haviam sido resolvidas mas os italianos ainda negociavam; tinham unidades tecnologicamente ultrapassadas e isso punha-lhes problemas difíceis de resolver.

Nessa ocasião, a Noruega ainda era candidata. E, como se compreende, o sector das pescas era para eles muito sensível. Não se estava a avançar rapidamente na sua discussão.

A Suíça continuava a fazer o seu “jogo de portas”; queria as coisas que a beneficiavam, mas permanecia fechada em relação a tudo o que a obrigasse a alterar as suas políticas próprias. Em fins de Novembro de 1993 havia uma grande questão relativa aos lixos tóxicos; felizmente, o Conselho Federal tinha decidido abrir negociações. Mas a Comissão Europeia queria levá-las a cabo numa perspectiva global e o Governo Suíço pretendia tratar só do tema e bem circunscrito...

\*

Hoje (2016), ninguém se lembra disso, mas, em 1993, nos primeiros passos da liberalização da economia na Rússia, havia muita gente a acalentar grandes expectativas em relação à colaboração com Moscovo. Tanto assim era que o último Conselho Europeu do ano teve como convidado para o jantar da véspera o Presidente Boris Yeltsin... Muito mudaram as coisas até hoje!

Tratava-se de um Conselho em relação ao qual havia grandes expectativas. Na sua agenda estava o livro branco sobre crescimento e emprego, as redes transeuropeias, a política a desenvolver em relação às pequenas e médias empresas, o alargamento da União à Finlândia, Suécia, Noruega e Áustria, a obrigatoriedade da “troika” incluir sempre um Estado grande, etc. O segundo (e último) Conselho de cada presidência é, sempre, o mais marcante.

\*

Um dos “pecados” da União Europeia é que pretende regulamentar de mais. Em 13 de Dezembro soube que o Jardim Zoológico de Lisboa se havia candidatado a apoios comunitários para desenvolver três áreas: i) à educação ambiental; ii) a um delfinário e iii) a uma clínica veterinária. Pois não podíamos decidir nada, porque estavam em preparação normas comunitárias sobre jardins zoológicos na Europa... Era preciso esperar por elas para ver o que podíamos fazer com a ajuda comunitária. Porque, sem esta, ainda teríamos a possibilidade de fazer o que entendêssemos.

\*

Quase no fim do ano resolvi ter uma reunião de balanço, nas três áreas de tutela do Ministério, com os Presidentes e Vice-presidentes das Comissões de Coordenação Regional. Os três Secretários de Estado, obviamente, participaram. Foi no dia 14 de Dezembro. Começámos pela Ciência e Tecnologia. De acordo com orientações minhas e do Secretário de Estado tinha havido “overbooking” em relação ao programa CIENCIA e foi bem que o fizéssemos, porque assim, absorvemos todos os fundos a que tínhamos direito; mas não houvera execução completa desse excedente porque ficámos sem meios. Por isso, em algumas medidas do PRA-

XIS, o programa que lhe dava continuidade, prevíamos uma linha a que demos o título de “finalizações das infra-estruturas do CIENCIA”. Elas seriam, assim, concluídas em situação de transparência total, em relação a Bruxelas e em relação a todos os beneficiários do programa. As avaliações “in itinere” prosseguiram, tanto no aspecto físico como no administrativo; era a minha preocupação habitual de acompanhar tudo de perto. Esta avaliação não era feita pelos serviços do ministério, mas por uma empresa a quem tinha sido atribuída a responsabilidade, por concurso público. A avaliação estava a correr bem, porque tudo estava em ordem. Havia projectos de internacionalização em certas áreas; era a nossa vontade de constituir redes com outros que nos pudessem ajudar a avançar.

A Agência de Inovação prosseguia, com aplicação, os seus encargos. Tínhamos lançado um concurso para projectos de investigação em consórcio; as candidaturas haviam sido numerosas.

Em relação ao PRAXIS XXI, o Secretário de Estado distribuiu dois documentos: (a) o da negociação e (b) o que referia o conteúdo científico e técnico do programa. Ele pressupunha um envolvimento muito activo das Comissões de Coordenação, tanto em tarefas próprias de coordenação como em aconselhamento. Tínhamos a intenção de estimular o conhecimento sobre os problemas e as oportunidades das regiões menos desenvolvidas. Ensaíamos, mesmo, uma lista de sugestões que deveriam ser tentadas, não como programas regionais de investigação, mas como programas nacionais, envolvendo todos os investigadores ou instituições que soubessem da matéria. Tínhamos a consciência de que havia algum dirigismo na iniciativa, contudo, ele era justificado pela preocupação de fazer avançar os domínios que mais dissessem às regiões para onde procurávamos orientar esse esforço especial. Assim (i) na Universidade de Trás-os-Montes e Alto – Douro sugeríamos que fosse instalado o nó principal da rede de investigação sobre as florestas; (ii) na Universidade da Beira Interior, o núcleo principal das ciências e tecnologias ligadas ao papel; (iii) na Universidade de Évora, as novas tecnologias agrárias; (iv) na Universidade do Algarve, a agricultura intensiva e a aquacultura oceânica; (v) na Universidade da Madeira, a astronomia; e (vi) na Universidade dos Açores, o clima e as mudanças globais. Tratar-se-ia de constituir nós de redes de âmbito internacional. Devo dizer que,

passados estes anos todos, forçoso é concluir que a sugestão, que fazia o maior dos sentidos, ou não avançou ou fê-lo timidamente. Suponho que por uma atitude tradicional NIH (“not invented here”). Todavia, a sugestão havia sido precedida de grandes conversas com os reitores e seus “staffs” que ouviram as propostas e prometeram empenhar-se na sua concretização. Na prática, as coisas foram quase todas parar perto. A génese dos projectos deve ser, primordialmente, de baixo para cima ou, então, contratada e paga, depois de haver a certeza de que há capacidade de resposta. Sugeri-lhes que apresentassem candidaturas nas áreas que nos faziam sentido, se os seus interesses estivessem voltados para outro lado (ou se não houvesse interesse nenhum...), mas não adiantou muito... Assim aconteceu, para nosso desapontamento.

Ouvimos todos os presentes. Estavam de acordo com a preocupação de se formarem recursos de alta qualidade. Não deveria haver quotas regionais, reservadas de antemão. Era o mérito das candidaturas que deveria prevalecer. As instituições de interface criadas haviam sido muitas, com a preocupação de chegar aos mobilizadores dos novos conhecimentos, mas isso não havia dado grandes resultados; teria sido melhor a concentração de meios em poucos núcleos com alguma capacidade de acção e, especialmente, localizados junto dos centros de investigação. Alguns centros tecnológicos já criados (calçado, vidro e cerâmica, têxteis, cortiça, etc.) estavam a mostrar dinamismo; deveríamos apoiar as suas relações com os centros de investigação. A distribuição de meios para infra-estruturas havia sido regionalmente muito razoável; mas, quando se apreciava a distribuição das bolsas de estudo, muito assente nas candidaturas apresentadas, verificámos que cerca de 60% tinham ido para a Região de Lisboa; a procura regional não tinha sabido manifestar-se. Apesar desses desequilíbrios, o programa CIENCIA havia sido bom para as regiões, porque tinha despertado algumas energias latentes nas suas instituições de investigação, especialmente no Porto, em Braga, em Aveiro e em Coimbra. As instituições das regiões haviam solicitado às Comissões de Coordenação para se constituírem como órgãos de animação das relações entre os centros de investigação e os seus potenciais mobilizadores. Tinha havido algum decréscimo de dinamismo nos Conselhos que haviam sido constituídos para esse efeito; talvez tivessem

sido demasiadamente extensos... Havia uma manifesta falta de diálogo entre as universidades e os institutos politécnicos; um dos participantes disse, mesmo, que eles estavam divorciados” (Continua, nos dias de hoje...). A explicação, dada por um dos presentes, residia na tendência dos politécnicos enveredarem pela imitação das universidades, quando deveriam, antes, preocupar-se com a definição de um estatuto próprio que os distinguisse na sua vocação e organização. Havia uma proposta cara, mas interessante para criar recifes artificiais no Algarve, numa cooperação com o Languedoc-Roussillon, visando a investigação no domínio da aquacultura; não teve continuidade. O sobreiro e uma doença que nessa ocasião apareceu, preocupava a metade sul do país. E era nesta parte do território que muitos se interessavam pelos estudos árabes.

Na área do Ordenamento do Território era a ultimação dos Planos Directores Municipais que dominava as preocupações; não poderíamos abrandar a pressão tendo em vista a sua homologação. Mas, depois, havia a necessidade de acompanhar a sua execução. Decidi conferir prioridade, nas minhas visitas, aos Concelhos que tivessem eleito Autarcas novos e que ainda não dispusessem de PDM; era preciso assegurar a continuidade do esforço já feito.

Na área do Desenvolvimento Regional, transmiti informações acerca do andamento das negociações do novo Quadro Comunitário de Apoio e da preparação do decreto-lei geral que haveria de orientar a sua execução internamente. Mas também chamei a atenção para o facto de adiantar pouco termos o QCA aprovado sem que os programas operacionais, em que todos estávamos envolvidos, se encontrassem concluídos; a pressão ia, portanto, para a ultimação destes últimos em que, aliás, todos nos empenhávamos. Cada programa operacional regional dispunha de uma comissão de acompanhamento e de um conselho consultivo. Para mim este último não precisava de ir recrutar elementos fora dos órgãos que já estavam constituídos: o conselho coordenador do programa e o próprio Conselho da Região; ninguém melhor do que os seus membros e a junção dos dois conselhos poderia dar melhores sugestões e fazer melhores críticas. Chamei a atenção para a necessidade de definir projectos com alguma dimensão na área do Ambiente que iria beneficiar de ajudas do Fundo de Coesão.

\*

O segundo Conselho Europeu da presidência belga havia sido o primeiro a realizar-se depois da entrada em vigor do Tratado de Maastricht. Já nessa altura, estávamos todos, na Europa, muito preocupados com a competitividade da economia europeia e com a criação de emprego. Não é coisa só de agora (2016). No momento em que escrevo estas linhas estou ocupado a organizar um encontro para comparar a produtividade corrente na União Europeia com a dos Estados- Unidos e para sugerir medidas para a fazer elevar. Pois, há vinte e três anos, a preocupação já existia e ocupava o tempo dos Chefes de Governo europeus.

As redes transeuropeias tomaram largo tempo na discussão e eram tão importantes que ficou decidido que os Primeiros- Ministros designassem, cada um, um representante pessoal para seguir o processo. Elas vieram a ser formalmente adoptadas, somente vinte anos depois!

A questão do emprego era tão instantânea que determinou a elaboração do livro branco, contendo recomendações que os Estados- membros deveriam seguir. Nós havíamos dado a nossa contribuição. Deveríamos agora participar no seu implementação. Havia, nessa ocasião, 17 milhões de desempregados na Europa a 12. Era inaceitável! Queríamos reduzir o valor a metade. Para a concretização da União Económica e Monetária era essencial que houvesse a famosa “convergência”. Era obrigação geral que os Ministros das Finanças deveriam seguir de perto. A preocupação geral era a retoma da confiança que haveria de permitir o crescimento sustentado e sem inflação, a criação de empregos e a estabilidade de preços e das taxas de câmbio. A criação do Instituto Monetário Europeu visava, precisamente, a estabilidade, por via da coordenação gradativa das políticas monetárias. Já nessa ocasião a preocupação de luta contra o défice era enorme.

Estimava-se que a convergência seria dolorosa, porque dificilmente se conseguiria sem uma descida dos salários reais; e, neste domínio, o sector público deveria dar o exemplo ao sector privado.

A entrada próxima de quatro novos países impunha a adopção de três novas línguas, no trabalho das instituições europeias: o sueco, o norueguês e o finlandês. Para a Áustria já havia o alemão. Quase à última hora, o norueguês deixou de ser necessário. Mesmo duas novas línguas reclamavam um esforço expressivo neste domínio.

E, na prática, as coisas foram-se adaptando muito; hoje (2016) a língua mais corrente de trabalho é o inglês, exactamente do país que resolveu sair da União...

Uma coisa muito importante, a cujos extremos rarissimamente se chega, tem a ver com a chamada minoria de bloqueio. Em 1993 ela era de 23 votos. Com os novos Estados-membros passaria a ser 27. Mas havia alguns países – como era o caso do Reino Unido – que pretendiam que ela se mantivesse em 23!... Seria mais fácil fazer parar alguns processos...

\*

Já me referi numerosas vezes, aos malefícios que nos causava o arrastamento das negociações do Uruguay Round, do GATT. Finalmente, terminaram em Dezembro de 1993. O dito “round” durava há sete anos! Ele envolvia 117 países, sendo aos pequenos que mais interessava o livre-comércio internacional. O grande causador da demora eram os Estados-Unidos, muito habituados às medidas proteccionistas da sua economia (Ainda hoje!... 2016).

Nós havíamos tomado a sério a nossa participação e tido uma voz activa que tinha sido escutada. Mas, não nos iludíamos; isso havia acontecido por nós sermos membros da União Europeia e, de certo modo, falarmos também por ela. Se o não fossemos ainda pesariamos menos, na discussão. Portugal havia conseguido pôr sobre a mesa das discussões alguns dos seus interesses próprios, como era o caso do sector têxtil e, particularmente, o chamado acordo multi-fibras que tanto preocupava os nossos industriais. Foi conseguido um período de dez anos para a transição. Tinha valido a pena o esforço que havia sido feito em perfeita sintonia entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Comércio.

Mas, além daquele tema, tinha havido a reafirmação do respeito pelas regras e pela disciplina do GATT, as garantias contra o “dumping” (moléstia muito generalizada), a abertura dos mercados comunitários somente em consonância com os outros e algumas condições melhoradas para o acesso ao mercado dos Estados Unidos. Também havíamos obtido alguns ganhos em relação aos sectores da cortiça e do calçado.

Estimava-se que o fim das negociações induziria um impulso do comércio internacional da ordem dos 20%. Para uma economia tão aberta como a portuguesa



isso seria muito bom. Mas o Uruguay Round foi importante para outros sectores. A agricultura foi introduzida, bem como os serviços e a propriedade intelectual. Nessa ocasião, ainda não fora possível incluir no âmbito do GATT nem os transportes marítimos, nem o sector audiovisual.

O acordo alcançado teve repercussões no conjunto da União Europeia. Permitiu-nos recuperar a nossa proposta para actuar sobre o sector têxtil. Foram-nos atribuídos 400 MECU ao abrigo da Iniciativa Comunitária a que já fiz referência anteriormente e mais 500 MECUS do BEI; mas isso foi conseguido apesar do veto da França e da Espanha que entendiam que aquela ajuda iria afectar a concorrência; os outros entenderam a importância do peso do sector para Portugal e a concentração espacial do problema. Mas as condições em que a ajuda foi concebida impunham-nos um grande rigor na afectação dos meios atribuídos; era mesmo para a modernização do sector têxtil e não para a sua ampliação indiscriminada nem para a instalação de novas unidades tradicionais nas zonas mais remotas. Era para a modernização e para assegurar a melhoria das nossas condições de concorrência. Neste domínio, os nossos parceiros comunitários, poderiam agradecer a Portugal a persistência de uma acção que permitiu salvar o sector na Europa. Era certo que, para nós, se tratava de uma negociação quase desesperada e, por isso, lutámos sem desfalecimento. Se não fosse Portugal, a negociação teria resvalado e, desse modo, prejudicado alguns países europeus. Mesmo a grande Alemanha que, nessa altura, tinha 300.000 desempregados no sector têxtil!...

Impunha-se que o País inteiro soubesse isso. Foram designados os Ministros da Indústria e do Comércio para o fazer, começando por ir explicar o acordo alcançado ao Conselho Económico e Social, ao Parlamento e, naturalmente, às associações empresariais do sector.

\*

No seu segundo mandato, como Presidente da República, o Dr. Mário Soares não usou da mesma imparcialidade que tínhamos visto durante o primeiro. Passou, sem grandes disfarces, a actuar abertamente, a favor da Oposição. Isso acontecia durante as chamadas presidências abertas que passaram a ser verdadeiros “comícios”, em muitas das suas realizações e na actuação corrente das suas funções.

Uma delas respeitou ao veto que opôs ao novo decreto-lei que regulamentava a Lei das propinas. O Tribunal Constitucional não tinha levantado qualquer questão, sendo para nós certo que ele não estava ferido de nenhuma inconstitucionalidade. Na véspera de partir para a cimeira Luso-espanhola, em Palma de Maiorca, tinha ocorrido o habitual despacho semanal com o Primeiro-Ministro, não tendo este sido avisado de nada. Durante a sua ausência foi recebida uma comunicação do Chefe da Casa Civil a anunciar o veto e fazendo-o com uma argumentação pouco consistente. Aliás, o acto tinha pouco a ver com a promulgação da Lei das propinas. Era somente “areia atirada para a engrenagem” com o fito de dificultar a governabilidade do sistema. A solução não poderia ser outra: transformar o decreto-lei em proposta de lei, levando-a ao Parlamento onde ela seria aprovada por maioria, mas com um atraso, em relação aos visados, que nos arreliviava. O expediente era formalmente lícito, mas politicamente errado. Além do mais, era muito pouco “gentlemanly” e nos altos postos não se pode deixar de o ser, em todas as circunstâncias.

\*

Em 1 de Janeiro de 1994 começou o semestre da presidência grega. Apesar da minha imensa simpatia pelo país, pela sua luz, património e paisagens, eu partilhava a impressão de que nada de realmente importante se iria passar, em termos comunitários, ao longo dos seis meses seguintes. Não se enganou quem assim pensava. Prometeram concentrar a sua atenção em domínios económicos e sociais e nos Balcãs cuja situação já era muito complicada, nessa ocasião, tendo piorado muitíssimo nos anos seguintes.

Iria entrar em funcionamento o novo Comité das Regiões. O Tribunal de Contas Europeu passaria a contar com mais seis membros, dos quais um era Português, tendo feito um trabalho de excepção e granjeado o respeito dos pares e dos inspeccionados. Estavam em estado avançado as directivas sobre fundos de pensões e sobre metais preciosos, além de outras de âmbito mais geral.

Iria ter lugar um alargamento importante: a Suécia, a Finlândia e a Áustria.

A política regional era objecto de um interesse generalizado. Todos os Estados-membros haviam apresentado o “dossier” correspondente, para se candidata-

rem a apoio ao abrigo do chamado Objectivo 1. Pela primeira vez, ouvi falar no apoio a conceder à “agricultura ártica”... No sector das pescas, a Noruega, que acabaria por não entrar, havia proposto soluções que, na prática, impediriam quaisquer outros de pescar nas águas norueguesas... Estranho modo de entender uma Comunidade...

Foi anunciada a sequência das presidências na Europa do Tratado Schengen. Portugal corria o risco de vir a assumir o cargo logo no segundo semestre desse ano. Isso obrigaria a uma preparação acelerada...

Na sequência do acordo alcançado no âmbito do GATT e dos apoios da União Europeia ao sector têxtil, os “lobbies” das confederações industriais têxteis europeus logo se mostraram activos, contra as ajudas concedidas. Nunca fazem as coisas “com bons modos”... Protestaram de forma audível, reclamando que o programa tivesse uma execução muito transparente. Pensavam que iríamos aplicar os auxílios para aumentar a nossa produção de “T-shirts”... Avisados tínhamos andado nós quando definimos regras muito apertadas, dizendo claramente que só seriam apoiados os esforços de modernização feitos no quadro de planos estratégicos de reestruturação das empresas.

Estava em reformulação a Lei para a eleição dos parlamentares europeus.

Tinha entrado em vigor o Espaço Económico Europeu, no âmbito do qual havia um conselho e uma série de comités que nos pareciam de mais; comité misto, comité de acompanhamento e outros de cujos títulos já não me lembro.

O Conselho Europeu entendeu chegado o momento para lançar o Observatório Europeu da Droga. Era, naturalmente, preciso decidir sobre a sua localização. Nós não estávamos particularmente interessados nela.

E encontrava-se em processo de criação a União Económica e Monetária.

Para aplacar os receios em relação ao sector têxtil, o Ministro da Indústria havia preparado um relatório sobre o PEDIP que se manifestava muito positivo em relação a todos os sectores, com excepção do próprio têxtil; precisava de uma actualização mais determinante. O destinatário principal desse trabalho era o Vice-Presidente Bangeman, mas eu queria que ele também fosse entregue ao Comissário Millan, porque, afinal, o Sistema de Incentivos de Base Regional que também tinha sido mobilizado e o próprio PEDIP haviam recorrido a verbas do FEDER. O

PEDIP II teria carácter mais “horizontal”, sendo dirigido a todos os sectores, sem privilegiar o têxtil; para este tínhamos de nos contentar com os apoios que haviam sido especificamente definidos para o efeito, visando particularmente a sua modernização. O RETEX contemplava, também, a diversificação.

No sector da agricultura soubemos que a Comissão iria conceder apoio a regiões muito mais ricas do que as nossas. A mim, surpreendeu-me que o fizesse em relação ao vinho e à destilação... A França não deixava nada desacomodado!... Por outro lado, havia ajudas substanciais a Espanha, Itália e Grécia para os produtos mediterrânicos. Nós também os produzíamos.

Eu propus que não ligássemos as negociações em curso, do Quadro Comunitário de Apoio, ao conjunto de apoios ao sector têxtil. Isso contribuiria para “aumentar o ruído” e complicar-me-ia enormemente o trabalho. O que eu queria era ver assinado o QCA; sê-lo-ia no dia 28 de Fevereiro, no Centro Cultural de Belém.

Nessa ocasião, os investigadores portugueses ainda não sabiam muito bem como concorrer aos projectos apoiados pelo Programa-quadro de C&T europeu. Impunha-se que aprendessem depressa a fazê-lo porque as verbas que iriam ser afectas ao PRAXIS XXI não cresceriam muito expressivamente quando comparadas com as atribuídas ao CIENCIA. Era preciso maior dinamismo por via da associação a quem o sabia fazer bem. Mas esse era um dos objectivos em que eu insistia: integrar-se em redes e procurar colaborar com trabalho de excelência nos respectivos projectos. Hoje (2016), em qualquer encontro, há um tempo para “networking”... Era o que eu propunha que fosse feito sistematicamente: quebrar o isolamento!

\*

A cooperação com S. Tomé, no domínio do ordenamento do território iria encetar-se em breve. Era preciso formar uma equipa de trabalho composto por dois arquitectos, um engenheiro sanitarista e um coordenador com capacidade de diálogo com as autoridades locais. Começar-se-ia pela própria Cidade de S. Tomé que dispunha de um património interessante. Era considerada a última cidade romântica de África... Depois disso, um livro de Miguel Sousa Tavares pô-la na moda.

Estimava-se que a missão seria possível de fazer em cinco meses e que nos custaria entre 6 e 8 mil contos. Os profissionais haviam sido recrutados entre técnicos da Direcção-geral do Ordenamento do Território e das Comissões de Coordenação Regional. Nunca há dificuldades em encontrar voluntários para este género de missões. Baseado nas experiências que eu tinha visto, estabeleci logo que a parte de concretização dos planos que fossem elaborados deveria ficar à conta dos responsáveis locais. Eu sabia que isso se iria arrastar indefinidamente. Era preciso, além disso, arranjar dinheiro para o fazer. Pedi que fossem feitas auscultações a esse respeito. A UNESCO estava muito envolvida em casos semelhantes em Zanzibar e no Dahomé; a ONU também proporcionava algum apoio. Mas não poderíamos ser nós a tratar disso, apesar de eu suspeitar de que, se não o fizéssemos, nada aconteceria...

\*

A modernização das cooperativas agrícolas era urgente. Havia sectores em que o cooperativismo era aplicado com sucesso como era o caso das cooperativas de habitação para a classe média. Havia outras em que a evolução do sector determinou o fim inexorável das cooperativas, como era o caso das de consumo. Havia, ainda, outras em que estavam presentes interesses muito complexos, como era o caso das de educação, nas quais era muito delicado tocar; nem elas queriam que o fizéssemos. No sector agrícola havia justificação para o seu fortalecimento porque, em muitas partes do País, o minifúndio era a regra e para viabilizar as explorações se tornava indispensável dar escala ao conjunto, o que poderia muito bem ser feito através da organização cooperativa, desde que os compradores se envolvessem na condução dos seus destinos e contratassem profissionais competentes para as servir. Por isso me reuni, em 7 de Janeiro, com o Ministro da Agricultura, o Secretário de Estado da Alimentação e o Presidente do INSCOOP para tentar ver que tipo de acções é que este último poderia desenvolver para reforçarmos a qualidade de gestão das cooperativas agrícolas e, por essa via, assegurar alguma prosperidade a algumas dezenas de milhar de explorações que não conseguiriam sobreviver sem a agregação das suas pequenas produções e sem o acesso a preços convenientes a muitos dos produtos ou factores que eram necessários ao seu trabalho.

Eu conhecia razoavelmente o sector, desde os tempos em que havia sido o responsável pelo Plano de Desenvolvimento Agrícola Integrado de Trás-os-Montes e Alto Douro. Por isso tinha a dimensão do esforço que era preciso desenvolver. Além disso e nessas funções havia lidado com três Secretários de Estado do Fomento Cooperativo a cujo entusiasmo na acção haviam correspondido poucos resultados práticos. Parecia-me o sector muito dominado pela ideologia e por algum “romantismo” na acção. Por isso queria ouvir conselhos para lançar ideias fundamentadas. Mas o que ouvi não me encorajou muito!

No mundo das cooperativas agrícolas o amadorismo era a regra. Os grémios da lavoura haviam sido transformados em cooperativas, de um dia para o outro, sem qualquer preparação dos seus agentes. Teria sido melhor se tivessem assumido a forma de associações de produtores, com modelo de gestão mais próximo da fórmula anterior. Havia muito pouco envolvimento das cooperativas na transformação e comercialização dos produtos agrícolas; limitavam-se a actuar na fase da produção e, mesmo aí, deficientemente. Se algumas cooperativas fechassem, não viria daí muito mal ao mundo. Era preciso procurar novas formas de comercialização dos produtos agrícolas. Havia sido criado, três anos antes, o PROAGRI com o fito de garantir e pôr a funcionar cooperativas e associações agrícolas por meio da colocação de técnicos com formação adequada. Parecia que o ponto mais crítico estava na comercialização dos produtos. Poderia, naturalmente, melhorar-se o Código Cooperativo e a legislação de base das cooperativas. Mas era preciso estar ciente de que, em Portugal, o cooperativismo havia estado sempre colado ao Estado, iludindo dessa forma o tradicional modo de constituição de cooperativas. Elas nunca tinham concorrido adequadamente quando em confronto com outros tipos de organizações. Elas haviam tido, durante tempo de mais, uma discriminação positiva por parte do Estado, nos apoios que lhes eram concedidos. Teria, assim, de se actuar em três direcções: na revisão do Código Cooperativo, nas leis cooperativas e na gestão das cooperativas.

Encorajaram-me a não fazer as coisas somente pela via da persuasão. Isso levaria perto. As cooperativas tinham de adquirir uma postura mais empresarial e menos “sergiana”; de outro modo acabariam. Por isso, o seu enquadramento jurídico deveria ser mais impositivo e menos persuasivo. A legislação vigente era

pouco exigente quanto ao comportamento dos cooperadores e, especialmente, dos gestores das cooperativas.

Foi dado o testemunho de que estavam a cair muitas cooperativas agrícolas, o que vinha confirmar a visão pessimista que nos estava a ser transmitida. Eu e o Presidente do INSCOOP já havíamos decidido e praticado proceder a auditorias mais frequentes das cooperativas com vista a robustecer as que o merecessem. Mas a nossa legislação não estava muito orientada para as cooperativas agrícolas; estas tinham de possuir uma vertente associativa e outra empresarial; ora, sucedia que esta era correntemente esquecida. Urgia, portanto, transformar o Código, eventualmente promovendo uma distinção das cooperativas agrícolas, englobando a produção e a comercialização. A questão do capital mínimo das cooperativas era relevante; como a sua atracção. Talvez não fosse despropositado, na faceta empresarial, equipará-las a sociedades por quotas. Punha-se, além disso, a questão da dissolução das cooperativas e do destino a dar ao seu património, depois de pagar as dívidas que houvesse. Deveriam fixar-se também as regras para a constituição de reservas e para a distribuição dos eventuais lucros. O número mínimo de associados de uma cooperativa estava fixado em 10 para uma cooperativa corrente e de 7 se eles fossem jovens. Por aqui se pode ver o pendor “romântico” a que atrás eu me referia... Mas havia propostas para reduzir para 5 o número mínimo de associados em meio rural. Eu reagia à pulverização da forma institucional; roçava o oportunismo. Por outro lado, a minha preocupação era que as modificações que nos propunham que fossem promovidas tivessem a aceitação, por parte das pessoas interessadas; o cooperativismo não era do Estado; tratava-se de uma forma de associação voluntária que deveria partir de baixo para cima e ser autónoma em relação ao Estado. Mas, em Portugal, estavam todos à espera do “subsídiozinho”...

Para uma actuação imediata, o importante é que elas fossem geridas com maior profissionalismo. Os conselhos fiscais das cooperativas eram, mais ou menos, uma ficção; não fiscalizavam nada, deixando correr a gestão em rédea livre. Deveria, por isso, contemplar-se a possibilidade de os substituir por auditorias externas conduzidas por profissionais devidamente reconhecidos ou por revisores oficiais de contas (ROC). Combinámos que até Fevereiro nos seriam presentes,

para análise, as alterações a propor ao Código Cooperativo e às principais leis do sector. A melhoria da gestão das cooperativas tinha de ser objecto de actuação imediata. Talvez fosse bom, para ultrapassar resistências internas que sempre viriam do lado “mais ideológico”, organizar um encontro internacional para debater as alterações que nos propúnhamos promover.

\*

No dia 12 de Janeiro de 1994 recebi o Eng. António Cardoso e Cunha, Presidente da Expo'98, que me ia falar de algumas dificuldades que estava a ter na empresa que havia sido constituída em Abril de 1993 e ainda não tinha passado para ela nenhuma parcela do capital prometido pelo Governo. O Ministério do Planeamento honrava as suas promessas, mas a verba respectiva era para coisas concretas e não para a constituição do capital social da empresa. Mas o trabalho mais desgastante era a libertação dos terrenos dos seus ocupantes, especialmente das petrolíferas que pareciam não ter pressa nenhuma em sair das suas instalações, todas elas já fora de operação. Outros ocupantes eram os contentores que estavam lá ao abrigo de concessões feitas à Administração do Porto de Lisboa e a outros concessionários que também não tinham pressa em sair. Para quem tinha a obrigação de fazer ali, a tempo e horas, uma exposição, essa lentidão era uma arrelia constante.

O programa da Exposição estava pronto. O Arquitecto-chefe era o Arq. Vassalo Rosa, um profissional com grande prestígio. Tinham dividido o terreno em lotes e só a Estação do Oriente ocuparia seis. Haveria uma interface entre a CP, o Metropolitano, o tráfego rodoviário, a Carris, etc. Estavam a dar a maior atenção às ligações do entrosamento do novo tecido urbano com o antigo. A despoluição do rio Trancão continuava a representar uma preocupação maior.

Tudo quanto fosse feito teria destino e aproveitamento posterior como hoje se comprova amplamente.

Analisámos a questão dos fundos comunitários a aplicar nos diversos empreendimentos.

Estas reuniões decorriam sempre num ambiente muito dinâmico e construtivo. Em face de cada dificuldade havia logo alternativas para a ultrapassar. Não era



só criatividade que existia; era, fundamentalmente, determinação! Sem esta nada se consegue...

\*

Eu mantinha-me informado acerca do que se ia passando no Douro. Afinal eu era, também, o seu “Member of the Parliament”... Em 14 de Janeiro de 1994 vieram-me dizer que os “stocks” do Douro estavam quase absorvidos. A colheita de 1993 estava esgotada, porque ela havia sido de 115 mil pipas (de 550 litros) e as vendas de 150 mil. Estavam, assim, recuperadas 35.000 mil pipas dos anos anteriores. Esperava-se que a recuperação das 20.000 que faltavam fosse feita em 1994. O lado das más notícias era a razão pela qual isso tinha acontecido: o preço do vinho estava baixíssimo...

Aquela parecia ser a ocasião apropriada para proceder à grande mudança no Douro pela qual muita gente ansiava. Porque a quebra do preço tinha sido formada por uma ou duas figuras muito conhecidas no meio, o resultado era que quem mandava no negócio do vinho do Porto era o comprador! Não havia nenhuma promoção do equilíbrio entre a procura e a oferta. Tudo pela acção nefasta de uma pessoa que se mantinha em funções. Por quê? Como?

\*

O sector portuário preocupava-nos, porque sabíamos que mais de 80% do que exportávamos ou importávamos utilizava os transpores marítimos, sendo os portos fulcrais para a economia. Era imperioso cuidar da sua reestruturação.

A ineficácia laboral era conhecida, sendo os salários altíssimos no contexto português. Num ano havia-se conseguido reduzir o número de trabalhadores de 1800 para 670, o que parecia ajustado às necessidades que se verificavam. Isso representava uma economia de cerca de nove milhões de contos em salários. E traduzia-se em economias de cerca de 70 contos pelo manuseamento de cada contentor. Havia, todavia, enormes dívidas à banca, a taxas elevadíssimas que ninguém estava interessado em amortizar. Tinha havido uma exigência sindical para antecipar as reformas. As compensações respectivas eram da ordem de 1,5 e o valor dos salários a multiplicar pelo número de anos de serviço. Por sua vez,

contavam-se histórias inacreditáveis relativamente ao parentesco dos estivadores entre si. Tratava-se de um grupo fechado em que não entrava quem queria ou quem exibisse mais aptidões para as funções.

Em 1994, todavia, os portos portugueses deixaram de constituir um constrangimento severo no desenvolvimento da economia portuguesa. Teve de se criar uma nova taxa para suportar os custos da reestruturação que se impunha.

Estava a assistir-se à fusão de alguns operadores portuários, mas isso passava-se devagar, porque a lei exigia uma dimensão relativamente elevada dos capitais próprios. E havia muitos operadores muito pequenos...

Estimava-se que o porto de Leixões viesse a ter uma taxa de ocupação de 100%, tal era a dimensão da procura por parte dos empresários do Norte.

Era preciso encetar, então, a reforma das administrações portuárias, uma vez concluída, ou quase, a reestruturação da actividade e movimentação da carga nos portos. Mas as resistências à mudança eram enormes.

\*

A Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave havia representado um exercício ambicioso que tinha corrido bem. Mas as populações atribuíam mais méritos às Câmaras Municipais do que ao Governo, na resolução da crise, porque nós tínhamos dado privilégio à realização de numerosas pequenas obras “de proximidade”... Mas, em 1994, ainda subsistiam muitos trabalhadores na economia clandestina, prolongando um hábito que haviam adquirido quase vinte anos antes, quando tinham tido de lançar mão de tudo para sobreviver. Impunha-se ir acabando com a prática. A capacidade instalada no Vale do Ave, no sector têxtil, tinha que diminuir, diversificando a actividade, impulsionando a qualidade, modernizando os processos tecnológicos e a gestão... Deveríamos empurrar uma mudança da estratégia empresarial que reclamava um acompanhamento próximo. No que me passava próximo, eu procurava que houvesse uma articulação entre o Programa de Modernização da Indústria Têxtil e o RETEX, cujos montantes tanto me haviam custado a convencer os Comissários com quem eu havia lidado, em articulação muito próxima com o próprio Primeiro-Ministro e com o Ministro da Indústria.

O certo é que se tinha feito e estava a fazer muito no Vale do Ave, com lógica e coerência. Todavia, a visibilidade das nossas realizações não estava a ser conseguida. As pessoas concordavam que nunca se tinha vivido tão bem no Vale do Ave, mas a nós impacientava-nos saber que havia contrafacções e trabalho feito e pago à peça numa descarada e generalizada prática de economia paralela. Havia indicadores contraditórios: o número de motorizadas vendidas em Guimarães era o mais elevado de sempre, mas as acções de formação profissional não tinham “fregueses”... Estes, aliás, quando apareciam mostravam uma formação de base muito insuficiente; a escola primária não os havia preparado adequadamente. Era uma zona muito peculiar, onde se misturavam os sectores: em sobreposição com o têxtil havia a vinha (vinho verde), com uma certa expressão, a transformação de carne (Famalicão), a construção civil, etc. Eu próprio fui, um dia, visitar a escola de formação de canteiros, em S. Torcato (Guimarães), onde há uma “catedral imperfeita” de granito que está em construção há décadas; era o que servia de enquadramento prático à dita escola.

A situação ambiental era crítica, porque, com a ocupação do terreno difusa, as fontes de poluição eram numerosas e contaminavam tudo.

Uma necessidade era clara: tinha de se cuidar dos quadros intermédios das empresas e da formação dos próprios empresários que o eram, em grande parte, em resposta a um impulso de realização pessoal, mas tinham, generalizadamente, pouca preparação tanto técnica como gestonária. Por isso, nós olhávamos com simpatia a prática da sub-contratação; ao menos, dessa forma, os pequenos e muito pequenos estariam enquadrados por quem tinha aquelas capacidades.

A promoção da qualidade e a internacionalização representavam imperativos.

Por outro lado, o que se estava a fazer em matéria rodoviária nunca tinha tido paralelo, anteriormente; todo o espaço foi rasgado por numerosas auto-estradas, em todos os sentidos. Estava-se muito longe da penúria dos anos 70, quando eu havia ocupado horas intermináveis e muito latim para convencer os Autarcas a unirem-se para a construção da VIM (Via Intermunicipal – Joane a Vizela)...

A questão do subsídio de desemprego era chocante. As pessoas beneficiavam dele e iam trabalhar à peça para casa. Não havia costureiras no mercado de trabalho, mas existia uma proliferação pasmosa de situações fraudulentas. Era preciso en-

contrar formas eficazes para fiscalizar e contrariar uma prática que muitos fingiam ignorar, porque tiravam, generalizadamente, benefícios da confusão... Por isso se vendiam tantas motorizadas e se consumia tanto. Chegámos a pensar que ao subsídio de desemprego deveria andar associado ou um serviço à comunidade ou quaisquer cursos de formação profissional. O esquema não seria fácil de gerir. De qualquer forma, não poderia haver medidas sociais permanentes; estas teriam de ser extraordinárias. E deveriam ser dados sinais o mais rapidamente possível!

\*

No âmbito da Segurança, nós estávamos preocupados com muitas coisas, mas, no que me tocava, com incidência especial no domínio das empresas, particularmente no que respeitava à protecção dos seus dados, com vista a garantir a sua competitividade. Isto era parte da envolvente do estímulo da encomenda da descoberta de novos conhecimentos por parte das empresas que eu tanto queria promover. Quando levantei esta questão numa reunião do Conselho Superior de Informações, tive como resposta que isso não seria difícil de conseguir. O mais complicado de investigar nesse campo era o branqueamento do dinheiro e os caminhos que ele seguia...

\*

Eu era muito sensível às condições de trabalho. Como achava que deveria ser exigente com os funcionários que comigo trabalhavam, considerava como minha obrigação proporcionar-lhes ambientes de trabalho confortáveis; de tal modo que isso nunca me fosse referido como factor limitativo da qualidade do seu desempenho. No caso da Comissão de Coordenação da Região do Norte fui eu próprio a promover a aquisição, reabilitação e a expansão de instalações de excepção. Em Coimbra apoiei o mais possível o Prof. Manuel Porto a fazê-lo. Em Lisboa e em Faro isso não era necessário, dadas as condições existentes, mas, em Évora, a Comissão estava localizada na parte central e dispersa por vários edifícios antigos que reclamavam obras profundas e que não eram património do Estado. Por isso, incentivei o Dr. Carmelo Aires a procurar um terreno “fora-de-muros” e construir de raiz um edifício adaptado ao efeito. Como sempre, fiz recomendações de austeridade

na solução arquitectónica e, nesse caso, lembro-me de ter recomendado mesmo para usarem, abundantemente, mármore da Região. O edifício funcionaria como mostuário de um recurso que ocorria a menos de cinquenta quilómetros do local da construção, havendo a possibilidade de o obter a muito bons preços.

Em Janeiro de 1994 veio-me comunicar que estaria tudo em condições de ser inaugurado em Abril seguinte, aproveitando a ocasião para se comemorar o 25.<sup>o</sup> aniversário da criação das CCR. Combinámos que isso se faria acompanhado da realização de um ciclo de três palestras sobre temáticas alentejanas, da inauguração de uma exposição do António Charrua e da edição de uma gravura de um autor ligado ao Alentejo, que fosse distribuída pelos participantes no acto. Assim se procederia, de forma civilizada, à transferência de instalações.

\*

Havia uma preocupação permanente para diminuir o número de funcionários. Como disse na ocasião oportuna eu herdei, em 1985, numerosas Direcções-gerais que fui sucessivamente extinguindo e três Secretarias-gerais diferentes que tive de fundir. Permanecia, todavia, a sensação de que havia numerosos elementos cujas funções já não se justificavam. Era o caso dos “contínuos” que, nos anos sessenta, enxameavam as repartições públicas; eles é que asseguravam as ligações das mesmas ao exterior: para ir ao correio; para fazer esperar o público ordenadamente e conduzi-lo a quem iria recebê-lo... e para mais uma centena de funções que, afinal, não eram imprescindíveis... Mas, além deles, havia muita gente a fazer pouco ou nada. Donde a pressão permanente para nos vermos livres do maior número possível. Em 31 de Dezembro de 1992, o Ministério tinha 3.893 funcionários. Em Janeiro de 1994 (dois anos depois) tinha 3489. Havíamos dispensado 404, tendo eliminado 100 lugares do quadro. Quando os Directores-gerais me falavam em falta de pessoal era sempre de técnicos altamente preparados. Desses continuávamos a ter falta. Do chamado pessoal indiferenciado, poderíamos ir libertando alguns, porque não se dava pela sua presença.

\*

No dia 27 de Janeiro fui a Bruxelas para uma apresentação, na Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu, do nosso Plano de Desenvolvimento Regional que estava a ser objecto de negociações com a Comissão Europeia. Éramos o primeiro país-membro a fazê-lo. Disseram-me que seria útil ir conversar com os parlamentares. Mas, antes de o fazer, à tarde, no próprio Parlamento, eu convidei os membros portugueses para uma reunião da REPER, para lhes dar conta, previamente, daquilo que iria apresentar. Vieram alguns e entrevistaram na discussão, os Parlamentares José Apolinário, Barata Moura, Mendes Bota, Carlos Coelho e Lucas Pires.

Começaram por dizer que a minha ida ao Parlamento europeu era uma inovação, no que tocava à aprovação de um QCA, o que agradeciam. Iriam, naturalmente, apoiar o Governo nas negociações, naquilo que estivesse ao seu alcance. Um deles não apoiava a minha decisão de não facultar fundos europeus às Autarquias que não dispusessem de PDM (Disse-lhe que isso era indicativo de que, tendo passado tanto tempo para o fazerem, quem não o tivesse pronto era porque não queria sujeitar-se a regras de todos conhecidas ou porque não sabia o que queria para a sua terra). Mas havia um atraso generalizado nesse domínio e a minha decisão poderia prejudicar algumas populações. No QCA II havia uma grande falta de iniciativas no domínio da Agricultura (havia o PEDAP); tratava-se de um sector muito endividado. Tanto na comercialização da produção como nos recursos hídricos se ficava muito aquém daquilo que era necessário. Era preciso construir mais estradas no Baixo Alentejo e no Algarve; os seus habitantes queixavam-se de que não haviam sido contemplados na mesma proporção dos restantes portugueses. A auto-estrada para o Algarve havia parado em Grândola (Viria ser eu a inaugurar a parte restante em 2003!). Um outro havia recebido um documento das associações de Municípios do Alentejo. Recomendava prioridade à qualificação dos recursos humanos. Queria que eu elaborasse sobre o que o PDR continha a esse respeito. Qual era a contribuição do sector privado, nesse domínio? O sistema científico e tecnológico deveria merecer prioridade, através de um acréscimo do investimento. A rentabilização do investimento não poderia ficar cerceada pelas despesas correntes. Um terceiro parlamentar sublinhava que o PDR não esgotava

todo o investimento que iria ter lugar em Portugal. O Turismo deveria andar de braço-dado com a reabilitação do património cultural. Tinha de atender-se mais às acções de promoção externa do sector. Quantos empregos é que eu estimava que fossem criados e quantos seriam eliminados? O investimento previsto para o Algarve era só 5% do total; isso era pouquíssimo! As produções tradicionais estavam em crise e deveriam ser apoiadas e estimuladas. Ficava contente por ver o Alqueva no PDR. Um outro parlamentar aconselhou a que se aproveitasse em pleno o volume de fundos que nos estava atribuído, mas que não se aumentasse a despesa pública, por causa do défice. O último a intervir queria quantificações sobre os sectores novos, como o Ambiente e a Ciência e Tecnologia, e mais informações acerca da modernização da produção.

De tarde fui ao Parlamento. O presidente da Comissão da Política Regional era um espanhol bem-disposto, Gutierrez-Díaz, que começou logo por dizer “A quien madruga, Diós ayuda!”, para sublinhar o facto de sermos os primeiros. Para meu desapontamento, os Parlamentares presentes eram somente os Portugueses com quem eu já tinha estado de manhã e mais uns outros, também Portugueses. Os dos países parceiros, tirando o presidente, primaram pela ausência, o que foi objecto de justo reparo por um dos Deputados portugueses. Lá fiz a minha exposição como se estivessem todos. Curiosamente, nessa sessão formal houve intervenções mais longas dos Parlamentares Europeus. Falaram os Deputados Barata Moura, José Apolinário, Torres Couto, Cunha Oliveira, Carlos Coelho e Lucas Pires. Resumirei o que disseram:

Aquele debate não podia substituir o debate nacional (Era evidente!). Deveríamos ter muito cuidado, porque se tratava de uma transferência significativa de fundos. A convergência económica, social e cultural com a média da União deveria ser o nosso propósito. Conviria que eu tivesse em atenção a forte degradação do nosso tecido produtivo, tanto agrícola como industrial. Era preciso considerar os reflexos negativos das políticas comunitárias em Portugal; o QCA deveria ser entendido como uma almofada para compensar os efeitos negativos das políticas comunitárias, mas numa perspectiva estruturante e não amortecedora. Dever-se-ia avançar com a criação de regiões administrativas; ir-se-ia o Governo empenhar seriamente na qualidade da participação pública? E fazer enraizar as

transformações correspondentes nas populações? (Era evidente que estas eram perguntas retóricas...). Nós padecíamos de sub-desenvolvimento crónico. Teríamos, agora, de curar da rentabilização do investimento e da sua sustentabilidade. A minha presença no Parlamento Europeu representava um acto inovador que os Deputados apreciavam devidamente; ele consagrava o acompanhamento pelo Parlamento da aplicação dos fundos num Estado-membro. Um Deputado achava que a parcela devotada ao sector do Ambiente era escassa; preocupava-o, também, a desertificação do Interior, achando que as transferências dos fundos não chegavam aos agricultores. Folgava pela construção do Alqueva. A alteração qualitativa da nossa agricultura não havia sido feita; teria de haver políticas nacionais expressamente orientadas para esse efeito. Um outro Deputado achava que o texto do PDR que havíamos apresentado era bom mas entendia que, em Portugal, havia sempre bons textos e maus actores. Queria mais capital de risco e menos contribuições a fundo perdido; mas achava que, no nosso País, havia empresários a querer capital sem risco e empresários com sentido do risco, mas sem capital; chegou ao ponto de afirmar que, em Portugal, havia empresários hostis ao risco e daí as dificuldades em que se encontravam a NORPEDIP e a SULPEDIP, sociedades de capital de risco. Perguntava-me se haveria actores para as minhas propostas (Outra pergunta retórica...). Por que não tinha eu elaborado um PDR somente para o Litoral, deixando o Interior para uma outra proposta com instrumentos específicos mais direccionados para os seus problemas? (Devo dizer que não alcancei muito bem o interesse desta proposta... suponho que era só para se mostrar original...). Os objectivos que eu havia apresentado eram consensuais; alertava-me para as dificuldades que eu iria encontrar por parte do Ministério das Finanças; seria necessário proceder à alteração do modelo macro-económico para acomodar as exigências do PDR e ele não via o meu Colega disposto a fazê-lo (Pôs um ar de dúvida quando eu lhe respondi que o PDR apresentado era um documento do Governo e não apenas do Ministro do Planeamento; o acordo encontrado em torno do Governo envolvia todos os Ministros, incluindo o das Finanças). Um outro Deputado começou por manifestar a sua profunda decepção com os seus colegas dos outros países que mostraram, ao não estarem presentes, um desinteresse lamentável pela nossa situação. Queria que se desse mais importância (fun-



dos) aos sectores da Educação e da Ciência e Tecnologia. As telecomunicações e a renovação urbana também deveriam ser mais dotadas. Apoiava a progressiva substituição das “barracas” que era proposta e a recomendação feita para a criação das regiões administrativas. Queria que eu enunciasses os “nichos” da actividade económica que nós apoiaríamos (Ficou um tanto surpreendido quando eu lhe disse que essa era uma função dos empresários: escolher os sectores em que apostaríamos; nunca seríamos nós a propô-los). Mas insistia em que eu definisse os nossos objectivos estratégicos específicos para a Indústria e para a Agricultura. Um outro achava que se estava a investir bem em infra-estruturas, mas queria ver mais apoio à formação de recursos humanos e ao Ambiente. O último a intervir reiterou a qualidade do texto do PDR com cujo conteúdo estava de acordo. Temia que alguém “desafinasse”... Folgava ver que, na nossa proposta, havia objectivos com carácter imaterial; mas, alertou, que a opinião pública associava o QCA II ao I e que este havia sido, quase exclusivamente, “betão”; como entenderia eu promover essa mudança de percepção? A nossa proposta era coincidente com a do Livro Branco da Competitividade e do Emprego que apostava num desemprego baixo; seria mesmo assim? Nós falávamos na modernização do tecido industrial; ele entendia que ela englobaria a valorização dos serviços além da agricultura e indústria e que respeitaria tanto às actividades existentes como às novas; confirmava eu esse entendimento?

Como se pode ver, as questões não eram difíceis de responder. A sessão terminou com manifestações de aprazimento pelo presidente Gutierrez-Díaz que não ofereceu nenhuma explicação pela falta de comparência de tantos Parlamentares.

\*

Em 4 de Fevereiro fui a Angra do Heroísmo para fazer uma palestra, na Universidade dos Açores, sobre “A formação da base económica de uma região periférica”, assunto a que eu atribuía a maior das importâncias. O texto está publicado (Discurso IX); por isso não a reproduzo. Continuo a pensar no que, então, disse.

\*

Eu já contei como nasceu o Centro Cultural de Belém. Relembro que a minha proposta inicial referia-se à instalação de três núcleos, um para o Museu Nacional de Arqueologia, outro para propor à Sociedade de Geografia de Lisboa para ali instalar uma parte das suas colecções e um terceiro para exposições temporárias. Com o tempo, o programa evoluiu muito e saiu da minha esfera de comando. O elemento que mais fez alterar a proposta inicial foi a construção de um espaço que permitisse ao Governo Português dispor de instalações adequadas à realização de reuniões internacionais de vários tamanhos e composições, a começar pelo primeiro Conselho Europeu da nossa presidência, como já relatei anteriormente. Quando se começou a construção, o esquema geral do Centro articulava-se em cinco módulos dos quais hoje (2016) estão construídos três. Faltam dois, um dos quais será um hotel, se se mantiverem as intenções iniciais.

Em 1994, dispunha-se de um centro de reuniões, de um espaço para exposições e de uma sala de concertos. O primeiro e o terceiro tinham vocações muito específicas com as adaptações do espaço feitas nesse sentido. Quanto ao segundo ainda não se havia estabilizado em relação ao seu destino: um local de exposições temporárias ou um museu permanente? E, neste caso, que museu?

Podia na realidade dizer-se que este módulo havia sido construído sem um programa bem definido. Por isso havia que estabelecê-lo, rapidamente, porquanto isso teria repercussões nas contas que a instituição gestora do Centro deveria apresentar. O Secretário de Estado da Cultura animara a constituição e o trabalho de alguns grupos a quem incumbira o encargo de elaborar propostas praticáveis. Para fazer o ponto de situação, o Primeiro-Ministro promoveu uma reunião em que eu também participei. Nela estiveram os Secretários de Estado da Cultura e o Adjunto do Primeiro-Ministro e três especialistas respeitados na área da museologia ou da ciência: a Dra. Simoneta Luz Afonso, o Prof. Manuel Collares Pereira e a Prof<sup>a</sup> Maria José Stock. A primeira exercia as funções de Presidente do Instituto Português de Museus e a última era a Presidente da Comissão Instaladora da Fundação das Descobertas; os três, participaram porque eram profissionais reconhecidamente competentes nas suas áreas de actividade. Na falta de um programa para o segundo módulo, o

arquitecto tinha-o concebido de forma muito orientada para a contemporaneidade, fosse ela permanente ou temporária. Mas era preciso aprofundar o assunto. Por isso nos reunimos.

O Secretário de Estado da Cultura havia pedido ao Prof. Carvalho Rodrigues que lhe fizesse propostas em torno da ideia da Descoberta; ficava por resolver se seria uma série de exposições que mudariam de conteúdo ao longo do tempo ou uma grande mostra permanente. O espaço a preencher tinha 6.000 m<sup>2</sup>; era considerado folgado.

Havia, por outro lado, sugestões para que fosse um museu de arte contemporânea. A alternativa punha-se, assim, entre Ciência e Artes Plásticas do nosso tempo.

Na zona de Belém havia, nessa altura, 19 locais importantes para visitar. Em três dias o visitante não conseguiria vê-los a todos; hoje há mais! A preferência ia para as exposições temporárias com possibilidade de ir variando e actualizando aquilo que se via. Mas havia alguma pressão para que fosse um “Espaço da Descoberta”, muito ligado à capacidade de observar e de criar; o “espaço” seria o foco, porque ele era, no século XX, o que haviam sido os oceanos no século XV. Uns propunham que houvesse uma simulação do *Big Bang*. Outros que fosse, antes, uma viagem no espaço, acabando no sistema solar e na Terra e salientando o papel do Sol como fonte de energia. Dever-se-ia fazer menção aos grandes “saltos” da capacidade inventiva do Homem. Neste caso, seria indispensável recorrer abundantemente a técnicas sofisticadas para recriar realidades virtuais; teria de se recorrer aos “multimédia” em abundância.

Mas os que preferiam as artes plásticas sublinhavam que o mundo estava cheio de realizações daquele tipo e que a actualização de uma exposição dessas era muito dispendiosa e frequente. A renovação teria de ser permanente, mas a exposição poderia ir dali para outros lados. Tudo isso implicava custos recorrentes que não era possível estimar. Todos éramos sensíveis ao interesse da ideia da “Descoberta” e à consonância do tema com o lugar. O pior eram as interrogações acerca das exigências financeiras indefinidas de uma tal opção; sabíamos que havia gente competente nas nossas universidades para dar o apoio permanente que seria necessário à montagem e à exploração de um tal programa. Estimava-se que só a sua elaboração demorasse entre três e cinco anos.

O Centro Cultural de Belém já tinha programação estabelecida até 1995. Só se poderia contar com a disponibilidade do espaço a partir daí.

Nós queríamos que o museu ou a exposição fossem diferentes, atractivos e que tivessem um verdadeiro impacto na população. A ideia do Museu da Descoberta era-nos simpática mas estava assaz indefinida, a começar pelas exigências de espaço; havia quem achasse que os seis mil metros quadrados eram mais do que suficientes, mas outros pensavam que as montagens consumiriam muita área e que a que tínhamos não chegava. Por outro lado, ainda havia muitas interrogações sobre o tema em que nos deveríamos focar.

As exposições temporárias eram muito dispendiosas. Seria mais simples e previsível pensar na instalação de uma exposição permanente Mas a ideia de focar na “Descoberta” com “avenidas” que fossem exploradas por equipas diferentes e renovadas consoante os meios disponíveis era atraente. Insistíamos em que tudo fosse inovador. Além disso havia que instalar o Centro de Informação Comunitária que acabou por ter o nome de Jacques Delors e que, desde então, tem contribuído muito para o conhecimento do que é a União Europeia, entre nós.

Como se sabe, a solução acabou por ser diversa da que então estava a ser aventada. Para isso contribuiu muito o custo elevado quer das exposições temporárias quer de uma exposição permanente que tinha custos de exploração altos e reclamava actualizações relativamente frequentes.

\*

O órgão de gestão do Quadro Comunitário de Apoio levou tempo a ser aprovado. Estávamos a pouco mais de quinze dias da sua assinatura e ainda nos ocupávamos na afinação de pormenores, quase todos relacionados com a autonomia dos ministros para decidirem no seu pelouro, sem dar grandes contas à coordenação geral que era quem tinha de responder a Bruxelas. Havia um que reagia mais do que os outros; não queria que fosse o gestor do programa a decidir qualquer coisa; só ele é que o poderia fazer; de outro modo, subverter-se-ia a hierarquia e isso ele não poderia tolerar. Pretendia que se definisse muito bem o poder do gestor (aliás nomeado por ele próprio). E não aceitava ver as suas decisões sujeitas a uma comissão de acompanhamento. Um outro não queria a

interferência do sector do Ambiente; só atrapalhava... Para outro era importante dispormos de um organigrama onde estivessem claras as dependências e as interferências. Achava a estrutura muito pesada. Havia demasiadas verificações. Os gestores de algumas áreas operacionais concentravam poder de mais para agentes com perfil técnico; queria que fosse salvaguardada a possibilidade de qualquer deles, a coberto de razões técnicas, poder vir a tomar decisões políticas. Entendia haver órgãos unipessoais a mais; gostaria de ver mais instâncias colegiais; temia a concentração de poderes.

As políticas sectoriais deveriam, elas próprias, incorporar as componentes ambientais. Nós tínhamos que antecipar, relativamente às questões postas por Bruxelas, tudo aquilo que pudéssemos. Eu não gostava nada de atrasos causados por essas perguntas que já sabíamos que iriam incidir, particularmente, sobre o sector do Ambiente; por isso queria “esvaziar”, antecipadamente, o conjunto das interrogações previsíveis. A Administração Comunitária estava numa fase de descoberta de que “tudo influenciava tudo”... Por isso, o sector do Ambiente era instrumental para a afirmação dos respectivos agentes.

Eu insistia na importância da escolha dos gestores certos que eram, para todos os efeitos, os delegados dos ministros; deveriam gozar da sua plena confiança.

O FEOGA-Orientação tinha tido 70.000 projectos no QCA I. Esperavam-se muitos mais no segundo. E a DG VI (Agricultura) gostava – aliás, como todas as outras – de pôr dificuldades através da formulação das mais diversas perguntas. Por isso eu insistia no guarnecimento da nossa Administração com agentes muito competentes nos quais fossem delegadas bastantes responsabilidades. Mas era evidente que o poder político nunca se poderia auto-desresponsabilizar. Era ele que teria de responder, em todas as circunstâncias. Mas não poderiam o Ministro ou os Secretários de Estado analisar, pessoalmente, dezenas de milhares de projectos. Todavia, a cadeia de decisões deveria pôr bem explícita a responsabilidade de cada um. Era invocado o caso de um técnico regional que só aprovava as candidaturas localizadas em freguesias comandadas pelo partido a que pertencia; isso foi fiscalizado e provado e o funcionário foi para a rua; não há esquemas à prova de toda a sorte de tropelias; por isso é preciso acompanhamento e avaliação “ex-post”.

Havia um outro que era radical! Não queria partilhar o poder com a Comunidade em Bruxelas. Todavia, era esta que fornecia uma boa parte dos meios de que nós necessitávamos para a nossa acção. Mas ele achava que as decisões eram eminentemente nacionais e nós estávamos a ser coniventes com uma transferência gradual de poderes para as instâncias da União. Para ele o verdadeiro poder passaria a residir nas unidades de gestão. E isso ele não poderia aceitar, porque se estava a confundir o poder das instâncias técnicas com o das políticas, conduzindo à difusão do poder político e à possibilidade de bloqueio por parte dos técnicos. Eu compreendia o melindre da questão, mas estava na mão dele definir, no seu próprio ministério, as regras da delegação do poder de decisão. Eu lembrava-me de dezasseis anos antes, quando fui visitar o meu antecessor no Ministério da Educação ele me mostrar umas dezenas de processos pessoais colocados no parapeito das janelas e de ele me dizer estarem à espera da minha decisão. Não sei se o choquei, mas disse-lhe logo que não tencionava lê-los e que lhe agradecia que os mandasse entregar nas Direcções-gerais pertinentes. No dia seguinte, quando entrei, já não estava lá nenhum!...

Era evidente que se tinham de distinguir as questões de soberania nacional da compatibilidade com as regras de elegibilidade a apoios europeus que haviam sido definidas, aliás, com a nossa intervenção. Já me fiz eco algumas vezes, da minha insatisfação com a tentativa de envolvimento, além das regras, de funcionários europeus no nosso processo decisório; mas uma coisa é não tolerar esses abusos, outra é não cumprir com regulamentos devidamente aprovados.

\*

No dia 11 de Fevereiro tive uma reunião com a Ministra do Ambiente e Recursos Naturais sobre matérias que cruzavam as responsabilidades de ambos. A primeira respeitava à LIPOR e ao concurso que ela havia realizado para a construção da grande estação de tratamento de resíduos sólidos que se propunha fazer. O júri havia decidido com base nos pareceres que, unanimemente, tinham indicado o que entendiam ser a melhor proposta: a da “Générale des Eaux”. Os concorrentes preteridos protestaram, como é hábito, invocando que a proposta escolhida não era a melhor nem em termos económicos nem financeiros; havia também

considerações jurídicas que invocavam. Perante as reclamações, a Ministra havia consultado a Empresa Geral de Fomento que, também como é costume, se munuiu de pareceres jurídicos de dois ilustres causídicos de Lisboa que apoiaram a decisão. Mas as Câmaras Municipais haviam contestado a oportunidade desses pareceres. Ambos entendemos que não deveria ser o Governo a arbitrar num assunto de tão sensibilidade política. Por isso acordámos em que deveria ser a Procuradoria-Geral da República a dirimir o assunto. Ela não demoraria muito tempo a pronunciar-se de modo que a construção da estação não seria muito atrasada. Assim aconteceu e ela lá está hoje a funcionar em pleno. Generalizou-se o costume de recorrer sistematicamente das decisões dos júris (até nas provas universitárias!...). Em todos os casos, isso só serve para atrasar os processos.

O projecto do Alqueva necessitava de aprovação pelo INAG e pela Direcção-geral de Energia. O estudo de impacto ambiental estava a avançar bem. Eu pretendia que ele fosse acompanhado para se detectar qualquer omissão a que se pudesse atender antes de ser apresentado com vista a obter a necessária aprovação. Naquele momento era somente o projecto da barragem que estava em causa e não a rede de regadio. Já dispúnhamos de duas versões, a última das quais de 1993, à qual faltava o estudo sobre o estuário do Guadiana, em relação ao qual a barragem teria manifesta influência, nomeadamente a respeito do caudal que deveria ser assegurado em permanência. Combinámos designar a comissão que haveria de acompanhar a discussão pública do projecto; importava que o seu presidente fosse considerado, generalizadamente, como imparcial. Eu não queria que houvesse dúvidas de qualquer espécie em relação às recomendações que fossem feitas e que nós teríamos de cumprir escrupulosamente.

O Programa Nacional de Política do Ambiente (PNPA) estava em elaboração. Já havia um “esqueleto”; mas era preciso pôr “carne” entre os ossos. Eu recomendei que fossem envolvidos o INE e a JNICT, o primeiro porque dispunha de muita da informação necessária, a segunda porque, eventualmente, seria útil recorrer a alguma investigação para apoiar uma ou outra das decisões tomadas ou das recomendações feitas. Era evidente que, para o meu ministério, dispor de um PNPA, devidamente aprovado, era importantíssimo; ele era um dos mais interventivos agentes sobre o território, quer directamente quer através das Autarquias. Por

isso, dispor de um documento com orientações claras e legalmente válidas representava um avanço muito expressivo.

\*

Em 17 de Fevereiro soube que, na semana seguinte, iria ser feito o leilão da maior quantidade de títulos da dívida pública portuguesa, desde D. Afonso Henriques!... 150 milhões de contos!...

\*

Eu conhecia bem o meio dos projectistas e consultores portugueses e a sua Associação. Ela era, então, presidida pelo Eng. Artur Ravara, director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e um técnico muito distinto que eu conhecia bem. Sempre pensei que pudéssemos vir a exportar serviços prestados por esses profissionais que poderiam arrastar consigo os de outros, porque havia muitas zonas no Mundo, onde a carência de todos eles era flagrante. Havia, naturalmente, o problema de os carenciados poderem ou não pagar esses serviços. O certo é que eles representavam, para nós, uma potencialidade que se impunha aproveitar. Por isso solicitei ao Ministro do Comércio que tinha a tutela do ICEP para incluir nas suas missões um representante da APPC e de nos fazer chegar indicações acerca das áreas do globo que se manifestassem como mais promissoras para o efeito. Pedi que houvesse, também, apoio financeiro para poder arrancar com esses serviços, porque tudo seria, naturalmente, pago por aqueles que integrassem as missões e que, após detectarem as oportunidades, tivessem de desenvolver trabalho prévio até lhes serem encomendados os serviços. Estava fora de causa a concessão de subsídios a fundo perdido, mas havia linhas de crédito disponíveis no Banco de Fomento e Exterior que poderiam financiar os concursos nos quais se envolvessem os projectistas portugueses.

Nessa ocasião e por ordem decrescente, as áreas mais promissoras eram o Extremo Oriente, o Médio Oriente, o Norte de África e a Europa de Leste. Os PALOP eram, naturalmente, uma área interessante mas tinha que se pagar tudo... A América Latina ainda não aparecia no radar. Não deixa de ser curioso ver, hoje (2016), como o panorama se modificou radicalmente. O Médio Oriente, por estar totalmente destruído, há-de voltar em breve ao grupo de países interessantes. O



Norte de África também. Mas demorará ainda algum tempo a serem organizadas as coisas para lá poder trabalhar com confiança, no pressuposto de que eles ainda terão meios para pagar os serviços.

Em certas áreas, aconselhava-me o meu Colega do Comércio, haveria mesmo interesse em dispor de escritórios. Eu preferia que se aproveitassem as delegações do ICEP, por temer que não houvesse permanência no tempo das encomendas. Como eu costumo dizer, esta vida é “de alcatruzes”... Ora se está em baixo, ora se está em cima. Só em situações razoavelmente estáveis é que se justificava manter nos mercados mais promissores uma delegação permanente.

No sentido de obter informações, seria muito conveniente que se soubesse o que os organismos financiadores (WB, BAD, BIAD, NATO, UNESCO e outros) pudessem ter como candidaturas. Mas aí, dependia-se de outras instâncias que não eram muito sensíveis à importância dessa exportação de serviços.

\*

Em Portugal, toda a gente gosta de “beber do fino”, por isto se entendendo a comunicação do que se vai fazer pelo seu responsável máximo. Isto é geral, mas revela-se particularmente verdadeiro no mundo da política. Por isso os membros do Governo são solicitados com frequência para comunicarem a grandes e a pequenos grupos, o que há a intenção de promover. Quanto mais restritos eles forem melhor será para a eficácia da transmissão; o problema é que não há tempo para fazer mesas redondas para tudo, tendo de se recorrer a reuniões mais amplas para abrir ao maior número possível de destinatários.

No dia 19 de Fevereiro, já depois das eleições autárquicas, tive, no auditório da Maia, um encontro com os novos eleitos do PSD do Distrito do Porto. Falaram, sucessivamente, os Presidentes das Câmaras de Paços de Ferreira, Póvoa-de-Varzim, Baião, Valongo, Gondomar e Maia e ainda alguns responsáveis partidários como o Dr. Luís Filipe Menezes, o Dr. Nuno Delerue e o Dr. Manuel Moreira. Resumirei o que disseram:

Estávamos no início de uma nova época que era decisiva; havia ideias e meios; tornava-se urgente aplicarmo-nos em realizações. O partido do Governo deveria curar de informar melhor os seus Autarcas. Para medir o sucesso dos próximos

três anos havia um indicador incontroverso: o dinheiro de que iriam dispor. No estado em que as Autarquias estavam, a maior parte dos seus responsáveis iria gerir dívidas; ora, para isso era preciso ter acesso ao crédito; eu deveria aplicar-me em conseguir boas condições junto da Caixa Geral de Depósitos. Alertaram-me para a dimensão da “fuga ao fisco”. Mas, dentre todas as dívidas, as que os preocupavam mais eram as contraídas junto da EDP. Os juros e as amortizações levavam-lhes uma importante parcela dos seus recursos. Achavam que não havia “vontade política” para negociar a dívida; ou, de outra forma, queriam que fosse o Governo a impor à EDP as condições que fossem mais agradáveis às Autarquias; uma a uma, achavam que saíam sempre a perder da negociação. Vinha sempre à baila o caso do Porto; para este havia sido conseguida uma solução, porque todos se haviam empenhado muito nela; era preciso fazer isso em relação a todos os outros Municípios. Este participante achava que os descontos feitos no FEF para amortizar as dívidas à EDP eram ilegais; já tinham posto o caso em Tribunal. A solução, no seu entender, passaria pelo expurgo dos juros e pela valorização do património. Ninguém invocou a indisciplina, totalmente descontrolada, que no sector se viveu a seguir a 1975, nem os ganhos indevidos que muitos tiveram por causa dela. As Câmaras que haviam “mudado de mãos” pretendiam, todas elas, a realização de auditorias. O que foram encontrar preocupava-as muito. Por isso clamavam por mais meios. Uns faziam-no com modos civilizados; outros preferiam usar termos bombásticos. Estes últimos tinham o cuidado de, no final, virem-me sempre dizer que não era nada pessoal; o que não podiam deixar era que lá fora se soubesse que não “tinham cascado” no ministro; havia sempre pancadinhas nas costas para tranquilizar o visado... (Isto nunca aconteceria na Holanda...; lá são brutos do princípio até ao fim, ninguém se susceptibilizando).

Um deles invocou ser o maior Concelho PSD do País para dizer que isso mereceria, seguramente, apoios especiais (Não deveria contar comigo; uma vez definidas, por lei, as regras gerais todos eram iguais para mim). Estava de acordo com as minhas preocupações em relação à base económica de cada Concelho, mas sublinhou as condições sociais degradantes em que muitos viviam; havia casos de extrema pobreza a que era preciso atender. Além do mais, não conseguia atrair empresários, porque não dispunha de estradas (Não havia reunião deste género

em que não fossem pedidas mais estradas). Queria mais assessores competentes para o orientarem nos seus investimentos; mas não conseguia aguentar a concorrência do sector privado; sugeria que isso fosse feito com base no Partido.

O facto de a Expo'98 se ir realizar em Lisboa, com manifesta animação económica de Lisboa, criava algumas ciúmeiras a alguns. Tinha de se inventar uma coisa do mesmo tipo para o Porto. Queria que, mesmo dentro do partido, o reforço da periferia se verificasse; ele deveria dispor de gabinetes técnicos, localizados fora de Lisboa, para apoiar o trabalho autárquico; para isso deveria diminuir o peso da sua secretaria-geral. Tinha de se concentrar o investimento em realizações com algum vulto (Era o que eu vinha dizendo, desde há muito).

Um deles achava que o PSD estava condenado a ser o segundo no Poder Local enquanto fosse o primeiro no Poder Central. Esta era uma forma de afastar a responsabilidade por qualquer desaire autárquico; é curioso como a culpa é, quase sempre, dos outros. Não lhe perguntei se queria perder as eleições gerais para assegurar uma maioria de Câmaras do partido. É fácil lançar atoardas!...

\*

As melhorias dos nossos indicadores de competitividade impunham-se a todos nós. Havia, aliás, um novo paradigma, nesta matéria, que era preciso explicitar. A competitividade era um vector transversal; sem o seu estímulo seria difícil criar novos empregos que fossem sustentáveis no tempo.

O Uruguay Round havia sido concluído, impondo-se que aproveitássemos as novas oportunidades que isso abria. Nós preocupávamo-nos com três aspectos: o investimento produtivo, a colocação dos nossos bens e serviços nos mercados que os pudessem comprar e a atracção de turistas.

Interessávamo-nos pelo recurso às novas metodologias que permitissem aferir a competitividade mundial e a nossa. Deveríamos estar sempre a fazer comparações. Era evidente que a formação dos recursos humanos contava muito, bem como um conhecimento aprofundado sobre os nossos recursos naturais e a estabilidade política e social que os investidores estrangeiros tanto valorizavam. Para assegurar tudo isso era preciso conseguir um enquadramento macro-económico consistente, bem como um quadro legal apto a dirimir todas as causas. A política

comercial e de internacionalização deveria merecer uma atenção especial, bem como a de segurança social, tão importante para os empresários.

Havia coisas que passavam mais pela minha esfera de acção, como era o caso das infra-estruturas ou do apoio dado pelo sector de I&D. Mas também tínhamos de olhar para as condições em que se exprimia a iniciativa empresarial e a autonomia com que deveria ser dotada. Ficar à espera do impulso do Estado, adiantava pouco.

Tinha havido alguns estudos sobre a economia portuguesa que conviria visitar com frequência: um World Competition Report; um da European Round Table; um outro da UNICE; o do Prof. Michael Porter que tinha tido uma grande difusão e um quarto do Prof. Kotter. Todos faziam boas recomendações, ainda por cima, largamente convergentes.

O aumento da competitividade significava um acrescentamento de valor àquilo que produzíamos. Deveríamos curar da sub-contratação com empresas do centro desenvolvido da Europa, como já estavam a fazer, nessa ocasião, a República Checa, a Hungria, a Polónia e até a longínqua Estónia. Mantinham-se sempre presentes onde houvesse oportunidades.

As nossas maiores dificuldades respeitavam às capacidades (“skills”) e às atitudes que eram tão complicadas de adaptar aos hábitos daqueles com quem queríamos emparceirar. Fez-nos muito bem irem uns tantos estagiar ou trabalhar lá para fora. Quando se falava em investigação científica viravam-se para mim, mas o que mais faltava era aquela que pudesse resolver os problemas das empresas. Para isso, se insistia tanto, na Europa e aqui, na importância da investigação pré-competitiva. Ora esta tinha muito mais a ver com o mundo das empresas e com as encomendas que elas pudessem fazer às instituições de investigação.

A evolução dos salários não poderia ser feita somente com base na da inflação. Teria de se incorporar, também, o que se estava a passar com os nossos concorrentes.

Depois havia coisas como a eficácia dos portos que já haviam melhorado alguma coisa, mas tinham de se inserir no sistema europeu e mundial, pelo menos do Atlântico e do Mediterrâneo. Havia muitos serviços públicos que não tinham nenhum sentido do mercado; Era preciso tê-lo.

A energia preocupava-nos muito. Havíamos introduzido o gás natural, fundamental para muitas indústrias, mas havia partes do território onde ele não chegava. Os empresários comparavam sempre os custos da energia em Portugal e em Espanha, onde eles eram mais baratos; tínhamos de continuar a explorar outras fontes. Para o sector da cerâmica a diminuição desses custos tinha sido muito importante.

O nosso Índice de Produção Industrial estava desajustado. Eu deveria ver com o Instituto Nacional de Estatística como se poderia actualizá-lo, naturalmente em consonância com a instância europeia do sector.

Sabíamos que iriam ser as novas tecnologias que haveriam de modernizar os sectores tradicionais, em relação aos quais dispúnhamos de mercados fieis. Era preciso não os perder.

Curiosamente, no sector da floresta havia falta de matéria-prima que era, naturalmente, importada aos preços internacionais. Mas não dispúnhamos do recurso; era preciso fazer um esforço de organização. Ainda não foi feito (2016).

Havia uma proposta do meu Colega do Comércio para se instituir um Conselho Nacional para a Competitividade. Conviemos todos em que se deveria começar com um “fórum” para discutir o tema. Quando tivéssemos uma ideia acerca das funções daquele Conselho, então avançaríamos.

Nessa ocasião, a taxa de câmbio já não era apontada como factor de competitividade. Nós estávamos a assistir a uma baixa sustentada das taxas de juro. Isso fazia aliviar a pressão sobre outros indicadores. Mas havia, ainda, uma grande segmentação do sistema bancário que não ajudava muito.

Tive a informação fidedigna de que, em 1994, metade das empresas portuguesas não pagavam impostos. O que faziam?

\*

Já me referi, numerosas vezes, à nossa preocupação com o litoral algarvio muito sujeito a pressões predadoras que acabariam por matar a “galinha dos ovos de ouro”, como aconteceu na Costa do Sol. No dia 23 de Fevereiro lá voltei com os meus Colegas do Comércio e Turismo e do Ambiente e Recursos Naturais e com os nossos Secretários de Estado, para analisar “in loco” o caso específico da Quinta de Marim. Mas a nossa preocupação era mais vasta: visava encontrar o

tom junto para a política do litoral. O encontro era com Autarcas e outros responsáveis regionais.

O Turismo representava para Portugal um sector da maior importância; tínhamos que tratar de o integrar no contexto próprio, com exigências novas a que era preciso atender. Nós deveríamos ser competitivos num mundo onde a concorrência era grande, nomeadamente através dos preços; ora, não era esta que nos interessava. Por isso deveríamos apostar na qualidade. Cada factor que afectasse a competitividade deveria ser considerado de per si e melhorado. As estratégias empresariais deviam ser definidas de acordo com os propósitos gerais. Nós tínhamos de saber gerar as novas vantagens competitivas do Algarve, a maior parte delas ligadas à promoção da qualidade. Um problema que era importante para os empresários respeitava à sazonalidade da procura; isso obrigava a estimular uma diversificação da oferta. Para conseguirmos o que queríamos deveríamos reforçar os mecanismos de controlo da oferta e da protecção dos consumidores. Ia haver alguns meios financeiros de apoio importantes; mas teriam de ser aplicados em investimentos que contribuíssem para aqueles propósitos. Estava na mente do Ministro do Comércio a elaboração de um Plano Regional do Turismo do Algarve, assente especialmente no re-ordenamento, na re-qualificação, na conservação e na gestão das mudanças de forma coerente.

Eu repeti aquilo que já referi nestas memórias a propósito do desenvolvimento do Algarve.

A Ministra do Ambiente insistiu no desenvolvimento sustentável, na preservação dos valores naturais e na coexistência entre o Homem e a Natureza. O litoral era uma zona particularmente sensível em relação à qual se deveria aprofundar em permanência o conhecimento, para actuar com fundamentação. Havia a grande área do saneamento básico que, apesar do que se tinha feito, ainda reclamava muito investimento. Os sistemas de fins múltiplos do Barlavento e do Sotavento, a que já me referi tinham de ser concluídos e celebrados convénios com as Câmaras com vista à exploração do abastecimento de água. As áreas protegidas teriam mesmo de o ser: eram intocáveis. Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, que estavam em curso, ver-se-iam concluídos todos até Junho de 1995; a zona de Vila Moura, todavia, já estaria aprovada até ao fim de 1994;

seguir-se-lhe-ia o trecho de Vila Moura a Vila Real de Santo António. A conservação da Natureza representava um sector a que se dava a maior atenção. Haviam sido designadas duas novas áreas protegidas: a da Ria do Alvor (Portimão) e a Foz da Ribeira do Almargem (Loulé); a iniciativa havia sido das próprias Câmaras Municipais, o que era, para nós, um sinal muito positivo. Mas, tudo isto reclamava um enorme esforço financeiro.

Falaram muitos dos presentes: o Dr. José Vitorino, o Presidente da Câmara de Monchique, o Dr. Manuel Caetano (NERA) o Dr. Palma Brito, o Presidente da Câmara Municipal de Silves, o Dr. Domingos Silva e o Dr. Fernando Barata. Resumirei o que disseram:

Era preciso adoptar uma perspectiva coordenada, Os empresários estavam preparados para aceitar o desafio; eles também eram pela qualidade e pelo ambiente. A nossa política das cidades médias tinha no Algarve um bom terreno para ser ensaiada. Poderíamos contar com os empresários algarvios. Outro dos presentes queria saber quais eram os valores do SIFIT para o Algarve. Concordava com a importância que eu atribuía à recuperação das áreas urbanas mas isso reclamava dinheiro; de onde é que ele viria? As Autarquias do Algarve haviam feito, ao longo dos últimos dez anos, investimentos de vulto no sector do ambiente; haviam sido pioneiras. Queria que também fossem designadas como áreas protegidas a Serra do Monchique e a Serra do Algarve. E, depois, o habitual: a conclusão da Auto-Estrada para o Algarve e da via longitudinal do Algarve.

O desenvolvimento não se fazia sem os empresários. O NERA já dispunha de um gabinete de Congressos.

No Algarve havia o melhor planeamento e ordenamento do País e o melhor turismo do País. Mas havia alguns problemas de médio-longo prazo: a questão da água; a conclusão das grandes ligações por auto-estrada; o tema do caminho-de-ferro, domínio em que parecia já se ter perdido a oportunidade da construção de uma linha moderna destinada aos novos comboios. As estradas não tinham exclusivamente a dimensão da ligação; eram importantes também para a redução do número de mortes e para combater a sazonalidade. A Ria Formosa fazia parte do património do Algarve e, como tal, deveria ser considerada. Mas queria que houvesse, em relação ao ordenamento, uma atitude mais compreensiva e menos repressiva...

A zona de Silves havia dado, ao longo dos séculos, riqueza à Península Ibérica. Mas, nos nossos dias, a bacia do Arade tinha-se reduzido ao mínimo. Havia que construir a barragem de Odivelas. A conservação do património representava um imperativo, a começar pela própria Silves.

Houve um que se queixou do peso do regime tributário sobre os empresários. Falou também da necessidade urgente de uma actualização do cadastro fundiário. O último referiu-se ao problema das concessões nas praias; disse que elas estavam nas mãos de gente pouco recomendável que não fazia o seu trabalho em termos. Elas deveriam ser confiadas aos hoteleiros. Desse modo acabar-se-ia com muitos negócios escuros.

A reunião confirmou que se estava a trabalhar na boa direcção e que os agentes locais, públicos ou privados, entendiam e estavam de acordo com os objectivos que havíamos fixado e dispostos a colaborar.

\*

Estávamos no semestre da presidência grega. Esta só parecia ter atenção para a questão do alargamento. Ao resto não ligava muito. A Suécia e a Áustria estavam bem encaminhadas; a Finlândia aparentava algumas dificuldades e a Noruega parecia que não queria entrar naquela altura; dizia-se que ela pretendia ver como decorriam os “referenda” nos outros países em causa. Todos haviam chegado ao fim com dois ou três “dossiers” políticos complexos para os usar, suspeitávamos, como instrumento de “trade-off” em negociações cujo resultado lhes viesse a ser favorável. Mas era visível a falta de coesão da União Europeia...

Eu seguia muito de perto o que se passava na Política Regional. Tanto a Finlândia como a Noruega ainda não tinham negociado todos os temas. Tratava-se de um dos tais “dossiers” reservados para o fim. Em relação às regiões que iriam ser do Objectivo 1, portanto nossas concorrentes directas nos fundos, havia uma na Áustria, três na Suécia, cinco na Finlândia e quatro na Noruega. Para tratar dos problemas das regiões com PIB/capita situado entre 71% e 85% da média comunitária, havia sido definido um novo Objectivo 6, que Portugal havia aceite e, em relação ao qual, se tinha agora de produzir um regulamento próprio.



Havia, nessa ocasião, um tema que tinha vindo a ser tratado ao longo do tempo mas que, nessa altura, passou para primeiro plano. Tratava-se do trânsito de atravessamento dos Alpes. A Suíça tinha sido muito exigente e conseguido alguma coisa (Eu tive ocasião, recentemente (2014), de visitar o túnel ferroviário mais longo da Europa, cuja decisão de construção foi tomada nessa altura). A opinião pública austríaca não aceitaria nada de menos. Por isso, haveria também de se chegar a uma situação de compromisso que teria de ser generosa para com a Áustria.

Já estavam a funcionar os dois grupos de alto-nível para as redes transeuropeias de transportes e para a de telecomunicações.

Não se sabia qual seria o resultado do embargo decretado pela Grécia em relação à Macedónia. Tudo seria de esperar.

Em fins de Janeiro já estavam aprovadas as novas iniciativas comunitárias que se deveriam articular com o nosso QCA para extrair deste os melhores resultados.

O sector têxtil nacional ainda estava longe de se considerar bem. Precisava de auxílios de muito tipo. E o RETEX não havia resolvido muitos problemas. A questão fundamental era actuar sobre o investimento. Ora, para isso, nós precisávamos de um programa específico. Mas as notícias que nos chegavam de Bruxelas não eram muito animadoras. Por isso, pensávamos que nos seria mais conveniente não o fazer só para nós mas prolongar o RETEX com algumas modificações que nos permitissem ajustarmo-nos às situações que tínhamos para resolver.

No sector das pescas, o nosso problema era o de sempre: a Espanha olhava mais para a sua frota e para a ocupação plena dos seus meios; nós preocupávamo-nos mais com a preservação dos recursos naturais. Por isso, eles invadiam frequentemente as nossas águas e nós protestávamos por via diplomática...

A presidência que se seguiria era a alemã. Já estava a tomar conta de alguns dossiers importantes: a elaboração do novo regulamento do Objectivo (6); as iniciativas comunitárias, etc.

As chamadas mutações industriais determinavam o interesse de todos. Sabíamos que estava a haver grandes alterações tecnológicas e que isso iria ter repercussões sobre as empresas industriais até ao nível do “chão-da-fábrica”. Quem experimentava problemas de maior escala eram, naturalmente, os países maiores.

Mas nós não queríamos ser tratados à parte. Por isso estávamos sempre presentes onde se discutisse o tema.

\*

A questão da competitividade era recorrente nas nossas discussões. Todos os sectores acabavam por ser tocados, até o da Justiça...

Como resultado de muitas trocas de impressões definimos como prioritários os seguintes temas i) o sector comercial que não havia sabido inovar a não ser no sector das grandes superfícies; ii) a capacidade de gestão, assente numa formação sólida e generalizada que actuasse muito sobre a própria filosofia da gestão; iii) a Administração Pública que havia enquistado numa rotina de onde estava a ser difícil fazê-la sair; iv) o sistema fiscal que era complexo; v) o custo do capital; vi) os sobrecustos associados ao trabalho, incluindo o financiamento da Segurança Social; e vii) algumas externalidades físicas que estavam a caminho de resolução mas ainda não se encontravam totalmente resolvidas.

Por isso, voltávamos uma vez e outra ao mesmo tema.

Verificava-se que a empregabilidade de todos os que haviam tido uma acção de formação profissional era elevada; os indiferenciados dificilmente se empregavam.

Deveria haver um maior sentido de competitividade dentro da Administração Pública. Mas ela, salvo raras excepções, mostrava-se pouco interessada em vir à luta. E não era somente a questão dos vencimentos que explicava tudo. O pouco dinamismo das cadeias de comando era visível, bem como o pouco interesse na inovação.

Faltavam-nos técnicos intermédios em todos os sectores: nas empresas e na Administração Pública. No caso das empresas parte da formação deveria decorrer em ambiente oficial: por isso eu era tão a favor da introdução do regime dual alemão, nas partes do território em que dispuséssemos de empresas adequadas para participar. Era evidente que isso iria fazer aumentar o desfasamento entre o litoral, onde essas empresas estavam localizadas e o interior onde não havia praticamente nenhuma onde se pudesse fazer qualquer alternância na formação. Nós ainda estávamos a sofrer as consequências da passagem de uma economia fechada com poucas aberturas (a EFTA) para outra muitíssimo aberta. Isso causava, naturalmente, dificuldades acrescidas.

Dever-se-ia apostar, especialmente, nos sectores exportadores. Esses seriam mais abertos à mudança porque contactavam com o mundo exterior, sabiam o que por lá se passava e tinham de ser concorrentes não só pelo preço da mão-de-obra mas por outros factores que mobilizariam. Era uma inovação que entraria de marcha-atrás.

O mais importante era assegurar que as empresas fossem competitivas

\*

No dia 28 de Fevereiro, no Centro Cultural de Belém, foi assinado o II Quadro Comunitário de Apoio. Os dois signatários foram o Comissário Bruce Millan e eu, por parte do Governo Português. O curto discurso que pronunciei na ocasião está publicado (Discursos IX); por isso não o reproduzo.

\*

No dia 1 de Março de 1994 tive uma notícia que me deixou estupefacto. No mercado abastecedor “Chaves de Oliveira”, no Porto, 70% dos bens que se vendiam eram importados! Coisas de país produtor de petróleo do Terceiro Mundo onde até os ovos vêm de fora...

\*

Depois de haver assinado o documento do Segundo Quadro Comunitário de Apoio em 18 de Fevereiro, no dia 2 de Março fui à Assembleia da República para o apresentar. O que lá se passou está, seguramente, no Diário das Sessões, porque foi no plenário que eu intervim. De qualquer forma, farei, de seguida, um resumo do que se passou.

Como era de regra, fui eu quem fez a apresentação do documento e disse o que já havia referido em numerosas outras reuniões sobre o tema. Intervieram os Deputados Lino de Carvalho, Lobo Xavier, José Lamego, Guilherme Silva e André Martins. Resumirei o que disseram:

O Governo estava a apresentar um QCA que era praticamente igual ao PDR e com as mesmas verbas (O complicado teria sido se este tivesse sofrido alterações de conteúdo e corte de verbas!...). Isto não era debate (Este já havia ocorrido em re-

lação ao PDR para seguir para negociações em Bruxelas). O Governo queria fazer “show-off”. Houve críticas em relação à “pompa e circunstância” da cerimónia de assinatura no Centro Cultural de Belém. Tinha-se exibido uma dependência inconveniente em relação a Bruxelas. A minha ida à Assembleia não significava debate, uma vez que este só teria interesse se fosse feito a nível nacional. Tinha havido reuniões, mas não debates. Havia uma ausência de relacionamento com o País (Nestas páginas estão relatados numerosos encontros coordenados pelo ministro; além deles tinha havido muitos outros com a Secretária de Estado, Director-geral e Presidentes das CCR). A única intervenção real das Autarquias Locais tinha ocorrido a respeito dos programas operacionais regionais. Um Deputado criticava muitas verbas que haviam sido despendidas sem eficácia visível. As assimetrias regionais tinham-se agravado (Não era, pura e simplesmente, verdade!). O Governo estava a minimizar a área social e isso via-se no número de empregos criados.

Houve um outro Deputado que se regozijou com a dimensão do apoio conseguido. O facto era, seguramente, irrepetível. Deveríamos preparar o País para o absorver; havia, portanto, a necessidade de mobilizar a participação em torno do QCA II. Gostaria de ver feito um balanço aprofundado sobre o QCA I (Este ainda decorria). As políticas sectoriais internas deveriam ser muito selectivas, evitando toda a sorte de desperdícios. A fiscalização e o acompanhamento deveriam ser mais actuantes do que no passado; e mais operacionais também.

O PS congratulava-se pelas verbas conseguidas. O Deputado lembrou que os Socialistas se haviam batido pela duplicação em Edimburgo. Queria saber quais seriam as repercussões orçamentais para o período de 1994/99. Mas achava que tinha havido um défice democrático. Queria que o Governo fizesse uma proposta de lei para o médio-prazo (O Leitor lembrar-se-á de que tinham chumbado umas Grandes Opções para o médio-prazo em 1987, aliás com resultados desastrosos para o PS! Falta de memória!...). Achava pouco o crescimento do emprego previsto. Como iria a ANMP ser chamada a fazer o acompanhamento da execução do QCA? Era urgente a avaliação do QCA I. Lamentava o baixo nível de formação que ainda subsistia no país. Quais seriam as contrapartidas financeiras a assegurar pelas Regiões Autónomas. Os sistemas de incentivos para essas regiões deveriam ser majorados. E quem pagaria aquelas contrapartidas? Tinha que ser o Governo Central!

O PDR havia sido elaborado num quadro de profundo défice democrático. As regiões administrativas tinham feito falta para assegurar a expressão dos interesses regionais. Havia preocupações relativamente à forma como seriam geridos os fundos. Tinha-se assistido à progressiva desertificação do Interior, agravando a qualidade de vida no Litoral; assistir-se-ia a um acumular de tensões no Litoral. Portugal tinha de continuar a reivindicar mais recursos.

Cumpri a minha função de informar a Assembleia do resultado de um longo processo negocial. Tínhamos sido o primeiro país-membro a fazê-lo.

\*

O problema do atravessamento da Áustria por auto-estradas, que era enorme por causa da poluição que causava, viu fixado um período de seis anos para ser resolvido. Entretanto, acabou por ser criado um período transitório de quatro anos para se verem solucionadas as questões levantadas pela Política Agrícola Comum em relação aos quatro países candidatos.

A presidência grega estava a revelar-se muito incapaz. Isso preocupava todos.

Havia uma carência de estatísticas, na União Europeia, em relação ao sector da Habitação. Eu deveria dar instruções para que a questão fosse ultrapassada; o nosso INE tinha de a levantar na próxima reunião de presidentes. Parece surpreendente, mas, em 1994, constatou-se que a Europa não dispunha de estatísticas de habitação em relação aos últimos dois anos. Isso acontecia porque não havia inquéritos todos os anos; nós fazíamos-los de dez em dez. Um conjunto de circunstâncias infeliz fez com que houvesse um vácuo de dois anos a este respeito, simultâneo em todos os países da União.

\*

Não havia comparação entre o nível de participação na governação de variados grupos, em 1994 e dez anos antes. Mas nós pretendíamos aprofundar mais o tema. No meu caso e a propósito do ordenamento do território ou das operações integradas de desenvolvimento, eu insistia sempre em ouvir o mais possível. Ficava desapontado quando me vinham dizer que as sessões de audição pública relativas aos PDM ficavam sistematicamente desertas, mas que as consultas privadas

para saber o que iria acontecer aos terrenos de cada consulente eram muito frequentes, algumas vezes seguidas de protestos...

Na própria legislação estavam fixados os grupos que teriam de ser ouvidos. No sector da Educação, para legislar era preciso consultar, pelo menos, vinte e cinco associações, em alguns casos mais de quarenta. A audição das comissões de trabalhadores era corrente, até para nomear o Governador do Banco de Portugal. Ao longo dos últimos dez anos haviam-se multiplicado as situações em que era preciso proceder à audição prévia de associações de trabalhadores, associações de estudantes, associações ambientais... A Assembleia da República havia imposto a audição obrigatória de numerosos grupos potencialmente afectados pela legislação que se viesse a produzir. Mas não tinha fixado nenhum critério ou forma para o fazer. Nós queríamos estabelecer um conjunto de regras claras acerca de quem, como, quando e em que termos temporais se processariam as consultas. Deveria haver uniformidade nas regras para a audição em todos os sectores; afinal, tratava-se de introduzir a audição como rotina; não deveria ter de se inventar, para cada caso, as regras a que deveria obedecer a audição. Para isso, o melhor seria produzir uma lei-quadro para definir, com generalidade, o processo de audição na legislação portuguesa. Mas a audição não era neutra; tinha vantagens óbvias, mas também alguns contras. Entre estes figuravam os atrasos no processo legislativo, a perda do efeito surpresa de algumas leis em que isso poderia ser importante e as cedências a que se teria, seguramente, de proceder e que, no limite, poderiam levar à desfiguração das intenções e das próprias propostas. Era o caso que se caricaturava dizendo que o desenho do cavalo, à força de intervenções diversas, havia acabado por sair o de um camelo... Mas era evidente que, na maior parte dos casos, havia a vantagem da concertação que assegurava uma entrada em vigor sem sobressaltos e a conciliação de pontos de vista diversos de que os exemplos mais citados eram o da legislação que envolvia inquilinos e senhorios ou um que eu tentei, debalde, levar até um fim harmonioso, o da revisão do célebre Decreto-lei 73/73, em que se tinha de conciliar as posições de arquitectos, engenheiros e engenheiros técnicos e que o resultado saía sistematicamente como privilegiando um dos grupos. A audição tinha, assim, as suas dificuldades.

Havia quem quisesse ir até à modificação do enquadramento constitucional. Em meu entender isso só iria diferir a evolução necessária. Eu era e sou a favor da política dos pequenos passos. A Sociedade tem, na sua evolução, uma elasticidade que é menor do que muitos imaginam e as revoluções fazem sempre perder muito do que não se quer ver desaparecer.

A verdade é que, no Parlamento, sempre que se elaborava uma nova lei, se introduzia um rol de entidades a serem ouvidas para os mais diversos efeitos. O sector em que mais audições haviam sido introduzidas era o da Educação; poderia ser paralisante e deformador da coerência de uma dada proposta.

Na elaboração de uma proposta para enquadrar a questão, poder-se-ia: ser minimalista, cumprindo exclusivamente as obrigações constitucionais; passar para o outro extremo, banalizando as audições pela multiplicação das entidades a ouvir; ou ficar numa posição intermédia, adicionando às constitucionais as que tivessem respaldo constitucional. O importante era reduzir a disparidade dos critérios de audição.

Uma coisa era para nós incontroversa: só haveria lugar para audição em relação às Leis, Decretos-leis e Decretos legislativos regionais; ficariam de fora as Resoluções do Conselho de Ministros, as Portarias e os Despachos. Se estes três fossem englobados isso conduziria à paralisação da acção corrente do executivo.

Seria, assim, em nome da eficácia e do respeito pela audição, conveniente reduzir o número das entidades a consultar àquelas que pudessem ter mesmo uma palavra a dizer sobre o tema em causa. Deveria assegurar-se sistematicamente a paridade dos ouvidos (sindicatos vs associações patronais; senhorios vs inquilinos, etc.).

As ordens profissionais deveriam ser ouvidas, mas apenas no que respeitava aos motivos de constituição das próprias associações.

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses tinha de ser ouvida em matéria de legislação sobre matéria que respeitasse aos Municípios. Essa obrigatoriedade não era constitucional, mas era legal (desde o tempo de um governo presidido pelo Dr. Mário Soares, sendo Ministro da Administração Interna o Eng. Eduardo Pereira, nenhum deles fanático do Poder Local...).

As universidades deveriam ser ouvidas em matérias que se cruzassem com a sua acção.

Deveria ser fixado um período máximo para a audição (vinte dias?) e um período para os casos urgentes (5 dias?). Eu achava, ainda, que a lei de enquadramento a elaborar deveria definir: o número de entidades a ouvir; os períodos para a realização da audição; o momento, no processo legislativo, em que deveria ser feita a audição (entre a aprovação e o envio para promulgação ou antes da aprovação?); a publicitação ou não dos pareceres relativos às audições; a representatividade dos consultados; e a intervenção, em numerosos casos, do Conselho Económico e Social. Era, também, conveniente definir a forma que deveria revestir a audição: Directa? Publicação num anexo do Diário da República? Publicação num boletim especial?

Mas a primeira coisa a definir respeitava à própria conveniência de ter uma Lei-quadro que estabelecesse as orientações gerais nesta matéria. Eu achava que sim!

\*

O incremento da nossa competitividade era uma preocupação permanente. No quadro dessa melhoria figurava o estímulo ao empreendedorismo e à criação de empresas, porque considerávamos o desemprego uma chaga a combater em permanência. Algumas vezes chamavam-me a atenção para a atitude de algumas Câmaras Municipais que manifestavam uma grande insensibilidade à fixação das novas unidades industriais, como se fosse eu o decisor-mor em relação ao despacho das licenças necessárias para o efeito... Mas sabiam que, no meu discurso, eu repetia incessantemente que a primeira coisa com que se deviam preocupar era com a base económica dos seus Concelhos, tudo o resto sendo decorrente do que fosse definido em termos estratégicos a esse respeito.

A preparação dos empresários era uma questão que merecia atenção: havia-os bons e havia-os sem qualquer qualificação para o papel que queriam desempenhar e que, em todas as circunstâncias, tinha uma repercussão social enorme. Como se haveria de fazer para eles melhorarem a sua formação?

Por outro lado, começavam a surgir novas formas de desemprego: o chamado desemprego técnico em que era preciso na empresa ajustar a produção à procura, precisando para isso do chamado “lay-off” de curta-duração e o desemprego dos trabalhadores já maduros e com dificuldades de se adaptarem às novas tec-



nologias e processos de produção. Uma solução para estes últimos seria tornar obrigatória uma formação de sete horas por semana para ver se se conseguiriam adaptar às novas exigências dos seus postos de trabalho.

Tanto o IAPMEI como o ICEP tinham uma generalizada aceitação e muito positiva. O mesmo não acontecia em relação a alguns laboratórios do Estado; neste grupo a “estrela” era o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, mas havia alguns que tinham parado no tempo, não desempenhando um papel muito activo na modernização dos sectores que, supostamente, apoiariam na sua modernização. Foi sugerida a criação de um programa a que se daria o título “Jovens Técnicos para a Indústria”, no âmbito do qual se pagaria, total ou parcialmente, os seus vencimentos; eu era a favor do pagamento parcial por acreditar absolutamente no princípio de que ninguém aprecia devidamente o que lhe é dado de graça; havia quem sugerisse a sua extensão aos investigadores; devo dizer que tinha as minhas dúvidas a este respeito, em virtude de saber bem que a investigação reclama enquadramento e que um investigador isolado correntemente se perde ou se desmotiva. Eu preferia apoiar directamente (mas sempre parcialmente) a investigação.

O desemprego das mulheres preocupava-nos, embora soubéssemos que, em algumas profissões (como as costureiras na indústria de confecção têxtil), houvesse muita actividade “moonlight” que era aproveitada, conscientemente, em simultâneo com o recebimento do subsídio de desemprego; aliás, havia mesmo especialistas na conjugação “dos dois carrinhos”...

No sector da agricultura a estrutura fundiária com predomínio das pequenas e muito pequenas propriedades não favorecia a mudança. Esta parece estar a ocorrer hoje (2016), mas com intérpretes com uma formação que não existia de todo, no sector, nos anos noventa. Era preciso favorecer o emparcelamento, tradicionalmente difícil (ou mesmo muito difícil...) em Portugal.

Eu era a favor da concessão de apoios às empresas de obras públicas e construção civil que fossem trabalhar para fora. Segundo as informações de que dispunha, não seriam necessários subsídios, mas simplesmente facilidades de crédito. Não consegui convencer quem poderia fazê-lo; invocavam sempre dificuldades de enquadramento. A verdade era que em Espanha tornou-se possível fazê-lo. Atrás

dessas empresas iriam os projectistas e os consultores e poderia dar-se início a um processo virtuoso de internacionalização.

Havia novas áreas que era possível abordar: os serviços de Saúde e a Engenharia da Medicina. Passados uns anos esta sugestão mostrou ser válida.

A agregação da produção através dos mercados abastecedores era importante para muitas pequenas produções agrícolas. A construção dos mercados de Lisboa e Porto conduziu a bons resultados para muitos consumidores, mas, hoje (2016) revela-se uma resposta insuficiente para as grandes superfícies que reclamam quantidades enormes às quais os nossos pequenos e médios agricultores não conseguem responder.

A ausência de um enquadramento técnico robusto nas pequenas e médias empresas reclamava a injeção de quadros superiores e intermédios capazes de as tornar autónomas na adaptação contínua às novas circunstâncias a que teriam de proceder. O contexto cultural em que operavam não era o mais estruturante; ele estava dominado pelo feroz individualismo dos pequenos empresários que não frequentavam nenhuma “plataformas” onde se informassem acerca da evolução tecnológica e dos mercados. O secretismo imperava. Mas isso não é susceptível de mudança de um dia para o outro.

A internacionalização poderia ser um caminho para a nossa modernização industrial. Veio a sê-lo.

Os custos da burocracia eram sempre invocados quando falávamos com as associações empresariais ou com os empreendedores mais ousados. O exemplo clássico era o das autorizações para construir um campo de “golf”; eram precisas dezoito e o processo arrastava-se por dois anos, pelo menos. Os promotores perdiam a paciência.

Para alguns dos meus Colegas mais ligados à vida das empresas, a prioridade absoluta era o guarnecimento das empresas com quadros competentes. A formação dentro das próprias empresas deveria ser apoiada.

O “marketing”, a marca e a promoção de uma imagem adequada das empresas e do País apareciam sempre como sugestões quando se discutia o problema da competitividade.

Quando se falava com os empresários, a primeira das sugestões respeitava à instauração de um regime fiscal competitivo.

A mudança, para mim, não deveria ser olhada como uma fatalidade, mas como a normalidade. Ela tem vindo a acelerar-se!...

Este tipo de análises e levantamento de sugestões ocorria periodicamente. Não nos conformávamos com o ritmo a que evoluíamos.

\*

A modernização da Administração Pública preocupava-nos a todos. Já contei como estive envolvido na fundação do INA (Instituto Nacional de Administração) e das grandes expectativas que tínhamos em relação à sua acção. Começou bem, mas foi esmorecendo. Não me conformo com esta pecha das nossas instituições. A Secretária de Estado da Modernização Administrativa era de um dinamismo e perseverança notáveis. Em Março de 1994 apresentou um circunstanciado relatório da situação acompanhado de um manual com as metodologias de aplicação das medidas sugeridas. O objectivo era conseguir o melhor serviço ao menor custo, obviamente. Para isso tornava-se necessário identificar as actividades que deveriam ser privilegiadas com mais meios e mais atenção. Foi feito um inquérito de opinião e ouvidas algumas personalidades que estavam em pontos de vista particularmente apropriados. Havia pouca informação sobre os custos e as formas de gestão e, todavia, tal custava-nos muito dinheiro. Em 1977 o custo da Administração havia correspondido a 35% do PIB; em 1990 tinha subido para 42%! Deveria ter descido em vez de subido! Em 1994 havia 601.600 funcionários da Administração Central e 110.000 da local. Do conjunto 18.000 eram funcionários com contactos directos com o público. Só podíamos constatar que tínhamos uma Administração cara e pouco eficiente. Ainda havia nela muita gente admitida na sequência da revolução, em 1974 e 1975; o pior é que tinha continuado nos anos seguintes.

Era certo que a pressão sobre a despesa iria continuar. Mas havia pressões, todos os dias, para aumentar o contingente de pessoal, especialmente nos sectores da Educação e da Saúde. Bastava ver os noticiários da televisão para nos darmos conta de que se achava, generalizadamente, que eles não estavam suficientemente guarnecidos.

Havia, manifestamente, que racionalizar os serviços, o que passava também pela formação dos funcionários nos quais valesse a pena investir. Mas a população considerava que era o Estado que deveria garantir a prestação de serviços; nessa ocasião, olhava com muita desconfiança para qualquer forma de contratação com instituições do sector privado. Isso determinava um “amolecimento” dos serviços públicos; sentiam-se muito seguros da manutenção das suas regalias. Apesar disso, havia queixas frequentes no que respeitava à relação da Administração com o Cidadão.

Todos os Ministérios deveriam fazer um esforço, dentro das linhas propostas pela Secretária de Estado, para melhorar a situação. As minhas sugestões foram as seguintes: i) agregar serviços com vista a obter uma escala onde a gestão fosse muito profissionalizada; ii) assegurar uma formação contínua dos funcionários; iii) contratar com empresas privadas a prestação de numerosos serviços que, desse modo, ficariam com um “tecto” de custos; iv) discutir muito as questões de ética e dos direitos dos Cidadãos; v) analisar os serviços que opusessem maior percentagem de vetos às petições de que eram objecto. Eu era e sou muito a favor da retirada do Estado em sectores que podem mais eficazmente ser assegurados pelas empresas de serviços.

A governabilidade do Estado Português estava a ser comprometida por via de uma máquina administrativa gigantesca e pouco eficaz. Mas sentíamos que a evolução se deveria processar de forma gradualista. Qualquer ruptura teria efeitos imprevisíveis.

As despesas com o pessoal da Administração Central atingiam, em 1994, 1.800 milhões de contos quando o “tecto” para as despesas públicas era de 3.100 milhões. Uma percentagem demasiadamente elevada estava a ser usada para “fazer girar” a máquina quando precisávamos muito do dinheiro para investir. O pior era que, num lapso de tempo de quatro/cinco anos, tinha havido quase uma duplicação das despesas com o pessoal. Os aumentos do regime retributivo da função pública a acrescer à expansão dos sectores da educação e da saúde é que tinham levado a isso.

Ninguém acreditava em reformas vindas de dentro. Tinha de haver especialistas externos a fazer o diagnóstico, a propor medidas e a acompanhar a sua imple-

mentação. Estimávamos que houvesse entre 25% e 30% de excesso de funcionários. Era preciso controlar com mão firme as admissões e libertarmo-nos da muita “ganga” que havia em todos os serviços. Por outro lado, tinha-se perdido muito o sentido de serviço público e os responsáveis não se sentiam com força para ser disciplinadores. Porém, também era um facto que faltavam quadros técnicos na Administração. Como sucede correntemente em Portugal, sempre que há uma fase de expansão económica, verificava-se uma grande saída de funcionários preparados; os imprevistos permanecem; a Administração é um grande regaço para os incompetentes. Por isso eles não a abandonam.

Muitos de nós éramos a favor do prémio ao mérito e do estímulo à motivação. Mas a máquina tinha uma grande inércia e custava a pôr-se em movimento. Uma coisa era certa. Qualquer reforma não deveria ter a ambição de ser global, porque a essa escala falharia. Deveriam ser detectados focos de impulso, procedendo de forma gradualista. Cada ministro deveria ser o animador da reforma, dentro do seu próprio ministério.

\*

Em fins de Março de 1994, a opinião pública estava um tanto sobressaltada pelas greves de fome que estavam a ter lugar nas prisões. Como a versatilidade lusitana imperasse, os grevistas mudavam à medida que a fome apertava. Desconfiávamos de que houvesse um comando exógeno das ditas greves. Nessa ocasião, Portugal era o país da União Europeia com menor criminalidade, no que respeitava aos crimes violentos. Mas era, também o que mais presos tinha: 114 presos por 100.000 habitantes! O maior número de presos cumpria penas de menos de dois anos, portanto, relativamente leves. Éramos, também, em proporção, quem dispunha de maior número de lugares nas prisões. Eram frequentes os protestos em relação à alimentação e a respeito da assistência médica. Cada recluso custava ao erário público 4 mil escudos por dia ou seja 120 contos por mês. Na ocasião era um montante expressivo. Logo, este tema merecia um debate de fundo, porque a greve de fome representava apenas um epifenómeno de um problema com muitas e profundas implicações.

\*

Em fins de Março fui alertado para a intenção alemã de criação de uma rede de cidades europeias que discutisse as políticas espaciais no quadro europeu. Esta-va prevista uma reunião em Corfú, mas pareceu-me que a proposta alemã havia sido elaborada de modo muito centrado na própria Alemanha, negligenciando um tanto a periferia do sul da Europa. Eu não tinha agenda para ir à reunião, mas recomendei que a nossa contribuição contrabalançasse muito o texto e o tom da proposta alemã. Um dos instrumentos que eu me lembro de ter recomendado era o fomento do chamado “short-sea-shipping” que evitaria a construção ou a repara-ção profunda de muitas linhas de caminho-de-ferro para as quais não haveria, seguramente, os fundos necessários.

As redes transeuropeias haviam passado a constituir um ponto permanente das agendas da Comissão Interministerial dos Assuntos Comunitários.

Para retribuir a nossa missão à Áustria estávamos a preparar, para ter lugar em Junho, uma visita de um grupo de 15 académicos e altos-funcionários austríacos. O programa foi delineado por eles; os tópicos eram os que mais lhes interessavam e aqueles em que eles sabiam que os poderíamos ajudar. Estava dividido em três módulos. O primeiro, muito orientado para o Direito Europeu, seria coordenado pelo Prof. Mota Campos, com envolvimento da Direcção-geral das Comunidades e do Centro de Estudos Judiciários. O segundo seria confiado aos cuidados dos Profs. Manuel Porto e Moura Ramos e estava muito assente na actividade do Cen-tro de Estudos Europeus da Universidade de Coimbra. O terceiro seria sobre Po-lítica Regional e Fundos Estruturais e ficaria à conta da nossa Direcção-geral da Política Regional. Todos os intervenientes tiveram tempo suficiente para preparar as suas intervenções, correspondendo às grandes expectativas que eles tinham em relação à visita. Eu recebê-los-ia num breve encontro de cortesia.

A cooperação com Cabo-Verde prosseguia nas linhas anteriormente fixadas. Mas eles queriam prolongar o programa por mais dois anos. Os tópicos que lhes inte-ressavam, particularmente, eram o funcionamento dos GAT e o alargamento das suas funções para responder a solicitações ligadas ao desenvolvimento e à expe-riência dos Açores por ser um arquipélago com um número de ilhas equivalente. Já o disse anteriormente: a cooperação com Cabo-Verde é sempre gratificante,

porque eles tomam os compromissos celebrados muito a sério. Ainda hoje (2016) sou solicitado para lá ir, só não o fazendo em caso de absoluta impossibilidade de datas; se houver flexibilidade a este respeito, vou sempre.

\*

Já me referi várias vezes à Dra. Simoneta Luz Afonso e às suas altas qualidades de inteligência e de capacidade de realização. Visitou-me no dia 5 de Abril com uma longa agenda para tratar. Um dos pontos era a realização de uma exposição dita das “Artes do Fogo” com a colecção de peças de porcelana, de faiança e de vidros do Arq. Luís Pádua Ramos, um coleccionador compulsivo e eclético. Tinha de tudo, desde móveis indo-portugueses até pratas “art-deco”... Mas havia acumulado um acervo magnífico de louças e vidros que se propunha expor em Lisboa e no Porto. Uma exposição organizada com o apoio do próprio coleccionador constitui sempre um caso especial; algumas vezes complica a vida do curador, mas, regra geral, enriquece a exposição com os seus bons conselhos. Neste caso, eu tinha servido apenas de elemento de ligação, dado ser amigo do coleccionador. A exposição realizou-se no Museu do Azulejo e como eu não podia ir à abertura oficial tive o privilégio de ser guiado pelo próprio coleccionador, numa visita feita na véspera da inauguração ao fim da tarde. Ela era verdadeiramente um deslumbramento como, de resto, está testemunhado no catálogo respectivo.

O Museu do Chiado precisava de mais “oxigénio”... Queria ver se poderiam ser antecipadas algumas obras; mas isso significava passar o orçamento de 400.000 contos para um milhão! Aconselhei a que fosse feita uma segunda fase devidamente identificada e apreciada nos seus méritos. Depois disso já houve uma terceira e é certo que a expansão continuará, porque as nossas colecções relativas ao período em causa (finais do século XIX e princípios do século XX) são felizmente muito boas e vastas.

Já me referi, repetidas vezes, ao nosso Museu de Etnologia em Belém. Ele dispõe de um acervo magnífico que tem de ser estudado e exposto. Mas precisa de mais espaço; era preciso acabar a construção, mas havia um “pequeno” problema: não existia projecto!... Tinha de se começar por fazê-lo.

Falámos de muitas outras coisas. Entre elas o novo Museu dos Coches que já está construído. Não tenho a certeza de que a construção corresponda a um momento de grande inspiração do Autor, aliás um grande profissional brasileiro por quem tenho muita admiração. Sou sempre a favor do estabelecimento de longas conversas prévias entre o dono da obra e o autor do projecto; são momentos delicados que devem ser conduzidos com o maior respeito mútuo; mas, em meu entender, são indispensáveis.

Falámos, ainda, da colecção de pintura e de escultura do Comendador Joe Bernardo. Ela tinha tido uma longa conversa com o seu organizador, o Dr. Francisco Capelo, de quem eu ouvira falar muito, mas com quem até hoje (2017) ainda não me encontrei. Já nessa ocasião ele pretendia que a colecção permanecesse pelo menos cinco anos no Centro Cultural de Belém. Ele já não é o responsável pela colecção, mas esta permanece no local almejado. O que eu quis saber foi se a colecção tinha qualidade o que me foi confirmado, com convicção. Depois disso já a vi várias vezes.

\*

Já me referi, algumas vezes, à questão da sinalética. Trata-se de um domínio relativamente simples, em termos conceptuais, mas que exige coordenação e algum trabalho de aplicação que tem de ser rigoroso para que não haja hiatos. Estes são o pior numa cadeia de informação. Aos Portugueses aborrece-lhes o sector, tanto no domínio das estradas como em ambientes mais restritos como num hospital ou numa estação de metro. E, no entanto, ele é imprescindível para facilitar a vida e não perder tempo. Em 15 de Abril tive uma reunião com um alto responsável da Junta Autónoma de Estradas para ver se se dava um novo impulso a este assunto. O meu objectivo era ver se se promovia a harmonização da sinalética de acordo com a convenção de Viena e se ia introduzindo, sob uma forma homogénea, uma sinalética turística e monumental que permitisse chegar aos locais com mais facilidade e que os apontasse, desde longe, para os viajantes terem a possibilidade de incluir os motivos sinalizados nas suas viagens. Era evidente que se deveria também incluir as vias municipais no sistema.



Mas a Comissão de Registo da Rede Municipal (D.L.380/85) não estava a funcionar!... Por outro lado, havia as áreas de abastecimento, de repouso e de restauração e a questão da publicidade que tinha de ser incluída. Naquela ocasião já havia 1.900 km de rede rodoviária desclassificada da rede nacional e já entregues aos Municípios; iriam passar, para estes, 10.000 km, permanecendo sob a alçada da JAE 12.000 km.

Havia, ainda, a classificação do Plano Rodoviário de 1945 no quadro da qual se poderia proceder a uma mudança do N (Nacional) para o M (Municipal), substituindo a cor que tivessem os sinais pelo amarelo, indicativo de que se tratava de uma via municipal. Mas quem tutelava a sinalética era a Direcção-geral de Viação que, nessa altura, estava sob a tutela do Ministério da Administração Interna. Era ela que produzia os códigos e os regulamentos; mas faltavam as normas de aplicação. Depois, havia um pormenor para mim muito importante que era a sinalização dos chamados “pontos negros” nas estradas; mas a sua avaliação envolvia também o Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Todos concordavam que o problema mais sentido, em relação à sinalética, era a sua continuidade. Não se poderia proceder por troços. Nessa ocasião ainda não havia a sinalização dos monumentos e dos pontos de atracção turística que foi sendo realizada, aliás com excelente expressão plástica e segundo as normas internacionais. Munich e a sinalética usada para os jogos olímpicos mantinham-se como o exemplo de excelência no sector. A minha impaciência poderia resumir-se na pergunta: mas então é preciso ser-se alemão para fazer uma coisa destas bem-feita? A Espanha tinha já tudo bem organizado, dentro dos parâmetros europeus. Por que é que nós não tínhamos? Mas, nessa ocasião, para realizar a sinalética dentro dos hospitais quem o fazia eram filiais portuguesas de empresas espanholas; os técnicos no terreno eram portugueses, mas a concepção e organização eram espanholas... Isto mexia comigo, irritando-me. O que nos faltava: a decisão de produzir normas, de acordo com as regras europeias, já estabelecidas e forçar a sua aplicação.

O nosso problema estava associado à dispersão de responsabilidades e à indefinição do ente coordenador. Mas em Espanha, por exemplo, quem havia elaborado as normas havia sido a Associação dos Engenheiros Municipais. Se eu tivesse a iniciativa de o fazer corria o risco de ser considerado como intrometido. Mas era isso mesmo o que eu estava a promover. Fomos para a frente.

O Prof. Cavaco Silva havia-me pedido para coordenar um pequeno grupo que preparasse o programa eleitoral do PSD para as eleições que iriam ocorrer em 1995. Tratava-se de fazer participar nessa elaboração um número significativo de pessoas que soubessem profundamente das matérias nas quais iriam contribuir com o fruto dos seus conhecimentos e experiência. Eu conduziria os trabalhos como julgasse mais adequado. Mas, para definir as linhas gerais de uma actividade que me iria ocupar longos meses tive, em 21 de Abril, uma reunião com o Secretário-geral do partido que, nessa ocasião, era o Dr. José Manuel Nunes Liberato. Nela participaram, também, o Dr. Salter Cid e o Dr. Pedro de Almeida que tinham aceite fazer equipa comigo para conduzir os trabalhos. Para nos coadjuvar foram convidados os Drs. Azevedo e Silva e Castanheira Lopes.

Começámos por enunciar uma longa série de títulos para as sessões que deveriam ser realizadas. O primeiro era “Portugal na Europa”; o Leitor hoje não pode imaginar a expectativa confiante que, então, havia em torno do tema. Já levávamos nove anos de adesão com resultados concretos muito visíveis; só uma faixa ligada ao PCP e à extrema-esquerda é que punha dúvidas em relação à adesão. Todos os outros tinham sido conquistados pelo que havíamos conseguido e, em termos ideológicos, identificavam-se com a União Europeia e os seus propósitos.

Fizemos também uma lista de convidados para intervir em relação a cada tema. Uma boa parte deles eram meus conhecidos; seria eu a telefonar-lhes para convidar cada um a participar nas sessões de “brain storming” que iriam ter lugar ao longo dos meses seguintes.

Oportunamente (Capítulo XXXIII), referir-me-ei ao conteúdo de quatro grossos volumes que reuniram as contribuições de todos e o destino pouco glorioso que o partido lhes deu. Mas isso ficará para depois de me referir à mudança de “leader” que ocorreu em 1995.

\*

A cooperação com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) merecia-nos muita atenção. Mas, para ela ter eficácia, deveria ser coordenada nos seus múltiplos aspectos: económico, social, cultural, científico, etc. Em Portugal,

há sempre uma tendência para fazer as coisas isoladamente, cada ministério tomando as suas iniciativas sem grandes preocupações de se articular com os outros. Essa tendência chega a ter expressão em relação às diferentes Direcções-gerais ou institutos dentro de um mesmo ministério!... Por isso, nunca são de mais as recomendações para que tudo seja feito sujeito a grande coordenação. Só dessa forma se poderá assegurar que há uma política a esse respeito e retirar resultados de uma acção que acaba por custar muito dinheiro a quem tem pouco.

\*

Os assuntos comunitários envolviam-nos a todos. Não eram unicamente os fundos estruturais que nos interessavam. Havia numerosos domínios a serem objecto de iniciativas regulamentadoras comuns e isso era importante seguir, não só por cada ministro sectorial, mas por todos ao mesmo tempo.

Em fins de Abril de 1994 havia sido decidido fazer algumas concessões comerciais à África do Sul como manifestação de boa vontade em relação ao seu processo de evolução.

As quotas de bacalhau da Noruega haviam sido distribuídas: 45% para Portugal, 45% para Espanha, 5% para a Irlanda e 5% para a Grécia. Nós éramos, de longe, o País mais beneficiado.

A Polónia e a Hungria haviam pedido a sua adesão à União Europeia. Tratava-se do quinto alargamento da Comunidade. Os processos de adesão eram sempre lentos. Nestes dois casos isso acabou por acontecer em 2004, portanto, uma década depois de formulado o pedido respectivo. A Hungria invocava fundamentos políticos; o seu alinhamento era a ocidente e não a leste; politicamente era irreversível a sua ancoragem à Europa Ocidental; é interessante comparar esta profissão de fé de há 23 anos com as suas manifestações nacionalistas de hoje (2017) ... Tinha havido um parecer positivo do Parlamento Europeu em relação ao Fundo de Coesão e suas regras, mas reclamavam uma intervenção maior da sua parte na tomada de decisões; com tanta gente a querer pronunciar-se sobre o regulamento do Fundo, eu comecei a temer que ele já não entrasse em vigor em 1994; quem estava a levantar maiores complicações eram os socialistas espanhóis, membros do Parlamento Europeu, que queriam pronunciar-se sobre tudo.

Foi nessa ocasião que começou a haver um expressivo movimento de cidadãos estrangeiros residentes em países diferentes dos seus; especialmente os aposentados. Havia a ideia de eles poderem passar a votar nas eleições locais dos seus países de residência. Havia mesmo quem propusesse que, em determinadas condições, nomeadamente o tempo de residência, eles pudessem ser eleitos.

O longo processo das redes transeuropeias continuava.

Concluído o Uruguay Round havia em preparação a sua assinatura em Marrakech. O documento era dominado pelas questões sociais. No que nos interessava especialmente, contava a eliminação do acordo multifibras durante os dez anos seguintes e o acompanhamento próximo do processo de evolução da indústria têxtil.

Estava a haver dificuldades para a entrada plena em vigor do acordo de Schengen, nomeadamente por parte da França. Mas não eram explicitadas as razões.

Discutia-se o alargamento da União aos países da EFTA. O assunto estava a ser objecto de análise por parte do Parlamento Europeu, mas, segundo as notícias que nos iam chegando, o parecer iria ser positivo.

O programa têxtil comunitário que tanto nos interessava estava a experimentar alguns atrasos no Parlamento Europeu. Os Deputados achavam que a iniciativa até era boa, mas entendiam que ela não deveria ser financiada ao abrigo das iniciativas comunitárias mas por uma outra rubrica qualquer. Isso suscitava alguma irritação, porque, sabendo-se que o Parlamento tinha competências em matéria orçamental, era discutível que elas pudessem ser tão “desagregadas”; era, manifestamente, uma questão de afirmação de poder!... Da nossa parte restava-nos manter uma atitude de firmeza, junto da Comissão. Mas a questão não era fácil, porque as dúvidas em relação ao apoio ao sector têxtil haviam sido levantadas pelas duas grandes “famílias partidárias” europeias: o Partido Popular Europeu e o Partido Socialista; cada uma delas tinha circunscrições têxteis que não eram necessariamente apoiadas e, por isso, entravavam o processo. Invocavam-se questões de concorrência para justificar o menor empenhamento a que assistíamos; o Ministro da Indústria ajudou muito na justificação do que pretendíamos.

O alargamento aos países da Europa Central e de Leste reclamava, nessa ocasião, a obediência a uma nova condição chamada de boa-vizinhança, destinada a salva-

guardar o surgimento de instabilidades locais que poderiam tornar-se arreliaadoras. Era o caso, nomeadamente, entre a Bulgária e a Roménia; o rio Danúbio, que serve de fronteira ao longo de mais de mil quilómetros só era atravessado por uma ponte; a segunda foi construída já depois da adesão dos dois países e, sintomaticamente, chama-se “Ponte Europa”!... A iniciativa para resolução dos problemas de boa vizinhança ficou com o nome do proponente, o primeiro-ministro francês, Balladur. Era certo que a questão do alargamento seria o prato forte da presidência alemã (Julho a Dezembro – 1994 – Helmut Kohl) que se seguia à grega.

Nessa ocasião (Abril de 1994) já se falava no sucessor do Presidente Jacques Delors. O que nos parecia, a todos, ser o melhor candidato era Jean-Luc Dehaene, um político belga com um grande prestígio; foi pena que não tivesse sido.

Uma questão que nos surpreendeu, nessa ocasião, respeitava aos transportes com o Brasil. Não havia embarcações que os garantissem! Nós éramos os principais interessados, porque queríamos muito estimular as exportações para lá. Mas não tínhamos marinha mercante para assegurar os transportes. Estes haveriam de ir parar aos armadores que os possuíam, mas que não eram frequentadores habituais dessas rotas. Eu tenho uma velha ambição “secreta”: ver Portugal dispor de uma marinha mercante moderna e capaz de prestar serviços eficazes, em todo o mundo, mas, especialmente, em relação aos mercados em que tivermos interesses.

\*

Em 28 de Abril tive uma informação que anotei por não imaginar a sua dimensão: a pintura da Ponte 25 de Abril custava 35 milhões de contos! Era uma verba muito respeitável!

\*

Já o disse, noutra lado destas memórias: os Portugueses estão sempre prontos para ser voluntários nos trópicos. Há qualquer coisa no imaginário de cada um que faz com que, mesmo aqueles que nunca lá estiveram nem exibem qualquer forma de ligação com os países da zona, se deixam seduzir facilmente pela ideia de lá estarem uns tempos. Isso quer dizer que a cooperação não tem falta de intérpretes; tem falta de dinheiro! O modelo de cooperação está razoavelmente consolidado, entre nós.

Os objectivos estão claramente definidos: são de natureza política, humanitária e económica. E existe uma coordenação político-diplomática definida. Mas é preciso estar sempre a lembrar que deve ser através dela que tudo se faz, porque, como se estabelecem contactos sectoriais, algumas vezes há a tentação de prolongar uma linha de cooperação ou de lançar outras novas, sem comunicar às instâncias responsáveis pela coordenação. Aqui o problema raras vezes é de ausência de acção, mas de iniciativa não coordenada da mesma. Outra das coisas que frequentemente acontecem é os cooperantes ficarem reféns dos beneficiários que os rodeiam de mil atenções e os conquistam. A coordenação é importante a muitos títulos, nomeadamente porque faz a agregação das contribuições dos dadores e que, por isso, assegura a parte material da possibilidade de cooperação.

Não é surpresa saber que o nosso País se tornou um membro respeitado no mundo da ajuda aos países em desenvolvimento, A coordenação não implica a centralização; constituiu, mesmo, uma das razões do sucesso o facto de ela ser descentralizada na execução, somente com uma coordenação político-administrativa. Mas, para um pequeno país sem grandes recursos, torna-se muito importante saber quanto e onde se gastou; os grandes fazem-no com o maior rigor e sentido crítico. Os executantes da cooperação são sempre os diferentes ministérios. Todos eles estão envolvidos em acções específicas. Mas é evidente que a coordenação geral tem de caber ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, porque a cooperação representa um instrumento de acção política e diplomática que tem de ser usado nesse quadro. Daí a importância do Conselho Interministerial de Cooperação e do representante de cada ministério nesse órgão.

Uma orientação importante a dar aos cooperantes é que não prometam nada que não seja possível cumprir ou, melhor ainda, que não se vinculem a nenhuma promessa, porque a decisão terá de ser sempre da coordenação.

O nosso modelo de cooperação estava muito centrado nos PALOP (90%). Muitas das coisas passavam pelo meu ministério (autarquias locais, ordenamento do território, recursos hídricos, ciência aplicada, etc.). Mas os Ministérios da Saúde, da Educação, da Justiça e do Emprego tinham sempre muitas solicitações. Eu devia ter um cuidado especial para seguir de perto o que se passava porque algumas vezes havia ligações directas da ANMP a municípios africanos, despendendo-se

dinheiro e afectando-se meios sem podermos usar, a outros níveis, uma informação importante acerca da cooperação em curso. A UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa – criada em 1985 – um velho sonho do meu amigo Nuno Abecassis), tinha nessa área um papel relevante.

Eu havia adquirido alguma experiência da cooperação em relação a Cabo-Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé que tinha visitado com esse propósito. Estava, assim, em posição de recomendar o que dava resultado e o que convinha evitar. Como sempre faço, insisto na preparação dos cooperantes; é que eles desempenham um papel que ultrapassa a função específica que vão realizar; eles, de certo modo, transportam consigo a imagem de Portugal; por isso devem ir bem esclarecidos acerca da dimensão da função que lhes é confiada.

O acompanhamento da realização de todas as missões era indispensável; a maior parte corria bem e era preciso extrair disso consequências; algumas poderiam ter acidentes que conviria atalhar imediatamente para não adquirirem a dimensão de um abcesso.

Dever-se-ia distinguir a cooperação consoante os destinatários; quando se tratasse de preparar os quadros era quase certo que sairia mais económico trazê-los para Portugal; mas também importava actuar sobre as bases e isso teria de ser feito no local. Como elemento de distinção poderia recorrer-se ao prazo da formação: a de longa duração deveria ser feita em Portugal; a de curta duração deveria ter lugar nos países beneficiários.

A televisão representava um domínio da cooperação que não poderia ser esquecido, pela amplitude dos seus efeitos. Mas, em África, a rádio era, nessa ocasião, uma escolha muito mais eficaz.

No âmbito do Instituto de Investigação Científica Tropical (ICT) eu coordenava numerosos campos que interessavam à cooperação. Desde o riquíssimo Arquivo Ultramarino às diversas investigações agrárias, nomeadamente o Centro do Café, as possibilidades eram numerosas. Mas tinha de haver interlocutores à altura. Isso verificou-se em Cabo Verde cuja História foi escrita em colaboração entre historiadores portugueses e cabo-verdianos, numa operação muito bem-sucedida que já relatei noutro lugar.

\*

O sector cooperativo era muito solicitado, através do INSCOOP, para se envolver em acções de cooperação com os PALOP. Na sequência de uma reunião do Conselho de Ministros sobre cooperação à qual já fiz referência, no dia 4 de Maio em despacho com o seu presidente defini que, no MPAT, quem centralizaria toda a informação sobre as acções de cooperação e respectivos montantes seria o GAERE. Assim possuiríamos um quadro geral da nossa acção.

Mas também me informei relativamente à preparação do novo Código Cooperativo que estava em curso. Tinha sido elaborada uma versão-base da responsabilidade do próprio INSCOOP, da CONFAGRI e da CONFECOOP. Ela havia sido discutida em 21 reuniões de trabalho com organizações cooperativas, com técnicos dos Ministérios da Agricultura e do Comércio, com o Conselho Consultivo do próprio INSCOOP e com investigadores cooperativos destacados. Afinara-se, desse modo, uma segunda versão que, naquele mesmo dia, estava a ser enviada a todos os participantes naquelas reuniões, para uma última crítica. Poder-se-ia agendar para a levar à Assembleia da República na 2ª quinzena de Junho. A Assembleia fecharia a 30 de Maio para reabrir a 14 de Junho, para voltar a fechar a 30 de Junho. Por isso ela deveria ter acesso à proposta até 25 de Maio. Mas, antes, teria de ser aprovada em Conselho de Ministros; por isso, a data limite para ela ir para a Presidência do Conselho de Ministros era o dia 16 de Maio. Tudo isso para assegurar que, em Outubro, já dispuséssemos de um Código novo.

Havia uma questão que me arreliava. O partido PRD tinha feito um grande caso acerca do “esquecimento” do sector cooperativo no Plano de Desenvolvimento Regional. O tema estava disperso, mas não expressamente referido num capítulo à parte. Eu tinha de encontrar uma solução até porque estava a esboçar-se um movimento de reivindicações por parte das cooperativas que queriam ter acesso a apoio. Ele estava assegurado, mas era preciso explicitar bem essa possibilidade.

\*

Em 23 de Maio realizou-se, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma reunião que juntou os responsáveis pelas relações exteriores, pelo planeamento, pela agricultura e pelo ambiente. Tratava-se de ver quais as incidências sobre o ter-





FIG. Cimeira Luso-Espanhola no Porto, com Aníbal Cavaco Silva, Primeiro Ministro, Felipe Gonzalez, Primeiro Ministro de Espanha e Francisco Olazabal.

ritório nacional do Plano Hidrológico Espanhol e de preparar as linhas gerais da nossa posição.

A diminuição de caudais, no Guadiana, ao longo dos últimos vinte anos, havia sido da ordem dos 50%. Sem comunicar a ninguém, os Espanhóis tinham estendido enormemente o regadio do chamado Plano de Badajoz; era evidente que o acordo para a repartição dos caudais que havia nessa ocasião e que assentava somente em parâmetros ligados à produção de energia não nos convinha. No Tejo, embora não atingindo valores tão elevados, também tinha havido redução de caudais. A ideia de efectuar “transvases” entre bacias da Ibéria estava na cabeça dos nossos vizinhos, particularmente em relação ao Ebro que tinha passado a ser um rio torrencial, mas com caudal exíguo em circunstâncias normais; todo o vale inferior precisava de água, porque tinha instaladas produções agrícolas que necessitavam de ser regadas.

Interessava-nos dispor de um dispositivo conjunto para gerir os recursos, tendo em atenção a nossa situação a jusante. O novo convénio a celebrar deveria reflectir essa vontade. Nessa ocasião havia dois convénios: um de 1964 que respeitava ao rio Douro e à electricidade; um outro de 1968 que abarcava todos os restantes rios internacionais, mas respeitando unicamente a aspectos quantitativos e hidro-eléctricos. E a comissão luso-espanhola que existia só actuava no âmbito destes convénios. Em nosso entender, ambos apresentavam fragilidades jurídicas. Acontecia que em Espanha se pretendia aumentar a área de regadio, em cerca de 600.000 hectares, tanto como havia, nessa ocasião, em Portugal. Todavia, Portugal dispunha de uma capitação de recursos hídricos muito maior do que o nosso vizinho; eles tinham extensas áreas muito secas. Sobre este assunto, em nosso entender, era importante dispor de um enquadramento global; Espanha costumava apresentar as suas candidaturas ao FEDER e ao Fundo de Coesão de forma individualizada, de modo que não era possível, através delas, apreciar a situação na sua globalidade. Diziam os especialistas do sector que “os Espanhóis olhavam para cada gota de água entrada em Portugal como uma derrota!”... Queriam ficar com todas!...

Eu era de opinião que não se fizesse qualquer convénio com base exclusivamente em anos médios; tínhamos de contemplar, também, os anos secos, em relação aos

quais se punham os problemas de carência dos recursos. A celebração do convénio era, para mim, muito urgente, porque eles estavam a montante nos três grandes cursos de água internacionais. A resposta que tinha chegado do MOPU espanhol não era satisfatória. Mas nós tínhamos de actuar antes de o assunto subir às Cortes e, ainda, actuar em Bruxelas, antes de qualquer coisa estar cristalizada. Eu já havia trocado impressões, a este respeito, com os Comissários Millan e Schmidhuber e eles haviam mostrado simpatia pelo estabelecimento de um convénio que abordasse as questões quantitativas e as qualitativas e que apreciasse o problema na sua globalidade.

A comissão mista luso-espanhola iria ter uma reunião no dia 7 de Junho, portanto daí a cerca de duas semanas. O assunto não poderia deixar de ser abordado, pondo na agenda um ponto referente à análise do Plano Hidrológico Espanhol; naturalmente, a questão mais sensível respeitava à realização dos temidos “transvases”. O rio mais afectado por essa eventualidade era o Douro; no rio Minho o problema era irrelevante. Mas no Tejo e no Guadiana poderiam afectar muito as nossas disponibilidades de água.

Não deveríamos limitar a discussão ao plano técnico. Esta era uma questão política e, como tal, teria de ser abordada. Quanto mais regularizados estivessem os rios a montante mais nós penaríamos a jusante. Por isso, no convénio a celebrar, deveria figurar o acompanhamento mútuo das regularizações que ambos fizéssemos e a gestão dos recursos a montante. Para complicar o problema, mas representando um argumento adicional em Bruxelas, os Espanhóis subsidiavam os seus próprios regadios, o que representava uma entorse à PAC (Política Agrícola Comum) que não estava a ser cumprida nas suas orientações gerais.

Este era um assunto delicado nas relações luso-espanholas. Deveríamos declarar, de imediato, que o Plano Hidrográfico não era aceitável por Portugal. Depois se veria em que condições é que ele passaria a sê-lo. A gestão da situação não poderia ser casuística, mas continuada, o que implicava a existência de um “observatório” permanente, encarregado de acompanhar a situação. O novo convénio deveria defini-lo e o Plano teria de ser revisto à luz do que fosse definido.

Nós sabíamos que os sistemas de rega em Espanha eram antiquados para não dizer obsoletos. Eles poderiam alcançar as mesmas produtividades usando muito

menos água (Os Israelitas dispõem de sistemas de rega apuradíssimos que asseguram a alimentação das plantas com o mínimo de água). Isso reclamava algum investimento, mas era melhor fazê-lo do que regar com desperdício de água. Para nós era mais conveniente que as ajudas comunitárias fossem para a modernização dos sistemas de rega do que para a realização de “transvases”. Daí a minha posição de privilegiar conversas com os Comissários ao mesmo tempo que se discutiria com os nossos Colegas espanhóis, os sectoriais e os responsáveis pelas relações exteriores que eram quem acabaria por ter de coordenar e firmar o convénio. Deveria começar-se por uma carta pondo claramente a nossa posição de desaprovação do Plano, mas afirmando a nossa vontade de chegarmos a um acordo aceite pelos dois países.

Assim ficámos acertados, com a consciência de que este assunto teria de ser tratado “com pinças”...

\*

O sector dos transportes públicos não é fácil em parte nenhuma do mundo. As redes respectivas reclamam manutenção, expansão e modernização permanente; os custos de exploração são pesados e as exigências de financiamento elevadas. É fácil entrar em desequilíbrio e este nunca se resolve a curto-prazo; reclama tempo e mão-firme, porque os riscos são numerosos, desde os ligados ao pessoal até aos que têm a ver com as tecnologias em evolução e às próprias exigências do público que também crescem e se refinam.

Em Portugal as coisas agravaram-se muito, no sector, a seguir a 1974, nomeadamente por força de reivindicações salariais satisfeitas sem grande atenção às condições económicas e financeiras das empresas em causa. Os sindicatos do sector eram fortes, tendo a maior parte das greves um carácter político manifesto; os aumentos salariais não eram decididos pelas administrações das empresas, mas pelos governos que, face aos transtornos causados pelas paralisações dos serviços, cediam às pressões que sobre eles se exerciam. Vinte anos de pouco investimento no sector e de muitas elevações salariais conduziram a situações de grande complexidade de resolução.

As primeiras empresas do sector eram a Carris e o Metro, em Lisboa, os Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP) e a CP em todo o País. Os transportes rodoviários (Carris e STCP) eram os menos complicados; os ferroviários (CP e Metro) eram os mais difíceis de resolver. Sendo certo que todos reclamavam respostas estruturais para os seus problemas financeiros.

Dava-se às Câmaras Municipais de Lisboa e Porto o que se designava como subsídio de compensação que todas as outras criticavam. Chamavam-lhes o “FEF escondido” e não hesitavam em apontá-lo quando se tratava de fixar o valor do verdadeiro FEF.

Os transportes ferroviários não podiam ser considerados como um “negócio”; eram antes, um serviço que se prestava ao público. Ele não era, por si próprio, rentável e, por conseguinte, não podia ser autónomo. (A insistência de Mrs. Thatcher em privatizar os serviços ferroviários no Reino Unido conduziu às maiores complicações que ainda não estão resolvidas (2017), na generalidade das situações; só num serviço ou noutra se vê alguma melhoria; o sistema ferroviário britânico, em globo, não experimentou a evolução esperada). E, todavia, era imprescindível promover um desenvolvimento visível no sector ferroviário, porque o rodoviário já não acomodava mais expansões; a degradação dos tempos de viagem devida aos congestionamentos e o impacto ambiental dos veículos movidos a gasóleo ou a gasolina estavam a atingir valores considerados como insuportáveis; por outro lado, a procura crescia continuamente; as pessoas moviam-se cada vez mais. Os benefícios da melhoria do sector ferroviário estendiam-se pela comunidade.

As indemnizações compensatórias que eram dadas às empresas públicas já não tinham sentido, porque não se sabia que compensações é que se davam nem como medi-las. Era a tendência instalada que as fazia aumentar sempre.

Não se poderia deixar paralisar nem a capital nem a segunda cidade do país.

As ligações suburbanas representavam uma prioridade. A zona da EXPO’98 não era só para uma exposição; representava, também, uma expansão urbana com equipamentos especiais, porque como já disse, nada do que se estava a construir ficaria sem utilização posterior. Muitíssimo poucas realizações seriam efémeras; quer dizer, estava ali a formar-se um grande gerador de viagens a que se impunha dar resposta, logo a partir da fase da sua concepção.

A CP não se mostrava susceptível de alcançar uma situação de rentabilidade autónoma, nem sequer para a sua exploração; mas era indispensável a existência de meios ferroviários em Portugal.

Havia medições do número de automóveis que entravam, por dia, em Lisboa: em 1994 eram cerca de 400.000; estimava-se que viessem a ser à volta dos 800.000 por volta do fim do século! O Porto reclamava, especialmente, ligações suburbanas eficientes. Se não dispusesse delas a sua área metropolitana paralisaria. Por outro lado, impunha-se a ligação ferroviária aos portos. Sem ela não haveria desembarço de cargas. E a Linha do Norte precisava de uma reformulação profunda, porque estava à beira da saturação.

A política tarifária que então se praticava não era muito imaginativa e tinha de o ser para atrair para os sistemas públicos que existiam e o maior número possível de utentes.

As despesas com o pessoal acusavam aumentos insuportáveis, ao mesmo tempo que se assistia a uma diminuição dos efectivos. O que não se via era uma elevação da qualidade do serviço.

Era indispensável que se olhasse para todas as empresas públicas numa perspectiva empresarial, para tentar racionalizar os enormes encargos que elas determinavam. Deveria definir-se o que se entendia por “serviço público”, quantificando-o. Esse exercício era complexo não somente em termos conceptuais como também na prática; mas tornava-se indispensável fazê-lo.

A sub-contratação do que pudesse sê-lo impunha-se, para se tentar reduzir a factura global.

Preocupava-nos a definição do modelo de gestão das empresas públicas de transportes. Elas não poderiam continuar a ser o sorvedouro de meios que estavam a representar.

Havia, por outro lado, investimentos grandes que estavam a ser feitos com apoio dos fundos comunitários. E eram-me sempre solicitados estudos económicos que os justificassem, estabelecendo articulação com os equilíbrios macro-económicos que nós tínhamos de preservar.

Nessa ocasião, exibíamos indicadores curiosos: o metro de Lisboa era o mais “cheio” da Europa; a linha de Sintra, do caminho-de-ferro, era também a mais

“cheia” da Europa... Mas tinha de se tratar da intermodalidade e das estruturas que a assegurassem; as inter-faces entre modos de transportes diferentes teriam de ser muito eficazes. Novamente, a questão tarifária e da bilhética que são muito mais importantes do que parece.

No Porto, havia quatro ligações suburbanas importantes: em direcção a Braga, a Guimarães, ao Marco de Canavezes e a Aveiro. O nó destas ligações seria Campanhã. Mas, a partir daí, tinha de se atender às ligações intermodais, o que reclamava investimentos a fazer nas interfaces respectivas.

Um dos problemas relativos às infra-estruturas ferroviárias era o grande custo associado às obras a fazer nas grandes linhas; outro era a lentidão exasperante das mesmas.

Seria bom que cada administração dessas empresas preparasse um plano estratégico abordando todas as facetas da sua acção como enquadramento para os planos de reestruturação que eram o suporte das candidaturas que tínhamos que apresentar. Mas havia o mau hábito de elas não decidirem os investimentos que se propunham fazer; por uma questão de cautela da sua parte, quem o fazia era o Ministro dos Transportes em combinação com o das Finanças; eu não achava que isso fosse responsabilizador das administrações mas representava uma prática que vinha de trás.

\*

Por volta do fim de Maio suspirámos de alívio com a assinatura do Uruguay Round do GATT que alguma tranquilidade nos trazia em relação ao sector têxtil. O alívio estendia-se também em relação à aproximação do fim da presidência grega que tinha sido pouco operativa.

Falava-se muito, nessa ocasião, na desregulamentação da vida comunitária. Mas nós, como pequeno país, olhávamos para o processo com alguma apreensão. Ela iria pôr em causa o “acquis communautaire” e isso só iria beneficiar os grandes países e, especialmente, a Alemanha. Esta tinha apresentado uma proposta de desregulamentação da regulamentação... À primeira vista ela poderia ser positiva, mas, feita de forma tão enquadrada, corria o risco de se transformar numa regulamentação da desregulamentação, o que redundaria numa intromissão do

poder burocrático no poder político, o que não poderia ser deixado passar sem muitas justificações... É bom permanecer atento!... Apesar de se saber que ela iria ser preparada por um grupo de peritos independentes...

Aliás, era também a Alemanha que estava na berlinda por causa das línguas de trabalho comunitárias. Havia uma insistência grande para que o alemão também o fosse. Era, obviamente, a expressão da importância da Alemanha. Mas o que estava a ser trabalhado era diferente: previa a redução das línguas oficiais e das línguas de trabalho. Estava-se, muito correctamente, a analisar os dados estatísticos do uso das línguas tradicionais; era curioso observar o domínio absoluto do inglês! Mas, para não dar nenhum pretexto a acabar com o Português, nós acertámos em usar a nossa língua sempre que se tratasse de produzir quaisquer intervenções formais.

Tinha sido decidido mandar elaborar um “livro-branco” “sobre a competitividade europeia (Na data em que estou a escrever – Fevereiro 2017 – prevê-se que eu modere para a próxima semana um encontro sobre “A (in) competitividade da Europa“)... Era preciso dar execução, no terreno, às recomendações nele contidas, desde as medidas nacionais até à concretização das redes transeuropeias de transportes. Segundo os ecos que tínhamos recebido, nem todos os países se haviam apercebido da grande “mensagem” que o livro continha; nós, pela nossa parte, havíamos-lo estudado bem!...

Os pontos fortes da Cimeira de Corfú, que se aproximava, seriam as medidas para apoio e estímulo às PME (com que nós concordámos), a construção das redes transeuropeias de transportes cujos traçados ainda não estavam estabilizados, o reforço da solidariedade (em que nós insistíamos) e uma série de novos acordos com a Rússia, com a Ucrânia e com a Suíça.

A nós interessava-nos, também, que houvesse algum progresso em relação aos produtos agrícolas mediterrânicos e à sua inclusão numa revisão da PAC (Política Agrícola Comum).

No capítulo das relações com as instâncias comunitárias estava a verificar-se um aumento inusitado dos casos do chamado “contencioso comunitário” em relação a Portugal. Isso passava-se em sectores variados, não sendo fácil definir as razões por que isso acontecia. Havia alguns casos menores como atrasos burocráticos ou



de arrastamento administrativo. Os que mais arrelivavam respeitavam a portarias de regulamentação que nos tínhamos comprometido a elaborar e que, manifestamente, estavam a “arrastar os pés”. No total eram 107 casos de contencioso, o que nos impacientava bastante.

O Comité das Regiões havia começado a trabalhar. Num assunto em que tínhamos interesse, o seu parecer havia sido favorável. Mas, segundo os estatutos, ele poderia pronunciar-se, também, sobre questões não exclusivamente regionais. Era preciso seguir de perto a sua agenda.

O excesso de zelo não havia preocupado somente o Senhor de Talleyrand... Também nos dava cuidados a nós! Alguns serviços nacionais estavam a ser atacados pela moléstia, fazendo-o sistematicamente em desfavor de Portugal... Ou seria, exclusivamente, em desfavor do Governo de Portugal? Fosse como fosse era assunto que não devia ser descurado.

A discussão sobre o Pacto de Estabilidade na Europa iria começar, em Paris, na semana seguinte.

Havia uma Carta Social Europeia que estabelecia regras muito claras em relação ao mundo do trabalho. Pois estávamos a assistir a uma actuação lateral e contraditória por parte do Comité Europeu da Empresa. Isso poderia ser embaraçoso para nós.

\*

A 27 de Maio recebi os Presidentes da CIP e da AIP que haviam solicitado uma conversa para tratarmos de assuntos urgentes. Estes eram, então, os seguintes: Estava a haver alguma confusão nos concursos para obras públicas e, especialmente, para as obras municipais, onde a contratação directa extravasava o que era previsto legalmente. Queriam que houvesse a expressão pública de alguém do Governo que relembrasse que a regra era a abertura de concursos sempre que se tratasse da aplicação de dinheiros públicos. Eu já o tinha feito muitas vezes mas, pelos vistos, era preciso lembrá-lo, outra vez. Tudo isto porque havia fumos de corrupção, sempre difíceis de comprovar, mas, aparentemente, com fundamento. A lei do arrendamento comercial estava antiquada e não respondia às exigências do tempo. Era preciso revê-la com rapidez.

A burocracia continuava a crescer. Era preciso ser muito mais determinado na racionalização dos processos e produzir instruções muito claras acerca da sua aplicação, sempre no sentido da simplificação.

No domínio da Investigação e Desenvolvimento queriam que fossem as empresas a designar os bolseiros... (Aqui tive de lhes dizer que a regra eram os concursos... em que eles haviam insistido minutos antes...).

Deveria haver uma grande acção de formação dos quadros das empresas; dos superiores ou dos intermédios (Atrevi-me a dizer-lhes que talvez não fosse mau fazê-lo também em relação aos empresários). Estiveram de acordo, mas recomendaram que se começasse por uma acção de informação redundante, como já me tinham ouvido dizer que ela deveria ser sempre.

Não gostavam nada das licenças de habitabilidade. Queriam que acabássemos com elas. Isso não era possível; todavia, eu concordava que a sua produção fosse rápida e não objecto de apreciações, por vezes subjectivas, sempre propensas à ocorrência de procedimentos menos transparentes. Aqui era a objectividade que tinha de imperar face à definição e aplicação de regulamentos muito claros.

Mas o que, realmente, os preocupava eram os concursos públicos para as obras camarárias sobre as quais tinham informações que não os deixavam tranquilos.

\*

Em 31 de Maio recebi o Presidente da Câmara Municipal de Palmela que vinha falar das suas responsabilidades diante da Auto-Europa. Era evidente que ele apreciava particularmente a localização da unidade no seu Concelho, mas lembrou que Palmela era um Município rural que estava a experimentar exigências demasiadas relativamente às suas capacidades. O assunto tratava-se da definição e construção da rede rodoviária que estava prevista para servir a fábrica. A solução acabou por ser a preparação de um contrato-programa entre a Câmara e o MPAT para assegurar o apoio técnico e financeiro necessário. Ficou encarregado de o fazer o Eng. Rui Mil-homens que, como já referi, era o responsável pela operação integrada da Península de Setúbal. E também da construção de um ramal de electricidade, a partir do ponto conveniente da rede geral. Tive de solicitar a intervenção do meu Colega da Indústria e Energia para “empurrar” a solicitação que havia sido feito já há tempos.

Fico sempre surpreendido (e algo contrariado...) quando verifico que, em Portugal, é preciso que os ministros acompanhem, até ao pormenor, a execução das medidas que um dia tomaram. Há pouca iniciativa nos estratos intermédios da Administração.

\*

No dia 6 de Junho tive notícias relativamente ao que se ia passando com o Comité das Regiões. Havia um grande “ballet” (foi o termo usado) em matéria de funcionários. O que estava em causa era um director e 5 a 6 chefes de divisão, pois as regiões mais importantes da União exerciam as suas influências para que lhes fosse atribuído um desses lugares. As expectativas, em relação ao novo organismo, eram muito elevadas. Tenho pena de dizer que ele não veio a corresponder-lhes. No Comité Económico e Social, Portugal tinha apenas um chefe de divisão. Aí eu era de opinião que estivéssemos mais presentes.

A reestruturação da DG XVI (Política Regional) iria ser anunciada em 1 de Julho para entrar em vigor em 1 de Setembro. No que nos interessava, só iria haver mudança de cadeiras, deixando de ter relações privilegiadas connosco um funcionário que não causava grandes saudades.

Em relação às instâncias comunitárias, é preciso manter sempre uma informação actualizada em relação ao que se diz nos “mentideros”; é que, de um dia para o outro, pode haver movimentos ou decisões que nos prejudiquem, convindo acautelarmo-nos.

\*

Na Madeira, em princípios de Junho, estava-se numa fase de grande dinamismo, em matéria de obras públicas. Ainda não era o frenesim que veio a ser alguns anos depois, mas a ilha “mexia” por todos os lados.

A ANAM, em relação ao aeroporto de Santa Catarina, precisava de uma carta de conforto, referindo os valores de comparticipação previstos no programa REGIS; assim, avançaria com as obras. O “pico” dos gastos ocorreria no ano de 1996. Mas, nas regiões ultra-periféricas, havia “vasos comunicantes” entre o REGIS, o Fundo de Coesão e os fundos estruturais; isso facilitava muito a gestão da tesouraria.

Havia, ainda, um financiamento intercalar do BEI; tudo foi aproveitado. A ligação da Ribeira Brava tinha, nessa ocasião, três trechos de via rápida em construção; havia dinheiro para os dois primeiros (BEI e o POP-MAD), mas não dispúnhamos de verba para o terceiro que custava 8 milhões de contos para 4 km (Era caro, mas, para manter a uniformidade do traçado, revelava-se imperioso fazê-lo). Nada disto se comparava com a “explosão” de auto-estradas com túneis e viadutos que estava para vir.

Era preciso enviar para o Tribunal de Contas Europeu uma lista de serviços e obras objecto de subsídios e de empréstimos. Tudo foi sempre feito segundo as regras estabelecidas. Mas a lista de projectos já prontos no sector do saneamento básico (água e esgotos) era enorme e aguardava financiamento. Tínhamos que esperar por novos subsídios. O sector merecia prioridade, mas o Governo Regional punha as comunicações em primeiro lugar; era o que as populações preferiam.

Na Praia Formosa havia um grande terreno afecto à Shell que ali tinha depósitos de combustíveis. Mas o Governo Regional achava que ele merecia um destino mais criador de riqueza, no sector do turismo. Todavia, não dispunha dos 4,5 milhões de contos que a vasta área custava. Era preciso alguma “engenharia financeira”; encorajei-os a fazerem-na, porque a localização era privilegiada.

Vivia-se, nessa época, um clima de grande dinamismo e confiança.

\*

No dia 20 de Junho recebi o Prof. César Oliveira que estava a trabalhar numa História dos Municípios e do Poder local (1). Veio a publicá-la em 1996, mas, naquela ocasião, faltava-lhe tratar o século XX, desde 1910 até 1990 e precisava de um pequeno auxílio financeiro para encomendar algumas contribuições indispensáveis. Combinámos que apresentaria uma candidatura à JNICT, para esse efeito. Efetivamente, devo dizer que, com essa obra, prestou ao País um serviço inestimável. O grosso volume que dirigiu e coordenou traça um panorama exaustivo das instâncias locais em Portugal, desde os tempos medievais até à entrada na União Europeia. É de leitura obrigatória por todos aqueles que tiverem alguma coisa a ver com o Poder Local.

Mas falou-me também num estudo que queria promover sobre as causas do sub-desenvolvimento da Região do Centro. Era tema frequente nas nossas conversas. Fiquei surpreso quando ele me disse que um funcionário alemão da Administração Comunitária lhe tinha prometido apoiar financeiramente o dito trabalho. Este tipo de coisas é mais corrente do que deveria ser. Trata-se de decisões que competem ao Estado-membro, no âmbito da tão apregoada subsidiariedade; mas eles não resistem a dizer “eu financio...”. Nas rotações periódicas dos funcionários, em Bruxelas, ele mudou de secção e nunca mais o vi...

\*

Em 21 de Junho reuniu-se a Comissão de Concertação Social do Conselho Económico e Social. Tratava-se de um momento importante, porque o Governo atribuía muita importância à celebração de um acordo de concertação a médio-prazo. Por isso, a reunião era presidida pelo Primeiro-Ministro. Ele começou por se referir ao nosso Quadro Comunitário de Apoio que havia sido o primeiro a ser aprovado; os regulamentos respectivos estavam, nessa altura, quase todos publicados de modo que os diversos agentes que podiam beneficiar de fundos comunitários estavam em posição de saber como deveriam proceder. O Plano de Desenvolvimento Regional que havíamos preparado representava o instrumento privilegiado de desenvolvimento até ao fim de século; ele permitiria levar a cabo profundas transformações económicas e sociais que não poderiam ignorar o movimento de integração aprofundada que estava em curso, bem como os efeitos da globalização. Ao lado do PDR 1994/99 deveria vigorar um contrato de concertação social que o acompanhasse e completasse e no quadro do qual se poderia proceder a uma avaliação. Deveria, além disso, contribuir para a criação de um ambiente geral favorável que potenciase as oportunidades que o PDR oferecia.

Os objectivos gerais do novo contrato seriam: i) consolidar a economia; ii) estimular a competitividade das empresas; iii) promover a criação de emprego e iv) melhorar a qualidade de vida.

A nossa convicção era de que, através da Concertação Social os nossos problemas seriam mais facilmente superados e as dificuldades estruturais ultrapassadas.

Por isso ali estávamos a propor a celebração de um acordo nesse sentido. As estratégias dos diferentes grupos sociais poderiam ser compatibilizadas e conciliadas com outras de âmbito mais alargado.

O Acordo de Concertação Social que tínhamos em mente visava o desenvolvimento e o emprego. Para isso, não nos deveríamos confinar num horizonte anual, mas estendê-lo ao mesmo prazo do PDR: de 1994 a 1999, sendo-lhe paralelo. Nessa ocasião exibíamos um diferencial positivo na situação económica em relação à média comunitária; o nosso quadro macro-económico era estável e coerente; prosseguíamos com a redução da inflação num quadro de estabilidade cambial.

O acordo que propúnhamos poderia contemplar os sete domínios seguintes:

- 1) O desenvolvimento dos recursos humanos e a promoção do emprego;
- 2) A flexibilidade e a eficiência dos mercados de capitais e do trabalho; a captação e canalização das poupanças para o investimento produtivo; a atenuação da rigidez dos mercados europeus;
- 3) A eficiência da Administração Pública, melhorando a sua qualidade e reduzindo os seus custos; não deveriam subsistir diferenciais de eficiência, de qualidade e de dinâmica entre a Administração Pública e a Privada;
- 4) A concessão de incentivos ao desenvolvimento de estratégias empresariais competitivas nos sectores da agricultura, da indústria e do comércio, prestando atenção particular às PME por elas serem os maiores criadores de emprego;
- 5) O fomento de iniciativas de desenvolvimento local, tendo em vista conferir uma nova dimensão ao mercado interno; neste âmbito seria dada atenção às micro-empresas, às PME e às iniciativas locais de emprego.
- 6) A promoção da Segurança Social, por via do reforço dos valores sociais e da dimensão humanitária que faziam parte da nossa tradição; dever-se-ia procurar encontrar um novo paradigma para o estado de bem-estar social do futuro;
- 7) A definição de uma política de rendimentos compatível com a política de emprego e na qual fossem considerados os ganhos de produtividade.

Estávamos abertos a considerar outras áreas que a Comissão entendesse recomendar. Mas não podíamos querer acordar sobre tudo como forma de não acordar sobre nada. O acordo proposto só teria interesse se ficasse concluído, nos seus princípios e nas suas acções básicas e se pudesse já ter reflexos no Orçamento de Estado para 1995; de outro modo, teria de ficar adiado.

Era evidente que os signatários fariam o acompanhamento da execução do acordo. Mas, para este vir a ser útil, teríamos de o discutir e chegar a uma versão operacional nos dois meses e meio seguintes; queria dizer, até aos primeiros dias de Setembro, de modo a que os resultados fossem incorporados na proposta de OE 95. O Governo estava preparado para começar a trabalhar imediatamente; mas era evidente que não o faria sozinho; teria de o fazer com os parceiros sociais.

O primeiro a intervir foi o Dr. Pedro Ferraz da Costa, Presidente da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa). Tinham mostrado sempre interesse em manter um diálogo com vista à celebração de um acordo de médio-prazo. Algumas das matérias enunciadas deveriam ter sido discutidas aquando da preparação do PDR; nessa altura a discussão foi muito rápida e, por isso, entendia que ele não consubstanciava uma solução de reestruturação global da actividade económica. As verbas previstas no PDR para as empresas eram pequenas, comparadas com as necessidades que elas tinham. Em matéria de enunciado de princípios não via que pudesse haver grandes divergências; o pior era a sua passagem à prática. Concordava que deveria haver grandes mudanças nas nossas actividades produtivas; disse mesmo que 3/4 da nossa população activa tinha que ser reestruturada. A parte orientada para o investimento produtivo, no âmbito do PDR, era muito pequena; eram as condições financeiras para a reestruturação das nossas empresas que interessava discutir. Estavam empenhados em estudar a proposta que havia sido feita, no que respeitasse à legislação fiscal e laboral que lhe andava associada. De interesse manifesto era a questão das privatizações cujo programa estava atrasado, continuando a assistir-se à orientação de verbas enormes para as empresas públicas que se teimava em manter com esse estatuto. De qualquer forma, apoiava a ideia proposta e afirmava a vontade de a discutir.

O segundo interveniente foi o Dr. Vasco da Gama, presidente da CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal). Agradeceu a exposição clara e manifestou o seu acordo relativamente à celebração de um acordo de médio-prazo; ele representava um imperativo para serem alcançados os melhores resultados do PDR. A criação de emprego estava ligada à competitividade das empresas e às medidas fiscais e de flexibilidade laboral. Deveríamos dispor de quadros capazes; isso pressupunha a sua formação, selecção e mobilidade. O sector do Comércio

havia perdido, entre 1992/94, 63.000 postos de trabalho, por se estarem a verificar mudanças muito profundas no seu âmbito. O programa de apoio à modernização do Comércio teria de ser mais rentabilizado; afinal, tratava-se de pequenas verbas as que lhe estavam afectas.

A seguir falou o Prof. Rosado Fernandes, presidente da CAP (Confederação dos Agricultores Portugueses). O quadro que o Primeiro-Ministro havia traçado era bom, debaixo do ponto de vista nacional; mas as verbas do PDR poderiam ser “manteiga em focinho de cão”, se não fossem acompanhadas de um grande esforço de escolha, na sua afectação. Era preciso ter mais respeito pela propriedade privada; na zona da reforma agrária ainda não haviam sido pagas indemnizações há muito tempo devidas. No sector do leite, a quota (aliás insuficiente) de 400.000 toneladas ainda não havia sido distribuída; as quotas estavam nas mãos dos compradores; estava a verificar-se uma incapacidade do Ministério da Agricultura para disciplinar o sector. A burocracia continuava a imperar. Era preciso lutar contra a mentalidade instalada na Administração Pública e contra o sentimento de impunidade que nela grassava. Fez uma comparação com o que se passava em Itália, relativamente à operação “Mãos limpas”; disse que, para serem competitivos, os empresários portugueses corriam o risco de ter de ficar com elas “sujas”... Havia um controlo e uma fiscalização exagerados sobre os lavradores. Em relação ao PDR, não sabiam o que iria acontecer nos sectores da floresta, da vinha e da fruta. Não havia, em Portugal, quem fizesse análises sobre a fertilidade dos solos; tratava-se de um assunto urgentíssimo, porque, naquele momento, elas eram feitas nos Estados Unidos. Com os custos inerentes. Havia um instituto português que fazia algumas delas, mas os atrasos nas respostas retiravam qualquer interesse à sua colaboração. Deveria ser-se mais exigente em relação à contabilidade das empresas... A produtividade era importante, porque a ela estava ligada a possibilidade de pagar bem aos trabalhadores. O fundamental era alterar as mentalidades.

Interveio a seguir o Eng. João Proença, representante da UGT, manifestando disponibilidade para negociar. O emprego é que estava no centro das suas preocupações. A subida do desemprego tinha de ser atacada com determinação, porque o desemprego estava a ser muito caro para o País. O PDR deveria ter sido objecto de uma discussão muito mais prolongada. Seria em torno dele que se



deveria criar estabilidade. Mas teria de haver acompanhamento e avaliação da sua execução e proceder-se a eventuais ajustamentos com a participação dos parceiros sociais. O aumento das exportações não chegava para resolver o problema da nossa economia. Estava de acordo com os sete domínios apontados pelo Primeiro-Ministro como estruturantes da nossa discussão, mas achava que eles haviam sido formulados com muita generalidade. A educação e a formação eram, para a UGT, fundamentais; bem como as políticas activas de emprego, a flexibilidade dos mercados, a melhoria do emprego, a revisão da lei dos despedimentos e a protecção social. No domínio da flexibilidade do trabalho, havia que procurar mecanismos de adaptação com redução dos horários de trabalho e direito à formação profissional. Não deveriam ser criadas condições que favorecessem uma precarização do emprego. No campo da Administração Pública, impunha-se a melhoria da sua eficiência; havia sido recentemente proposta aos sindicatos a participação numa discussão a esse respeito; saudava esse facto. Em relação às Iniciativas de Desenvolvimento Local, sabiam que tinha sido proposto a Bruxelas um programa para as concretizar, mas gostariam de ter acesso ao documento e poder analisá-lo e, eventualmente, criticá-lo. Em relação à política de rendimentos, sabia não ter havido acordos de contratação colectiva em muitos domínios da Administração Pública; como entendia o Governo proceder a esse respeito? Estava de acordo em que deveríamos fazer crescer a ritmos maiores do que os observados na União Europeia, de modo a assegurarmos a convergência e termos mais elevadas taxas de crescimento económico. Pronunciava-se a favor da celebração do acordo proposto, mas também da instauração de mecanismos de acompanhamento e avaliação; ora isso implicava a fixação de metas quantificadas que o Governo deveria apresentar, sob forma escrita; de modo a que os parceiros pudessem apresentar contra-propostas.

O último a intervir, nesta primeira ronda, foi o Dr. Carvalho da Silva, da CGTP que começou por recomendar que não se fizesse um discurso generalista e de circunstância. Em relação à concertação social, ou havia um exercício permanente para retirar dividendos ou, não o promovendo, a acção de concertação não teria grande eficácia. No seu entender, a concertação estava reduzida a tentativas esporádicas sem grandes resultados consistentes. O envolvimento permanente

dos parceiros havia sido posto de lado, o que conduzia a uma desconfiança muito grande. Teria sido melhor que a discussão que, então, se encetava tivesse ocorrido durante a elaboração do PDR (Tinha havido numerosíssimas sessões de discussão...), envolvendo os parceiros sociais de forma descomplexada numa operação de análise à política económica. Gostava que lhes dissessem o que era manter um quadro económico estável e coerente. Como é que se iria actuar em relação às Iniciativas Locais de Emprego? Qual seria o envolvimento da Sociedade? Não deveria permanecer nenhuma confusão em relação às consequências políticas imediatas da aplicação desse novo instrumento. Estava instalado, na Sociedade Portuguesa, um clima de desconfiança; o caso do verão anterior relativo às portagens da ponte era sintomático. Impunha-se criar credibilidade; estávamos à porta das férias, um período durante o qual havia menor intervenção dos trabalhadores. Seria este o tempo adequado para fazer a discussão? (Eu não gostaria de me alongar em comentários relativamente a esta última intervenção, mas não posso deixar de registar que nunca ouvi por parte dos representantes da CGTP uma intervenção construtiva. Sempre foram “retorcidas”...).

O Primeiro-Ministro concluiu que não tinha havido desacordo em relação aos sete pontos propostos. Acrescentou estarmos em posição mais tranquila depois do fecho das negociações do GATT (Organização Mundial do Comércio) que havia permitido adquirir maior estabilidade na definição da política económica. O PDR já estava em execução e, antes do verão, estariam publicados e em vigor todos os Programas Operacionais. O Acordo que se propunha respeitava a um plano que iria durar seis anos; nenhum plano com este horizonte temporal poderia ser imutável. Por isso o acompanhamento e a avaliação, que haviam sido sugeridos, eram naturais e faziam parte das práticas seguidas. Admitia que, em termos operacionais, fosse conveniente considerar aquele prazo dividido em dois sub-períodos de três anos. Relembrou que, ao lado do PDR, estava também em vigor um Programa de Convergência com o qual aquele se deveria articular. Também prosseguia a nossa luta contra a inflação; nem haveria a criação de emprego em ambiente de inflação elevada; nem reformas estruturais. Também manifestou que gostaria de receber propostas dos parceiros em relação ao acordo cujas bases lhes haviam sido sugeridas. Se o tivéssemos feito através de um documento escrito, isso tal-

vez pudesse inibir uma discussão distendida e era esta que nós apreciaríamos. Poderíamos abordar as coisas por capítulos. Talvez fosse interessante começar pela discussão de um domínio que abordasse o seguinte: os recursos humanos, formação e emprego; a flexibilidade dos mercados de capitais e do trabalho e a competitividade; as iniciativas locais de emprego e a administração pública.

O Presidente da CIP reiterou a sua disponibilidade para começar imediatamente o trabalho. O que mais o preocupava era a experiência dos nossos serviços (ou a sua falta...). No sistema educativo não havia qualquer controlo, quando se deveria ser exigente na avaliação dos alunos e, também, dos professores. Ter-se-ia de tratar, simultaneamente, da flexibilidade dos mercados e da administração pública. O presidente da CCP estava disponível para discutir o acordo, mas achava que havia pouco tempo para tratar de sete tópicos. Todavia, era indispensável que houvesse um acordo; nele deveria ser dada muita ênfase aos incentivos ao desenvolvimento das estratégias empresariais.

O Presidente da CAP elaborou sobre a desconfiança instalada nos Cidadãos em relação aos poderes públicos e também no sentido contrário. O mau funcionamento da Administração Pública tinha a ver com a imensa ignorância dos funcionários públicos, inseguros acerca das funções que desempenhavam. A Sociedade não estava realmente empenhada na modernização do país; em Portugal havia uma recusa sistemática da modernidade, porque esta implicava responsabilidade e isso exigia esforço. Mas estavam dispostos a colaborar.

O Secretário-geral da UGT afirmou a sua disponibilidade para fazer uma avaliação sobre a representatividade das organizações: associações empresariais e centrais sindicais. A Educação era, seguramente, a questão mais séria que tínhamos para tratar. Mas não se afligia que houvesse muitas matérias sobre as quais se tinha de discutir; preocupava-o, antes, se deixássemos de fora qualquer coisa de importante. Gostaria de fazer a discussão sobre documentos escritos. A eficiência da administração pública preocupava-o em geral, mas, especialmente, a administração fiscal e a administração da segurança social.

O Secretário-geral da CGTP aceitava o desafio, mas queria o envolvimento dos trabalhadores na discussão (Ele sabia de que forma, porque era o responsável máximo pela sua organização ... Ou, então, tratava-se simplesmente de

uma afirmação demagógica...). Tinha que se reforçar o papel da negociação e da participação a todos os níveis. O Conselho Económico e Social já deveria ter reunido sobre esta matéria, mas havia alguns pontos que reclamavam o envolvimento com outros parceiros do próprio CES. Queria que fosse dado um grande enfoque às questões da educação e da formação, com maior participação dos professores e dos alunos; a Educação constituía um dos domínios em que o nosso atraso era mais evidente. Todavia, o Governo deveria começar por apresentar as suas posições por escrito e assumir o papel de dinamizador. Era imprescindível dispor de uma versão do quadro-geral e das inter-relações entre os domínios mais importantes e suas interdependências.

O Primeiro-Ministro agradeceu a receptividade expressa por todos e disse que iria elaborar uma proposta de acordo com os parceiros do CES. A exposição que tinha feito não era assim tão geral; já enunciava os temas com algum pormenor. Mas ficou combinado que, na semana seguinte, seriam abordados os seguintes temas: a) emprego e recursos humanos; b) flexibilidade dos mercados e c) administração. Na outra a seguir: d) incentivos ao desenvolvimento de estratégias empresariais competitivas e e) iniciativas locais de emprego e iniciativas de desenvolvimento local. Nas seguintes tratar-se-ia da f) segurança social e g) dos rendimentos. O Governo faria exposições iniciais que seriam discutidas a seguir até haver aproximação das posições. Mas nada estaria fechado até tudo estar discutido; nada estaria acordado até tudo estar acordado (Esta era uma prática muito corrente nas reuniões dos chefes de Governo ou dos ministros em Bruxelas). Foram referidos os ministros que ficariam responsáveis pela condução de cada tema. O Governo forneceria documentos enquadreadores para cada um deles.

\*

O Instituto Nacional de Estatística dispunha de cinco unidades regionais, todas elas chefiadas por professores de Estatística de méritos reconhecidos. O seu presidente deu-me testemunho do bom funcionamento da estrutura.

Em 23 de Junho tive a informação de que o projecto de remodelação das instalações do Instituto Português de Cartografia e Cadastro estava pronto. Vieram

solicitar a minha intervenção para garantir que a Direcção-geral de Edifícios e Monumentos Nacionais não demorasse muito a lançar o concurso para construção. Sempre me impacientou muito esta necessidade de haver um empenho pessoal do ministro para estas coisas acontecerem. Nunca apurei se se tratava de negligência habitual ou de espera para que o ministro mostrasse o seu interesse, aliás, imediatamente correspondido.

\*

No fim-de-semana de 25/26 de Junho tinha tido lugar na ponte 25 de Abril o chamado “buziãõ”. Era preciso entender o que se estava a passar e por que tinha havido uma expressãõ tão manifesta de insatisfação. Era evidente que tudo era “política” e que se haviam conjugado várias forças para dar dimensão ao protesto; entre as quais a comunicação social que ampliava, com alarido, tudo quanto se tinha passado. O facto era que a oposição havia aproveitado muito bem a ocasião. Estávamos, claramente, a entrar numa nova fase da vida política nacional. Já estávamos no Governo há nove anos e a impaciência nas hostes adversárias era grande. Tinha havido eleições autárquicas e a hecatombe anunciada pela Oposição não se havia confirmado. O congresso “Portugal e o Futuro”, promovido e animado pelo Dr. Mário Soares, a partir da Presidência da República, também havia falhado. A segunda hecatombe anunciada e ligada às eleições europeias também não se havia concretizado, sendo até o fracasso mais expressivo do que a Oposição esperava. Era preciso recorrer a outros instrumentos de desgaste do Governo, porque a via eleitoral não se tinha mostrado como adequada para o fazer. E a Oposição continuava sem perspectivas de chegada ao poder o que a impacientava enormemente. A Comunicação Social ampliava sempre a insatisfação e impaciência. Nós estávamos atentos às várias hipóteses em que poderia saltar uma faúlha: uma escola, um hospital, uma prisão, uma lixeira...havia inúmeros focos potenciais para exprimir o descontentamento, exteriorizar uma contestação popular e, desse modo, desgastar o Governo. O pretexto foi a elevação dos preços das portagens! Era evidente que tinha havido numerosas concertações prévias: entre a Oposição e os manifestantes e, especialmente entre a Oposição e a Comunicação Social que estava de sobre-aviso em relação a tudo quanto iria acontecer. Para

resultar tão bem, os acontecimentos haviam sido cuidadosamente preparados e, mesmo, coordenados. Nesta matéria não há espontaneidades; só a organização disciplinada resulta.

A resposta a uma destas provocações ou tem sucesso nas primeiras horas ou leva muito tempo a resolver-se. No fundo tratava-se de repor a legalidade democrática. As manifestações de descontentamento por parte dos Cidadãos são normais e devem ser muito escutadas e compreendidas nas suas causas. Mas quando assumem uma escala e traduzem um propósito como era evidente naquele caso, a resposta tinha de ser rápida e clarificadora, como sucedeu naquele caso. Devemos estar sempre preparados para atalhar a tempo, dentro das normas de um Estado democrático. Todos nós, no Governo, ainda não nos havíamos esquecido dos métodos utilizados em 1974 e 1975, quando se tratava de impor a vontade de uma facção.

Os descontentamentos existiam num ou noutro sector que havia perdido privilégios ou que não tinha conseguido obter vencimento para as suas próprias aspirações. O mais inquieto era o da Comunicação Social, onde a guerra pelas audiências se mostrava feroz!... As remunerações ainda não se haviam degradado tanto como veio a suceder uns anos depois, mas a verdade era que a concorrência interna não olhava a meios. Deveríamos estar preparados para auscultar qualquer potencial sintoma de desagrado, porque um deles poderia transformar-se em labareda.

Nessas manobras de instabilização o PCP continuava a ser o “mestre”. Enviava todos os dias uma “folhinha” com notícias susceptíveis de aproveitamento a que as rádios costumavam dar muita atenção (Lembrei-me dos tempos em que surpreendi, em 1975, numa aula a que cheguei mais cedo e com a sala vazia, uma série de panfletos espalhados pelas mesas a esclarecer o que o “bom-filiado” deveria pensar acerca da crise de produção na bacia leiteira do Ave...).

Em suma, deveríamos todos estar preparados contra a criação e potenciação de acontecimentos delicados no que se refere ao aproveitamento pelas forças políticas da Oposição ou mesmo de sectores ou de pequenos grupos com capacidade para organizar manifestações de protesto. E isso poderia suceder no âmbito de qualquer ministério ou com envolvimento geral.

Sucedia que também se aproximava do fim o tempo político do Dr. Mário Soares como Presidente da República e ele não sabia que oportunidades se lhe abriam

para actuar no futuro. E sucedia, ainda, que o ambiente internacional e europeu era de críspação e de irritação generalizadas; tudo isso chegava a casa de cada um, todas as noites, pelo telejornal...

Deveríamos estar preparados para uma escalada na Oposição política que à falta de se fazer no Parlamento estava a ensaiar uns passos na rua. Convinha que pensássemos em alguns temas em que nos fosse mais fácil aguentar o confronto e confiná-lo entre as paredes do Parlamento (Uma revisão constitucional? Um novo estatuto para a polícia? O sindicalismo?). Teria de se tratar de um tema visível e susceptível de se manter em discussão limitada. E que nós tivéssemos capacidade de comandar.

Mas antecipámos que a luta política a seguir às férias iria ser duríssima. A Oposição só dispunha de um ano para derrubar o Governo por via democrática; para isso era necessário estimular muito o descontentamento, aproveitando todos os motivos possíveis para o fazer. Contavam com a cumplicidade da comunicação social; o número de profissionais da imprensa, em Portugal, havia triplicado em cinco anos; não era fácil arranjar trabalho para todos; por isso eles aderiam facilmente a qualquer campanha de protesto.

Avizinhavam-se tempos difíceis!

O debate sobre o estado da Nação que iria ter lugar na tarde do dia 6 de Julho seria a ocasião para o primeiro grande confronto parlamentar. Era indispensável que estivéssemos todos em S. Bento.

\*

No Conselho dos Assuntos Gerais, em Bruxelas discutiam-se os acordos a celebrar com a Ucrânia e com a Rússia.

Havia directivas sobre a protecção de dados pessoais e sobre metais preciosos que estavam em preparação.

Em fins de Junho de 1994 Portugal era o segundo em matéria de transposição de directivas comunitárias. Embora alguns troçassem do “bom aluno” (Em Portugal troça-se sempre dos bons alunos e acha-se imensa graça aos cábulas... Isso tem as suas consequências quanto ao funcionamento da Sociedade...), o conforto dessa posição assegurava-nos alguma protecção em relação às sanções pecuniárias previstas em caso de atraso.

As iniciativas comunitárias estavam prestes a ser apreciadas. Tínhamos a informação de que seriam aprovadas em 6 de Julho. Já estavam preparadas numerosas candidaturas portuguesas.

Em 15 de Julho estava previsto que fosse aprovada uma nova directiva sobre frutas e produtos hortícolas que muito nos interessava, porque tínhamos em vista a produção e exportação de muitos desses produtos em algumas zonas onde estava a ter lugar uma reconversão das suas produções.

Havia sido distribuído um documento com o enunciado das prioridades da presidência alemã que iria começar dentro em pouco, as quais eram as seguintes: o ambiente; o Leste Europeu; o Mediterrâneo; um exercício disciplinador da política orçamental; a imigração, a droga e o controlo das fronteiras; e a presidência do Espaço Schengen.

No último Conselho Europeu da presidência grega que tinha tido lugar em Corfú, todos os pontos levantados por Portugal haviam sido acolhidos: Maghreb, Mediterrâneo, Mercosul e redes transeuropeias.

O programa português para o sector da energia havia sido aprovado; seguir-se-ia a elaboração dos regulamentos para os programas operacionais previstos poderem avançar.

No sector da Agricultura as coisas nunca eram fiáveis; não havia sido possível chegar a acordo quanto aos preços dos produtos agrícolas. Mas no que já estava negociado, nada nos era prejudicial.

As redes transeuropeias, tanto de transportes como de energia, continuavam a ser discutidas. Ainda seriam precisos muitos anos para se verem aprovadas!...

O Vice-presidente Bangemann havia prometido a liberalização antecipada das telecomunicações.

A nossa iniciativa sobre as Iniciativas de Desenvolvimento Local tinha merecido aprovação. Eu deveria preparar uma nota, em conjunto com os meus Colegas da Indústria, do Comércio e do Emprego para o Ministro dos Negócios Estrangeiros entregar, na primeira oportunidade, ao Presidente Delors. Assistia-se, na Administração Comunitária, a uma pequena guerra de “capelas”; havia várias Direcções-gerais a querer agarrar a iniciativa portuguesa...



A presidência alemã ia confrontar-se com eleições internas em Outubro. Era inevitável que se mostrasse muito activa a nível comunitário, para tirar disso proveitos domésticos...

Em Corfú já havia começado a discussão sobre quem seria o sucessor do Presidente Jacques Delors. Estava-se ainda muito longe de chegar a um acordo.

\*

No dia 30 de Junho soube que iria cessar a cooperação bi-lateral com a Alemanha, no que respeitava à utilização da Base de Beja como infra-estrutura aeronáutica. Ainda não se sabia o que se haveria de fazer com ela.

Havia, por outro lado, a pretensão de usufruir de certas facilidades na Região Autónoma dos Açores.

A Grécia queria aderir à União da Europa Ocidental. A situação não era líquida, dado que poderia surgir qualquer atrito com a antiga república jugoslava da Macedónia, cuja independência era contestada pela República Helénica que a designava simplesmente como Skopje, o nome da sua cidade capital. Tinha aspirações à sua anexação. Macedónia era a sua, desde tempos anteriores a Alexandre Magno e com capital em Salónica. Aliás, quando se chega ao aeroporto desta cidade, o que se vê, em letras garrafais é MACEDÓNIA! Ninguém fica com dúvidas...

Nessa ocasião estava em estudo a cooperação de Portugal com o Reino de Marrocos em matéria de Defesa. Isso deixava os Espanhóis sempre intranquilos; eles queriam ter o exclusivo dessa área de cooperação

\*

Em 8 de Julho retomámos os trabalhos do Conselho Económico e Social com vista à celebração do acordo de concertação a médio-prazo. Entretanto, foram enviados os prometidos documentos enquadradores da discussão. Nessa reunião estivemos presentes, além de mim, os meus Colegas da Agricultura, do Comércio e da Indústria. Competiu-me a moderação do encontro.

Todos haviam recebido os papéis enviados e era sobre eles que se deveriam pronunciar. Começou o Secretário-geral da UGT. Os documentos respeitantes ao sector da Agricultura eram muito genéricos. A sua organização queria, genuina-

mente, participar, mas não estavam especificados no documento os objectivos concretos em matéria de criação de emprego; falava-se muito na formação profissional, porém, não se relacionava a mesma com o emprego, nem se indicavam números para este. A comercialização parecia-lhe bem abordada. Achava que em Portugal se estava a destruir a agricultura, porque se comercializava, especialmente, bens agrícolas importados. Também deveríamos discutir as regras comunitárias ligadas com a comercialização. Era necessário analisar o que é que o Governo propunha quanto à evolução do rendimento dos agricultores. Achava que deveria haver normas novas no domínio da gestão da formação profissional e, como já tinha dito anteriormente, os parceiros sociais deveriam intervir nessa gestão. A UGT também pretendia participar na gestão do programa-quadro.

A CGTP reiterou a sua vontade de participar. Entendia que o documento fornecido era demasiadamente genérico. Queriam mais esclarecimentos em relação aos meios que iriam ser investidos. Achavam que as Autarquias Locais deveriam intervir mais em relação à concretização do novo QCA. O PDR havia sido aprovado, mas eles queriam introduzir mais algumas acções; que margem existia para o fazer, nomeadamente em matéria de Agricultura? Tinham sido investidos recursos substanciais na Agricultura Portuguesa; mas a desertificação do País continuava a aumentar; por isso recomendava que fosse realizada uma avaliação exaustiva à aplicação que havia sido feita desses dinheiros. Os subsídios deveriam ser dados às empresas e em áreas estratégicas: a comercialização; os recursos humanos; o sector agro-alimentar...

A CCP recomendou uma atenção especial à interface entre a agricultura e o comércio. Quanto à evolução do comércio, seguramente que assistiríamos em breve a uma reformulação radical do modo como ele se processava. No seu entender iria haver três ou quatro grandes organizações portuguesas (não especificou quais) que iriam deixar de operar a nível nacional para o fazer enquadrados em grandes grupos norte-americanos (isso não veio a acontecer...). Deveria dar-se apoio à formação de centrais de compras, porque o valor agregado destas era muito elevado, alcançando números da ordem dos 50.000 milhões de contos de compras (isto parecia-me ser um exagero...). A dimensão do fosso que nos separava dos países desenvolvidos iria tornar-se particularmente expressiva no sector do comércio.

A CAP queria mais informação para os seus quadros e consultores. Também recomendava maior controlo em relação ao IVA, vendo quem estava a pagar e quem não estava. Queria maior inspecção dos chamados mercados de origem que estavam a receber grandes quantidades de produtos importados; chamou a atenção para a mudança de embalagens de produtos de fora que se pretendia fazer passar por produtos nacionais. O tratamento de verbas orientadas para os agrupamentos de produtores teria de levar uma grande volta. Conviria dar maior atenção à promoção de produtos das regiões demarcadas.

A CIP manifestou vontade de integrar os grupos de trabalho que se viessem a formar para tratar de questões relacionadas com a agricultura; isso porque o sector havia absorvido muitos fundos, aparentemente com pequenos resultados. Ora, o sector primário era muito importante para o País; deveria, por isso, ser acompanhado de perto.

O meu Colega do Comércio disse que esta área deveria ser aquela em que se estava a verificar maior modernização no País, mas que se via ser desequilibrada. O Comércio havia-se tornado um dos sectores mais determinantes na promoção do desenvolvimento económico. O comércio tradicional mantinha-se como instrumental para a modernização, no que respeitava aos serviços prestados aos consumidores e aos Cidadãos; por isso, não poderia haver um clima conflitual nas relações entre os comerciantes e os consumidores. A revolução que se estava a processar no Comércio era semelhante àquela que se passara há umas décadas atrás na Indústria; seria igualmente profunda. Ora acontecia que as empresas do comércio tradicional eram pequenas e com capitais próprios extremamente exíguos; era preciso reduzir custos, nomeadamente no campo do aprovisionamento. Mas a sobrevivência das unidades muito pequenas punha problemas sérios. Por outro lado, deveria velar-se pela eficácia do factor trabalho; a burocracia era pesada no sector comercial. O PROCOM (Programa de Apoio à Modernização do Comércio) tinha sub-programas orientados para apoiar a modernização das PME do sector do comércio, procurando melhorar a sua competitividade. Eles visavam: a gestão, as tecnologias, a organização empresarial, o marketing, a criação de novos serviços e a especialização. Atendia-se, assim, a muitas dimensões do problema. Dever-se-ia, contudo, distinguir o que era a modernização não sustentada

da modernização com produtividade e competitividade. Nós apoiaríamos, preferencialmente, os projectos integrados que olhassem para as empresas, desde o aprovisionamento até aos serviços pós-venda. Havia, para toda a cadeia, formas variadas de apoio. Mas, parecia-nos que fulcral era a qualificação do factor trabalho. Recomendámos que fossem procuradas as parcerias, por um lado, com os sectores agrícola e industrial e, pelo outro, com o consumidor. Era evidente que teríamos de distinguir as medidas de curto-prazo das de médio-prazo. Já se estava a assistir ao aparecimento de novas formas de distribuição que iram ser mais eficazes do que as grandes superfícies, como eram os casos das vendas pela “internet” e por catálogo e as lojas de conveniência. Estava também em apreciação a questão dos horários e dos dias de funcionamento. O arrendamento comercial e as suas implicações também estavam a ter a devida atenção.

O representante da CCP manifestou-se a favor da realização de estudos de mercado por consultores competentes. A formação dos empregados e a sua requalificação eram essenciais; deveria ser facilitada a substituição de quem não se revelava susceptível de requalificação. Sem gente qualificada seria muito difícil a reconversão. Havia, ainda, que assegurar celeridade ao funcionamento da Justiça. Um segundo representante da CCP recomendou que se apoiasse a formação de cooperativas de retalhistas (Eu não acreditava nesta recomendação; tinha acompanhado de perto a evolução das cooperativas de distribuição...). Nós estávamos demasiadamente avançados no que respeitava à nossa quota de mercado nos hipermercados; ela era de 50%, quando em França atingia os 40% e em toda a Europa (incluindo os países de Leste) era de 20%. Isso impunha grandes distorções. O Secretário-geral da CGTP disse que o PROCOM não tinha nenhuma componente do FSE para apoiar a formação dos recursos humanos e que isso seria muito importante.

O Ministro da Indústria chamou a atenção para o processo de globalização que estava em curso e que conduziria, seguramente, a muitas deslocalizações cujo controlo nos ultrapassava. Eram os factores tradicionais de competitividade que estavam em causa. Deveríamos começar por procurar gerar um ambiente económico doméstico saudável como enquadramento do que viéssemos a fazer. E, nesse quadro, definir estratégias empresariais competitivas. Fundamental era dispor

de recursos humanos mais evoluídos do que os outros. Já tínhamos sistemas de incentivos específicos para as PME; deveríamos continuar com eles. Não havia sectores industriais vencedores e sectores vencidos; o que havia era empresas competitivas e outras que o não eram. A política industrial tinha de ser horizontal e não vertical, tratando de cada sector. Finalizou com um exemplo: um país desenvolvido não exporta rochas; exporta rochas ornamentais, com o maior valor acrescentado possível.

Eu fiz a minha apresentação do texto que tinha ficado à minha responsabilidade: o das Iniciativas Locais de Emprego.

A UGT queria maiores pormenores em relação aos dinheiros que seriam orientados para o programa, nomeadamente em matéria de formação profissional; afinal, estava-se a tratar da formação para o século XXI! Deveria haver um mínimo de perspectivas sobre as profissões a apoiar, de modo a poder fazer-se uma “gestão previsional” das profissões.

A CGTP não tinha “rigorosamente” (sic) nada contra o documento, mas agradecia que eu explicasse melhor o que ele tinha de inovador em relação aos programas que já existiam; por outro lado, achava necessário fazer o balanço das ILE e de programas semelhantes com vista a melhorá-las. Preocupava-o a desertificação do interior e queria que eu explicitasse em que medida é que o novo programa contribuiria para fixar as populações.

A CIP disse que se tratava de uma solução a explorar; as ILE daquela ocasião já não seriam, seguramente, as de há cinco anos antes.

A CCP achava que o documento era interessante, mas queria saber quais seriam as perspectivas temporais para o seu implemento.

A CAP, que invocou a sua ligação directa com o mundo rural, tinha algumas dúvidas relativamente às possibilidades de criação de emprego do turismo rural e do turismo de habitação, uma vez que ambos apresentavam níveis de utilização muito fracos. Em relação ao programa LEADER queria que houvesse uma participação maior dos respectivos agentes na definição das suas linhas gerais; achava que já havia experiência suficiente para o avaliar.

Como se pode ver pelo teor das intervenções estavam todos empenhados em chegarmos a soluções praticáveis.

\*

No dia 11 de Julho fui ao plenário do Conselho Económico e Social para expor o conteúdo do Segundo Quadro Comunitário de Apoio. A Sessão começou com a minha exposição referindo as linhas gerais do que havia sido acordado com a Comissão Europeia.

O primeiro a intervir foi o Secretário-geral da CGTP que fez reflexões várias sobre o cenário macro-económico que estávamos a viver e sobre o esquema de acompanhamento e controlo do QCA. Para a sua organização a prioridade ia para a criação de emprego, a diminuição dos desequilíbrios regionais e a distribuição mais justa do rendimento; preconizava maior participação dos parceiros sociais. Tínhamos que dar grande atenção à progressiva modernização tecnológica das empresas. Não aceitavam o que designavam como a posição executiva do Governo na centralização dos projectos; ainda a poderiam admitir em relação aos grandes projectos; mas, no que respeitava às pequenas iniciativas, tinha que haver muito maior descentralização, nomeadamente em relação às iniciativas locais de emprego (ILE). Deveria haver uma alteração profunda no sentido da descentralização, da regionalização e do envolvimento das Autarquias locais e das associações empresariais e sindicais. O controlo e o acompanhamento não poderiam ver-se “afunilados” por via de um acordo de concertação. Era importante assegurar transparência e eficácia a todo o processo de implemento do Quadro. Seria bom fazer uma avaliação “ex-post” do Primeiro QCA, porque era certo que nem tudo deveria ter corrido bem; essa avaliação conduziria à eliminação dos desvios que tivessem, eventualmente, ocorrido. O acompanhamento do Quadro deveria ser feito a nível regional e com um peso maior das associações.

O Secretário-geral da UGT, o Eng. João Proença, constatou que o QCA iria consagrar, praticamente, a totalidade do investimento público e, também, muito do privado. Temia que houvesse atrasos na transferência de fundos. Lamentou que o CES não estivesse mais profundamente envolvido no processo de decisão. O Plano de Desenvolvimento Regional não poderia ser considerado como um instrumento acabado; tinha de ser possível proceder a ajustamentos ao longo da sua concretização. Estava com preocupações em relação à grande governamentalização de todo o processo; o grau de participação das associações sindicais não era

suficiente. Seria bom que as comissões de acompanhamento ouvissem as comissões consultivas. O CES teria de ser exigente em matéria dos relatórios produzidos; não se devia dar 8 ou 15 dias para elaborar um parecer; o acompanhamento tinha de ser permanente. O Governo deveria solicitar ao Comité de Desenvolvimento Regional a elaboração de uma proposta acerca desse acompanhamento permanente. Solicitou informações sobre o trabalho do Observatório e das auditorias que, sabia, terem sido realizadas.

O Padre José Martins Maia, da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, queria ter um maior acesso à informação. O “comboio” estava em andamento e ele não conseguia apanhá-lo. Era necessária a abertura de linhas de crédito bonificado para o sector social.

O Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel queria uma antecipação da execução das obras, de modo a criar emprego; e insistiu na urgência da construção do empreendimento do Alqueva.

O Eng. Nogueira Simões representava a CIP. Queria mais informação, mas estava de acordo com as prioridades definidas, nomeadamente no relativo à formação dos recursos humanos. Considerava que a informação, no nosso País, era sistematicamente, deficiente; ela deveria ser sempre antecipada para se poderem programar as obras; porém, a divulgação não estava a ser suficientemente ampla.

O Presidente da Câmara Municipal de Ovar precisava de mais informação sobre o PEDIP. Os critérios de comparticipação para os empreendimentos de um determinado programa destinado às Autarquias não deviam assentar no FEF, mas noutra que fosse mais justa. As limitações relacionadas com a obrigatoriedade de ter um PDM, homologado, eram muito inconvenientes.

O Padre Victor Melícias, da União das Misericórdias, recomendou a antecipação dos fundos comunitários; a grande prioridade era a luta contra o desemprego e isso reclamava investimentos. Donde a importância da antecipação.

O Eng. João Machado representava a CAP. Disse que os programas da Indústria e do Comércio eram do conhecimento público, mas que os da Agricultura ainda não haviam chegado ao seu conhecimento. Nas contas deles não iria haver duplicação de fundos para a Agricultura (Essa duplicação era global, mas todos gostavam de ver se, no seu programa ou na sua região, também se multiplicava o montante por dois...).

Como se pode ver por este resumo, não era com estas achegas que eu iria melhorar muito o novo QCA, apesar de haver a possibilidade de fazer ajustamentos se eles fossem devidamente justificados. Em meu entender isso acontecia porque os papéis eram entregues, à última hora, ao representante escalado para ir à reunião. Enquanto as entidades representadas não dispuserem de gabinetes de estudo que analisem toda a informação disponibilizada e a articulem com outra de outras fontes, preparando “speaking notes” ou guiões para as intervenções dos seus representantes, avançar-se-á pouco. Dizem-me que agora (2017) há uma ou outra dessas organizações que já está guarnecida com “staffs” técnicos que estudam os processos e as políticas, fazendo recomendações fundamentadas. É esse o caminho! De outro modo, continuará a imperar o improvisado, com as consequências que sabemos.

\*

Os montantes a afectar ao Orçamento de Estado e ao PIDDAC eram sempre definidos antes de partirmos para férias. Em 1994 foram-no no dia 14 de Julho. Ocasão que o Ministro das Finanças aproveitou para comunicar aos Colegas outras notícias relacionadas com a “dieta” que propunha. As verbas relativas à dotação provisional já haviam sido comunicadas a todos os Ministérios e não havia nem mais um tostão para ninguém! A dotação global do PIDDAC seria de 357,2 milhões de contos o que representava um crescimento de 10% relativamente a 1993. As transferências para as Autarquias Locais montariam a 212,9 milhões de contos crescendo, assim, 8,3%.

Havia sinais claros da consolidação orçamental o que era um indicador da credibilidade da política orçamental do Governo; mas não se poderia pedir mais esforços à política monetária para a consolidação da política económica. O ano de 1993 havia representado um ponto de descontinuidade no esforço que vínhamos fazendo; a despesa tinha crescido 7% e as receitas diminuído. Para 1994, tudo apontava que viéssemos a ter um défice da ordem de 6,8% do PIB, o que era muito! Estávamos a fazer melhor no lado das receitas do que no das despesas; pedia a todos um esforço suplementar. Preocupava-o muito o orçamento da Segurança Social; a despesa continuava a subir e não se via que a receita acompanhasse.



A máquina fiscal estava a revelar eficiência no domínio da luta contra a evasão e fraude fiscais. As despesas tinham de crescer em proporção com o PIB nominal. Iríamos reduzir o imposto de selo mas, para 1995, não poderíamos contar com nenhuma redução dos juros da dívida pública. O quadro macro-económico estava a revelar-se favorável à retoma. Mas impunha-se a continuação do esforço para reduzir as despesas correntes, de modo a manter o peso das despesas de investimento. Interessava manter o valor do ratio Impostos/PIB de modo a não aumentar a pressão fiscal sobre as empresas e sobre a Sociedade em geral.

A mim preocupava-me sempre o valor do FEF e, de uma maneira geral, as receitas das Autarquias Locais. Estava-se a assistir a uma melhoria do funcionamento da máquina fiscal encarregada da cobrança do IVA. Se esta não aumentasse não se poderia pensar em crescimento. Por outro lado, só a transferência de competências para as Autarquias é que asseguraria que as suas receitas aumentassem. Fiquei a saber que teria de desenvolver uma grande argumentação...

\*

Os assuntos comunitários gerais iam seguindo. Admitia-se a hipótese da realização de uma conferência inter-governamental em 1996. E, por insistência dos países do sul, recomendava-se o reforço da cooperação com os países da margem sul do Mediterrâneo; aliás, iria haver uma conferência sobre o tema, durante a presidência francesa. Começava-se a insistir, então, na desregulamentação para contrariar o excesso de regulamentação em que vivíamos mergulhados.

Havia uma iniciativa comunitária nova chamada PESCA. Não dispunha de muitos recursos e, por isso, fomos obrigados a escolher somente dois pequenos portos pesqueiros para os aplicar: Peniche e Olhão; no caso do primeiro as coisas arrancaram bem; no segundo, nem por isso.

As associações empresariais do sector têxtil estavam a responder à iniciativa comunitária para o sector.

O chamado “pacote de preços” para a agricultura havia sido aprovado antes de férias, o que dava alguma tranquilidade ao sector (especialmente em França) e isso era bom...

Tinha-se realizado, já em Julho, a primeira reunião do Observatório da Droga. Começava-se, nessa ocasião, a falar em racismo e xenofobia e a Comissão queria pôr esses temas na agenda. Incumbia-nos designar uma personalidade conhecedora do tema que representasse Portugal.

O POSEIMA (Regiões Autónomas) fornecia verbas segundo procedimentos próprios e especiais. Era interesse nosso que eles não fossem incluídos na programação geral; desse modo, além de mais meios haveria um tratamento mais favorável dos projectos respectivos.

\*

No âmbito da concertação social, recebi no dia 2 de Agosto o Presidente da CIP que vinha acompanhado do Eng. Nogueira Simões, um homem de grande prestígio no sector das obras públicas e no movimento associativo; de bom conselho, eu estimava que ele estivesse presente porque analisava as questões com serenidade e lucidez. Morreu cedo com uma doença do foro oncológico de evolução fulminante; fez muita falta.

O Presidente começou por criticar o Plano de Desenvolvimento Regional que, segundo ele, tinha poucos meios reservados para a parte produtiva. Achava que a Indústria “até nem estava mal tratada”, mas, na Agricultura, os apoios eram insuficientes. Entendia que as obras públicas levavam dinheiro a mais. A parte do I&D no sector primário era exígua. Tinham ido visitar as obras ao TAGUSPARK e criticavam os acabamentos que achavam “luxuosos”, correspondendo a um desperdício evitável. Não acreditavam no papel dos polos tecnológicos; o índice de produção industrial continuava a descer o que os levava a recomendarem mais apoios ao investimento produtivo. Estávamos a manter custos elevados de ligação à rede para abastecimento de energia o que prejudicava as empresas; o regime de tarifas praticado estava a fomentar o consumo do pior “fuel” que havia no mercado e que era o mais poluente em termos de SO<sub>2</sub>. Os prejuízos que se observavam na CP decorriam do peso enorme da sua estrutura; não se estava a fazer o suficiente para a reduzir; achavam que o serviço dos comboios pendulares entre Setúbal ou Faro e Braga não se justificava. Recomendavam-me que introduzisse regras muito mais exigentes no domínio da selecção dos projectos a apoiar; os domínios de interliga-

ção entre sectores diferentes deveriam merecer maior atenção. Recomendavam, também, que se pusesse os empresários a produzir o que deviam (Eu não achava que essa fosse a função do Governo...); no sector agro-alimentar e no fornecimento de equipamentos estavam a observar-se grandes quedas. Tinha que se insistir mais na “paletização” das cargas transportadas. A sociedade civil organizava-se mais facilmente numa óptica defensiva do que numa perspectiva ofensiva... e, todavia, era esta que interessava mais! A redução dos custos de transporte estava a operar-se a um ritmo demasiado lento e sem repercussões visíveis no dinamismo da actividade económica. O peso das actividades públicas e para-públicas na Sociedade Portuguesa era maior do que o desejável; deveria fazer-se o possível para fomentar o peso das actividades privadas. Temiam que as tarifas do gás natural, quando a rede estivesse concluída, não fossem suficientemente atraentes para estimular uma mudança para a nova forma de energia (Iria, seguramente haver concorrência; não deveriam contar comigo para a fixação de preços administrativos no sector...). As reflexões sobre os custos da energia ocuparam-nos uma boa parte da conversa. Mas a parte laboral também foi objecto de troca de impressões; importava-lhes mais a formação e a eficiência da mão-de-obra do que os respectivos custos; queixavam-se muito em relação à falta de preparação de numerosas categorias profissionais; da forma como estávamos, a produtividade não poderia ser elevada. A taxa social única deveria baixar 2% e o IVA subir 1%; era neste par de variáveis que se deveria actuar. Como conheciam o PRAXIS XXI e sabiam do meu interesse em fomentar a investigação pré-competitiva, lamentaram que muito mais do que 90% das empresas não beneficiassem nada do que se investia em investigação; só os universitários o faziam...

Estas longas trocas de impressões permitiam-me conhecer o estado de ânimo dos empresários e ficar a par do que mais os estimulava! Em sentido inverso, também me permitiam passar muita informação relevante.

\*

Para efeitos similares aos relatados no parágrafo anterior, reuni-me no dia 3 de Agosto com uma delegação da UGT composta pelo Dr. Agostinho Roseta, o Eng. João Proença e a Dra. Manuela Teixeira. Resumirei o que disseram:

Seria bom quantificar os objectivos do emprego a criar e especificar onde e como é que eles iriam ser criados. Apreciariam dispor, desde logo, dos objectivos macro-económicos para 1995 (Eles constariam, naturalmente, do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1995, a apresentar mais tarde). A retoma do crescimento não iria ser suficiente para criar os novos postos de trabalho que julgavam necessários (100.000!...). Achavam que o documento que eu havia apresentado era prático e que permitia passar das boas intenções aos actos; por isso, deram o seu acordo em relação ao seu conteúdo. Mas continuavam preocupados com os desempregados com mais de 40 a 45 anos e com os que não estavam protegidos por nenhuma forma de cobertura da segurança social. Eram os grandes centros urbanos e as suas zonas centrais em vias de desertificação que mais cuidados lhes davam (Curiosamente, um destes dias – 2017 – participei numa reunião, no Porto, em que um dos oradores se referia à retoma da ocupação dessas zonas, naturalmente de formas muito diversas: hotéis de “charme”, hotéis “low cost” e alguma “gentrification”...; naquela ocasião, do que se tratava era do abandono por decadência física inexorável). Em relação ao conteúdo do documento sobre as ILE manifestaram o seu agrado por verem nela mencionada a criação de emprego nos serviços de proximidade; mas isso referia-se aos centros urbanos. E o que é que eu propunha para o restante território? Não constava do documento nenhuma referência ao ensino pré-primário; atribuíam à sua universalização uma grande importância pelo que significava de preparação das crianças, mas também pelo impacto expressivo que teria na área do emprego. Apoiavam a criação de empresas e de micro-empresas familiares; mas queriam ver fixadas metas quantificadas. Era preciso dinamizar muito mais o espírito das pessoas que quisessem ousar; especialmente das que tivessem mais de 40 a 45 anos; essas deveriam ter mais formação daquela que era designada como “para desempregados”. Contrariavam a criação das empresas clandestinas. Elaboraram sobre o tipo de formação adequada: como criar uma empresa: contabilidade; organização, etc. Mostraram-se críticos em relação ao programa de “Bolsas de Formação”; achavam que ele não conduzia a nada de sustentado. As iniciativas de criação de emprego deveriam ser diversificadas, tanto no sector público como no privado. Deveria dar-se atenção à sustentabilidade económica

das empresas a criar; daquilo que já sabiam das ILE, elas haviam apresentado um sucesso reduzido. Este dependia muito da procura; e se esta não se manifestasse, a iniciativa não era capaz de vingar. Não apoiavam qualquer processo de criação de empresas que induzisse a degradação das condições de trabalho. Estavam, por outro lado, muito atentos à preservação do ambiente. A educação infantil estava a ser feita com base em salários muito baixos; e isso não era tolerável. Havia um mercado cultural local a desenvolver: bibliotecas, museus etnográficos, etc.; ele seria capaz de absorver alguns desempregados, nomeadamente licenciados. Recomendaram a elaboração de um manual subordinado ao título: “Como se tornar empresário?”. Queriam que eu mandasse elaborar um estudo justificativo da forma como haviam sido criados os novos 80.000 empregos do primeiro QCA; isso ajudaria a entender como o dinheiro comunitário havia sido aplicado para esse fim. A definição de objectivos quantificados representava a sua maior preocupação; e queriam que fossem distinguidas as iniciativas públicas das privadas. Isso era importante para eles, tendo em vista a satisfação das suas “obrigações sindicais”. Queriam que fossem bem explicitadas as dotações orçamentais que apoiavam a criação de emprego. E pretendiam acompanhar de perto a execução do novo QCA; invocaram uma promessa que lhes teria sido feita, nesse sentido, pelo Primeiro-Ministro.

\*

No mesmo dia recebi uma delegação da CAP para me dizerem o que pensavam acerca do documento que eu lhes havia entregue. Resumirei o que disseram: A revisão do Código Cooperativo estava iminente; recomendaram-me que a fizesse acelerar. Em matéria de I&D não viam que a selecção pudesse assentar em outros critérios que não fosse a valia de cada projecto apresentado; não queriam que fossem definidos sectores prioritários; entendiam que prioritária deveria ser a investigação encomendada ou apoiada pelas empresas. Achavam que, no final de cada projecto de investigação, deveria estar uma acção de extensão; só desse modo se aproveitaria adequadamente o esforço feito através do primeiro. Recomendavam a transferência de funções para as associações da Lavoura; alertaram-me para os obstáculos que viriam à mesma das estruturas do Ministério

da Agricultura que temiam ser esvaziadas de conteúdo; na realidade, as funções susceptíveis de transferência eram as que os próprios funcionários desempenhavam... Recomendaram que os responsáveis pelo CTQB os contactassem a eles, directamente. A floresta representava, para a CAP, um sector muito importante; iriam realizar um “fórum” sobre o sector, em Setembro seguinte; achavam que o Ministério do Ambiente lhes estava a impor muitas barreiras que tinham de ser ultrapassadas. A própria PAC estabelecia apoios à instalação de espécies economicamente menos interessantes, mas estruturalmente importantes. Deveria continuar a apoiar-se os produtos das regiões de denominação de origem; informaram-me que, além das do vinho, havia nessa altura 70 denominações de origem. No PDR conviria que houvesse uma dotação para o “marketing” dos produtos de qualidade; isto era particularmente importante em relação ao vinho; ainda neste domínio, o estabelecimento das chamadas “Rotas do Vinho” representava um instrumento importante para o desenvolvimento rural. Queriam alargar a acção do programa LEADER às associações de agricultores, não a confinando às Câmaras Municipais; era urgente uma avaliação do programa; entendiam que a participação dos agricultores poderia trazer uma mais-valia importante ao programa. Eram a favor do emparcelamento; não era com explorações de 4 hectares que se tornava rentável a actividade agrícola; mas não viam como passar, rapidamente, para uma extensão média de 14 hectares, tida como patamar mínimo. Era certo que iríamos assistir à redução do número de activos; por isso tornava-se imperioso criar mecanismos de segurança social para os agricultores que optassem por uma reforma antecipada.

\*

Também no mesmo dia veio a CCP dizer de sua justiça: Apoiavam a elaboração e divulgação de um manual com o título “Como criar uma empresa”. Queixaram-se dos serviços notariais e da burocratização generalizada. Consideravam que os emolumentos funcionavam como um travão à desburocratização. Dever-se-ia fomentar o saneamento financeiro das empresas. O acordo de concertação social era absolutamente indispensável. O Comércio era o instrumento que punha a economia a circular; eram precisos incentivos de ordem fiscal

e de natureza burocrática e muita formação das pessoas. À flexibilização laboral deveria andar associada a requalificação dos activos. Estimavam que houvesse, nessa ocasião, à volta de 250.000 comerciantes e 617.000 activos no Comércio; em dois anos haviam desaparecido 60.000 postos de trabalho! O PROCOM era vital para apoiar a reabilitação do sector; para completar os incentivos seria bom que houvesse acesso a uma linha de crédito bonificada, porque os potenciais beneficiários estavam totalmente descapitalizados.

O associativismo no sector causava-lhes muitas preocupações; estava em crise absoluta! A própria Confederação estava a estimular a criação de empresas de consultoria que dessem apoio às empresas do sector. Propunham que houvesse uma articulação entre o PROCOM e o Sistema de Incentivos Regionais; para isso achavam que, além das Comissões de Coordenação Regional, também as Associações Empresariais Regionais pudessem receber as candidaturas das empresas comerciais. Havia uma comissão de selecção dos projectos; já estavam numa comissão consultiva, mas achavam que seria bom que também estivessem na comissão de selecção (Eu não achava!...). Na comissão consultiva deveriam figurar representantes das associações empresariais regionais para reflectir a situação que se vivia nas diversas partes do país; estimavam que, entre 12 e 15 representantes, seria um número adequado (Eu temo sempre os grandes conselhos, muito pesados, onde não se resolve nada... e só se ouvem uns aos outros...). Olhavam com esperança a Sociedade de Garantia Mútua que havia sido criada no âmbito da iniciativa comunitária PME, dirigida ao Comércio e que funcionaria em termos análogos à que já operava no quadro do PEDIP. Viam com expectativa o crédito a que poderiam ter acesso no quadro do fundo de capital de risco que existia. A situação era séria! Não dispunham de meios financeiros, tinham empregados a mais, idosos e sem a preparação adequada, experimentavam a concorrência das grandes superfícies e dos centros comerciais e, na realidade, não sabiam muito bem o caminho que deveriam trilhar. Por isso eu recomendava, com palavras muito escolhidas, que olhassem para o que se passava lá fora e que encomendassem estudos que lhes indicassem uma estratégia a seguir.

\*

Eu continuava a acompanhar a elaboração do novo Código Cooperativo. Em 2 de Setembro tive uma reunião para definir aspectos muito específicos, como a questão das limitações do capital das cooperativas e dos condicionamentos que isso iria impor-lhes. Os sócios de capital poderiam exercer funções nos órgãos sociais das cooperativas. A Caixa Central estava a preparar-se para apoiar as cooperativas no acesso ao crédito.

Havia que rever a legislação complementar das cooperativas de ensino que tinham tido uma grande expansão, particularmente no ensino superior. Os alunos de uma universidade cooperativa deveriam ter uma palavra a dizer relativamente à própria universidade; em relação à cooperativa era questionável a menos que eles próprios fossem cooperadores.

Eu achava que deveríamos estar abertos a uma evolução dos princípios, não podendo ficar amarrados a perspectivas ultrapassadas.

\*

A seguir às férias as coisas mexem mais intensamente. Assim aconteceu no Comité das Regiões, em instalação. O seu presidente era o Dr. Jacques Blanc, também presidente do Languedoc-Roussillon, uma personalidade exuberante; generoso, mas sempre demasiadamente visível, conseguindo exasperar até os seus compatriotas... Tinha sido definido um quadro de 75 funcionários dos quais 43 seriam da letra A. Ora, como a divisão por quotas dava a Portugal 1,4 funcionários; era evidente que teriam de ser dois, dos quais um A5 ou A6 para um funcionário já identificado pela sua competência em matérias regionais. Logo nos disseram que os graus mais elevados estavam reservados para a França, Alemanha ou Itália... Soube que o Presidente Jacques Blanc gostaria de falar comigo. Logo lhe enviei um convite para vir a Lisboa. Mantivemos um frutuoso diálogo, porque conseguimos fazer vencer as nossas pretensões.

\*

No princípio de Setembro de 1994 estava em ultimate o Plano Nacional da Política do Ambiente. Ficou estabelecido que os diferentes ministros teriam umas



três semanas para o apreciar, posto o que haveria uma discussão em Conselho de Ministros e uma aprovação antes de ele ser lançado para discussão pública. A política do ambiente tinha entrado no rol das “figuras obrigatórias” com que todos deveríamos contar.

O papel dos Laboratórios do Estado preocupava-nos a todos; eles desempenhavam um serviço público, mas também deveriam cuidar da competitividade do que faziam. Estava a custar promover a ligação entre eles e as empresas que também era previsto que apoiassem; na sua fundação longínqua isso já estava previsto. Por exemplo, nos anos 40, o trabalho da Estação de Melhoramento de Plantas de Elvas era muito estimado pelos agricultores e considerado como muito estimulante para os jovens investigadores do sector; por isso ela foi tida, durante muito tempo, como uma instituição de excelência. Era preciso proceder a uma dinamização de todas elas, porque exerciam funções potencialmente importantes. Mas era também necessário convencer os empresários a melhorar a sua base de conhecimentos, encomendando estudos que a promovessem.

\*

Em 9 de Setembro, na retoma dos trabalhos fiz a minha periódica reunião com os Presidentes das Comissões de Coordenação Regional. Estava a entrar-se no último ano da legislatura e era necessário consolidar bem o novo Quadro Comunitário de Apoio. Resumirei o conteúdo da reunião:

O “Arco Atlântico” havia sido instituído para ligar as regiões ribeirinhas, no quadro da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa. Isso tinha sucedido em 1989, em Faro, um mês antes da queda do Muro de Berlim. Ele tinha-se afirmado com vigor, graças especialmente à acção de Georges Pierret, Secretário-geral da CRPM, a quem já me referi nestas memórias. O Arco estava a envolver-se a fundo no estudo das ligações marítimas e dos portos, das ligações aéreas, das telecomunicações e do turismo. Impunha-se que nos envolvêssemos mais nos seus trabalhos, levando com os representantes do sector público agentes da Sociedade Civil, como estavam a fazer os Franceses. A Irlanda não se interessava muito pelas actividades do Arco, dado que não dispunha de instituições regionais com peso. Quem dominava a cena eram, de facto, os Franceses; nós deveríamos

fazer parcerias com eles, porque os nossos interesses eram comuns. Mas havia outros que se mostraram como voluntários em alguns sectores: o País Basco em relação aos transportes; a Galiza nos domínios da pesca e da agricultura; a Aquitânia na Ciência e Tecnologia; etc. Era importante envolvermo-nos.

Queríamos que, no âmbito das perspectivas e oportunidades, se tratasse das ligações com o outro lado do Atlântico. Tínhamos países de expressão inglesa, espanhola e portuguesa, exactamente três das quatro línguas dos países cujas regiões integravam o Arco Atlântico. Entendíamos que a Europa não deveria demitir-se do seu papel de promotor do desenvolvimento no mundo; o Arco poderia representar o quadro de algumas dessas acções.

\*

Era interessante ver como alguns Concelhos periféricos das regiões estavam continuamente a pôr dúvidas em relação às NUT (Nomenclatura da Unidades Territoriais) III e mesmo em relação às NUT II. Não estavam certos de quais os espaços que mais lhes convinham: Gavião hesitava entre pertencer ao distrito de Portalegre ou à Região de Lisboa e Vale do Tejo; Sousel queria passar para o Norte Alentejano; Mora queria integrar o Alentejo Central, por causa das suas ligações a Montemor e a Évora; Vila de Rei pretendia transferir-se de Castelo-Branco para Santarém; e Mação gostaria de integrar a Região de Lisboa e Vale do Tejo; Vila Nova de Foz Côa sentia-se do Centro; a Mealhada queria passar para o Baixo Mondego; Oliveira do Hospital estaria mais confortável na Serra da Estrela e Tábua na NUT de Dão-Lafões; Murça queria ser Douro, e mais umas poucas alterações... Era evidente que tinham sido as novas estradas que estavam a promover esta instabilidade. Eu reagia mal a tanta mudança que, no conjunto, significava pouco em matéria de estatísticas. Decidi designar um grupo de três altos funcionários para apreciar os motivos invocados por cada Município e para produzir um documento de orientação para a decisão.

Depois vieram as questões dos projectos incluídos no QCA II e dos que era preciso terminar do QCA I.

\*

Em Setembro de 1994, eu continuava a ocupar-me da reformulação do Código Cooperativo. A jurista que havia sido encarregada pelo Presidente do INSCOOP para a fazer veio, com ele, falar comigo. Dizia ela que o código vigente havia sido tão mal redigido que ela sugeria que fosse feito um código novo. Mas havia muitas coisas que se mantinham do código anterior e, em termos políticos, era melhor dizer que se tratava de uma mera actualização; de outra forma, eu teria de aguentar uma grande discussão na Assembleia da República. Era certo que havia matéria nova e mesmo inovadora. Mas isso cabia bem sob o “chapéu “ da actualização.... O sentido geral do que ela me propunha era que se desse mais importância às pessoas, coisa com a qual eu não poderia estar mais de acordo.

O código vigente havia sido aprovado ao abrigo de uma autorização legislativa, mas, posteriormente, fora pedida a sua ratificação e isso tinha demorado dois anos. Por isso, era melhor uma proposta de lei substantiva.

Tudo visto e ponderado, decidi que se faria mesmo uma revisão global do diploma com todas as alterações que a prática havia aconselhado e com uma nova arrumação que o tornasse mais fácil de consultar. Eu sabia que isso iria exigir-me mais trabalho. Mas, ao menos, ficava com a consciência de que a nova versão iria durar mais tempo do que a anterior.

\*

Como se sabe, no verão de 1994 as coisas não correram bem na ponte 25 de Abril. Alguma inabilidade tinha sido aproveitada para “atear um incêndio”. Em meados de Setembro a questão já não se limitava ao preço das portagens; era um foco de luta política. Com eleições legislativas dentro de um ano, com uns resultados não muito maus para o Governo nas recentes eleições europeias e com um verão que, tirando o caso da ponte, havia sido muito tranquilo, a Oposição e os grupos que sempre embarcam na agitação quando há ensejo para isso, aproveitaram o incidente para dar largas aos protestos. Nunca há manifestações “espontâneas”! Elas são sempre organizadas; quanto mais crítica for a sua origem mais difícil é enfrentá-las. Houve um jornal que até publicou a “senha” da organização que estava a fomentar a agitação... Do outro lado, as forças de segurança estavam a

demonstrar uma grande capacidade de contenção e as administrações das empresas de transporte desdobravam-se em esforços para facilitar a travessia do Tejo. Mas a pressão sobre a ponte era enorme! As vendas de automóveis estavam a ser à volta de 300.000 carros por ano, o que engrossava os fluxos por todo o País mas, especialmente, nas duas áreas metropolitanas. Na margem sul não havia parques de estacionamento que facilitassem a prática do “park & ride” com transportes públicos. A pressão era, de facto desesperante e havia muitos interessados em “cavalgar”, com fins políticos, o descontentamento e a impaciência. O Partido Comunista não escondia a vontade de agitar e o Partido Socialista era incitado, de muitas partes, a aproveitar a oportunidade para fazer subir a pressão. É preciso estar atento aos sinais e prever sempre os potenciais focos de agitação. Mas uma vez esta desencadeada só a imposição firme da legalidade democrática se revela ajustada. Para isso é preciso contar com forças de segurança bem preparadas e muito profissionais.

\*

Em fins de Setembro de 1994 fomos surpreendidos com a notícia de que os arquivos da PIDE teriam ido para Moscovo. Isso era intolerável! Impunha-se fazer desencadear uma averiguação exaustiva. Independentemente de se tratar de um acto contra a soberania do País, o facto, a ser verdade, representava facultar a uma potência estrangeira instrumentos potenciais de chantagem sobre Portugal ou sobre Portugueses. Se se confirmasse a notícia, impunha-se exigir a devolução dos arquivos. Tudo se teria passado em 1974/1975, com o envolvimento de um avião da Aeroflot, a partir do aeroporto da Portela. Aliás, ainda há muitos mistérios dessa época, por desvendar!...

\*

O alargamento da União Europeia à Áustria, Suécia e Finlândia deveria ser o último até ao final do século. Tinha sido do tipo clássico, ampliando a área da União de 50%, mas a sua população somente de 5%. E, pela primeira vez, implicava fronteiras directas com a Rússia, sem interpostos países; punha, por isso, novos problemas de segurança. A descentragem da União para Nordeste era expressi-

va. A União não seria a mesma nem em termos geo-políticos nem nas múltiplas negociações que nela teriam lugar, literalmente todos os dias. Mas os primeiros tempos iriam ser de esperança, porque é isso que acontece sempre. Eu lembrava-me bem da nossa própria adesão que tanto surpreendeu os que já eram membros e fez espalhar a fama de que “Portugal est chic”!... Por outro lado, estavam a ser aprofundadas as relações bilaterais com os antigos países da EFTA. E era sentimento geral que deveríamos forçar a criação de outras alianças para dar maior robustez à União e reforçar o seu peso na cena internacional.

A taxa de inflação de referência, com a entrada de novos membros iria passar de 3,6% para 3,1%, o que poderia vir a causar-nos algumas dificuldades.

Os novos membros precisavam de que a coesão se afirmasse, não optando por nenhuma forma de União com “geometria variável”. Isso quer do ponto de vista político como, também, do institucional e mesmo do económico; a Finlândia e a Suécia tinham “sparsely populated areas” com os problemas e as dificuldades próprias de espaços sub-desenvolvidos. Mas ofereciam novas oportunidades comerciais que convinha explorar, nomeadamente em relação à agricultura, às pescas e a alguns bens industriais. Mas onde teríamos nós, os Portugueses, muito a ganhar era no domínio da Ciência e Tecnologia. Por alguma razão eu já tinha visitado a Suécia e estabelecido contactos com o seu Ministro da Ciência, com a Universidade de Uppsala e com o gigante farmacêutico Pharmacia; o meu homólogo sueco já havia retribuído a visita e as relações entre as administrações mostravam-se cordiais. O mesmo havia acontecido com a Áustria e com a Finlândia. Era preciso, então, que as comunidades científicas, nas suas relações do dia-a-dia, explorassem as portas que haviam sido abertas.

O sector das florestas punha algumas dificuldades. Nós, em Portugal, apresentamos taxas de crescimento muito elevadas, devido às nossas condições de temperatura e humidade, mas em termos tecnológicos e comerciais, a Suécia, especialmente, está na dianteira do sector.

Abria-se uma nova oportunidade de cooperação com os Estados Bálticos.

Por outro lado, os novos membros sabiam o que era o mundo das PME e como elas poderiam afirmar-se na economia, por via da inovação tecnológica.

Com os novos membros, as políticas intervencionistas seriam muito pouco populares. A política económica inclinar-se-ia mais para o lado liberal. Jogariam muito provavelmente nas restrições orçamentais como fazem sempre os países ricos. Nessa ocasião a Dinamarca já havia pedido a adesão ao Tratado de Schengen por saber que os novos parceiros o iriam fazer e ela ficar encravada numa zona em que a circulação de pessoas seria facilitada a toda a volta.

A CDU na Alemanha tinha preparado um documento sobre o futuro da União. Como era costume, todos o criticavam, porque a Alemanha punha-se no centro e insistia em mostrar como se havia tornado forte; o texto era um pouco provocatório para os Ingleses e, mesmo para os Italianos e para os Espanhóis. Abusava na sua atitude paternalista ou, mesmo, hegemónica. Os Franceses, tão importantes para a afirmação do Eixo Paris-Bonn, agora Paris-Berlim, não eram tratados de forma muito lisonjeira, o que não era muito diplomático...nem inteligente... Em relação a Portugal, o documento tinha todos os ingredientes para nós não virmos a concordar com nada! Mas impunha-se estudá-lo.

Por isso, deveríamos fingir que o ignorávamos, evitando chegar ao debate que era proposto. Este seria embaraçoso para muitos, nomeadamente para nós.

Pelo contrário, deveríamos aplicar-nos muito na preparação da discussão da agenda da Conferência Inter-governamental que iria ter lugar em 1996. Essa é que importava, porque nela seriam tomadas decisões que viriam a afectar-nos; por isso deveríamos estudar todos os pontos que já figuravam nos documentos preparatórios, fazer incluir outros que nos interessassem e, eventualmente, começar a conversar com quem tivesse problemas semelhantes aos nossos para ir preparando a opinião e o "lobbying" que não poderia, seguramente, deixar de ser feito. A mim preocupavam-me, especialmente, os fundos estruturais e de coesão, mas também tudo quanto respeitasse à colaboração no sector da Ciência e Tecnologia.

Era certo que as questões ambientais iriam passar a pesar mais na nova União (mesmo sem a Noruega...). E a hipótese de chegada dos Estados Bálticos poria mais pressão sobre a concorrência em alguns domínios industriais. O sector têxtil continuava a preocupar-nos.

Nessa ocasião, o acordo com Marrocos no sector das pescas causava-nos apreensões devido ao pouco peso que a União Europeia lhe atribuía. Os marroquinos re-

cebiam mais do Japão pela utilização dos seus pesqueiros do que da União. Ora eles eram importantíssimos para os Portugueses. A questão tinha de ser apreciada em toda a sua amplitude. Bruxelas não olhava para o caso com a importância que a sua dimensão merecia para os Portugueses e para os Espanhóis. Não poderíamos deixar de intervir com vigor; a pesca importante não era só a do Mar do Norte...

No domínio das telecomunicações estava a verificar-se uma pressão grande para fazer acelerar a liberalização do mercado. Isso beneficiaria especialmente os quatro grandes do sector: a Alemanha, a França, o Reino Unido e a Holanda. Nós precisávamos, especialmente, de tempo para nos prepararmos; mas era evidente que tínhamos de o fazer depressa porque os interesses daqueles quatro empurraria o movimento para a frente.

Já nessa altura (Setembro de 1994) os números da emigração e dos pedidos de asilo na Alemanha eram enormes. O País mostrava preocupação em relação aos seus efeitos, mas não queria actuar sobre as causas; seriam estas demasiadamente complexas por se localizarem em zonas longínquas? A verdade era que nós éramos adeptos do contrário: combater as causas onde quer que elas se localizassem. O que não nos agradava nada era sermos chamados ao “burden-sharing”, arcando com os custos da distribuição dos efeitos. Podia-se criticar a nossa posição por não ser natural que viéssemos a sofrer desses mesmos efeitos em dimensão apreciável. Mas o tempo encarregou-se de nos dar razão, porque o que se tinha imposto nessa ocasião teria sido mesmo afrontar uma complexa operação de retenção dos migrantes nas suas zonas de origem, criando nelas os almejados empregos atrás dos quais eles iam. Mas essa política tinha, naturalmente muitas dimensões, todas elas de grande dificuldade de implementação. Os nórdicos, no entanto, alinhavam com a posição alemã.

A realização da convergência era, para nós, muito importante. Ora, estava a esboçar-se um movimento que preconizava uma Europa a duas velocidades, remetendo-nos para a mais lenta, naturalmente. O ano de 1993 não havia sido bom para nós, mas não nos parecia que fosse impossível que, em 1997, nós estivéssemos a par de Espanha. Deveríamos todos empenhar-nos nessa vontade.

Nessa altura falava-se, nos corredores, que um critério interessante nos mecanismos de decisão da União seria pesar os votos pelo número dos habitantes dos

diversos Estados-membros. Teríamos de nos opor a isso com todas as forças e denunciar o que tal decisão comportaria de contrário ao ideal europeu. Deveríamos empenhar-nos todos muito mais no implemento do Tratado de Maastricht do que em “modernices”, eventualmente a discutir em 1996, no âmbito da Conferência Inter-governamental. Bruxelas gosta muito deste tipo de coisas que representam uma espécie de fuga para a frente sem consolidar o que já foi laboriosamente conseguido. É preciso estar de pé atrás com os “rapazes espertos” que gostam muito de cavalgar uma onda que ainda não se formou!...

\*

No dia 1 de Outubro de 1994, sábado, teve lugar, na Pousada da Juventude, em Oeiras, um daqueles Conselhos de Ministros informais no qual participavam todos os membros do Governo e aos quais já me referi, anteriormente. Estávamos a iniciar o último ano do nosso mandato e era conveniente definir uma linha de acção. Não era a ocasião de proceder a balanços, mas antes de olhar para o futuro, consolidando muito do que havia sido a nossa acção e encontrando respostas práticas para os desafios que eram visíveis; os três anos anteriores haviam sido de grande mudança na Europa e no Mundo; não era difícil antecipar que os anos seguintes iriam ser turbulentos; mal imaginávamos quanto!...

A situação político-partidária era efervescente. O Partido Socialista estava afastado do poder há nove anos e isso tornava-o muito impaciente. Por outro lado, era visível a contribuição do Presidente Mário Soares para a movimentação das “consciências” e das forças. As presidências abertas eram aproveitadas, meticolosamente, para o efeito, mas todas as ocasiões eram boas para pôr dificuldades ao Governo. Sabíamos que se iriam multiplicar as acções de protesto e os ataques pessoais; pelo funcionamento normal do jogo democrático não se via fácil a chegada da Oposição ao Poder, porque havia indicadores de satisfação da população suficientemente tranquilizadores. Donde a importância das acções de rua.

As eleições autárquicas e europeias não nos haviam corrido mal e a retoma económica começava a despontar, o que fazia aumentar a intranquilidade da Oposição. Tínhamos a nosso desfavor a acção da Comunicação Social; todos sabíamos que ela era de esquerda, mas ainda nos surpreendiam a falta de rigor e a parcialidade com que éramos tratados.



A situação reclamava, assim, grande serenidade e muita contenção. Nada nos seria perdoado e não poderíamos contar com qualquer elogio mesmo do que fizéssemos muito bem.

Aquele ano que então começava representava um novo ciclo político e económico. Para mostrarmos a nossa valia tínhamos o novo Quadro Comunitário de Apoio que arrancava e a participação em numerosas iniciativas comunitárias. Daí vi-nham os meios, mas era preciso que todos se empenhassem numa acção determinada, tendo em conta que as eleições não se ganham, mas perdem-se e nós, por inabilidade ou por outra razão, não queríamos ficar com essa responsabilidade. A acção teria, assim, de assentar num programa cuidadosamente calendarizado a implementar até ao fim do mandato. Era evidente que a divulgação do que fizéssemos contaria muito.

Deveríamos mostrar os casos de sucesso e falar muito do futuro, porque a Opo-sição tinha um pendor grande para o miserabilismo e para se queixar em rela-ção ao passado. Tudo muito português, mas inconveniente para enfrentar os de-safios que tínhamos à nossa frente. Deveríamos exhibir uma grande capacidade de diálogo com a Sociedade Civil; quanto mais o fizéssemos mais poderíamos contar com ela como aliada. Seria importante antecipar os acontecimentos e preparar as respostas mais eficazes. Não deveríamos, em caso algum, adiar a resolução dos problemas.

A primeira prova seria, obviamente, o Orçamento de Estado para 1995 que teria de ser presente à Assembleia da República até daí a duas semanas. As Grandes Opções do Plano e o PIDDAC já haviam sido acertados, antes de férias, mas sub-sistiam ainda acertos a fazer no âmbito do Orçamento. Ele seria o Orçamento da recuperação económica; o investimento seria relançado com um crescimento de 15% em relação ao ano anterior. Pretendia-se a consolidação daquela recuperação, mas também a criação de novos empregos. Impunha-se a redução do défice or-çamental e a descida da inflação cuja tendência era perceptível, mas que deveria ser confirmada; estimávamos que ela pudesse descer para próximo de 4%; está-vamos em 4,8%. Queríamos, também, que 1995 fosse um ano de descida das taxas de juro, para podermos ver crescer o investimento privado.

Eu sabia que a execução do Quadro Comunitário de Apoio seria instrumental. Os nossos empresários sofrem de uma propensão negativa para o adiamento das decisões (Já referi que o Almirante Napier dizia que D. Pedro IV era o único Português que ele conhecia que se lançava à acção não dizendo, como os outros: “para amanhã”...).

A concertação social estava a decorrer, mas de forma muito arrastada. Já tinham ocorrido mais de sessenta reuniões com resultados modestos. Tenho referido, nestas memórias, algumas daquelas em que participei e outras reuniões “bi-laterais” com um parceiro ou outro, para desfazer dúvidas e para incitar à celebração do acordo. Ora este seria fundamental para muitas coisas, nomeadamente para o alívio fiscal que se perspectivava. Sabíamos que havia pressões partidárias sobre alguns dos seus membros para atrasar ou mesmo impedir a celebração do dito acordo.

A formação representava um sector a que estávamos a dar a maior atenção como instrumento para arranjar emprego. Do mesmo modo, seguíamos de perto os Indicadores de Desenvolvimento Local cuja coordenação, aliás, me estava confiada. A situação das empresas públicas preocupava-nos com razão. Elas não poderiam caminhar para o descalabro financeiro do qual seria mais difícil recuperá-las.

Deveríamos mostrar-nos à população como uma frente coesa e solidária. Estávamos confiantes, mas era preciso transmitir tudo isso às pessoas. Ora, a questão da imagem é fulcral; todavia, muito difícil, particularmente quando se está imerso em ambiente hostil, como era o nosso caso. Tornava-se necessário estar particularmente atento às campanhas de desinformação, correntes na acção da Oposição e muito populares na comunicação social.

Nestes encontros todos os Ministros falavam e a maior parte dos Secretários de Estado também o fazia. Resumirei o que todos disseram sem referir quem disse o quê: O quadro em que vivíamos não era fácil, mas a nossa determinação era grande! Queríamos criar bem-estar e afirmar Portugal perante a Europa e o Mundo. Vivíamos numa economia aberta e muito sujeita à competitividade externa. Era imperioso assegurar a governabilidade e a estabilidade governativa. Tínhamos de promover muitos equilíbrios difíceis; as prioridades do passado tinham dado lugar a outras novas. Em 1995 iria votar mais de um milhão de novos eleitores

que não o haviam feito em 1985 e que não sabiam nada acerca do que tinha sido o regime anterior e os dez anos que se lhe seguiram; era, por isso, natural que eles fossem um grupo-alvo para todos os partidos e, naturalmente, também para o PSD. Nós tínhamos um acesso relativamente fácil ao chamado “eleitorado central”. Mas não se poderia facilitar nada, porque a Oposição sabia onde queria chegar. Deveríamos rememorar os problemas que tínhamos resolvido para justificar as soluções que propúnhamos para os desafios que se apresentavam diante de nós e que importava explicitar; sempre acompanhados das respostas que entendíamos como mais correctas. Estávamos a gerir uma época de fim de ciclo particularmente complexa que iria fazer despertar um conflito político muito aceso. O debate deveria ser feito em torno das questões que nós escolhêssemos e não das que a Oposição quisesse. Não nos deveríamos remeter a uma posição defensiva; para isso teríamos de escolher os temas e o calendário. A nossa estratégia deveria ser, simultaneamente, europeia e atlântica.

A vida dos Portugueses havia mudado radicalmente ao longo dos últimos dez anos, tendo-se modernizado e aprendido a organizar-se melhor. O progresso havia sido material, mas não só. O discurso a desenvolver deveria ser centrado no futuro, mas com a credibilização dada por quem havia conseguido fazer a mudança nos tempos mais recentes.

Dever-se-ia apurar o sentido de novidade e de competição e tornar perceptível em que consistia o projecto global que tínhamos para o País e que não se poderia limitar ao prazo imediato. Nesse quadro, importava mencionar as acções estruturantes que propúnhamos; a participação empenhada dos Cidadãos seria determinante para se conseguir levá-las a cabo.

Deveríamos procurar promover uma mudança qualitativa nas nossas relações com a população, ultrapassando as dificuldades que nos eram impostas do exterior. Seria bom que fossem claramente enunciadas as áreas que, em nosso entender, contribuiriam para fazer aumentar o bem-estar das pessoas e como tencionávamos promovê-las. O emprego era uma delas. O abandono anunciado da regionalização não deveria ser entendido como o abandono das regiões; talvez fosse bom pensar na criação de agências de desenvolvimento regional (Este género de observações deixava-me furioso!...). Era preciso ter em linha de conta

que os procedimentos que haviam sido decisivos no passado, não nos levariam de novo ao sucesso.

O nosso discurso político devia basear-se na realidade, porque esta era eloquente, se aparecesse à luz do dia.

O discurso sobre a retoma e a realidade deveria ser enfatizado. O FMI havia sido mais otimista do que nós próprios. Não estaríamos nós a ser demasiadamente prudentes? A Oposição estava a dar mostras de grande impaciência; isso não era bom para ela. Deveríamos dar muita atenção aos jovens, tendo em conta que eles não haviam conhecido outra coisa que não fosse o nosso Governo e isso poderia torná-los mais propensos à mudança. Era importante curar da credibilidade das instituições, nomeadamente do Ministério das Finanças, do Banco de Portugal e da Banca em geral... A cooperação era um sector em que nos movíamos bem; deveria por isso ser eleita para a acção. A reforma administrativa era urgente.

Nunca se faz política sem olhar para a Sociedade. Havia novas aspirações e havia, também, maior quantidade de “educação” nos eleitores; estávamos diante de uma grande mudança no eleitorado, a que era importante atender. Mas tínhamos que enfrentar uma coligação das oposições; valeria tudo (ou quase tudo...) para nos derrubar. Havia quem lucrasse com a desordem; deveríamos estar atentos a isso. O novo ciclo político iria centrar-se na Europa, sendo difícil distinguir se isso era de ordem interna ou externa. Deveríamos fazer um esforço para tornar menos numerosas e mais nítidas as prioridades que apresentássemos.

Não chegava valorizar a obra feita. Estávamos todos mais exigentes. Era preciso curar da qualidade de tudo quanto propuséssemos. O problema mais difícil que tínhamos diante de nós era a gestão das expectativas dos jovens; estávamos nisso menos à vontade do que a lidar com os empresários. Em relação à comunicação social pouco haveria a fazer; ela continuaria a ser derrotista e miserabilista. Era preciso “manter a serenidade debaixo do fogo”, escolhendo com critério os combates políticos que queríamos enfrentar. A administração pública tinha de aprender a dar atenção ao Cidadão. Seria certo que quanto maior fosse a “maioria” legislativa maior seria a “minoría” autárquica; os eleitores não punham os ovos todos no mesmo cesto! A criação de emprego e a concertação social representavam temas obrigatórios; ora a indústria estava a perder empregos e os serviços

também, porque se viam expostos à concorrência e à revolução informática em curso. O trabalho a tempo parcial deveria ser considerado cada vez mais como uma hipótese a concretizar. As IDL nunca chegariam para resolver o problema. A questão das áreas metropolitanas era fulcral para o desenvolvimento do País. Deveríamos olhar para o futuro com uma perspectiva estratégica e integral do desenvolvimento da Sociedade Portuguesa. Mas isso não deveria dispensar-nos de dar grande ênfase aos objectivos políticos de curto-prazo; é que se estes não fossem alcançados não conseguiríamos passar ao quadro estratégico. Tornava-se imperioso devolver a auto-confiança aos Portugueses (indivíduos, famílias, empresas e, particularmente, os jovens). Em 1995 teria de haver progressos nos campos do emprego, dos lucros dos empresários, do combate à burocracia do rendimento disponível... O Governo tinha de demonstrar, em permanência, que estava a governar e que possuía uma ideia acerca do caminho que se propunha trilhar. Os Portugueses gostavam da segurança e da autoridade sem autoritarismo. Era urgente travar o combate contra a evasão e a fraude fiscais. Porque manifestos, era importante fazer evidenciar os pontos fracos dos nossos adversários, nomeadamente a falta de uma visão estratégica, de sentido de Estado e de credibilidade; já haviam mostrado que queriam o poder pelo poder... A estabilidade política era fundamental para assegurar a via de progresso que tínhamos encetado.

Os Portugueses haviam-se tornado mais ambiciosos e mais exigentes (Era natural!). Mas o “homem novo português” estava a surgir num momento de crise económica forte que, por coincidência, se sobrepunha a uma abertura crescente da economia ao exterior; isso tornava as coisas mais complexas. Todavia, havia sinais de retoma. Mas era preciso lembrar os clássicos: “Perde as mercês já dadas, quem não lhes acrescentar outras novas” (Tito Lívio). Tornava-se importante puxar pelo brio dos Portugueses. Em todas as sociedades há sempre dificuldades inultrapassáveis; donde o surgimento de conflitos.

Havia várias antinomias a que era preciso atender: produtores/consumidores; indústria/ambiente; nacionalismo/europeísmo; activos/inactivos; ciência/moral... Cada uma suscitava um mar de problemas. As pessoas precisavam de factores de identidade para não se sentirem anómicas. Nesse quadro importava reforçar a

confiança e fazer despertar a auto-confiança. Os Portugueses gostavam de quem os ajudasse a ultrapassar as suas angústias. A coesão governamental era fundamental para ultrapassar as dificuldades que se aproximavam; todos tinham de sentir que, para nós, as pessoas eram o mais importante. Por isso, todos deveríamos estar no terreno o mais tempo possível, não receando os confrontos que haveriam de ser numerosos e grandes. Tínhamos de dar mais atenção ao “marketing”, até porque não nos havíamos mostrado muito exímios a usá-lo. Seria certo que as pequenas coisas nos iriam causar maiores embaraços do que as grandes; donde a importância de olharmos atentamente para os pormenores.

Alguém chamou a atenção para o facto de todas as intervenções feitas, até então, não se terem debruçado sobre aspectos sectoriais ligados às responsabilidades de cada um dos participantes, mas, antes, sobre a globalidade da nossa actuação. Apresentávamos, assim, uma frente coesa que era de bom augúrio. Mas tínhamos de ser inventivos! Em 1985 havíamos ganho, apostando na mudança; em 1987 tinha sido uma combinação da mudança com a estabilidade; em 1991, só invocáramos a estabilidade; em 1995 não poderia ser nem a mudança nem a estabilidade. O que seria? Nós disfrutávamos do respeito de muita gente e havíamos-nos colocado num patamar alto, que as pessoas situavam acima dos parceiros sociais; mas estes estavam crispados e isso não era bom. Mostrava-se importante que fossemos nós a marcar a agenda política. E, para termos sucesso, deveríamos apostar especialmente na faixa dos 18 aos 35 anos que conhecia mal o que havia sido a política antes de nós e que era, nessa altura, um grupo numeroso.

Era crucial envolver mais a sociedade civil na resolução dos problemas do País; não deixar que fosse a classe política a ter o seu monopólio e o protagonismo total na condução do nosso destino. O discurso deveria incluir a renovação dos valores e insistir na solidariedade e na justiça social. Era importante que os empresários adquirissem um espírito moderno, empreendedor, criador de riqueza, inovador, mas cientes da sua função social; era para isso que apontava o QCA II, então em vigor. O que mais poderia prejudicar-nos seria o alarmismo; por isso, teríamos de conservar a calma.

Em 1994 estávamos incomparavelmente melhor do que em 1985. Mas o progresso conseguido não era irreversível. Naquela data éramos olhados com con-

descendência; constituíamos uma espécie de Terceiro Mundo na Europa. Era manifesto que tínhamos ganho credibilidade, mas ainda não estávamos no pelotão da frente. Por isso, a convergência económica e financeira se revelava fundamental. O nosso futuro estava na Europa; a África valorizava-nos, obviamente, mas não representava esse futuro. O nosso problema maior respeitava à Educação; deveríamos conferir-lhe primazia. O poder político era, meramente, um instrumento, todavia indispensável para fazermos vencer as nossas ideias; por isso a maioria absoluta deveria representar o nosso objectivo; aliás, a democracia era o governo da maioria e não o governo de uma minoria; era aquela que tínhamos de visar. Sucedia ser manifesta uma certa desorientação na oposição. Deveríamos aproveitar isso a nosso favor, procurando demonstrar que era certo haver dificuldades mas que nós estávamos em posição de as resolver.

A comunicação social representava, indubitavelmente, um obstáculo. Já não havia factos! Só interessavam as interpretações dos factos... E essas eram sempre contra o Governo. O poder não se conquistava; perdia-se! Ninguém era suficientemente forte para o conquistar, mas para o defender, a primeira coisa a evitar era o autismo; tínhamos de olhar de frente para as pessoas e para os seus problemas. A retoma da confiança representava a prioridade; e, nessa acção, a franja mais importante era a dos jovens.

A Oposição não estava a apresentar alternativas que pudessem ser consideradas como válidas. Apenas insistia em dizer: “Estamos fartos!”. Isso não chegava. Mas não poderíamos deixar que o ano de 1995 fosse de instabilidade e angústia; tínhamos que mostrar serenidade e confiança. Deveríamos valorizar as melhorias que tínhamos conseguido, mas apontar para o futuro. O estabelecimento de um calendário rigoroso das diversas acções a desencadear parecia indispensável. Deveríamos abrir-nos mais ao exterior.

A administração pública representava, nessa ocasião, 15% da população activa. Era de mais! Todos clamavam, muito justamente, pela desburocratização; mas a questão da receita poderia vir a representar um travão a essa vontade.

A inquietação e a angústia não eram exclusivo da sociedade portuguesa; elas viam-se em muitos outros países, nomeadamente na Europa. Havia, manifestamente, uma situação de crise e esta era, particularmente, de princípios. Ora a

Oposição estava a revelar que não tinha nem convicções, nem princípios, apenas sede de poder. Deveria apontar um referencial, mas não o estava a fazer. Tínhamos que aproveitar essa circunstância, não nos descaracterizando mas insistindo em demonstrar a nossa capacidade. Era fundamental que fossemos ousados e tivéssemos ambição, porque as eleições de 1995 iriam ser as mais difíceis dos últimos dez anos. Além dos jovens, era preciso dar muita atenção à situação que se vivia nos subúrbios das áreas metropolitanas; ela poderia ser explosiva. Acima de tudo, deveríamos exibir confiança.

Não poderíamos fazer as coisas de afogadilho, só por constarem do programa do Governo. Tudo quanto realizássemos deveria ser consistente. A imagem do Governo deveria ser muito cuidada, não abrindo nenhum flanco evitável. O combate contra a corrupção tinha de manter-se como preocupação permanente. Não nos poderíamos confinar ao discurso dos direitos; era indispensável que lhe juntássemos o dos deveres.

O desenvolvimento representava um processo muito exigente. Quem o promovia tinha de ser corajoso, porque a sociedade estava cada vez mais afirmativa e exigente. As principais preocupações dos Portugueses eram o emprego, a habitação e a saúde; nestes domínios havíamos feito bastante, mas, pelos vistos, não o suficiente. A retoma económica dava sinais visíveis, porém, não chegava se não fosse acompanhada de estabilidade política. Impunha-se que esta fosse assegurada.

Com uma audição tão ampla como a que foi feita, o Primeiro-Ministro ficou com uma ideia clara acerca do que pensavam os seus colaboradores mais próximos.

\*

No dia 6 de Outubro foi a Conselho de Ministros o projecto do novo Código Cooperativo. Apesar de ele ter sido elaborado em articulação com todos os ministérios cujo sector tinha expressão neste domínio, havia sempre reparos de última hora. A Ministra da Educação queria maior fiscalização das cooperativas da educação por parte do INSCOOP. Estava interessada particularmente nos mecanismos para cessação de funções das cooperativas e para transformação das cooperativas em fundações. O Ministro das Obras Públicas queria maior elaboração sobre a modalidade de auto-financiamento das cooperativas de habitação: como se faria a



remuneração do capital e fixava o juro respectivo? O Ministro do Emprego e da Segurança Social queria que a especificação proposta para o sector da Educação fosse estendida às cooperativas de solidariedade social. O Ministro da Agricultura fez eco das observações da CONFAGRI contra a multi-sectorialidade prevista... Enfim, tudo foi acomodado.

\*

Em jogos clandestinos, jogava-se, em Portugal e, em 1994, mais de um milhão de contos por semana. Proliferavam “jogos de raspa” por toda a província. Jogava-se o totoloto espanhol e vários outros jogos estrangeiros... Vá-se lá dizer que são os Chineses os viciados!... Os Portugueses também confiam muito na sua estrela...

\*

A Comissão Europeia havia reunido para fixar o nível do défice a partir do qual não seriam canalizadas verbas do Fundo de Coesão para Portugal. Havia países que estavam a tentar encontrar fórmulas para não pôr no orçamento certas despesas que contariam para o défice. Um dos que o estava a fazer era a Alemanha! O nosso principal problema, a esse respeito, tinha a ver com a Segurança Social e, especialmente, com as empresas públicas. Nós esperávamos que em 1995 ele viesse a ser de 5,8% do PIB; em 1994, tinha sido de 6,9% e em 1993, 7,9%; íamos, portanto, no bom caminho...

\*

Eu sempre me interessei muito pelos exercícios de prospectiva. Mesmo que alguns deles tenham algo de fantasioso, a “escrita de cenários” coerentes representa uma prática exigente em que se articulam a criatividade e a lógica, através do jogo inteligível de algumas variáveis. Habitualmente traçam-se três ou mais cenários correspondentes à evolução pessimista, normal ou optimista das variáveis principais e procura ver-se o efeito conjugado da sua evolução. Há trinta anos fazia-se isso com frequência, dando nomes apelativos a cada cenário. Eles eram motivo de trocas de impressões que mobilizavam um conhecimento razoável ou mesmo profundo da evolução de cada variável. Devo dizer que mais do que o

próprio cenário eram, para mim, mais importantes o processo que tinha levado à afinação de cada um e a discussão posterior que se processava em torno das hipóteses admitidas e das conclusões tiradas. Particpei em numerosas discussões deste tipo. Convidavam-me porque sabiam que eu me empenhava seriamente na análise dos pressupostos e na crítica das conclusões.

Na Europa havia muitos “think tanks” que se ocupavam em actividades de “scenario writing”. Sem dúvida que duas das mais importantes unidades ou células de prospectiva eram as da OCDE, em Paris, e da União Europeia, em Bruxelas. A primeira era dirigida por um alemão chamado Wolfgang Michalski, um homem poderosamente inteligente e cultíssimo com quem me encontrei várias vezes, no âmbito das suas funções. Era curioso que, na unidade de Bruxelas, estivesse a trabalhar um filho e outros parentes. Manifestamente a família havia eleito o ramo para sua especialidade, trocando impressões diariamente. Sempre achei que deveriam levar uma vida que além de útil, deveria ser muito estimulante e divertida. O que os distingua era não repousarem exclusivamente em modelos económicos cujas variáveis faziam subir ou descer consoante lhes parecia ser a evolução mais provável. Recorriam, obviamente a essa ferramenta, mas mobilizavam muitas outras informações da actualidade e, especialmente, os vastos conhecimentos de história que possuíam. Liam tudo quanto se ia publicando, conheciam os atributos dos principais agentes políticos europeus e mundiais que eram importantes para definir os seus comportamentos e ocupavam-se a fazer jogar entre si elementos tangíveis e intangíveis para definir quadros prováveis para a evolução da Europa e do Mundo. Além disso, viajavam sem cessar para falar com políticos ou académicos que lhes forneciam “inputs” válidos para os seus exercícios mentais.

Porque já nos tínhamos cruzado várias vezes, o Senhor Michalski solicitou-me uma conversa em Lisboa para me relatar aquilo em que estava ocupado naquele momento. Foi no dia 10 de Outubro de 1994.

O seu trabalho representava um exercício de longo-prazo: pensar acerca das várias opções que o futuro nos abria, numa perspectiva estratégica. Estava interessado nas novas políticas que iam surgindo e não na agenda internacional. Nesse momento, o estudo que estava a desenvolver para a OCDE, chamava-se

“Sociedades em Transição”. Fizeram análises dos vinte anos passados para tentar perceber as causas de insucesso de algumas políticas que haviam parecido promissoras, na ocasião em que foram lançadas. Começaram por estudar os sistemas de valores das sociedades agrícolas que eram correntes a seguir à II Grande Guerra, nos países da OCDE. Depois viram como tinha envolvido o emprego em termos quantitativos e qualitativos e na sua localização. Apreciaram as perspectivas da mudança futura. Concretamente no sector do emprego apreciaram o que os países tinham necessidade e aquilo que eles iriam eliminar. Quais haviam sido as qualificações habilitantes que tinham sido dadas aos Cidadãos? Seriam eles suficientes para os prepararem para as seis ou sete mudanças de emprego que iriam ter de enfrentar nas suas vidas? Porque, para ele, era certo que estava fora de causa terem “a job for life” sem necessidades de reciclagem ou de adaptação a novos quadros de actividade. O tempo de “training for one type of job” estava totalmente ultrapassado.

Era preciso definir as políticas de infra-estruturas para o fim do século, porque as necessidades expressas eram muitas, as expectativas grandes e havia que fazer escolhas. Deveria investir-se nas metodologias para definição de prioridades. Havia pouco espaço para seguir políticas de continuidade. Era preciso mesmo fazer escolhas, dando preferência à melhoria das condições de desempenho (“performance”) e à manutenção das infra-estruturas existentes. Havia chegado o tempo de privatizar muitas infra-estruturas, remetendo-se os governos a actividades regulatórias. Citou o exemplo do novo aeroporto de Munich: 15 anos de discussão para 5 anos de construção; o resultado foi ter-se acabado por usar previsões ultrapassadas e não recorrer à tecnologia mais moderna; tínhamos de nos aplicar mais para aprender como reduzir os tempos de discussão e decisão.

Era importante aprendermos a articular melhor o conceito e os instrumentos da coesão com a governância. Esta iria ocupar um lugar crescente nas nossas preocupações.

Ele havia participado num exercício da OCDE que ficara famoso. A publicação respectiva, com o título “Interfutures” tinha sido largamente difundida; eu próprio, no Porto, organizara, na ocasião da publicação, uma sessão pública de exposição e debate. Mas Michalski era crítico em relação ao documento; disse-me que

tinham sido “mensagens” a mais; os leitores dispersavam a sua atenção; deveriam ter passado mais algum tempo para seleccionar meia dúzia de prioridades verdadeiramente importantes que ficassem na cabeça das pessoas e fossem capazes de orientar a acção dos políticos. Deveria manter-se como reflexão permanente um programa de definição de “international futures” possíveis e, depois, proceder à análise, sector por sector, de maneira a ser possível carrear para a discussão geral elementos muito realistas que tivessem verdadeira influência sobre o curso dos acontecimentos. Deveria começar-se por uma reflexão muito horizontal para seleccionar os assuntos a explorar e depois separá-los para aprofundamento de cada um (“pigeonholing”).

Seria bom ouvir a voz de países de fora da OCDE; isso daria uma nova dimensão, mais realista, à discussão. Ele gostaria de contar com o meu apoio pessoal e o do Governo Português para desenvolver temas que lhe pareciam úteis: a escassez de capital depois do ano 2000; a consolidação fiscal; as diferenças entre os países que tinham capacidade para atrair capital e os que não a iriam ter, etc. O encontro seguinte da unidade de prospectiva seria sobre os cenários a longo-prazo do desenvolvimento da China: explosão ou implosão? Com enfoque especial nos preços da energia e no ambiente. Para o ano seguinte, 1996, já estava previsto que o tema fosse o desenvolvimento a longo-prazo da agricultura; havia áreas deficitárias que poderiam ser transformadas em zonas equilibradas ou mesmo superavitárias: sobre que aspectos actuar para que isso acontecesse? Todos os temas a tratar respeitavam a decisões estratégicas que tinham de ser tomadas por governos e por organizações internacionais. Ele tinha percebido que eu atribuía muita importância a este género de reflexões. Daí o querer assegurar o meu apoio e eventual participação e, mais importante, a sensibilização do Governo de Portugal para apoiar as propostas quando elas chegassem à mesa de decisões da própria OCDE.

Continuo a achar que é importante treinar os decisores nestes exercícios de longo-prazo. Os aprendizes de políticos têm uma tendência patológica para o imediatismo. É preciso dar-lhes profundidade de vistas.

\*

No dia 12 de Outubro teve lugar, no Palácio de S. Bento, a última sessão em que intervim de comunicação formal aos partidos políticos do conteúdo das propostas de Orçamento do Estado e de PIDDAC.

Algumas vezes era eu que começava, outras o Ministro das Finanças. Nesse ano, como era a primeira intervenção deste tipo do Dr. Eduardo Catroga e foi ele quem iniciou a exposição.

O Orçamento estava orientado para as famílias e para as empresas. Tinha-se procurado assegurar a estabilidade macro-económica e aprofundar as políticas estruturais. Impunha-se reduzir o défice do sector público administrativo e colocar o crescimento das despesas correntes abaixo da inflação. Pelo contrário, as despesas de investimento e de capital iriam subir expressivamente. As prioridades tinham sido: a Educação, a Saúde, a Habitação e a Segurança Social. As funções na área social representavam 76% do crescimento da despesa pública. Iria manter-se alguma pressão fiscal; mas começar-se-ia por tentar conseguir uma maior eficiência do sistema fiscal, cuidando da capacidade, para gerar mais receita. De qualquer forma, o crescimento da massa fiscal não seria superior ao crescimento do PIB nominal. Impunha-se a moralização fiscal por via da luta contra a evasão fiscal. A evasão fiscal em Espanha era estimada em 5% do PIB respectivo! A nossa teria de ser muito menor. A competitividade das empresas merecia-nos o maior cuidado. Estabelecer-se-iam estímulos à “poupança longa”. Queríamos ver crescer o mercado de capitais. Havia um vector orientado para as famílias de que faziam parte instrumentos como: planos populares de poupança, PPR, poupança-habitação, seguros de capitalização, seguros de vida e seguros de doença. Importava muito para nós a defesa do rendimento das famílias. Era evidente que tudo isto estava dependente de haver ou não um acordo de concertação social. Procurávamos que fossem estabelecidos os equilíbrios necessários a que as empresas funcionassem de forma mais competitiva possível. Iríamos cumprir a Lei das Finanças Locais. O ano de 1993 havia sido um ano mau; restava aferir quão mau ele havia sido.

Seguidamente, eu fiz a apresentação do PIDDAC para 1995, com alguma elaboração sobre as principais afectações de meios, muito orientadas para assegurar as contrapartidas das ajudas comunitárias que recebíamos.

O primeiro a ser ouvido foi, como de costume, o principal partido da Oposição, o PS. Começou por achar que havia uma disparidade de tratamento entre os parceiros sociais e os Deputados; aqueles intervinham mais do que estes. Apesar disso, o contacto nesse ano havia sido muito mais descontraído do que nos anos transactos. Queixaram-se de que os resultados económicos e os resultados sociais tinham sido muito diferentes, tendo como base o mesmo discurso oficial. A criação de emprego preocupava-os; queriam mais informação sobre o sub-emprego e sobre a emigração causada pelo desemprego. A impressão que tinham era de que a evolução havia sido num sentido preocupante. Queriam informações actualizadas sobre a concretização do PIDDAC 94 para o poder comparar com a proposta feita para 1995. Estava a haver cumprimento dos objectivos fixados em matéria de convergência nominal? O discurso político do Ministro da Saúde não estava a ser claro em matéria de quantificação das metas a alcançar; o mesmo se poderia dizer em relação à Segurança Social. Que taxa de crescimento se previa para o sector da Educação? E para os serviços autónomos? Não compreendiam que se fizesse depender algumas medidas de carácter político do facto de se celebrar ou não um acordo de concertação social. Queriam maior elaboração sobre as medidas de carácter fiscal. Havia informação actualizada acerca da execução do orçamento para 1994? No âmbito da política autárquica contemplavam-se já as verbas necessárias para o desempenho das novas competências cuja transferência estava a ser negociada?

Aquele era um orçamento especial por ser o oitavo da maioria absoluta do PSD. Acabava por representar um orçamento de balanço de um longo período de actuação do partido. Iria haver continuidade de esforço para alcançar a convergência real? Ou a retoma a que assistíamos era passageira? Dever-se-ia substituir o título “Preparar Portugal” por um outro mais ajustado como, por exemplo, “Continuar a preparar Portugal”? ... E o que é que estava previsto para a função pública e para a celebração de Parcerias Público-Privadas?

O Ministro das Finanças e eu esclarecemos as perguntas feitas. Ele acrescentou que seria apresentada uma rectificação do OE 94, com a inclusão de mais receitas e de algumas transferências suplementares para a Segurança Social; tudo isso, com redução do défice. O sistema judicial iria ser revisto na sua globalidade. Ti-

nha de ser repensada a Lei das Finanças Locais, porque ela absorvia meios excessivos em relação às nossas disponibilidades.

O Partido Comunista veio a seguir. Repetiram-se as exposições. Disseram que achavam ter havido optimismo excessivo em relação à evolução do quadro macro-económico apresentado. Por exemplo, em relação às exportações havíamos sobre-avaliado o chamado efeito Ford-Volkswagen. Também era exagerado o optimismo relativamente à Formação Bruta de Capital Fixo. A evolução de 3,5% para os salários não era consonante com a evolução da procura privada. Dispunham de informações relativas à execução do PIDDAC 94 que a colocavam aquém do que havia sido previsto; assim, parecia estar a haver estagnações no âmbito da Educação e da Saúde. Não se poderia tentar ganhar competitividade à custa dos salários! Em matéria de política fiscal tinham dúvidas relativamente às alterações propostas. Recomendavam particular aplicação na luta contra a evasão fiscal. Não nos havíamos pronunciado acerca da compensação às Autarquias Locais sobre as isenções fiscais concedidas em matéria de sisa e outros impostos. No que tocava ao FEF, iria haver reposição dos prejuízos causados ao longo dos últimos anos por ele não ter sido feito nos montantes previstos na Lei? E iria haver verbas distribuídas directamente às freguesias?

Como se pode ver eram quase todas perguntas retóricas.

Na sessão com o PSD, o Ministro das Finanças sublinhou quão inconveniente era termos colocados na função pública 15% da população activa.

O CDS interessou-se, particularmente, pelas Grandes Opções do Plano.

\*

No dia 12 de Outubro tive a habitual conversa com os partidos a respeito das GOP e do Orçamento do Estado, com os “Verdes”. As suas preocupações maiores tinham a ver com a nossa estrutura industrial antiquada e com os equipamentos obsoletos que eram, por isso, vulneráveis a qualquer abanão internacional. As PME dispunham, cada vez menos, de condições de sobreviver, porque a sua produção não era competitiva, a não ser que elas fossem profundamente reestruturadas. As micro-empresas eram, para eles, muito importantes. Estávamos a atravessar uma fase de profunda reestruturação, acompanhada de uma revolução cultural.

Na realidade, o problema não era somente do Governo, mas de toda a Sociedade. No dia 13 de Outubro, logo às 8h30 da manhã, recebi o PSN (Partido da Solidariedade Nacional). O seu representante (Prof. Manuel Sérgio) começou logo por dizer que se havia demitido de todos os seus lugares, sendo aquele o seu último acto oficial como membro do seu partido. Este não tinha qualquer viabilidade. Os princípios por que se norteavam não eram muito diferentes dos do partido do Governo; e os seus objectivos estratégicos eram patrióticos. Mas tinha chegado à conclusão que tanto uns como outros já estavam representados na Assembleia. Deixava, contudo, algumas recomendações: o Governo não deveria cair na tentação de ser o “bom aluno da Universidade de Bruxelas”... Havia uma larga faixa da população que reclamava uma actuação humanitária robusta. Ora o Governo tinha de fazer com que não houvesse falta de sintonia entre a convergência com a Europa e os despojos humanos que poderiam ficar à margem. Poderia haver uma visão holística ou uma visão antropocêntrica dos problemas; ele preconizava uma visão personalista. O problema dos subúrbios não era dissociável dos da agricultura; por isso não se poderia acabar com o “entretém” que era a terra, para muitos dos habitantes dos subúrbios. Os habitantes dos meios rurais, quando se sentiam desocupados migravam para os subúrbios das áreas metropolitanas. Sobreviviam, em sequência, a desocupação, o desenraizamento, a violência e a agressividade. A Segurança Social estava muito fragilizada; por isso, o que mais o preocupava era a crise que estava a atravessar o Estado-providência. O Ambiente também o preocupava; era mais perigoso para o ambiente uma manada de vacas do que uma central nuclear; o que sucedia era que uma coisa que matasse mais lentamente parecia menos agressiva; contudo, era mais perigosa. Não nos deveríamos esquecer do Cidadão concreto; havia muita gente a viver nas bordas da sociedade com riscos de marginalização. Era a favor da componente de solidariedade do Orçamento e dos PPR (Planos de Poupança Reforma).

O Ministro das Finanças ainda avançou com a informação de que Segurança Social não havia sido maltratada no Orçamento; dispunha de cerca de 400 milhões de contos. Eu não me lembro de ter acrescentado nada à discussão. O nosso interlocutor estava muito deprimido. Mas quem o ouviu alguma vez na Assembleia ou



leu as Actas das Sessões com as suas intervenções, reconhecerá, no que eu transcrevi, o seu estilo habitual. Era um homem angustiado, face à maldade do mundo!

\*

Aproximava-se a data de apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 1995. O grande problema, desse ano e dos seguintes, seria a parte da Segurança Social. Bastava olhar para a evolução demográfica para ficar com a certeza sobre o que nos esperava.

Eu costumava insistir em que houvesse benefícios fiscais concedidos às empresas que criassem emprego e exportassem. Mas sabia, também, que os Ministros das Finanças não gostavam nada de os conceder; todavia, era preciso forçar a retoma económica e isso quem o faria seriam os empresários que dinamizariam o investimento; mas teriam de ser incitados a fazê-lo. Um problema crónico das empresas portuguesas era estarem sub-capitalizadas. Impunha-se que se fizesse algo para ultrapassar essa debilidade.

Tinha que se propor, também, uma rectificação do Orçamento relativo a 1994, com vista a reduzir o défice. Tinha havido um aumento das receitas, mas acompanhada de um aumento das despesas, o que reclamava um acerto. Como era habitual, um dos ministérios que maior reforço de verbas precisava era o da Educação. E devido a uma correcção da série do PIB, tinha-se verificado que ele havia subido, em média, 12% até 1992, algo que implicava um aumento das verbas que tínhamos de transferir para a União Europeia. Tratava-se de reduzir o défice em cerca de 22 milhões de contos.

\*

No dia 13 de Outubro recebi os presidentes das Associações Empresariais de Castelo-Branco, Aveiro, Coimbra, Guarda e Viseu. Vinham convidar-me para participar no congresso que iriam organizar em Castelo-Branco, tendo em vista a criação de uma Câmara de Comércio e Indústria da Região do Centro. Como entendo que falta sistematicamente ao nosso País, capital institucional cujas unidades se encarreguem de conduzir autonomamente os fins para que se reúnem os seus associados, disse-lhes logo que participaria, encorajando-os a serem autónomos.

Porém, como é costume, foi sol de pouca dura. Acabaram por se deixar representar por órgãos nacionais sediados em Lisboa... É evidente que custa muito a descentralização! É preciso uma persistência sem limites!...

\*

Estávamos na recta final do ano de 1994. No fim do verão de 1995 iria haver eleições legislativas e, por isso, havia que reunir com os órgãos partidários para auscultar o que era mais importante fazer, além daquilo que já constava do PIDDAC 95 que, nessa ocasião, estava prestes a ser entregue na Assembleia da República. Em 14 de Outubro reuni-me com as distritais do PSD, do Norte, recolhendo as suas sugestões. Di-las-ei todas de seguida:

Era importante nomear a comissão instaladora do Instituto Politécnico do Cávado e Ave e construir escolas em Celeirós e Real, com pavilhões gimno-desportivos. O trecho do IC5 entre Guimarães e Chaves era urgente. A electrificação e duplicação da linha de caminho-de-ferro do Minho tinham de ser feitas até Braga e não parar em Nine.

O Museu D. Diogo de Sousa tinha de ver as suas obras concluídas até 1995. A estrada nacional 103, entre Braga e Chaves, deveria ser objecto de grandes melhorias. A ligação entre Braga e Guimarães era estruturante, mas seria um erro fazê-la em auto-estrada por causa dos numerosos acessos laterais que reclamava; era melhor ser uma via rápida.

Ainda era preciso muito “betão”! O que ele tinha era de ser selectivo. O partido não podia, de modo nenhum, apoiar “betão a sul e votos a norte”... A ponte da Ermida não estava suficientemente dotada de meios para realizar os seus acessos. A saída para norte, nas Guardedeiras, era inaceitável! Tinha de ser resolvida rapidamente.

A cobertura escolar da Região do Norte mostrava-se muito deficiente.

O IP3, a norte de Viseu, era urgente e o IP5, entre Viseu e Albergaria-a-Velha, já estava saturado. Tinha de se assegurar uma articulação eficiente entre os IP5, IP3 e IP4. Depois, havia trechos urgentíssimos: Resende/Ponte da Ermida; Tarouca/Toro; Tabuaço/Moimenta e mais não sei quantas...

O hospital de Lamego reclamava atenção bem como o acesso e a ETAR do hospital de Viseu.

A estrada nacional 222, entre a Régua e a Ponte das Bateiras, já tinha sido adjudicada, mas não se via início de qualquer obra no terreno.

Nos serviços desconcentrados da Administração alguns estavam guarnecidos com quadros incompetentes; tal era o caso do sector da Educação, em alguns distritos. E os CTT estavam a desguarnecer o território. O sub-programa que tratava das obras intermunicipais com alguma dimensão deveria privilegiar o interior.

O metropolitano de superfície no Porto tinha de andar depressa.

E a constituição da empresa Águas do Cávado não deveria tardar.

Como era costume a insistência respeitava às estradas! E o “betão” tinha de ser selectivo, mas continuava a ser betão...

\*

A revisão do código cooperativo ocupava-me algum tempo em consultas externas. Em 19 de Outubro recebi o Deputado Francisco Silva, da CONFAGRI, que me veio transmitir as achegas da sua organização.

Estavam satisfeitos com o projecto do Código e com o processo de auscultação que havíamos adoptado. O texto que lhes havia sido entregue era globalmente positivo, mas tinham quatro reservas: i) os sócios normais não poderiam ser investidores; ii) na extinção de uma cooperativa, uma vez solvidos os compromissos, o património remanescente deveria reverter para os cooperadores (a Lei previa que fosse para outra cooperativa); iii) deveria haver a possibilidade de voto plural, como na legislação alemã ou na espanhola, quando nós prevíamos que cada cooperador tivesse direito somente a um voto e iv) o recurso para os tribunais dos órgãos cooperativos deveria ser só para os actos das assembleias gerais, sendo o de todos os outros órgãos para a própria assembleia geral.

Lá se chegou a uma solução de compromisso. Recomendou muito que o decreto-lei das cooperativas de ensino fosse revisto rapidamente. Não quis elaborar sobre as razões da pressa (Vimo-lo poucos anos depois ...). Finalmente, insistiu, particularmente, na necessidade de se estabelecer um novo regime fiscal para as cooperati-

vas. Neste campo tive de ser prudente nas minhas promessas; é que os Ministros das Finanças não gostam nada de regimes especiais, sejam eles para quem forem.

\*

O Décimo-Segundo Governo teve um excepcional Secretário de Estado do Turismo, o Dr. Alexandre Relvas. Inteligente, informado e muito dinâmico deu racionalidade ao sector e traçou, para ele, linhas estratégicas muito ajustadas; o seu Ministro apoiou-o sempre na sua acção, encorajando-o nas múltiplas iniciativas que foram lançadas. Uma delas foi o Plano Regional de Turismo do Algarve, elaborado em colaboração com os Ministérios do Planeamento e do Ambiente.

O propósito fundamental era oferecer turismo de qualidade, enquadrando a oferta que se fosse manifestando no sector privado. Tratava-se mais de coordenar as acções locais do que de fazer desencadear grandes iniciativas de origem central. A este nível sobressaíam a formação e a promoção da imagem do Algarve, assente num misto de produtos turísticos diversificados, mas orientados, especialmente, para a gama das classes média e média alta. Deveria acentuar-se a faceta da segurança, da tranquilidade e da qualidade do acolhimento. Além do sol e praia, para os quais não havia dificuldade na oferta, queria-se acentuar outras componentes: o turismo da natureza, do desporto e da cultura. Ora, para isso tinha de se proceder a algumas alterações profundas, visando a requalificação das áreas turísticas e das frentes de mar, a recuperação dos centros históricos e a preservação do ambiente urbano. Importava actuar urgentemente na melhoria do saneamento básico e na qualificação das praias. Importava curar da acessibilidade, fazendo acelerar a ligação por auto-estrada a partir de Lisboa (veio a estar completa em 2003), completando a Via do Infante e melhorando numerosas estradas interiores. Havia, especialmente, que olhar para o sistema de sinalização turística que, na ocasião, deixava muito a desejar.

O sector queixava-se da burocracia. Impunha-se, por isso, desburocratizar o processo de licenciamento turístico, especialmente dos empreendimentos turísticos de alta qualidade que eram aqueles que mais nos interessava ver concretizados. Tínhamos notícia de que, nessa ocasião, haveria 240 milhões de contos de investimento presos “nas malhas da burocracia”... Era, seguramente, o domínio que

reclamava atenção mais urgente. Um deles, por exemplo, estava preso por não haver definição do corredor por onde passaria a auto-estrada na zona de Querença; montava o investimento em causa a 16 milhões de contos! Tratava-se, na maior parte dos casos, de coisas que reclamavam decisões sensatas baseadas na melhor informação disponível; a partir daí, passava a funcionar como um “dado” já adquirido, não atrasando nada do que estivesse a jusante.

A “animação” era importante, nomeadamente no que tocava aos parques temáticos e aos centros de congressos.

A formação de mão-de-obra qualificada representava um pré-requisito.

Era importante o controlo da oferta, particularmente no do alojamento paralelo que estava muito disseminado e não contribuía, em nada, para aquilo que se tinha como objectivo. Mas havia que atender, também, ao lado da procura, melhorando os canais de distribuição.

No campo da segurança, o principal problema respeitava aos drogados e à pequena criminalidade que, habitualmente, lhe anda associada.

Nessa ocasião (1994) havia cerca de 60 milhões de dormidas de não-residentes. Corresponhia a 41% da oferta hoteleira nacional e a 400 milhões de contos por ano de receitas. Mas era o turismo de massas que dominava no Algarve. E, como se sabe, não é esse o mais interessante, em termos económicos. A permanência média do turista no Algarve era de 7,8 dias enquanto, ao nível nacional, ela era de cerca de 10 dias (Suponho que a recente popularidade dos voos “low-cost” deve ter feito baixar muito este valor). As áreas preferidas eram, por ordem: (1ª) Albufeira; (2ª) Portimão e (3ª) Loulé. No campo da restauração era visível um aumento surpreendente: 1.500 novos restaurantes por ano! E as novas discotecas andavam por volta das 500, por ano! O produto base era, como já disse, o “sol e a praia”. Mas o “golf” representava um recurso inestimável. O Algarve era considerado o “paraíso europeu” do golf, estimando-se que 30 campos de golf não seriam de mais. Mas importava desenvolver o turismo cultural, o da saúde e o da natureza.

A idade média do turista que visitava o Algarve andava à volta dos 40 anos. Distinguia-se o que gastava, em média, um turista estrangeiro – 20 contos por dia – do que fazia um nacional – 11 contos por dia.

Os turistas queixavam-se dos cuidados médicos, da escassa oferta de animação cultural, das vias de transporte sofríveis e do ambiente degradado. Relativamente aos mercados, o britânico, o holandês e o alemão dominavam. Mas, neles, predominava o turismo de massas.

Deveríamos estar muito atentos ao abastecimento de água e à recolha de lixos. E também as marinas eram insuficientes para a procura que se manifestava. Mas havia, em todo o sector, um potencial de crescimento imenso.

A prioridade ia para o desembaraço imediato dos empreendimentos de alta qualidade. Para isso, o Ministro Faria de Oliveira queria ver criado um grupo de coordenação interministerial que ajudasse a ultrapassar os estrangulamentos. Propunha que ele abordasse, em conjunto, o Algarve e o Alentejo, porque este estava a nascer para o sector com grande dinamismo.

Estávamos cientes de que havia, no sector do golf, uma grande concorrência de Marrocos; todavia, no conjunto de atributos que ambos ofereciam, o turista mais exigente preferia o Algarve.

O consumo de electricidade punha algumas limitações. Sabia-se que os hotéis não procuravam racionalizar esse consumo, não transferindo certas utilizações para fora das horas de ponta. Isso punha problemas ao abastecimento.

Havia reparos em relação ao deficiente apetrechamento das marinas.

No domínio do Ambiente andava-se à procura de soluções integradas por serem as mais satisfatórias. A pressão fazia-se, sobretudo, sobre o litoral; conviria transferir algumas iniciativas para o interior. A expansão do golf punha problemas sérios no que tocava ao abastecimento de água.

Como já disse, havia queixas em relação ao apoio médico. Para a sua melhoria iria contar, seguramente, o lançamento do hospital do Barlavento e seis novos Centros de Saúde, com três extensões. Mas havia, nitidamente, um problema de saúde pública: os acidentes rodoviários representavam a quarta causa de morte no Algarve, quando eram a quinta no país.

O objectivo do Ministro do Comércio e Turismo era conseguir uma operação integrada de desenvolvimento do género das que tinham resultado bem na Península de Setúbal e no Vale do Ave, com um gestor responsável pelo conjunto das acções e uma comissão de acompanhamento. Mas, tirando o caso dos grandes

empreendimentos “encalhados”, por razões diversas, eu insistia em que a situação era diferente da daquelas duas áreas, porque o Algarve já estava quase todo coberto por PDM. Deveria o desenvolvimento ser considerado como um processo normal, para cuja solução as instituições e os instrumentos disponíveis tinham de ser suficientes.

\*

As preocupações com o Ambiente haviam nascido com força, dez anos antes. A isso ajudou muito a receptividade que o tema teve junto dos jovens. Eles não queriam herdar um mundo degradado. E nós, no 10.º, 11.º e 12.º Governos, demos resposta e amplidão às diversas componentes do sector. Em Outubro de 1994 quisemos verter num Plano Nacional da Política do Ambiente, as linhas gerais do que nos propúnhamos fazer no sector. Por sua vez, no nosso Plano de Desenvolvimento Regional já havia um plano operacional para o Ambiente, devidamente dotado com meios financeiros que tinham sido negociados no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio. Mas também existia, um 5.º Programa-quadro Europeu com o qual ele se deveria articular. Tal como se passava no sector da Ciência e Tecnologia.

O Plano em preparação não era uma mera lista de medidas; tinha o carácter de um documento estratégico, uma espécie de “carta de navegação” e assumia a forma de um “sliding” ou de um “rolling-plan”, algumas vezes avaliado e refeito em conformidade com os resultados entretanto obtidos. Também não poderia ser lido como um instrumento impositivo sobre os outros sectores, devendo ser mais entendido como uma base de negociação com eles. Reconhecia-se, naturalmente, a existência de conflitos de interesses, no seio de uma sociedade que dispunha dos diversos mecanismos de concertação necessários. Alguns ministérios haviam contribuído com capítulos inteiros que tinham sido incluídos com poucos ou nenhuns ajustamentos na sequência de numerosas discussões entre as partes. Todos queríamos que ele fosse um plano para cumprir, reconhecendo aos sectores as suas dinâmicas próprias.

Para nós, era muito importante a Educação Ambiental (tal como a Educação para a Ciência). O Ambiente era, sobretudo, a gestão de bens de uso comum; ora, não havia na Sociedade instituições específicas para a sua gestão. Era preciso a arti-

culação entre várias instituições. Mas havia numerosas disfunções ambientais que tinham de ser resolvidas, das quais se salientavam as diversas formas de poluição da água, do ar, dos solos, etc. Na maior parte dos casos, resultantes do desordenamento das actividades respectivas e das tecnologias que elas mobilizavam. Impunha-se, por isso, criar mecanismos de prevenção que, se fossem adoptados, evitariam que a poluição ocorresse.

Nós tínhamos de continuar a dotar o País com infra-estruturas que assegurassem a superação de carências básicas, tais como o abastecimento de água, o tratamento dos esgotos, a recolha e o tratamento de resíduos sólidos, a redução até níveis aceitáveis da poluição do ar, etc. Para tal tinham que ser qualificadas numerosas infra-estruturas e equipamentos.

As parcerias ou mesmo a celebração de contratos de concessão com o sector privado representavam vias promissoras para a resolução de numerosas situações. As parcerias tinham particularmente em vista as Autarquias Locais e, por isso, o Ministério do Ambiente deveria concertar-se com o Ministério do Planeamento. Mas também havia problemas de concorrência e, daí, a necessidade de o fazer, também, com o Ministério do Comércio e Turismo.

A conservação e valorização do nosso património natural representavam um imperativo. Eu sabia bem que as Autarquias Locais queriam ser compensadas, em sede do FEF, das consequências dos condicionamentos que as áreas protegidas lhes impunham. Mas elas estavam a desempenhar uma função de interesse nacional!

A política ambiental deveria representar um conjunto harmonizado das políticas de todos os sectores, nomeadamente do sector produtivo e, especialmente, ter um carácter preventivo. Deveria actuar-se antes do mal ter ocorrido. A via contratual e a via da prevenção tinham de sobrepor-se à via normativa; a experiência mostrava que adiantava pouco legiferar em abundância.

A análise dos chamados “Impactes Ambientais” representava então, uma prática recente, mas que tinha vindo para ficar. Não deveria, contudo, ser vista como uma maneira de fazer “chumbar” projectos; conviria que fosse entendida como uma forma de chegar a bons projectos; por isso, deveria ser praticada tão precocemente quanto possível, quando se estivesse a tratar de elaborar um projecto.

Havia, por outro lado, as auditorias que às empresas competia realizar. Elas deve-



riam estar associadas a preocupações para conseguir níveis elevados de “qualidade global”. Tinha de se articular a acção com as próprias empresas, com as suas associações sectoriais e regionais e, naturalmente, com o Ministério da Indústria a quem deveriam caber muitas dessas acções e contactos.

Um outro sector em que a contratualização se impunha com vista à adopção de práticas correctas era o da Agricultura. Não estando em situação tão grave como a Holanda, no que tocava à eutrofização dos solos, a verdade é que nós já tínhamos casos de poluição que poderiam ser graves, nomeadamente no que tocava à poluição dos aquíferos.

O Segundo Plano de Desenvolvimento Regional tinha dado maior expressão a todos estes aspectos do que o anterior, nomeadamente em relação à construção de estradas e outras infra-estruturas, no que ao seu impacte sobre o ambiente dizia respeito. E os nossos agentes de cooperação privilegiados, neste campo, eram as Autarquias Locais e as empresas.

Por outro lado, as convenções internacionais tinham-se sucedido umas às outras. A última grande conferência realizara-se no Rio de Janeiro (Rio – 1992), elevando muito o nível das expectativas. Os mecanismos de participação tinham-se generalizado, mas havia que evitar as chamadas formas de participação selvagem que punham mais abaixo do que erguiam. Nós tínhamos avançado muito, em Portugal, ao longo da década anterior. Não estávamos numa posição tão apurada como a sueca, mas encontrávamo-nos bem acima da de Marrocos ... Os EIA (Estudo de Impacto Ambiental) haviam-se tornado quase uma rotina.

A proposta original de Plano apresentada pela Ministra do Ambiente tinha 515 páginas o que foi considerado como inconveniente, dada a ambição que tínhamos de o tornar lido pela maior parte dos agentes. Talvez se pudesse passar muito do texto para anexo, concentrando na parte principal o que tinha, efectivamente, carácter estratégico. O importante era que não se haviam verificado objecções de fundo. Todos estavam interessados em contribuir para que o desenvolvimento fosse limpo e não se comprometesse o futuro.

\*

Em fins de Outubro de 1994 estávamos ocupados com a preparação da Cimeira luso-espanhola que iria ter lugar no Porto nos dias 18 e 19 de Novembro. Eu não tinha nenhum tema específico a abordar, mas interessava-me muito o que se viesse a passar em torno do Plano Hidrológico Espanhol e das suas consequências para Portugal; tudo, naturalmente, por causa do empreendimento do Alqueva.

Prosseguia o diálogo político com os Ministros dos Assuntos Exteriores dos países da Europa de Leste com vista à sua integração na União Europeia. Que tipo de relações é que Portugal privilegiava com esses países: bilaterais ou no quadro da União? Apesar da sua debilidade económica não seria indiferente a sua integração no mercado interno; esta teria alguma repercussão sobre nós próprios. Era preciso insistir em que não se esquecesse o flanco sul e a orla mediterrânica da Europa. Não poderia agora ser tudo para o Leste. Os serviços em Bruxelas têm muitos comportamentos de moda; nós sabíamos isso por experiência própria! Já tínhamos sido “chics”, mas isso havia passado... Agora era o Leste... Era preciso lembrar que a Europa tinha interesses permanentes e que Mediterrâneo era um deles.

A PAC tinha de ser adaptada a esses países. A resposta era mais fácil, porque, sendo impossível transferir as regras da velha PAC tal como elas estavam, a solução seria a coexistência, neste sector, de duas partes da Europa a velocidades diferentes. Era a chamada Europa de geografia variável... Mas a nós importava-nos muito o Mediterrâneo e os nossos vizinhos da margem sul. Por isso, apoiávamos o Programa MED que triplicava os meios da política mediterrânica em vigor até então. Os pontos de ancoragem dessa política eram Marrocos, Tunísia e Israel, percebendo-se bem as razões da escolha. Aliás, as nossas relações comerciais com Israel haviam sido muito dinamizadas.

O MERCOSUL representava a única experiência paralela à União Europeia existente no resto do mundo. Naquela ocasião (1994), a América Latina representava uma zona de expansão das relações económicas muito promissora para a Europa. E Portugal estava em boa posição para colher daí alguns benefícios.

O Programa Têxtil, uma iniciativa comunitária na qual nós tínhamos o maior interesse, havia sido aprovado contra a vontade de muita gente (a Espanha – por causa da Catalunha – a Bélgica, a Grécia e a Irlanda). A própria Comissão não

morria de amores por ela, ao contrário do Parlamento Europeu que havia sido instrumental para a sua aprovação, nomeadamente os Deputados portugueses. Havia, porém, pormenores da “cozinha comunitária” que teriam de ser accionados de novo; por causa de uma mudança de rubrica, no cabimento do programa, era necessário que este fosse de novo ao Conselho que já o havia aprovado, mas que tinha que dizer de novo, que o fazia por unanimidade! Nós só poderíamos continuar a usar o argumento da ratificação do Uruguay Round que tinha mexido com o sector têxtil. Mas era evidente que os descontentes iriam aproveitar a ocasião para obter vantagens noutros “dossiers”. Nós esperávamos que o dito Programa ainda entrasse em vigor em 1994; mas só o faria depois de aprovadas as perspectivas financeiras, o que deveria acontecer em Novembro. Refiro isto para ilustrar que, na União, a negociação é uma actividade permanente, cada vantagem adquirida tendo um preço que será cobrado na altura própria; ninguém cede nada de graça.

Para nós era muito importante integrarmos o grupo de Schengen. Não nos convinha nada descolarmos dele, ficando para trás.

Nessa ocasião estava muito activa a rota dos Balcãs, no domínio da droga e da lavagem de dinheiro. A isso se associava uma emigração de componentes duvidosas. Não havia fronteiras que lhe resistissem. Para contrariar a expansão só poderíamos contar com o trabalho de sistemas de informação eficazes. Mas nós deveríamos aproveitar a oportunidade para reforçar a nossa cooperação com os países da Europa de Leste, sem deixar de insistir na importância do Mediterrâneo.

\*

Em 27 de Outubro reunimos um grupo de Ministros e Secretários de Estado que tinham mais a ver com as consequências do Plano Hidrológico Espanhol e, por conseguinte, com as negociações que se aproximavam, para as preparar com conhecimento de causa.

O lado espanhol aceitava a necessidade de se celebrar um convénio, embora todos soubéssemos que os anteriores haviam sido infringidos, de um modo ou de outro. No meu caso, eu sabia perfeitamente os exageros que tinham ocorrido no “Plan de Badajoz”, mas, aí, havia a desculpa de que a jusante, no Guadiana, nós

não estávamos a usar a água, nem dávamos sinais de que viéssemos a fazê-lo. Por outro lado, as instâncias comunitárias estavam conscientes de que existia um problema, neste sector, entre os dois países. Numa manifestação de boa-vontade, o Governo espanhol ainda iria proceder a uma reformulação do plano para poder anunciá-la na “Cumbre”. Queriam fazer um acordo com Portugal, mas nós sabíamos que a posição negocial seria dura (Como devem ser todas as posições de partida...). Estavam dispostos a ceder o uso dos recursos sobranes por vinte e cinco anos. Mas isso não nos interessava nada! Se, ao fim desse tempo, não sobrasse água nenhuma, as infra-estruturas entretanto construídas ficariam sem utilidade ou sujeitas a um regime aleatório. Eles não demonstravam nenhuma vontade de partilhar a soberania sobre o recurso como era norma nos grandes rios do centro da Europa. Os convénios não eram, normalmente, cumpridos pela parte espanhola que estava em posição “cavaleira” em relação aos recursos. Impunha-se rever os convénios e salvaguardar o seu cumprimento rigoroso. O problema era o de sempre: consideravam os pontos de atravessamento da fronteira portuguesa como a foz dos seus rios. Eles não admitiam a gestão conjunta das bacias hidrográficas; mas nós não poderíamos tolerar que não fosse tido em linha de conta aquilo que cada um fazia no seu território, com cada curso de água. Pairava sempre a ameaça do desvio de parte dos recursos para outras bacias (Nós sabíamos que os russos contemplavam o desvio de traçados inteiros de rios na Sibéria para irrigar as suas culturas, deixando à míngua grandes territórios quase secos situados no sul que seriam, desse modo, condenados, inexoravelmente, à desertificação... Mas isso acontecia no império dos soviets!...).

A questão negocial fundamental era considerar em bloco a gestão das três bacias (ou quatro ou cinco: mais Minho, mais Lima) ou começar por uma abordagem rio a rio. O ponto crítico, para mim, era o Guadiana, mas eu chamava a atenção para a diminuição muito expressiva das afluências em Portugal, em relação ao Tejo; alguma coisa de errado se estava a passar, também nesta bacia. Mas porque urgia, deveria começar-se a negociação pelo Guadiana, manifestamente a situação mais difícil.

Já estava acertado que se começaria, em princípios de Novembro e em Madrid, as negociações, bacia a bacia. Deveríamos fixar como data limite o fim do ano, mas

os diplomatas e os especialistas intervenientes transmitiam-nos a impressão de que eles mostravam algum “amolecimento”, não estando nada empenhados na celebração rápida de um acordo. Para complicar as coisas o próprio Plano Hidrológico Espanhol estava a ser contestado internamente, o que se adicionava às dificuldades para cumprir o calendário. Eu aconselhava a que se começasse a falar neste assunto à Comissão Europeia e mesmo no Parlamento Europeu. Havia experiência europeia na gestão de bacias hidrográficas multi-nacionais; nós não queríamos mais do que a aplicação ao nosso caso daquilo que já havia sido concertado em outras partes do espaço europeu.

O sector da energia tinha preocupações relativamente à repartição de recursos hidro-eléctricos que, muitos anos antes, havia sido estabelecida. Recomendava que não se perdesse nada do que já havia sido acordado. Particularmente importantes era o caudal do Douro que não convinha nada que fosse mexido, uma vez que já estavam construídas todas as barragens tanto no trecho internacional como no nacional.

A qualidade da água e os caudais ecológicos representavam aspectos novos a adicionar à definição dos caudais. Mas o aumento dos caudais ecológicos não poderia ser conseguido sacrificando, por exemplo, o caudal do Douro. Em 1994, iríamos produzir 40% da energia consumida por via hidro-eléctrica; não só no Douro, obviamente...

Deveríamos fugir das compensações dadas em dinheiro; elas seriam facilmente alteradas e nós do que precisávamos, de facto, era de água. Entre as sugestões que foram alvitradas constava a obrigatoriedade dos espanhóis passarem a recorrer a melhores tecnologias para a rega, nomeadamente, o sistema gota-a-gota que tantas economias induzia (Pelo facto de, no Alentejo, se ter generalizado um sistema para regar as oliveiras, a água disponível em 2000, passou, em 2017, a poder regar mais 50.000 hectares! Portanto, as técnicas de rega também devem integrar os factores mobilizados para a discussão de acordos).

Temíamos as séries de anos de seca que eram frequentes. Os nossos técnicos alertavam-nos para o facto de, com as condições tecnológicas vigentes, ser certo que Espanha não iria cumprir o acordo proposto ao fim de uma série de quatro anos de seca seguidos; não dispunha de reservas para o fazer. Daí a importância da referência ao recurso às novas tecnologias de rega.

Talvez que a negociação que mais nos conviesse fosse tratar de cada bacia de per si, fazer o somatório das condições para todas as bacias e negociar no conjunto as compensações. Mas estas tinham “condições de fronteira”, das quais a mais importante era a manutenção do caudal do Douro, por causa das onze barragens a fio-de-água que já estavam construídas.

Era evidente que havia numerosos aspectos técnicos a analisar, mas tanto o ponto de partida como o de chegada eram políticos. Por isso queríamos que tudo se passasse no âmbito da Cimeira; se tivesse que surgir qualquer forma de “trade-off”, ele deveria ter lugar noutros sectores e não no seio do sector da água. Esta, para nós, era vital! Sabíamos que os Espanhóis não gostariam de ter contenciosos connosco e que tinham receio de levar conflitos para resolução em Bruxelas. Por isso, deveríamos manter o carácter político da negociação, sempre apoiada numa análise técnica muito aprofundada acerca das consequências de qualquer posição. Não deveríamos, de modo nenhum, embarcar em qualquer proposta de diferimento das decisões para esperar pela última versão do Plano Hidrológico Espanhol; a experiência mostrava que eles aproveitariam o tempo para fazer o máximo de obras possíveis. Chegar-se-ia, potencialmente, à situação caricata de o Plano nunca acabar de ser feito e de as obras serem todas (ou quase todas...) construídas...

Tinha de se andar depressa e aproveitar a primeira Cimeira para obter ganho de causa. Mal sabíamos nós que as “Cumbres” iriam ser interrompidas daí a uns tempos...

\*

Em 31 de Outubro tive uma sessão de trabalho com o presidente da Comissão de Coordenação da Região do Centro. Entre outras coisas, comunicou-me que já estava aprovada a criação de um Instituto de Psicologia Cognitiva e Desenvolvimento Vocacional e Social em Coimbra. Parecia vir a ser uma instituição com utilidade. Havia-se realizado recentemente o 2.º Congresso do Conselho de Empresarial do Centro. Como resultado, tinham apresentado um projecto para a construção de uma sede. Recomendiei-lhe que não desse muita atenção à proposta. Eu preferia que eles atribuíssem prioridade ao lançamento de novas empresas e ao fortale-

cimento das existentes; a questão da instalação da sede não me parecia urgente. Mas esta inversão de prioridades era corrente...

Também havia uma proposta para a construção de um Centro de Congressos em Coimbra, num local chamado “Guarda Inglesa”, situado na margem esquerda do Mondego, em plena Reserva Ecológica Nacional. Pedi-lhe para ver se haveria um edifício antigo que pudesse ser adaptado. Eu antevia as maiores dificuldades, em termos ambientais, à localização proposta; temos visto, aliás, como é vulnerável às cheias toda aquela zona.

Tinham sido lançadas acções de formação dos chamados agentes de desenvolvimento. Disse-me que, depois dos cursos, os formandos nunca ficavam desempregados. Isso deu-me oportunidade para lhe sublinhar por que é que eu preferia este tipo de acções, de natureza imaterial, à construção de novas sedes para instituições nascentes que ainda não haviam demonstrado plenamente as suas capacidades de realização.

\*

A criminalidade e a corrupção preocupavam-me, obviamente. Não é que, em Portugal, houvesse manifestações de grandes níveis nas duas áreas, mas nenhuma delas fazia bom-viver, convindo atacá-las logo que elas surgissem. Em Setembro tinha sido publicada a lei que definia as formas de combate à corrupção; era preciso, então, dotar os diversos organismos dos meios necessários à sua efectivação. Do que as pessoas mais se apercebiam era da pequena e da média criminalidade que atacava especialmente em meios urbanos e espalhava uma sensação de insegurança muito desconfortável. Era em Lisboa e na sua coroa suburbana que ocorriam 70% dos crimes que se verificavam em Portugal. Tinha evidentemente de ser combatida e isso reclamava a existência de meios, nomeadamente de agentes da polícia que garantissem a segurança. Havia a pretensão de só colocar voluntários nas zonas de maior risco e isso estava a ser feito. De forma arrelhiadora, verificava-se uma associação do narcotráfico a essa pequena criminalidade. Não era possível separar um combate do outro e contra a marginalidade que lhes andava associada, especialmente nas duas áreas metropolitanas, onde os “arrumadores” de automóveis contribuíam com a sua parte para a intranquilidade que se vivia. Aí a acção tinha que ser articulada com as Câmaras Municipais.

Conviria, que se realizasse um dia de debate sobre todos estes temas na Assembleia da República.

\*

No quadro da discussão do Orçamento (especialmente do PIDDAC) e das Grandes Opções fui à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano na tarde do dia 3 de Novembro. As duas propostas de lei já haviam sido distribuídas, mas eu comecei por referir as grandes linhas dos dois documentos. Intervieram os Deputados Manuel dos Santos, Vieira de Castro, Silva Pinto, Octávio Teixeira, Nogueira de Brito, Gameiro dos Santos, Luís Sá, Duarte Pacheco, Silva Peneda, Crisóstomo Teixeira e Rui Carp. Resumirei o teor das suas intervenções:

Dever-se-ia estabelecer uma conexão entre a competitividade e a contribuição autárquica.

Tinha havido uma sessão de trabalho com técnicos da OCDE sobre o emprego, na qual se recomendara a redução das onerações sobre as empresas como forma de fazer aquele aumentar. Os custos indirectos do trabalho deveriam permanecer sob observação apertada. Folgavam por se verificar um tão expressivo crescimento real do PIDDAC: 19%, quando a inflacção prevista era de 4%! Por outro lado, o FEF também crescia 13%, o que significava um crescimento real de 9%.

As Grandes Opções não eram muito diferentes das do ano anterior, nem havia razões para isso. Tinha-se desvanecido a ambição pela regionalização? Nós havíamos sido os primeiros a entregar o PDR (a “prova escrita”...) em Bruxelas; mas isso não nos havia adiantado muito. Em Espanha, a discussão prolongara-se mais tempo. Havia pressas que eram desconfortáveis e que o Deputado em causa não compreendia. Mas estava de acordo com o que nós nos propúnhamos fazer em matéria de ambiente; isso implicava uma articulação mais profunda entre o Ministério da Indústria e o Ministério do Ambiente. Impunha-se a travagem da excessiva urbanização das grandes metrópoles, por via da revitalização das cidades médias da Província que tivessem capacidade para gerar emprego. Acreditava que 1995 representasse um ano de retoma; mas nós éramos, nesse processo, mais “wagons” do que locomotivas; em que sectores é que poderíamos desempenhar este último papel? O PEDIP II não havia tido nenhuma influência nesse sentido;



só desempenhara um papel de bombeiro... Que agricultura é que nos propúnhamos fomentar? A política de formação profissional deveria ser articulada com a política industrial e com a criação de emprego. Ora o que víamos era uma desarticulação entre a formação e a educação. Por outro lado, conviria que houvesse complementaridades entre a investigação científica e a universidade. Deveriam ser explicitadas as articulações que recomendávamos entre aqueles quatro domínios. Não deveríamos manter grandes ilusões acerca da capacidade de criação de emprego das ILE (Iniciativas Locais de Emprego); o apoio às médias empresas é que fomentaria a criação de emprego. O que é que o Governo pensava fazer, em matéria de política salarial? Tínhamos que acabar de vez, com a ideia de que Portugal era um país de baixos salários.

Chegar primeiro a Bruxelas não era tudo! Deveria ter havido uma discussão prolongada no seio da Assembleia da República sobre o Plano de Desenvolvimento Regional. Preocupante era a queda dos fundos previstos para 1994! As ILE não iriam criar emprego que se visse. Quando disporiam os Deputados do PIDDAC 95 regionalizado? Era isso que importava analisar. Qual teria sido o valor da quebra verificada entre o investimento público projectado para 1994 e o efectivamente realizado? E qual tinha sido o verdadeiro impacto económico do investimento da AUTO-EUROPA? Seria bom estabelecer comparações entre os fundos atribuídos às Autarquias Locais em Portugal e nos outros países comunitários; e ver, também, o peso da contribuição predial em todos eles. Havia, manifestamente, entre nós, uma desactualização do valor patrimonial que servia de base para o cálculo da contribuição autárquica; era preciso corrigi-lo com urgência; parte da contribuição autárquica ia directamente para os cofres do Estado quando o seu destino deveria ser os Municípios. Relembrou que o IVA também incidia sobre o investimento e não somente sobre o consumo.

Afinal, não havia Grandes Opções! A principal condicionante de tudo era a União Europeia; logo, ela é que representava a Grande Opção definida pelo Governo! O ano de 1995 iria ser o da preparação da conferência inter-governamental de 1996; o que estávamos a fazer nesse sentido? Estávamos a contemplar a possível construção de uma Europa a duas velocidades? Com o reforço dos órgãos inter-governamentais? O que é que o Governo estava a fazer em relação aos atrasos do

implemento do Tratado de Schengen? Como se iriam desenvolver no futuro as questões da Saúde e da Segurança Social? Porque era certo que o problema do financiamento da Saúde iria afectar, de alguma maneira, as GOP. Era seguro que iriam continuar os estrangulamentos nas duas áreas! Em matéria de reforma administrativa as GOP eram pobres; não havia menção a acções nem a estudos sobre a matéria. Qual a visão estratégica que se apresentava para a economia? Não queria que eu lhe dissesse que indústrias iríamos apoiar (Nem eu o faria!...), mas insistia na definição daquele quadro estratégico que enunciava as consequências sobre Portugal da globalização da economia em curso. Deveria apostar-se na Educação, articulando-se com a Formação Profissional.

O que é que se passava com a regionalização? Então o PSD vinha agora invocar a grande tradição municipalista do nosso país? Esperava ver a tradução material dessa vocação no Orçamento do Estado! Mas não via!... Estava-se a pensar na transferência de competências para as Autarquias no âmbito da discussão do OE; mas por que não deveria ela ocorrer calmamente ao longo do ano? A Associação Nacional de Municípios Portugueses ainda não havia dado o seu acordo às propostas constantes do OE 95; ora isso era essencial! A Lei das Finanças Locais nunca tinha sido cumprida! Quando se pensava fazê-lo? Em relação ao cadastro ele estava desactualizadíssimo e isso tinha repercussões sobre a aplicação do Código da Contribuição Autárquica; era preciso corrigir urgentemente as matrizes; Como estávamos em matéria de actualização do Código de Avaliações? A grande maioria das Assembleias Municipais já tinha aprovado as taxas para 1995; como é que se iria articular isso com o conteúdo do OE 95? Não se havia cumprido a legislação sobre o IVA turístico; por quê? Eu tinha dito que o QCA II duplicava os fundos para as Autarquias Locais; ora estava a ser dada prioridade aos investimentos intermunicipais (grupo B) e estes deveriam ser da responsabilidade da Administração Central (Tive de ocupar muito tempo a explicar a este Deputado por que é que a escala importava para resolver os problemas de infra-estruturas municipais! Ele sabia isso perfeitamente. Só queria ficar melhor na fotografia para o mostrar aos Presidentes das Câmaras do seu partido...).

A desertificação do Interior preocupava muito um Deputado. Ora, havia uma desproporção grande nos meios afectos ao Litoral e ao Interior. A este só eram faculta-

das umas “aspirinas” que não curavam a doença. As GOP deveriam ser muito mais afirmativas a este respeito. Os emigrados do Interior tinham ido para o estrangeiro e não para as áreas metropolitanas. Por isso, os investimentos feitos nestas não tinham aqueles destinatários. Era preciso conferir mais atenção à questão da acessibilidade, da eliminação das “barracas” e da exclusão social. Tinha de se valorizar o papel das cidades médias. Na questão da regionalização, as cinco regiões poderiam ser uma boa solução! E como ia o empreendimento do Alqueva? E a afinação do modelo institucional para a sua gestão? O princípio da consignação das receitas deveria ser arredado, definitivamente; queria conhecer os números da distribuição do FEF e os critérios que tinham presidido à sua repartição. Em matéria de transferência de competências para as Autarquias Locais, seria certo que estas teriam de admitir novos funcionários para as desempenhar; tinha eu contado com isso? (Era evidente que não porque as Autarquias estavam inundadas com funcionários admitidos a seguir a 1974! Havia, eventualmente, que pensar em acções de formação para permitir a sua reconversão...). Em muitas partes do Interior, as Câmaras Municipais eram os maiores empregadores; elas queriam constituir-se em executores directos das obras; que estava eu a fazer para o permitir (Nada! Porque eu não gostava dessa administração directa e pretendia fomentar a realização de concursos, mesmo que tivessem de ser criadas pequenas empresas de construção locais...). Como decorria o meu diálogo com a ANMP? Constava que tinha sido interrompido... (Não era verdade! Eu nunca me permitiria quebrar um canal de comunicação!...). Um Deputado sublinhou que não tinha havido críticas às GOP. Isso era motivo de felicitações. E como decorria a questão da transferência de competências para as Freguesias?

A questão do IVA social não era uma aberração, como havia sido afirmado, mas uma solução correctíssima, tanto sob o ponto de vista técnico como político. Este Deputado era a favor da diversificação das receitas da Segurança Social, não penalizando somente o factor trabalho.

Um outro Deputado estabeleceu comparações entre a estrutura do PIDDAC naquele ano e nos anos anteriores, para concluir que não havia alterações de monta. A não ser no Ministério da Administração Interna onde havia uma redução expressiva numa ocasião em que se verificavam problemas de insegurança acresci-

da. A subida extraordinária no Ministério do Mar era por causa das contrapartidas internas de um novo programa comunitário?

A todas estas perguntas e comentários foram dadas as devidas respostas. Separá-vamo-nos sempre em bons termos. Volto a dizer que se perdeu muito neste tipo de trabalho das comissões quando se tornaram as reuniões abertas à Comunicação Social; hoje só se fazem declarações para fora, ninguém estando interessado em esclarecer ou ser esclarecido.

\*

As cooperativas debatiam-se com falta de capital e de gestão profissional. Algumas tinham sorte com os cooperadores que assumiam funções directivas, mas havia uma generalizada incapacidade naqueles dois domínios.

O INSCOOP desenvolvia acções que permitissem ultrapassá-las. A formação de gestores era obviamente uma delas, mas para a falta de capital foi sugerida a criação de sócios investidores. Eu tinha algumas dúvidas de que alguém que não fosse cooperador fosse investir as suas poupanças numa cooperativa. Mas aquela era uma sugestão que valeria a pena ser avaliada. Para isso, reuni-me, em 7 de Novembro, com três especialistas da área para ver se valia a pena ir para a frente com a sugestão.

Havia perguntas para responder ou contornos para fixar. O sócio investidor poderia ou não sair da cooperativa a qualquer momento? Em nome da escassez de capital usufruiria ou não de um regime mais favorável do que os próprios membros cooperadores? Teria estatuto privilegiado?

E como tornar mais atraente o regime fiscal das cooperativas? Para elas o lucro deveria ser residual. Com a entrada em cena de sócios investidores tinha que deixar de o ser; nesse caso, não se justificavam as isenções fiscais tão pretendidas; essas isenções seriam dadas na presunção de que as cooperativas não geravam lucro enquanto remuneração de um capital.

Talvez fosse melhor explorar a via dos títulos de investimento que funcionariam como um empréstimo obrigacionista. Tal como havia sido feita a sugestão, os sócios investidores teriam mais regalias do que os próprios sócios de uma sociedade comercial. Era preciso um travão ao resgate do capital por parte dos membros investidores.

Em resumo, em relação às acções formativas eu não tinha dúvidas nenhuma acerca da sua necessidade e relevância. Todavia, a introdução da nova figura de sócio investidor deixava-me cheio de interrogações. Por isso, pedi ao INSCOOP que fizesse um estudo comparado da legislação dos países culturalmente mais próximos de nós (Espanha, França e Itália) para ver como tinham eles resolvido a questão da atracção de capital e se haviam recorrido ou não à figura de sócio-investidor.

\*

Eu havia impulsionado a criação do Museu dos Transportes e Comunicações no edifício da Alfândega no Porto. Fazia-o no quadro da Educação para a Ciência e estava convicto de que seria um sucesso, por ter visitado alguns desses museus em países europeus.

Foi destacada da Comissão de Coordenação da Região do Norte, a Dra. Isabel Cardoso Ayres que impulsionou a criação do museu, começando pela reabilitação do edifício, segundo um projecto de enorme qualidade do Arq. Souto de Moura. Ainda hoje (2017) os visitantes ficam surpreendidos com o refinamento dessa operação.

Em 7 de Novembro soube que se iria agregar ao resto um núcleo de telecomunicações que a Telecom iria montar num espaço de 600 m<sup>2</sup> e do qual se encarregaria durante dois anos; seria a reconstituição de uma exposição subordinada ao título “Comunicar – Aventura sem fim” que tinha sido realizada em Lisboa. Acrescentar-lhes-iam uma estação dos TLP (Estação Stronger).

Lançar-se-ia, também, um livro sobre o edifício da Alfândega com um texto de um historiador de arte especialista do século XIX e outro do próprio Arq. Souto de Moura. Haveria uma parte atribuída a fotografos contemporâneos.

Estava a decorrer um estudo de viabilidade económica do museu. Também estava em curso uma exposição de automóveis antigos.

O museu ainda existe e eu vim a desempenhar diversos cargos na associação dos seus amigos; hoje (2017) já não o faço. Surpreende-me que ele não tenha tido o sucesso que os seus congéneres costumam granjear junto do público jovem. Será que isso tem a ver com o baixo nível de cultura tecnológica dos Portugueses? Ou com a sua falta de hábito de frequentar museus? Acho que se deve insistir.



FIG. Museu dos Transportes e Comunicações no edifício da Alfândega do Porto com Manuela de Melo e Isabel Cardoso Ayres.

\*

Em 9 de Novembro soube que o Primeiro-Ministro havia tido um encontro com as comissões distritais do PSD. Dessa vez eu não tinha sido convocado, de maneira que só posteriormente soube do que fora tratado. A grande questão era quererem saber mais sobre o Quadro Comunitário de Apoio e, desejavelmente, serem mais associados à sua concretização. Era um problema de comunicação que eles queriam usar como argumento, na sua acção de todos os dias. Sabiam que havia sido feito muito; queriam dados sobre isso, desde 1986; estava tudo publicado, mas eles pretendiam a informação da forma mais desagregada possível para poderem ir até ao nível do Concelho. Havia um conflito mais do que latente entre elas e as Comissões de Coordenação Regional que não lhes forneciam essa informação de modo tão pormenorizado quanto queriam. Como sabiam que eu insistia em que a informação dada ao público tinha de ser para todos, criticaram a minha posição. Eu haveria de mantê-la...

Entretanto, fora combinada uma reunião comigo. O prato forte seria o PDR e o QCA, mas haveria, também, o habitual: o FEF, o seu valor e a sua distribuição e as pequenas obras financiadas no âmbito do Equipamento Urbano. Mas sabia-se que a grande coisa para os mandatos locais de 1991/1995 e de 1995/99 seria o Plano de Desenvolvimento Regional e os empreendimentos que, no seu âmbito, iria promover a mudança.

Portanto, nada de novo na frente autárquica...

\*

No dia 17 de Novembro fui à Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus para responder a questões sobre o Orçamento de Estado para 1995 e sobre as Grandes Opções do Plano. Como era hábito, fiz uma exposição para caracterizar os dois documentos em apreço. Depois disso, seguiram-se as perguntas e comentários dos Deputados presentes. Intervieram os Deputados José Lamego, Rui Carp e António Murteira. Resumirei o teor das suas intervenções:

Não tinha havido uma crítica aprofundada sobre o QCA I e já se estava a executar o QCA II; isso não podia acontecer! Como se iria assegurar a cobertura do défice da Segurança Social? Queria mapas dos fluxos financeiros da União Europeia

para Portugal. Havia um enorme mal-estar nas escolas de formação profissional por causa dos atrasos de pagamento das ajudas do Fundo Social Europeu. Estavam a processar-se transferências de verbas do QCA II para pagar as despesas feitas no âmbito do QCA I? (Estavam, tal como havia sido acordado com a Comissão Europeia; tratava-se de situações de “overbooking”, perfeitamente integradas nas regras estabelecidas).

Um Deputado fez comparações entre dois documentos, um vindo do Ministério das Finanças (GAFEEP – Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas) e outro elaborado pelo Partido Socialista, para esclarecer que as operações do Tesouro também eram controladas, no âmbito das Contas Gerais do Estado. Quis saber como seria feito o reforço dos mecanismos de acompanhamento e controlo do novo QCA II, quais as iniciativas comunitárias de que beneficiaríamos e em que pé é que estava o “dossier” das redes transeuropeias.

Um outro vaticinou que, mesmo com a duplicação dos fundos estruturais, o Governo do PSD não iria ter a sua terceira maioria absoluta. Era preciso fazer um balanço muito rigoroso do QCA I; ele iria implicar, seguramente, alguns acertos no QCA II. O sector produtivo preocupava-o; quais haviam sido as melhorias obtidas na indústria, na agricultura, nas pescas? Em seu entender tinha tudo corrido de forma negativa! E o impacto no interior do país? O desemprego, a desertificação, o regresso da emigração, a marginalidade, a pobreza... tudo tinha voltado! (Eram só catástrofes ... Sem números a apoiar nenhuma informação... Eram só impressões e retórica...). A retoma ainda não era visível; deveríamos apostar nas pequenas e nas micro-empresas, porque eram essas que criavam emprego. Tinha havido uma degradação da qualidade de vida, particularmente nos meios rurais e nos subúrbios das grandes cidades. No Alentejo havia sérias preocupações sobre o funcionamento das unidades de gestão dos diversos programas operacionais. Queria mais informações sobre o Alqueva. Era um grande projecto mas sabiam pouco acerca dele!

Estas perguntas e observações adiantavam pouco à inteligência do processo.



\*

Seguiu-se o encontro com a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência com o mesmo objectivo e procedimentos idênticos. Intervieram os Deputados Paulo Rodrigues e Ana Bettencourt. Resumirei o que disseram:

Era difícil de analisar a proposta de Orçamento, porque havia um conjunto de acções vastíssimo, os números estavam dispersos por muitos sítios e as agregações apresentadas não deixavam ir ao pormenor (Não queria perder tempo a procurar o que pretendia...). Era ainda preciso um reforço pontual de infra-estruturas, particularmente em laboratórios. Perguntou se o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia tinha sido chamado para dar a sua opinião sobre o Orçamento; a auscultação ocorrera no dia 4 de Outubro. Em relação ao lançamento de novos programas, por que é que se tinha introduzido a área das aero-espaciais e não reforçado a da informática (Porque esta estava já razoavelmente provida e a primeira apresentava uma grande variedade de componentes que interessavam a numerosos sectores tecnológicos). O Programa PRAXIS era vastíssimo; deveria ser mais concentrado (Havia outros que queriam que ele fosse ainda mais vasto!...). Tinham verificado que havia diminuição de verbas para a gestão na JNICT e aumento no INETI; por quê? (Porque queríamos contrair os gastos administrativos e, no segundo caso, havia mais projectos). Achavam que estas eram de mais quando comparados com os do LNEC (Eram os que os Conselhos respectivos haviam seleccionado).

O ensino superior absorvia 40% dos meios; ora a evolução mostrava que tinha havido um aumento de ratios alunos/professor e também do número de aulas por professor. Ora isso iria ter consequências na investigação científica. Seriam reforçados os meios para a investigação nos Institutos Politécnicos? Havia docentes destes institutos que estavam a preferir ir para as escolas secundárias, porque nestas tinham menos horas de serviço; o que é que eu me propunha fazer para os reter? (A haver qualquer coisa seria a Ministra da Educação a ter de actuar e não eu...). No Ensino Superior verificava-se um condicionamento mais apertado à admissão de assistentes; por quê? Havia algum estudo acerca da absorção de investigadores pelas empresas? Qual era a política de inserção que eu defendia para o efeito? E nas ciências médicas, havia alguma política de absorção dos for-

mados (Sempre esta visão típica dos socialistas de que o Estado, além de formar os jovens, teria de lhes assegurar emprego!... A sociedade do conforto contra a sociedade da competição...). A investigação no domínio das Letras e das Ciências Humanas continuavam a ser as “pobrezinhas”, no meio do PRAXIS; o que tencionava eu fazer para as apoiar?

Não era com comentários e perguntas destas que se iria aperfeiçoar nenhum orçamento!

\*

O Leitor já percebeu que eu atribuo muita importância à nossa participação activa nas grandes instituições a que pertencemos. E, entre elas, à OCDE, onde se faz um trabalho de análise e de reflexão, por via de regra competente e oportuno. Por isso, eu mantinha conversas frequentes com o nosso representante junto da instituição e participava em iniciativas da sua responsabilidade. Em 21 de Novembro tive uma dessas trocas de impressões acerca do futuro, com o Embaixador José António Silveira Godinho, com quem mantinha relações amistosas há muitos anos.

Estava em causa constituirmos uma comissão de prospectiva que nos apoiasse nas nossas reflexões sobre o futuro. Havia sido publicado um relatório “La France de l’an 2000”, da responsabilidade de uma comissão coordenada por Alain Minc. Também tinha sido publicado, em 1993, um relatório de uma comissão constituída pela União Europeia, sob a coordenação de Edward Elgar, sobre a prospectiva na Europa.

Havia, na União Europeia, problemas de coesão social complexos. A evolução do “welfare state” apresentava-se problemática, por via do envelhecimento da população conjugado com o peso da Segurança Social nos orçamentos. Isso também nos tocava, obviamente. Observavam-se, por outro lado, manifestações de egoísmo e de materialismo crescentes. O consumismo e as soluções de facilidade cresciam. Havia uma contestação crescente à acção do Estado, mas, por outro lado, era urgente fazer ajustamentos no sistema educativo. As pessoas mostravam-se muito críticas em relação à eficácia da actividade da Administração; era reclamada, generalizadamente, maior desburocratização e melhor Estado; as avaliações “ex-ante” e “ex-post” tornavam-se imperativas. O emprego repre-

sentava, seguramente, a variável mais sensível; era preciso criá-lo e, para isso, impunha-se a flexibilização das condições de trabalho, a caracterização possível dos atributos dos futuros empregos e a consequente adequação do sistema educativo. Parecia inevitável a elevação da idade da reforma. Os problemas da pobreza e da marginalização aumentavam e generalizavam-se, ao mesmo tempo que se mostravam crescentes assimetrias na distribuição da riqueza: havia muita gente a ganhar menos, contraposta a pouca gente a ganhar muito mais!... O papel da família, na sociedade estava em grande mutação; todavia, ela ainda era a unidade de estruturação social. E admitia-se que viesse a desempenhar um papel progressivamente mais activo, particularmente em termos qualitativos. Por outro lado, sentia-se que o movimento sindical tinha de ser modernizado, particularmente, nas funções medianeiras dos sindicatos que deveriam ser mais expressivas nos níveis situados abaixo das relações com os governos. Por outro lado, esperava-se que houvesse uma intervenção muito activa das instâncias locais e da sociedade civil. A participação tinha de ser incentivada, chamando à acção novos protagonistas. E valorizando o associativismo voluntário. Dever-se-ia caminhar no sentido de obter mais consensos, por via de uma acção sistemática e aturada. Para isso eram importantes os medianeiros que resolvessem situações em patamares abaixo do topo e atenuassem os potenciais choques entre a sociedade e os governos. Atribuía-se muita importância à existência de mecanismos intermediários eficazes. Os sistemas políticos deveriam ser modernizados, nomeadamente por via da revisão do sistema representativo. Particularmente preocupante era o desencanto que se observava, entre os jovens, pela vida política; isso levava-os, muitas vezes, a adoptarem atitudes radicais que eram, simultaneamente, manifestações de protesto. A imigração, na Europa, representava um problema sério. Agravado pela diminuição do tempo de trabalho global, resultante da introdução generalizada de automação e de muitas formas de “robots”. Em consequência o tempo de lazer iria aumentar, mas deveria ser ocupado de formas diversas da praticada até então. Tinha de se forçar o aparecimento de novas estruturas que organizassem esse tempo. Por outro lado, as pessoas deveriam ser mobilizadas para projectos com utilidade social que, por reflexo, fizessem aumentar o “self-fulfillment”, dando um sentido novo às suas vidas. As questões do Ambiente iriam assumir cada vez maior peso.

Na Europa, importava reforçar o peso do “eixo latino”. Isso era particularmente urgente face à entrada na União dos nórdicos e dos países da Europa central e oriental. Portugal deveria desempenhar um papel activo nessa ligação ao sul. Eram estas as linhas gerais das preocupações que as conversas e os trabalhos de prospectiva faziam transparecer na OCDE em fins de 1994. Importava ser criativo nas respostas.

\*

Nos dias 24 e 25 de Novembro participei, na Assembleia da República, na discussão, em plenário, das propostas de Orçamento de Estado e das Grandes Opções do Plano para 1995. O que foi, então, referido encontra-se no Diário das Sessões; por isso não faço uma referência exaustiva ao que se passou. Mas como eu poderia ser chamado a responder, a qualquer momento, fui tomando notas daquilo que me poderia caber.

O Deputado Lino de Carvalho disse que as Autarquias protestavam sempre por não terem os meios necessários ao exercício das suas funções e que, aliás, estavam especificados na Lei. Elas haviam cortado relações comigo, porque eu as havia enganado em relação à Lei das Finanças Locais (Nem elas haviam cortado relações, nem eu as havia enganado...). Queria saber mais sobre o IVA Social e sobre a possibilidade da Segurança Social também abarcar as Autarquias (Não era possível concretizar o IVA Social como, aliás, ele já sabia). Em relação à contribuição autárquica eu também havia enganado as Autarquias (Não era verdade!...). Havíamos sido os primeiros a entregar o Plano de Desenvolvimento Regional em Bruxelas, mas os últimos a aprovar os projectos respectivos (Também não era verdade!...). Eu havia utilizado o INTERREG para fins eleitorais (Evidentemente não era correcto).

Esta técnica de dizer coisas falsas ou imprecisas ocorre com frequência. O importante é conseguir “caixas” para os jornais do dia seguinte. Não aprovo nenhuma manifestação de falta de rigor, por muito que me digam que é uma prática aceitável. Houve mesmo um Deputado que, diante de uma reacção mais viva da minha parte, me observou que aquilo não era nenhuma discussão de uma tese de doutoramento; tratava-se, somente, de um debate político...

O Deputado Jorge Lacão começou por dizer que “não era por muito madrugar que amanhecia mais cedo”... Suponho que para se referir à entrega do PDR em Bruxelas. Perpassava nos documentos uma lógica centralizadora e eu já não tinha disponibilidade crítica para comentar as propostas. A população estava a envelhecer em 2/3 do território e a desertificação seria inexorável; para a contrariar era necessária uma ousada política de descentralização que o Governo, manifestamente, não tinha capacidade para lançar. O valor da relação FEF/PIB estava a descer de forma inconveniente (O valor do PIB é que estava a crescer visivelmente...). Estávamos diante da falência total da nossa política em relação ao Poder Local. Bem como a respeito das cidades médias; em relação a estas havia mesmo razões de “vingança eleitoral” contra elas. Por terem votado maioritariamente na Oposição. Que razões havia para não termos resolvido as questões das assimetrias regionais? Nós ficaríamos na História como os coveiros da descentralização e do Poder Local!

Tudo isto eram só palavras (“Words! Words!”). Não havia substância nenhuma para comentar.

O Deputado Adriano Moreira considerava apreciável o esforço feito nos sectores da Educação e da Ciência e Tecnologia. Mas havia inquietações na população e o Governo era o último a acreditar nisso. Eu era o responsável pela Ética, como se via pelo texto das Grandes Opções e pela prospectiva. Ora, as previsões a longo prazo representavam recomendações que se fazia aos alunos, mas sem grandes consequências. Interessava-lhe mais saber o que se havia passado no Uruguay Round e quais as suas consequências para Portugal. Perguntou quando teríamos coordenação institucional na esfera da investigação científica. Havia manifestas deficiências na organização do sector e atrasos no implemento de uma estrutura de coordenação.

O Deputado Paulo Rodrigues começou por afirmar que o Governo andava a dormir!... O meu ministério era o do futuro, mas eu deveria coordenar o presente. Não tinham sido afectadas as verbas suficientes nem promovida a necessária articulação entre os Ministérios da Educação e da Ciência. As dotações para 1995 eram inferiores às de 1994, o que tornava o plano irrealista. Como encarava o Governo a contribuição das instituições de I&D face a essa diminuição de receitas.

Algumas vezes dizem-me que isto é linguagem parlamentar. Eu não estou de acordo! Acho tudo muito antiquado, com sabor à Primeira República. E, especialmente, traduz uma lamentável falta de preparação das intervenções. Ora, sem trabalho de casa e só com improvisações, não se vai longe...

\*

Em 25 de Novembro tive uma reunião com o Secretário de Estado do Turismo e com o Presidente da Enatur. Estava em causa definir um programa de sinalética relativa aos monumentos e outros elementos de interesse a visitar. Foi decidido incluir essa acção nos programas operacionais; o Fundo de Turismo contribuiria com 20%. Era preciso desencadear uma série de reuniões para agregar os sectores com responsabilidades potenciais neste campo. Decidimos também lançar um programa para a criação de uma imagem de Portugal, com fins turísticos. Havia a intenção de lançar dois festivais: o “Lisbon Arts Festival” e o “Oporto Arts Festival”, no âmbito da elaboração de uma agenda cultural para Portugal. Tomámos também a decisão de realizar um seminário de dois dias sobre o Turismo e as Autarquias Locais. Era preciso envolvê-las profundamente no respectivo programa sectorial.

\*

O Presidente recém-eleito do Comité das Regiões, Dr. Jaques Blanc, veio a Lisboa para visitas de cortesia, no dia 29 de Novembro. Foi recebido na Assembleia da República e pelo Primeiro-Ministro. Eu conhecia-o, há alguns anos, na sua qualidade de Presidente do Languedoc-Rousillon. Já me referi a ele e à sua energia transbordante meridional. Era um médico transformado em político, segundo um modelo francês, reproduzido em inúmeros livros e em filmes. Deixou-me para o fim das visitas para podermos almoçar juntos. Estava contentíssimo nas suas novas funções e cheio de ideias construtivas. Queria que eu participasse em muitas das iniciativas que iria lançar.

\*

No dia 28 de Novembro, às 21,30 horas, fui à Assembleia da República para sustentar a discussão, na especialidade, do Orçamento de Estado para 1995 e das Grandes Opções. Intervieram os Deputados Luís Sá, Gameira dos Santos, João de Matos, Júlio Henriques, Julieta Sampaio, Paulo Rodrigues, Fialho Anastácio, Duarte Pacheco, Fernando de Sousa, Lino de Carvalho, Silva Pinto, Hasse Ferreira, Crisóstomo Teixeira, Capoulas Santos, Carlos Luís, António Martinho e Corredor da Fonseca. Agora já não eram as grandes linhas que interessavam; tratava-se, mesmo, do pormenor. Quando ouvi ler a lista dos inscritos vaticinei que sairia de S. Bento de madrugada e não me enganei. Resumirei o que disseram:

O primeiro Deputado a falar mostrou a sua preocupação com os níveis de financiamento das Autarquias Locais que considerava baixos. Temia que se perdessem oportunidades de realização de projectos co-financiados por fundos comunitários, por não haver meios para assegurar as contra-partidas nacionais. O FEF era baixo e isso comprometeria, seguramente muitas actividades. Mas não era só o valor total do FEF que era insuficiente; os critérios de distribuição não valorizavam suficientemente a falta de acessibilidade, o que prejudicava os Concelhos mais isolados; punha-se, assim, em confronto Lisboa e o resto do País. Queria que eu fizesse comentários relativamente àqueles critérios. E como se faria o financiamento das Áreas Metropolitanas? Elas não eram associações de Municípios comuns; tinham outra natureza. Continuava a aumentar a pressão dos Municípios para resolver as “mazelas” da Administração Central, nomeadamente do Ministério da Educação. Em Oeiras havia o problema das Forças de Segurança. Os Serviços de Saúde estavam sujeitos a uma pressão verdadeiramente brutal, em termos de utentes. Como iria eu resolver a questão das indemnizações às Autarquias pelas isenções concedidas em matéria fiscal? Sabia que o PROT da Área Metropolitana de Lisboa estava avançado; como seriam resolvidos os problemas que se levantavam em relação aos PDM dos Concelhos que a integravam? Haveria desenvolvimentos novos em relação ao empreendimento do Alqueva?

Em relação à Regionalização eu mantinha a minha posição conhecida ou também havia mudado? Era urgente alterar a Lei das Atribuições e Competências Municipais e a Lei das Finanças Locais. Antes haviam tido o seu mérito, quando

foram produzidas (Pelo partido político do Deputado exponente...), mas estavam esgotadas as suas virtualidades; importava actualizá-las! Não em sede do Orçamento, mas em momento mais calmo, talvez através da apresentação de pedidos de autorização legislativa devidamente discutidos. Que pensava eu fazer? Tinha feito uma análise cuidadosa em relação à distribuição do FEF e chegado a conclusões surpreendentes. Elaborou sobre os casos de Constância e do Sardoal. Iria haver compensações pelas isenções e reduções dos impostos municipais? Os Governos das Regiões Autónomas faziam-no. Por que não seguia o Governo da República esse exemplo? As novas regras para a contribuição autárquica aplicar-se-iam já em 1995 ou seria só em 1996? Quando seria apresentado o novo Código de Avaliações? Ele não deveria “pôr no mesmo saco” os prédios anteriores a 1988 e os posteriores; havia que distingui-los! O IVA turístico iria ou não experimentar mudança na sua forma de cálculo? Qual era o verdadeiro alcance do regime de crédito anunciado no Orçamento de Estado, para as Autarquias Locais; registava que o governo preferia criar uma nova linha de crédito do que cumprir a Lei das Finanças Locais... Afinal, os fundos comunitários sempre iriam duplicar ou não? Nas discussões que sabia estarem a decorrer relativamente aos programas operacionais regionais e ao grupo B dos projectos (inter-municipais e com dimensão apreciável) estavam a ser aprovados projectos que se encontravam para além das normais competências dos Municípios; deveria ser o Governo a suportá-los na sua integralidade e não as Autarquias. Não apareciam no PIDDAC projectos para a regularização do Vale do Tejo, nem para os estudos necessários; ora tratava-se de uma verdadeira “riqueza” que, dessa forma, estava a ser posta em causa. Afinal o FEF tinha crescido 13% e as receitas das Áreas Metropolitanas também. Verificava-se na Área Metropolitana de Lisboa um investimento muito expressivo de mais de 1.000 milhões de contos! Sempre se manteria a regra do limite dos 85% para despesas correntes, por conseguinte reservando um mínimo de 15% para despesas de capital? (Era maior o montante destinado ao investimento). A redução do IVA de 15% para 6% em alguns sectores implicava um diferencial importante; as Câmaras Municipais haviam-no transferido para o Tesouro? Quando seria ratificado o Plano Integrado da Península de Setúbal?



Era certo que havia nas Autarquias um clima de descontentamento e preocupação por causa da escassez de verbas que as impediam de concretizar os seus muitos projectos. Tinham-lhes sido criadas outras expectativas. O montante da contribuição autárquica cresceria somente 4,77%; isso era insuficiente para as necessidades. Queria ver os estudos que tinham levado à fixação daquele valor.

A investigação científica era crucial para o desenvolvimento das regiões e para o aproveitamento dos recursos naturais e humanos. Ora o orçamento de I&D era baixo para responder a essa ambição. Estava a haver a necessária articulação entre os Ministérios do Planeamento e da Educação?

Um Deputado reclamou por não ter visto respondidas as suas dúvidas relativamente ao orçamento do INETI. Tinha analisado a proposta de Orçamento e constatado que havia institutos que estavam envolvidos em 17 programas distintos e um outro que só tinha um! Como era isto possível? E qual havia sido o parecer do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia? Estava convencido que todas as rubricas do orçamento de C&T iriam subir, mas, afinal, havia algumas que haviam baixado! Queria explicações para essas diminuições. Era na área das universidades que ele tinha verificado as maiores subidas; mas isso merecia-lhe muitas reservas. Havia uma manifesta falta de coordenação entre o Ministério do Planeamento e o da Educação. Achava que o modo como se estava a fazer o acompanhamento dos projectos era muito burocrático. E que solução prevíamos para resolver a situação do ITN (Instituto Tecnológico e Nuclear)?

A desertificação do Interior continuava a avançar. Que receitas tinha eu para a combater? Havia dinheiro e parecia haver projectos; por que continuavam as pessoas a emigrar? No Algarve os maiores investimentos concentravam-se no litoral; por que não os incentivava eu a ir para o Interior? Este não era objecto dos investimentos mínimos. O PROT do Algarve era polémico e alguns Autarcas não gostavam das suas propostas (Mas tinham-nas aprovado!...). A hierarquização dos centros urbanos e os investimentos estavam a vir tarde de mais. Os objectivos enunciados no PROT não iriam ser alcançados. Era preciso proceder-se com urgência a uma avaliação qualitativa do PROT. Queria que o Sistema de Incentivos Regionais contemplasse todas as Freguesias e não só algumas (Isto era contraditório com a concentração do investimento nas cidades médias, mas o Deputado

não se preocupava com esses pormenores...). Todo o território algarvio deveria ser considerado como região desfavorecida; queria que o URBAN também se aplicasse ao Algarve. O INTERREG I havia beneficiado muito o Algarve; mas em relação ao INTERREG II não sabia se, de facto, iria haver duplicação dos fundos; era importante que isso acontecesse, porque os Autarcas da Região saberiam dar boa aplicação ao dinheiro.

Dizia um Deputado do PSD que o PS insistia em exhibir o seu desnorte. Tanto recomendava o investimento nas áreas metropolitanas e nas cidades médias como no Interior profundo. Não sabia definir uma estratégia. A linha de crédito para os Municípios representava um instrumento de convergência.

Havia informação parca sobre o sector da Ciência e Tecnologia. Queria-a mais minuciosa. Se se fizesse a análise a preços constantes verificar-se-ia que as subidas das verbas eram pouco expressivas, entre 1992 e 1995. Pretendia consultar o parecer do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia. Tínhamos alcançado 1% do PIB no orçamento de C&T; mas isso era o mínimo; havia outros países europeus que afectavam o dobro ao sector! As verbas atribuídas limitavam-se a assegurar a cobertura das despesas correntes; e os investimentos de fundo como seriam financiados? A reestruturação do sistema de C&T havia sido feita? O que recomendava o relatório da OCDE já tinha sido concretizado? Queria uma avaliação do programa CIENCIA. Como se iria proceder à articulação entre o CIENCIA e o PRAXIS? Estavam previstas verbas para sectores tão importantes como as ciências do mar, a energia solar ou as ciências da informação? Onde estavam elas referidas, devidamente destacadas? Haviam passado três anos sobre a extinção do INIC: que vantagens é que tinha havido? As universidades continuavam a não dispor de verbas para a investigação. Deveria haver formação científica no secundário e doutores nos Politécnicos; o que pensava eu sobre isso? E em que termos se estava a processar a colaboração entre os Ministérios do Planeamento e da Educação?

Outro Deputado queria informações sobre o corte de relações entre o ministro e a ANMP (Que não tinha havido!...). Queria ouvir as minhas reflexões acerca da regionalização por causa da geração de parceiros para as acções de desenvolvimento. Não me causava preocupação a alteração súbita de posição do meu par-

tido em relação ao assunto? Havia poucas verbas para afectar ao Interior e isso preocupava-o. Também não estava tranquilo em relação às verbas atribuídas ao Alqueva; pelas suas contas, para 1995, faltava um milhão de contos!... (Quem me dera que fosse só um milhão! Era muito mais e isso impunha continuar a "esgravatar" para o conseguir). Tinha que se juntar ao Alqueva a margem esquerda e o Norte Alentejano (Era evidente que ele tinha informações relativamente ao que eu estava a fazer para o Enxoe e para o Norte Alentejano...). As obras na barragem dos Minutos eram para prosseguir? E o INTERREG só teria 3 milhões? Estavam a contar com dez! Havia atrasos inconvenientes em alguns ministérios sectoriais; o que estava eu a fazer para os recuperar? 1995 seria ano de eleições; eu estaria seguramente a tratar da transferência de verbas, de modo a colher benefícios. O artigo 11 da Lei das Finanças Locais fixava em 58% das receitas municipais orientadas para as despesas correntes e 42% para despesas de capital; essa distribuição estava a causar dificuldades (Ele queria, simultaneamente, mais investimentos e mais "dinheiro para gastos"...).

O Departamento de Oceanografia da Universidade dos Açores, no Faial, estava a funcionar em contentores; quando é que estes iriam ser substituídos por construções de pedra e cal? Tinha tido uma decepção com as GOP, porque entendia que elas deveriam ser mais ambiciosas e atrevidas; havia-lhes faltado o "sal da criatividade"! A transferência de competências para as Autarquias Locais deveria ter ido muito mais longe, particularmente nos sectores de Educação e do Ambiente. No campo da Ciência e Tecnologia, como articulava eu a minha acção com o meu Colega da Indústria? Estaríamos a caminhar para uma investigação demasiadamente aplicada? Ou haveria lugar para outras formas mais abrangentes? No PIDDAC deveria fazer-se sistematicamente as comparações a preços correntes e a preços constantes. Qual havia sido o destino dado a um documento apresentado sobre a C&T pela Associação Industrial Portuguesa (Onde o Deputado tinha um cargo directivo)? O SIR substituíu o SIBR, mas tinha uma vocação mais alargada: era verdade? Tornava-se urgentíssima a eliminação de barracas nas duas áreas metropolitanas. Como se fazia a distribuição do equipamento nas regiões fronteiriças? Numa perspectiva europeia ou simplesmente local?

As verbas do PRODEP (Educação) não haviam sido oportunamente atribuídas às escolas. Por isso algumas não haviam sido gastas; por que tinha isso ocorrido? Era verdade que havíamos criado um gabinete estratégico eleitoral? (Se o não tivéssemos feito, seríamos um partido muito incompetente...). E a extinção do INIC havia trazido resultados positivos?

O regime da contribuição autárquica deveria ser seguido de muito perto, porque tinha havido uma grande erosão de meios postos à disposição das Autarquias. O atraso verificado na publicação do Código de Avaliações estava a revelar-se muito negativo. As isenções ou bonificações deveriam fazer-se em sede de contribuição autárquica.

A barragem dos Minutos tinha de continuar (Acabou por ser posta ao serviço em 2003).

O Interior estava muito penalizado. Era importante construir a barragem do Sabugal (É uma barragem de terra que entrou ao serviço em 2000) e continuar com o regadio da Cova da Beira.

No PIDDAC 95 só estavam regionalizadas 46% das verbas. O Deputado que se queixava queria que se fizesse menção a tudo, mesmo à localização das obras nacionais (Isso facilitaria a sua acção local...). No âmbito do CIENCIA, a UTAD havia sido seleccionada para coordenar o projecto das florestas, mas estavam a ter dificuldades; o que iria eu fazer para as ultrapassar? Tinham desaparecido algumas pequenas obras do PIDDAC; por quê? (Havíamos decidido mencionar expressamente somente as de mais de 50 mil contos). Como estava a decorrer a Operação Integrada do Douro?

Na Lei das Finanças Locais estava fixado o regime do crédito municipal, com limitações à contracção de empréstimos; por que é que estas haviam de ser revistas e com que critérios?

Como se pode ver, o ministro era interrogado em relação a muitas coisas do âmbito local. Isso facilitaria a acção de cada um, sempre invocando a origem da informação. Já o disse várias vezes nestas memórias: convirá reduzir o número de Deputados, atribuindo a cada um o seu gabinete, que prepare as suas intervenções, fazendo estudos aprofundados acerca dos problemas das suas circunscrições. Se não o fizermos, a Assembleia corre o risco de ter como principal atribuição a designação do Primeiro-Ministro! O que é pouco!...

\*

Aproveitando ter ido a Bruxelas por causa do Conselho de Ministros da Ciência, reuni-me no dia 2 de Dezembro com os Deputados Europeus e alguns altos quadros Portugueses para falar com eles sobre o modo como viam o que se estava a passar em Portugal e na Europa, a partir do seu ponto de vista privilegiado, em que todos os dias tinham contacto com os problemas que os países da União Europeia viviam. Estiveram presentes os Deputados Eurico de Melo, Vale de Almeida, Carlos Costa, António Capucho, Costa Neves e Helena Vaz da Silva. Resumirei o que disseram:

Os objectivos que tínhamos diante de nós eram políticos, sociais, económicos e culturais. A política era a ciência do possível, mas as propostas de acção tinham que ser “vendidas” de tal modo que os cidadãos as “comprassem”. A luta contra o “establishment” era a regra, porque o Cidadão estava sistematicamente contra ele (Visse-se o exemplo do que se passava em relação ao Presidente Clinton). O Cidadão não se contentava em votar de quatro em quatro anos; queria participar todos os dias, porque era todos os dias que havia notícias sobre temas que lhe interessavam. Não queria ser ele a decidir, mas pretendia ser ouvido e detestava factos consumados. Eram os objectivos a alcançar em dez anos que o mobilizavam; contudo, todos os dias se tomavam decisões. No recente estudo sobre os “Desafios da Europa dos anos 2000” dava-se relevo à Economia nas suas relações com o Ordenamento do Território; eu já havia participado em várias discussões sobre o mesmo e, por isso, conhecia-o bem. Nele se recomendava que se criassem condições de vida atraente nos centros urbanos pequenos e médios, porque, de outra forma, acabaríamos todos a viver em áreas metropolitanas. Era evidente que, no caso português, se tinha de distinguir a situação das zonas litorais das do interior e, também, das fronteiriças que exibiam problemas especiais; as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto apresentavam sinais de saturação; por isso, era urgente fixar população noutras cidades capazes de a reter; e tal poderia ser feito através da concessão de benefícios de natureza financeira, aos pequenos e médios centros urbanos. Em matéria de rede rodoviária não se devia dar atenção unicamente às auto-estradas; havia uma rede complementar indispensável. No domínio do emprego o recente livro branco da Comissão revelava-se muito

“socializante”. Só as PME é que resolviam o problema do desemprego; as grandes empresas eram sistematicamente capital-intensivas; por isso aquelas deveriam ser as primeiras a ser apoiadas. Era forçoso que diminuísse a carga social do Estado na Segurança Social, na Saúde e no Ensino; ainda não se havia encontrado a forma e o tom ajustados para o fazer. No sector da Cultura, o Estado em Portugal mantinha-se demasiadamente interventivo quando se deveria limitar a actuar de forma supletiva ou incitativa; por isso se tinha de inverter o sentido da actuação que ao tempo se praticava.

Havia uma necessidade enorme de revitalização da Sociedade Civil e do seu envolvimento na vida comunitária. Era certo que estávamos a viver uma situação de crise da democracia representativa. A vida política estava a mediatizar-se e a personalizar-se demasiadamente; concentrava-se em meia dúzia de “actores”. A isso juntavam-se as crises das ideologias e das religiões. Tudo concorria para fazer crescer o fosso entre os eleitores e os eleitos. Aumentava o peso das “seitas” e o grau de obscurantismo na vida da sociedade; estas constatações estavam relativamente generalizadas pela Europa e pelo Mundo e não só em Portugal. Assistia-se ao esvaziamento dos corpos intermediários; faltava poder de aglutinação aos sindicatos, às associações e aos partidos; estes mostravam-se cada vez menos capazes de mobilizar militantes. Mas havia, também, um problema de responsabilização do Cidadão. Este, vendo-se desmotivado e desresponsabilizado, contestava as decisões; era nisto que radicava a crise do sistema democrático representativo ocidental. Não estávamos em posição de emergência de modelos ditatoriais, mas corríamos o risco de assistir a manifestações de nacionalismos ou de regionalismos. Dever-se-ia promover a concentração dos Cidadãos naquilo que fosse mais fácil de identificar como valores colectivos. Vislumbravam-se algumas tentações messiânicas de personalidades especiais, mas isso não teria sequência. Mais sérias eram as manifestações xenófobas ou racistas. Era perigoso algum pragmatismo a que se assistia sem qualquer visão ou projecto de enquadramento. A desvitalização da sociedade civil gerava problemas sociais novos nos quais se incluíam a exclusão social e o desemprego de longa duração. A crise que se vivia do “welfare-state” só se poderia ultrapassar por via da mobilização da sociedade civil.

Havia um problema de desencontro entre a vitalidade da sociedade civil e a capacidade de resposta do Estado. Se uma associação empresarial optimizava os seus objectivos por via do saque de subsídios do Estado, ela estava a optar pelo objectivo mais simples; o que era, manifestamente, errado.

A apreciação do desempenho de um político havia-se alargado a muitos vectores; a informação era muito maior e o nível de instrução dos eleitores havia crescido. O Cidadão sentia-se com direito a opinar sobre tudo, a criticar tudo e a intervir em tudo. O combate ideológico havia deixado de ser o organizador da vida política; um eleitor da direita podia ter uma posição ambiental de esquerda. Ora isso tinha reduzido muito a possibilidade de satisfazer cada um; daí a necessidade de manter um diálogo permanente, criando-se uma cumplicidade entre a sociedade Civil e o Poder Político; ela seria conseguida através de consultas, audições, processos “bottom-up” e coisas similares. Deixou de pesar tanto como fazia o confronto ideológico; a Sociedade organizava-se em torno de questões particulares. Por isso era necessária uma pedagogia prévia à tomada de decisões. O comando político já não se podia fazer com base no poder, mas na articulação do saber com o consentimento. A máquina administrativa tinha de adquirir muito mais saber para poder lidar com uma sociedade que, entretanto, havia adquirido muito mais conhecimento. A sociedade política legitimada para travar um confronto ideológico com a sociedade em geral havia perdido capacidade para o fazer. Teria de actuar por via da procura de consensos com uma sociedade muito mais informada. Não era possível apreciar o desempenho político através de um só vector; este passava a ser constituído por muitos ou a ter muitas dimensões.

Havia que transferir muitas competências para as Autarquias Locais. O PSD, há nove anos atrás, tinha vencido as eleições com a bandeira da modernização; havia que a refazer com urgência para travar um novo combate. Nessa ocasião, verificava-se que o PS ainda brandia predominantemente a bandeira da confrontação ideológica; e isso era entendido por cada vez menos eleitores. Mas era certo que nenhum partido conseguiria um total consenso numa dúzia de variáveis que se escolhesse; o consenso só se estabeleceria em torno de duas ou três; no resto haveria, muito provavelmente, divergência. Mas impunha-se fazer aumentar a zona de convergência e dispor de uma bandeira aglutinadora e motivadora; os

sacrifícios pedidos deveriam ser legitimados em função de um objectivo final que concitasse adesão. Este deveria anunciar um horizonte de bem-estar que fosse credível e que as pessoas sentissem estar ao seu alcance. Para tornar o processo inteligível deveria procurar reduzir-se o número de vectores através dos quais o desempenho político era analisado. Havia uma grave crise do projecto político, particularmente na formulação de objectivos que fossem capazes de mobilizar a sociedade; havia um manifesto desfasamento entre a sociedade civil que já estava a viver no século XXI e a classe política que ainda estava na década de 70. Não se podia prometer alcançar a lua, mas tinha de se encontrar uma fórmula mobilizadora que incluísse: (a) a criação de bem-estar das gerações futuras (A que estava em pior situação era, seguramente, a que nessa ocasião tinha 20 anos); (b) um modelo de solidariedade social que refundasse o princípio da igualdade de oportunidades e (c) a reafirmação da cidadania no plano individual e no plano colectivo. Como objectivo derivado, mas representando uma condição indispensável estava o equilíbrio macro-económico. Havia condicionantes: tinha que ser repensada a acção política e o diálogo com os actores sociais; era importante que houvesse uma grande cumplicidade com a sociedade, mostrando que os cidadãos assumiam os objectivos propostos e que eram capazes de os materializar. Havia condicionamentos ligados ao ponto de partida: afinal quem éramos nós?

Por outro lado, havia problemas de ordem externa. Tinham, entretanto, surgido dois concorrentes internacionais de peso: a China e a Índia. O desafio da estruturação do espaço europeu era enorme; não chegava dizermos o que queríamos, mas era preciso ser capaz de o fazer. Como condições adversas surgiam a nossa posição geográfica periférica e a nossa economia frágil. Era preciso reafirmar o eixo latino na estrutura europeia, mas isso estava muito dependente das próximas eleições presidenciais francesas. Nessa ocasião a alternativa era entre a aceleração da construção comunitária (Se fosse Jacques Delors a ganhá-las) e a aceleração da construção da zona marco (Se fosse Balladur a fazê-lo). (Como se sabe nenhum deles se apresentou como candidato, tendo sido Jacques Chirac a ganhá-las). As uniões económicas e monetárias haviam-se construído sempre contra um inimigo; ora, seria certo que a tendência que se observava era para a aceleração do processo. A estabilidade económica em Portugal representava um objectivo essencial e a Eu-



ropa um factor da nossa cidadania e do nosso bem-estar. Deveríamos satisfazer os critérios da convergência o mais cedo possível, explicando, uma vez e outra, a política orçamental e a política monetária que teríamos de seguir. O reforço da convergência não era antagónico da solidariedade; mas tornava-se imprescindível, também, promover a solidariedade interna dos Portugueses. Tinha de se reequacionar as funções do Estado como facilitador do acesso aos bens, como garante de igualdade de oportunidades e como fornecedor de bens para assegurar a cobertura de falhas do mercado ou para impor uma disciplina de qualidade. De qualquer modo, face às tão grandes mudanças porque que tínhamos passado, era oportuno repensar as funções do Estado; isso verificava-se ser particularmente urgente nos domínios da Saúde e da Segurança Social. Era certo que, abaixo de certo nível de rendimento, deveria ser o Estado a garantir o acesso a certos bens ou serviços, nomeadamente no domínio da Saúde. O Estado deveria cobrir os grandes riscos e os daqueles que não tinham meios. Era determinante a eficiência do tecido produtivo; a ideia de que os serviços poderiam representar uma solução viável tinha de partir do pressuposto de haver riqueza para poder distribuir; por isso, impunha-se o aumento da produtividade. Tínhamos de vencer o desafio tecnológico através de uma aposta na Investigação Científica e Tecnológica e no aumento da Formação Bruta de Capital Fixo e da poupança. Em paralelo, estava a prioridade conferida à Educação, à Formação e à Formação Contínua, porque as pessoas deveriam permanecer no centro das preocupações. A rede de cidades intermédias desempenharia um papel do maior relevo no processo de desenvolvimento; não se deveria investir demasiados meios nas grandes concentrações urbanas; mais valeria fazê-lo nas cidades intermédias. Deveria assegurar-se condições de atractividade nas zonas do interior de modo a que elas garantissem a permanência da população fora das duas grandes áreas metropolitanas; por isso, as redes de equipamentos locais mereciam a maior atenção. Deveríamos estar preparados, na Europa, para suportar o embate de grandes migrações com origem no Norte de África.

Deveria aprofundar-se a ligação com todas as instituições europeias localizadas em Bruxelas, nomeadamente com o Parlamento; os Deputados Europeus deveriam ser considerados como parceiros a mobilizar; conviria, por isso, tê-los dentro dos nossos projectos. O Cidadão comum deveria estar muito mais informado acerca do

que se passava; daí a importância dos chamados “corpos intermédios”. O sucesso que se observava nas “seitas” por todo o mundo estava ligado à sua portentosa capacidade de comunicação social. Deveríamos ter isso em linha de conta quando se tratava de assegurar que o Governo comunicasse as suas intenções e os seus projectos aos Cidadãos. O papel da televisão do Estado tinha de ser revisto; mais importante do que ela ser generalista deveria ser a sua capacidade para comunicar com quem fazia opinião; os 48% ou 50% dos telespectadores que queriam ver telenovelas brasileiras não podiam representar o seu grupo-alvo; este deveria ser constituído por quem tivesse capacidade de entender o que se passava e o que se propunha fazer. A classe política não podia perder a credibilidade nem os partidos ficarem ligados a quaisquer oligarquias. Deveria rever-se o sistema eleitoral, conjugando círculos uninominais com uma lista de modo a assegurar uma adequada representação de todos os Cidadãos. A composição das Assembleias Municipais deveria ser revista; este meu interlocutor afirmava nem imaginar como funcionava a Assembleia Municipal de Barcelos que tinha, nessa altura, de ir para um pavilhão gimnodesportivo por não haver um espaço municipal capaz de acolher as suas reuniões... Havia, manifestamente, uma dicotomia entre a nossa vocação europeia e as relações com outros espaços de fora da União; tínhamos de aprender a conciliar as duas coisas. O desafio seria árduo. Mas nós não poderíamos deixar de reforçar as nossas ligações aos PALOP; quanto mais estivéssemos ancorados na União Europeia, mais apetecidos seríamos pelos Africanos.

Um outro dos Deputados presentes começou por dizer que só se sentia comprometido quando estava envolvido; daí a importância de aprofundar a participação. A forma de reforçar o papel dos corpos intermédios era partilhar o poder com eles: Câmara Municipais, associações de lavoura, etc. Admitindo que eles tinham, de facto, poder. Deveria haver maior responsabilização a todos os níveis, inovando continuamente o discurso político; a rotina seria fatal. A Califórnia não tinha muitas universidades porque era rica, mas, ao invés, era rica porque tinha muitas universidades. Deveríamos apostar na formação superior e na investigação, porque o desenvolvimento estava ligado à prática sistemática da descoberta de novos conhecimentos. Deveríamos fazer opções claras, sem ceder à tentação de conciliar tudo, dado que isso conduziria a posições fracas. A questão do sistema

eleitoral, entre nós, era muito importante; deveria haver uma ligação forte entre o Deputado e o Eleitor e serem estabelecidas relações de “cumplicidade” com o Presidente da Câmara e outros responsáveis locais; revelava-se importante o estabelecimento de uma malha de relações entre muitos, sendo certo que só as elites é que estavam atentas às questões institucionais; à massa dos Cidadãos interessava mais o nível e a qualidade de vida.

A grande prioridade deveria ser atribuída à Educação, estendendo a educação obrigatória até dez anos, com a maior urgência. A pedagogia deveria merecer muita atenção. A cidadania, nessa altura, estava amorfa (Hoje está pior!...). Deveria estimular-se uma mudança de atitudes, conciliando o curto com o longo prazo. Deveríamos fazer tudo para nos mantermos no pelotão da frente na União Europeia, mas conciliarmos isso com uma descentralização das decisões, no plano interno; isto implicava uma revisão da organização da Administração Pública. Quando olhava para o PIDDAC verificava que tudo quanto era “hardware” se cumpria rigorosamente; o “software” não; impunha-se corrigir essa prática. Era de opinião que, quanto mais europeus fossemos, mais atlânticos poderíamos ser; não deveríamos, contudo, dizer que queríamos ser as duas coisas ao mesmo tempo, porque isso conduziria a posições e a documentos “cinzentos”; se afirmássemos, claramente, a nossa vocação europeia, a atlântica viria por arrastamento. O Governo deveria instituir a prática da avaliação dos seus próprios programas e objectivos; estes haviam sido bem cumpridos quanto à letra, mas nem tanto no concreto. A política de juventude tinha que ser revista: havia criado “jovens profissionais”... Mas não havia a profissão de jovem; os problemas da Juventude eram horizontais e não de “ghetto”; talvez resultasse melhor um secretariado transversal, com representantes dos principais sectores do que uma Secretaria de Estado vertical. A televisão era fundamental, mas o serviço público não tinha de ser necessariamente desempenhado pela TV do Estado; este poderia facultar meios às outras televisões para fazerem o serviço público.

Os partidos deveriam ser mais profissionais no domínio da comunicação; não estavam a passar eficazmente as suas ideias. Mas tinha de ser evitado o paternalismo dos políticos em relação aos jornalistas.

Havia alguns funcionários portugueses em instituições internacionais que eram contra as posições de Portugal, não por razões partidário-políticas, mas simplesmente porque não tinham sido ouvidos... Era mais fácil fazê-lo do que suportar as manifestações da reacção ao esquecimento a que supunham estar votados (Isto aliás insere-se numa atitude corrente: “Os Portugueses gostam sempre de beber do fino...”. Por isso apreciam tanto uma informaçãozinha particular de um ministro... que, aliás, se apressam a difundir aos quatro ventos...).

Deveria caminhar-se para uma sociedade aberta que premiasse sistematicamente a criatividade e a inovação, que fosse uma sociedade ousada e que não penalizasse quem se aventurasse por caminhos novos. A nossa cultura era, todavia, mais favorável ao espírito administrativo do que ao espírito empreendedor. Precisávamos de ousar, avançando para uma cultura do risco.

\*

No dia 14 de Dezembro fui à Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para responder a perguntas sobre o combate à corrupção, especialmente no âmbito da aplicação dos fundos comunitários e da supervisão financeira na esfera da tutela das Autarquias Locais. O Presidente da Comissão era o Deputado Guilherme Silva que me solicitou para fazer uma exposição introdutória sobre os mecanismos existentes para assegurar que não fossem cometidas irregularidades. Depois disso entrevistaram o próprio Presidente e os Deputados Alberto Martins, Fernando Amaral, António Filipe e Miguel Macedo. Resumirei o que disseram:

Os Deputados estavam cada vez mais informados e cada vez tinham mais dúvidas... Mas começava a haver mais transparência tanto no domínio judiciário como na atribuição de verbas. A fiscalização merecia reparos: o Tribunal de Contas controlava a legalidade das operações, mas gostariam de conhecer as decisões tomadas a seguir; a Inspeção-Geral de Finanças era controlada pela sua própria “paternidade genética” e isso talvez não fosse bom. Gostariam que houvesse um sistema inspectivo de mérito e não apenas de legalidade, dando assim corpo a uma inspeção substantiva. Havia um leque vastíssimo de oportunidades para as pessoas recorrerem a fundos; todas elas eram devidamente acompanhadas com

vista à correcção das aplicações feitas? E como se apreciava a rentabilidade económica dessas aplicações?

Em relação à corrupção, o grande problema era detectá-la. Um dos Deputados havia participado num seminário sobre criminalidade organizada, debruçando-se especialmente sobre os fundos comunitários. Tinha ficado com a impressão de que o FEDER era, nesse aspecto, menos arriscado do que o FSE. Como procederíamos à fiscalização em relação aos compromissos assumidos? Citou o caso de uma empresa localizada na Península de Setúbal que havia fechado portas a seguir à recepção de dinheiros comunitários; como persegui-la na justiça? Por outro lado, o fundo de apoio aos jovens empresários estava dotado com fundos muito insuficientes. Disponha eu de alguma informação acerca da falência de empresas que houvessem sido subsidiadas pelos fundos europeus?

O objectivo que os animava era melhorar o sistema democrático por via da detecção das zonas mais frágeis e mais sujeitas à discricionariedade da lei.

Na grande maioria das Câmaras Municipais havia uma armadura técnica débil para assegurar a correcção da aplicação dos fundos. Não era tanto a má intenção que o Deputado estava a visar; era, simplesmente, a incapacidade técnica para fazer tudo correctamente. Achava que o número de inspectores de uma dada região se revelava insuficiente para responder às necessidades.

Era muito importante fiscalizar os actos dos Autarcas. A zona de prática de irregularidades mostrava-se muito aberta; algumas vezes praticava-se a irregularidade para vencer a burocracia. Não estaria a haver conflito ou concorrência entre a Inspecção Geral de Finanças e a Inspecção Geral da Administração do Território?

Respondi a todas as perguntas relatando com precisão o que se fazia. A prática demonstra, contudo, que não há limites para a imaginação, neste domínio!...

\*

Eu preocupava-me, compreensivelmente, com as questões da segurança, tanto urbana como no resto do território. Em 27 de Dezembro tive uma conversa com o Prof. Luís Mendes Victor que se ocupava de assuntos relacionados com o tema, no Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. Havia a ideia de constituir um

“Centro de Riscos Urbanos”, no quadro da Europa. Portugal estava em boa posição para coordenar o projecto por ter prática em diversos tipos de sinistros.

Ele chamou-me a atenção para a publicação recente de um livro sobre a micro-zonagem sísmica que mostrava que, dentro do território de Lisboa, havia lugar para considerar zonas com diversos graus de risco sísmico. Ora isso era importante, nomeadamente para a elaboração de planos no domínio da protecção civil. Falámos do Alqueva. A pressão hidráulica na zona da albufeira iria, seguramente, provocar alguns ajustamentos que gerariam micro-sismos; mas tudo tenderia para a estabilização dos terrenos. Por outro lado, ele estimava que o abaixamento médio da temperatura do ar, naquela zona seria da ordem dos cinco graus centígrados. A aridez incipiente que se verificava na zona iria sendo atenuada.

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica já havia proposto projectos no âmbito do INTERREG. Parecia-me que não havia dúvidas acerca da justificação do carácter transfronteiriço dos mesmos.

A minha preocupação era contribuir para aumentar a nossa capacidade de gestão dos riscos, em caso de catástrofe. O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Jorge Sampaio, já havia proposto ao Conselho da Europa uma OPAL (Open Partial Agreement) para se começar a trabalhar nesse sentido.

Devo dizer que, pelos locais por onde tenho passado (Governo, FLAD e outros), proponho, sempre, que se aborde a questão da protecção civil. Sei, demasiado bem, quais foram as consequências do terramoto de 1755 para não temer uma sua eventual repetição. E ninguém nos assegura que ela não aconteça. A falha a sudoeste do cabo de S. Vicente continua a dar mostras de actividade.

\*

No dia 29 de Dezembro seria depositado em Genève, o instrumento do GATT que punha fim ao Uruguay Round. Era um passo importante para nós. Faltava agora que nos estruturássemos, no plano interno, para acompanhar a Organização Internacional do Comércio; este tipo de instituições costuma produzir muita “papelada”... É indispensável estar presente logo na origem das conversas que conduzem às discussões que produzem directivas... Nunca se pode esperar, placidamente, por estas; são os nossos interesses que estão em jogo.

Avizinhava-se uma conferência inter-governamental que definiria o quadro para o alargamento da União Europeia a Leste.

Nessa altura já se falava muito nas consequências para os Cidadãos e para as empresas do aprofundamento da sociedade de informação. Mal adivinhávamos nós a cadência a que tudo iria passar-se.

Em Março seguinte entraria em plano vigor o Acordo de Schengen. Havia numerosas consequências práticas tanto para as pessoas como para os serviços. A mais perceptível para o Cidadão comum que viajava era deixar de haver o controlo de passaportes nos aeroportos da área para os passageiros da União que se movimentassem dentro da área. Dentro do espaço Schengen, os voos passavam a ser “domésticos”.

A presidência seguinte da União Europeia iria ser assegurada pela França que teria eleições na primavera. Por isso ninguém esperava grandes iniciativas; seria uma presidência de transição. Ao contrário, a Espanha, que se seguiria, estava cheia de vontade de se afirmar. De qualquer forma, à França caberiam tarefas complexas: a preparação do pós-Maastricht; a integração de alguns países do leste europeu; a necessidade de evitar os perigos da marginalização da Rússia e do confronto civilizacional com os países do Norte de África... O seu Primeiro-Ministro, aliás, havia anunciado que daria particular atenção à criação de emprego, à promoção da segurança do Cidadão (“Europa Segura”), à questão cultural e da identidade europeia, à criação de um novo regime de protecção da produção europeia e à situação no Mediterrâneo. Podemos dizer que todas elas são, ainda hoje (2017), questões a merecer a maior atenção.

A união aduaneira com a Turquia, que estava em curso, punha-nos a nós, Portugueses, os maiores problemas, particularmente em relação ao sector têxtil. A Turquia era já, nessa ocasião, uma potência mundial neste sector e, para nós, a concorrência reclamaria um esforço de modernização e diversificação imenso. (Que acabou por ir sendo feito).

Nessa ocasião estava iminente a adesão plena de Portugal e de Espanha à política europeia das pescas. Novamente, isso iria reclamar muito do sector.

\*

Havia a ideia de distinguir, dentro das cooperativas, os membros cooperadores dos investidores. Elas, de um modo geral, estavam descapitalizadas; por isso, era preciso atrair associados que trouxessem dinheiro. O seu estatuto estava a ser difícil de definir; para desbravar novos caminhos e ver como se poderiam adaptar ao nosso quadro legal práticas que já existiam noutros países estávamos a socorrer-nos da colaboração com um técnico do Ministério das Finanças que me havia sido muito recomendado. Em Espanha não era possível acumular os dois atributos: ser cooperador e investidor, ao mesmo tempo. Sabia-se que os meios dos cooperadores eram sempre escassos; por isso se tinha de abrir o negócio a quem nele confiasse. O dinheiro dos membros investidores seria tratado como capital social da própria cooperativa.

Um problema, mais corrente do que muitos pensavam, era a cessação de actividade das cooperativas. Punha-se, por isso, a questão da distribuição do remanescente, depois de pagar todas as dívidas que a cooperativa em causa tivesse: o capital social seria distribuído pelos cooperadores; a reserva legal não seria distribuída; havia, ainda, a reserva para fins educativos e outras reservas; estas seriam distribuíveis.

Nós tínhamos pensado em instituir um serviço de auditoria. Aliás, a CONFAGRI havia manifestado o maior interesse nisso. Mas eu não queria criar mais um serviço. Preferia uma solução que passasse pela criação de um fundo gerido pelo INSCOOP e por duas confederações. Não se tratava de uma inspecção; era mesmo uma auditoria que proporcionaria pareceres devidamente fundamentados às cooperativas que os solicitassem (e pagassem...); mas esse pagamento seria simbólico; daí a necessidade de ser um fundo. Havia a hipótese de ele ser constituído com as contribuições dos ministérios sectoriais, “pro rata” ao número de cooperativas que cada sector tutelasse. Admitia-se que o Ministério das Finanças se opusesse à criação de um fundo autónomo. Se isso acontecesse, teria de ser criada uma rubrica especial dentro do orçamento do INSCOOP para prover os necessários fundos.

Admitia-se que viéssemos a necessitar de 100.000 contos, prevendo-se a realização de 30 auditorias por ano. Tínhamos, nessa ocasião, cerca de 3.000 cooperativas.

Recomendei que se começasse a pensar num conjunto de técnicos que pudessem



servir de auditores. Teriam de saber, simultaneamente, de cooperativismo e do sector que deveriam auditar.

\*

Em 1 de Janeiro de 1995, Portugal tinha iniciado a sua presidência da UEO, braço armado da União Europeia para a Política de Defesa. A um país pequeno não se tolerava que não fizesse uma presidência perfeita. Se se tratasse de um dos grandes tolerar-se-ia alguma “nonchalance”. Mas em relação a nós, estariam sempre a olhar para qualquer descuido.

Soubemos, no princípio de Janeiro, que em Junho iria ter lugar uma conferência de altos-funcionários para que eles aprofundassem uma reflexão institucional sobre o funcionamento da União. Tínhamos que preparar uma pequena delegação portuguesa que reflectisse a situação geral e não somente a do Ministério das Finanças ou dos Negócios Estrangeiros. As nossas áreas de interesse eram muito variadas.

Por outro lado, iria haver, a 15 de Maio, uma grande reunião ministerial com carácter inter-governamental. Esperava-se que envolvesse muita gente (mais de 1.500 pessoas!...), porque o tema era de importância maior.

\*

Nas minhas funções de “cabeça-de-lista” pelo distrito de Vila Real tive, no dia 7 de Janeiro, uma reunião com alguns Autarcas da circunscrição. Estiveram presentes os Presidentes das Câmaras de Ribeira de Pena, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Mondim de Basto, Murça, Régua, Sabrosa e Vila Pouca de Aguiar. Resumirei o que disseram sobre a situação que se vivia na sua área:

Deveríamos olhar para os jovens, porque estavam todos a emigrar; ficavam os idosos e com estes não haveria relançamento económico. O ano de 1994 havia sido de grande perturbação nos sectores da Educação e da Juventude. O IP4 tinha de ser concluído rapidamente, porque havia estrangulamentos prejudiciais. Tinham sido feitas promessas em relação ao IC5 e ao IC25 que estavam a tardar e isso era negativo. A zona industrial de Vila Real não havia sido o sucesso que se esperava, porque não se tinham construído as estradas que lhes assegurariam acesso. O preço dos combustíveis havia aumentado e ninguém explicara por quê. As habitações

degradadas não existiam somente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto; o Interior estava cheio delas; era preciso atender-lhes, porque a situação revelava-se muito extensa e, por isso, grave. O programa PIDR do INH havia sido muito bom; conviria, por isso, reeditá-lo. Impunha-se garantir aos industriais condições para se fixarem no Interior. No sector da Saúde, os internos destacados para o Interior continuavam a não usufruir das mesmas regalias dos que estavam no Litoral; havia extensões dos centros de saúde que nunca tinham sido abertas por falta de médicos. Este era um tópico que preocupava, especialmente, os mais velhos.

A Casa do Douro estava a fazer uma gestão ruinosa das suas reservas e das suas relações com as empresas do sector. Toda a gente sabia que as manifestações que tinham ocorrido haviam sido organizadas pelos mesmos de sempre. As pessoas conheciam a extensão das “manobras”, mas podiam fazer pouco para as condicionar. A carga de juros que muitos produtores suportavam, manietava-os. As cooperativas do sector vinícola dispunham de uma gestão artesanal. A transferência de uvas ou de mostos estava a fazer-se com a maior indisciplina. Por limitações físicas ou condições climatéricas, em certas adegas não havia possibilidade de transferir massas de umas adegas para outras. Deveria olhar-se com mais atenção para as prestações sociais, porque a população não activa estava a crescer muito substancialmente. O IP3 tinha que ser acelerado. O sector da Saúde merecia atenção prioritária. As medidas tomadas deveriam ser muito cuidadosamente explicadas. Deveria dar-se mais atenção à qualidade, em todos os sectores; parecia que, até então, se havia privilegiado a quantidade. Era urgente a modernização da máquina administrativa; o Estado não deveria pôr de lado o seu papel orientador. Tinha de se ser muito mais rigoroso na selecção das pessoas; dessa forma cuidar-se-ia melhor da imagem do Estado que não era boa. Deveria haver avaliação permanente e publicação dos indicadores usados e dos seus valores. A fixação dos objectivos era indispensável bem como o conhecimento do modo como estavam a ser alcançados. A sociedade civil o que queria, fundamentalmente, era fruir de níveis aceitáveis de bem-estar. Nós deveríamos curar da nossa própria segurança; mas tudo tinha de ser feito de modo co-responsável com os Cidadãos. A Região do Norte estava deficitária em matéria de infra-estruturas de carácter cultural; o Interior ainda em piores circunstâncias do que o Litoral.

Havia um Concelho que tinha perdido 4,5% da sua população em dez anos. A aldeias estava envelhecida. Apesar disso, a escola (C+S) da sede do Concelho estava a “rebotar pelas costuras”, com mais de 1.000 alunos. Este Município possuía extensas matas; por isso, era fustigado pelos fogos florestais de uma maneira insuportável. Temia que os subsídios dados à florestação não estivessem a ser aplicados da melhor forma; aconselhava a realização de uma inspecção neste domínio. Tinha-se abandonado o processo da regionalização e isso era muito negativo. O problema maior de um outro Município era o desemprego. As cooperativas estavam a ser mal geridas; deveria haver formação dos seus responsáveis. Elas eram indispensáveis por causa do minifúndio dominante.

A um outro Autarca preocupava-o a desocupação manifesta da Juventude que passava muito do seu tempo em cafés e discotecas; não havia emprego e a droga proliferava nos pequenos centros urbanos. Era preciso precaver a situação dos 35.000 agricultores do Douro; eles eram facilmente manipuláveis.

Um deles não acreditava na fixação de grandes empresas na região do Douro. Por isso se deveria orientar a acção para o apoio às PME especialmente aquelas que transformassem os recursos locais. Novamente, as questões do IP4 e do IP3, cuja melhoria era urgente; em ligação com isso estavam as conexões dos grandes eixos aos pequenos Concelhos. O assunto das florestas, antes invocado, era preocupante. Nomeadamente, pelas suspeitas de corrupção que grassavam em relação à atribuição de subsídios.

A insegurança preocupava-os; estava a haver muitos assaltos no meio rural.

\*

Vila Real, em Janeiro de 1995, tinha um novo Bispo. Convidou-me para almoçar no Paço. Era um homem activo e de vistas largas. Infelizmente morreu cedo. Apesar de lá estar há pouco tempo já conhecia a situação em toda a sua diocese. Uns meses depois e, num domingo, em Montalegre fomos os dois assistir a uma chega de bois do Barroso, em cima de uma camioneta; ele vibrava com a luta como se fosse um lavrador das aldeias de onde eram os magníficos exemplares que se afrontavam e fazia comentários muito apropriados... Mas nesse almoço queria transmitir-me as suas preocupações: Havia pequenas povoações que iriam, seguramente,

desaparecer; era certo que algumas delas nunca deveriam ter existido, porque não possuíam base de sustentação. O pior é que a própria cidade de Vila Real não conseguia reter a sua população jovem. Só as vilas e as cidades conseguiam fixar os funcionários públicos; mas estes só prestavam serviços e não criavam riqueza. O eixo Vila Real-Régua-Lamego iria manter-se. Temia que o resto viesse a esmorecer, passando à situação de reserva para férias dos transmontanos fixados no Litoral ou no estrangeiro e de alguns turistas. Constatava que os Transmontanos não investiam em Trás-os-Montes, o que não ajudava a sua terra a prosperar. Mas nem os padres oriundos de Trás-os-Montes para lá queriam voltar!... Conhecia bem os traços psicológicos dos transmontanos austeros e cumpridores, tendo dado ao País tantos e tão notáveis servidores. Mas não eram empreendedores... Mostrou uma enorme curiosidade em relação ao plano de desenvolvimento que estava em execução. Fez numerosas perguntas acerca da forma de o executar. Queria, manifestamente, estar informado sobre tudo. Conservo uma grande recordação desse encontro.

\*

No dia 16 de Janeiro houve em Paris, na OCDE, uma reunião do Advisory Council do Serviço de Desenvolvimento Territorial. Eu integrava aquele conselho a título pessoal.

O presidente começou por justificar a existência do grupo, invocando as relações entre o desenvolvimento territorial e a criação de oportunidades de emprego. Referiu-se ao papel das cidades no desenvolvimento da economia. Já havia quatro grupos específicos: (a) o de desenvolvimento regional; (b) o de desenvolvimento rural; (c) o de desenvolvimento urbano; e (d) o de economia local e desenvolvimento do emprego. O novo “fórum” pretendia integrar as conclusões e recomendações daqueles quatro grupos. A preocupação fundamental estava ligada à inovação em matéria de emprego local. Sabíamos alguma coisa sobre o investimento físico, mas tínhamos pouca informação acerca dos aspectos intangíveis do desenvolvimento; era, seguramente, necessário fazer alguma pesquisa e difundir o conhecimento já disponível. O processo de descentralização das decisões era consensual, admitindo-se que se alongasse sem sobressaltos pelas duas ou três

décadas a seguir; havia uma tendência geral e compartilhada para o adoptar e apoiar. A competitividade das empresas espalhadas pelo território era assunto que conviria esclarecer; tornava-se necessário ver onde tinham lugar quer a inovação quer a experimentação. Seria bom que analisássemos as formas práticas de fazer aumentar a experimentação. A inovação deveria ser concentrada mais a nível sub-nacional do que a nacional, por isso ser mais eficaz.

O “Territorial Advisory Council” que estava reunido representava o embrião de um novo serviço de assuntos territoriais que, desejavelmente, integraria os quatro grupos antes mencionados. O seu foco deveria ser o desenvolvimento territorial e a integração das partes menos desenvolvidas. Os aspectos ligados ao investimento eram os que mais interessavam.

Os trabalhos deveriam assumir a forma de um “brainstorming”. Mas conviria começar por tentar definir o que era o território e o desenvolvimento para partirmos de um entendimento comum.

Havia um programa LEED que respeitava à economia local e ao desenvolvimento do emprego que conviria analisar. Debatíamos com uma falta de coerência interna em muitos programas existentes. Não chegava, em nenhum caso, limitar-nos ao apoio financeiro; eram precisos outros meios que justificassem uma aproximação “top-down” para cobrir muitas das falhas existentes.

As disparidades de desenvolvimento representavam a regra num território vasto com partes urbanas e outras rurais entremeadas. Os locais eram diferentes entre si. Deveríamos pensar em políticas nacionais que reclamassem apoio local, nomeadamente através de infra-estruturas. Havia políticas nacionais diferentes que tinham efeitos muito diversos nas várias regiões onde se aplicavam; por isso, se deveria começar por caracterizar bem cada região e tentar perceber qual a forma de apoio que era necessária.

A coordenação não era uma tarefa fácil, especialmente se não houvesse dinheiro para distribuir. Os métodos macro-económicos não eram suficientes para actuar sobre um território diferenciado. A inovação deveria brotar dos níveis micro, contendo já as diferenciações espaciais que fosse possível detectar. Era o processo de “cross-section” na análise dos problemas que conduziria a resultados práticos. Por isso, deveríamos procurar as sinergias possíveis entre os quatro grupos antes

mencionados. Cada grupo tinha a sua especialização própria; por isso convinha que se articulassem todos entre si.

O representante japonês fez uma longa exposição relativamente ao sistema de planeamento do seu país, para concluir que se deveria actuar nos dois sentidos, unindo o plano nacional ao das prefeituras, passando pelos planos regionais. Estava a surgir, no Japão, naquela altura, um forte movimento regionalista. As diversas prefeituras deveriam ser agregadas em regiões que dispusessem de larga autonomia administrativa. Admitia que o seu país fosse dividido em oito regiões e, surpreendentemente, considerou que, mesmo no campo das relações externas, havia lugar para um novo papel das regiões.

Havia alguns países que temiam o regionalismo, porém, não parecia haver razões para o fazer. As vantagens competitivas surgiam mais a nível dos países do que das regiões; mas era um facto que se observavam desequilíbrios em relação ao crescimento económico. Teriam de ser articulados os aspectos económicos e os sociais que, em conjunto, definiriam as disparidades políticas.

A lógica da criação de um TDS (Territorial Development Service) era clara e parecia certa; mas tinha os seus riscos, por se poder perder variedade na análise das questões. O território era importante no âmbito da economia moderna como o eram as mudanças económicas que estávamos a observar. Este participante não estava, contudo, seguro de que o que ele chamava as “micro-answers” pudessem representar a verdadeira resposta; não havia, seguramente, uma “meso-answer” situada entre o nível macro e o nível local; tinham por isso de ser ensaiadas respostas no topo e na base e articulá-las entre si. Havia, com certeza, um papel para o Estado e outro para as Autarquias Locais. Preocupavam-no, especialmente, os grupos que eram excluídos a nível local e em relação aos quais era tão difícil actuar.

A integração das diferentes políticas representava uma forma de actuação importante, mas não era fácil. Havia muitas dificuldades ligadas à “comprehensiveness”, sendo por isso indispensável procurarmos reduzir a complexidade dos problemas que tivéssemos de enfrentar. Deveríamos começar por estabelecer um quadro dos diferentes tipos de regiões e procurar definir as formas de actuação adequadas à resolução dos problemas de cada uma. Insistia, por isso, que definíssemos uma tipologia das regiões e, depois, avançássemos recorrendo à metodologia dos “case-

-studies”. Nós tínhamos de fazer face à situação de diferentes países com diferentes estruturas institucionais; isso complicava muito o nosso exercício. A concretização das medidas propostas teria de ser feita através de organizações institucionais muito diversas. Era aí que surgiria um papel possível para a descentralização; ela por si só não resolveria tudo; o importante era encontrar meios para articular as formas de aproximação “top-down” e “bottom-up”. Era nessa articulação que se deveria procurar a resposta aos problemas do desenvolvimento.

As chamadas funções de soberania – Justiça, Defesa, Moeda e Relações Exteriores – não deveriam sair nunca do nível nacional. Em que domínios é que o território intervinha e era necessário ser considerado na sua variedade? Por isso deveríamos elaborar uma tipologia dos diferentes territórios e ver como é que as políticas nacionais afectavam as diversas regiões.

Deveríamos desenvolver um conjunto de indicadores que permitissem caracterizar as diversas situações do mundo rural. Eles seriam úteis para a compreensão dos problemas territoriais e, eventualmente, para a sua resolução.

Mas deveríamos escolher poucos tópicos para tratar e conviria que eles fossem os mais difíceis; o mundo estava a ficar cada vez mais complexo. Os governos deveriam procurar parceiros para desenvolver uma acção progressivamente mais intrincada. Aos governos não competia apenas legislar, mas também promover a realização de coisas concretas. As políticas públicas reclamavam uma nova estrutura de relações entre os seus agentes; mas esta constituía matéria para decisão interna de cada país. Além das relações formais, dever-se-ia contar com uma rede de relações informais que facilitassem a acção. Nem as soluções puramente económicas nem o crescimento económico, por si sós, resolveriam os muitos problemas de desenvolvimento que tínhamos diante de nós; os aspectos ligados à distribuição eram difíceis de ultrapassar; por isso, deveríamos concentrar a nossa atenção no desenvolvimento. Ora, os quatro grupos que estavam formados não denotavam muita reflexão relativamente a essa questão. Para complicar o assunto, estava a assistir-se a uma globalização da economia, a mudanças demográficas profundas, ao estabelecimento de correntes migratórias nunca vistas no passado e a um agravamento das questões ambientais. Nós deveríamos olhar para o desenvolvimento em termos territoriais, porque o território estava desequilibrado, em termos de

desenvolvimento. A geografia tinha perdido capacidade de atracção ao longo dos últimos trinta anos e, todavia, ela era muito importante para entender as mudanças enormes que estavam a ocorrer. Os indicadores de desenvolvimento em geral e o do desenvolvimento rural assumiam uma importância enorme para aquilo que os governos se propunham fazer para acompanhar o que fossem fazendo e para medir o resultado das acções que lançassem. As matrizes que construíssemos iriam tornar-se cada vez mais heterogéneas ao longo dos anos seguintes. A cooperação entre os países da Organização conviria que se pensasse em termos estratégicos, começando por tentar entender o que se estava a passar. Essa cooperação deveria assentar numa estrutura que nós teríamos de desenhar, procurando a sua máxima eficácia; por isso, a teríamos de inventar de novo. Obviamente, a OCDE dispunha de um excelente departamento de economia; mas ele havia desenvolvido preocupações muito próprias nas quais estava focado e, por isso, não conviria que analisássemos uma proposta de trabalho comum elaborada pelo Secretariado da Organização; ela deveria ter em linha de conta que ocorria, com frequência, haver instâncias com muito boa capacidade de concepção, mas com muito pouca de execução; ora, nós precisávamos que a que definíssemos tivesse ambas.

O emprego era, talvez, a variável mais importante a que tínhamos de atender.

A importância do território havia diminuído, porque as comunicações tinham melhorado muito. O espaço onde se desenrolava a acção tinha-se ampliado enormemente. A situação equilibrada implicava uma articulação entre as políticas urbanas e as políticas económicas.

As teorias económicas que surgiram ao longo do tempo atribuíram pouca importância ao território. Por isso, estávamos nós a enfrentar tantas dificuldades em relação ao problema do desenvolvimento que tinha como maior questão a distribuição das oportunidades de emprego; ora estas apresentavam-se com um carácter espacial muito marcado.

O público reclamava cada vez maior simplicidade nas soluções, querendo compreender bem as relações de causa-efeito.

A palavra “rural” havia sido usada no convite e nos papéis distribuídos para fugir à centralização ou descentralização que tinham ressonâncias políticas que convinha evitar. O “territorial” era, na sua essência, uma questão “horizontal”.



O problema dos indicadores era complexo. Em primeiro lugar eles tinham de ser verdadeiros, traduzindo realmente o que nós pretendíamos; por outro lado, deveria haver dados disponíveis para medir aquilo que queríamos. Por isso, era preciso estar a definir, uma vez e outra, novos indicadores. Quase todos assentavam em densidades de população, de actividade, etc.; teríamos de os testar e melhorar, sendo crucial a disponibilidade de dados para os construir.

A noção do território era muito importante; havia que entendê-lo em termos funcionais e em termos administrativos.

Os dados a colher deveriam respeitar não somente ao que existia, mas também ao potencial latente das regiões, aos níveis de congestionamento observado e aos seus custos. Não era suficiente dispor de valores médios, porque os extremos eram críticos. Todavia, deveríamos ser práticos e não demasiadamente ambiciosos; tínhamos de começar por ver o que estava disponível, uma vez que a colheita de informação era sempre muito cara.

\*

O revigoramento do movimento cooperativo continuava a ocupar-me. Para mim, era claro que as cooperativas não resolviam todos os problemas da economia, mas havia muitos sectores em que eu achava que elas tinham um papel relevante a desempenhar; tal era o caso das cooperativas de habitação e das agrícolas. Mas não era seguramente o caso das cooperativas de consumo nem das de ensino em que a experiência já adquirida mostrava que elas ou não vingavam, por haver alternativas mais válidas, ou constituíam instrumentos pouco transparentes para levar a cabo respostas a certas solicitações que deveriam encontrar solução noutras formas institucionais. Mas eu continuava a explorar novos caminhos para robustecer o sector. E, nesse sentido, em 19 de Janeiro recebi um especialista a quem pedi para me expor as suas ideias acerca da forma como poderíamos revigorá-lo. Disse-me ele: As cooperativas poderiam constituir uma forma de organização muito válida para início de um negócio. Todavia, a partir do ponto em que o montante dos negócios ou o número de cooperadores fossem elevados, o cooperador perdia o sentido do risco e a cooperativa afundar-se-ia. Era o mercado quem estava a enquadrar cada vez mais a actividade das cooperativas. Tínhamos que distinguir duas fases: a da formação da cooperativa e a do seu enfrentamento com o mercado.

Alguns acidentes haviam acontecido por causa da responsabilidade civil das suas direcções. Conviria simplificar o mais que se pudesse a regulamentação específica respectiva, remetendo o máximo para o Código das Sociedades Comerciais. Falámos, naturalmente, da hipótese de entrada nas cooperativas de sócios investidores. Ele não acreditava na solução. Disse mesmo que o único negócio que estava convencido que se viria a fazer com sócios investidores era na Caixa Central. Por isso me recomendava que me aplicasse na definição do modo de facilitar a transformação das cooperativas em sociedades comerciais, admitindo que estas pudessem assumir a forma de sociedades anónimas. Voltava à sua posição de considerar as cooperativas como boas formas para arranque de negócios que não suportavam o aumento da escala de operações.

Se uma cooperativa comum, não-financeira, quisesse ter sócios investidores teria de se obrigar a perder certos benefícios ou a fazer outras coisas que colidiam com a essência do espírito cooperativo. Mas as cooperativas não se constituíam somente para fruir de benefícios fiscais, embora a libertação de certas obrigações neste domínio pudesse contribuir para elas crescerem mais depressa.

À luz da legislação comunitária, a posse de 50% do capital era suficiente para uma organização poder ser considerada como agrupamento de produtores. Mas teria de haver um controlo das cooperativas através da observação de ratios de solvabilidade diversos e especificados pela lei. Tudo isso para limitar os riscos das cooperativas.

O Código das Sociedades Comerciais especificava que, no relatório do ROC (Revisor Oficial de Contas), deveria haver menção a certos parâmetros ou “ratios”; teria de haver legislação complementar para fazer o mesmo em relação às cooperativas, a todas e não somente àquelas que tivessem sócios investidores. Ou se conseguia sobreviver no mercado ou não; mas, para o fazer, era preciso dispor de armas semelhantes às dos que lá estavam. A partir do momento em que as cooperativas quisessem “entrar no negócio”, deveriam ter os direitos e obrigações dos outros.

Os sócios investidores não deveriam, em caso nenhum, ter mais de 49,9% do capital. Se tivessem, assimilar-se-iam a uma empresa comercial vulgar e, por isso, não poderiam beneficiar de vantagens fiscais. Parecia-lhe que uma cooperativa que tivesse um ROC a fazer as suas funções poderia fruir de um regime

especial, por estar acompanhada de perto. O maior problema das cooperativas era não estarem habituadas a estar no mercado e, agora, quererem fazê-lo para ganhar e, por essa via, sobreviver. Nesse caso, seria melhor adoptar a forma de sociedade comercial, o que remetia para a resolução de uma outra dificuldade que respeitava à transferência do património de uma para outra, como tanto queriam as cooperativas de ensino.

\*

Em Janeiro de 1995 verificámos que já havia mais de cem empresas reprivatizadas pelos nossos Governos. O peso do Estado no PIB havia passado, em nove anos, de 60% para menos de 10%. A principal crítica que nos haviam feito em todo este processo era a lentidão!... A verdade é que o ritmo a que a reprivatização havia sido feita era o possível, tendo em conta especialmente a capacidade de absorção dos novos accionistas.

Entendíamos que os casos do Banco Totta e do Banco Português do Atlântico não tinham sido brilhantes, mas a causa era sempre a mesma: a fragilidade da estrutura accionista portuguesa. As pessoas tendem a esquecer essa condicionante com facilidade.

\*

No dia 19 de Janeiro fui à Assembleia da República para discutir em plenário o pedido de autorização legislativa para proceder à revisão do Código Cooperativo. Havia sido fixada a grelha E, o que me dava trinta minutos para a intervenção. O discurso que então fiz está publicado (Discursos X); por isso não o transcrevo. Na sessão intervieram os Deputados Lino de Carvalho, Armando Vara, Francisco Silva, Pais de Sousa e Manuel Queiró. Resumirei o que disseram:

A discussão era muito difícil, porque não dispunham de uma versão do novo Código. Preferiam que tudo fosse feito através de uma lei substantiva. Só poderiam repousar no conteúdo do meu discurso e no texto do pedido de autorização; era pouco! Isso significava uma secundarização do papel da Assembleia da República. Sabiam que já havia uma proposta para ser apresentada em Conselho de Ministros; tinham-na obtido por “vias ínvias”... Algumas alterações propostas eram inconstitucionais (não eram!...) e feriam os princípios cooperativos (não feriam!...).

Em Itália as aberturas dadas ao envolvimento dos sócios investidores haviam conduzido à liquidação dos respectivos sectores, como tinha acontecido no caso da PARMALAT. O projecto de Código Cooperativo Europeu estava bloqueado. Por que não se applicava o Governo a desencravá-lo? As alterações globais que eu estava a propor não eram nada oportunas.

Havia razões para proceder à revisão do Código e a proposta continha parcialmente aspectos positivos, mas estes não compensavam os negativos. Deveria ter havido uma consulta pública formal; todavia, era certo que todo o movimento cooperativo conhecia os sucessivos documentos (Pudera! Estes haviam sido feitos com a colaboração dos seus representantes!...). O Parlamento tinha, contudo, a possibilidade de ratificar, posteriormente, o dito Código. Talvez valesse a pena esperar dois ou três meses para o fazer. Havia muitas reservas em relação à forma de distribuição de excedentes.

Um outro Deputado prestou homenagem ao Dr. Bento Gonçalves e ao Prof. Carvalho Cardoso que tanto tinham feito pelo sector cooperativo. Havia matérias para as quais seria conveniente uma reflexão redobrada, para conciliar a vontade de modernizar com a observância dos princípios. Em relação aos membros investidores achava que se deveria ponderar mais. A gestão representava o maior problema das cooperativas; mas o sector estava a modernizar-se e a ganhar uma nova dinâmica. Em relação às auditorias, pensava eu que o meu Ministério estaria em posição de as fazer? Com o novo Código seria necessário rever o regime fiscal das cooperativas. A legislação complementar prevista para o Código era constituída por uma dúzia de novos diplomas; quando é que eles estariam juntos? Perguntava-me se eu tinha uma visão meramente económica das cooperativas ou se me identificava também com a sua dimensão social?

Um outro Deputado estava de acordo em que o Código Cooperativo fosse sujeito a adaptações à situação corrente. O pedido de autorização legislativa deveria, contudo, ter sido acompanhado por uma informação sobre o estado do sector. A Assembleia da República ficava sem grandes possibilidades regimentais para criticar um Código que iria, seguramente, ter mais do que cem artigos. Ora, havia mais do que um modelo de cooperativismo; pelo menos um para o Norte da Europa e outro para o Sul; em qual destes sentidos é que se iria orientar a modificação proposta?

O novo Código abriria as portas aos “capitalistas”! Ora, o que tinha sido reivindicado haviam sido alterações pontuais. Era preciso discutir mais o número mínimo de cooperadores. Deveria haver acesso das cooperativas a todos os sectores da actividade económica. Nas cooperativas de primeiro grau, a regra deveria ser “um homem, um voto”. Com as modificações propostas estavam criadas as condições para a tomada de controlo das cooperativas por parte de grupos económicos privados e estes, que constasse, não eram associações de beneméritos... Deveria, pelo contrário, abrir e regulamentar o acesso ao ramo do crédito, por parte das cooperativas (já havia as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e eu tinha muitas recomendações para as mandar fiscalizar de perto...).

Não se deveriam retirar as isenções fiscais às cooperativas.

Ninguém contestava a necessidade de revisão do Código Cooperativo. Contudo, ela deveria ser feita no quadro de uma política geral sobre o movimento cooperativo.

Um outro Deputado apoiava a entrada dos sócios investidores como forma de captar meios para aumentar o capital próprio das cooperativas.

Um último disse que era manifesta a debilidade da generalidade das cooperativas e que percebia as propostas feitas. Mas, por razões políticas, iria abster-se.

Lá seguiu a autorização legislativa.

\*

A nova Comissão Europeia, presidida pelo luxemburguês Santer tinha acabado de entrar em funções. Constatámos que a própria Comissão tinha tido mais votos do que o seu presidente, o que era um pouco desconfortável para este. Ela tinha mais socialistas e mais mulheres do que o elenco anterior, mas o veredicto já tinha sido lançado: ela teria muito menos criatividade do que a última Comissão Delors. Seria mais vulnerável às pressões da máquina burocrática em relação à qual não tenho poupado comentários e mostrar-se-ia, seguramente, menos capaz de estabelecer equilíbrios e de “fugir para a frente”. Não eram boas notícias para nós. Sabia-se que iriam ser celebrados vários acordos com Israel, esperava-se que um acordo de princípios com a Turquia seria assinado em breve e que os esperados acordos com a Tunísia e com Marrocos seriam menos prováveis.

A questão da televisão sem fronteiras seria retomada. Debatiam-se os proteccionistas contra os liberais, mas, no nosso interesse, deveríamos aprovar o programa MEDIA.

O tema das línguas voltava à baila. Era evidente que se gastava muito dinheiro para assegurar a tradução para todos os idiomas dos Estados-membros. A França era a mais entusiasta em relação à proposta que as reduzia a cinco: francês, inglês, alemão, italiano e espanhol...deixando o português de fora. Eu preferia que ela se aplicasse mais a firmar a presença do seu próprio idioma que era cada vez menos usado no trabalho corrente. Iremos cair na situação irónica de ser a língua mais usada a de um país que já não pertence à União Europeia (Estou a escrever isto em Julho de 2017, um ano depois de aprovado o BREXIT...). Deveríamos ser muito exigentes nos trabalhos dos comités, fazendo mesmo pará-los para esperar pelos tradutores. Afinal, o Português era falado no Mundo por maior número de pessoas do que o italiano, o alemão e o francês!... O mesmo se deveria passar em relação aos “papéis que circulavam”.

Em matéria de transposição de Directivas, em Janeiro de 1995, estávamos em sétimo lugar; já havíamos estado em segundo.

Deveríamos começar a nossa preparação para a Conferência Intergovernamental que teria lugar em 1996, embora se soubesse que iríamos ter eleições no fim do verão. De qualquer forma, o arranque dos trabalhos era da nossa responsabilidade. Estava a dar-se, muito justamente, uma grande atenção à exclusão social. As próprias empresas europeias haviam assinado um manifesto contra a sua existência. Deveríamos relançar o debate sobre a responsabilidade social dos empresários. Nessa ocasião, havia 55 milhões de europeus em situação de exclusão social e no limiar da pobreza. Era urgente realizar programas de luta contra a pobreza.

\*

Havia uma proposta para construir a Casa do Artista. Ela era patrocinada por um grupo de profissionais que toda a gente conhecia e estimava. Eram de uma dedicação admirável, expondo as suas ideias sempre de forma fundamentada. Mas o projecto era caro! Na sua totalidade reclamava cerca de um milhão de contos e até um pequeno auditório possuía!.. Reuni-me com a Secretária de Estado para

ver como poderíamos ultrapassar a dificuldade. Não havia outra forma que não fosse fasear a realização, começando por construir o lar que, mesmo assim, não era barato. Estava estimado em 400.000 contos. Decidimos que o MPAT contribuiria com 100 mil e a Cultura outro tanto; o Ministério do Emprego e da Segurança Social teria que suportar o resto, porque os beneficiários não dispunham de nada. Depois de lançado, arranjou-se dinheiro para o resto. Dizem-me que ficou muito bem e que tem prestado os mais relevantes serviços.

\*

A 7 de Maio incumbi o Secretário-geral do Ministério do Planeamento de fazer uma proposta formal ao Conselho de Emergência da Protecção Civil que ele integrava como representante do MPAT. Respeitava ela à identificação dos mais prováveis tipos de acidentes com repercussões públicas graves: cheias, terramotos, incêndios,... e à elaboração de manuais com normas de procedimento relativas a cada sector. Eu pretendia, posteriormente, generalizar as recomendações feitas às Autarquias Locais e a todos os outros tipos de agentes com intervenção potencial na matéria.

\*

Os anos de 1993 e 1994 não haviam sido fáceis, nem para Portugal, nem para a Europa. A economia portuguesa havia “batido no fundo” uns seis meses após a europeia o ter feito, em princípios de 1993; havia um desfasamento de seis a nove meses entre as duas. Por isso, a nossa retoma também tinha tido lugar seis meses mais tarde. Em 1994 teríamos crescido à volta de 1,5%, estimando-se que em 1995 já fosse de cerca de 3,0%. Se tudo corresse bem, no final do ano deveríamos estar a crescer mais do que a União Europeia. O interessante é que o processo de relançamento havia sido o correcto, primeiro através do crescimento das exportações e, depois, pelo investimento e pelo consumo privado. A construção civil já tinha retomado no último trimestre de 1994. Tudo isso punha-nos no quarto trimestre consecutivo da retoma. A andar devagar, mas com firmeza. O comportamento da inflação tinha sido razoável, com taxas de crescimento da ordem dos 3% que se reflectiam, naturalmente, no emprego e no consumo. O

desemprego era óbvio que nos preocupava. Chamava-se taxa de desconforto à soma da taxa de inflação com a taxa de desemprego; o seu valor, na União Europeia, era de 14% e em Espanha mais do que 24%; a nossa ia oscilando entre 10% e 12%, o que não nos punha em muito má posição. Mais preocupados estávamos com o indicador de confiança que demorava tempo a retomar; fica-se admirado com a rapidez com que a desconfiança se apossa de uma economia e como é lenta a retoma da confiança!

Queríamos, naturalmente, reforçar as regras da transparência do mercado. E tínhamos as preocupações habituais com as PME que não viam os bancos conceder-lhes crédito a menos de 15%! As grandes empresas lá conseguiam obtê-lo a cerca de 11%; mas este era um problema que não poderia ser resolvido por decreto. Sabíamos que a convergência não poderia ser conseguida ano a ano; para se ter um resultado consistente deveríamos contar com um período de dez ou mais anos, correspondente a dois ciclos económicos de cinco anos, contando com progressos sustentados somente na parte alta de cada ciclo.

Era evidente que, para isso, seriam fundamentais a qualidade da capacidade empresarial e da política económica global. A nossa ambição era conseguirmos crescer 0,9% ao ano acima da média comunitária e 0,3% acima da taxa de crescimento da Espanha, nossa grande parceira comercial. Entre 1986 e 1995 havíamos diminuído em cerca de 10% o fosso de bem-estar em relação à média comunitária. Entre 1960 e 1974 tínhamos melhorado cerca de 20 pontos; entre 1974 e 1984 havíamos estagnado e entre 1984 e 1995 conseguíramos os tais dez pontos.

Seria bom que fossemos bem-sucedidos na incorporação de uma boa parte da economia paralela que escapava às contas nacionais.

O que nos interessava obviamente era a convergência real. Mas, para isso, era o aumento da produtividade que realmente contava e ela não crescia tanto como nós queríamos!...

Era evidente que olhávamos para os outros países e, especialmente, para aqueles que se apresentavam como os nossos concorrentes mais próximos. A República Checa era um dos recém-chegados à União que nos poderia fazer sombra no sector da indústria. Por isso estávamos a investir bastante nessa área; o PEDIP II e o Sistema de Incentivos Regionais em conjunto representavam cerca de 600



milhões de contos, através de mais de 1200 candidaturas já apresentadas. Não poderíamos abrandar nessa modernização do tecido industrial.

\*

No dia 9 de Fevereiro o Presidente da Associação Industrial Portuense, o Eng. Ludgero Marques, foi falar comigo para me apresentar a Fundação Rei Afonso Henriques que acabava de ser constituída. Tratava-se de uma Fundação de Direito espanhol com sede em Zamora (onde o nosso primeiro Rei fora armado cavaleiro); a presidência seria exercida por um Português, tendo os Portugueses, estatutariamente, direito de veto. Mas haveria também uma delegação no Porto (acabou por ser em Amarante). A sede, em Espanha, havia sido reabilitada com fundos comunitários; era um antigo convento e reclamava cerca de um milhão de contos. Visava o desenvolvimento inter-regional e inter-fronteiriço, tendo como áreas preferenciais a empresarial, a cultural e a académica. O traço de união era o rio Douro e as suas margens. Possuía um conselho consultivo formado por empresas dos dois lados da fronteira. A Junta de Castilla-León fazia parte, bem como a Câmara Municipal do Porto, a Comissão de Coordenação da Região do Norte, a Administração dos Portos do Douro e Leixões, as Universidades do Porto e de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Do outro lado, a Universidade de Salamanca também era membro.

Haviam apresentado uma candidatura ao INTERREG, numa proporção de 30% para Portugal e de 70% para Espanha para desenvolver actividades tanto na componente empresarial como na cultural. Mas queriam uma sede no Porto, desejavelmente um edifício com boa presença e alguma história; tudo era, contudo, demasiadamente dispendioso. Iria ficar, durante uns anos, na própria AIP.

\*

Embora tivessem sido lançadas as bases para uma grande reconversão do Alentejo, ela precisava de tempo para tomar corpo. Entretanto, havia problemas urgentes a resolver; um deles era o das minas de Aljustrel. Tratava-se de 400 trabalhadores que iriam ficar no desemprego por causa do encerramento da mina. Isso acontecia porque o preço do zinco havia caído e os conhecedo-

res do sector diziam que tal poderia acontecer outra vez; tinham surgido, por esse mundo fora, outras concorrentes mais fáceis de explorar. O Ministro do Emprego estava a gastar cerca de um milhão de contos por ano em formação profissional, como forma de injectar alguns meios na zona; pois era preciso não os deixar cair no desespero.

A solução tradicional, para resolver este tipo de coisas, eram as Obras Públicas agora acompanhadas das IDL (Iniciativas de Desenvolvimento Local). Nós sabíamos que ao Partido Comunista dava jeito ter ali aquela situação como abcesso que exhibisse quando entendesse oportuno. Mas não era esse o nosso modo de abordar a questão. Queríamos, realmente, injectar meios de forma útil e fazer despertar alguma iniciativa, o que era muito difícil em quem tinha sempre trabalhado nas minas, por conta de outrem.

As estradas já estavam definidas e sabia-se quais elas eram. As obras do Alqueva estavam prestes a ser lançadas. Tratava-se de ver como estimular as IDL. No âmbito do Ministério do Emprego quem fazia a certificação e dava apoio ao artesanato era o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), mas este não dispunha de nenhuma unidade “criativa” que fosse capaz de inventar novas coisas que era do que nós mais precisávamos. Pedi ao meu Colega Ministro do Emprego que agregasse alguém mais imaginativo para constituir um núcleo de valorização dos produtos tradicionais e que se ocupasse, especialmente, da certificação, coordenação da produção e comercialização dos produtos. Seria uma actividade possível de desempenhar pelo IAPMEI, se as medidas em causa não fossem realmente micro. O IEFP já estava encarregado das ILE (Iniciativas Locais de Emprego), mas tudo isto reclamava uma acção muito fina e próxima dos problemas. Deveriam ser as Câmaras Municipais se tivessem versatilidade ou, então, grupos de missão que fossem destacados temporariamente para os locais “a tratar”. A Administração Pública dificilmente acomoda este tipo de respostas. Havia um Programa de Artes e Ofícios Tradicionais que estava à rédea solta, porque dependia directamente do Primeiro-Ministro que, manifestamente, não dispunha nem de tempo nem de braços para atender a uma coisa destas; muitas vezes vê-se alguns promotores ficarem muito contentes quando se define essa dependência até constatarem que não há resposta às suas solicitações. Não se

deveria arranjar nenhuma estrutura de projecto que não estivesse integrada e isso deveria passar-se no âmbito do Ministério do Emprego. Foi nisso em que assentámos, embora com a possibilidade de estabelecerem protocolos com o IAPMEI e outras instituições potencialmente relevantes para não se estar a duplicar serviços. Isso não deveria impedir que se diligenciasse no sentido de fixar uma ou outra empresa na área, majorando para isso os incentivos.

\*

Em 1995 havia em Portugal cerca de 3.500 Bombeiros Voluntários. Comemoravam, nesse ano, seiscentos anos de existência. O socorrismo voluntário, no nosso País, vinha de longe! Independentemente do valor moral da sua acção, eles representavam um activo precioso cuja actividade se poderia avaliar em qualquer coisa como cem milhões de contos! As comparações eram fáceis de fazer: um agente de segurança ficava por duzentos contos por mês. Por isso, os oito a dez milhões de contos que se lhes dava representavam uma bem modesta retribuição em relação ao que faziam. Eu insistia na importância da formação para a qual havia sido instalada uma escola em Sintra. O resto não tinha preço.

\*

As dificuldades de reabilitação dos pequenos centros faziam-nos procurar instrumentos adequados à muito pequena escala das operações e à salvaguarda de tradições que conferissem um carácter próprio às produções locais. Daí o interesse que tínhamos pelas IDL (Iniciativas de Desenvolvimento Local) e o tempo que ocupávamos a tentar fixar um modelo organizativo que se apresentasse como sustentável. O artesanato poderia ser um filão a explorar. Mas ele teria de ser disciplinado. Sabíamos que, na Grécia, a sua certificação competia às entidades locais com os resultados desastrosos que se conheciam. Deveriam ser fixadas outras regras. Nós tínhamos exemplos de artesanato “quase arte”, mas isso estava muito dependente da qualidade dos seus agentes. Deveríamos ser mais modestos nas nossas ambições. Parecia que tínhamos de nos focar na regulamentação da actividade de micro-empresas articuladas com as artes e ofícios tradicionais. Poderíamos, através de uma acção sobre a legislação laboral e sobre a fiscalidade, tornar a

actividade mais atraente. Faltava, manifestamente, alguma regulamentação no domínio das micro-empresas.

Os circuitos comerciais mereciam atenção; era importante levar o mercado ao local onde o artesanato se produzisse e não o contrário. Tínhamos de ser realistas e admitir que o mau produto iria coexistir com o bom, mas que, à força de se insistir na qualidade, o segundo viesse a eliminar ou, pelo menos, a reduzir o primeiro. Estava fora de causa montar uma estrutura nacional que se ocupasse de um sector que seria sempre atomizado. Por isso, se deveria estimular a criação de grupos locais de profissionais que certificassem a origem e curassem da normalização e tipificação da produção. A maior parte da produção teria carácter regional, independentemente de poder haver alguma exportação de certos produtos, nomeadamente alimentares, especialmente para os chamados “mercados étnicos”.

Tinha de haver um apoio à comercialização. Mas tudo deveria fazer-se com ligação às Câmaras Municipais e às Comissões de Turismo, embora de forma enquadrada em orientações gerais.

O estatuto de artesão estava a ser afinado e em fase adiantada na Secretaria de Estado do Emprego. Sucedia, contudo, que não existia uma imagem geral do artesanato português. Tudo era muito parcelado. Deveria procurar “construir-se” uma campanha desse artesanato através de uma promoção conjunta. As Comissões de Coordenação das Regiões do Norte e do Centro haviam feito e publicado excelentes levantamentos do artesanato produzido nos seus territórios. Poderia partir-se daí para fazer alguma coisa. Talvez uma equipa pequena, mas muito activa conseguisse desenvolver um trabalho de dinamização da formação de uma rede de distribuição; as coisas não nasciam espontaneamente, sendo necessário provocá-las. Depois havia a promoção; e aí talvez se justificasse que o Estado interviesse na criação de uma imagem do artesanato português, através do apoio a programas de promoção conjunta. Sobretudo, era importante a certificação como instrumento de defesa dos bons produtores. Mas tudo começava com a definição do estatuto das micro-empresas e com o apoio à sua actividade. E, depois, naturalmente, com o traçado de linhas estratégicas para o desenvolvimento do sector.

\*

Nos dias 17, 18 e 19 teve lugar, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, o Congresso do PSD. O Prof. Cavaco Silva tinha decidido não se apresentar como candidato a Presidente do Partido e, por conseguinte, a Primeiro-Ministro e, por isso, o congresso assumia uma importância determinante, porque a sua primeira função seria a eleição do novo chefe. Por conseguinte, apresentaram-se vários candidatos que foram convergindo, ficando na recta final o Dr. Fernando Nogueira e o Dr. José Manuel Durão Barroso. Ambos eram meus colegas no Governo e eu conhecia-os de longa data, desde os seus primeiros passos na governação. O Dr. Fernando Nogueira tinha sido Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional no 9º Governo Constitucional (Bloco Central), com o Ministro da Administração Interna, Eng. Eduardo Pereira. Ao Dr. Durão Barroso conheci-o como Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Eng. Eurico de Melo, no 10º Governo; no 11.º Governo, pediu para ser transferido para o lugar de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, tendo passado a Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1992.

Não era crível que eu não fizesse uma opção entre os dois. O Dr. Fernando Nogueira era, seguramente, um homem sério, mas demasiadamente “aparelhista”. Cultivava as relações com as comissões distritais e concelhias, estando sempre disponível para as apoiar mesmo em circunstâncias que se impunha contrariá-las, por serem as suas propostas de sentido diverso às orientações gerais que o Governo havia definido. Eu apercebi-me disso porque tinha a tutela das Autarquias Locais e os seus titulares invocavam frequentemente as conversas que haviam tido com ele. Comecei mesmo a ficar impaciente quando descobri que alguns membros da direcção da Associação Nacional dos Municípios Portugueses iam relatar-lhe o conteúdo das audiências que tinham tido comigo, na esperança de obterem mais alguma coisa pela via partidária. Eu era tido como demasiadamente rigoroso no cumprimento daquilo que o Conselho de Ministros havia fixado, mesmo quando isso me custava alguma popularidade. Tudo girava, habitualmente, à volta das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e dos subsídios para equipamento diverso, em relação aos quais ele prometia sempre ir ver o que podia fazer... Além disso era obcecado pelo consenso! Eu sou muito a favor da participação e

da auscultação, de que, aliás, estas “memórias-diário” dão abundantes provas, mas passada a fase de auscultação espera-se que um ministro decida no sentido que lhe parecer mais adequado, não perdendo tempo em manobras dilatórias que podem ser interpretadas como esforço para conseguir o que o peticionário quer, mas que, afinal, só servem para diferir as decisões. Ele possuía uma boa capacidade para a análise dos problemas, mas como as circunstâncias da vida não lhe tinham permitido alargar muito os horizontes; eu achava que ele possuía uma visão assaz acanhada da nossa posição e daquilo que era preciso fazer, no quadro cada vez mais exigente da União Europeia e do Mundo.

Tenho a consciência tranquila em relação à lenta deterioração das nossas relações; eu não suporto a ambiguidade e, muito menos, a duplicidade. Por isso nos fomos afastando e foi com convicção que eu não o apoiei. Tive que explicar isso a muita gente que me veio dizer da sua surpresa por não me ter visto ao seu lado. O decorrer do tempo veio a demonstrar que a minha intuição estava certa. Alguém que queira ser o “leader” nunca se deve deixar aprisionar nas malhas do aparelho, mesmo que isso lhe custe o lugar. Isto é verdade aqui, em França, em Espanha e em toda a parte!...

Ao Dr. Durão Barroso mundo não lhe faltava! Todas as semanas conversava com os seus pares da União Europeia, da África e do resto do globo. Era mais aberto à inovação política e não estava enredado na teia de dependências mútuas que são correntes na vida partidária. Parecia-me uma melhor solução para fazer a transição de um tempo que as circunstâncias tinham feito ser de grande disciplina para um outro que deveria revelar-se mais descontraído e mais acolhedor de novas respostas políticas. Por isso, entre os dois, preferi dar o meu apoio ao segundo. Chegaram-me ecos de que tinha havido uma tentativa de apresentação de um terceiro candidato que era tão pouco credível que não merecia sequer que o considerássemos.

O Congresso do Coliseu está descrito em muitos lados e foi objecto de transmissão directa pela televisão. O País inteiro assistiu aos altos e baixos da disputa, aos psicodramas de alguns intervenientes e à formação de dois campos muito nítidos entre os apoiantes de um e de outro candidato. Alguns acreditam que se a discussão tivesse durado mais uma hora ou duas, o pêndulo teria passado para o outro lado. A verdade é que de madrugada, a hora bem avançada, foi pos-

to um fim à discussão, passando-se à votação que, como se sabe, foi ganha pelo Dr. Fernando Nogueira.

Durante todo o tempo passaram-se coisas inacreditáveis; alguns estrénuos defensores de um dos candidatos surgiram em posições marcantes nos órgãos dominados pelo outro; assisti a numerosas “viragens de casaca”, por parte de gente que estava demasiadamente dependente do seu “lugarzinho” no Parlamento ou na Administração. Para quem assistiu de muito perto a todo o congresso, aqueles dois dias foram de aprendizagem intensiva acerca do que é o interior da vida partidária, de como se forjam dependências e de como se mudam as relações de lealdade.

Relato, noutro lado (Capítulo XXXIII – Preparação do Programa Eleitoral do PSD para as Eleições de 1995), como foi recebido o trabalho que coordenei para dele se extraírem as linhas de um programa eleitoral actualizado e capaz de responder aos problemas do País, tal como os haviam enunciado mais de duzentas pessoas que, generosamente, tinham participado em reuniões que eu animara ao longo de meses. Não tenho dúvidas em afirmar que os meus convidados integravam as várias elites de Portugal – económica, cultural, académica, ... – e que falaram abertamente e com conhecimento de causa. Todo o trabalho foi feito em vão! E eu odeio o desperdício!...

Apesar de se impor um “rassemblement”, o Dr. Fernando Nogueira preferiu vexar os seus opositores. A mim convidou-me para integrar uma lista de candidatos a Deputados numa posição elegível, mas em lugar inaceitável para quem, nessa altura, já tinha servido o País onze anos como ministro. Agradei, mas declinei o convite. Desde Fevereiro que eu fiquei a saber que, em Outubro seguinte, o meu lugar seria, novamente, na Faculdade de Engenharia, a dar aulas de Planeamento... sem “bitter feelings”...

\*

No dia 21 de Fevereiro recebi em conjunto o Eng. José Manuel Casqueiro e o Eng. Nogueira Simões, representantes respectivamente da CAP e da CIP. Vinham falar-me do CNEMA (Centro Nacional de Exposições), em Santarém. Ele já havia sido inaugurado (Eu tinha estado presente...) e estava a funcionar em pleno, mas precisavam de mais algum “dinheirito” para pagar umas contas atrasadas...

Em meu entender, tinham feito um parque de exposições grande de mais, com um movimento de terras gigantesco (e desnecessário...) e disse-lhes isso sem qualquer hesitação. Que não! Que o projecto inicial havia sido reduzido ao mínimo indispensável, mas que estava realmente muito digno. Todavia, faltavam-lhes 350.000 contos! O projecto tinha derrapado “somente” 8,5% o que era pouco comparado com o que se via por essa Europa fora (Não citaram o Túnel do Canal da Mancha!...). O Ministério da Agricultura estava a fazer tudo para desendividar o CNEMA. A sociedade promotora tinha continuado sempre com um capital de 60.000 contos. Mas havia 1,1 milhões de contos de empréstimos a dois bancos, sendo o serviço da dívida de 15.000 contos por mês o que representava 170.000 contos por ano... E ainda não conseguiam rentabilizar o Centro para fazer face às despesas correntes, mais a exploração, o serviço da dívida e a amortização.

Para se considerar terminado o empreendimento era preciso construir parques de estacionamento que estavam a meio e reclamavam mais de 125.000 contos. O mercado de gado e o respectivo estacionamento tinham esperança de que pudessem vir a ser apoiados pelo PAMAF (Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal). O pavilhão próprio dos expositores precisava de ser coberto por uma estrutura metálica; pretendiam ver o Ministério da Indústria avançar com os 300.000 contos necessários. Enfim precisavam de mais um milhão de contos para acabar tudo, mais o tal 1,1 milhão para pagar as dívidas.

Tinham elaborado um dossier justificativo de tudo quanto acabara de ser dito e que me entregaram para que eu pudesse fazer as diligências necessárias. Para terminar disseram que para ocupar o recinto com outras coisas rentáveis seria necessário outro milhão de contos!... Eu devo ter feito uma cara tão surpreendida e assustada que foram eles a consolar-me: “Tudo haveria de encontrar solução!”... Este é o tipo de fuga em frente que consegue impacientar-me até eu não o poder esconder. O pior é que situações como esta não aconteciam só ali. Em outros sectores e noutras partes do País sucederam coisas semelhantes! Tudo em nome da prosperidade e da modernização da actividade económica!

Fiquei com o dossier, obviamente. Disse-lhes que iria ver se existiam sobras respeitantes a projectos não executados, mas que, seguramente, teriam de elaborar candidaturas justificativas da relevância das afectações propostas.



Eu espero que este tipo de actuação não se repita nos nossos dias (2017), porque esta é a pior forma de levar a cabo um empreendimento que seria seguramente muito útil, mas que havia sido projectado a uma escala que não estava naturalmente dentro das nossas posses. Será que os Portugueses só se deixam mobilizar por “missões impossíveis”? ...

\*

Em fins de Fevereiro fomos informados, com pormenor, acerca do programa de trabalho proposto pela Presidência Francesa da União Europeia que, então, estava a decorrer e que se encerraria com a Cimeira de Cannes, em Junho de 1995. Nessa ocasião discutia-se muito a União Económica e Monetária. Foi decidido assegurar a presença de um representante português de alto nível no Instituto Monetário Europeu; era preciso que Portugal se envolvesse no debate em curso, porque os seus resultados não deixariam de nos afectar. A Comissão Europeia já havia decidido elaborar um “livro-verde” sobre a viabilidade da União Económica e Monetária. Chegou-nos a informação de que a “City” estava a admitir que o Reino-Unido viesse a integrar a UEM a partir de 1999. Como se sabe, isso não veio a verificar-se.

Estava em preparação uma conferência inter-governamental para 1996. Os Franceses queriam discutir, ainda durante a sua presidência, a agenda dessa Conferência e anunciavam que pretendiam que ela fosse “maximalista”; deveríamos estar atentos, porque não fosse acontecer que o passo fosse maior do que a nossa perna... Esperávamos que ela se prolongasse no tempo! Começaria em 1996, mas arrastar-se-ia, seguramente, até 1998, porque havia temas como o alargamento a Leste ou a reforma das instituições que reclamavam muita análise.

Já me referi, algumas vezes, ao Programa Têxtil para Portugal. Havia sido necessário reconstruir o seu enquadramento legal (Quem tinha perdido, aproveitava para ir pondo dificuldades...) “Descobriram” que seriam necessários pareceres do Conselho Económico e Social, do Parlamento Europeu e do Comité das Regiões... Nenhum deles era vinculativo, mas serviam para atrasar o arranque do Programa que, na melhor das hipóteses, só começaria em Março. Os Britânicos queriam ver garantido que as bonificações, em caso nenhum, alcançariam

100% das despesas. A Grécia clamava por um programa têxtil igual; só desbloquearia o tratado em preparação com a Turquia se isso viesse a acontecer (O oportunismo mais descarado!...). Da nossa parte, a Comissão ainda queria uma declaração formal, dos Ministros do Planeamento e da Indústria, dizendo o que se propunham fazer para assegurar uma entrada em vigor do programa muito “lubrificada”... Nós já havíamos decidido que a nossa Iniciativa da Modernização da Indústria Têxtil (IMIT) seria feita através de subsídios reembolsáveis, para permitir ir recuperando novas unidades à medida que as primeiras fossem amortizando o que tinham recebido.

A Comissária responsável tinha apresentado formalmente o modelo dos relatórios que todos deveriam produzir sobre o problema da fraude na aplicação dos fundos comunitários. Havia alguma confusão entre fraudes e falências. Estimávamos que, dentro do universo que tinha sido levantado para aplicação do IMIT, houvesse cerca de 120 empresas que estavam em situação de pré-falência; mas isso não era fraude!...

\*

No dia 24 de Fevereiro recebi o Dr. Alberto Santos, Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Centro, que vinha informar-me acerca das numerosas coisas que iam ocorrendo na sua área.

A Assembleia do Arco Atlântico tinha reunido em Coimbra onde apresentara um plano estratégico para as regiões europeias vizinhas do Oceano. Haviam decidido construir na Pampilhosa um centro inter-modal de carga rodo-ferro. Tinha havido um encontro de parlamentares europeus com os presidentes das Comissões Regionais que decorrera com bom nível. As universidades portuguesas da Região Centro e as espanholas de Castilla-León haviam celebrado entre si, um protocolo de cooperação; tinham pedido à Comissão de Coordenação Regional e à Junta de Castilla-Léon para estarem presentes com o estatuto de observador e de elemento consultivo; achei isso interessante e encorajei-o a que participasse ele mesmo. Havia duas pontes na Região do Centro que eram urgentes: a de Barca d’Alva e a de Penamacor. Estava tudo preparado para prosseguir; já havia reunido a comissão de limites cuja audição era indispensável, mas ele não conhecia a decisão.

No âmbito do Programa Operacional da Região do Centro estavam aprovadas as estradas desclassificadas que iriam sofrer obras de reabilitação; estas montavam a cerca de oito milhões de contos; a ajuda do FEDER seria de 5,5 milhões; haveria a assinatura de um contrato-programa entre a Junta Autónoma de Estradas e as Câmaras Municipais envolvidas; queriam que eu estivesse presente. Havia uma grande intervenção da Junta, mas esta localizava-se na zona do Pinhal. O GAT de Santa Comba Dão e os Autarcas que ele servia não se conformavam com o facto de o gabinete vir a ser extinto; diziam que isso correspondia a ver “o pai a matar o filho”... por ter sido eu o “inspirador” da criação dos GAT... Mas a verdade é que os técnicos não se queriam fixar no Interior, preferindo as cidades maiores para o fazerem. O Programa Operacional do Ambiente não estava a correr de forma fluída... Era preciso agarrá-lo!

\*

No dia 1 de Março fui visitado pelo Eng. Roberto Carneiro que me foi falar sobre a criação de uma plataforma para a Modernização das Telecomunicações Portuguesas. Sabia que eu tinha incluído nas GOP uma referência acerca da importância das telecomunicações para o desenvolvimento do país e, por isso, queria sensibilizar-me para a relevância das muitas coisas que se estavam a passar neste domínio. A Plataforma havia sido construída durante o 5.º Congresso das Telecomunicações, há dois meses atrás. O núcleo fundador era constituído pela Maxitel, pela Compta, pela Reditus e pela TVI-RETI; ele estava ligado a esta última. Eram as quatro empresas do sector privado e, por isso, defendiam a concorrência, pugnando por uma liberalização do sector. Mas o mercado estava, nessa altura, demasiadamente protegido; o “monopólio” público detinha mais de 97% da facturação. Corria-se o risco de entregar a actividade a um operador estrangeiro e isso representava uma situação lesiva não só para as empresas privadas, mas também para o interesse nacional. Para ele, mais perigoso do que o monopólio público seria um monopólio privado. Seria um erro fazer a privatização contra o sector privado. A liberalização é que contava; nisso residia a diferença entre a Europa e os Estados- Unidos da América onde, dez anos antes, tinha ocorrido a privatização do sector. Havia um serviço universal a assegurar e isso repre-

sentava uma obrigação do Estado; impunha-se regulá-lo e financiá-lo, segundo regras de todos conhecidas. O Estado deveria garantir que esse serviço público fosse prestado, mas não o fazer ele, directamente. A detenção das infra-estruturas básicas deveria prolongar-se somente até 1998 e não até 2003 como parecia ser o caso que estava para acontecer.

A ICP era uma empresa constituída por três antigos funcionários da TELECOM-Portugal, o que inculcava não haver independência. Não se poderia deixar que houvesse concorrência entre empresas estatais e empresas do sector privado. O Estado não poderia fazer uma “mega-empresa” com 22 mil funcionários! O regulador não estava a ser nem autónomo, nem independente. Ora, uma das consequências possíveis daquilo que estava a acontecer era o risco de se entregar aos estrangeiros o nosso sector das telecomunicações. Tudo isso porque se havia impedido de criar um sector privado robusto nesse domínio.

O que ele preconizava era a realização de estudos, a procura de sinergias entre empresas, o diálogo entre estas e os representantes do poder público e a abertura dos concursos com a apresentação de candidaturas às privatizações.

O interesse nacional não era compatível com a liberalização em 1998; esse era um presente envenenado.

Eu, como responsável pela coordenação das aplicações dos fundos comunitários, não deveria apoiar a concentração das ajudas inteiramente ao sector público; teria de haver acesso aos outros operadores; não era tolerável que não houvesse incentivos ao sector privado no domínio das telecomunicações.

A área multimédia – ambientes multimédia – era muito atraente para o sector privado que, aliás, estava em excelentes condições para impulsionar a inovação. Mas o regulador não lhe estava a dar as frequências que mais interessantes se revelavam; na realidade, haviam-se criado as condições para a formação de um monopólio público e isso não era bom.

Finalizou dizendo que a televisão por cabo era um negócio privado e que o canal a que ele estava ligado queria concorrer a algumas linhas de financiamento do PEDIP. Ouvi-o com a atenção que se deve a um antigo Colega por quem se tem consideração. Sucedia, porém, que todos os aspectos técnicos e gestionários da questão eram da tutela do meu Colega das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Eu só interviria

nos aspectos financeiros e naquilo que tivesse a ver com as ajudas comunitárias. Ele sabia isso muito bem, mas queria sensibilizar-me para o que considerava como uma orientação desadequada para um sector que se revelava de importância vital.

\*

No Instituto Nacional de Estatística tinha-se verificado uma fuga de informação que consistia na cedência a terceiros de dados estatísticos individuais. Isto para mim era muito grave e, por isso, solicitei uma investigação à Polícia Judiciária. No dia 14 de Março, o presidente do INE, Eng. Correia Gago, informou-me que tinha ido depor e, seguramente, me iria propor a elaboração de legislação sobre o assunto; isso reclamaria o estabelecimento de jurisprudência nova nesse domínio.

As estatísticas do PIB, relativas às duas regiões insulares era um tema complexo. O INE nunca havia produzido Contas Nacionais separadas para as regiões autónomas. Aliás, na Lei de Bases de 1989, haviam sido extintas as delegações regionais do INE, por insistência dos respectivos governos regionais. Na Madeira tinham criado uma Direcção Regional de Estatística. Todavia, essa ausência de informação colhida toda na mesma base, parecia-me incorrecta. Acertámos que se deveria alargar o âmbito geográfico das nossas contas e passar a ter uma regionalização das contas nacionais feita com base em métodos econométricos comprovados. Todavia, as regiões autónomas pretendiam elaborar “contas nacionais” regionais. Encorajei o INE a dar-lhes o apoio técnico necessário; mas surgiam dificuldades, porque os Governos Regionais tinham deixado cair alguns controles transfronteiriços – importações e exportações – o que não permitia aferir com rigor os respectivos movimentos. A metodologia a utilizar correspondia a fazer estimativas desagregadas sobre contas definitivas, mas isso implicava que o exercício só pudesse ser feito uns três anos depois de ter sucedido.

As estimativas do PNB, contudo, poderiam estar disponíveis em Outubro do ano seguinte ao que respeitavam.

Ainda não havia valores regionalizados das contas nacionais elaboradas pelo INE. As primeiras contas regionalizadas para os Açores e para a Madeira iriam apare-

cer lá para os fins de Setembro e respeitariam ao Valor Acrescentado Bruto (VAB) e à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), mas apenas para o ano de 1992 e daí para trás. Para mim era “assestar o retrovisor” muito para trás.

Mas tudo isso decorria de não disporem de recursos humanos em número e com preparação suficientes para dar resposta. Eu pretendia que houvesse contas trimestrais nacionais regionalizadas. Teríamos de meter mais gente!...

Em suma, eu achava que sem um sistema estatístico robusto a funcionar impecavelmente não se conheceria o resultado das acções que empreendêssemos nem se faria um acompanhamento adequado da mesma.

\*

No dia 27 de Março teve lugar a inauguração do Centro Jacques Delors, no Centro Cultural de Belém; pelo que ele veio a Lisboa e estava visivelmente satisfeito com aquela forma de homenagem.

Hoje há o hábito de desmerecer no seu optimismo e no sucesso dos seus dez anos de Presidente da Comissão Europeia. Tal como se critica a determinação do Chanceler Helmut Kohl. Eu, pelo contrário, acho que ambos foram visionários com grande carácter prático. Quem lhes sucedeu, nos respectivos lugares, ainda não demonstrou nem clarividência, nem criatividade, nem determinação que fossem comparáveis às suas. Os grandes homens são raros! É preciso dar por ela quando surgem, apoiá-los na sua acção e estimar a sua memória.

\*

Nós insistíamos para que tudo fosse transparente. Por isso decidimos publicar um relatório relativo à execução do QCA I, a cuja avaliação eu já havia procedido. A destinatária desse documento era, naturalmente, a Assembleia da República, e, depois, todo o País.

Fui encarregado de coordenar a sua elaboração e em 28 de Março procedeu-se, em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, à sua apreciação prévia. Deveria remeter-se para anexos tudo quanto não fosse fundamental. Interessava, antes do mais, que o relatório fosse “legível” e, por isso, atractivo. Não conviria ser exageradamente pormenorizado; interessava focar-nos na linha geral do que

tinha acontecido. Não havia nenhum outro Estado-membro que tivesse apresentado taxas de execução tão elevadas como as nossas. Hoje (2017) está muito na moda criticar o “bom aluno”, mesmo em trabalhos sobre a Cultura Portuguesa! Vão buscar fundamentações antropológicas fantásticas para criticar a opção de carrear os maiores benefícios materiais para o País, tendo obviamente de acatar as regras gerais que haviam sido definidas para o seu acesso. Não sei o que diriam se houvéssemos sido perdulários... Encontrariam, seguramente, outras fundamentações igualmente respeitáveis...

O relatório era, naturalmente, muito positivo para o País.

De acordo com as regras estabelecidas, alguns projectos que tinham sido aprovados no QCA I, mas já não haviam encontrado meios para os satisfazer, foram transferidos para o QCA II. Mas eles eram de todos os sectores e alguns dos meus Colegas temiam que isso fosse prejudicar o montante dos “seus” programas, no âmbito do QCA II. Mas, “the first to come, the first to be served”... Era certo que tinha de se ter cuidado com o tempo dado para a avaliação de cada candidatura; se fosse muito curto poderiam escapar coisas relevantes; se se desse todo o tempo do mundo quando chegassem à meta, já outros haviam usado os meios disponíveis... Coisas da competição!...

O saldo de 1994 havia experimentado uma forte redução em relação a 1993. Isso havia sido determinado por um comportamento comum, em relação ao arranque do QCA II e do FSE. Em relação a este último as candidaturas tinham aparecido tarde de mais, de tal maneira que até ao fim do primeiro semestre e no que respeitava ao Ministério da Educação, tudo havia sido pago ainda pelo QCA I.

Seria certo, contudo, que os projectos de 1995 iriam ser executados pontualmente e isso ajudaria a recuperar os de 1994. O dinheiro do Fundo Social Europeu iria mais para a construção de escolas profissionais e não para a formação contínua dos professores, onde eu preferia que isso acontecesse.

Em relação à renovação urbana, o Ministro das Obras Públicas queixava-se de que a aquisição e preparação dos terrenos tinha constituído um processo difícil e muito longo. A nós, no MPAT, isso preocupava-nos, porque o programa mostrara-se difícil de negociar e constatávamos que a máquina administrativa do sector não estava oleada para o executar.

Em relação ao SIFIT toda a legislação estava publicada salvo a relativa ao capital de risco que aguardava o parecer do Banco de Portugal; mas no sector do turismo havia uma forte intenção de investimento generalizada e, por isso, eu não estava preocupado com a sua execução.

Pelo contrário, o PROCOM, de apoio ao comércio tradicional, dava-me grandes inquietações, porque se queixavam muito, mas faziam pouco. O problema maior é que apresentavam poucas candidaturas, porque não sabiam muito bem o que fazer ou, então, estavam rendidos à eficácia dos centros comerciais. Queriam mais medidas proteccionistas relativamente a horários de funcionamento. Não mostravam grande criatividade na reacção e, por isso apresentavam poucas candidaturas.

No sector da Agricultura debatiam-se com as consequências do atraso com que haviam sido apresentados os respectivos sub-programas. A estrutura de gestão estava descentralizada em sete regiões e cinco sub-programas, o que implicava a coordenação de trinta e cinco unidades de acção. Eu temia que não houvesse capacidade de coordenação para um tão vasto programa. Nós, em Portugal, temos que dar muita atenção à questão da coordenação; ela não é transcendente, mas reclama, sobretudo, muito acompanhamento, o que, naturalmente, dá trabalho... O Ministro da Indústria queixava-se de que as verbas destinadas à floresta não estavam a ser gastas e que isso iria ter consequências negativas em relação à importação de matéria-prima, tanto de eucalipto como de outras essências usadas nas indústrias de transformação da madeira.

Nós queixávamo-nos sobre o “gigantismo” de certos empreendimentos como era o caso das escolas de formação profissional; mais valia construir mais e mais pequenas do que ceder às “tentativas paranoicas” que eram comuns. Mas isso havia sido denunciado no devido tempo. Tinham sido os sectores a optar pela escala... O mesmo se passava em relação aos matadouros. Alguns deles acabaram por não ser feitos.

Em relação ao Fundo Social Europeu impacientava-me o nível de fraudes que havia sido detectado em relação ao QCA I; tinha sido apurado que ele era de 7%, o que significava 14 milhões de contos; era demasiado! Tinham de ser mudadas as regras que orientavam o recurso ao FSE; permitiam que muita coisa incorrecta fosse feita. Era uma zona pastosa. Preocupava-me o facto de a fraude não se limi-



tar aos aspectos dos dinheiros; as acções de formação que eram prometidas nem sempre tinham a concretização anunciada. Dava ideia que estavam alguns “abutres” à espera de enriquecer com os dinheiros do sector e que tinham aprendido a viciar o jogo desde a apresentação das candidaturas até à execução dos projectos. Era evidente que tudo quanto tinha carácter material se revelava muito mais fácil de acompanhar e, por consequência, de prestar as respectivas contas.

\*

No dia 29 de Março fui ao Palácio de S. Bento para ter uma reunião conjunta com as Comissões Parlamentares dos Assuntos Europeus e da Economia, Finanças e Plano com vista a analisar o primeiro ano de vigência do QCA II (1994). Comecei por fazer uma exposição introdutória percorrendo os diversos programas apoiados no âmbito daquele Quadro. Intervieram, de seguida, os Deputados Rui Carp, Crisóstomo Teixeira, José Lamego, Hasse Ferreira, Luís Sá, Francisco Silva, Duarte Pacheco, António Murteira e Raúl Brito. Resumirei o que disseram:

Eu era um visitante assíduo daquela primeira Comissão, mas ela não estava a fazer mais do que a sua obrigação de controlo de um sector importante da actividade governamental. Queria ter acesso aos pareceres das reuniões dos comités de acompanhamento e aos sumários das apreciações que faziam em relação aos diversos projectos.

Havia uma manifesta falta de rentabilidade social dos investimentos feitos no sector das pescas. Isso era patente no desânimo observado nas comunidades piscatórias. A reconversão profissional dos pescadores representava uma tarefa difícil; as barreiras impostas pela idade que respeitava a homens de 30 a 40 anos não facilitavam as coisas. O que estávamos a fazer nesse domínio? No âmbito do URBAN, que compromissos era possível fazer para melhorar a sorte do Casal Ventoso? E no âmbito do programa de modernização do Porto de Leixões, qual era a intervenção do POZOR e como se manifestava a possibilidade de vir a remodelar o terminal de passageiros?

Estávamos a passar a imagem do segredo administrativo. Era certo que a Comissão Parlamentar estava mal apetrechada para fazer o acompanhamento do QCA; mas eu tinha a obrigação de lhes fazer chegar mapas mensais com os fluxos fi-

nanceiros que tinham lugar entre Bruxelas e Lisboa. Reputava como fundamentais as trocas de impressões que pudéssemos ter em relação ao fecho do primeiro QCA, dos saldos que teriam sido obtidos e dos funcionários públicos que haviam sido pagos com verbas dos fundos estruturais.

Um outro Deputado queria saber se já havia algum balanço em relação ao PRO-DEP I, especialmente no que tocava às verbas do Fundo Social Europeu. No domínio das pescas iria ou não haver a renovação do acordo com Marrocos? E como via eu a evolução do sector das pescas? Em relação ao URBAN, qual havia sido o critério de selecção dos projectos e, havendo em preparação um URBAN II, qual seria o seu quadro temporal? Havia algumas operações desintegradas dos programas? Teriam parado algumas das operações previstas? Por que é que haviam cessado algumas estruturas de coordenação? Ele gostaria de ouvir, no Parlamento, os gestores das diferentes operações.

A Coesão Económica e Social constava dos Tratados. Existia alguma avaliação do QCA I em termos de Emprego e de Formação Bruta de Capital Fixo? Era certo que o QCA II não iria ser o último Quadro de que mais beneficiaríamos? O Fundo de Coesão representava um instrumento financeiro para apoiar os sectores das vias de comunicação em 58% e do ambiente em 42%; estava assegurado que a Comissão, em Bruxelas, apoiava essa divisão? E como era a evolução prevista das verbas destinadas aos Municípios? O URBAN beneficiava do estatuto de subsidiariedade; o ordenamento urbano não era prerrogativa das instâncias comunitárias; as suas actuações deveriam ser especificamente portuguesas. Era esse também o meu entendimento?

As coisas no âmbito do FEOGA – Orientação, não estavam a decorrer com a eficácia necessária; teriam, por isso, de ser repensadas. A Via do Infante representava um “novo muro de Berlim”; para quando a realização da sua segunda fase e da auto-estrada para o Algarve? E o Alqueva, quando viria?

Qual havia sido a resposta das Autarquias Locais? E o que iria acontecer ao SIJE? O primeiro tinha sido um sucesso; seria pena que não houvesse um segundo mas constava-lhes que havia problemas de inter-relacionamento entre os Ministérios da Indústria e do Comércio; era verdade?

Qual era a tónica do novo estudo ambiental que estava em curso para o Alqueva? A batalha já estava vencida ou ainda não? O resultado das políticas estruturais em matéria de infra-estruturas havia sido muito bom; mas no domínio do emprego, como apreciava eu a questão? Havia a sensação de que se assistia a um certo “esboroamento” e falta de fé no sector; era verdade? Havia poucos fundos estruturais para o Alentejo. Deveria haver mais! A maneira que eu tinha escolhido para organizar as operações integradas não havia sido a melhor; para confirmar isso estavam os resultados da operação do Entre-Mira-e-Guadiana cujo tecido económico não havia experimentado grandes alterações. O Programa LEADER poderia ter interesse para a Região do Alentejo; e, todavia, não se apresentava com grandes realizações nesse espaço, devendo virar-se mais para a criação de emprego. O INTEREG era demasiadamente geral e, portanto, com grandes dificuldades de aplicação à zona fronteiriça alentejana. O Alentejo estava a exhibir menores índices de construção de estradas do que outras partes do País; ora isso revelava-se mau para a Região! Como é que se poderia dinamizar o seu tecido económico? O desenvolvimento do potencial endógeno não chegava; tinha de haver um quadro de incentivos mais atraentes.

Como se tinha feito a distribuição regional dos dinheiros recebidos? E para quando a construção da ponte da Ermida? E o novo metropolitano de superfície do Porto?

Eu relembro o Leitor que fui a esta reunião conjunta das duas Comissões Parlamentares para analisar com os seus membros a forma como havia decorrido o primeiro ano da execução do QCA II e que foi sobre isso que eu fiz uma apresentação introdutória. Tanto o tema anunciado como a minha exposição foram ignorados durante a audição. Os Senhores Deputados ocuparam o tempo a “folhear-me” em relação aos assuntos que mais interessavam às suas circunstâncias ou àquilo que vinha nos jornais nessa ocasião. Ainda assim, devo dizer que acho que os Deputados de 1995 eram bem melhores do que aqueles que guarnecem hoje (2017) as bancadas do Parlamento. Por isso não posso deixar de insistir naquilo que, por diversas vezes, já referi: é preciso que os Partidos façam escolhas muito criteriosas dos candidatos e que se assegurem meios de trabalho robustos aos Deputados eleitos. Talvez isso se possa fazer com menos

Deputados, dispendo cada um deles de um pequeno gabinete de apoio que recolha dados e prepare notas para as intervenções que eles fizerem.

Eu acho que as condições são tão variáveis, ao longo do tempo, que dificilmente as circunstâncias conduzem a uma repetição da História. Há, no entanto, alguns que acham que ela se repete duas vezes, uma em farsa, outra em tragédia... Mas isso são imagens mais literárias do que científicas. Todavia, é certo que quem lida com a “coisa pública” lucraria muito em saber um pouco mais acerca do passado, para evitar cometer alguns erros que conduziram a situações desastrosas. A história parlamentar portuguesa mostra, abundantemente, exemplos de uma Câmara desavinda em que os partidos só olhavam para si próprios, esquecendo que o País esperava ser salvo das muitas ameaças internas e externas que o espreitavam. Particularmente chocante, para mim, foi o ano de 1997! Não estamos agora, em situação tão séria como então. Mas fazemos bons esforços para desacreditar os partidos e para comprometer a relevância da sua acção, sem saber quais podem vir a ser os instrumentos mais eficazes para formular a vontade colectiva. O trabalho parlamentar deveria ser tomado muito a sério!

\*

Nos dias 30 e 31 de Março teve lugar em Estrasburgo uma reunião do Conselho Informal dos Ministros das Políticas Regionais e do Ordenamento do Território. Não se queria instituir mais nenhum Conselho formal, mas sentia-se que aqueles dois temas acabavam por ter muita influência sobre a evolução da construção europeia e absorviam meios substanciais. Por isso encontrávamo-nos “informalmente” algumas vezes. Tudo se passava como se se tratasse de uma reunião do Conselho de Ministros, salvo o facto de as suas recomendações terem de ser passadas a decisões noutras instâncias, nomeadamente no Conselho de Assuntos Gerais ou no ECOFIN e através de propostas da Comissão. Algumas vezes eram, todavia, tão importantes que passaram a ser adoptadas em reuniões do próprio Conselho Europeu.

A agenda era longa: Como constituir o Observatório das Políticas Regionais durante a presidência espanhola, de 1997? Quais eram as iniciativas comunitárias adequadas? O “Schema” do desenvolvimento do território seria útil; como fazê-lo? O que é que deveria ir para a política nacional naqueles domínios? Qual a

forma que deveria assumir a política regional comunitária?

Como se vê, eram todos eles tópicos muito relevantes. E, assim sendo, falaram todos os ministros. Resumirei o que disseram:

Era preciso começar por identificar os espaços onde havia necessidade de uma acção de redução das disparidades. Deveríamos começar por utilizar em pleno todos os meios que já estavam ao nosso alcance, articulando as diferentes políticas nacionais com a política comunitária. As cidades dos diferentes países deveriam participar no exercício, porque elas tinham uma influência crucial. Deveria manter-se, em todas as circunstâncias, o princípio da subsidiariedade. As actuações convinha que tivessem um carácter muito profissional (menos político). Seria bom que se começasse pela definição de objectivos, antes de passar ao enunciado de medidas com carácter muito prático. As propostas feitas pela Comissão pareciam muito equilibradas, devendo aproveitar-se todos os programas para extrair deles todas as virtualidades em matéria de atenuação das disparidades; tal era o caso, por exemplo, do Programa de Iniciativa Comunitária INTEREG. A próxima conferência “Habitat”, em Istambul, representava uma ocasião excelente para trocar impressões acerca dos instrumentos de actuação mais eficazes.

O INTEREG II constituía uma base excelente para definir uma nova iniciativa comunitária no domínio do ordenamento do território. Mas parecia prematuro estar a discutir as implicações do ordenamento do território nos trabalhos da próxima conferência intergovernamental.

As inundações recentes na parte central da Europa justificavam bem que se olhasse para o ordenamento do território com muito cuidado. Parecia que a extensão do INTEREG II, como havia proposto a Comissão, seria um bom começo para inclusão do ordenamento do território nas nossas preocupações.

A vulnerabilidade do território no norte da Holanda justificava bem que se desse atenção ao ordenamento do território. A ministra oferecia o seu país como localização muito adequada para o Observatório a que nos tínhamos referido. Eram precisas actuações integradas, compreendendo muitos sectores diferentes; o caso das cheias representava uma excelente ilustração. O ordenamento do território continuava a ter um lugar muito importante na agenda política holandesa. A ministra reconhecia, sem hesitações, o valor importante que ele tinha para o seu país.

O importante era dispor de boas ligações com o “centro”. O que é que nós iríamos fazer com as indicações dos “cenários de prospectiva”? Era preciso traduzi-los em termos práticos e criar condições para estimular o desenvolvimento económico. Os “cenários voluntaristas” punham muitos problemas. Era preciso ser mais modesto. Estava fora de causa, por ser irrealista, qualquer plano de orientação para todo o espaço europeu.

Interessava articular coesão com desenvolvimento sustentável, com desemprego e com necessidade de cooperação. Este ministro recomendava a formação de uma rede de centros de pesquisa nacionais sobre esta matéria, coordenados por uma unidade europeia que soubesse o que eles faziam e, eventualmente, fizesse encomendas para a realização de estudos gerais. Ainda era muito cedo para se tratar da realização de uma conferência intergovernamental sobre este tema.

Era preciso dedicar mais atenção aos modos de transporte que deveriam ser mais eficientes e sustentáveis. Deveria dar-se muita atenção ao património construído em cada país.

Neste domínio a subsidiariedade tinha de ser a regra. Deveríamos atender à grande fronteira que a Europa tinha a Leste, particularmente com a Rússia. Era preciso definir “corredores” de cooperação com ela. Favorecia a sugestão da criação de uma rede composta por instituições já existentes.

A um dos Colegas interessava particularmente resolver as questões das zonas sensíveis: zonas de montanha e insulares. Eram elas as mais difíceis de abordar. Olhava com simpatia para uma progressiva extensão do INTEREG.

Havia condicionamentos financeiros enormes. Daí que o alargamento do âmbito do INTEREG fosse uma via possível para atendermos a esta área que constituía, seguramente, um problema. Se houvesse apoios especiais para as zonas que haviam sofrido cheias, no seu país, poderia apontar duas regiões que tinham tido grandes prejuízos. Em relação ao Observatório entendia que seria melhor solicitar ao EUROSTAT uma extensão dos seus serviços; não queria uma nova estrutura com novos gastos...

Era importante enunciar os grandes projectos estruturantes ao nível europeu: estradas, caminhos-de-ferro, gasoductos, portos e aeroportos, etc. O objectivo deveria ser o reforço da coesão. Não via que a mera extensão do INTEREG pudesse responder às necessidades; teria de ser uma grande adaptação. Mas, antes disso, era importante a reflexão.

Novamente, a insistência na subsidiariedade. Conviria distinguir os problemas transnacionais dos nacionais. Estes deveriam incumbir a cada país na sua resolução. Era importante discutir muito bem o que iria fazer o Observatório, antes de o lançar. Em qualquer circunstância o trabalho deste, se ele viesse a ser instalado, deveria ser meramente cooperativo e, em nenhuma circunstância, prescritivo.

Num dos países-membros presentes, todas as competências em matéria de ordenamento do território eram das regiões. Todavia, ao Estado cabiam as grandes obras que estruturavam o território. Por isso, lhe parecia útil que discutíssemos qual o território europeu que queríamos, para dar nexos às grandes realizações dos Estados. O Ordenamento do Território não poderia constituir a resposta a uma lista de catástrofes naturais; tinha de ser mais do que isso. Nem poderia constituir uma lista de grandes obras que procuravam financiamento. Deveria começar pelo enunciado de objectivos claros. E teria de tornar claras as consequências das políticas sectoriais que os países-membros e a União promoviam.

O Vice-presidente Christophersen que havia coordenado o programa dos grandes projectos (Aeroporto de Malpensa, Ponte sobre o Sund, etc.), em que cada país-membro tinha apresentado uma candidatura, informou que estavam a proceder à “leitura territorial” dos projectos seleccionados. Ela era feita tendo em mente a definição de um território político europeu, procurando uma lógica para o conjunto através da elaboração dos critérios para um “cenário” que tornasse inteligível o conjunto; cada país havia apresentado um projecto; era preciso ver como eles se poderiam articular entre si. Era a Comissão que deveria procurar essa “inteligibilidade” conjunta e não cada país, um a seguir ao outro; além do mais, teria de ser ela a dar o impulso necessário à construção desse quadro de referência. O exercício não era fácil, porque pressupunha que se articulasse a política de coesão com a política regional e com a política de ordenamento do território.

A Comissária esclareceu que o objectivo era exactamente o reforço do território com vista à sua maior coesão, com efeitos de equilíbrio duráveis. A Comissão estava disposta a jogar a sua parte. Mas nós tínhamos de estar de acordo em relação ao que fazer e aos meios devotados para o efeito. Era importante assegurar a participação do EUROSTAT, porque o exercício reclamava a disponibilidade de muita

informação que estava publicada ou que poderia ser, por eles, conseguida com facilidade. Havia, sobretudo, que evitar criar uma nova administração e uma nova burocracia; era por isso que ela olhava com simpatia que se partisse do INTEREG II para um III cujo escopo fosse redefinido.

O ministro que exercia as funções de Presidente do Conselho sublinhou a importância da aproximação transnacional do ordenamento do território e das funções do Observatório de que se tinha falado. Em Leipzig havíamos sugerido a constituição de uma rede europeia dos centros de pesquisa nesta área; deveria ser o comité de desenvolvimento espacial a sugerir a estrutura respectiva. Mas era importante acelerar o calendário; conviria dispormos de uma proposta para a constituição do Observatório antes do fim da presidência francesa e que fosse “non-pesante”. Revelava-se particularmente importante a cooperação dos países das bacias do Reno e de La Meuse. Em relação à Conferência Intergovernamental de 1996 deveríamos ajuizar sobre a oportunidade de incluir o ordenamento do território nos tratados; todavia, os termos do debate não estavam, em seu entender, suficientemente maduros para prosseguirmos. De qualquer forma, o documento que procurávamos não deveria limitar-se a ser exclusivamente “cartográfico”, mas conter propostas concretas de actuação.

No dia seguinte prosseguiu a discussão com maior incidência sobre a política regional e os fundos estruturais. O balanço que se fazia era muito positivo. As decisões tinham sido tomadas com a maior transparência; lamentava-se que, em alguns países, se tivesse verificado algum atraso; atribuía-se isso às “dificuldades da subsidiariedade”... Tinha-se ido demasiadamente longe na fixação de pormenores... (Eu também achava isso...).

A Comissária sublinhou a importância da C&T para o desenvolvimento e para a criação de novos empregos. As iniciativas locais de emprego estavam a produzir resultados. O sucesso da política regional dependia muito da concentração dos investimentos e da sua escolha. Tinha que se olhar para a dimensão macro-económica das medidas tomadas e procurar assegurar a sua integração. Poderiam os fundos estruturais fazer mais do que já faziam? Preocupavam-na, particularmente o desemprego de longa duração e o desemprego das mulheres. Saudava os progressos que havíamos conseguido quanto à celebração de parcerias entre as instâncias nacionais e as comunitárias. O princípio da adicionalidade era, evidentemente, para



se manter. Tínhamos de insistir na avaliação da política comunitária; o contribuinte europeu tinha o direito de saber em que era aplicado o seu dinheiro. A avaliação “ex-post” dava informações preciosas; tínhamos de prosseguir com ela. E melhorar a gestão financeira. As fraudes preocupavam-na; tínhamos de lutar contra elas, apesar de se verificar que não as havia de grande dimensão; mas tinha-se espalhado a notícia da sua existência e isso deveria ser esclarecido. Rematou dizendo que a sua maior preocupação continuava a ser o desemprego.

Todos falámos, obviamente. A discussão sobre os fundos estruturais era seguida de perto em todos os países-membros. O desemprego representava uma preocupação geral. Se os países do sul queriam dar uma atenção especial à situação do Mediterrâneo e países ribeirinhos, o Báltico merecia cuidados semelhantes.

Os atrasos verificados em certos projectos tinham de ser reduzidos; isso era particularmente visível em relação aos objectivos (1) e (2), mas também a respeito das iniciativas comunitárias. A subsidiariedade era estimada em todos os países, havendo a impressão de que a Comissão “metia o nariz” demasiadamente em coisas para as quais não deveria ser chamada. Estávamos todos de acordo em relação ao valor das parcerias, da avaliação da eficiência e da eficácia dos projectos, da quantificação de objectivos e da avaliação dos investimentos, em sentido alargado.

Verificava-se que as autoridades locais e regionais estavam cada vez mais envolvidas nos projectos, o que era bom. Via-se que os antigos países do bloco de leste procuravam estabelecer relações de cooperação; deveriam ser ajudados nisso.

O ano de 1994 havia sido de grande trabalho para todos. Mas existiam alguns países que tinham visto o seu QCA aprovado tardiamente (Não era o caso de Portugal que fora o primeiro a apresentar o PDR e, conseqüentemente, o primeiro a ter o seu QCA).

Um dos ministros informou que não iriam contratar avaliadores independentes. O PDR era de âmbito nacional; todo o país estava envolvido no plano. Este iria contribuir para atingir numerosos objectivos ligados à coesão que aguardavam, há muito tempo, para serem alcançados.

Em alguns países havia alguma dificuldade de ajustamento entre as prioridades definidas aos níveis comunitário e regional e, mesmo, quanto ao partenariado. Os serviços da Comissão tendiam a intervir demasiadamente, no plano técnico;

faziam-no, aliás, com muito pormenor, estando a ir longe de mais (Eu vinha reagindo contra isso, há muito tempo...).

Curiosamente, havia alguns países que ainda não tinham entregue os seus PDR; deveriam tê-lo feito há mais de um ano! (É, por isso, que não podem ser previstos procedimentos em que se tenha de aguardar por todos...).

Estávamos surpreendidos com as taxas de crescimento dos países do Leste Europeu – 8% a 10%! Era certo que tinham partido de muito baixo, mas não deixa de ser surpreendente a forma como reagiram à mudança de regime.

Um dos países-membros recomendou com vigor a concentração das iniciativas. A pulverização das realizações revelava-se pouco eficaz.

Havia um grande consenso em relação à importância da luta contra o desemprego. A parceria entre a Comissão e os Estados-membros deveria ser natural. A primeira não queria forçar qualquer espécie de associação; mas estimava ver-se ligada aos esforços feitos para o desenvolvimento, porque, afinal, os objectivos a alcançar não eram somente nacionais, mas também comunitários. Deveríamos procurar uma melhoria contínua de processos e praticar uma cooperação confiante com a Comissão.

Antes de regressar a Lisboa tive o meu primeiro encontro pessoal com a Comissária Wolff-Mathis, antiga sindicalista alemã. Não havia nenhuma questão bilateral a resolver. Era só praticamente para nos conhecermos melhor. Fiquei surpreendido pela sua falta de capacidade para se concentrar; olhava para todos os lados menos para o seu interlocutor. Vim a encontrá-la mais algumas vezes. Essa impressão confirmou-se; então, quando eu estava acompanhado da Secretária de Estado as coisas eram piores; desde os sapatos aos brincos tudo era passado em revista minuciosa... Com manifesto prejuízo da minha exposição... Nunca consegui ser suficientemente eloquente para substituir, como foco de atenção, a elegância da minha Colega!... Era evidente que esta era muita... Mas, mesmo assim, eu ficava com algum desconforto...

\*

Como algumas vezes fazia, depois das reuniões formais, eu passava pela delegação local do PSD para ver como iam os ânimos. Em Vila Real eu até era o “cabeça-de-lista” do partido, tendo por isso obrigações especiais. Foi o que fiz no dia 4 de

Abril, depois de cinco reuniões diferentes com autoridades locais. Agora o encontro era com responsáveis partidários que nem sempre coincidiam com os eleitos. Por isso comecei por lhes dizer como iam as coisas em relação ao plano de desenvolvimento do Douro que havia sido a razão principal da minha ida. Todavia, as perguntas foram outras e quase sempre relacionadas com obras.

Por que não haviam começado as obras do Centro de Formação Profissional de Chaves? Consta que tinha sido preterido pelo de Viana do Castelo. E o que é que se passava com o IP 3, cujas obras não havia meio de começarem. A situação do distrito em matéria de transportes clandestinos era inacreditável; havia agências organizadas para os oferecerem publicamente e tudo se passava à margem da Lei. A ANTRAM (Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias) não actuava; a legislação não era adequada; os juizes queixaram-se da legislação que não era eficaz; funcionavam carrinhas de nove lugares como táxis de ligação permanente a várias cidades de França; tudo feito por agências ou particulares que não pagavam impostos e faziam concorrência desleal!... Todos sabiam quem eles eram mas as autoridades não actuavam.

Os membros do Governo deveriam vir mais vezes ao distrito; tirando o meu caso, que era visitante mensal, os outros vinham pouco. E eles a mim já me tinham visto muitas vezes...

Havia uma série de pequenas obras que era preciso fazer ou concluir, Fizerem um extenso rol. Por elas não serem realizadas, diziam, pairava “uma certa sensação de esquecimento”...

\*

No dia 5 de Abril recebi o meu Colega da Indústria e o Secretário de Estado da Ciência, os presidentes da Associação Industrial Portuguesa e da Associação Industrial Portuense (Hoje AEP). Estava em discussão a elaboração de um programa para a Economia Portuguesa. Preferiam os subsídios a fundo perdido aos empréstimos e, dada a debilidade dos fundos próprios das empresas, insistiam em que as participações subissem dos 50% para os 70%. Queriam, naturalmente, ser as duas associações muito envolvidas na concretização do programa, mas não dispunham de quadros preparados para o fazer; de modo que o apoio teria de começar por elas

próprias. Os campos em que pretendiam actuar era no domínio da modernização tecnológica, na realização de missões empresariais aos mercados de exportação e no estabelecimento de uma presença activa em mercados estratégicos.

Havia aspectos ligados ao “hardware” do programa, mas também se revelava muito importante olhar para o software”.

Ambas as Associações queriam apoio para expansão das suas instalações de exposição, a Exponor em Matosinhos e a AIP na zona da EXPO. A acção concertada das duas associações permitiria gerir o conjunto de forma integrada, o que era bom. As ditas expansões verificaram-se e, durante muitos anos, estiveram muito activas. Depois as coisas foram mudando.

As duas grandes associações empresariais eram objecto frequente de manifestações de “ciumeiras”, por parte das pequenas, espalhadas por todo o País. Mas nós insistíamos que não fazia sentido localizar, fora de Lisboa e do Porto, equipamentos de internacionalização. Elas deveriam formar estruturas associativas com outras associações com as quais houvesse colaboração mas também distinção de tarefas. O meu Colega da Indústria insistia no “software” e no desenvolvimento qualitativo. Os dois presidentes insistiam muito nas infra-estruturas e no “hardware”. Parecia a todos importante a projecção de uma nova imagem do produto português para o que já havia meios no âmbito do PEDIP II.

A nós interessava-nos muito que eles dessem atenção à formação das chefias intermédias; tínhamos recomendações vindas de todos os lados, para o fazermos. Para isso havia uma verba prevista no PEDIP II. Mas eles achavam que não dispunham de meios humanos para o fazer.

A captação de investimento estrangeiro era importante, particularmente se trouxesse com ele tecnologia e mercados. Aí deveriam unir-se as duas Associações e o ICEP.

Afirmaram que as duas associações eram geridas com austeridade e não se viam como esbanjadoras dos subsídios que lhes eram concedidos. Todos os projectos que apresentavam eram bem pensados e bem dimensionados.

A privatização da TELECOM iria melhorar a imagem do País e facilitar a vida aos empresários.

Mas as associações não poderiam ficar subjugadas pelas preocupações relacionadas com os problemas financeiros das naves em construção. A sua acção deveria ser muito mais ampla.

A construção do CNEMA, em Santarém, representava um mau investimento, porque não tinha ocupação permanente. O sector da Agricultura havia insistido muito no grande complexo, mas ele funcionava duas ou três semanas por ano, não tendo os seus promotores inventado outras ocupações para o usar durante o resto do tempo. Teria feito mais sentido realizar as mostras previstas em Lisboa.

As expectativas eram grandes. Deveríamos aproveitar o entusiasmo existente.

\*

Já me referi à insistência com que eu era solicitado para receber o Embaixador do Irão em Lisboa. Havia instruções para sermos cordiais, mas para não darmos grande sequência às suas solicitações. Tudo estava relacionado com as relações com os Estados-Unidos e com a posição que o seu governo havia tomado em relação ao Irão. Todavia, as empresas de obras públicas insistiam em que se estava a perder uma oportunidade única. Portugal continuava a ser muito cumpridor em relação às posições do mundo ocidental, mas nem as empresas espanholas nem as italianas ligavam muito a isso e iam ganhando obra atrás de obra.

Chegou a estar desenhada uma missão de dois dias e meio que eu chefiaria. Como os aviões só chegavam às 4 da manhã a Teerão, começar-se-ia na primeira tarde com uma audiência com o Presidente. Seguir-se-iam encontros com os Ministros do Urbanismo, da Reconstrução e das Obras Públicas e com o Presidente da Câmara de Teerão. O primeiro seria o mais importante, porque nele participariam representantes de todos os departamentos interessados e de empresas com as quais as nossas poderiam celebrar parcerias. Porque os encontros não seriam somente com os potenciais clientes, mas também com os parceiros iranianos eventuais uma vez que eles preferiam as “joint-ventures”. Nós sabíamos que poderíamos contar com o concurso de jovens engenheiros iranianos bem formados nas diversas faculdades do país.

O pior era que o Irão estava numa situação económica e financeira muito difícil e sob um regime de sanções que também abarcava os empréstimos do Banco Mundial. Além do mais, a situação, em termos de segurança, era muito complicada.

Tinham acabado de sair de uma guerra longa (oito anos) com o Iraque. Por isso, o País era tudo menos tranquilo... Mas queriam dar aos investidores estrangeiros a ideia de que havia regras de jogo e de que estas eram estáveis. Diziam que o País já havia passado da fase de transição para uma de consolidação e que tinha uma linha de rumo devidamente traçada.

Disseram-nos que iríamos ter concorrentes do nosso tamanho e maiores. O Irão tinha sete vizinhos contíguos e outros sete em segunda fila com as quais as relações não eram fáceis. Consideravam-nos mesmo como inimigos, o que havia consolidado o País internamente. A guerra estava sempre iminente!

Insistiam em que eram um país solvente e que poderiam representar um excelente mercado para nós. As áreas que mais lhes interessavam eram o planeamento e a reabilitação urbana, as obras hidráulicas e o ambiente, a prevenção contra os desastres naturais, como os sismos e as cheias e a indústria dos materiais de construção. Queriam fazer um “Building & Housing Research Center” que ficasse encarregado, especialmente, da certificação de materiais de construção. Estavam interessados em “projectos de chave na mão” e em adquirir prática no domínio da gestão de projectos de obras públicas e construção. Havia sectores em que o dono da obra seria sempre o Estado (caminhos-de-ferro e estradas), sendo certo que as empresas privadas estariam sob o controlo do Estado. Poderia contar-se com o concurso de mão-de-obra local a muitos níveis.

Havia uma linha de crédito para todas as obras a construir, mas os bancos locais estavam sob uma forte tutela do Banco Central. Poderíamos contar com a disponibilidade na linha de crédito até 150 milhões de dólares. A da Espanha era o dobro. Deveríamos contar com o estabelecimento de contactos próximos frequentes com o Banco Central.

O que lhes interessava era estabelecer relações de trabalho com um horizonte de médio-prazo; só dessa forma entendiam a cooperação.

Para mim estava claro que nada se poderia fazer neste domínio sem irmos de braço-dado com o Ministro das Finanças, através do Conselho de Garantias Financeiras. Sem uma rede de segurança nesta área seria muito arriscado avançar. Por isso se deveria articular a componente técnica com a financeira e envolver nesta o Tesouro, o Banco de Fomento e Exterior, a COSEC e o ICEP. Aplicava-se aqui,

também, uma velha regra do sector das obras públicas no estrangeiro: “quem levar dinheiro, trabalha; quem não levar não trabalha”! A questão da repartição dos lucros estava resolvida.

O Irão estava muito interessado na colaboração que poderia obter em Portugal, em matéria de formação e mesmo de investigação aplicada.

Como se vê, tudo chegou a estar muito próximo da concretização. Foram compromissos de natureza internacional, no campo das sanções a aplicar ao Irão, que fizeram adiar “sine die” a realização da viagem.

\*

O famoso programa TEXTIL, que tantas canseiras nos havia dado, acabou por ser aprovado em 10 de Abril de 1995. E tinha-o sido de acordo com os interesses dos nossos empresários do sector. Vale a pena teimar mesmo quando há concorrentes de peso.

\*

O problema da seca em Portugal é mais grave do que se pode imaginar. É na parte sul que a questão pode assumir dimensões mais nocivas. Em 13 de Abril soubemos que no Alentejo estávamos a atravessar uma situação de penúria que poderia ser a pior da década. O Alqueva ainda não poderia contribuir com nada e a zona do Enxoé também não tinha barragem. Para esta última já havia aberto o concurso e ela poderia ser adjudicada até ao verão. A grande barragem demoraria mais tempo. É curioso que, passados tantos anos (escrevo em 2017) e também tantas obras, ainda haja ameaças de seca com consequências sérias na abeberação do gado. Sinal de que o programa das médias barragens deve prosseguir bem como o das pequenas charcas que retêm a água quase onde ela cai. Não se pode desperdiçar uma gota de água da chuva numa terra que precisa dela toda!

\*

De vez em quando somos surpreendidos com coisas verdadeiramente inacreditáveis. Foi o que aconteceu em 20 de Abril, quando nos disseram que não havia em Portugal – cidades, vilas ou aldeias – uma única rua ou praça com o nome de D. João III! E, todavia, ele era cognominado o “Príncipe Perfeito”!...

\*

A nossa participação nas actividades da “construção europeia” continuava com a nova Comissão, com o mesmo empenhamento que havia tido nos tempos do Presidente Delors. Eu ia ao Conselho de Ministros da Ciência e ao Conselho Informal dos Fundos Estruturais e Ordenamento do Território. Mas o estilo começava, tenuemente, a mudar...

Em Abril tinha sido distribuído um documento de reflexão sobre a revisão do Tratado de Maastricht, enunciando o que havia corrido bem e o que apresentara dificuldades. O exercício era indispensável como passo na preparação da conferência intergovernamental prevista para 1996. Tinha acabado de se realizar um encontro com os representantes dos países do leste candidatos à adesão. É curioso como se revela difícil perder os hábitos que se haviam adquirido durante décadas. Eu havia tido contactos pontuais com alguns Ministros da Ciência e com um ou outro representante “sectorial”; mas não com dignatários empossados em funções de representação política global. Não assisti a esse encontro, mas disse-me quem lá esteve que ficou surpreendido com o extremo formalismo do mesmo e com a pouca substância da troca de impressões. Ficou claro que iria ser longo o caminho a percorrer... Era perceptível o grau de impreparação que eles exibiam. Não escondiam, contudo, a sua preocupação de segurança em relação à Rússia. Daí que dessem mais importância à adesão à NATO do que à integração na União Europeia...

O Mediterrâneo começava a ser explicitamente referido como objecto de grande preocupação. Havia, mesmo, a ideia de organizar uma Conferência Euro-Mediterrânica. Por gostar de frequentar alguns países mediterrânicos, durante as férias, o meu conhecimento dos problemas era algum e, por isso, não deixava de ter um ouvido atento a este tema. Curiosamente, tanto a Áustria como os Escandinavos mostravam-se abertos a uma acção de apoio aos países ribeirinhos da margem sul. Estes, nos seus contactos connosco, não escondiam a sua grande preocupação com a escalada do “fundamentalismo”.

Tinha entrado em vigor o acordo de Schengen. Apesar das dificuldades nós ultrapassámos a prova, especialmente nos aeroportos, onde as regras eram mais complicadas de observar. Mas, curiosamente, o grande aeroporto de Schiphol (Amsterdam) não havia conseguido fazê-lo, de modo que voltou a ser conside-



rado como pertencendo a um país terceiro, tendo-se diferido a data e integração para 1996. Havia um caso específico connosco, por causa dos indonésios; não poderia entrar em Portugal nenhum indonésio sem uma autorização especial (As coisas estavam bravas em Timor!...).

As fronteiras marítimas representavam um problema à parte, com a intersecção de muitos sectores. Em matéria de repartição de encargos, os respeitantes à fronteira marítima externa tinham de ser partilhados, obviamente, por todos os Estados-membros, mesmo os que não tinham mar...

O sector das pescas é um domínio onde os conflitos atingem rapidamente um calor desusado. Eu próprio havia participado uns anos antes numa reunião da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, celebrada em Hania (Creta), onde a organização por pouco não explodiu por causa de um conflito entre ilhas do Mar do Norte que não se conformavam com as quotas de pesca que lhes haviam sido fixadas pela Comissão Europeia. Tudo ia indo pelos ares!... Porque os interessados defendem as suas posições com desusado ardor...

Pois em 1995 havia a chamada “guerra da palmeta”! A nós, Portugueses, ela também tocava. Mas o conflito era mais com o Canadá do que com a União Europeia. Mas em Portugal tomavam-se grandes posições!... O que ficou demonstrado foi a vulnerabilidade em matéria de política externa. No âmbito peninsular a opinião pública espanhola estava com o governo espanhol e apoiava-o; a comunicação social portuguesa estava com o governo espanhol!... Não tinha feito nenhum esforço para se inteirar acerca dos nossos interesses e da nossa posição. Só olhava para o que diziam os jornais espanhóis!... A Comissão não escondia a sua preocupação com a luta contra a fraude. Daí que a questão dos fundos, as perspectivas financeiras e a justiça associada a este domínio importasse a todos. Havia uma boa coordenação geral, neste domínio.

No “estimado” indicador da transposição das directivas nós continuávamos em boa posição. Mas isso reclamava um esforço expressivo; era preciso não o descurar. Curiosamente, em Abril de 1995 era a Alemanha quem ocupava o último lugar!... As suas preocupações eram, manifestamente, outras... A reunificação representava o seu grande problema!

Havia um ou outro Colega meu que, sendo pouco descentralizador cá dentro, invocava muito o princípio da subsidiariedade quando se tratava de usar, no seu sector, os dinheiros comunitários. Ora estes não representavam um direito sem obrigação, uma vez que correspondiam a taxas pagas pelos contribuintes alemães, holandeses ... e por outros “contribuintes-líquidos” para os cofres da União. Era preciso lembrar-lhes que os fundos estruturais não eram um cheque em branco passado a qualquer país-membro, mas uma ajuda obtida através de um esforço negocial entre ele e as instâncias comunitárias e que era preciso honrar, evidentemente. Mas eles fingiam que não entendiam. Eu é que não poderia esquecer-lo, porque uma boa parte desse esforço era da minha conta.

As preocupações de coerência em relação aos regulamentos das Iniciativas de Desenvolvimento Local eram gerais. Tinham que ser homogeneizados os respectivos procedimentos. Havia as ILE que tinham aparecido ao lado. Tudo deveria ser harmonizado como digo noutro lado (Capítulo XXX), privilegiando-se a intermediação bancária para não insuflar a nossa administração. Queríamos que todos os sistemas de apoio fossem sempre fáceis e transparentes. Mas a verdade era que havia demasiados sistemas, uns nacionais e outros comunitários; a multiplicação dos nacionais decorria do facto de cada sector gostar de ter o seu “privativo”... Algumas vezes isso justificava-se pela especificidade da matéria em causa, mas havia também casos de protagonismo político evidente. De qualquer forma, era preciso assegurar a coerência através de uma harmonização processual. Era nisso que eu me ocupava em razão das responsabilidades de coordenação que me estavam atribuídas. Mas, como eu gosto de dizer (Em resultado de uma longa observação, aliás...) todos clamam por mais coordenação mas ninguém gosta de ser coordenado...

Foi decidido fazer um esforço suplementar e fundir todos os diplomas relativos aos sistemas de incentivos ao desenvolvimento local numa só resolução do Conselho de Ministros, com janelas várias para os diferentes sectores apoiados. Assim se conseguiria maior coerência para o sistema. Fiquei satisfeito por assim se ter resolvido. Nomeadamente, pelo grau de homogeneização processual que isso implicava.

\*

A missão ao Irão que eu tanto queria que se realizasse porque projectaria o nosso sector das obras públicas e os nossos projectistas continuava a ocupar-me. Em 2 de Maio tive uma reunião com o seu organizador e com representantes da COSEC e do Banco de Fomento e Exterior. Este último havia acompanhado de perto as missões anteriores. Em 1993 tinha-se, mesmo, celebrado um protocolo financeiro que previa uma responsabilidade até 150 milhões de dólares, a curto, mas também a médio-prazo; todavia, nunca fora mobilizada, senão para o curto-prazo. As dificuldades com que os interessados se tinham deparado vinham, contudo, do lado do Irão. O sector que usava a linha de curto-prazo era o dos óleos alimentares.

Estavam definidas todas as condições, incluindo o valor da taxa de juro que era chamada “taxa de consenso”, um valor definido por um “gentlemen’s agreement” entre os países da OCDE. O risco em relação ao Irão era considerado como muito elevado; havia, mesmo, países europeus que não cobriam qualquer transacção. A Alemanha, cautelosamente, tinha aberto uma linha de 50 milhões de DM para o curto-prazo e de 100 milhões de DM para o médio-prazo. A França estava a experimentar dificuldades em relação a pagamentos antigos; já havia reescalonado a dívida. A queda do dólar não estava a ajudar nada ao estabelecimento de qualquer linha de crédito. Havia, ainda, dificuldades ligadas à garantia solicitada pelo Banco Central Iraniano que faziam dissuadir alguns potenciais utilizadores. Eu procurava, por todos os meios, assegurar que haveria essa exportação das nossas capacidades, mas não estava a ser fácil ultrapassar as dificuldades.

Comigo no Governo a almejada missão nunca teve lugar. Muitas vezes não chega a vontade de uma das partes; a burocracia da outra também pode complicar tudo. O empenhadíssimo Embaixador do Irão em Lisboa é que estava inconsolável.

\*

Na entrada da primavera, há frequentemente que atender aos efeitos das intempéries que tiveram lugar durante o inverno. O ano de 1995 não fugiu à regra. Os piores estragos tinham sido provocados pelas geadas que afectaram todo o País. É impressionante ver um campo queimado pela geada; quando esta é forte chama-se-lhe “geada negra” que é a cor com que ficam as grandes extensões plantadas.

O apoio necessário estimado era de 30 milhões de contos. Era preciso encontrá-los, combinando várias fontes. Uma delas era a reafecção de verbas do QCA da Agricultura; conseguir-se-ia daí cerca de 18 milhões. Havia depois o PAMAF que poderia contribuir com outra parte. A própria Comunidade Europeia dispunha de verbas para estes acidentes imprevisíveis e que rarissimamente estavam cobertos pelo seguro. Talvez se pudesse ir buscar um contributo ao deflactor. O Fundo Social Europeu, no seu programa de modernização do tecido económico, mostrava-se com uma execução muito baixa; talvez fosse uma solução.

Teria de se fazer uma proposta à sub-comissão de Agricultura para proceder à reafecção. As verbas desafectadas teriam, naturalmente, de ser repostas nos seus lugares originais, por conta do orçamento do Ministério da Agricultura ou de verbas que o das Finanças libertasse. Os prémios cobrados pelas companhias de seguros para cobrir estas emergências eram totalmente impraticáveis; eu havia dado um grande apoio a uma proposta de abertura dos riscos dos seguros de colheita; mas sabia de antemão, que a resposta nunca viria...

No FEOGA (Garantia) havia uma parte do apoio que era dada pela área plantada, mas outra encontrava justificação na própria produção. O que significava que se não houvesse produção (por causa da geada, nomeadamente) até havia poupança para a Comunidade... Não sabíamos como é que em Espanha se estava a lidar com este assunto; talvez se devesse começar por sabê-lo, de modo a procurar uma solução que respondesse à situação nos dois países. De qualquer modo, procuraríamos encontrar formas de pagar os prejuízos antes do verão, para coincidir com a data expectável da colheita dos frutos perdidos.

Aventou-se a hipótese de contribuição de um fundo para fazer face às calamidades futuras. Era esta a solução que mais me agradava, conjugada com um estímulo ao recurso aos seguros. No sector da Agricultura, em Portugal, estava generalizada uma “mentalidade assistencial”, em que se recorria sistematicamente ao Estado, quando havia qualquer perturbação meteorológica ou acidente inesperado. É por isso que é urgente criar no sector uma “mentalidade empresarial”, com o sentido do risco. Mas, se se tiver de ir em socorro, deve-se diferenciar sempre o que se destina aos lavradores que perdem rendimento do que deverá ir para os trabalhadores que ficam sem trabalho.

O sector da Agricultura é muito complexo!

\*

A exportação de granito para os países da Europa do Norte não representa uma grande verba, mas faz viver umas dúzias de famílias nas imediações do porto da Sardoura, no rio Douro. Ela tolera mal qualquer quebra de carga do porto de Leixões; por isso quando se assegurou a navegabilidade do rio começaram a frequentá-lo pequenos cargueiros que carregam directamente naquele caís, levando os cubos e os lancis de granito para os pequenos portos do Norte da Europa.

Em 4 de Maio recebi o antigo director do Gabinete de Navegabilidade do Douro que vinha acompanhado de um exportador de granito que tinha visto a sua vida andar para trás por causa do fecho da barra do Douro que estava assoreada de tal forma que o tinha feito anular a vinda de vários navios (2 para a Régua e 5 para Sardoura). A promessa era de assegurar permanência de abertura entre Março e Novembro. Mas aquele inverno havia sido fatal!... Combinou-se, com o Secretário de Estado do Mar, fazer uma dragagem de emergência na semana seguinte. Mas tudo seria resolvido somente quando os novos molhes na embocadura fossem construídos. Os estudos técnicos estavam praticamente concluídos. Porém, ainda haviam de passar alguns anos até a solução que a todos agradava ser construída. No momento em que escrevo (2017) não há obstáculos e os tais pequenos cargueiros frequentam os portos fluviais ao longo de todo o ano.

\*

A Ordem dos Engenheiros estava alojada há muitos anos num palacete na Avenida António Augusto de Aguiar. Mas o número dos seus membros havia crescido enormemente e os sucessivos Bastonários e os seus conselhos tinham multiplicado os serviços que prestavam aos engenheiros. As instalações eram dignas mas os seus 2.800 m<sup>2</sup> revelavam-se escassos para acolher as muitas actividades que lá tinham lugar. Felizmente, a Ordem possuía o terreno até à Avenida Sidónio Pais nas traseiras da sede. Mas era preciso construir um edifício novo. O projecto estava pronto, tendo-se encontrado forma de interligar a parte velha com a nova, concretizando uma ampliação muito funcional. Mas era necessário encontrar meios para a pagar. Estavam em causa 500.000 contos, contribuindo a Ordem com 100.000 contos, assegurando desse modo 20% dos encargos. Assim, no dia

4 de Maio o Bastonário foi ver-me, solicitando que eu funcionasse como “broker” dos 400.000 restantes a distribuir pelos Ministérios que recorressem mais ao trabalho dos Engenheiros, através de programas comunitários e de outros nacionais. Lá correspondi ao solicitado. O concurso foi lançado em Dezembro de 1995 e a obra estendeu-se até 1998. Estão ao serviço instalações dignas e funcionais que albergam uma actividade que foi multiplicada por muitos, ajudando a prestigiar o trabalho de uma associação indispensável para o desenvolvimento do País.

\*

Sabendo do apoio que eu dava à concretização de uma missão ao Irão para onde pudéssemos exportar, especialmente serviços de engenharia e construção de obras públicas, fui visitado por um representante de uma grande instituição internacional que vinha insistir em que eu não esmorecesse na organização dessa visita. Sabia bem que os Estados-Unidos mobilizavam as suas influências para que ninguém facilitasse a vida ao novo regime iraniano, mas ele achava que nós estávamos a desperdiçar a boa imagem que eles tinham das nossas empresas e do nosso nível técnico e que não seríamos nem agradecidos nem recompensados por isso. Ou seja, deveríamos não só prosseguir com a ideia, mas também procurar que, no regime de trocas, entrasse o petróleo de que eles eram super-avitários e que constituía um campo em que precisavam de apoio para a construção de “pipelines” e, mesmo, de refinarias. Havia um projecto de uma refinaria que estava orçamentado em 250 milhões de dólares e um porto em construção para servir de terminal. As empresas portuguesas não poderiam deixar de lá ter um representante.

As nossas relações comerciais, nessa altura, estavam praticamente limitadas à exportação de óleos alimentares. Poderíamos ter ambições muito maiores! As nossas hipóteses poderiam estender-se ao Azerbaijão, ao Turquemenistão e a outros países da área. Tratava-se de países ricos com grandes necessidades de exportação e que não tinham grandes saídas que não fossem a que atravessava o Irão.

Recomendava-me vivamente que cultivássemos as relações com o Irão e relembra que o facto de o meu Colega do Comércio e Turismo, numa sua viagem a Teerão, ter sido recebido pelo próprio Presidente representava um caso raríssimo cuja excepionalidade deveria ser interpretada como vontade de revigoreamento das nossas relações.

\*

Nós, em meados de Maio, fomos solicitados para começar a preparar uma lista das realizações – obras e diplomas legais – que haviam sido construídas ou publicadas ao longo dos quatro anos da legislatura. Era a segunda vez que uma legislatura chegava ao fim, depois de 1974. O debate sobre o estado da Nação iria ter lugar no dia 22 de Junho e, por isso, teríamos pouco mais de um mês para fazer o balanço do que havíamos feito para poder invocá-lo na Assembleia da República. Deveríamos cotejar o que havia sido feito com o que constava do Programa do Governo. E isso tinha de ter lugar daí a três semanas de modo a poder preparar com tempo aquilo que seria um inventário, o mais exaustivo possível, do que havíamos realizado. Estávamos mais do que tranquilos, porque aquele Programa tinha sido largamente cumprido, com muitas realizações extra, não previstas nem previsíveis quatro anos antes. O Governo e, especialmente, o Primeiro-Ministro, poderiam ir para essa prova maior do calendário parlamentar com a maior tranquilidade. Mas era preciso preparar a respectiva intervenção.

Nessa ocasião estava muito na berra a incineradora de Estarreja. No Concelho haviam-se instalado grandes unidades da indústria química que tinham assegurado a sua prosperidade e o emprego, todavia, à custa de alguns custos ambientais que passaram a ser mais apercebidos. A incineradora fazia parte da requalificação ambiental do Município. Da mesma forma o desassoreamento da ria de Aveiro. (Que, ainda hoje -2017- não foi realizado com a dimensão que se impõe). Foi decidido preparar um sistema de incentivos para a criação de indústrias limpas. A Quimigal iria abandonar muito espaço; queríamos que ele fosse transformado num parque industrial que deveria ficar nas mãos da Câmara Municipal ou de um promotor privado que, entretanto, surgisse. A Câmara gostaria muito de ter no seu território um polo do Instituto Politécnico de Aveiro, mas entrava em concorrência, nessa matéria, com Águeda em relação à qual já havia compromissos firmados. As grandes instalações industriais quando chegam ao fim da sua vida útil causam sempre grandes problemas. O mundo em geral e a Europa em particular estão cheios de “cadáveres” de instalações industriais que um dia foram prósperas mas que perderam a sua justificação. Além de melancólico, isso constitui sempre um problema de resolução difícil!

\*

O Instituto Nacional de Estatística iria comemorar, no dia 23 de Maio, sessenta anos de existência. O facto deveria ser assinalado com manifestações com poucos custos, mas que não deixassem de marcar o acontecimento. Nesse sentido, foi organizada uma exposição interessantíssima no respectivo Centro de Documentação. E, no próprio dia, haveria uma sessão solene nas suas instalações que constituem um excelente exemplar da arquitectura da época. Dela constaria uma evocação da história dessas seis décadas, a apresentação de um livro, o enunciado de um programa de actuação para o futuro, encerrando eu o acto. O meu discurso está publicado (Discursos X).

Neste género de sessões, nunca se deve limitar o âmbito das intervenções ao que foi realizado. Convém sempre referir quais são os planos para o futuro. É uma forma de mostrar que as instalações estão de boa saúde e que continuam a ser relevantes.

\*

À medida que se iam aproximando as eleições a Oposição passou a ser mais agressiva, o que era natural. Mas enveredou pela via da referência a factos que não eram verdadeiros. Não era o seu “leader” a fazê-lo mas havia uma “rapaziada” que, em manifestações de excesso de zelo, dizia os maiores disparates. No fim de Maio os sectores mais atacados foram a Justiça e a Segurança Interna, mas também me coube a minha parte relativamente a Alqueva. Tive que denunciar quer as falsidades quer as faltas de rigor. Curiosamente, um dia destes (2017) um Ministro do actual Governo (PS), sem qualquer hesitação afirmou ter sido um Governo do seu partido a retomar o projecto do Alqueva... É não ter memória ou pensar que os outros a não têm! Se outro mérito não tiverem estas memórias pelo menos terão o de dizer com rigor o que se passou ao longo desses anos. Eu sei que ele disse isso há um mês e que hoje ninguém se lembra disso. Mas aborrece-me muito a mentira com vista a tirar um efeito imediato; por outro lado, a repetição da mentira costuma transformá-la em verdade!... Por isso se deve denunciar sempre o que sabemos não ser verdadeiro. Talvez isso limite a facilidade em mentir... com receio de ser denunciado na praça pública...



\*

O Eng. Nuno Abecassis, depois de sair da Câmara Municipal de Lisboa, devotou-se muito à UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) que fez instalar no Campo Grande, numa antiga construção do Asilo D. Pedro V ao lado do Quartel de Engenharia 1, onde eu tinha servido durante alguns meses. Era uma iniciativa que ele havia tomado enquanto Presidente da Câmara e na qual depositava grandes esperanças. Em prol desta veio ver-me no dia 17 de Maio para falarmos acerca da cooperação com cidades africanas de expressão oficial portuguesa.

Estava interessado em estimular as geminações entre cidades portuguesas e africanas, mobilizando especialmente a sociedade civil. Para isso havia criado a Fundação “Cidade de Lisboa” que apoiava muitas acções nomeadamente um Colégio Universitário para a Cooperação. Interessava-lhe ajudar a formar a elite desses países que sabia ser debilíssima e da qual tudo dependia, em matéria de desenvolvimento. Cada bolsa que conseguia era de 1.000 contos por ano e era paga por uma empresa que dava o nome à própria bolsa. Já ia no quinto ano consecutivo de outorga de bolsas. Naquele momento tinha 34 bolseiros. Nessa ocasião, ainda estavam instalados na Casa do Episcopado de Angola em Lisboa, mas o processo de passagem para o referido Asilo estava em curso, uma vez que a Câmara Municipal de Lisboa já lhes tinha cedido o direito de superfície por 99 anos; eram mais de 2.000 metros quadrados mas dispunham de meios insuficientes para a sua recuperação. Além de “Colégio Universitário” ele queria que a Instituição funcionasse também como fórum empresarial do espaço de expressão oficial portuguesa, contribuindo para a criação de empresas mistas, nomeadamente PME. Os sectores preferidos eram aqueles em que não houvesse uma concorrência internacional agressiva; interessava-lhe, especialmente, a transferência do saber-fazer. (Curiosamente, mais de uma década depois, recebi na Associação Empresarial de Portugal, no Porto, um alto dignatário do Governo Angolano que vinha solicitar o apoio da instituição para a instalação de fábricas de pregos, parafusos, ferramentas elementares e coisas semelhantes que, na ocasião, eram todas importadas e objecto de uma procura elevadíssima...).

Ele tinha a esperança de que fosse Portugal a ajudá-los a criar o seu tecido empresarial por sermos os que melhor os entendiam. Tinha, também, um projec-

to “Escola a Escola ” que visava geminar escolas portuguesas e as comunidades envolventes com escolas africanas que pudessem desempenhar um papel dinamizador em relação ao desenvolvimento das suas próprias comunidades. Estava prestes a arrancar.

Queria apoio para reabilitar o antigo asilo que passou a chamar-se Colégio Universitário da Cooperação D. Pedro V. O nome do patrono havia-se mantido. Estávamos a falar de 300.000 contos, mas já dispunha de donativos no valor de 150.000; era de outro tanto que precisava.

Já o disse nestas memórias: o Eng. Nuno Abecassis era de uma generosidade imensa. Fazia todo este trabalho “pro bono”, mas com uma dedicação total. Tinha o seu lado visionário, contudo, entregava-se às coisas em que se metia com um empenhamento exemplar. Eu não dispunha de meios para o ajudar à altura das suas necessidades; o apoio teria de entrar no âmbito dos pequenos equipamentos municipais e era por aí que tinha de se encontrar saída. Mas ouvi-lo falar do seu projecto causava admiração. Ao longo da minha vida encontrei muita gente generosa; mas ninguém tão dedicado como ele!

\*

Eu continuava a impulsionar o sector cooperativo cuja tutela me havia sido confiada em 1985. No dia 17 de Maio, em despacho com o Presidente do Instituto António Sérgio ficou decidido produzir uma edição comentada do novo Código Cooperativo em edição do próprio INSCOOP. Desse modo ele seria, potencialmente, mais útil.

A Cooperativa dos Pedreiros, no Porto, era uma instituição modelar que não deixava nenhum vector da sua vida desacompanhado. Presidia, nessa ocasião, o Comendador Joaquim de Oliveira Guedes, pessoa por quem eu nutria, além de um grande respeito profissional, um afecto muito especial; além do saber-fazer no sector, ele tinha preocupações sociais evidentes e um grande cuidado em tudo quanto respeitasse à formação profissional. Não me lembro de ninguém que corporizasse tão bem o ideal cooperativo: acreditava e praticava. Fiquei muito satisfeito quando soube que iriam dar o seu nome – IJOG – ao Instituto que, no seio da Cooperativa, iria tratar da formação profissional. Logo me disponibilizei para participar numa sessão que, na essência, visava prestar-lhe uma homenagem pública muito merecida.

No Montepio Geral tinha decorrido um seminário sobre o regime fiscal das Cooperativas. Soube que as intervenções haviam sido interessantes, mas que o número de participantes fora modesto. Decidimos constituir um grupo de trabalho que revisse o regime fiscal então vigente e propusesse algumas alterações que o tornassem ainda mais atraente. Ele, além do Presidente do INSCOOP, deveria integrar representantes dos Ministérios das Finanças, da Agricultura, do Comércio, da Educação e do Emprego e Solidariedade Social.

Era preciso assegurar que na iniciativa, então em lançamento das IDL (Iniciativas de Desenvolvimento Local), não fossem deixadas de fora as cooperativas. Elas até poderiam desempenhar um papel de algum relevo se conciliassem a forma de organização cooperativa com alguns meios indispensáveis ao lançamento ou revigoramento de algumas unidades; a experiência mostrava que faltava sempre dinheiro para isso.

Pedi para que fosse feito um trabalho acerca das possibilidades das empresas de economia social se envolverem na criação de emprego e em acções de formação profissional. Antes de o publicar conviria colher o parecer do Ministério do Emprego e da Solidariedade Social.

A FENACHE (Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica) tinha vindo fazer grandes queixas em relação às dificuldades que encontrava para a sua acção nas relações com o Ministério das Obras Públicas que era a tutela do sector da Habitação. Tornava-se urgente limar algumas arestas; contavam connosco para apaziguar a tensão.

Havia um novo programa comunitário, INTERPRISE, que visava o sector cooperativo não-agrícola. Estavam a emparceirar connosco a Suécia e a Espanha. Nós tínhamos sido escolhidos por causa da qualidade que, no âmbito europeu, havíamos revelado em todas as iniciativas a que nos lançáramos, ao longo dos últimos anos. A reputação de competência tem de ser conquistada através da repetição de casos de sucesso.

Eu tinha um problema grande pela frente. As cooperativas haviam-se envolvido em numerosos cursos de formação profissional nos quais não se tinham aplicado com o rigor indispensável; eram mais numerosos os acidentes do que teria sido conveniente... O Instituto do Emprego e Formação Profissional, através do qual



FIG. Com o Presidente da Cooperativa dos Pedreiros no Porto.

corriam as verbas do Fundo Social Europeu cortou (e muito bem!) o financiamento desses cursos. Mas, entretanto, as cooperativas tinham contraído responsabilidades, nomeadamente materiais, junto de formadores e de fornecedores. Quando se deram conta do sarilho em que algumas estavam envolvidas, resolveram apelar para o INSCOOP que não dispunha de quaisquer instrumentos que lhes permitissem “separar o trigo do joio”. Solicitei ao Presidente do Instituto que fizesse um inquérito com os meios da casa, para fornecer ao MESS, solicitando uma reapreciação dos casos correctos que estavam a pagar pelos incorrectos. Eu detesto os “espertalhões” que gostam de se aproveitar do que pensam serem oportunidades sem fiscalização para obter dinheiro fácil; já deviam saber disso mas não resistiam à tentação... O pior é que, com a sua acção, criavam uma péssima reputação ao sector e, mesmo ao País.

\*

Nos finais de Maio de 1995 prosseguia a preparação para a conferência intergovernamental que se realizaria brevemente. Tínhamos tido acesso ao relatório que a Comissão havia produzido para o efeito, verificando com satisfação que as nossas posições estavam muito próximas daquilo que nele era proposto. O relatório do Parlamento Europeu é que defendia actuações mais radicais, como seria de esperar. As posições que defendiam um peso acrescido dos grandes países tinham-se amortecido muito; já ninguém propunha isso com a convicção de que fosse aceite. Tinha sido proposta a criação de um grupo de reflexão que iria reunir no dia 2 de Junho, em Messina, emblematicamente; o nosso representante seria o Prof. André Gonçalves Pereira.

Preparava-se a realização de uma Conferência Euro-Mediterrânica para Novembro de 1995; ela teria lugar em Barcelona e envolveria os países mediterrânicos das duas margens; esperava-se que fosse definido um montante generoso para investimento nos países da margem sul. A experiência veio mostrar que tudo isso ocorreu tardiamente, para se obterem resultados que evitassem muitas das migrações que se vieram a verificar; nessa altura falava-se num montante da ordem dos 5.000 MECU o que era pouco para as necessidades

A presidência francesa atribuía uma grande importância à política mediterrânica e, também, ao Acordo de Lomé e à concretização das medidas nele propostas.

Estava-se a verificar que a segurança na Europa aumentara após a entrada em vigor do Acordo de Schengen. Ao contrário do que muitos pensavam e diziam...

Nós deveríamos propor a realização de uma campanha de informação a este respeito. A liberdade de circulação de pessoas era benéfica para os Portugueses e, por isso, deveríamos apoiá-la expressivamente. Também continuávamos a insistir nas nossas Iniciativas de Desenvolvimento Local. Entretanto, soubemos que o Presidente Santer iria fazer ao Conselho Europeu de Cannes uma comunicação sobre o tema. Como este teria lugar no fim de Junho, o assunto teria de ser abordado em Colégio de Comissários nas semanas imediatas.

Nós exercíamos nesse semestre a presidência da UEO (União da Europa Ocidental). Estava a correr bastante bem. Era importante que demonstrássemos abertura para a cooperação com os países do Leste Europeu.

Após a situação de crise, os países da União tinham iniciado a retoma. Verificava-se que Portugal também o estava a fazer, mas isso sucedia nove meses depois dos primeiros...

A Suíça estava a negociar com a União Europeia alguns “dossiers” que lhe interessavam. Já referi nestas memórias os contactos que tive com o Conselheiro Federal Ursprung no domínio da investigação científica que, para eles, era prioritário. Mas as conversas já se estendiam ao sector dos transportes e a alguns produtos agrícolas; queriam, todavia, alargar o campo dessas negociações. Sempre com a preocupação de obterem as máximas vantagens sem darem nada em troca, como era costume. As recomendações iam no sentido de se chegar a acordo em cada sector e em globo. Para nós, eram particularmente importantes as questões relacionadas com a circulação das pessoas e a liberdade de estabelecimento; a nossa comunidade emigrante na Suíça era importante, sendo preciso assegurar a sua estabilidade, o que era aliás fácil por se tratar de um grupo muito estimado pelos próprios Suíços. Mas eles insistiam em fazer negociações “por pacotes e sub-pacotes”... Teriam assim mais vantagens, porque se furtariam a debater o que não lhes interessava nada... Por isso, nós insistíamos nas duas vias: a dos sectores e a global.

\*

Estava previsto que no dia 22 de Junho houvesse o chamado debate sobre o estado da Nação, na Assembleia da República. Seria o último promovido pelo XII.<sup>o</sup> Governo e protagonizado pelo Prof. Cavaco Silva. Teria de ser muito bem preparado, de modo que fomos todos solicitados para percorrer o programa do Governo e ver o que tinha sido realizado, o que não tinha e o que, não fazendo parte dele, as circunstâncias haviam levado a fazer.

Como se compreende, aplicámo-nos com empenhamento a fazer esse inventário. Mandámos documentos, mas também uniformizávamos procedimentos na parte de antes da agenda nos Conselhos de Ministros.

De um modo geral, haviam sido atingidos e ultrapassados os objectivos fixados. Subsistiam, todavia, algumas áreas em que algumas das intenções iniciais tinham encontrado entraves insuspeitados. Isso aconteceu em relação a algumas iniciativas no âmbito da Defesa Nacional; por outro lado, as relações com o Brasil haviam sido empanadas pelo caso dos dentistas, mas a culpa não havia sido nossa...

Os programas comunitários tinham sido mais do que cumpridos; nós havíamos ajudado a própria Comissão a definir procedimentos operacionais, porque estávamos sempre avançados em relação à execução do estabelecido.

Havia algumas referências na imprensa a que tudo o que era “betão armado” avançava, mas o resto ia mais devagar. Não era verdade. Em princípios de Junho de 1995 e em relação ao PEDIP II tinham sido apresentados mais de 1.800 projectos em valor de investimento superior a 700 milhões de contos e, nessa altura, já estavam aprovados mais de 300. O projecto do gasoducto estaria pronto em 1996. No domínio da Ciência havia mais de um milhar de bolseiros em actividade; aliás, se não os houvesse, os sucessos subsequentes não teriam sido possíveis.

Enfim, todos os Ministros contribuíram com achegas válidas de modo que a intervenção do Primeiro-Ministro foi extremamente convincente e sólida. Ela figura, naturalmente, no Diário das Sessões do Parlamento.

\*

As reuniões com os Governadores Civis eram, habitualmente, muito informativas. Eles eram escolhidos entre pessoas respeitadas no seus distritos e estavam,

correntemente, a par do que se ia passando. Um ou outro não resistia, por vezes, a fazer alguns assomos de política partidária, mas, pela índole das minhas funções, comigo tratavam sobretudo de problemas de desenvolvimento. E eu estimava saber o que eles me transmitiam.

No dia 12 de Junho veio visitar-me o Governador Civil de Beja, acompanhado pelo presidente da Associação Comercial de Beja, pelo presidente do NERBE, (Núcleo de Beja da AIP), pelo presidente da Associação de Municípios de Beja e pelo presidente da Agência de Desenvolvimento do Alentejo (ESDIM). O Governador Luís Serrano era e é um homem profundamente empenhado no desenvolvimento da sua terra. Foi para mim um esteio firme nas acções que promovi naquela parte do país e, especialmente, na concretização do empreendimento do Alqueva. Apresentou os seus acompanhantes, deixando-os pôr os problemas que os preocupavam. Efectivamente, o que mais os afligia eram os problemas do comércio. As grandes superfícies haviam-se instalado por todo o lado, arruinando o pequeno comércio e acabando com o seu estilo de prestação de um serviço. O pior era que não havia poder de compra para frequentar os grandes espaços. Sugeria que se tentasse fazer com que estes estabelecessem “satélites” nos Concelhos mais pequenos.

Até então, havia sido possível unir toda a gente. Mas a descrença no futuro estava a impelir os mais jovens para a emigração e as povoações estavam a ficar desertas. Neste aspecto, o Baixo Alentejo é que estava pior. Além da “seca de água” havia uma “seca de ideias” que o afligia ainda mais. Estava a assistir-se a uma modernização grande da agricultura feita com maquinaria importada (“pivots” e outros equipamentos) cuja utilização se havia generalizado. Era o regadio que permitiria a mudança. Todos apoiaram incondicionalmente o Alqueva. Mas queriam, também, que não se abandonasse o programa das pequenas barragens que complementaria a grande obra. Tinha-se assistido à deterioração dos montados por causa da campanha do trigo, mas a situação estava agora a reverter-se. Deveriam ser aproveitados os recursos locais – o porco, as ovelhas, as cabras, etc. – e transformar os seus produtos. Tornava-se muito importante a introdução de moratórias de, pelo menos, seis anos para pagamento de juros e de empréstimos; em Espanha havia, para zonas semelhantes, isenção das prestações para a Segurança Social. A descapitalização das empresas agrícolas representava um entrave enorme ao desenvolvimento.



Estavam muito dependentes do investimento vindo de fora, mas não havia poupança nem iniciativa locais para o substituir. Logo, era preciso retirar as pessoas da situação de desespero em que haviam caído e de falta de auto-estima. Impunha-se reanimar as pessoas.

Os sistemas de incentivos estavam a funcionar, mas era preciso dotar o SIR (Sistema de Incentivos Regionais) de mais meios, porque o esforço feito tinha sido insuficiente. Por exemplo, as verbas previstas para a formação profissional haviam-se esgotado em Abril! (Estávamos em Junho...). Em alguns outros havia atrasos no desbloqueamento das verbas, particularmente no Ministério da Agricultura.

Não era corrente que os meus visitantes falassem tanto acerca do estado de ânimo das pessoas. A emigração não constituía novidade para mim; ela começara nos anos 50 e 60, a maior parte tendo-se dirigido para a Península de Setúbal. Eu já havia, dez anos antes, tratado dos problemas da outra ponta do fluxo... Também por essa razão, o empreendimento do Alqueva era mais do que uma infra-estrutura hidráulica.

\*

Começámos a pensar no Censo da População de 2001 em Julho de 1995. Preocupava-me, especialmente, a montagem do sistema de controlo. Apesar dos progressos feitos em 1991, eu apercebi-me de que, se este não funcionasse sem falhas, poderia haver imprecisões arrelhiadoras. Em Julho de 1995, foi-me recomendada a realização de dois “micro-censos” intercalares, um relativo à fecundidade e outro às migrações. É que estavam a revelar-se grandes mudanças nesses dois domínios. O pior é que o orçamento para os fazer pesava: o primeiro custaria 70.000 contos e o segundo 400.000 contos. Mas era preciso encontrar o dinheiro necessário no próximo orçamento...

O sector da Estatística sempre foi muito apreciado pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Quando fiquei com a tutela do sector o então presidente do INE, Dr. Graça Costa, logo me disse da apetência que havia por parte deles para que lhes déssemos apoio; não dispunham de capacidade para o fazer e os nossos serviços tinham boa experiência que, ainda por cima, gostavam de transmitir. Nunca, em Portugal, há dificuldades para encontrar cooperantes para irem para África; o que falta é dinheiro para lhes pagar...

Essa vontade exprimia-se uma vez e outra. Por isso pedi ao Eng. Correia Gago, presidente do INE, para elaborar um relatório contendo as suas recomendações. Foram feitos três exemplares: um para o Primeiro-Ministro, outro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e outro para o Ministro da tutela. Veio entregarmos no dia 3 de Julho de 1995 e, durante a apresentação, teceu considerações várias:

O projecto era muito ambicioso e, por isso, reclamava fundos apreciáveis. Mas era um projecto exclusivamente português. E era, sobretudo, um projecto africano.

A parte mais delicada respeitava a esse financiamento. Este deveria ser público e privado dos cinco países envolvidos. De Portugal e do sector público poderia contemplar-se o envolvimento do Banco de Portugal e do Banco de Fomento. Seria de estender a acção ao território de Macau? Eu entendia que não, por se tratar de uma situação muito diversa dos restantes casos. Talvez se pudesse contemplar a entrada de organizações internacionais doadoras (Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, UNESCO, etc.). Havia organizações portuguesas que talvez fossem sensíveis ao alcance desta acção de base de importância inversa. Talvez fosse possível apresentá-la ao Tratado de Lomé II através de um PIR (Programa Indicativo Regional) Lusófono.

A vontade dos cinco Estados deveria ser materializada numa convenção internacional, rubricada pelos respectivos governos. Poderia, talvez, começar-se pela constituição de um fundo que deveria ficar em Portugal, mas administrado pelos representantes dos fundadores.

Pedi-lhe para ir apresentar o projecto ao Secretário de Estado da Cooperação a quem falei previamente sobre o assunto. Este ficou encarreirado. Mas nunca mais ouvi falar dele. Sou de opinião que mais importantes do que os subsídios específicos, na cooperação com os PALOP, são as acções que ajudem a estruturar os seus Estados, entre os quais está, seguramente, a constituição de um sólido Serviço Nacional de Estatística.

\*

No dia 7 de Julho reuniu-se na OCDE, em Paris, o chamado Advisory Council do Territorial Development Service. Havia ministros e especialistas que tinham sido convidados para reflectirem em conjunto sobre políticas públicas no domínio do

urbanismo. O representante da casa começou por afirmar que a constituição do TDS havia representado para a OCDE uma inovação a que davam muita importância. A especialização dos pareceres estava a acentuar-se e isso era bom para as recomendações que tinham de fazer.

Estavam preocupados com a quebra da coesão social observada em muitas zonas, especialmente nas pouco povoadas ou desertificadas, nas quais a solução era praticamente impossível.

O desemprego tinha que ser abordado de uma forma integrada, particularmente quando assumia a forma de longa duração. Para lhe dar resposta a variável espaço deveria ser considerada. As mudanças a que, em todo o mundo, estávamos a assistir em matéria de urbanização eram enormes. Assumia particular relevo o papel do investimento para responder aos variados problemas que ela levantava. Deveríamos inspirar-nos no conceito de competição entre regiões, de Michael Porter, para considerar o papel das cidades num contexto mais alargado.

A globalização a que estávamos a assistir também tinha repercussões na forma que assumia a urbanização. Deveríamos estar despertos para a introdução de novas tecnologias nas áreas rurais porque elas iriam determinar a viabilidade de muitas actividades e ter repercussões sobre a base económica dos diversos espaços. Quanto mais eficiente fosse o sector agrícola mais oportunidades surgiam a jusante.

Era muito importante a melhoria da gestão urbana; quanto melhor ela fosse mais se poderia economizar em matéria de infra-estruturas. Era certo que o sector privado se estava a interessar pelo investimento nestas últimas e esse facto deveria ser aproveitado, com o acompanhamento adequado. Mas observava-se, por toda a parte, um interesse manifesto pela privatização de serviços como o abastecimento de água, os esgotos e muitos outros e isso deveria ser aproveitado. Era, contudo, importante, que se desse grande atenção ao papel da coordenação.

Deveríamos dar-nos como programa melhorar as cidades, revitalizando-as na sua base económica. Seria bom lembrarmo-nos de que, numa grande parte do mundo as cidades haviam sido construídas no período pós-Grande Guerra, o que significava que, em muitas delas, isso havia sido feito com grande carência de meios.

Para levar essa missão a cabo o papel das Autarquias Locais era determinante. Mas a acção deveria ser definida no quadro de programas de desenvolvimento regional.

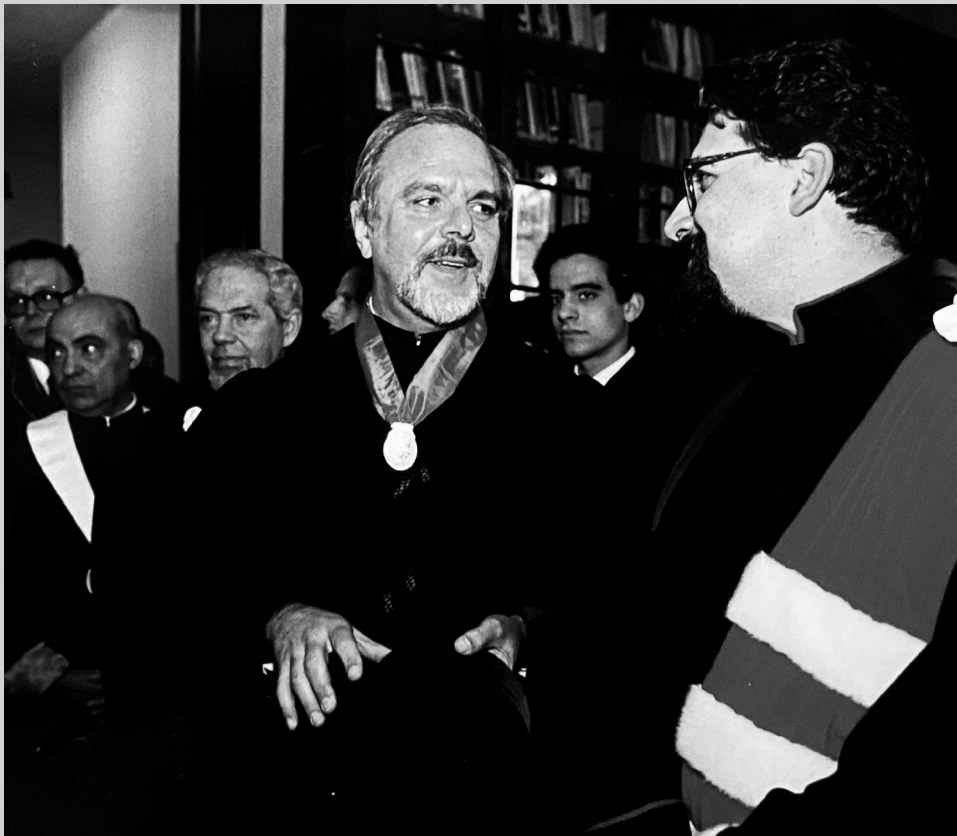


FIG. Doutoramento *honoris causa* do Professor Michael Porter, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

A formação de “clusters” deveria ser considerada nesses programas. Mas a perspectiva do desenvolvimento regional não poderia ser perdida porque era mais do que a criação de emprego. Os aspectos sociais contavam muito.

As cidades portuárias estavam a experimentar um desenvolvimento acentuado. Deveriam ser consideradas como prioritárias.

Os sistemas de taxas a aplicar pelo acesso às diversas infra-estruturas deveriam ser aprofundados. Em relação aos mesmos confrontavam-se perspectivas conservadoras com outras progressivas que conviria debater em conjunto. As necessidades revelavam-se numerosas, não sendo natural que os fundos públicos dessem para responder a tudo; daí o terem de ser consideradas as formas privadas de lhes dar resposta. Seria bom que se fizesse uma análise exaustiva às funções que deveriam continuar na esfera pública e aquelas que poderiam ser absorvidas pelo sector privado. Tudo isto desembocaria na análise dos custos que os Cidadãos teriam de pagar pelos serviços que lhes eram prestados. Mas era seguro que, na esfera pública, dificilmente haveria dinheiro para responder a todas as necessidades.

Os sistemas de taxação deveriam, por isso, merecer a maior atenção.

Conviria distinguir, nas funções prestadas, aquelas que correspondiam a necessidades reais e básicas das populações daquelas que traduziam escolhas políticas com alternativas de resposta, conforme as prioridades que fossem definidas.

As reflexões que se faziam no quadro da OCDE costumavam revelar-se úteis, porque se situavam habitualmente entre o mundo dos negócios e o mundo académico. Eram, por isso, correntemente, inovadoras sem perderem o sentido do real.

Os dois países mais analisados, durante esta parte do debate, foram a Austrália e o Japão, a primeira, porque o desenvolvimento ocorria especialmente no litoral, sendo considerado o interior como insusceptível de desenvolvimento e o segundo, porque havia investido enormemente em infra-estruturas.

A forma de aproximação ao problema tinha de ser integrada e nunca, meramente, administrativa. Também deveria ser adoptada uma perspectiva de longo-prazo, estando-se aberto aos novos problemas que iam surgindo, como era o caso das novas formas de pobreza. Era evidente que não se poderia passar sem um acompanhamento próximo (“monitoring”).

Por outro lado, tinha de se dar muita atenção às mudanças institucionais.

Grande parte dos problemas que tínhamos de resolver decorriam do facto de as pessoas viverem em espaços privados, mas interagirem em espaços públicos. A charneira entre os dois tipos de espaços deveria ser objecto da maior atenção.

A definição do preço (“pricing”) dos diferentes serviços urbanos deveria ser olhada com a maior atenção porque traduziam, afinal, as políticas que as administrações queriam ver concretizadas. Esta era uma área de estudo que merecia que se apostasse nela.

Foram comparadas entre si as muitas e diferentes estruturas administrativas que, nos países da OCDE, tratavam da questão do desenvolvimento regional.

Um problema que preocupava todos os representantes respeitava às áreas metropolitanas. Ele reclamava, simultaneamente, coordenação e cooperação. Por isso era difícil!...

Um dos intervenientes mais activos no TDS era o Dr. Pflaumer, representante do governo alemão. Habituei-me a ouvi-lo com atenção, porque havia sempre reflectido sobre as matérias em discussão e produzia considerações muito ajustadas. Eu continuei a ser convidado para este conselho consultivo, mesmo depois de abandonar as minhas funções governativas. Numa das conversas que com ele tive, já depois de 1996, soube que havia sido designado pelo novo governo para analisar com as autoridades locais da antiga Alemanha de Leste a forma de construir as novas instâncias locais. Troquei muitas impressões com ele a esse respeito. Quando lhe perguntei qual tinha sido o tema que mais difícil se havia revelado, respondeu-me ter sido convencê-los de que deveriam ser eles a decidir; fazia-lhes muita confusão que as deliberações não viessem de cima como sempre havia acontecido...

O nosso objectivo principal era encontrar as formas de convencer os governos de que, mesmo para resolver problemas muito simples, eles tinham de reorganizar a sua forma de trabalhar de um modo muito eficaz. É que as necessidades cresciam muito e os meios disponíveis não. Por isso se deveria dar prioridade à organização das respostas.

\*

No dia 11 de Julho recebi o Presidente do Conselho Económico e Social que vinha comunicar-me que haviam decidido entregar o seu parecer sobre os relatórios

de execução do Quadro Comunitário de Apoio ao Governo então em funções. Ele iria estar pronto em finais de Setembro (Prevía-se que a posse do novo Governo acontecesse em finais de Outubro; acabou por ser no dia 28 de Outubro). Ele era constituído por dezasseis relatórios e teria de ser submetido à apreciação da Comissão Parlamentar de Política Regional e Local, antes de subir ao plenário. Mas, para fazer o trabalho que lhe competia, o Conselho teria de promover a audição de alguns Ministros e Secretários de Estado. Eu seria, naturalmente, o primeiro a ser ouvido, mas o Conselho queria que lá fossem alguns membros do Governo que o seu Presidente indicou; pediu-me para eu tentar ver se isso ficaria definido no Conselho de Ministros a realizar daí a dois dias. Já estavam designados os relatores daqueles grupos e o relator-geral seria o Dr. João Salgueiro. Informou-me de toda a lista que havia sido preparada.

Conversámos acerca de outras coisas, aproveitando-se ele para se queixar relativamente à exiguidade do seu corpo técnico; era composto somente por três assessores em princípio de carreira. E o Conselho não dispunha de orçamento que lhe permitisse contratar peritos com experiência. Não pude deixar de comparar a situação com a de França, onde o Conselho Económico e Social impressiona pelas suas instalações, pela dimensão e qualidade do seu quadro de funcionários e pelos trabalhos que desenvolve.

\*

A Dra. Maria de Lourdes Carrola era a nova presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Deixei passar uns poucos de meses e no dia 11 de Julho pedi-lhe para ela vir dizer-me a mim, à Secretária de Estado do Planeamento e ao Secretário de Estado da Administração Local as suas impressões acerca das suas novas funções. Ela era uma técnica muito distinta.

O entendimento com as Câmaras Municipais era bom, desde que elas fossem ouvidas; isso tomava-lhe muito tempo, todavia. Ela entendia que a Comissão tinha duas formas de poder: uma pela negativa, consubstanciada nas funções de ordenamento do território e outra pela positiva, através das acções desenvolvidas no quadro do Plano de Desenvolvimento Regional. Disse que tinha a sorte de ser coadjuvada por um excelente gestor do programa operacional que era, sobretudo,

um bom organizador. Mas lamentava que houvesse taxas de execução muito baixas; queixou-se em relação ao Presidente da Área Metropolitana que, a respeito do sub-programa A do FEDER, “burocratizava” demasiadamente as decisões; ele era um homem inteligente, mas vinha do Partido Comunista e, nesse quadro, eles têm todos propensão para a “burocracite”. Queria que eu abrisse uma excepção em relação à obrigação de os Municípios disporem de PDM, devidamente homologado, quando se tratasse de projectos estruturantes. Mas eu logo lhe disse que não contasse com nenhuma abertura; se eu o fizesse, a qualquer título, era certo que não teríamos mais nenhum PDM aprovado...

Achava que as reuniões do Comité de Acompanhamento em que havia participado, tinham sido desnecessariamente complicadas. Pedi-lhe para ela fazer parte da sua boa-acção, denunciando essa mesma desnecessidade e promovendo a adopção de um ritmo de tomada de decisões mais eficaz.

Tinha mandado fazer o inventário dos estudos que já haviam sido realizados. Entendia, muito justamente, que eles eram mais do que suficientes para fundamentar a maior parte das decisões que havia que tomar.

Queixou-se em relação ao facto de a imagem da CCRLVT no exterior assentar especialmente no domínio do Ordenamento do Território, no qual as decisões eram binárias – ou sim ou não – não havendo contactos entre as duas partes pelo meio. Isso acontecia porque ela não dispunha de técnicos em número suficiente para estabelecer relações mais fluídas com os Autarcas. Era imperioso mudar de estilo. Fiquei com a certeza de que tínhamos ali uma boa Presidente!

\*

Já em Agosto de 1995 analisávamos os sinais contraditórios que se davam aos envolvidos nos incêndios florestais. É um assunto em que se cruzam alguns interesses com manifestações de incompetência e com acções criminosas com motivações diversas. Trata-se de um tema complexo! E àquela data ainda não tínhamos passado pelas tragédias de 2003 e de 2017!...

Na raiz da questão está uma gestão artesanal das terras florestais ou, mesmo, a ausência completa de qualquer gestão. Há muitos pequenos proprietários absentistas que não têm qualquer capacidade de acompanhamento da situação, nem



sabem fazê-lo!... Mas são obstinados em relação à posse das terras das quais não sabem, muitas vezes, as confrontações exactas...

Havia uma lei que penalizava a venda da madeira ardida. Em muitos fogos florestais os troncos só eram afectados superficialmente e havia sempre quem comprasse. Subsistia a ideia de que alguns incêndios tinham como mandantes madeireiros oportunistas. Foi para arredar esse tipo de comportamento que aquela lei foi feita. Mas havia quem insistisse na concessão de facilidades para a compra dessa madeira que enchia depósitos enormes, tornados, eles próprios, potenciais focos de incêndios fáceis de atear e difíceis de dominar. Todavia, tínhamos de ser coerentes: madeira ardida tinha de ser depreciada e com venda dificultada para arredar uma das muitas causas potenciais dos fogos florestais.

Experimentávamos as maiores dificuldades no campo do associativismo florestal.

\*

As dificuldades encontradas pelo CNEMA (Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas), em Santarém, tinham muito a ver com as debilidades financeiras do seu arranque que são, em Portugal, mais comuns do que deveriam ser. A sociedade constituída para o efeito tinha um capital de 60.000 contos e propunha-se realizar um projecto que estava orçado em, pelo menos, 4,5 milhões de contos. Isto era a expressão de uma fé infundada no “desenrascanço”... Estavam convencidos de que poderiam juntar facilmente subsídios dos Ministérios da Agricultura, da Indústria, do Comércio e do Planeamento, não tendo entrado em linha de conta com as regras estabelecidas e, especialmente, com o tempo que era necessário para as accionar e verificar. Como consequência disso, tiveram de recorrer ao crédito, contraindo uma dívida de 1,2 milhões, junto de um sindicato bancário. O pior era que a taxa de juro do empréstimo era de 13,5%!... E, em Agosto de 1995, estavam a canalizar tudo o que obtinham de ajudas para pagar os juros que eram cerca de 150.000 contos!

A chamada “fuga para a frente”, envolvendo-se em novos projectos que permitiam ir pagando os anteriores, mas que agravavam a situação financeira global, constituía uma prática habitual. Eu preferia que eles consolidassem o passivo. Mas a preferência ia para a primeira solução... Tudo acompanhado por pressões políticas

e por protestos que invocavam a incompreensão do Governo diante das suas dificuldades e o pouco apreço pela generosidade demonstrada pelos promotores...

Como realização recorrente havia a Feira da Agricultura e mais duas outras pequenas feiras que não geravam receitas suficientes. Tudo somado eram 200.000 contos com despesas de 80.000 contos, o que não chegava para cobrir os encargos da dívida.

Outra via seria procurar um novo parceiro que entrasse com capital suficiente. Mas ninguém estava disponível para o fazer...

Só víamos como possível a renegociação da dívida, mas isso iria impor alguns comedimentos à actividade do Centro... Uma das soluções seria tentar passar o prazo da dívida de três para doze anos com abatimento da taxa de juro e com três anos de carência; mas tudo isso teria de ser feito com garantias públicas e o CNE-MA tinha a forma de sociedade anónima!... Só sarilhos que faziam perder imenso tempo e eram muito irritantes, porque induziam uma dúvida tenaz acerca da capacidade dos responsáveis para gerir tão grande barco... Mas estes manifestavam uma confiança ilimitada na capacidade do Governo para resolver o problema...

Por muito antipático que isso seja, antes de se afectar ajudas públicas a grandes iniciativas privadas, mesmo que elas exibam grandes virtualidades sociais, é indispensável analisar, ao pormenor, a estrutura financeira do empreendimento. Se não houver grande exigência a esse respeito poderemos ficar com a certeza de que os poderes públicos irão ficar com o problema nos braços... e com protestos enormes de incompreensão por parte dos promotores. Coisas semelhantes aconteceram noutros lados!...

\*

Em 6 de Setembro fui ao Conselho Económico e Social para analisar o estado da concretização do Quadro Comunitário de Apoio II. Comecei por fazer uma circunstanciada exposição acerca do que havia sido feito, até então. Falaram muitos membros do Conselho: Eng. Oliveira Faria, o Dr. João Proença, o Dr. Barros Vale, o Dr. Joaquim Dionísio, o Eng. Monteiro da Silva, o Eng. João Machado, o Eng. Lages Raposo, o Dr. Luís Cabrita, o Padre José Maia e o Senhor José Luís Judas. Resumi-rei o que disseram:

O programa de infra-estruturas era responsável por 63% das verbas cabendo somente 5,7% à energia; era isso que o Governo queria?

Era indispensável que a minha exposição fosse acompanhada pelo relatório do Observatório do QCA porque queriam analisar as taxas de execução dos diversos projectos, as físicas e as financeiras; habitualmente só se referiam as segundas, mas as primeiras eram, igualmente, importantes. Como avaliava eu as relações com Bruxelas no domínio dos pagamentos? As verbas do Fundo Social Europeu haviam chegado com atraso e isso tinha tido repercussões negativas. Estava previsto o lançamento de Conselhos Consultivos Regionais para acompanhamento do QCA; o CES incitava-nos a andar depressa com a sua instalação porque a sua actividade era muito importante.

O QCA estava dividido entre utilizadores públicos e privados. Havia alguma informação acerca das taxas de utilização por parte dos segundos? Observava-se algum esmorecimento na iniciativa privada? E se houvesse, o que entendia eu fazer para a estimular? E a que causas se deveria?

Eu não me havia referido ao programa PESSOA. Ora, ele era muito importante e, por isso, queriam mais informação além de um maior envolvimento dos parceiros sociais no respectivo comité de acompanhamento.

Na Região dos Açores, o Governo Regional dispunha de um sistema de incentivos próprios, o PEDRAA II. Verificava-se uma tendência manifesta para as autoridades regionais “invadirem” as verbas destinadas ao sector privado. E não dispunham de mecanismos legais devidamente aprovados para os empresários terem acesso àquele sistema. O que entendia eu fazer para corrigir a situação?

O sector da agricultura não havia sido prioritário para o Governo. As taxas de execução do PAMAF para 1994 não impressionavam; era preciso mais empenhamento. Havia mecanismos ainda em processo de apreciação e já íamos com mais de um ano e meio de vigência do novo Quadro. A floresta havia sido declarada como prioridade, tendo-se apresentado cerca de 900 projectos; havia meios para os executar? A instalação de jovens agricultores representava um imperativo, bem como a comercialização e transformação de produtos agrícolas; que indicadores de realização poderia eu fornecer? No âmbito do PAMAF, 90% do investimento havia sido público,

alegradamente por não estarem concluídos todos os regulamentos relativos ao sector privado; o que tinha eu a dizer a este respeito; era certo que a situação havia melhorado em 1995, mas, mesmo assim, os atrasos de 1994 ainda não estavam sanados.

O sector do Comércio representava uma das “ovelhas negras”. Dentro do PRO-COM os critérios que haviam sido adoptados eram irrealistas e não estavam em consonância com a realidade que era muito mais modesta e frágil do que se estava a admitir. Para as micro-empresas, a fasquia europeia era de nove empregados e isso não era ajustado, entre nós; as muito pequenas empresas não estavam a beneficiar das ajudas. Por que não ensaiava eu a via da agregação de empresas, para alcançar aquele patamar? Ou teríamos de renegociar tudo?

Um outro achava que, no sector do comércio e serviços, teríamos de renegociar tudo com Bruxelas para adaptar as regras comunitárias à nossa situação específica e debilíssima.

Era preciso atacar, com prioridade, as questões do desemprego e da desertificação. Quantos postos de trabalho haviam sido criados no Programa de Desenvolvimento Regional e aonde? Dever-se-ia adoptar como filosofia de actuação a mobilização dos actores sociais locais; achava eu que estava a haver dificuldades na mesma?

Um conselheiro não estava de acordo com a obrigatoriedade de disporem as Autarquias de PDM para ter acesso aos fundos. Mas preferia os programas regionais, por uma questão de escala e para acabar com o que considerava serem as indefinições do programa B do FEDER que reclamava a constituição de Associações de Municípios. Quando estaria disponível a linha de crédito para os Municípios? (Naquela ocasião já estava). Sabia que, em relação às Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL), estava a haver alguns constrangimentos na utilização de fundos pelas Autarquias Locais; o que entendia eu fazer para as estimular a serem promotoras de iniciativas consistentes?

Respondi às dúvidas postas. Os membros do CES tinham-se preparado para a reunião.

\*

No dia 15 de Setembro veio a Portugal o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer. O Primeiro-Ministro teve uma reunião com ele sobre matérias gerais

e, depois, foram sendo ouvidos os ministros com responsabilidades sectoriais. Todos sabemos como terminou a sua Comissão. Eu tive a percepção de que as coisas iriam ser difíceis para nós, por excessiva incapacidade de afirmação do nosso principal interlocutor... É que eu estava habituado ao Presidente Delors!...

\*

No dia 17 de Outubro recebi o Eng. João Cravinho, que me iria suceder na pasta do Planeamento e Administração do Território. Ele vinha acompanhado pelo Dr. José Augusto de Carvalho, que seria o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território. Entregou-me uma nota com perguntas às quais respondi ponto por ponto. Tratámos, mais longamente, da elaboração do PROT da Área Metropolitana de Lisboa e da reunião informal dos Ministros Europeus da Política Regional e Ordenamento do Território que teria lugar, em Madrid, nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro seguintes. Também abordámos a evolução dos trabalhos do grupo de reflexão sobre a Conferência Intergovernamental de 1996. Trocámos, ainda, impressões acerca da política reivindicativa da CGTP – IN para 1996, baseados num documento que havia sido produzido pelo Conselho Económico e Social.

Havia uma exposição da ATAM (Associação dos Trabalhadores da Administração Municipal) que me tinha sido entregue nos dias anteriores. Falámos das NUT III e do caso da passagem de Vila de Rei, de uma região para outra.

Entreguei-lhe um memorial sobre a participação das autoridades locais na Conferência das Nações Unidas – Habitat II e da integração do Alentejo na Associação de Regiões Transfronteiriças da Europa.

Abordámos a questão da institucionalização de formas mais avançadas de cooperação estatística com os PALOP. O tema da rede de estradas municipais e da definição de características técnicas das estradas municipais foi tratado.

Falei, ainda, do VIII Congresso Ibero-Americano de Urbanismo cuja realização estava prevista para 1998 em Portugal. Iria haver uma reunião com a Comissão Europeia acerca dos recursos hídricos da Península Ibérica.

Estavam em processo de selecção as associações de desenvolvimento local que iriam gerir o programa dos centros rurais e a afinação do regulamento que iria tratar da respectiva intervenção. Em relação à homologação dos casos pendentes

do SIR e do SIFIT esclareci o ponto da situação. E, entre mais uns tantos “dossiers”, disse-lhe do estado de preparação em que se encontrava a proposta de Lei-quadro do Ordenamento do Território. Tudo foi transmitido com o sentido de que era mais importante o País do que o governo que sucedia estar de turno.

No dia seguinte recebi o Prof. José Mariano Gago, que vinha acompanhado do Dr. Miguel Lobo Antunes, que iria ser o seu chefe de gabinete. A quota do CERN para 1995 foi o primeiro tema a transmitir. Comuniquei-lhe que, para 1996, já não deveria haver o programa STRIDE, tendo os projectos respectivos de ser suportados pelo Orçamento de Estado. Falei-lhe no Observatório da Madeira e no contrato de consultoria com o ESO que já estava acordado. A associação que o geriria encontrava-se praticamente constituída.

A nossa entrada na ESA estava a aguardar a realização da reunião dos ministros dos países que a compunham e a assinatura do acordo.

O PRAXIS estava a correr e tinha todos os seus concursos já abertos. Quanto ao IICT, os seus problemas orçamentais tinham vindo a ser atenuados, mas era preciso dar-lhes atenção. Quanto à Agência de Inovação as coisas estavam a correr, tanto em Lisboa como no Porto. Iria, ainda, haver brevemente um Conselho de Ministros no Luxemburgo. Disse-lhe qual seria a agenda.

Finalmente, passámos em revista as diferentes relações bilaterais que mantínhamos. Mereceu particular atenção a questão do navio oceanográfico e da plataforma que estava em constituição com o apoio do Presidente e do Congresso dos Estados Unidos.

\*

No dia 28 de Outubro, às 16 horas, o novo Governo tomou posse no Palácio da Ajuda. Tomei o comboio das oito da noite e, emblematicamente, vim na segunda classe. Afinal eu tinha regressado ao meu estatuto de professor universitário, em regime de dedicação exclusiva, e isso não me iria permitir grandes folgas.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. VOLUME 8/12**

**CAPÍTULO XXVIII**

(1) OLIVEIRA, César (1996). *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores.



## **CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS**

A maior parte das fotografias reproduzidas pertencem à coleção do autor. Outras, porém, foram graciosamente cedidas por pessoas ou entidades a quem agradecemos a especial atenção com que o fizeram. São estas as seguintes:

AEP. Associação Empresarial de Portugal – ANA. Aeroportos da Madeira – ANMP. Associação Nacional de Municípios Portugueses – Associação Comercial do Porto/ Palácio da Bolsa – Câmara Municipal de Tavira – Câmara Municipal do Porto – CCDRN. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CITEVE. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário – Confraria dos Enófilos do Dão – Contemporânea, Lda. Ateliê de Arquitetura – DGADR. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Direção Regional de Cultura do Alentejo/ Pousada do Crato – EDIA. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. – EXPONOR. Feira Internacional do Porto – Fernando Guerra – Fundação de Serralves – Jorge Dias – IBET. Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica – INA. Instituto Nacional de Administração – Laura Soutinho – LIPOR. Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Museu dos Transportes e Comunicações – Museu Nacional de Etnologia – RISCO. Ateliê de Arquitetura e Desenho Urban – TAGUSPARK – Universidade do Porto – UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Volkswagen Autoeuropa.

## **PLANO GERAL DA OBRA**

### **VOLUME 1 – INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS I A IX**

**CAP. I** / INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;

**CAP. II** / A UNIVERSIDADE;

**CAP. III** / O SERVIÇO MILITAR;

**CAP. IV** / OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE;

**CAP. V** / OS TEMPOS DA HOLANDA;

**CAP. VI** / OS TEMPOS DE LONDRES;

**CAP. VII** / O REGRESSO AO PORTO;

**CAP. VIII** / O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

**CAP. IX** / NOVO REGRESSO AO PORTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 2 – CAPÍTULOS X A XIV**

**CAP. X** / A IDA PARA O MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO;

**CAP. XI** / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1985-87);

**CAP. XII** / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

**CAP. XIII** / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

**CAP. XIV** / A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 3 – CAPÍTULOS XV E XVI**

**CAP. XV** / NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

**CAP. XVI** / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 4 – CAPÍTULOS XVII A XX**

**CAP. XVII** / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

**CAP. XVIII** / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XIX** / A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XX** / A SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 5 – CAPÍTULOS XXI A XXIII**

**CAP. XXI** / ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

**CAP. XXII** / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XXIII** / A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 6 – CAPÍTULO XXIV**

**CAP. XXIV** / NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 7 – CAPÍTULOS XXV E XXVI**

**CAP. XXV** / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

**CAP. XXVI** / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 8 – CAPÍTULOS XXVII E XXVIII**

**CAP. XX/** A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

**CAP. XX/** NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 9 – CAPÍTULOS XXIX E XXX**

**CAP. XXIX/** A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

**CAP. XXX/** O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 10 – CAPÍTULOS XXXI A XXXV**

**CAP. XXXI/** A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

**CAP. XXXII/** UM NOVO REGRESSO AO PORTO

**CAP. XXXIII/** O “CAVAQUISMO”

**CAP. XXXIV/** A REGIONALIZAÇÃO

**CAP. XXXV/** A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD PARA AS ELEIÇÕES DE 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 11 – CAPÍTULOS XXXVI E XXXIX**

**CAP. XXXVI/** NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (DE ABRIL DE 2002 A ABRIL DE 2003)

**CAP. XXXVII/** AS OBRAS PÚBLICAS NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XXXVIII/** OS TRANSPORTES NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XXXIX/** A HABITAÇÃO NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 12 – CAPÍTULOS XL A XLIX**

**CAP. XL/** O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO

**CAP. XLI/** A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

**CAP. XLII/** AS AUTO-ESTRADAS DO MAR

**CAP. XLIII/** AS VIAGENS

**CAP. XLIV/** A BIBLIOFILIA

**CAP. XLV/** A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR

**CAP. XLVI/** COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS

**CAP. XLVII/** ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI

**CAP. XLVIII/** GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM

**CAP. XLIX/** CONTRARIEDADES E INSUCESSOS

CODA

POSFÁCIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÚLTIMA NOTA

AGRADECIMENTOS

UM DEPOIMENTO

## FICHA TÉCNICA

---

### TÍTULO

**Trilhos. Memórias.**  
**Por vezes, quase um diário.**  
(VOLUME 8 DE 12)

### DESIGN E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rui Mendonça

### TEXTO

Luís Valente de Oliveira

### REVISÃO DO TEXTO

Norma Pott

### IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Greca Artes Gráficas

**DEPÓSITO LEGAL** 00000/22

**ISBN** 978-972-8961-17-6

**DATA** 09/2022

### EDIÇÃO

Edições Gémeo  
Rua da Reboleira, 49  
4050-492 Porto



AS EDIÇÕES GÉMEO  
MANIFESTAM O SEU RECONHECIMENTO  
A TODAS AS PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES  
QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EDIÇÃO  
DESTE DOCUMENTO.

### VOLUME 8/12 CONTINUA

Este documento faz parte de uma obra composta por doze volumes, não devendo qualquer um deles ser entendido autonomamente. É possível consultar no final de cada um o Plano Geral da Obra.

Existe, também, uma edição limitada em suporte digital com embalagem especial em madeira (gentilmente produzido pela SPSS).

A obra completa em suporte digital e de papel está alojada na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

### OBRA COMPLETA (12 VOLUMES)

<https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6>

### VOLUME 8

[https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6\\_08](https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6_08)

